



LUSITÂNIA
ROMANA
ORIGEM
DE
DOIS
POVOS



N I M P R E N S A
N A C I O N A L

Nota à 2.^a edição

A reedição de um catálogo concebido para acompanhar uma exposição não é um acontecimento corrente, mas é mais digno de nota se acontecer quando a exposição já não está patente ao público, por se constatar que a peça editorial que sobrevive a uma exposição, e que é o seu testemunho material para o futuro, continua a ser procurada pelo público. Pode, então, afirmar-se que o catálogo que agora se reedita, embora mantenha todo o seu conteúdo inalterado, se impõe como obra de referência para os estudos arqueológicos e históricos do legado romano na Península Ibérica. Este facto não será alheio à atribuição a *Lusitânia Romana. Origem de Dois Povos / Lusitania Romana. Origen de dos Pueblos*, co-organizada pelo Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa) e pelo Museo Nacional de Arte Romano (Mérida), dos seguintes prémios da APOM — Associação Portuguesa de Muscologia, na sua edição dos Prémios APOM de 2017.

Catálogo (2016)

PRÉMIO

Transporte de Património (2016)

PRÉMIO

Projeto Internacional (2016)

MENÇÃO HONROSA

Inovação e Criatividade (2016) — Audioguias,
com destaque para a locução em latim

MENÇÃO HONROSA

Esta exposição apresentou-se nos seguintes Museus:

Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)

23 de março a 4 de outubro de 2015

Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa)

25 de janeiro a 12 de junho de 2016

Museo Arqueológico Nacional (Madrid)

30 de junho a 16 de outubro de 2016

LUSITÂNIA ROMANA ORIGEM DE DOIS POVOS

Lisboa, 2016

2.^a edição
Lisboa, 2018



N I M P R E N S A
N A C I O N A L

COMISSÃO DE HONRA

João Soares
Ministro da Cultura

Íñigo Méndez de Vigo
*Ministro de Educación, Cultura
y Deporte*

Isabel Botelho Leal
Secretária de Estado da Cultura

José María Lassalle Ruiz
*Secretario de Estado de Cultura
Ministerio de Educación, Cultura
y Deporte*

Guillermo Fernández Vara
Presidente da Junta de Extremadura

Miriam García Cabezas
*Secretaria General de Cultura,
Junta de Extremadura*

Francisco Ribeiro de Menezes
Embaixador de Portugal em Espanha

Juan Manuel de Barandica y Luxán
Embaixador de Espanha em Portugal

João Carlos dos Santos
Diretor-geral do Património Cultural

Miguel Ángel Recio Crespo
*Director General de Bellas Artes
y Bienes Culturales y de Archivos
y Bibliotecas*

José Pascual Marco
*Director General de Política e
Industrias Culturales y del Libro*

Francisco Pérez Urban
*Director General de Bibliotecas,
Museos y Patrimonio Cultural
Junta de Extremadura*

Samuel Rego
*Subdiretor-geral do Património
Cultural*

Filipe Campos Silva
*Subdiretor-geral do Património
Cultural*

António Filipe Pimentel
*Subdiretor-geral do Património
Cultural e diretor do Museu
Nacional de Arte Antiga*

Miguel González Suela
*Subdirector General de Museos
Estatales*

Elisa de Cabo de la Vega
*Subdirectora General de Protección
del Patrimonio Histórico*

María Lledó Laredo
*Subdirectora General de Promoción
Exterior de la Cultura*

Manuel Bairrão Oleiro
*Diretor do Departamento
de Museus, Conservação
e Credenciação*

João António Silva de Sousa
*Presidente da Fundação
Luso-Espanhola*

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adília Moutinho de Alarcão
*Diretora do Museu Monográfico
de Conímbriga (1967-1999); diretora
do Museu Nacional de Machado
de Castro (1999-2005)*

Jorge de Alarcão
Universidade de Coimbra

Miguel Alba Calzado
*Consortio de la Ciudad Monumental
Histórico-Artística y Arqueológica
de Mérida*

Paulo Farmhouse Alberto
Universidade de Lisboa

Ana Margarida Arruda
Universidade de Lisboa

José Luis de la Barrera Antón
Museo Nacional de Arte Romano

Enrique Cerrillo Martín de Cáceres
Universidad de Extremadura

Virgílio Hipólito Correia
Museu Monográfico de Conímbriga

María Cruz Villalón
Universidad de Extremadura

Jonathan Edmondson
University of York, Ontário, Canadá

José d'Encarnação
Universidade de Coimbra

Jean-Gérard Gorges
Université de Toulouse-le-Mirail

Amílcar Guerra
Universidade de Lisboa

Theodor Hauschild
*Deutsches Archäologisches Institut,
Madrid*

Guillermo S. Kurtz Schaefer
*Museo Arqueológico Provincial
de Badajoz*

Janine Lancha
Université de Lyon

Patrick Le Roux
Université de Paris XIII, Sorbonne

Vasco Gil Mantas
Universidade de Coimbra

Pedro Mateos Cruz
Instituto de Arqueología, Mérida

José Luís Mosquera Müller
*Dirección General de Bibliotecas,
Museos y Patrimonio Cultural,
Junta de Extremadura*

Trinidad Nogales Basarrate
Museo Nacional de Arte Romano

José Cardim Ribeiro
*Museu Arqueológico de São Miguel
de Odrinhas*

Manuel Salinas de Frías
Universidad de Salamanca

José Carlos Saquete Chamizo
Universidad de Sevilla

Thomas Schattner
*Deutsche Archäologische Institut,
Madrid*

Juan Manuel Valadés Sierra
Museo de Cáceres

Agustín Velázquez Jiménez
Museo Nacional de Arte Romano

JOÃO SOARES
Ministro da Cultura

A exposição internacional «Lusitânia Romana. Origem de dois povos / Lusitania Romana. Origen de dos pueblos» — que este catálogo acompanha, e através dele perdurará — é um projeto conjunto do nosso Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e do Museo Nacional de Arte Romano (MNAR), de Mérida, eficazmente concretizado com o apoio da Junta de Extremadura.

Três comissários — António Carvalho, diretor do MNA, José María Álvarez Martínez, diretor do MNAR, e Carlos Fabião, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, assim associada cientificamente a esta iniciativa — selecionaram, em quase duas dezenas de museus nacionais, regionais e locais dos dois países, mais de duas centenas de bens culturais, e convidaram a participar neste catálogo reconhecidos especialistas de cinco países. O resultado deste trabalho de anos que agora se apresenta no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, como antes ocorreu no Museo Nacional de Arte Romano, em Mérida, traduz-se na mostra de um conjunto de «tesouros» arqueológicos únicos, indelével testemunho da civilização romana numa região definitivamente ocupada na viragem da Era: a Lusitânia. Antiga província romana cujo território é, desde a Idade Média e até ao presente, partilhado entre Portugal e Espanha.

A parceria constituída pelo comissariado, pelas instituições que representam, e pelas outras entidades e mecenas que se associaram a este projeto é a prova de como devemos trabalhar na área cultural na contemporaneidade: desenvolvendo projetos de reconhecida qualidade, em estreita cooperação entre instituições públicas e privadas, partilhando recursos e ampliando o alcance dos programas, fidelizando e criando novos públicos, numa perspetiva de internacionalização do património cultural. Esta exposição é, por tudo isto, um bom exemplo.

Nos tempos intensos que vivemos, apresenta-se aqui a nossa história e os traços identitários comuns, que perduram no legado patrimonial dos dois países. Há uma história partilhada que é mostrada nesta exposição, para que os cidadãos europeus e de outros continentes que nos visitam, possam descobrir o legado da mais ocidental das províncias romanas, criada por vontade do imperador Augusto, e essencial na estratégia de «atlantização» do Império romano.

Se esta exposição lograr voltar a apresentar-se noutra museu nacional europeu, tal como pretendem os organizadores e os responsáveis envolvidos, mostraremos a Lusitânia romana fora das suas fronteiras históricas, o que contribuirá para um maior conhecimento da nossa História, e dos importantes acervos que conservamos, bem como da investigação científica que a comunidade internacional vai realizando.

Temos agora mais um excelente pretexto para uma visita ao nosso Museu Nacional de Arqueologia. Deixo assim, a toda a organização e a todos quantos se envolveram nesta quarta edição da «Mostra Espanha 2015», em particular ao Instituto Cervantes e à Embaixada de Espanha em Portugal, o testemunho da minha gratidão pelo mérito do esforço desenvolvido nesta e nas demais iniciativas culturais conjuntas, que desejamos ver multiplicadas nos próximos anos.

DEZEMBRO DE 2015

JOSÉ MARÍA LASSALLE RUIZ
Secretario de Estado de Cultura

Sabemos con bastante certeza cuál fue el origen de esta provincia romana: la división administrativa propugnada por Augusto en torno al 16-13 a. C. Sabemos también que su nombre se debió a uno de los numerosos, si no más belicosos, pueblos que la poblaban: los Lusitanos. Conocemos incluso algunos de los episodios bélicos sangrientos que jalonaron su más que difícil conquista, y muchos de sus enclaves más importantes: colonias, municipios, minas, puertos y canteras. En cierta manera, entendemos el devenir histórico de su capital, *Augusta Emerita*, que con el tiempo llegó a ser capital efectiva de la *diocesis Hispaniarum*, y de la continuidad de esa comunión de antiguos pueblos a través de la Sede Metropolitana Emeritense y de sus doce sedes sufragáneas, al menos hasta la conquista musulmana.

Con el transcurrir del tiempo dos comunidades que nacieron unidas tomaron rumbos diferentes, que incluso se reflejaron en los mismos estudios históricos, unos centrados en la Lusitania Oriental, y otros en la Occidental, siempre con la presencia tácita de «la raya», «a raia», separando pueblos que habían nacido, sufrido y vivido juntos durante siglos.

Por ello hoy en día, que asumimos como irreversible el ímpetu de una unión europea, nos parece más que acertado profundizar en el origen común de esta gran provincia romana, hoy dividida en dos naciones, y en lo que supuso el impacto del imperialismo romano en el mosaico de pueblos que lo conformaban. Saber por qué vinieron a Lusitania, y a qué se debió la nueva organización del territorio, qué sociedad nueva nació de la fusión de conquistadores y conquistados, cuáles fueron sus creencias, y, en definitiva, cuál fue su legado y si este pervive a pesar de la frontera territorial impuesta durante muchos siglos.

Estos y otros interrogantes encuentran respuesta en esta exposición transfronteriza, concebida con el esfuerzo conjunto del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte de España, Junta de Extremadura, y el Governo de Portugal, a través de las más de doscientas piezas de gran significado histórico, cedidas generosamente por diecinueve instituciones museísticas españolas y lusas.

DEZEMBRO DE 2015

GUILLERMO FERNÁNDEZ VARA
Presidente de la Junta de Extremadura

El Museo Nacional de Arte Romano de Mérida ha sido el anfitrión que ha albergado, desde el 23 de marzo hasta el pasado 30 de septiembre, la exposición «Lusitania Romana. Origen de dos Pueblos / Lusitânia Romana. Origem de dois Povos», organizada por el Gobierno de Portugal, a través de la Dirección General del Patrimonio Cultural y del Museo Nacional de Arqueología de Lisboa, y la Junta de Extremadura.

Desde Mérida, capital y sede de las máximas instituciones políticas y administrativas de la Comunidad Autónoma de Extremadura, viaja ahora esta muestra hasta Lisboa, la capital de la República Portuguesa. No es gratuita esta itinerancia; por el contrario, tiene una profunda carga simbólica. Estas dos capitales del presente tuvieron una relación estrecha en la antigüedad, *Felicitas Iulia Olisipo* fue un municipio costero que cobró sentido siendo puerto de *Augusta Emerita*. Por tal motivo, desde la antigua capital lusitana se trazaron y mantuvieron varias calzadas que permitieron que la ciudad tuviera un rápido y fácil acceso al Atlántico. Hoy, la autovía E90 de la Red de Carreteras Europeas (que engloba a la A5 española y a la IP7 lusa), ha permitido que llegue este magnífico elenco de piezas señeras de la arqueología al público lisboeta y a todos los amantes portugueses del pasado de nuestra Península. Y es que esta exposición es un homenaje a los caminos, a las sendas, a las calzadas y los puentes. A todo lo que nos une y debería seguir haciéndolo.

El Imperio Romano tuvo fronteras exteriores, cierto, pero las provincias fueron permeables al comercio, a las novedades estéticas y espirituales. Existió un intercambio de razas y costumbres. Ciertamente Roma toda, desde la metrópoli hasta las más remotas ciudades de las provincias periféricas, se enriquecieron paulatinamente con la arribada de gentes que emigraban buscando un futuro mejor o, al menos, menos incierto. Curiosa coincidencia esta que hoy, desgraciadamente, nos une al pasado en un mismo espacio aunque bajo distintas banderas.

Esta exposición no es sólo la remembranza de un pasado común vivido intensamente, también es una reivindicación sincera de una virtud muy romana: la Concordia. Ahondando en el pasado compartido podremos descubrir que, en tanto hoy se abren barreras mentales y físicas entre muchos territorios, la fórmula romana resultó exitosa porque se buscó la concordia entre ciudadanos, entre ciudades, entre provincias y de todos ellos con la propia capital imperial, Roma, catalizadora de caminos e ideas.

Con el concepto de la concordia, museos estatales, regionales y locales de una Lusitania revivida, han dispuesto para sus ciudadanos esta experiencia única con su pasado. Una experiencia que, de manera especial, viven extremeños, alentejanos y bajobeirenses, estrechamente unidos por la gastronomía, por la música, por la tradición agrícola y ganadera y un patrimonio común generado en una frontera que, por fortuna, hoy es un recuerdo en la Europa de las naciones.

OUTUBRO DE 2015

JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Diretor-geral do Património Cultural

O Museu Nacional de Arqueologia, no quadro da Direção-Geral do Património Cultural, preparou a exposição internacional «Lusitânia Romana. Origen de dois povos / Lusitania Romana. Origen de dos pueblos», uma parceria com o Museu Nacional de Arte Romano, de Mérida (MÑAR) e com a Junta de Extremadura, de Espanha, envolvendo igualmente a participação de quase uma vintena de instituições museológicas dos dois países, através da cedência de bens culturais que guardam, conservam e expõem.

Esta exposição teve uma primeira apresentação no MÑAR, em Mérida, entre 23 de março e 30 de setembro de 2015, tendo tido um assinalável sucesso. Agora está entre nós, no Museu Nacional de Arqueologia, até ao final de junho de 2016, integrada no programa cultural do ciclo «Mostra Espanha 2015».

A intenção da exposição é dar a conhecer a Lusitânia Romana, uma entidade territorial, património identitário comum a dois países, criada há mais de dois mil anos, e talvez uma das menos conhecidas do ocidente romano.

Enquanto entidade coorganizadora da presente exposição, o Museu Nacional de Arqueologia é o interlocutor nacional junto de mais treze entidades emprestadoras portuguesas que depositaram total confiança neste projeto, o que muito nos honrou a todos.

Os comissários científicos da exposição são António Carvalho, diretor do Museu Nacional de Arqueologia, José María Álvarez Martínez, diretor do Museo Nacional de Arte Romano, e Carlos Fabião, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a quem muito agradeço o paciente e competente trabalho realizado, bem como a toda a equipa que entenderam associar a este projeto.

O catálogo que se edita com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, instituição cujo apoio reconheço, congrega os contributos de quase duas dezenas de investigadores de cinco países (Portugal, Espanha, França, Alemanha e Canadá).

A mostra reúne mais de duzentos bens culturais de museus nacionais, regionais e municipais de inegável valor arqueológico.

Um agradecimento muito especial tem de ser dirigido à Lusitania Seguros, mecenas institucional da Direção-Geral do Património Cultural e que está sempre associada aos grandes projetos culturais que desenvolvemos.

A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa deu-nos uma indispensável colaboração científica, e encabeça um vasto grupo de instituições públicas e privadas dos dois países que conosco se associaram para executar este projeto.

O conjunto de bens arqueológicos da Extremadura que integram a exposição, em complemento com os dos museus portugueses, nunca se apresentaram em uma única mostra, pelo que estamos certos que a grande adesão do público nacional, mas também estrangeiro que nos visita, não deixará de se fazer sentir.

DEZEMBRO DE 2015

APRESENTAÇÃO	18
I. O OLHAR DO OUTRO	
O olhar do outro: Lusitânia pré-romana	24
AMÍLCAR GUERRA	
A inscrição lusitana de Arronches	34
JOSÉ CARDIM RIBEIRO	
FICHAS DE CATÁLOGO	40
II. O CONTACTO. O IMPACTO DA PRESENÇA ROMANA	
O contacto: o impacto da presença romana na Lusitânia	62
MANUEL SALINAS DE FRÍAS	
FICHAS DE CATÁLOGO	72
III. A PLENA INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO LUSITANO	
A criação romana da Lusitânia	92
PATRICK LE ROUX	
Rede viária e rede urbana na Lusitânia imperial	100
VASCO GIL MANTAS	
A fundação de <i>Augusta Emerita</i>	110
JOSÉ CARLOS SAQUETE CHAMIZO	
FICHAS DE CATÁLOGO	116
IV. AS CIDADES LUSITANAS	
A cidade: entre a tradição indígena e o modernismo romano	136
Reflexões sobre uma nova experiência para os Lusitanos	
THOMAS SCHATTNER	
FICHAS DE CATÁLOGO	148
V. VIVER EM SOCIEDADE	
Viver e morrer em sociedade, na Lusitânia romana	160
VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA	
FICHAS DE CATÁLOGO	170

VI.	A ECONOMIA E AS FORMAS DE PRODUÇÃO	
	Os recursos económicos e as formas de produção	184
	JONATHAN EDMONDSON	
	A Lusitânia no contexto da globalização romana	194
	CARLOS FABIÃO	
	FICHAS DE CATÁLOGO	198
VII.	A VIDA RURAL	
	As <i>villae</i> como testemunho emblemático do mundo rural romano	222
	FRANCISCO GERMÁN RODRÍGUEZ MARTÍN, ANTÓNIO CARVALHO	
	FICHAS DE CATÁLOGO	232
VIII.	AS MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS	
	Manifestações religiosas na Lusitânia romana ocidental	250
	JOSÉ D'ENCARNAÇÃO	
	FICHAS DE CATÁLOGO	258
IX.	A LENTA TRANSFORMAÇÃO	
	A lenta transformação	280
	ENRIQUE CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, MARÍA CRUZ VILLALÓN	
	FICHAS DE CATÁLOGO	288
X.	O LEGADO ROMANO	
	A monumentalização dos centros urbanos da Lusitânia romana	304
	JOSÉ LUIS DE LA BARRERA ANTÓN	
	A linguagem escultórica na Lusitânia romana	318
	TRINIDAD NOGALES BASARRATE	
	As produções musivas na Lusitânia	330
	JANINE LANCHÁ	
	O legado da Lusitânia romana	342
	JOSÉ MARÍA ÁLVAREZ MARTÍNEZ	
	BIBLIOGRAFIA	344

ANTÓNIO CARVALHO

Diretor do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa

JOSÉ MARÍA ÁLVAREZ MARTÍNEZ

Diretor do Museu Nacional Arte Romano, Mérida

CARLOS FABIÃO

Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

O objetivo principal desta exposição é dar a conhecer a província romana da Lusitânia, uma entidade administrativa nascida há mais de 2000 anos — 16-13 a. C. — talvez uma das menos conhecidas pela historiografia, apesar de ser uma das mais interessantes, devido à sua localização geográfica como *finis terrarum*, diversidade de povos que a habitavam e recursos endógenos existentes, bem como ao significado político da sua criação. Teve como capital a colónia *Augusta Emerita*, cidade mandada fundar *ex nihilo*, em 25 a. C., pelo próprio imperador Augusto, que incumbiu o seu genro Marcos Agripa de o fazer, e ali distribuir terras aos veteranos (eméritos), essencialmente itálicos, que integraram as legiões envolvidas nas guerras de pacificação do noroeste da Península Ibérica, realizadas contra ástures e cântabros.

Instalada num ponto estratégico do rio Guadiana, a capital articulava a circulação entre a província romana da Bética (atual Andaluzia), as terras do noroeste peninsular e as do eixo meridional em direção à costa atlântica e o seu porto, *Olisipo*. *Augusta Emerita*, ao contrário das outras duas capitais da Hispânia romana, não tinha uma saída direta para o mar, e daí que principalmente *Olisipo*, atual Lisboa, mas também a restante rede de importantes cidades implantadas junto aos rios Tejo e Sado — *Scalabis* (Santarém), *Salacia* (Alcácer do Sal) e *Caetobriga* (Setúbal) — constituíssem um complexo de «portas» de entrada e saída para o grande mar Oceano.

Com a «atlantização» do Império, a partir do reinado de Cláudio, em face da necessidade de apoio aos contingentes militares envolvidos na conquista da Britânia e da comunicação com a Germânia Inferior, a posição de finisterra da Lusitânia altera-se, sendo, a partir de então, um espaço de articulação na rota marítima entre o Mediterrâneo e as paragens setentrionais. A Lusitânia tornava-se essencial na criação de um verdadeiro *Atlanticum Nostrum* que os romanos acrescentaram ao seu *Mare Nostrum*, o Mediterrâneo.

Esta província romana ocupava então, sensivelmente, grande parte de Portugal, entre o Douro e o Algarve, a atual Extremadura espanhola e uma pequena área da Andaluzia.

Quis a História que este território, que os romanos unificaram geográfica, política e administrativamente, ficasse repartido por duas nações.

Como todos os projetos, este também tem a sua história, e importa recordar que, em 1998, com Adília Moutinho de Alarcão, um dos comissários, José María Álvarez Martínez, gizou o primeiro esboço de um guião, retomado e ampliado em 2013, e agora apresentado ao público, no formato para que foi pensado: o de exposição. A preparação desta exposição internacional conjunta ficou assim a cargo de um comissariado renovado, precisamente quando passaram 40 anos sobre a edição de uma obra sempre essencial para o conhecimento do tema, o *Portugal Romano*, de Jorge de Alarcão. É também demonstrativa de um novo conceito que, não olhando já aos territórios separados pela fronteira política, recupera as fronteiras históricas romanas que, ao longo das últimas décadas, historiadores e arqueólogos da Antiguidade Clássica, espanhóis e portugueses, mas também de muitas outras nacionalidades, têm afincadamente valorizado no seu trabalho, realizando uma investigação que trata a Lusitânia como um todo. Muitos, felizmente, acompanham-nos neste catálogo.

Esta dinâmica foi estruturada ao longo de décadas, através da colaboração intensa entre instituições de referência, universidades, museus e investigadores de diversos países, que formam o «Grupo Lusitânia», e reforçada decisivamente pelo ciclo das «Mesas Redondas da Lusitânia Romana», iniciado em Talence (Bordéus), em 1988 e, desde a 2.^a edição, realizadas alternadamente em cidades espanholas e portuguesas, com um breve regresso a França (Toulouse), e que teve em Jean-Gérard Gorges um entusiástico dinamizador, acompanhado por outros investigadores.

Este movimento permitiu fomentar e afirmar uma historiografia emeritense e lusitana, que tem um expoente na série «Studia Lusitana», instituída pelo Museo Nacional de Arte Romano, que publicou o catálogo da exposição em Mérida, e que é, simultaneamente, uma comunidade de cooperação e de afetos.

«Lusitânia Romana. Origen de dois povos / Lusitania Romana. Origen de dos pueblos» apresentou-se primeiro no Museo Nacional de Arte Romano, em Mérida, entre 23 de março e 30 de setembro de 2015, e agora no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, até 30 de junho de 2016, integrada no programa cultural «Mostra Espanha 2015», da responsabilidade do Instituto Cervantes.

Reunimos para o efeito 207 bens culturais de grande relevo arqueológico, histórico e artístico, pertencentes a museus e instituições culturais — 14 de Portugal e 5 de Espanha — de diferentes tipologias e tutelas. No conjunto, apresentamos peças de museus nacionais, regionais, municipais e de outras instituições. A estas entidades, aos seus responsáveis e equipas, prestamos o nosso sincero reconhecimento pela disponibilidade demonstrada em ceder para esta exposição bens fundamentais do seu acervo, muitos deles integrados nas suas exposições permanentes.

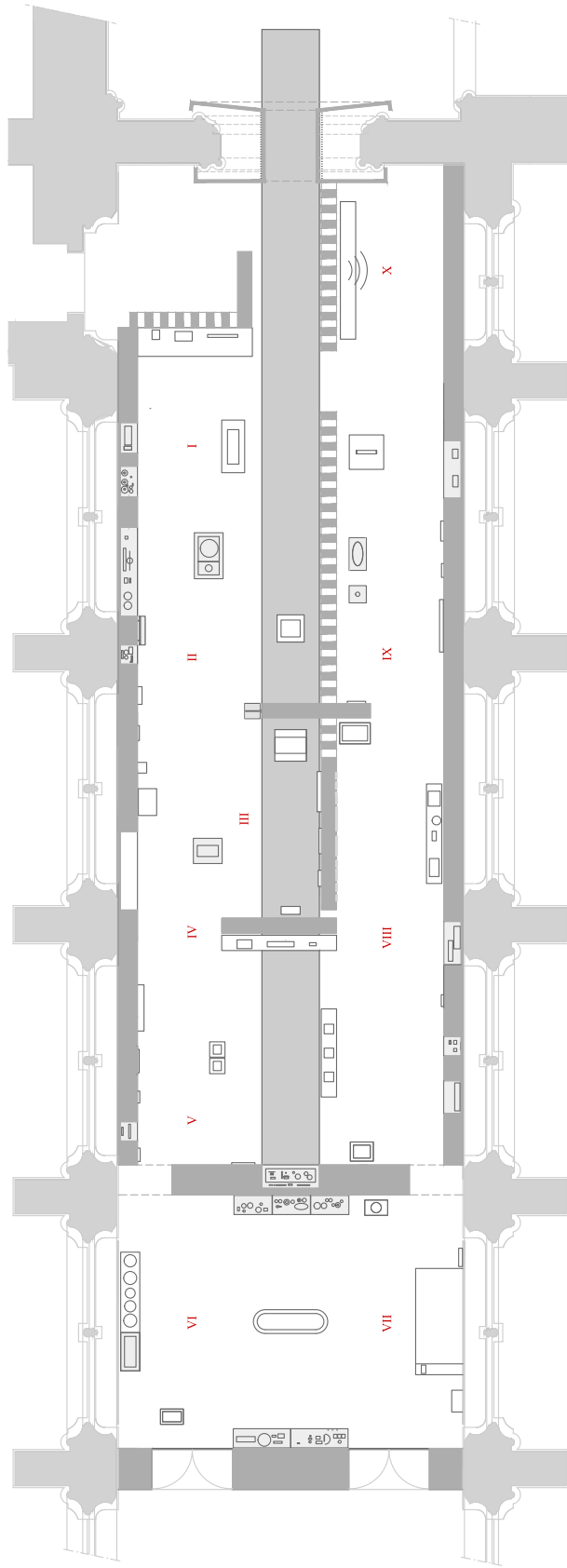
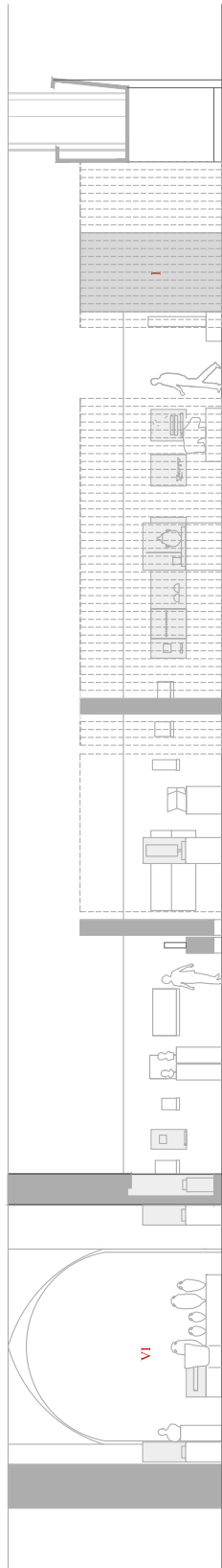
«Lusitânia Romana. Origen de dois povos / Lusitania Romana. Origen de dos pueblos» é o resultado da vontade e do poder executivo de um consórcio que tomou a seu cargo a respetiva organização — o Museo Nacional de Arte Romano, o Museo Nacional de Arqueologia e a Junta de Extremadura —, com a colaboração científica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e sustentada decisivamente pelo Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, pelo Festival de Teatro Clásico, pela Dirección General de Turismo e Consejería de Economía y Infraestructuras de la Junta de Extremadura, em Espanha, e pela Direção-Geral do Património Cultural, em Portugal.

Destacamos ainda o apoio estruturante, antigo e continuado da Lusitania Seguros e da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, a que se juntaram, ao longo deste processo, muitas outras instituições públicas e privadas, devidamente mencionadas neste catálogo.

Esta exposição e o catálogo que a acompanha, síntese e atualização da investigação realizada nas últimas décadas, são uma excelente oportunidade para mostrar o legado romano na Lusitânia, com o fim de ampliar o interesse do público e da comunidade científica internacional pelo tema.

DEZEMBRO DE 2015

MARIA MANUELA FERNANDES COM A COLABORAÇÃO DE LEONOR E. V. A. PEREIRA
Projeto museográfico



A Lusitânia e os lusitanos apresentam-se como uma realidade pré-romana de longa tradição, cuja origem se discute, mas que se faz geralmente remontar aos inícios do primeiro milénio a. C. No entanto, este povo só entra verdadeiramente na História com o início do processo de conquista romana. O que sabemos do período anterior é quase nada. Viriato e os seus companheiros representam a última fase da história de uma população livre, a da resistência ao invasor, apenas pontualmente alimentada, depois disso, pelo conflito sertoriano e por algumas escaramuças no tempo da propretura de César.

Na realidade, o termo *Lusitania* e o étnico que está na sua origem constituem criações da língua latina e as primeiras referências a esta entidade não são anteriores aos inícios do século II a. C., compreendendo-se, desta forma, a ausência de qualquer informação sobre elas nos mais antigos textos referentes à Hispânia. A literatura grega anterior, mesmo aquela que assume uma vertente geográfica — a mais antiga tradição de relatos de viagens — não contém qualquer referência a uma entidade com esse nome. Levantaram-se, todavia, algumas dúvidas a respeito do suposto périplo massaliota que estaria na base do *Ora Maritima* de Avieno. De facto, este poema latino tardio regista uma alusão ao *pernix lucis*, na qual alguns autores procuram ver o nome *Lusis*, assumindo-o como um antecedente do étnico latino *Lusitani*. Trata-se de uma referência problemática e cuja atribuição a uma data próxima de meados do I milénio a. C. é meramente especulativa.

Ao construir-se a imagem da Lusitânia pré-romana, debatemo-nos, pois, com um problema de base: o de saber que território e, especialmente, que populações referidas nessas fontes mais precoces correspondem ao que vem a ser mais tarde definido com esse nome. Por isso, é especialmente essa fase tardia, contemporânea do mundo romano, que aqui se apresenta. Na realidade, a fixação das fronteiras da Lusitânia ocorre apenas no período augustano, sendo notória, todavia, a discrepância entre esta definição administrativa e que os diferentes autores estabelecem como o território habitado pelos lusitanos.

Para delinear os traços essenciais desta entidade contamos quase exclusivamente com a perspectiva de quem olha como estranho para a região, condição que detêm quase todos os autores que se lhe referiram. Há, contudo, algumas raríssimas exceções, como a do salaciense Cornélio Boco, de cuja obra infelizmente conhecemos escassas referências. A visão que nos é transmitida da Lusitânia assenta, deste modo, num conjunto de textos tardios em relação à história deste povo, elaborados por autores gregos e latinos posteriores ao século II a. C., os quais nos transmitem informações muito diversas, mas que não podem desligar-se da sua condição de pessoas exteriores a esse mundo, que tendem a sublinhar os elementos mais estranhos ao seu universo cultural.

Nesta breve síntese sobre a imagem que esses autores constroem da Lusitânia, necessariamente simplificada, separam-se duas componentes: por um lado o território e as suas características; por outro as gentes que o habitam e as suas tradições.

1. IMAGENS DO TERRITÓRIO

1.1. «Onde a terra se acaba e o mar começa»

O primeiro elemento marcante destas paragens respeita à sua situação de fim do mundo, *finis terrarum*, para lá do qual nenhum outro território existia ou, tal como o apresentam as mais divulgadas conceções do universo na antiguidade, o ponto onde a terra se unia ao mar e ao céu. É sintomático que o famoso santuário instalado no Alto da Vigia (Sintra) no período imperial, um lugar onde se materializou essa ideia de confim, documente, entre as divindades aí cultuadas, representantes dos outros dois elementos que confluíam nesse extremo da terra habitada: as celestes, representadas pelo Sol e pela Lua; mas também, de acordo com as novas interpretações e descobertas de J. Cardim Ribeiro, o Oceano, elevado à condição de abstração divina.

A respeito desta particularidade geográfica, Estrabão (3.1.5) reproduz a opinião de alguns autores segundo os quais o sol aumenta consideravelmente (100 vezes, para Artemidoro) quando se põe, soltando um silvo ao apagar-se com o seu mergulho no oceano, gerando-se a noite de forma imediata. Relata ainda como estas afirmações são contestadas e ao mesmo tempo explicadas, com base na sua observação pessoal, levada a cabo no promontório Sacro, por Possidónio, autor de uma obra dedicada precisamente ao Oceano. Discutem-se, portanto, questões essenciais da ciência do tempo, o que conferia a estes lugares uma especial relevância.

A exploração destas paragens estranhas pelos povos do Mediterrâneo implicou por vezes a sacralização (ou re-sacralização) de alguns destes lugares, elementos paradigmáticos para quem se aventurava nos perigos do mar aberto. A respeito da natureza sagrada dos pontos extremos do Ocidente, deve recordar-se, para além do promontório Magno, a que se aludiu, a função simbólica e religiosa do promontório Sacro (Sagres), espaço mais claramente marcado pela presença do sobrenatural, como o sublinha o próprio nome. Integrado na Lusitânia e tomado na generalidade como o ponto mais ocidental da terra habitada, constitui objeto de alguma controvérsia entre geógrafos antigos, de que nos dá conta Estrabão (3.1.4): Éforo (século IV a. C.) refere um santuário a Hércules no local; Artemidoro (séculos II-I a. C.) nega a existência de qualquer santuário, mas confirma que os deuses ocupam esse lugar durante a noite, aos quais os habitantes locais prestam um culto ancestral, de que reporta alguns aspetos particulares. Este é, por excelência, o ponto extremo das terras e, por essa razão, congrega em si um enorme simbolismo que se repercute também na esfera religiosa, não apenas para o mundo grego e romano, mas também para os viajantes semitas que durante muito tempo foram os principais frequentadores destas paragens.

1.2. Os segredos do mar imenso

Mais do que qualquer outro elemento, o oceano (o nome antigo para o Atlântico) encontra-se associado ao Ocidente hispânico desde fase precoce, remontando essa ideia a alguns mitos

da mais antiga literatura grega. Compreende-se que esta condição geográfica de extremo propicie, num mundo centrado no Mediterrâneo, a imagem de um espaço desconhecido que suscita a curiosidade científica, mas também gera de mitos. A mais frequente e remota associação reside na vinculação do Atlântico aos trabalhos de Hércules, em particular ao roubo dos bois de Gérion, levado a cabo na longínqua ilha de Eriteia (na realidade, um outro nome para Gades), a qual, segundo uma tradição, se situava defronte da Lusitânia (Plin. H.N. 4.120).

Para além da esfera dos mitos, também as realidades geográficas, em particular as que se associam ao mar, constituem o repositório de informação, expondo-se, entre outras, os promontórios, as ilhas, mas também as marés, aspetos que chamam mais a atenção dos antigos navegantes a quem se devem estas informações. Realmente, o Atlântico, a começar pela área gaditana, encontra-se na base de um frequente tópico, presente nas obras dos primeiros viajantes: o respeitante à dimensão das marés, que suscitou nos autores clássicos algumas controvérsias e que, segundo se diz, motivou a viagem de Possidónio a Gades. Descrevendo a planura que abarca todo o litoral entre esta cidade e o promontório Sacro, Estrabão alude aos esteiros que aí se formam, onde, sublinha, a amplitude das marés é superior à de qualquer outra parte do mundo, dando conta da explicação para o fenómeno: «porque as águas do mar imenso, empurradas para a estreita passagem entre a Maurúsia e a Ibéria são reflectidas e precipitam-se até aquelas partes da terra que cedem mais facilmente.» (Str. 3.2.4) Explica que essa amplitude excepcional das marés tem consequências extraordinárias na navegabilidade dos rios, aspeto a que faz alusão também a respeito do rio Tejo (Str. 3.3.1), onde, pela mesma razão, é permitido «navegar como um mar» ao longo de um extenso trato.

Por outro lado, a visão geográfica dos autores clássicos pode suscitar-nos hoje alguma perplexidade ou, pelo menos, interrogações na leitura da costa. Entre os elementos que podem surpreender o leitor, contam-se a dimensão do promontório Olisiponense, o qual, na extensão calculada pelos antigos, mediria 60 milhas ou 90 milhas (aproximadamente 90 km ou 120 km), de acordo com diferentes autores, o que justificaria a sua designação de Magno como é mais conhecido. Estas medições, nem sempre compreendidas, decorrem da perspectiva de quem percorre o oceano e observa toda a proeminência iniciada no cabo de Espichel e finalizada no Carvoeiro, onde as «terras se recolhem» de novo, o que justifica a dimensão maior que as fontes apontam, ou que se inicia na foz do Tejo, no caso da medida menor.

Mas talvez mais surpreendente seja a configuração que a geografia e cartografia antigas atribuem ao promontório Sagrado, toda a proeminência que termina no cabo de São Vicente. Não só se apresenta quase unanimemente como o ponto mais a ocidente da Europa, como lhe é conferida uma extraordinária dimensão, projetando-se de forma manifestamente exagerada para Ocidente no mapa desenhado por Ptolomeu.

Junto ao promontório sagrado referem-se igualmente várias ilhas (três, segundo Artemidoro, duas em Avieno), um dos quais se chamaria *Agonis*. É certo que vários autores modernos propuseram uma identificação para todas elas, mas essas correspondências não são de modo nenhum pacíficas. Creio ser legítimo perguntar se essas realidades que os antigos viajantes observaram ainda subsistem.

Na realidade, a questão da forma que as antigas ilhas assumiram em períodos mais recentes é muito relevante e obtém uma resposta mais clara em outros casos. A mais bem documentada nos autores clássicos é *Londobris*, que Ptolomeu regista nas proximidades do promontório Magno e cuja identificação com o lugar onde se encontra atualmente Peniche, uma ilha pelo menos até ao século XVI, é a hipótese mais consistente. As fontes registam também uma outra, na qual se refugiam os lusitanos das proximidades do *mons Herminius*

fugindo a uma perseguição movida por César, certamente hoje desaparecida com as alterações que a costa ocidental sofreu ao longo do tempo. A obra de Avieno, sugestivamente intitulada *Ora Maritima*, refere mais duas: *Poetanion*, de localização controversa, eventualmente situada na foz do Tejo, a aceitar-se a sua correspondência com o Bugio, proposta por Cardim Ribeiro; e, por fim, *Achale*, cuja identidade com uma parte do que é hoje a península de Troia é mais consensual.

Alguns destes exemplos demonstram que a equivalência moderna das realidades que a geografia antiga identificou coloca muitos problemas, parecendo claro que o litoral da fachada atlântica mudou em alguns pontos de forma substancial. Deste modo, alguns aspetos mais estranhos e surpreendentes nessa visão do litoral podem apenas resultar dessa evolução para a qual temos tão poucos dados.

1.3. A construção de um passado: as sugestões da toponímia

O antigo viajante, nas suas deambulações por terra estranha, via-se confrontado a toda a hora com nomes de lugares, povos ou pessoas, os quais, na maioria dos casos, porque se apresentam numa língua que não compreendia, pouco ou nada lhe diziam. Nalguns, porém, soavam-lhe nomes que, de forma mais ou menos vaga, recordavam termos do seu próprio idioma. Gerava-se, por norma, um processo de identidade entre duas realidades similares no plano fonético, que poderia ter implicações em outros domínios. Era inevitável que um grego, ao ouvir o nome da entidade galaica designada como *Eleni* (mesmo sem a aspirada inicial) reconhecesse o seu próprio nome étnico e, em consequência, sustentasse uma remota origem na Hélade para essas populações do fim do mundo.

Situações paralelas se verificaram na Lusitânia. Talvez o mais conhecido exemplo se encontre no antigo nome da cidade de Lisboa, *Olisipo*, que se aproximou do latim *Ulixes*. Compreende-se, num contexto cultural em que a construção de narrativas efabuladas em torno da origem das cidades era frequente, que um latino procurasse ver no topónimo o nome que na sua língua (mas não no grego) se atribuía ao herói homérico. Deste modo se construiu, já em período romano, a narrativa de uma errância de Ulisses até estas terras extremas, de que ficaria uma marca numa cidade supostamente por si fundada.

Fazer aproximações onomásticas e construir a partir daí interpretações sobre a sua origem constitui um tópico na abundante literatura geográfica e histórica do mundo clássico. O próprio nome de Lusitânia não escaparia a esse processo de construção do que podemos chamar uma «etimologia mítica», uma vez que se trata precisamente de associar um processo de explicação etimológica com narrativas ou particularidades mitológicas mais ou menos conhecidas. Plínio (3.8), compulsivo compilador de informação, reproduz as propostas explicativas de Varrão, tanto para o nome da Lusitânia, como para o da Hispânia: «/.../ os mistérios (*lusi*) de Baco ou o delírio (*lyssa*) das Bacantes com ele deram o nome à Lusitânia e Pã, seu prefeito, a toda ela (Hispânia).» Esta interpretação antiga parece ter tido escassa repercussão na literatura latina, mas, ao contrário, teve um extraordinário impacto nos humanistas portugueses, encontrando-se n'Os *Lusíadas*, onde se dá conta de uma tradição criada neste período, segundo a qual Luso seria o próprio filho de Baco.

1.4. Terra de *mirabilia*

Nalguma tradição literária, desenvolveu-se a tendência para coligir, a respeito desta e doutras regiões, notícias de fenómenos extraordinários, o que alimentou uma abundante e popular literatura. Uma parte destas curiosidades é recolhida por Plínio-o-Velho na sua *História*

Natural, interessando neste caso particular a notícia dos tritões e nereidas que se avistaram numa gruta do litoral olisiponense, o que foi motivo para o envio, por parte das entidades municipais, de uma embaixada ao imperador Tibério. Sublinha o enciclopedista, bastante atento a estes aspetos, que a natureza excepcional da notícia residia no facto de, contra tudo o que se sabia dessas figuras míticas, estas tinham todo o corpo coberto de escamas e não apenas a parte não humana. A obra referida é, ela própria, um imenso repositório de *mirabilia*, que alimentaram com imagens fabulosas o espírito dos seus leitores de todos os tempos.

À mesma região se adscrive um outro fenómeno incomum: as éguas são fecundadas pelas brisas do vento favónio, gerando potros extremamente velozes, mas cuja existência não ultrapassa os três anos de idade. Este tópico ou alguns dos seus elementos são reproduzidos em várias obras latinas e cuja primeira referência remonta a Varrão e é retomado em outros autores: Virgílio, Columela, Plínio-o-Velho, Pompónio Mela, Silo Itálico, Marciano Capela, Justino e, naturalmente, na *Collectanea Rerum Memorabilium* de Solino, especialmente atenta a fenómenos raros. De resto, este *topos* constitui um exemplo notável pela frequência com que se repete na literatura. Os casos referidos são apenas algumas das «maravilhas» que alimentam a imaginação poética dos que lançam um olhar exterior para a longínqua província da Lusitânia ou para as terras extremas de *Olisipo*.

1.5. Entre o mito e a realidade: imagens do Eldorado

O tópico literário das éguas fecundadas pelo vento é apenas superado, em popularidade, pelo do Tejo aurífero. O Tejo, em cujo leito corre o ouro, ocorre na literatura do século I a. C., atestando-se pela primeira vez em Catulo, mas repetindo-se insistentemente durante os séculos, na prática até ao mundo moderno. Um dos mais sugestivos exemplos recolhe-se nas *Metamorfoses* de Ovídio, na qual se apresenta o desastrado Faetonte a aproximar demasiado o carro do sol da terra, produzindo, neste caso, a fusão das pepitas levadas pela torrente «/.../ e o ouro que o Tejo arrasta no seu leito flui, derretido pelas chamas /.../» (Ov. Met. 2.251).

Está fora de causa que o uso deste *topos* radica numa informação fidedigna sobre a avultada exploração aurífera cujo início poderá situar-se com segurança entre finais do século II e meados do século I a. C. Terá sido a dimensão excepcional da exploração aurífera na bacia do Tejo que justificou a expressão de Catulo, fundada, portanto, numa realidade bem conhecida.

A sua reiterada utilização na poesia não implica a continuidade deste fenómeno. No entanto, a existência de uma pesquisa aurífera no Tejo ao longo do tempo constitui uma realidade bem conhecida. A arqueologia tem posto em evidência os numerosos vestígios de uma exploração intensiva de depósitos em diversas zonas da bacia desse rio até datas bastante recentes. Os resultados dessa atividade em período romano apresentam-se sob a forma de extensas áreas de calhaus lavados («conhais», na terminologia local), entre os quais se destaca o Conhal do Arneiro, junto a Vila Velha de Ródão, que demonstra bem a dimensão dos trabalhos. Estas frentes mineiras devem compagnar-se com o período de consolidação do domínio de Roma na região, compreendendo-se, desta forma, que a dimensão dessa riqueza tenha reflexos na própria literatura do tempo.

Um processo similar ocorreu algumas décadas depois e deve ter atingido ainda uma escala maior, na sequência da conquista de todo o Noroeste peninsular por Augusto. A fabulosa riqueza desse território levou Plínio-o-Velho a dizer que em nenhuma época Roma obteve tanto ouro como o que resultou das explorações «na Lusitânia, em conjunto com a Galécia e Astúria».

O rio Tejo, por fim, não constitui apenas o mais famoso entre os rios auríferos do Ocidente, como se apresenta, numa das referências literárias, pejado de pedras preciosas, certamente

devido a uma interpretação mais fantasiosa do facto de existirem, junto de *Olisipo*, famosas explorações de granadas. O olhar poético pode assentar na realidade, mas dispõe de toda a liberdade para criar novas «verdades», mais ou menos verosímeis.

2. OS LUSITANOS NA PERSPETIVA DA ALTERIDADE

Excluindo uma referência certamente criada por Tito Lívio, introduzida no discurso ficcionado de P. Cornélio Cipião aos soldados romanos no início da segunda Guerra Púnica, as primeiras alusões aos lusitanos ocorrem em 194 a. C. e só a partir daí se poderão delinear os traços com que os autores clássicos os caracterizam. Sublinhe-se que essa primeira imagem surge em contexto de conflito militar, envolvendo, por isso, aspetos mais estritamente ligados com o seu perfil de guerreiros.

2.1. Os guerreiros Lusitanos e o seu caudilho Viriato

Constitui um tópico das narrativas desta fase o que as fontes consideram a forma de combater dos lusitanos, que geralmente definem como «desordenada». Sublinham especialmente as suas estratégias de dispersão e fuga e a capacidade para reverter o caminho e surpreender os romanos com emboscadas. As observações sobre a estranheza destes comportamentos assentam numa dicotomia entre as formas de combate de quem os observa, inseridas numa tradição cultural exógena e os hábitos das populações locais. Ou, se quisermos, uma oposição entre os exércitos poderosos, que obedecem a uma orgânica racional, e os que possuem menos recursos, mas confiam nos resultados das ações espontâneas e jogam com a vantagem de conhecerem bem o terreno. Estas circunstâncias conduziram a que alguns autores modernos, confrontando a situação com paralelos atuais, falassem de uma oposição entre a tática de guerrilha e uma estratégia convencional.

Podemos perguntar-nos se, neste caso, dada a circunstância de contarmos apenas com a informação «externa», se a valorização de algumas qualidades do inimigo não se destina apenas a tornar mais evidente a superioridade do vencedor, o que geralmente não parece estar em causa.

A questão não é linear, uma vez que a visão transmitida nem sempre parece corresponder exatamente a este modelo. Desde logo pelo peso da historiografia helenística e da sua influência na tradição literária romana, transparece em primeiro lugar a busca da certa fidelidade aos acontecimentos, marcados pelos inúmeros insucessos e até humilhações a que os romanos foram submetidos. Mesmo se pode emergir em alguns casos a ideia a que acima se aludiu, parece genuína em algumas fontes a admiração pelas qualidades dos lusitanos e dos seus chefes, especialmente de Viriato. Não podemos esquecer que o olhar externo não se encontra necessariamente vinculado ao mundo romano, uma vez que pode também ser alheio a ele. O conjunto de historiadores de língua grega que relatam estes factos é significativo e, embora com uma ligação muito variável ao mundo romano, há razões para esperar deles perspetivas menos «patrióticas». Se Políbio, estreitamente ligado à família dos cipiões, admira as realizações romanas e faz eco delas, Possidónio (aceitando que a ele se deve a construção de um Viriato à imagem do herói cínico, como sugeriu Jesús Lens Tuero), reflete uma outra postura em relação ao mundo lusitano e especialmente ao seu caudilho: um Viriato nascido e criado em contacto com a natureza, que com ela aprendeu e cuja profunda sabedoria brota dessa aprendizagem, que cultivava a sobriedade, ao mesmo tempo capaz de expor o seu pensamento claro num discurso breve mas incisivo, vê a sua personalidade elevada à condição

de verdadeiro herói. Esta circunstância torna-se mais fácil de compreender num grego que vê nele um paradigma onde se plasmam os tópicos da filosofia cínica. Viriato representa, nesta perspectiva, o homem natural, alguém que pertence a um mundo outro, não contaminado pela civilização. Inverte-se, de certa forma, o paradigma estraboniano que valoriza a integração num mundo urbano, civilizado, que em Possidónio assume uma marca negativa.

Na tradição literária associam-se ao mundo lusitano dois traços ligados entre si: que se trata de populações montanhesas e que se dedicam particularmente à pastorícia. Esta particularidade de buscar as montanhas para implantar os seus povoados aparece como um dos tópicos mais frequentes na literatura do período da conquista, frequentemente associada à ideia de que essa opção foi sistematicamente combatida pelos romanos, que obrigaram as populações a fixarem-se na planície. Estas diferentes estratégias na implantação dos *habitats* apresentam-se como marcas da oposição entre as tradições locais e as do mundo civilizado e urbano de matriz itálica e, mais genericamente, mediterrânea.

2.2. Gentes em busca de terra

Um outro lugar comum nos textos desta fase respeita ao «bandoleirismo», termo cunhado pela historiografia moderna para designar as incursões de pilhagem ou de assalto às terras dominadas pelos romanos. A questão tem sido explicada de diversos modos, dominando, todavia, uma justificação que já as próprias fontes enunciam, o facto de os lusitanos carecerem de terras agrícolas. Perante esta carência, não faltam mesmo indicações de que o conquistador manifeste alguma compreensão pela instabilidade criada pelos lusitanos, como se patenteia no conhecido passo da perfídia de Galba, em que este explora esta necessidade de terras, convencendo-os da sua falsa vontade de resolver o problema.

De facto, quem observa do lado romano, nem sempre tem uma verdadeira percepção das consequências no domínio fundiário que a aliança entre romanos e grandes proprietários meridionais, que parecem controlar as áreas agricolamente mais ricas do vale do Guadalquivir: deve ter representado a expulsão dos lusitanos de zonas férteis a que anteriormente deveriam ter acesso. Quem observa de fora nota especialmente a revolta dos despojados, sem compreender muito bem a raiz do problema, uma vez que, por outro lado, toma como princípio a legitimidade da presença romana na região. É sintomático que Apiano (a tradição pretende que a sua informação remonte a Políbio) assinale, ao dar início à sua descrição sistemática das Guerras Lusitanas, que Púnico assediava os povos submetidos aos romanos, os blasto-fenícios, com incursões até ao oceano (App. 56).

Trata-se de dois mundos bem distintos em confronto. Os romanos encontraram apoio em populações locais com quem partilham muitos traços culturais, inseridas no espaço mediterrâneo, onde sobressaem aspetos como o uso da escrita, a existência de uma literatura e de um *corpus* legislativo, elementos justamente sublinhados por Estrabão para caracterizar a superioridade dos turdetanos em relação aos demais iberos. Estas componentes culturais constituem precisamente os elementos que separam a «civilização», marca das populações turdetanas, e a «barbárie», que marca o mundo lusitano.

2.3. Estrabão e a imagem dos Lusitanos

No momento correspondente ao início do período augustano, um grego originário de Amasia, uma cidade do Ponto, compila um conjunto notável de informação geográfica, que constitui o mais interessante repositório para a caracterização etnográfica dos povos peninsulares. Tomando como ponto de partida uma realidade administrativa particular (uma província

da Lusitânia cujo território abarcava toda a fachada ocidental, incluindo Galécia e Astúria), expõe um interessante elenco de costumes dos povos do Noroeste como parte integrante do mundo lusitano.

Estrabão, depois de traçar um breve perfil do território, enuncia um conjunto de peculiaridades culturais destas gentes. Numa observação mais geral, estas populações apresentam um modo de vida simples, frugal e até mesmo austero, o que, como se viu, suscitava a simpatia de algumas correntes filosóficas, mas pode por outro lado aparecer como um sinal do seu primitivo estágio de desenvolvimento, da ausência de uma cultura urbana. O geógrafo grego sublinha que a sua dieta apresenta algumas peculiaridades: bebem cerveja em vez de vinho, comem pão de bolota e usam manteiga e não azeite. A forma como o geógrafo regista as diferenças alimentares sublinha a dicotomia entre a cultura mediterrânea e as tradições locais. Ao tríptico alimentar assente no trigo, azeite e vinho contrapõem-se no Ocidente hábitos e produtos distintos, constituindo o indício da sua condição cultural estranha ao mundo grego e romano. Estranhos a esse universo se revelam também muitos outros aspetos, entre eles o facto de os povos do Noroeste não usarem a moeda, mas praticarem apenas a troca de mercadorias.

Enfim, o texto estraboniano mostra o contraste significativo entre essas duas realidades, induzindo nos leitores a ideia de que estas remotas populações não partilham com eles aspetos essenciais definidores da sua matriz cultural que não engloba apenas as populações do Mediterrâneo central e oriental, mas se encontra igualmente em todo o sul da Hispânia. Coloca-se deste modo em evidência a dicotomia entre a civilização urbana, aberta ao contacto e o mundo distante de tudo, fechado sobre si mesmo.

Na sua descrição etnográfica, Estrabão (3.3.6-7) descreve também algumas particularidades relativas a rituais dos lusitanos, entre os quais destaca uma tradição divinatória, que retira presságios da leitura das veias e das entranhas dos prisioneiros ou da forma como estes caem ao serem atingidos pelos golpes dos arúspices. Para além do sacrifício dos vencidos em combate, aos quais cortam a mão direita e a sacrificam aos deuses, oferecem também cavalos e bodes, por vezes sob a forma de hecatombes, à maneira grega.

Em paralelo com a explanação da especificidade das tradições locais, o geógrafo sublinha por vezes os paralelismos com a Grécia que se estende, por exemplo, ao ritual de casamento (Str. 3.3.7) ou a uma tradição de banhos similar à dos lacónicos (Str. 3.3.6).

A discrepância entre os costumes destas gentes e aqueles que a norma imponha, define-a Estrabão com dois termos raros, se não únicos, na literatura grega (Str. 3.3.8): *dysemeron* e *agriodes*. O último corresponde à «condição de quem é selvagem», tratando-se de um derivado que tem na base o adjetivo *agrios*, «rural, selvagem». O primeiro, mais complexo e difícil de traduzir, composto pelo prefixo negativo *dys-* (com a ideia de «difícil, resistente a») e de *emeros*, «submisso, cultivado, civilizado», um oposto precisamente de *agrios*, correspondendo, portanto, a situação de quem é «insubmisso, incivilizado». Explica depois que essas características da população se devem ao seu *ektopismos*, ao «afastamento, isolamento», que resulta da distância e das dificuldades de comunicação entre estas regiões e o resto mundo, faltando-lhes *to koinonikon kai to philanthropon*, «sociabilidade e humanitarismo».

Na definição de algumas particularidades fundamentais dos lusitanos, reservam-se alguns comentários finais para a sua organização social e política. O território abarcado, ao longo do tempo, por essa entidade, faz dela, como dizem os textos, um dos povos hispânicos de maior dimensão. Por essa razão, compreende-se que as fontes se refiram às suas diferentes «tribos», termo que se tornou frequente em boa parte da investigação como traduzindo

o grego *ethnos*. Na terminologia dos autores gregos, como por exemplo em Estrabão, alude-se precisamente a um elevado número de *ethne* (cerca de 30 entre o Tejo e os ártabros, povo do extremo noroeste). O âmbito deste termo é bastante ambíguo, uma vez que tanto se usa para designar entidades de grande dimensão (v. g. arévacos, vetões), como nas subdivisões de galaicos ou lusitanos. Ao mesmo tempo, Estrabão usa, por vezes, o termo *polis* (atribui aos ártabros «numerosas *poleis*») ainda que este seja aparentemente pouco adequado a uma tradição pré-romana se lhe atribuirmos um sentido de comunidade cívica organizada (*civitas*, em latim). Não parece evidente, contudo, que a palavra grega em Estrabão se refira às diferentes *civitates*, que poderiam ter sido implantadas em período augustano, juntamente com um modelo político que se viria a sobrepor às estruturas existentes. Em algumas situações *polis* parece designar todo o aglomerado populacional destas regiões, qualquer que fosse a sua importância ou papel na organização das comunidades locais. Recorda um hábito de identificação bem documentado na epigrafia de período romano, especialmente em área galaica, mas também na lusitana, em que os indivíduos se identificam com o nome da sua *civitas*, seguido da referência ao *castellum* («castro») a que pertencem.

No caso da língua latina a terminologia também não é muito clara. A palavra *populus* tanto designa grandes unidades, como os lusitanos ou os galaicos, como se refere às subdivisões destas, equivalendo por vezes a *civitas*. Os dados das fontes sobre a organização dos lusitanos são muito fragmentários e ambíguos, mas permitem pelo menos definir entidades a dois níveis: um geral, territorialmente amplo, definido como *Lusitani*, cuja coerência se manifesta numa organização militar unitária e de um só comando; e, por outro lado, um conjunto muito

diferenciado de cidades, com uma relativa autonomia (*Tribola, Erisane, Oxthraca* ou ainda *Urso*, de onde seriam originários os assassinos de Viriato, são alguns exemplos).

Este modelo, ao fim ao cabo, não difere do que o mundo clássico conhecia, podendo uma observação deste tipo ser condicionada por ele.

Por outro lado, os comentários das fontes parecem sublinhar a fragilidade destas estruturas: da sua organização, dos princípios pelos quais se regem. Estrabão (3.3.5) define a propensão das cidades de montanha para um regime de anarquia, tendo especialmente em consideração a prática do bandoleirismo, contrário a toda a tradição do direito dos povos no contexto helenístico e romano.

Em suma, o que alimentou a literatura clássica foram as imagens de um mundo distante, inicialmente estranho, mas progressivamente mais familiar, à medida que a sua conquista e exploração o convertiam numa parcela, cada vez mais integrada, de um mundo globalizado pela cultura do invasor.

A imagem da Lusitânia transmitida por Estrabão está longe de corresponder ao que era toda a província. No mesmo período o panorama por ele traçado era muito diferente — diametralmente, diria — na sua área meridional, em especial na sua capital. Nesta última a implantação de veteranos das legiões, de colonos e da administração imperial conferiu à região um cariz plenamente itálico. Do mesmo modo, o desenvolvimento urbano que acompanhou a presença romana na região transforma radicalmente muitos outros lugares, levando a uma precoce concessão de privilégios jurídicos a algumas cidades, podendo apresentar-se como exemplos de uma rápida integração no mundo globalizado que os romanos constroem.

A INSCRIÇÃO LUSITANA DE ARRONCHES

JOSÉ CARDIM RIBEIRO

A presente lápide foi descoberta em 1997 no Monte do Coelho, cerca de 3 km a noroeste de Arronches (Nordeste alentejano, Portugal), num sítio arqueológico com vestígios da época romana (e pré-romana?) sobranceiro à confluência entre a ribeira da Venda e o rio Caia. Hoje permanece em depósito no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). Consiste numa laje de grauvaque toscamente afeiçoada (altura máxima 89,5 cm; largura máxima 79 cm; espessura entre 2,7 e 7,5 cm), destinada a ser fixada no solo em posição vertical. A inscrição, em caracteres latinos mas em língua lusitana, ocupa os dois terços superior e medial de uma das faces e estende-se por nove linhas, agrupadas em dois corpos textuais de cinco e de quatro. Esta peça poderá datar, talvez, da primeira metade do séc. I d. C. Trata-se de um dos únicos seis textos redigidos em lusitano hoje subsistentes e a sua relativa prolixidade e razoável estado de conservação permitiram já alguns avanços no conhecimento dessa língua perdida — e, sem dúvida, prometem outros mais. Daí a enorme importância patrimonial do monumento, a que acresce o seu conteúdo histórico, também ele decisivo para aprofundarmos vários ângulos das práticas religiosas, rituais e sociais da comunidade indígena que as protagonizou — e das dos outros grupos populacionais contemporâneos seus congéneres e conterrâneos.

Leitura/desenvolvimento:

+++A+++AM · OILAM · ERBAM [.4/5..]
HARASE · OILA · X · BROENEIAE · HA[RACAE]
OILA · X · REVE · A(ugusto?) · HARACVI · T·AV[RO]
IFATE · X · BANDI · HARAGVI AVR[.2/3.]
5 MVNITIE CARLA CANTIBIDONE · A[.1/2.]

APINVS · VENDICVS · ERIAÇAINVŞ
OVGVṘANI
ICCINVI · PANDITI · ATTEDIA · M(?) · TR(?)
PVMPI · CANTI · AILATIO

Proposta de tradução das sete primeiras linhas:

«A [...(divindade feminina)] (sacrificou-se) uma (...)a, uma ovelha, uma vaca. À [deusa?] *Harase* (sacrificaram-se) dez ovelhas. A *Broeneia Ha[raca]* (sacrificaram-se) dez ovelhas. A *Reve A(ugustus?) Haraco* (sacrificaram-se) dez touros consagrados; a *Bandi Haraco* (sacrificou-se) um *aur[...]*. À *Munitie Cantibidone* da/desta lápide (sacrificou-se) uma *a[...]*. *Apinus*, *Vendicus*, *Eriacainus*, augures».

É impossível apresentar, num mero artigo, a justificação das nossas opções interpretativas, quer as que constam já do nosso escrito de 2010 quer as que ora adiantaremos com base no estudo que continuamos — e continuaremos — a fazer sobre tão importante quanto controverso

monumento. Por isso prescindimos também de indicar aqui as nossas bases bibliográficas, necessariamente amplas e diversificadas. Leia-se pois o que se segue apenas como uma nova série de hipóteses de trabalho a desenvolver, fundamentar — ou mesmo corrigir — noutra local.

1. A ESTRUTURA TEXTUAL

Este texto apresenta-se concebido em duas partes distintas, embora entre si complementares: uma primeira de cariz consacratório e sacrificial; e uma segunda que refere os oficiantes e, possivelmente, alude ainda a determinados contextos ligados aos rituais realizados.

A primeira parte da inscrição subdivide-se, por sua vez, em três tipos de consagrações diferenciadas: um sacrifício triplo a uma divindade feminina; um bloco de três invocações — porventura de cariz trifuncional — que culmina com *Reve*; e um terceiro bloco reservado às mais significativas deidades de cariz intrinsecamente tutelar da área lusitano-galaica, aqui designadas através das formas lusitanas *Bandi* e *Munitie*.

A segunda parte da epígrafe é constituída por dois diversos trechos: o primeiro, razoavelmente inteligível, documenta os nomes pessoais dos oficiantes e atribui-lhes a designação conjunta de *ougurani*, que entendemos linguística e funcionalmente aproximável ao latim *augures*; sobre o derradeiro trecho, que ocupa as duas últimas linhas da inscrição, não podemos por ora fazer mais do que considerações vagas e altamente hipotéticas, dada a sua extrema dificuldade interpretativa.

2. OS DEUSES

Das seis divindades invocadas apenas três são-nos já bem conhecidas, sobretudo através de inscrições latinas e sob formas latinizadas: *Reve*, *Bandi* e *Munitie*.

A *invocatio* lusitana de Cabeço das Fráguas (Sabugal) culmina, no âmbito de um enunciado trifuncional ascendente, por *Reve*, ao qual é atribuído um touro consagrado. Também em Arronches é *Reve* que recebe o mais valioso conjunto de animais: 10 touros consagrados. Por sua vez na *Callaecia*, no âmbito do território paisagisticamente dominado pela serra do Larouco, surge um monumento dedicado a *Deus Reves Laraucus*, invocação paralela à que exhibe uma das duas aras gémeas provenientes do altar rupestre de Penascrita (Vilar de Perdizes), *Laraucus Deus Maximus* — referindo-se a outra, ali igualmente colocada, a *Iupiter Optimus Maximus*. Estes e outros dados permitem-nos equacionar *Reve(s)* como a divindade suprema de vários *populi* na área lusitano-galaica, até certo ponto equiparável ao Júpiter itálico.

Neste contexto parece-nos viável considerar o A, que na lápide de Arronches sucede a *Reve*, como abreviatura de A(*ugusto*). De facto, não existindo escrita na cultura lusitana tradicional, torna-se legítimo presumir que nos poucos textos tardiamente redigidos nessa língua, ora por evidente influência das práticas epigráficas romanas e, aliás, em caracteres latinos, as abreviaturas aí empregues se reportem a palavras também elas latinas, dentro das

vulgares convenções escriturais de Roma, e não a vocábulos lusitanos, que supomos sempre registados por extenso. Acresce ainda que *Trebarune*, divindade que antecede imediatamente *Reve* na *invocatio* lusitana de Cabeço das Fráguas e à qual também é ofertado um animal com características especiais, particularidades que permitem considerá-la de nível próximo ao de *Reve* — em termos dumézilianos diríamos de “1.ª função”, ou de “soberania” — e que aparenta assim possuir uma estreita relação “mitológica” com este deus na zona central da Lusitânia, ostenta de forma indubitável, num lintel epigrafado proveniente do *forum* da cidade de *Capera*, o epíteto *Augusta: AVG(ustae) TREBAR[VNE]*. Na verdade, fará todo o sentido que às duas principais divindades pré-romanas deste território seja agora por vezes atribuído, em período de Romanidade e de *Pax Deorum*, este prestigante epíteto.

Vários indícios, entre os quais avulta uma pátera argêntea com a inscrição *Band(i) Araugel(aeco?)* e com a representação iconográfica — embora em moldes greco-latinos — da divindade, permitem aproximar *Bandi(s)* do conceito itálico de *genius loci*, apesar da personalidade e do âmbito funcional do deus lusitano serem provavelmente mais complexos e abrangentes. Em qualquer das hipóteses sobressai o seu intrínseco cariz tutelar. Tal como em relação a *Munitie* (*Munidi*, dat., nas inscrições latinas), que alguns investigadores equiparam à deusa *Tutela* — embora, de novo, a realidade das coisas pareça bem mais complexa.

Sobre a deusa *Harase* veja-se a alínea seguinte. Aqui apenas assinalaremos a recente descoberta de duas aras na zona da serra da Estrela, uma a noroeste a outra a sudeste do maciço e consagradas a *Arasei Collovesei* e a *Arase Abilenigi* que, embora grafadas sem aspiração inicial, poderão reportar-se à mesma divindade.

Quanto ao teónimo *Broeneia* será talvez pertinente propor, embora como mera hipótese, a sua filiação no proto-indo-europeu **bhreus-*, “inchar”, representado no gaulês **brunia*, “peito” e ainda, p. ex., no antigo irlandês *bruinne*, “peito”, “seio” — donde *bruinnell*, “a que tem belos seios” e *air-bruinne*, “seios à frente”. Assim, em 2010 sugeríamos que esta aproximação nos poderia conduzir «a um significado semântico apropriado à designação de uma ‘deusa-virgem’ — supostamente, entre outros traços de personalidade, com características guerreiras». Adiantaremos agora que naquele mesmo vocábulo gaulês se baseia o germânico **bruniā*, o qual, por evolução metonímica, ganhou o sentido de “couraça (peitoral)”. Poderá o termo lusitano que estará por detrás do teónimo em análise ter sofrido, ainda que por outros caminhos e noutros contextos linguísticos, idêntica transformação semântica? Nesta hipótese reencontraríamos, afinal, uma divindade guerreira. A inserção de *Broeneia* no texto lusitano, em posição intermédia no âmbito de uma série ternária aparentemente ascendente, entre *Harase* e *Reve*, poderá — de acordo com uma *interpretatio* de cariz “trifuncional” — confortar esta leitura. Mas, neste particular, as dúvidas sobrelevam as certezas.

3. O PREPONDERANTE ELEMENTO HAR-

O elemento *har-* perpassa por todo o texto, quer em formas sufixadas — em epítetos, *Hara-cui/H[aracae]*, e em teónimos, *Harase* —, quer, talvez também, numa forma essencialmente restrita ao próprio tema, no início da epígrafe, *Ĥ[A]RĀĒ* (?), representativa de uma primeira invocação. Esta condicionaria quase toda a sequência teonímica que lhe sucede, uniformizando mesmo os epítetos de *Reve* e de *Bandi*, contrariamente ao que acontece na maioria dos casos conhecidos, registados sobre aras latinas, onde diferem: *Reves* ostenta sempre qualificativos circunstanciais derivados de nomes de acidentes geográficos — rios ou montanhas —, enquanto *Bandis* os apresenta baseados em topónimos de sítios habitados ou em etnónimos. Aqui esta divergência é esbatida e todas as invocações, menos a de *Munitie*,

remetem para o tema *har-*. Porventura estaremos perante vocábulos explicáveis através do proto-indo-europeu **g^{hr}H-u-*, “intestinos”, que deu, p. ex., o sânscrito *hirá*, “veia”, e o latim *haru-spex*, “adivinhar” (através do exame das entranhas dos animais sacrificados). Alguns filólogos traduzem o substantivo umbro *arvia* como “parte do animal sacrificado”, embora tal significado não seja consensual. Por fim, o latim possui a palavra *hara* para designar um pequeno cercado de animais domésticos, mas a sua etimologia não está averiguada. Poderemos, em todo o caso, admitir uma progressão semântica do tipo “intestinos” > “entranhas dos animais sacrificados” > “local onde se reúnem os animais sacrificados” > “cercado de animais domésticos”? Se aceitarmos esta hipótese, então talvez possamos compreender o vocábulo inicial da inscrição lusitana de Arronches como resultado expressivo da teonimização de um espaço sagrado em que se reúnem e sacrificam múltiplos animais — neste caso 35 ao todo —, remetendo de um modo ou de outro para essa mesma concreta realidade os teónimos e epítetos de base *har-* subsequentes. Em contexto geográfico e cultural próximos, embora numa época algo anterior, apenas conhecemos um paralelo para esta verdadeira hecatombe: o ritual festivo documentado no *oppidum* pré-romano de Castrejón de Capote (Badajoz) e o inerente sacrifício de 23 ou 24 animais no altar central do povoado. Espelhará o texto em análise uma realidade comparável? Poderá afinal a palavra lusitana **hara* (ou similar) denominar um tipo de espaço sagrado reservado, numa zona fulcral de um povoado, ao público sacrifício conjunto de animais?

4. MVNITIE CARLA CANTIBIDONE

Apenas a consagração a *Munitie* surge aparentemente desligada desta específica circunstância. Expressa em dativo, conjugará com *Cantibidone*. Porém, entre o teónimo e esta última designação encontramos a palavra *carla* — que, em locativo, *carlae*, se documenta também em duas epígrafes lusitanas de Arroyo del Puerco (Cáceres). A mais conhecida consagração a *Munidis*, a estela votiva latina de Talaván (Cáceres), apresenta também uma invocação tripartida: *Munidi Eberobrigae Toudopalandaigae*. Aqui constatamos que o epíteto propriamente dito de *Munidi* é *Toudopalandaigae* — ambos em dativo —, enquanto que o elemento medial, de cariz toponímico, surge como indicação de pertença, em genitivo: «À *Munidis Toudopalandaiga* de *Eberobriga*».

Creemos que este mesmo esquema morfossintático se deverá aplicar à invocação lusitana de Arronches, considerando-se pois *carla* uma forma genitiva (cf. o genitivo itálico em *-as* da 1.^a declinação, do proto-indo-europeu **-eh₂es* — e comum, p. ex., ao Osco, ao Umbro e ao Latim arcaico —, tendo ainda em conta a mais do que provável queda da sibilante final em Lusitano). Embora, a partir dos textos de Arroyo del Puerco, considerassem o locativo *carlae* um topónimo, ou antes um teónimo em dativo, todos os linguistas que se debruçaram sobre este vocábulo o relacionaram etimologicamente com o substrato pré-romano **kar-*, “pedra”. Este, derivado do indo-europeu **ker-*, “cortar”, representará pois — pelo menos inicialmente — um tipo de pedra concreto: a pedra artificialmente cortada, afeiçoada, ou aquela que a própria natureza oferece já assim preparada (como, p. ex., as pizarras e similares). Assim, propomos que *carla* seja, pura e simplesmente, o vocábulo lusitano para “lápide”. Por exemplo, em Arroyo I, na sua forma locativa, *CARLAE PRAESOM*, «nesta lápide declaro/se declara»; em Arronches, na sua forma genitiva, *MVNITIE CARLA CANTIBIDONE*, «À *Munitie Cantibidone* da/desta lápide».

Ou seja, *Munitie*, tida aqui como *Cantibidone* — e não analisaremos por ora detalhadamente este epíteto (do proto-indo-europeu **km-ti-*, “junto com” + **b^heid^h-e/o-*, “confiar?”), que con-

sideramos palavra completa (e não mera abreviatura de tipo *origo*, como é vulgar supor-se) e que nos surge igualmente qualificando uma deusa, *Erbine*, em duas aras de Segura (Idanha-a-Nova) —, não se articula ela própria com a realidade subjacente ao tema *har-*, antes parece surgir vinculada à tutela da própria lápide, ou daquilo que ela simboliza para a comunidade.

Qual será pois a intrínseca personalidade desta deusa? Talvez a análise do seu nome contribua para nos esclarecer a tal respeito. Relegando outras explicações etimológicas do teónimo, proporemos aqui uma aproximação ao proto-indo-europeu **h₂moi-no-*, **h₂moi-ni-*, “troca” (?), donde derivam, p. ex., os vocábulos latinos *mūnus*, “cargo”, “função”, “obrigação”, “dever”, “encargo”, “oferenda”; *mūnis* (ant. **moinis*, *moenis*), “aquele que cumpre o seu cargo ou o seu dever”; *mūnia* (arc. *moenia*), “funções oficiais”, “deveres”; *mūniceps*, originalmente “aquele que participa nos cargos”, “aquele que assume uma obrigação”; *com-mūnis*, inicialmente “aquele que partilha os cargos ou os deveres”; *com-mūnitās*, “comunidade”, “instinto social”. Teríamos, assim, **moinit-* > **muinit-* > *munit/d-*.

Munitie/Munidis pois, neste contexto, evidenciar-se-ia como deusa reguladora social; garante da coesão intracomunitária; relacionada com o cumprimento dos deveres gregários instituídos por lei/pactos — quer quanto ao conjunto populacional quer singularmente por parte de cada um dos indivíduos pertencentes ao todo; com a inerente defesa de uma sociedade regulamentada e observadora dos pactos e das leis; com as relações e deveres recíprocos estabelecidos através de pactos intercomunitários. Daí a sua íntima ligação, em Arronches, ao monumento material que visava perpetuar a memória, no seio do grupo, de um importante sucesso não apenas religioso e ritual mas, por certo, também de primordial relevância política e social.

5. A SEGUNDA PARTE DO TEXTO

Quanto à segunda parte desta epígrafe, referimo-nos já aos três *ougurani* que oficiaram na presente cerimónia, aqui referidos com os seus antropónimos apresentando já sufixação latinizada: *Apinius*, *Vendicus* e *Eriacainus*.

São pois as duas derradeiras linhas do texto que oferecem maiores problemas interpretativos. Em 2010 arriscámos, em nota, um ensaio tradutivo do seguinte tipo: «(Realizados os ritos) que se celebram através dos sacrifícios de todo o tipo tidos por convenientes, (eu) *Attedia* trago (= junto como oferta) 500 moios de trigo». Porém, em boa verdade — e como também ali salientámos —, o nosso real conhecimento quanto ao vero significado deste final da epígrafe «é, evidentemente, muito reduzido, senão praticamente nulo». O estudo deste trecho tem de ser especialmente cauteloso, ponderado e forçosamente lento, avançando passo a passo, recuando também tantas vezes quanto necessário. No estado presente das nossas pesquisas afastamo-nos da sugestão antes adiantada, no seu conjunto, embora continuemos a pensar que as abreviaturas M(...) T(...) remetem para palavras latinas e que *pumpi* se reporta ao numeral 5. Não estamos hoje seguros se *Attedia* é um antropónimo, ou afinal um cargo; seja como for parece-nos o sujeito da frase. Inclino-nos agora a ver em *panditi* a 3.^a pessoa do singular de uma forma verbal, eventualmente relacionada, sob o ponto de vista etimológico, com o latim *pandō*, *pandēre*, “estender”, “desdobrar”, “afastar”, do proto-indo-europeu **pt-n(é)-h₂-*, “espalhar”. E a confrontar *canti* com o proto-indo-europeu **km-ti-*, “reunido

com”, “junto com”, do qual derivam, p. ex., o gaulês *canti(-)*, “com”, “em conjunto”; ou, ainda no domínio céltico, **kantyo*, “assembleia”, “lugar de reunião”.

Supomos hoje que a primeira palavra desta frase, *iccinui*, se deva analisar — tal como, pelo menos parcialmente, o teónimo *Iccona*, registado na *invocatio* de Cabeço das Fráguas — como uma forma composta, *ic-cinui*; em que o prefixo *ic-* corresponda ao latino *ec* (arcaico por *ex*), grego *έγ, έξ, έκ, έχ*, do proto-indo-europeu **h₁eg^h*, **h₁ég^hs*, “fora”; e em que o elemento *cin-* corresponda ao proto-indo-europeu **ken-*, “aparecer”, “nascer”, “começar”, “novo”, “jovem”, representado, p. ex., no proto-italico *-kent(i)*, “novo”, “jovem” (latim *re-cēns, re-centis*), no proto-céltico **ken-o-*, “nascer”, “surgir”, ou no grego *καινώω*, “inaugurar”, *καινός*, “novo”, “recente”. Aliás, o composto *ic-cinui*, no seu todó e neste mesmo contexto filológico, parece poder colocar-se em paralelo, sob o ponto de vista formal, com o composto grego *έγ-καινισις, έγ-καινωσις* (de **έγ-καινώω*), “consagração”. O conteúdo semântico do vocábulo lusitano *iccinui* (ablativo plural?; **-uis > -ui*) talvez se reporte, pois, a uma cerimónia ou conjunto de ritos de *inauguratio*.

6. O SIGNIFICADO DE ESCREVER EM LÍNGUA LUSITANA

Os seis textos em lusitano hoje conhecidos — Arroyo del Puerco I, II e III, Cabeço das Fráguas, Lamas de Moledo e Arronches —, para além de terem sido todos eles concebidos exclusivamente para o contexto fechado das comunidades indígenas, possuem como elementos comuns o seu carácter público, a sua dimensão social, bem como um tipo de conteúdo que, embora de diferentes formas, converge e sincretiza componentes religiosas/rituais, políticas, jurídicas e cívicas. Por estas razões se justifica a assumida opção pela língua ancestral em detrimento do latim. Não se trata, pois, de monumentos vulgares e de banal feitura e utilização no seio de uma sociedade, como a romana — e contrariamente à lusitana —, habituada à escrita e, concretamente, à sua dimensão epigráfica, mas sim de um recurso novo oferecido pela romanização e parcimoniosamente circunscrito ao registo de eventos considerados de transcendente importância, outrora fixados e transmitidos através da mera tradição oral.

Todas as epígrafes redigidas em lusitano testemunham assim, sem exclusão, uma realidade especialmente relevante para os indivíduos que as produziram e utilizaram. Neste contexto, a lápide de Arronches, com a sua complexa inscrição que rememora o sacrifício ritual de 35 animais — entre os quais 10 touros —, traduz sem dúvida nenhuma uma destas raras ocasiões. O difícil é compreendermos nós, mesmo que longinquamente, a real dimensão e as especificidades desse acontecimento...

Nota: Tendo tido acesso, em provas deste texto, às notáveis imagens da lápide obtidas por Hugo Pires através do inovador programa «Modelo de Resíduo Morfológico», atrevemo-nos agora a propor, embora a título tão só hipotético, a seguinte leitura para o início da primeira linha: $\text{H[A]R}\text{A}\text{E A}\text{NAM}$ *Aṅam*, acusativo singular feminino de um nome de animal, seria comparável à forma *Anucom* possivelmente patente na inscrição lusitana de Lamas de Moledo, forma que também aí assinalará um animal, embora masculino.

1. Estátua de guerreiro calaico

Outeiro Lesenho, Boticas,
Vila Real

Século I d. C.

207 × 61 × 45 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

E 3397

Escultura monolítica, figurando um guerreiro em posição hierática. Veste um *sagum* com decote em «V» e mangas curtas, cingido por um cinturão. A cabeça exibe cabelo curto, barba e bigode. Ostenta todos os atributos bélicos e honoríficos: um pequeno escudo redondo ornamentado (*caetra*), punhal triangular ou espada curta com pomo discoidal; no pescoço usa colar aberto (torques) espessado nos terminais e em cada braço apresenta braceletes (*viriae*).

O presente exemplar é uma das duas esculturas semelhantes encontradas no Outeiro Lesenho, no nordeste de Portugal. Embora se encontrem documentadas no noroeste peninsular, a norte da Lusitânia, estas esculturas são por vezes designadas como de «guerreiros calaico-lusitanos», por ostentarem os atributos típicos dos guerreiros lusitanos, descritos por Estrabão: «Dizem dos lusitanos [...] têm um escudo pequeno de dois pés de diâmetro, côncavo na parte da

frente e suspenso por correias [...] levam um punhal ou uma faca. A maioria veste cotas de linho.» *Geografia* (III.3.6). As duas estátuas do Lesenho foram levadas para Lisboa e ornavam a entrada do Jardim Botânico da Ajuda, no século XIX, produzindo forte impressão em todos os visitantes. Henry Matthews, um viajante inglês, legou-nos um interessante comentário, em 1817, que seria repetido por muitos outros que demandaram Lisboa: «At the entrance of the garden, are placed two military statues, of rude and uncouth workmanship. These were dug up some years ago at Montalegre, and are supposed to belong to a period anterior to the Carthaginian conquest of Spain. They afford a curious and interesting specimen of the first essays of a barbarous people in the art of sculpture, to perpetuate the memory of their chiefs.»

A impressão causada por estes guerreiros nos europeus cultos, familiarizados com o cânone da arte clássica, gerou a ideia da remota antiguidade destas estátuas, que a investigação moderna veio contrariar.

CF/AIS

Bibliografia:

Silva, 1986, p. 305; Ribeiro, 2002, p. 375; Schattner, 2004, p. 9-66; Brigola, 2010, p. 122.



2. Berrão

Castro de Villasviejas del Tamuja,
Botija, Cáceres
Séculos IV-II a. C.
70 × 90 × 30 cm
Museo de Cáceres, Junta
de Extremadura
2.326

Escultura zoomórfica realizada em granito que representa um porco sobre um pedestal. As patas dianteiras

estão adiantadas e a cabeça está mais baixa do que o lombo. As patas traseiras estão na vertical, marcando bem os genitais. A dispersão destas esculturas vincula-se aos castros fortificados dos vetões estabelecidos nas províncias de Ávila, Salamanca, sul de Zamora, oeste de Toledo e norte de Cáceres. E, também, no território dos galaicos, hoje em Portugal, por exemplo, no concelho de Torre de Moncorvo (Bragança). O seu signifi-

cado foi relacionado com a proteção do gado, como marcadores de pastagens e territórios e, inclusive, como monumentos comemorativos ou funerários.

JMGB

Bibliografia:

Ramón y Fernández Oxoá, 1950, p. 57; López Monteagudo, 1989, p. 82-83; Álvarez-Sanchís, 1999, p. 357.



3. Ara a *Arantius Tanginiciaecus*

Tapada da Ordem, Rosmaninhal,
Idanha-a-Nova, Castelo Branco
Século I d. C.

51,5 × 20 × 17 cm

Museu Francisco Tavares Proença

Júnior, Castelo Branco

29.1 MFTPJ

Ara de granito, apresentando capitel com frontões à frente e atrás, dois toros e *foculus*. Este monumento testemunha o culto de uma das divindades indígenas da Lusitânia: *Arantius*.

Leitura:

ARANTIO

TANGINI

CIAECO

AVITA.

VITALIS. F(*ilia*).

A(*nimo*). L(*ibens*). v(*otum*). s(*oluit*).

Tradução:

Avita, filha de *Vitalis*, cumpriu de bom grado o voto feito a *Arantius Tanginiciaecus*.

CF/AIS

Bibliografia:

Garcia, 1984, p. 47-48; HEP 7, 1997, n.º 1179; HEPOL 20033.



4. Estela funerária

Casas del Monte, Cáceres

Séculos I-II d. C.

147 × 45 × 25 cm

Museo de Cáceres, Junta
de Extremadura

4.125

Estela funerária de forma prismática,
realizada em granito e rematada com
topo semicircular.

Leitura:

c[E]LTIO

ANDERC-

CI · F(*ilius*) · ET ·

BVRRILO

CELTI · F(*ili*) ·

EX · TEST(*amento*)

BVRRILI

CELTI · F(*ili*)

Tradução:

A *Celtius*, filho de *Andercus* e a *Burrilus*,
filho de *Celtius*, por testamento de
Burrilus, filho de *Celtius*.

Celtius é um nome indígena cujos exem-
plos se encontram preferentemente
na *Lusitania*. *Andercus* e *Burrilus* são
antropónimos indígenas conhecidos
exclusivamente nesta região.

JMGB

Bibliografia:

Ortega e Salas, 2003, p. 56-57.



5. Inscrição de Arronches

Arronches, Portalegre

Primeira metade do século I d. C.

89,5 × 79 × 2,7-7,5 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

Depósito da Câmara Municipal
de Arronches

Lápide de graúvaque com inscrição em lusitano.

Leitura e desenvolvimento:

+++A+++AM · OILAM · ERBAṀ [..4/5..]

HARASE · OILA · X · BROENEIAE · HA[RACAE]

OILA · X · REVE · A(*ugusto*?) · HARACVI · T·AV[RO]

IFATE · X · BANDI · HARAGVI AVR[.2/3.]

MVNITIE CAṀLA CANTIBIDONE · A[.1/2.]

APINVS · VENDICVS · ERIAÇAINVṢ

OVGVṘANI

ICCINVI · PANDITI · ATTEDIA · M(?) · TR(?)

PVMPI · CANTI · AILATIO

Proposta de tradução das sete primeiras linhas:

A [...(divindade feminina)] (sacrificou-se) uma (...)a, uma ovelha, uma vaca. À [deusa?] *Harase* (sacrificaram-se) dez ovelhas. A *Broeneia Ha[raca]* (sacrificaram-se) dez ovelhas. A *Reve A(ugustus?) Haraco* (sacrificaram-se) dez touros consagrados; a *Bandi Haraco* (sacrificou-se) um *aur*[...]. À *Munitie Cantibidone* da/desta lápide (sacrificou-se) uma *a*[...]. *Apinus, Vendicus, Eriacainus*, augures.

Trata-se de um dos únicos seis textos redigidos em lusitano hoje subsistentes e a sua relativa prolixidade e razoá-

vel estado de conservação permitiram já alguns avanços no conhecimento dessa língua perdida — e, sem dúvida, prometem muitos mais. Daí a enorme importância patrimonial deste monumento, a que acresce o seu conteúdo histórico, também ele decisivo para aprofundarmos vários ângulos das práticas religiosas, rituais e sociais da comunidade indígena que as protagonizou — e das dos outros grupos populacionais contemporâneos seus congêneres e conterrâneos. (Veja-se o artigo sobre esta peça na p. 30.)

Imagem de síntese com o resultado da aplicação do Modelo de Resíduo Morfológico, realizada por Hugo Pires a



partir de imagens captadas por Luís Bravo.

JCR

Bibliografia:

Encarnação [et al.], 2008; Carneiro [et al.], 2008; Prósper; Villar, 2009; Ribeiro, 2010; HEP 17, p. 251; HEP 19, p. 534.



6. Falcata

Necrópole do Olival do Senhor dos
Mártires, Alcácer do Sal, Setúbal
Séculos IV-I a. C.

50 × 5,9 × 0,75 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

17200

Falcata de ferro, apresentando uma lâmina de folha curva, estreitando junto ao punho. Apresenta duas caneluras paralelas. O cabo é aberto, encurvado, desenhando um contorno ovalado, terminado em cabeça de cavalo, e apresenta um rebite.

CF/AIS

Bibliografia:

Alarcão, 1996, p. 287; Correia, 1972, p. 157 e segs.; Schüle, 1969, p. 113.

7. Espada de antenas

Necrópole do Olival do Senhor dos
Mártires, Alcácer do Sal, Setúbal
Século IV a. C.

48,5 × 6,31 × 0,69 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

989.15.1

Espada curta de antenas atrofiadas,
decorada com elementos geométricos
damasquinados de prata. Apresenta
alguns elementos da bainha igualmente
em ferro e damasquinados: ponteira
em botão e cintas providas de argolas.

CF/AIS

Bibliografia:

Alarcão, 1996, p. 252; Correia, 1972,
p. 157 e segs.; Schüle, 1969, p. 96-100.



8. Ponta de lança de alvado

Necrópole do Olival do Senhor dos
Mártires, Alcácer do Sal, Setúbal
Séculos IV-I a. C.

20,3 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

17211

Ponta de lança de alvado de ferro, apresentando lâmina de contorno foliáceo e aresta mediana. Por se tratar de um exemplar recolhido em contexto funerário, apresenta-se intencionalmente torcida e dobrada sobre si própria.

CF/AIS

Bibliografia: Alarcão, 1996, p. 252;
Correia, 1972, p. 157 e segs.; Schüle,
1969, p. 115.



9. Lança/*Soliferreum*

Necrópole do Olival do Senhor dos
Mártires, Alcácer do Sal, Setúbal
Séculos IV-I a. C.

49 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

17199

Lança de ferro constituída por uma
haste longa e fina de secção circular,
rematada por uma extremidade aguça-
da. Retira o seu nome do facto de não
possuir encabamento em madeira. Por
se tratar de um exemplar recolhido
em contexto funerário, apresenta-se
ritualmente dobrada.

CF/AIS

Bibliografia:

Alarcão, 1996, p. 253; Correia, 1972,
p. 157 e segs.; Schüle, 1969, p. 114.



10. Taça de prata (fragmento) com inscrição

Monsanto, Idanha-a-Nova,
Castelo Branco
Séculos II-I a. C.
5 × 15 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
AU 996

Esta taça pertence a um conjunto de quatro peças de ocultação antiga recuperado sem recurso a métodos arqueológicos e adquirido pelo colecionador Francisco Barros e Sá.

Taça, possivelmente de forma tronco-cónica de tipo *mastós* helenístico, subsiste a totalidade do bordo e parte da zona média da parede lateral, estando ausente a totalidade do fundo. Conservam-se ainda alguns fragmentos. No interior, o bordo é espessado e ligeiramente convexo, sendo decorado por nervura e linha incisa. No exterior, a cerca de 18 mm do bordo, apresenta uma inscrição incisa composta por 20 signos que ocupam uma banda de cerca de 1-0,5 × 60 mm, compondo uma inscrição em língua celtibérica, segundo J. Untermann **alidos.adas.balaisokum.**

CF/AIS

Bibliografia:

Beirão; Gomes, 1988, p. 126-133,
Untermann, 1997, p. 538, κ.ο.1.



11. Taça de prata

Monsanto, Idanha-a-Nova,

Castelo Branco

Séculos II-I a. C.

5 × 15,5 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

Au 997

Taça de forma troncocónica com fundo côncavo em ônfalo, de tipo *mastós* helenístico. No interior, o bordo é espessado e ligeiramente convexo, sendo decorado por nervura com espinhado inciso. No exterior, ao centro, o fundo apresenta um gráfito inciso, constituído por três traços cruzados em forma de estrela, associados a um ponto.

CF/AIS

Bibliografia:

Beirão; Gomes, 1988, p. 128.



12. Taça de prata

Monsanto, Idanha-a-Nova,

Castelo Branco

Séculos II-I a. C.

7,9 × 18 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

AU 998

Taça de forma troncocónica com fundo hemisférico ligeiramente achatado, de tipo *mastós* helenístico. No interior, o bordo é espessado e ligeiramente convexo, sendo decorado por uma dupla linha incisa. A meio da parede interna e a cerca de 30 mm do bordo, na parede externa, apresenta respetivamente um e dois grafitos incisos.

CF/AIS

Bibliografia:

Beirão; Gomes, 1988, p. 128.



13. Vaso de prata

Monsanto, Idanha-a-Nova,
Castelo Branco
Séculos II-I a. C.

4 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
Au 999

Vaso de corpo globular e colo alto assente em base de anel. O colo é liso e o bojo decorado por uma composição incisa e repuxada de quatro bandas: a inferior, mais larga, é formada por pétalas alongadas, definidas por linhas duplas incisadas; a segunda é constituída por dois alinhamentos de espinhado que correm em sentido inverso; a terceira forma um padrão de losangos e triângulos preenchidos por ponteados; a superior é formada por duas faixas caneladas obliquamente.

CF/AIS

Bibliografia:

Gomes; Beirão, 1988, p. 129.



14. Grande vaso com testo de orelhetas perfuradas

Garvão, Ourique, Beja

Séculos IV-III a. C.

66 × 46,4 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

2001.62.1

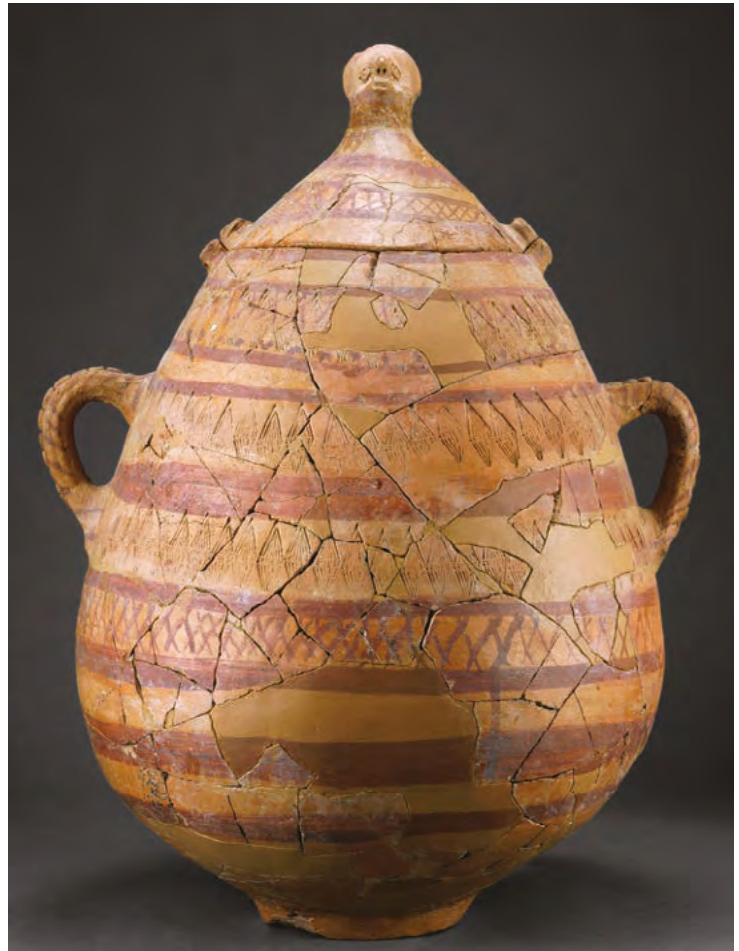
Grande vaso, reconstituído, com duas asas simétricas, de corpo ovoide, com decoração estampilhada, pintada e coroplástica, testo de orelhetas perfuradas. Os motivos estampilhados são de contorno romboidal, que alternam com bandas e retículas pintadas de cor vermelha escura. A tampa, de forma cónica, termina numa pega que representa uma cabeça antropomórfica, onde se reconhece um toucado em forma de leque, nariz proeminente e largo, olhos circulares e boca com lábios salientes. Apresenta duas orelhetas perfuradas, opostas, na direção das asas, que são verticais e decoradas por pastilhas circulares.

CF/AIS

Bibliografia:

Beirão [et al.], 1985, p. 45-136;

Alarcão; Santos, 1996, p. 267.



15. Figura de Ísis amamentando Hórus

Proveniência desconhecida
Séculos VI-IV a. C. (?)
Coleção Calzadilla
8,4 cm
Museo Arqueológico Provincial
de Badajoz, Junta de Extremadura
11994

Entre os materiais da Coleção Calzadilla conservados no Museu há uma figurinha de bronze, de vulto redondo, cuja procedência exata se desconhece, representando a deusa egípcia Ísis com seu filho Harpócrates — Hórus criança — sentado no regaço, ao qual oferece o seio esquerdo. A deusa estava sentada num trono, que não se conserva, que nas figuras deste tipo podia não estar individualizado, mas sim integrado na própria figura ou sobre a cabeça da deusa.

Ísis apresenta um longo e justo vestido, que deixa ver os tornozelos, e a sua característica peruca tripartida com as respectivas madeixas por trás das orelhas de vaca até à altura do peito, exibe a serpente real frontal. Sobre a cabeça conserva a base do adorno com um orifício circular onde se inseria o disco solar envolvido pela cornamenta liriforme que aparece em figuras similares. A deusa, que é a personificação do trono e cujo nome se escreve com o sinal hieroglífico que o representa, não conserva o trono, que deveria ter sido realizado nalgum material deteriorável.

A presença de materiais egípcios ou inspirados em protótipos egípcios está testemunhada em lugares tão distantes do seu centro de origem como a Península Ibérica. Objetos que chegaram à Península entre os séculos VI e IV a. C. através de Ibiza, que

funciona como centro de distribuição do intenso comércio desenvolvido na bacia do Mediterrâneo, cuja iconografia é adotada e transformada ao longo dos séculos. Assim, por exemplo na necrópole púnica de Puig des Molins em Ibiza existem vários amuletos e escaravinhos com a representação de Ísis amamentando o pequeno Harpócrates. A mesma imagem da deusa mãe *ku-rotróphos*, nutriz, está também representada num escaravelho encontrado no palácio-santuário de Cancho Roano (Zalamea de la Serena, Badajoz).

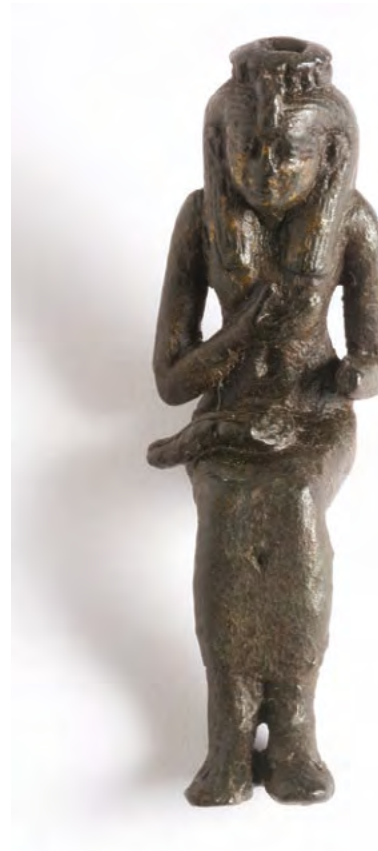
São numerosos os testemunhos arqueológicos do culto de divindades orientais como Ísis na Península Ibérica na época romana. A iconografia da deusa nutriz alcança um grande auge após a integração do Egito no Império romano. Com o cristianismo a imagem da deusa mãe amamentando Hórus foi associada à da Virgem Maria com

o Menino Jesus, do mesmo modo que antes tinha sido relacionada com a deusa Hator, da qual tinha apreendido as orelhas de vaca e os cornos que simbolizam também o quarto crescente lunar, e que aparecem habitualmente representados nas imagens da Imaculada Conceição. O culto isíaco teve um grande retrocesso após a proibição dos cultos pagãos pelo imperador Teodósio, sobrevivendo até ao século VI d. C., quando Justiniano acaba definitivamente com ele. No entanto, a iconografia de *Isis Lactans* perdurou ao longo dos séculos derivando na conhecida imagem da Virgem do Leite.

BGF

Bibliografia:

Gamer-Wallert, 1978, p. 264, fig. 33B;
García y Bellido, 1967, p. 120, n.º 31;
Maluquer; Aubet, 1981, p. 350, fig. 54
e p. 392, n.º 2.



16. Bracete de prata dourada

Monsanto, Idanha-a-Nova,

Castelo Branco

Séculos II-I a. C.

9,6 × 1,7 cm

Museu Francisco Tavares Proença

Júnior, Castelo Branco

10.23 MFTPJ

Bracete de prata dourada do tipo IIB de Bandera Romero (1984) constituído por chapa laminar aberta, com as extremidades rematadas de forma retilínea, com as arestas arredondadas. Estas extremidades ostentam uma decoração complexa feita com matrizes e punções. A peça partiu-se na Antiguidade e foi remendada pela aplicação de solda de prata sobre a área da fratura, tanto na face externa como na interna, de um modo pouco cuidado, mas eficaz, uma vez que ambas as partes se conservam unidas.

CF

Bibliografia:

Dias, 1972, p. 13; Raddatz, 1969,

p. 279; Vasconcelos, 1920, p. 102-107;

Fabião, 2004b.



17. Fíbula de prata dourada

Monsanto, Idanha-a-Nova,

Castelo Branco

Séculos II-I a. C.

6,7 × 3 cm

Museu Francisco Tavares Proença

Júnior, Castelo Branco

10.24 MFTPJ

Fíbula de prata dourada na tradição de La Tène II, do tipo Ponte 35. O arco desenha um semicírculo, curvando em ângulo obtuso para formar uma goteira alongada, dobrada em sentido contrário para terminar numa braçadeira que se fixa à ponte, na extremidade oposta. Este longo pé, que se sobrepõe ao arco, apresenta uma decoração de linhas divergentes, em espiga, realizada a punção.

CF

Bibliografia:

Dias, 1972, p. 13; Raddatz, 1969, p. 279; Vasconcelos, 1920, p. 102-107; Fabião, 2004b; Ponte, 2006, p. 308-311.



18. Torques convertido em bracelete espiraliforme

Monsanto, Idanha-a-Nova,
Castelo Branco

Séculos II-I a. C.

7,5 cm

Museu Francisco Tavares Proença
Júnior, Castelo Branco

10.29 MFTPJ

Torques de prata dourada constituído por arame filiforme com a zona central batida, de modo a constituir um segmento de secção poligonal. As extremidades, reviradas e fundidas, formam olhais. Na zona central, na área batida, apresenta uma decoração pontilhada, feita a punção. Encontra-se dobrado, de modo a constituir um bracelete espiraliforme. Corresponde, o torques, ao tipo IB da classificação de Bandera Romero.

CF

Bibliografia:

Dias, 1972, p. 13; Raddatz, 1969;

Vasconcelos, 1920, p. 102-107;

Fabião, 2004b.



19. Kalathos

El Romazal I, Plasenzuela, Cáceres

Séculos II-I a. C.

21 × 18 cm

Museo de Cáceres. Depósito da Junta de Extremadura

D7-595

Kalathos é uma palavra grega que significa cesto e utiliza-se para denominar os vasos cerâmicos de corpo cilíndrico e bordo plano saliente que se assemelham a uma cartola. Está decorado com pintura vermelha, de clara influência ibérica, com linhas paralelas no rebordo e com semicírculos separados por duas linhas verticais e uma terceira encaracolada no corpo. Esta peça apareceu num enterramento junto a uma fíbula e a uma fusaiola numa das necrópoles do castro de Villasviejas del Tamuja.

JMGB

Bibliografia:

Hernández-Galán, 1996, p. 116-117;

Hernández [et al.], 2008, p. 328-329.



O CONTACTO. O IMPACTO DA PRESENÇA ROMANA

O CONTACTO: O IMPACTO DA PRESENÇA ROMANA NA LUSITÂNIA

MANUEL SALINAS DE FRÍAS

Augusto constituiu a província romana da Lusitânia com os territórios conquistados durante os séculos II e I a. C. no ocidente da Península Ibérica, no espaço compreendido entre o rio Guadiana, a costa atlântica meridional e ocidental, e o curso do rio Douro a norte. Pelo próprio fenómeno de conquista, o contacto entre os romanos e os povos estabelecidos neste espaço foi, no início, quase exclusivamente militar e violento. As guerras desenvolveram-se principalmente durante os dois primeiros terços do século II a. C., até ao ano 133 a. C., data na qual, com as campanhas de Décimo Bruto, se concluiu a submissão de todo o ocidente peninsular. A partir desse momento, ainda que não tenham cessado as hostilidades e as sublevações, os contactos tornaram-se mais complexos, deixando de ser de natureza exclusivamente militar. Para além disso, desde o início do século I a. C. verificou-se um progressivo estabelecimento de imigrantes itálicos, sobretudo na metade meridional da Província, nos territórios a sul do rio Tejo, incrementando-se a colonização, especialmente a partir da época de César (49 a. C.). Estes imigrantes, que começaram a constituir a nova classe dirigente das cidades pré-romanas ou que deram origem à criação de novas cidades, trouxeram as suas próprias técnicas, formas económicas, gostos (por exemplo culinários, o que está relacionado com o aparecimento da louça de mesa itálica em cidades meridionais como *Balsa/Tavira*, *Ossonoba/Faro* e *Baesuri/Castro Marim*) e cultura, e influenciaram a sociedade local, que foi evoluindo para uma autêntica sociedade hispano-romana, que aparece definitivamente constituída no final do século I a. C., quando o primeiro dos imperadores cria a nova província da Lusitânia.

A conquista romana da Lusitânia é inseparável da conquista do resto da Península Ibérica. Pouco depois de terminar a guerra contra Aníbal, os romanos mostraram vontade em permanecer ao constituir duas novas províncias fora de Itália no ano 197 a. C., a Hispânia Citerior e a Hispânia Ulterior, com os territórios conquistados aos cartagineses e outros de nova aquisição que nunca tinham estado submetidos a Cartago. Cada província era governada por um pretor. A primeira, a Hispânia Citerior, abrangia, grosso modo, a costa catalã e o baixo vale do Ebro, assim como uma estreita franja litoral que se estendia pela costa levantina até Cartagena. A segunda, a Hispânia Ulterior, abrangia o vale do Guadalquivir e a costa meridional até perto de Villaricos (Almería), onde se encontrava o limite com a Citerior. Enquanto a nordeste a cordilheira ibérica oferecia uma relativa fronteira natural entre os povos ibéricos da área catalã, já conquistados, e os povos celtibéricos da Meseta central (fig. 1); a sudoeste não existia uma fronteira natural tão clara. A Serra Morena, que a este oferece uma barreira geográfica natural franqueável através de alguns pontos como o de Despeñaperros, aplanase para ocidente; as serras de Huelva e Aracena oferecem um relevo menos escarpado, e das planícies da Andaluzia ocidental passa-se quase sem transição para as planícies do Algarve português. Do mesmo modo, os vales do Guadiana e do Tejo estão separados por uma divisória montanhosa de escasso relevo e facilmente franqueável. Esta configuração do terreno propiciava a penetração de elementos lusitanos nos territórios

peninsulares meridionais, nos quais Roma tinha constituído a província da Hispânia Ulterior. A presença lusitana no vale do Guadalquivir podia assumir, alternativamente, formas pacíficas ou violentas (fig. 2), e movimentos de transumância sazonal, mediante os quais os rebanhos do vale do Douro ocidental e da Alta Extremadura procuravam os pastos de inverno do meio-dia. Como também o alistamento de mercenários lusitanos nos exércitos das cidades da Turdetânia ou, diretamente, como tropas que efetuavam expedições de saque a fim de conseguirem despojos de guerra e gado que levavam para as suas zonas de origem. A conquista romana da Lusitânia teve, portanto, distintas causas, sendo as principais o desejo de controlar a riqueza mineira e agropecuária da região, assim como a necessidade de construir uma fronteira defensiva dos territórios meridionais face à expansão das populações lusitanas. Dada a estrutura política atomizada destas populações, uma vez iniciadas as hostilidades, Roma viu-se obrigada a intervir cada vez mais para o interior e para norte, progredindo assim a conquista, primeiro do vale do Guadiana e, depois, dos vales do Tejo e do Douro. Por outro lado, o desenvolvimento da escravatura como forma de trabalho predominante na economia romana ao longo do século II a. C. converteu a guerra numa interessante fonte de mão de obra escrava através dos prisioneiros capturados. Também a presença militar romana, ao interromper as vias de contacto (caminhos de transumância) do ocidente peninsular, contribuiu para quebrar os frágeis equilíbrios económicos e militares estabelecidos anteriormente, aumentando a instabilidade política. De maneira que, quando o território ficou definitivamente conquistado, os vencedores apresentaram a sua intervenção como se se tratasse da pacificação de um território ao qual tinham levado a civilização, quando, na realidade, eram eles quem o tinha desequilibrado. Este preconceito aparece na historiografia e na geografia antigas da época de Augusto, principalmente no geógrafo grego Estrabão.

Fig. 1 — Sepulturas e muralha do castro vetão de Chamartín de la Sierra (Ávila). Fotografia cedida pelo autor.

Fig. 2 — Umbo de escudo, espada afalcatada e faca lusitanos. Museo Provincial de Cáceres.



De um modo mais concreto, o início da conquista romana da Lusitânia pode ser considerado uma consequência da grande sublevação dos anos 197-195 a. C., que se desencadeou devido à criação das duas províncias hispânicas por Roma e, por conseguinte, à imposição de uma série de tributos aos hispanos. Durante a sublevação e nos anos sucessivos, exércitos procedentes da Meseta central, celtiberos e lusitanos, saquearam e enfrentaram os romanos no vale do Guadalquivir. No ano de 193 a. C., o pretor Marco Fúlvio Nobílior iniciou as operações em direção ao interior ao dirigir-se contra uma coligação de vacceus, vetões e celtiberos, capturando o seu rei Hilerno. Durante cerca de 15 anos, até 178 a. C., estas expedições continuaram ano após ano, de acordo com as fontes clássicas, com combates junto às cidades de *Dipo* (no limite de Guadajira, província de Badajoz) e de *Toletum* (Toledo), pelo que podemos observar que os romanos tentaram primeiro assegurar o controlo do vale do Guadiana e posteriormente do vale do Tejo.

Um novo período de guerras começou no ano 155 a. C., quando se deu uma grande sublevação dos lusitanos estabelecidos a sul do Tejo e dos vetões, que saquearam a província romana estendendo as suas incursões até à costa meridional, onde atacaram as cidades dos blastofenícios, ou seja, as colónias de fundação púnica: Almuñécar, Málaga e, provavelmente, alguns estabelecimentos da costa gaditana e do Algarve. Outro grupo diferente, formado pelos lusitanos que estavam a norte do Tejo, dedicou-se a saquear o país dos cúneos ou cónios, o atual Algarve, tomando *Conistorgis* (identificada por alguns com Medellín). Inclusive atravessaram o estreito de Gibraltar e saquearam o norte de África, até que foram vencidos e exterminados por Lúcio Múmio (fig. 3). O seu sucessor, Marco Atílio, realizou uma incursão contra os lusitanos, tomando a cidade de *Oxthracas* que, segundo Apiano, era a mais importante que tinham, levando os lusitanos e alguns vetões a negociar a paz com Atílio, mas, quando ele regressou aos aquartelamentos de inverno, voltaram a sublevar-se, assediando algumas populações aliadas de Roma. Sérvio Sulpício Galba, sucessor de Atílio, e o seu colega Lúculo, atacaram em conjunto os lusitanos, partindo, respetivamente, da costa do Algarve e do vale do Guadalquivir. Então, quando alguns emissários dos Lusitanos foram pedir a renovação dos pactos que tinham feito anteriormente, Galba concordou em repartir-lhes terras se entregassem as armas. No entanto, uma vez desarmados, os lusitanos foram exterminados quase por completo.

A traição de Galba tem um importante papel historiográfico no que concerne a apresentação da figura do principal caudilho lusitano, Viriato, sobre quem Apiano diz, expressamente, ser um sobrevivente da matança de Galba. Já na própria Antiguidade a figura de Viriato adquiriu aura lendária, e nas notícias que dele nos transmitem os autores clássicos misturam-se elementos historicamente fidedignos com estereótipos da filosofia helenística, que transformaram Viriato no protótipo do monarca justo, redistribuidor de bens pelo seu povo e de indivíduo não corrompido pela civilização, frugal nos seus gostos e fiel à sua palavra; de modo que Galba e Viriato, na historiografia clássica, constituem imagens antagónicas do governante. Durante oito anos (147-139 a. C.), Viriato liderou a resistência lusitana contra os romanos e chegou a constituir uma monarquia independente cujos territórios centrais eram os da Betúria céltica, isto é, os territórios situados entre o Guadalquivir e o Guadiana, estendendo-se desde as proximidades de Cádiz até Martos, na província de Jaén. Este Estado recebeu o reconhecimento oficial dos romanos em 140 a. C., quando Viriato colocou o exército de Fábio Máximo Serviliano numa situação indefensável. «Mas Viriato — diz Apiano — não se mostrou altivo nesse momento de sorte, mas, pelo contrário, considerando que era uma boa ocasião para pôr fim à guerra através de um ato de notável generosidade, fez um pacto

com eles, ratificado pelo povo romano: que Viriato era amigo do povo romano e que todos os que estavam sob o seu comando eram donos da terra que ocupavam.» Não obstante, Servílio Cepião, irmão e sucessor no cargo de Serviliano, denunciou o tratado, e foi secretamente autorizado pelo Senado a provocar Viriato. Cepião conseguiu finalmente comprar três nobres de Osuna, que pertenciam ao estado-maior de Viriato e que por ele tinham sido enviados para negociar a paz, Áudax, Ditalco e Minuro, para que o assassinassem secretamente.

No entanto, o assassinato de Viriato não pôs fim à guerra, que só foi concluída por Décimo Júnio Bruto após uma campanha de dois anos (138-136 a. C.) e que só se pode descrever como genocídio sistemático. Posteriormente atravessou o rio Douro e chegou a um rio chamado *Lethes* (Esquecimento), que já na Antiguidade foi identificado como o rio *Limaia* ou Lima, tendo sido o primeiro romano a atravessá-lo. Bruto teve de vencer a resistência dos seus próprios soldados, crentes na superstição de que aqueles que o atravessavam esqueciam a sua pátria e nunca mais regressavam aos seus lares. Também atravessou o *Nimis*, provavelmente o rio Minho, e atacou os Brácaros, executando homens e mulheres, que combatiam com a mesma ferocidade. No decorrer da sua campanha, Bruto fortificou duas importantes cidades, *Moron*, identificada por alguns com Almourol, onde não apareceram vestígios, e por outros com Chões de Alpompe (São Vicente do Paul, Santarém) — onde se localiza um planalto rodeado por uma muralha de terra que proporcionou cerâmica da Idade do Ferro e campanienses A e B —, e *Olisipo*, atual Lisboa, as quais converteu em bases das operações militares romanas. Estas obras de fortificação testemunham o interesse dos romanos também na via costeira de comunicação e no controlo do vale do Tejo como meio de penetração no interior. No ano de 132 a. C., os romanos enviaram uma comissão de 10 senadores para organizar os territórios que Cipião Emiliano e Décimo Bruto tinham recentemente conquistado na Hispânia.

Contudo, posteriormente a esse ano, continuaram as hostilidades, atestadas quer pelas fontes clássicas quer pelo material arqueológico. Um documento muito importante neste sentido é a *Tabula Alcantarensis* datada de 104 a. C., que regista a rendição (*deditio*) da comunidade lusitana que vivia no castro de Alcântara ao governador romano, Lúcio Césio.

O acontecimento mais importante que afetou a Lusitânia durante este período foi, sem dúvida, a guerra de Sertório, que se desenvolveu como um capítulo à parte das guerras civis romanas no final da República, entre 80 e 72 a. C. No caso da Lusitânia, deu-se ainda o facto de terem sido os próprios lusitanos a oferecer um exército e o comando a Sertório, tendo ido buscá-lo ao norte de África, quando já se impacientava com poder enfrentar os seus oponentes. As primeiras operações aconteceram à volta da cidade de *Langobriga* ou *Lacobriga*, que pode ser identificada com Lagos, no Algarve, e da cidade *Conistorgis*, já conhecida. O oponente de Sertório nesta província era Quinto Cecílio Metelo, um general veterano e experiente que já tinha sido cônsul. Este venceu primeiramente o lugar-tenente de Sertório, Hirtuleio, num local chamado *Segovia*, que não devemos identificar com a cidade que atualmente apresenta esse nome, mas com outro diferente que alguns historiadores identificaram nas margens do rio Genil, perto de Écija, e outros com o castro de Segóvia, perto de Elvas. Depois, Metelo foi conquistando, paciente e obstinadamente, território a Sertório, avançando de sul para norte através da futura Via da Prata, onde se conhecem dois topónimos, *Metellinum* (Medellín) e *Castra Caecilia* (o acampamento de Cáceres el Viejo), que aludem sem dúvida à atividade deste general. Outros topónimos da Lusitânia, como *Caeciliana* (a sudeste de Lisboa) e *Caecilius Vicus* (nas imediações de Puerto de Béjar, Salamanca) aludem, também sem dúvida, à atividade de Cecílio Metelo durante a sua guerra contra Sertório (fig. 4).

Uma série de achados arqueológicos relacionam-se também com a guerra entre Sertório e Metelo. Trata-se da descoberta em Azuaga (Badajoz) de uma fábrica de fundição de projéteis de chumbo, com a marca *Q(uintus) Me(tellus)* (cat. 31 a 34), assim como depósitos de balas de chumbo em Hornachuelos (Ribera del Fresno, Badajoz) e nas imediações do rio Ortigas (Don Benito, Badajoz). A estas deve-se acrescentar a descoberta no sítio de San Sixto, em Encinasola (Huelva), de outro conjunto de projéteis de chumbo, dos quais dois apresentam a inscrição *Q. Sertori/pro. Cos.*, e um pequeno tesouro de moedas escondido no primeiro terço do século I a. C. Também conhecemos um tesouro de denários de Salamanca, datável desta época, cujas moedas pertencem principalmente a ateliês monetários do vale do Ebro (*Bolscan e Turiasu*), o que mostra a relação existente entre as duas principais zonas do poder sertoriano na Península. A distribuição das ocultações de moedas, motivadas pela sensação de insegurança inerente à guerra, demonstra a evolução do conflito sertoriano na Lusitânia. Um primeiro grupo de ocultações ocorre por volta de 79 a. C. e está constituído por pequenos tesouros localizados principalmente no vale do Tejo (Santana da Carnota, Alenquer, Idanha-a-Velha, Torres Novas, Columbeira e outros na parte portuguesa; Valdesalor e Monroy na parte espanhola). Um segundo grupo (Coimbra, Viana do Castelo, etc.) localiza-se no vale do baixo Douro, ou seja, mais a norte, e tem datação mais tardia, cerca de 74 a. C., evidenciando uma deslocação da frente de guerra para norte e ocidente.

Pouco tempo depois da guerra de Sertório, em 61 a. C., César viria como governador da Hispânia Ulterior, realizando durante o seu governo as últimas operações militares contra os povos do ocidente peninsular. Segundo Dión Cássio, a guerra de César contra os lusitanos foi motivada pela inveja que sentia de Pompeio e pelo desejo de adquirir a glória militar que lhe permitisse aceder ao consulado. César ordenou então aos lusitanos que habitavam



Fig. 4 — Cecílio Metelo na Lusitânia e outros pontos fortes dos Romanos.

o *mons Herminius*, a serra da Estrela, que se trasladassem para a planície, onde lhes seria mais difícil dedicar-se ao banditismo, sabendo na realidade que não aceitariam esta ordem, proporcionando assim um pretexto para a guerra, como aconteceu. Alguns povos vizinhos dos lusitanos, temendo também ser atacados, enviaram as crianças e as mulheres juntamente com as coisas de valor para norte do Douro. César atravessou o rio perseguindo-os e depois regressou para os do *mons Herminius*, que lhe preparavam uma emboscada, regressando por um caminho diferente, surpreendendo-os e perseguindo-os até à costa. Os lusitanos refugiaram-se então numa ilha, talvez a ilha da Berlenga ou outra da costa portuguesa. Fracassada uma primeira tentativa de abordá-los com jangadas, César fez vir a frota de Cádiz e, com ela, não só tomou a ilha, como também navegou até *Brigantium*, na ria de La Coruña. Os galaicos, aterrorizados porque nunca antes tinham visto um navio, submeteram-se a ele.

A política de César durante a sua pretura tendeu a beneficiar as oligarquias provinciais, e em particular a Ordem Equestre, de acordo com o que seria depois a sua política geral. Sabemos que solicitou ao Senado o levantamento dos tributos impostos por Metelo durante a guerra contra Sertório, outorgou moratórias ao pagamento de dívidas, que parece terem-se tornado insuportáveis, e favoreceu algumas cidades, particularmente Cádiz, à qual provavelmente outorgou o estatuto de *municipium*. Mais adiante faremos referência à política colonizadora e municipalizadora de César na Lusitânia. Ainda que não tenhamos dados concretos, é possível que César também tenha concedido pontualmente a cidadania a indivíduos das aristocracias lusitanas. O estudo dos nomes próprios verificados na Lusitânia durante o Alto Império, através das inscrições, mostra que o *nomen Iulius* é, expressivamente, o mais utilizado na Lusitânia, o que leva a supor a existência de concessões de cidadania realizadas seletivamente pelo próprio César ou por Augusto.

As consequências da pacificação imposta pelas armas de César aos lusitanos e aos outros povos do ocidente peninsular ficam patentes nos factos subsequentes à guerra civil. No momento da sua eclosão, as tropas pompeianas encontravam-se distribuídas da seguinte maneira: Afrânio com três legiões na Hispânia Citerior; Petreio, com duas, no território entre *Castulo* (Cazlona, Jaén) e o Guadiana; e Varrão, com outras duas, perto de Cádiz, na Hispânia Ulterior. Nos movimentos que precederam a batalha de *Ilerda*, em 49 a. C., Petreio e Afrânio combinaram que, depois de reunir as tropas de cavalaria e auxiliares na Lusitânia, Petreio atravessaria o país dos vetões e se juntaria a Afrânio, para juntos enfrentarem César. Estas operações indicam que, pela primeira vez, os lusitanos e os vetões já não combatiam como povos contra Roma, mas como partes envolvidas na guerra civil.

Um aspeto arqueológico importante relacionado com esta etapa de contacto e conquista da Lusitânia por parte de Roma é o dos acampamentos militares da época republicana. Como referimos anteriormente, as fontes literárias citam alguns acampamentos romanos, como *Castra Caecilia* ou *Castra Servilia* nas imediações de Cáceres, que são verosimilmente fundações desta época mas que não se conseguiram identificar arqueologicamente. Existem, por outro lado, alguns acampamentos romanos conhecidos arqueologicamente cujo mobiliário leva a datá-los deste período. Contudo, o seu estudo ainda está muito incompleto e desconhecem-se muitos aspetos, não apenas no que concerne à Hispânia, mas em geral no que se refere às práticas de castramentação da época romana republicana. O mais conhecido de todos é o acampamento de Cáceres el Viejo, situado a 2,5 km da atual capital, e que foi objeto de escavação e estudo por parte de Adolf Schulten no início do século xx e, posteriormente, nos anos 80, e que forneceu abundantes restos construtivos, verificou-se a existência de um templo na área do pretório, assim como inúmeros restos de cerâmica, bronzes, moedas,

armas, etc. Este acampamento foi destruído por um incêndio por volta de 80 a. C., quiçá na sequência de um ataque inimigo, mas é impossível determinar se os inimigos eram lusitanos ou outras tropas romanas. Na opinião de Schulten tratava-se de um acampamento da guerra sertoriana, mas não sabemos se das tropas de Sertório ou de Metelo; mas outros investigadores propuseram outros contextos históricos e outras cronologias, em qualquer dos casos, do primeiro terço do século I a. C. Outros acampamentos conhecidos são o de Chões de Al pompé, na confluência dos rios Alviela e Tejo, que alguns identificaram como a cidade de *Moron*, fortificada por Bruto, onde se pode apreciar uma grande superfície sobrelevada e muralhada que proporcionou cerâmicas da Idade do Ferro para além de cerâmicas campanienses A e B; o acampamento do Alto do Castelo, em Alpiarça, datado também das campanhas de Bruto. Recentemente assinalou-se a existência de um acampamento romano em El Pedrosillo, em Casas de Reina (Badajoz), cuja prospeção revelou semelhanças com os acampamentos de Numância e de Aguilar de Anguita, o que levou a supor que se dataria também das guerras lusitanas (140 a. C.). À época das guerras civis, portanto a um momento posterior, corresponderiam os acampamentos de Castelo da Lousa (Mourão), cuja vida se estenderia, aproximadamente, desde 75 a. C. até à época de Augusto, e o de Lomba do Canho (Arganil), onde as escavações revelaram um estabelecimento militar de grande complexidade, desenvolvido em relação com as explorações auríferas do rio Alva, cujo momento final se situa no contexto das guerras entre César e os filhos de Pompeu. Apesar de existir, evidentemente por razões de segurança, uma separação entre as tropas aquarteladas nestes acampamentos e a sociedade indígena, a sua presença na Lusitânia é muito importante, dado que os soldados romanos reproduziam neles os seus modos de vida e entravam em contacto com as tropas indígenas auxiliares, contribuindo assim para a romanização do território através da difusão, por exemplo, da economia monetária.

Outro fenómeno muito importante que ocorre durante o século I a. C., como vimos, é a ascensão de algumas cidades indígenas, situadas no vale do Tejo ou a sul do mesmo, à condição de municípios ou colónias. De acordo com o polígrafo romano Plínio-o-Velho (N.H. 4.35, 117), que escrevia por volta de 70 d. C., a Lusitânia tinha 45 *populi* (unidades políticas), dos quais 5 eram colónias, 1 município de direito romano, 3 eram *oppida* (cidades) com o direito latino antigo e 36 eram cidades estipendiárias. As cinco colónias eram *Augusta Emerita*, *Metellinum* (Medellín), *Pax Iulia* (Beja), *Norba Caesarina* (Cáceres) e *Scallabis Praesidium Iulium* (Santarém). O município de cidadãos romanos era *Olisipo Felicitas Iulia* (Lisboa); e os *oppida* de direito latino antigo eram *Ebora Liberalitas Iulia* (Évora), *Myrtilis* (Mértola) e *Salacia* (Alcácer do Sal). Foi proposto, verosimilmente, que os municípios de direito romano e latino receberam o seu estatuto das mãos de César; do mesmo modo que o cognome de *Caesarina* atribuído a Cáceres e o *nomen Iulius* de *Scallabis* (Santarém) parecem indicar uma intervenção sua. Se estas suposições estiverem corretas, as colónias e os municípios cesarianos devem ter sido criados durante o seu último ano de governo, entre 45 e 44 a. C., quando, como ditador pela quarta vez, pôs em prática um grande trabalho de organização do Estado.

Trate-se ou não de fundações cesarianas, permanece o facto de quatro das cinco colónias da Lusitânia terem sido fundadas dentro da baliza cronológica de cerca de 50 anos, que vai de 79 a. C. — primeiro ano da estadia de Metelo na Ulterior durante a guerra de Sertório e, portanto, a data mais antiga que se pode atribuir a *Metellinum* (fig. 5), no caso de se supor que se trata de uma fundação deste general —, até 25 a. C., ano da fundação de *Augusta Emerita*. Dentro destes 50 anos encontram-se a questura e a pretura de César na Ulterior e, posteriormente, os episódios da guerra civil na Hispânia e a sua ditadura. Dado não existirem dúvidas

que César promoveu a criação de um grande número de colónias, tanto no resto da Hispânia como na Narbonense, seria estranho que alguma das colónias que na Lusitânia apresenta o *nomen Iulius* não remontasse à sua fundação. Sem contar *Emerita* e *Pax Iulia*, que apesar do seu *nomen* os historiadores estão de acordo em considerar fundações de Augusto, remanescem como prováveis fundações cesarianas *Scallabis*, *Metellinum* e *Norba Caesarina*. Para além de servirem de assentamento e dotação de terras aos veteranos, estas colónias constituíam uma defesa dos territórios mais meridionais da província, mais ricos e civilizados, em relação aos situados a norte do Tejo, cuja conquista recente tinha sido terminada pelo próprio César.

A consequência das fundações coloniais no final da República foi o estabelecimento de um número indeterminado, mas percentualmente importante, de população itálica nestes territórios, com a sua língua, os seus costumes e as suas próprias formas de organização. Os territórios entregues aos colonos eram os mais férteis do ponto de vista agrícola ou de gado, e neles foram impostos as formas de propriedade e posse do direito romano, dando assim início, nesta parte da Hispânia, à transformação das estruturas económicas e sociais indígenas e ao processo de romanização. Esta consideração é confirmada pelos testemunhos numismáticos que mostram a criação de uma classe dirigente hispano-romana no final da República. Trata-se das emissões de moeda de *Salacia*, com nomes indígenas de magistrados, de *Myrtilis* e de *Brutobriga* com nomes exclusivamente latinos. A cunhagem nestes ateliês monetários é escassa, provavelmente realizada pontualmente, e existem grandes problemas com a sua exata cronologia, ainda que o mais provável seja corresponderem ao período da guerra civil entre Pompeu e César ou às décadas imediatamente seguintes. No entanto, é importante observar que estas cunhagens correspondem a cidades situadas na metade meridional da Lusitânia, isto é, nos territórios de conquista mais antiga e de romanização mais inicial e intensa, e que duas delas, *Myrtilis* e *Salacia*, tinham uma história anterior vinculada ao comércio colonial atlântico, e gozavam de direito latino provavelmente desde a época de César.



Fig. 5 — *Metellinum*, a ponte romana sobre o Guadiana. Fotografia cedida pelo autor.

20. Minerva

Cáceres el Viejo, Cáceres

Século I a. C.

23 x 7,4 cm

Museo de Cáceres, Junta
de Extremadura

3.412

Estatueta de bronze que representa a deusa de pé. Veste peplo e capacete coríntio com cimeira. Sobre o peito enverga a égide de pele de cabra, presa por duas correias, na qual se distingue a cabeça da Medusa.

Levanta o braço esquerdo em atitude de brandir uma lança, hoje perdida, que provavelmente iria acompanhada de um escudo igualmente perdido. A mão direita adianta-se sobre a cintura, onde levaria uma pátera que também não chegou até nós. Deusa da razão e da sabedoria, é também deusa das técnicas de guerra pelo que não é surpreendente a sua presença num acampamento militar.

JMGB

Bibliografia:

Blech, 1984, p. 306-309; Valadés, 1999, p. 561; Alvarado, 2006c, p. 98; González Bornay, 2014, p. 154-155.



21. Falcata

Cáceres el Viejo, Cáceres

Século I a. C.

59 × 6,5 cm

Museo de Cáceres, Junta
de Extremadura

2.664

A falcata é uma espada curta, de lâmina curva, fabricada em ferro. A sua lâmina estreita-se nas proximidades do punho e é mais larga na ponta, onde apresenta dois gumes. Esta configuração tornava-a ideal para o combate corpo a corpo, pois permitia golpear, cortar e furar. Considerada uma espada tipicamente hispânica, tem a sua origem numa arma similar etrusca elaborada a partir de modelos gregos. A sua área de distribuição mais frequente é a cultura ibérica do sul e do levante peninsular, sendo uma arma pouco habitual na Lusitânia. O seu aparecimento no acampamento romano de Cáceres el Viejo pode indicar a presença de tropas indígenas como parte do exército romano.

JMGB

Bibliografia:

Ulbert, 1985, p. 109.





22. Fivela de cinturão

Cáceres el Viejo, Cáceres
Séculos II-I a. C.

8,5 × 13,5 cm

Museo de Cáceres, Junta
de Extremadura

6.245

Placa retangular de bronze com decoração gravada. Num dos lados menores conserva dois rebites para segurar o cinturão de couro. O anverso está decorado à base de duplos traços que formam um círculo inserido

num quadrado e cortado com bandas a modo de cruz. Este tipo de fivelas é característico do mundo ibérico, mas aparecem também na Hispânia céltica como na próxima necrópole de incineração de El Romazal I, donde provêm duas fivelas semelhantes que com muita probabilidade se devem considerar da mesma oficina e da mesma mão.

JMGB

Bibliografia:

Ulbert, 1985, p. 69-71.



**23. Escudo de ferro
(Scutum)**

Monte dos Castelinhos,
Vila Franca de Xira, Lisboa
Século I a. C.

50,2 × 15 × 8 cm

Museu Municipal de Vila Franca
de Xira

MMVFX 16806

Trata-se de um objeto extremamente raro. Elementos metálicos de um escudo a que faltam as componentes perecíveis. Apresenta um elemento central

redondo, de perfil cónico e duas tiras metálicas retangulares com diversas tachas de fixação. O elemento central corresponde à zona de prensão e proteção do punho, ou umbo, e as duas tiras constituíam os elementos de armação de um escudo de forma oval ou suboval, medindo c. de 52 cm de largura e com uma altura estimada de cerca de 1 m.

CF/JP

Bibliografia:

Pimenta, 2013, p. 43-46; Pimenta, 2014, p. 125-142.



24. Capacete de bronze

Cabeça de Vaiamonte,
Monforte, Portalegre

Século I a. C.

21 x 20,6 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

46235

Capacete de bronze de tipo *Buggenum*, de forma hemisférica, guarda-nuca em aba curta e plana e rematado no topo por um espigão de topo cónico. Conserva os orifícios onde encaixariam os elementos de proteção das faces (paragmátidas).

CF/AIS

Bibliografia:

Vasconcelos, 1927-1929, p. 184;

Maurino Múzquiz, 1993, p. 120-121;

Quesada Sanz, 1997, p. 556-563.



25. Capacete de bronze

Várzea da Misericórdia,
Aljezur, Faro

Século I a. C.

19 x 20,2 cm

Museu Municipal Dr. José
Formosinho, Câmara Municipal
de Lagos

MMJF 5058

Capacete em bronze de tipo *Buggenum*, de forma hemisférica. O guarda-nuca apresenta aba curta e plana, com decoração geométrica em forma de cordão, com um orifício a meio do seu bordo para colocação de elemento de suspensão. No topo conserva o espigão. De cada lado são visíveis os dois orifícios, para fixação dos guarda-faces (paragmátidas).

CF/AIS

Bibliografia:

Formosinho, 1950; Quesada Sanz,

1997, p. 556-563.

26. e 27. Fíbulas de bronze de apêndice caudal

Cabeça de Vaiamonte,
Monforte, Portalegre
Séculos II-I a. C.

4,9 × 3,2 cm; 5,3 × 3,9 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

2007.113.130 e 2007.141.3

Fíbulas (alfinetes de fixação de vestuário) de bronze de apêndice caudal, do tipo Schüle 4h e Ponte 32c. Apresentam arco em naveta invertida, peraltado, de secção semicircular. O pé é curto e ostenta um apêndice em balaústre. O olhal conserva ainda parte do eixo sobre o qual se enrolava o arame que servia de fuzilhão.

CF/AIS

Bibliografia:

Fabião, 1998a, p. 115-122; Ponte,
2006, p. 271-280, n.º 143.



28. Tábua com a rendição de um povo lusitano

Castro de Villavieja, Alcántara,
Cáceres

104 a. C.

19,3 × 21,5 × 4 cm

Museo de Cáceres. Depósito
da Junta de Extremadura

D3.162

Placa de bronze com a rendição, *editio*, e as consequentes disposições do povo lusitano dos *Seanoc* (i?) ao governador romano *L. Caesius*, durante o consulado de *C. Marius* e *C. Flavius* (104 a. C.).



Leitura (*Hispania Epigraphica*):

C(aius) MARIO FLAVIO [CO(n)S(ulibus)] / L(ucio) CAESIO C(aii) F(ilio) IMPERATORE POPVLVS SEANOC[- - - SE] / DEDIT L(ucius) CAESIVS C(aii) F(ilius) IMPERATOR POSTQVAM [EOS IN DEDITIONEM] / ACCEPIT AD CONSILIVM RETOLIT QVID EIS IM[PERANDVM] / CENSERENT DE CONSILI(i) SENTENTIA IMPERAV[IT VT OMNES] / CAPTIVOS EQVOS EQVAS QVAS CEPIS(s)ENT [TRADERENT HAEC] / OMNIA DEDERVNT DEINDE EOS L(ucius) CAESIVS C(aii) [F(ilius) IMPERATOR LIBEROS] / ESSE IVSSIT AGROS ET AEDIFICIA LEGES CETE[RA OMNIA] / QVAE SVA FVISSENT PRIDIE QVAM SE DEDID[ERVNT QVAE TVM] / EXTARENT EIS REDIDIT DVM POPVLVS [SENATVSQUE] / ROOMANVS(!) VELLE DEQVE EA RE EOS [QVI ADERVNT - - -] / EIRE IVSSIT LEGATOS CREN[VS? - - -] / ARCO CANTONI F(ilius) LEGATES

Tradução:

No consulado de *Caius Marius* e *Caius Flavius*, sendo a *Lucius Caesius* imperador, rendeu-se o povo dos *Seanoc*(cos?). *Lucius Caesius*, filho de *Caius*, imperador, depois de ter aceitado perguntou ao conselho o que considerava adequado exigir-lhes. A partir do parecer do conselho, exigiu os prisioneiros,

os cavalos e as éguas que tinham levado. Entregaram tudo. Depois *Lucius Caesius*, filho de *Caius*, determinou que os campos e as construções; as leis e as outras coisas que tinham tido até ao dia da rendição lhes fossem devolvidas para que usassem enquanto o senado e o povo de Roma assim quisesse. E em relação a este assunto ordenou aos

legados que fossem (...?) *Crenus*[filho de...] e *Arco*, filho de *Cantonus*, (atuaram como) legados.

JMGB

Bibliografia:

López Melero, 1984, p. 265-323;
Esteban; Salas, 2003, p. 22-25;
Alvarado, 2006b, p. 96; HEPOL 22832.

29. Cerâmica com decoração de guerreiro

La Coraja, Aldeacentenera, Cáceres
Séculos IV-II a. C.

10 × 18 cm

Museo de Cáceres, Junta
de Extremadura

53

Fragmento de urna a torno de bordo extrovertido. Decorada com pintura vermelha que representa, de forma muito esquemática, um guerreiro de perfil montando a cavalo que segura a rédea com a mão esquerda, um escudo com a direita, e uma falcata presa à cintura. A cena é um reflexo da sociedade bélica própria da Segunda Idade do Ferro. O cavalo era um símbolo de estatuto dentro das elites guerreiras, pelo que frequentemente se depositavam os arreios entre os espólios funerários.

JMGB

Bibliografia:

Cabello, 1992, p. 106; Alvarado,
2006a, p. 59.





30/1. Moeda de *Tamusia*

Província de Cáceres

Século I a. C.

2,3 cm; 6,67 g

Museo de Cáceres, Junta
de Extremadura

7.176

Moeda de bronze cunhada no ateliê monetário de *Tamusia*, identificada com o castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres), de onde provêm a maioria dos exemplares. É um ateliê monetário celtibérico pela sua língua, escrita e iconografia e o único localizado fora do vale do Ebro. No anverso apresenta cabeça masculina à direita entre dois golfinhos. No reverso apresenta cavaleiro com lança à direita, debaixo em caracteres ibéricos TAMUSIA.

JMGB

Bibliografia:

González Bornay, 2011, p. 42.



30/2. Asse cunhado em *Myrtilis*

Cabeça de Vaiamonte,

Monforte, Portalegre

Séculos II-I a. C.

3,2 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

2005.182.4

Moeda de bronze com o valor de Asse, cunhada em *Myrtilis*, sob a atual vila de Mértola, na margem do Guadiana. No anverso apresenta a legenda toponímica e no reverso uma sigla que deveria identificar o magistrado responsável pela cunhagem.

Anverso: peixe à direita, em cima, entre duas linhas horizontais a legenda: MVRTIL.

Reverso: espiga à direita: [L]APDE.

CF

Bibliografia:

Villaronga, 1994, p. 377, n.º 3;

Fabião, 1998a, v. 3, p. 14.



30/3. Quadrante cunhado em Myrtilis

Proveniência desconhecida
Séculos II-I a. C.
2,6 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
2006.60.2

Moeda de bronze com o valor de Quadrante, cunhada em *Myrtilis*, sob a atual vila de Mértola, junto do Guadiana.

Anverso: espiga à direita; abaixo, entre duas linhas, a legenda MVRT.

Reverso: peixe à direita; abaixo entre duas linhas a legenda L.AP.DEC. que deverá corresponder ao magistrado responsável pela cunhagem.

CF

Bibliografia:
Villaronga, 1994, p. 378.



30/4. Tésseira monetiforme cunhada em Balsa

Proveniência desconhecida
Século I a. C.
1,45 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
2006.63.1

Tésseira monetiforme, cunhada em *Balsa*, quinta da Torre de Aires, perto da atual cidade de Tavira, uma importante cidade marítima no litoral do Algarve. Teria valor monetário.

Anverso: peixe estilizado à direita com dois pontos em cima.

Reverso: um barco à esquerda. Em baixo BALS.

JAGG/CF

Bibliografia:
Villaronga, 1994, p. 408, n.º 2.



**30/5. Tésseira monetiforme
cunhada em Balsa**

Torre de Aires, Tavira, Faro
Século I a. C.
1,9 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
2006.49.15

Tésseira monetiforme, cunhada em *Balsa*, quinta da Torre de Aires, perto da atual cidade de Tavira, uma importante cidade marítima no litoral do Algarve. Teria valor monetário.

Anverso: peixe à direita.

Reverso: barco, em baixo: BALS.

JAGG/CF

Bibliografia:

Villaronga, 1994, p. 408.



30/6. Asse cunhado em Cilpe

Monte Molião, Lagos, Faro
Séculos II-I a. C.
3,1 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
2006.61.1

Moeda de bronze com o valor de Asse, cunhada em *Cilpe*, de localização incerta, mas usualmente situada nas imediações de Silves, talvez, no sítio arqueológico de Serro da Rocha Branca, no Algarve, sobre o rio Arade.

Anverso: cavalo saltando à esquerda, em cima S tombado.

Reverso: duas espigas à direita entre as quais se lê a legenda CILPE.

CF

Bibliografia:

Villaronga, 1994, p. 420; Fabião, 1998a, v. 3, p. 14.



30/7. Asse cunhado em Salacia

Lagos, Faro
 Século I a. C.
 2,6 cm
 Museu Nacional de Arqueologia,
 Lisboa
 2005.101.2

Moeda de bronze com o valor de Asse, cunhada em *Salacia*, sob a atual cidade de Alcácer do Sal, na margem do rio Sado.

Anverso: cabeça de Neptuno, laureada à direita, com tridente, à esquerda.
 Reverso: dois golfinhos em orientações opostas, no centro a legenda latina: IMP.SAL., que se deve desenvolver como *Imperatoria Salacia*, o nome latino do antigo aglomerado indígena.

CF

Bibliografia:
 Villaronga, 1994, p. 135, n.º 13;
 Fabião, 1998a, v. 3, p. 14.



30/8. Asse cunhado em Dipo

Proveniência desconhecida
 Séculos II-I a. C.
 3,1 cm
 Museu Nacional de Arqueologia,
 Lisboa
 2006.60.7

Moeda de bronze com o valor de Asse, cunhada em *Dipo*, aglomerado situado a ocidente mas em localização desconhecida. Tem sido alvitrada a hipótese de se poder situar no serro de Évora Monte, Estremoz, ou próximo de Guadajira, província de Badajoz.

Anverso: cabeça masculina à direita.
 Reverso: cornucópia tombada à esquerda. Em baixo, dentro de uma cartela legenda toponímica: D.I.P.O.

CF

Bibliografia:
 Villaronga, 1994, p. 403.



30/9. Asse cunhado em *Bevipo

Cabeça de Vaiamonte,
Monforte, Portalegre
Séculos II-I a. C.

2,7 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

2005.182.3

Moeda de bronze com valor de Asse, cunhada no aglomerado indígena subjacente a Alcácer do Sal, ostentando legenda toponímica em caracteres pré-latinos de controversa leitura. Consoante se adote um dos distintos signários da Hispânia, o nome do lugar poderá ler-se KETOUIBON ou, preferencialmente, *BEVIPO. Em época posterior o local recebeu o nome de *Imperatoria Salacia*.

Anverso: cabeça de Hércules-Melkart com pele de leão, à esquerda; atrás bastão; cercadura de pontos. À frente inscrição pouco legível, em caracteres latinos, que deverá corresponder ao nome do magistrado responsável pela cunhagem: CANINI[...] ED.

Reverso: legenda em caracteres pré-latinos, com o nome da cidade, *BEVIPO, entre dois golfinhos, à direita; cercadura de pontos.

CF

Bibliografia:

Faria, 1989a, p. 98, n.º 16;

Villaronga, 1994, p. 134, n.º 10;

Fabião, 1998a, v. 3, p. 14.



30/10. Asse cunhado em Brutobriga

Proveniência desconhecida
Séculos II-I a. C.
2,9 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
2006.60.4

Moeda de bronze com o valor de Asse, cunhada em *Brutobriga*, aglomerado situado a ocidente, mas em localização desconhecida. Tem sido alvitrada a hipótese de se poder situar em Cerro Botija, Villanueva de la Serena, Badajoz. Anverso: cabeça masculina à direita, legenda à volta: T. MANLIVS T. F. SERGIA, provavelmente, o nome do magistrado responsável pela cunhagem. Reverso: barco com remador, em baixo, peixe. À volta legenda: BRVTOBRIGA.
CF

Bibliografia:
Villaronga, 1994, p. 401.



30/11. Asse de Augusto

Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova,
Castelo Branco
12 a. C.
2,7 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
2015.2.1

Moeda de bronze com valor de Asse, cunhada em *Liberalitas Iulia Ebora*, localizada onde hoje se ergue a cidade de Évora, no reinado de Augusto. Anverso: cabeça de Augusto, à esquerda. À volta legenda: PERM CAES AVG P M. Reverso: dentro de uma coroa de carvalho e distribuída por quatro linhas a legenda: LIBERA/LITATIS/IVLIAE/EBOR.
CF

Bibliografia:
Faria, 1991-1992, p. 134, n.º 14;
RPC, p. 51.



31. a 34. Lote de glandes de chumbo

Cerro del Castillo, Azuaga, Badajoz
79-76 a. C.

Museo Arqueológico Provincial
de Badajoz, Junta de Extremadura
11961. Inscrição Q M. 4,1 × 1,9 cm;
50,06 g

11965. Anepígrafo. 4,1 × 1,3 cm;
30,51 g

11971. Anepígrafo. 5,4 × 1,9 cm;
71,80 g

11973. Inscrição Q M. 3,7 × 1,6 cm;
37,96 g

Os fundibulários profissionais do exército romano utilizavam balas ou glandes de chumbo (do latim *glans*) fabricados *ex professo* cuja forma biconónica ou bipiramidal, mais aerodi-

nâmica, resultava mais efetiva do que as esferas de barro, pedras ou seixos até então utilizados.

Este tipo de projéteis ou balas de funda são peças de uma fundição pouco cuidada, fabricadas pelo próprio exército nos acampamentos e no campo de batalha. Conservam frequentemente as rebarbas do molde bivalve em que se vertia o chumbo líquido. Podem ser anepígrafos ou ter gravadas ou em relevo as iniciais de pessoas, unidades militares ou de alguma divindade. Ocasionalmente o seu conteúdo é mordaz e irónico.

No Cerro del Castillo de Miramontes de Azuaga (Badajoz) foi encontrado um lote de glandes de chumbo associado a moedas da época sertoriana. Formavam parte da coleção do

Sr. Fernando Calzadilla Maestre até 1984, ano em que foi comprada aos seus herdeiros pelo Ministério da Cultura e integraram a coleção permanente do Museu. Duas das glandes apresentam numa das faces as letras Q M em relevo, sem enquadramento e fundidas na peça, que correspondem às iniciais de *Q(uinti) M(etelli)*. Quinto Metelo era procônsul da Ulterior em 79 a. C. quando desembarca na Hispânia para lutar contra Sertório.

São famosos os fundibulários do exército romano pela sua destreza com a funda. Particularmente os fundibulários baleares mencionados por Plínio (H.N. 3,5.76) e Estrabão (III.1.2) que lutavam ao serviço de Quinto Cecílio Metelo Pio na conquista de Palma e Polentia. Aí, para facilitar a sua con-



quista estabelece novos assentamentos militares nos quais se localizaram projéteis com as iniciais Q M, como os exemplares encontrados no Castillo de Azuaga. A sua existência confirma a presença de fundibulários profissionais entre as tropas de Quinto Metelo, alcunhado «o balear», lutando no sul da Lusitânia, e demonstram a importância e riqueza da mineração hispano-romana na Extremadura e mais concretamente das extrações de chumbo por ele controladas.

BGF

Bibliografia:

Contreras [et al.], 2006, p. 242; CIL I 2985a; CIL II 2/7, 885a; Díaz Ariño, 2008, p. 77; Domergue 1970, p. 608-626; Domergue, 1990, p. 187.

35. e 36. Glandes de chumbo

Cabeça de Vaiamonte,
Monforte, Portalegre
Séculos II-I a. C.

4,19 × 2,06 cm; 3,75 × 1,5 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
2007.123.53 e 2007.123.54

Glandes (projéteis) de chumbo de feição amendoada. As glandes de chum-

bo eram lançadas com fundas e constituíam uma das armas de arremesso típicas do exército romano de época republicana. Embora não seja este o caso, ostentavam por vezes inscrições identificando o chefe militar ou contendo mensagens propagandísticas.
CF/AIS

Bibliografia:

Fabião, 1998a, v. 1, p. 201.

37. Taça de cerâmica campaniense

Cabeça de Vaiamonte,
Monforte, Portalegre

Século I a. C.

4,3 × 12 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

984.329.1

Taça de cerâmica campaniense de tipo Lamboglia 1, fabricado na Península Itálica. Apresenta paredes ligeiramente convexas, bordo arredondado, com caneluras, pé destacado. Apresenta a pasta de coloração rosada, verniz negro mate, com pingos no fundo externo. Exibe decoração de círculos concêntricos no fundo interno e um grafito cruciforme no fundo externo.

CF/AIS

Bibliografia:

Delgado, 1971, p. 403-420; Alarcão;
Santos, 1996, p. 306-307; Fabião,
1998a.



38. Copo ou *pyxis* de cerâmica campaniense

Cabeça de Vaiamonte,
Monforte, Portalegre

Século I a. C.

5,5 × 9,3 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

984.408.1

Copo ou *pyxis* (píxide) de cerâmica campaniense do tipo Lamboglia 3, fabricado na Península Itálica. De forma subcilíndrica, paredes côncavas, apresenta pasta manchada, oscilando entre o rosado e o cinzento. O verniz negro com brilho bem aderente apresenta-se desgastado.

CF/AIS

Bibliografia:

Delgado, 1971, p. 403-420; Alarcão;

Santos, 1996, p. 306-307; Fabião,

1998a.





A PLENA INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO LUSITANO

A CRIAÇÃO ROMANA DA LUSITÂNIA

PATRICK LE ROUX

Fig. 1 — Estátua de guerreiro galaico, Outeiro Lesenho, Boticas, Vila Real. MNA, E 3398. © MNA. DGPC/ADF, José Pessoa.



A província romana da Lusitânia podia não ter existido. Nem o seu nome nem a sua extensão estavam inscritos no curso da história romana. Aliás, não foi sob o nome de «Lusitânia» que começou a ganhar forma: a sua denominação original foi *Hispania Ulterior Lusitania*. Distinguiu-se da outra *Hispania Ulterior* chamada *Baetica*. No entanto, é curioso que a *Lusitania* tenha correspondido a uma região étnica e a *Baetica* a uma noção geográfica fluvial (o *Baetis* é o atual Guadalquivir). Os *Lusitani* dos tempos de Viriato tinham resistido vitoriosamente a Roma durante muito tempo, entre 146 e 139 a. C. O seu território situava-se na zona ocidental entre o Tejo e o *Durius* (Douro). Os lusitanos conseguiram, com as suas guerras, ofuscar a memória de outros povos com os quais partilhavam essa terra ocidental, pelo que apenas o seu passado chegou aos que se interessaram pela história da costa do oceano exterior (fig. 1).

1. PRESENÇA DO PASSADO

O avanço da expansão e do controlo romano parece ter sido efetuado em detrimento da notoriedade dos lusitanos, apesar da sua resistência. Foram as lutas de Sertório entre 81 e 72 a. C. o que os trouxe novamente a cena. Este partidário de Mário, romano que lutava pelo poder em Roma, evita contudo reforçá-los e colocar muitos deles ao seu serviço. A sua derrota afundou-os um pouco mais no anonimato político. A época das guerras civis obrigou os comandos a aplicarem uma estratégia que tomasse em consideração, pela primeira vez, o conjunto das *Hispaniae*. A partir de 49 a. C., o dispositivo das forças de Pompeio, comandadas respetivamente por Afrânio, Petreio e Varrão, atribuiu ao *Ana* e ao *Durius* uma função de limite. Os cántabros e os ástures não estavam ainda submetidos.

Octávio, que se converteu em Augusto em 27 a. C., foi o artífice da organização das províncias que necessitou de muito tempo. Em 26-25, o novo amo de Roma assumiu pessoalmente a direção das operações de pacificação dos cántabros e ástures. Apesar das afirmações de textos antigos inspirados pelo poder romano, 25 a. C. foi apenas uma etapa e não o ano da vitória, que não chegou até 19 a. C., e sem Augusto. Agripa, seu genro desde 20 a. C., acabou com as últimas resistências após uma guerra de sete anos. Foi no decorrer da sua viagem à Gália e à *Hispania*, entre 16 e 13 a. C., que Augusto reorganizou as terras peninsulares que estavam sob sua responsabilidade direta desde 27 a. C. Foram então delimitadas três províncias: a *Hispania Citerior*, a mais extensa, que cobria quase metade do território hispânico, incluindo o noroeste para além do *Durius*; a *Hispania Ulterior Bética* constituída pelas terras que se encontram entre o Guadiana (*Ana*) e a zona a sudeste de *Castulo*; e a *Hispania Ulterior Lusitana*, entre o Oceano a oeste do Guadiana e o *Durius*. Tal como as suas vizinhas, a Lusitânia devia a sua existência aos intensos acontecimentos guerreiros que permitiram o controlo completo da Península.

As regiões incluídas na província novamente delimitada da Lusitânia albergavam populações herdeiras dos celtas do sul (*Conii, Celtici, Turduli*), dos *Lusitani* e dos vetões, cujas terras correspondiam aos sectores orientais limítrofes da província Citerior. Os lusitanos e os povos entre o Tejo e o *Durius* formavam sociedades guerreiras de carácter aristocrático cuja diversidade ainda hoje está deficientemente estabelecida. A sul do Tejo, a abertura ao mundo ibérico e mediterrânico já era antiga. Do mesmo modo, a presença romana anterior já tinha modificado, de certa maneira, as relações sociais e políticas reinantes. Uma primeira imigração itálica, se bem que pouco importante numericamente, tinha reforçado a entrada no mundo greco-romano. Pelo contrário, Estrabão, que se baseia em testemunhos anteriores à chegada de Augusto ao poder, inclui em grande medida os lusitanos (e os vetões) entre os montanheseos bárbaros, aos olhos dos gregos e dos romanos. As condições favoráveis do ambiente físico e ecológico, as escolhas agrícolas, a suavidade dos costumes e da vida em comunidade definiam para o geógrafo grego a vida civilizada ou a barbárie.

Efetivamente, os lusitanos oferecem a imagem de povos belicosos que recorriam com frequência ao banditismo e à pilhagem. Não conheciam a cidade e viviam em aglomerações fortificadas que nem o nome mereciam. Não tiravam proveito das riquezas oferecidas pela natureza. E tal como as mulheres dos povos civilizados tinham longos cabelos e dormiam como os animais sobre leitos vegetais mesmo ao sol. Facilmente violentos lutavam na primeira ocasião e negavam-se a submeter-se. E usavam uma linguagem considerada incompreensível e até impronunciável (fig. 2). O quadro completa-se com uma segunda parte que sugere que em questões de rituais, religião, sociabilidade e vida familiar, os montanheseos aproximavam-se dos gregos e dos romanos. Estrabão descreve situações não estáticas com várias alterações possíveis. Neste ponto, a barbárie é muito relativa. Augusto partilhava certamente desta convicção. À falta de sinais ou provas, podia-se observar que, nas regiões meridionais, tinham-se formado novas comunidades políticas desde a época de César ou pouco depois. Identificam-se: *Scalabis* (Santarém), colónia romana, *Olisipo* (Lisboa), município de cidadãos romanos, e três cidades latinas, *Ebora* (Évora), *Myrtilis* (Mértola), *Salacia* (Alcácer do Sal). Nomeadamente antes da criação oficial da província identificam-se igualmente, *Metellinum* (Medellín), *Norba* (Cáceres) e *Pax* (Beja).

Augusta Emerita (Mérida) é um caso de exceção e seria incorreto situar a sua fundação no mesmo período da criação da Lusitânia. Não há a menor dúvida de que esta colónia romana, apresentada como uma oferta (*donum*) de Augusto aos seus veteranos das guerras cantábricas, em 25 a. C., era uma das peças chave do estabelecimento da Província. Contudo, a sua construção adiantou-se em quase 10 anos à fundação da Província. Apenas com o tempo se chegou a impor e a converter-se na sua capital, isto é, sede ordinária do governador. Ao atuar deste modo, Augusto indicava que todas as províncias eram legítimas e participavam da glória

Fig. 2 — Inscrição de Viseu. Paleohispânica. 9 (2009, p. 155).



do Império. O primeiro imperador satisfazia-se assim em mostrar ao mundo que, como os celtiberos, os lusitanos já não eram temidos nem temíveis.

2. UMA NOVA PROVÍNCIA E A MEDIDA DO TEMPO

A constituição de uma província tem por objetivo facilitar o controlo das populações, proteger os interesses dos cidadãos romanos e permitir o exercício da justiça em conformidade com o espírito do direito romano. Uma província reagrupava um conjunto de populações e comunidades administradas por um magistrado que representava Roma, não coletivamente, mas cada uma por separado. Na sequência da divisão efetuada em janeiro de 27 a. C., Augusto teve de estabelecer uma distinção entre os territórios provinciais do povo romano, confiados à administração do Senado, e aqueles que estavam diretamente sob sua responsabilidade. Existiram portanto províncias públicas proconsulares e províncias públicas imperiais, «público» entendido como «do povo romano». A Lusitânia pertencia às províncias imperiais por dois motivos: o primeiro, por ter sido criada ou estabelecida pelo imperador ao considerar que a Bética se caracterizava por uma presença de Roma e de cidadãos romanos mais prolongada e possuir uma sede de governo, Córdoba; o segundo considerava os riscos de desordens ou revoltas em regiões que não se julgavam totalmente pacíficas ou pacificadas. No entanto, apesar do estatuto imperial, que se saiba, Augusto nunca instalou nela nenhuma unidade militar. Ainda assim, o estabelecimento de guarnições nas regiões vizinhas da Galiza e Astúrias indicava um estado de vigilância constante e permitia uma intervenção bastante rápida do exército em caso de ser necessário restabelecer a ordem.

A Lusitânia não coincidia com Portugal. Incluía a este alguns territórios que são atualmente espanhóis, designadamente a Extremadura mas também as regiões de Talavera de la Reina e de Salamanca. O norte do *Durius* com Braga dependia inteiramente da Hispânia Citerior. A dimensão da província, cerca de 150 000 km², convinha a um governador itinerante, como foi sempre o caso, que tinha a seu cargo comunidades relativamente pouco numerosas (45) e uma população de cidadãos romanos igualmente reduzida. Ainda acrescentando às cinco colónias e ao município anteriormente inventariados alguns imigrantes dispersos e soldados auxiliares de regresso a casa, é difícil pensar que a população local pudesse alcançar muito mais de algumas dezenas de milhares de pessoas, tendo em conta que toda a Província tinha menos de um milhão de habitantes. Apenas a partir da época do sucessor de Augusto, Tibério (14-37), poderá ler-se nas inscrições o nome *provincia Lusitania*. Entre outros, este é provavelmente o sinal de que à Lusitânia, como em tantos outros casos, apenas com o passar do tempo se atribuíram instituições e práticas administrativas estabilizadas. É legítimo dizer que, só a partir de Vespasiano (69-79), a Província adquiriu um equilíbrio que se traduziu na criação, como no resto da Península Ibérica, de municípios flávios de direito latino (*ius Latii*). Estes municípios destacam, sem dúvida, a vontade de Roma prestar homenagem a uma atitude exemplar no decurso das recentes lutas pelo poder. O outorgamento do *ius Latii* representava sobretudo um ato de mutação política da Província em benefício das comunidades locais autónomas.

A colónia de Mérida, estabelecida em 25 a. C., reflete também a importância do tempo na fase de criação das instituições que fundaram a Lusitânia romana. O seu traçado foi ortogonal e orientado segundo os eixos precisos de circulação e de passagem do rio através de uma ponte, as muralhas foram construídas desde logo e delimitaram a construção progressiva dos monumentos indispensáveis à vida cívica. Os centros monumentais que se chamavam *forum*, ordenados em torno de uma praça ocupada ao centro por um templo, foram edificados

ao longo de várias dezenas de anos. O mármore foi progressivamente substituindo o granito. O teatro, inaugurado em 16 a. C., oferecido por Agripa, e o anfiteatro (fig. 3) do ano 8 a. C., só foram sendo completados e adornados com o passar dos anos. O hipódromo, conhecido pela denominação de «Circo», data apenas do reinado de Tibério. Convém por isso estabelecer uma distinção entre certas iniciativas destinadas a impressionar e as realidades mais quotidianas dependentes da passagem do tempo. Claro exemplo disso é, precisamente, a doação de um *orarium* por um cidadão de Mérida aos habitantes da cidade peregrina de *Igaedis* em 16 a. C. (cat. 39). O que evoca a clepsidra (relógio de água) é, em primeiro lugar, a introdução de instrumentos incríveis ao serviço das comunidades. Ainda mais, a nova medida do tempo é experimentada no contexto de uma cidade governada sob a égide do novo poder augustano, portador de esperança e capaz de o dominar. Não é possível avançar mais e nada sugere laços com o culto imperial na ausência de qualquer referência religiosa.

Os documentos epigráficos ou inscrições sobre um suporte duradouro são os únicos que colmatam a evidente falta de testemunhos textuais (cat. 74). As inscrições conservadas são, na grande maioria, posteriores a Augusto e à época estudada e encontram-se em centros urbanos que, apesar de terem um estatuto peregrino estipendiário, começaram a erigir monumentos perenes. As escavações arqueológicas demonstram-no com o exemplo de *Conimbriga*, dotada de um *forum* com templo e pórtico de duas naves edificado sobre um criptopórtico augustano. Desde o primeiro imperador fundaram-se, sem dúvida, numerosos centros testemunhos de uma urbanização incipiente: Bobadela, *Aeminium*, *Collipo*, *Sellium*, *Mirobriga* (Santiago do Cacém) ou *Aritium Vetus* servem de exemplos ainda que faltem provas incontestáveis. A toponímia ajuda-nos quando a cidade se chama *Augustobriga* ou *Caesaro-briga* ou no caso das cidades mencionadas nas demarcações territoriais que já indicámos, situadas no território dos vetões. O que se pode distinguir em particular para os primeiros 60 anos da Província é um progressivo desenvolvimento, ou seja, essa fase inicial que já anuncia o posterior florescimento que só depende da duração previsível, ainda que incerta, da pacificação e normalização das relações com Roma.

As populações locais não constituíram nenhum problema em questão de ordem pública. Pelo contrário, o governo da Lusitânia, confiado a um magistrado do povo romano nomeado pelo imperador, transportava inevitavelmente para a «capital» e para a própria Província os conflitos políticos romanos de causas bem conhecidas: o estabelecimento de uma monarquia que não se nomeava claramente. Contudo, no seu conjunto, as províncias hispânicas não se alteraram com a ascensão de Tibério. O julgamento de Pisão na sequência da morte de Germâ-

Fig. 3 — Frescos da cena *Venatio* do anfiteatro de Mérida. MNAR.



nico não provocou alterações visíveis nem reações negativas. Ainda assim, a atitude do governador da província da Bética, *Vibius Serenus*, que em 20-21 ou 21-22 d. C., na época do seu consulado, proclamou o *senatus-consultum* no âmbito do seu governo, parece indicar ter sido uma exceção no conjunto da Bética. Tácito menciona efetivamente a sua posterior condenação ao exílio por «violência pública» (*de vi publica damnatus*). Ainda que não se deva estabelecer uma relação de causa e efeito com o cargo provincial, é provável que este personagem não se comportasse de maneira pacífica e que isso possa ter incomodado alguns habitantes da Bética.

Uma das figuras mais conhecidas entre os escassos governadores da Lusitânia nomeados entre o momento da criação da província e Cláudio (41-54) é, sem qualquer dúvida, *L. Fulcinius Trio*, que a teve a seu cargo durante 10 anos, o que não é de estranhar dado que Tibério tinha por princípio manter os legados no seu posto durante mais tempo do que no passado. Foi recompensado pelo seu papel de acusador de Pisão: Tácito escreve (*Ann.*, 3.19) que *ao prometer apoio a Fulcinius na obtenção de honras, ele [Tibério] aconselha-o a desconfiar das liberdades de uma eloquência demasiado fogosa*. Um contrato de *hospitium* de Juromenha (Alandroal, na margem do *Anas* a sul de Badajoz) demonstra que *Fulcinius* continuava no seu posto no início do ano 31, e uma dedicatória à *Concordia* levada pelo próprio a Roma indica que foi nomeado cônsul nesse ano, o que coincide também com o da conspiração de Sejano nomeado cônsul por Tibério e protetor de *L. Fulcinius Trio*. No início do verão de 31, este tinha regressado a Roma. Levado perante a justiça por ser um antigo amigo de Sejano (*Tácito, Ann.*, 6, 38, *Cassius Dion*, 58.25), preferiu suicidar-se em 35 d. C. Um recente documento epigráfico de Mérida chamou a atenção para as suas relações com *L. Cornelius Bocchus*, natural de *Salacia* (Alcácer do Sal) e célebre escritor da «Idade de Prata» da literatura latina (fig. 4).

Fig. 5 — Término augustal de Peroviseu. © Museu Arqueológico do Fundão.



Fig. 4 — Inscrição de *L. Cornelius Bocchus*. Termas dos Cássios, Lisboa. Foto cedida por J. Encarnação.

A categoria e o prestígio do governador, segundo se diz, refletia os da província. Observa-se, especialmente no primeiro século do Império, que as circunstâncias podiam obrigar a recorrer a personagens mais ou o menos importantes ou julgados eficazes e fiáveis. Até Cláudio, nada permite indicar missões excepcionais confiadas a senadores experientes e da mais alta nobreza. Desde o princípio, a categoria pretoriana, isto é, a de antigo pretor com idade entre os 35 e os 40 anos, marcou uma tendência que se confirmou com o tempo. Que se saiba, a nomeação como legado na Lusitânia não deu lugar a grandes carreiras. *Fulcinius Trio* e *Ummidius Quadratus* conseguiram o consulado, como sinal de atitude favorável dos imperadores. Estes dados distintos, na ausência de qualquer juízo de valor, confirmam o estatuto sem particular relevo de uma província pacificada, escassamente povoada e que não requeria nenhum tipo de vigilância especial, e isso evitou que o legado pudesse dispor, desde o princípio, de soldados para a sua administração, dado que a província, embora de estatuto imperial, estava desarmada. Sabe-se que Otão foi enviado para lá e também esquecido por Nero, como medida vexatória, mas este foi também o caso de Galba numa Hispânia Citerior mais prestigiosa mas com poder político minguante.

Uma última característica define o quadro inicial. À margem das medidas geográficas de Agripa no que concerne o conjunto das *Hispaniae* e descritas por Plínio-o-Velho, as inscrições da Lusitânia indicam-nos que, por volta de 4-6 d. C., foi executado um programa de delimitação de terras (*termini augustales*) no contexto de redefinição local das comunidades (sobretudo no nordeste da Província) (fig. 5). A delimitação das terras colocadas sob tutela de uma ou de outra cidade, baseada em inventários e censos, tinha dupla finalidade: o estabelecimento duradouro de uma fiscalidade melhor repartida e a extensão do sistema da cidade local ou *civitas*, tivesse sido esta peregrina ou de outro estatuto.

3. UM OLHAR MAIS DE PERTO

O tempo modificou o olhar. Estrabão, vindo do outro extremo do Império, via — sob influência de fontes anteriores à ascensão de Augusto — as terras que banham o Oceano como longínquas e pouco importantes por não apresentarem conformidade global com os critérios do comportamento civilizado. Durante muito tempo, os historiadores agarraram-se a esta visão da geografia e da história. Atualmente, os *realia* (vestígios de qualquer tipo) ensinaram-nos a pensar de maneira distinta, a distanciar-nos e a aproximar o olhar.

O oceano das *Res Gestae* do divino Augusto não correspondia a uma imagem fixa, pelo contrário. A pacificação induzida pelas *arae Sestianae* da Galiza, cuja inauguração em honra do príncipe e imperador se inclui na reorganização das províncias ibéricas e, por conseguinte, da Lusitânia, contribuiu para dominar o mar exterior nas áreas costeiras, objeto de longínquas relações com as terras setentrionais, incluindo a Bretanha (a Grã-Bretanha dos nossos dias). O precoce desenvolvimento de *Salacia*, *Olisipo*, *Aeminium*, banhadas pelo rio, e de *Cale*, ilustram a antiga impregnação das terras litorais pela atividade marítima, apesar de uma costa nem sempre favorável às instalações portuárias. Foram sobretudo os locais a sul do Tejo que puderam primeiramente tirar proveito da paz e da segurança reforçada. Pode-se afirmar o mesmo das regiões interiores, que não ficaram à margem das primeiras transformações políticas e sociais, inclusive culturais e religiosas. Se o aparecimento de vias sob Augusto e mormente na época de Cláudio, sem erros de leitura, pode sugerir uma abertura ou o fim do relativo isolamento das regiões fechadas sobre o seu passado, o seu traçado revela um lento mas inegável movimento. O meio montanhoso representava, no início, um

obstáculo para o desenvolvimento humano. Mas a realidade dos vestígios e das explorações demonstra que não foi assim.

Não faltam exemplos. Basta mencionar os *conventus* jurídicos. Atualmente existe um consenso unânime sobre a data da sua criação que se situa na época de Augusto, há pouco confirmada por uma inscrição de Mérida da época tiberiana, que associa um *Bocchus* com *Trio*. Plínio-o-Velho atribui à província três circunscrições: o *conventus* de *Pax Iulia* (Beja), o de *Scalabis* (Santarém) e o de Mérida. Dada a falta de critério para delimitar as circunscrições não é possível determinar com exatidão as suas extensões. Os seus contornos seguiam obrigatoriamente os das cidades limítrofes e a sua superfície era proporcional à população e à sua dispersão, sem esquecer o número de cidadãos romanos. Com mais razão ainda, faltam estes dados também relativamente ao primeiro século da Província. Não há razão para crer que existiu um calculado equilíbrio das extensões. Nada impede também atribuir ao *conventus* de Mérida uma dimensão *a priori* superior em detrimento de *Scalabis*. Dado o atual estado das investigações, nenhuma solução parece impor-se, nem sequer em função da facilidade das deslocações ou de circulação. De qualquer modo, um *conventus* não era mais do que uma circunscrição judicial. O legado ou o seu adjunto indicavam, em conformidade com o édito anual publicado à entrada da província, onde e quando iam ser convocados aqueles que pediam justiça em causas que a instância local não podia instruir. A capital de um *conventus* era a sua escala, o equivalente à capital provincial, o lugar de estada (aqui temporal) do magistrado romano encarregado da ordem judicial superior. Os *conventus* não tinham administração própria e não formavam parte da hierarquia administrativa estritamente ordenada. As questões fiscais, o recrutamento militar, as decisões coletivas de carácter político, quando ocorriam, ou seja, quase nunca, não dependiam de uma autoridade estabelecida num *conventus*. Roma tratava cada cidade por separado e isso explica como uma província de categoria aparentemente inferior merecia, na realidade, tanta atenção como outra. No caso da Lusitânia das primeiras décadas e inclusive depois, não temos até ao momento qualquer testemunho da existência de um sacerdote de *conventus*. Aliás, o sacerdócio provincial não está atestado antes de Cláudio.

Como nas outras províncias do mundo romano, a chegada do Império deu lugar à iniciação do culto aos imperadores, estendendo-se à divinização de César por iniciativa de Octávio, em 42 a. C. Tendo-se convertido no filho de um divinizado — e não de um deus — Augusto prepara a sua própria consagração, o que significa que o culto aos imperadores, nos seus primórdios, não estava reservado aos imperadores defuntos. O culto criado desta maneira não era uma nova religião. Apenas representava a parte desempenhada pelo imperador na religião pública romana, do mesmo modo que o poder de Augusto se tinha imposto na cidade sem suprimi-la. O imperador não podia substituir os deuses nem colocar-se, religiosamente falando, acima deles. Era seu associado enquanto herói humano e pressupunha-se que podia aproximar-se deles e interceder a favor da sua comunidade. Faltam os indícios da organização e funcionamento do culto e dos seus diversos componentes, nomeadamente para o período flaviano, ao contrário do que acontece para a Hispânia Citerior. A menção claudiana de um flâmine provincial do culto não nos diz nada sobre o *concilium* nem sobre a data do seu estabelecimento nem sobre as suas competências.

A assembleia provincial, designada como «concílio» (*concilium*), no princípio reunia-se em Mérida, sem dúvida desde o reinado de Augusto. Uma vez estabelecido, o seu papel era celebrar as cerimónias religiosas em honra do imperador em exercício e dos defuntos imperadores sob a presidência do governador e sob a direção do flâmine anual. As cidades

estavam representadas em princípio pelos notáveis que tiveram a cargo o culto imperial municipal e agiam como delegados da sua comunidade. Não sabemos como estas práticas se estabeleceram nem com que ritmo. Sob Cláudio, a instituição parece funcionar de acordo com o modelo descrito. Sabe-se também que a assembleia não desempenhava nenhum papel político oficial e estabelecido à escala da província. Em síntese, não era um parlamento incumbido de transmitir as queixas ou de colaborar com o poder para a elaboração de políticas que fossem além das instruções (*mandata*) que o governador recebia do imperador. O concílio baseava a sua legitimidade na religião que consistia em mostrar piedade para com os deuses protetores do Império e o imperador, garante da sua eficácia.

Para a Lusitânia, como para as outras províncias, a época dos primeiros imperadores correspondeu ao estabelecimento das instituições locais e à aprendizagem da autonomia política mas não da independência. As famílias municipais — termo genérico muito cómodo —, as mais decididas e dinâmicas serviam de intermediárias entre as populações urbanas e rurais. Tinham a incumbência de se ocupar da boa prossecução dos assuntos cívicos no interesse da cidade e do Império. Desde a sua origem, o conselho dos decuriões ou *ordo* serviu de cadinho e de mecanismo para seleccionar aqueles que se consideravam os melhores. Também não se deve esquecer que o período foi igualmente de constituição de unidades militares auxiliares (*auxilia*), com destacamentos de cavalaria e infantaria. O recrutamento militar de cidadãos era normalmente efetuado no destino das legiões. Os peregrinos serviam para criar ou renovar as unidades de *auxilia*. Estas últimas foram bastante numerosas, particularmente no período entre Augusto e Cláudio, inclusive. Em termos gerais, não eram destinados a servir na *Hispania*, ao contrário do que acontecia com os recrutas legionários. A partir do final do reinado de Cláudio, os soldados dos destacamentos de cavalaria e infantaria receberiam sistematicamente a cidadania romana ao terminar o seu serviço. Os homens que pertenceram aos exércitos romanos desempenharam um papel mais importante na construção da Província do que seria de pensar atendendo ao seu número, sobretudo porque, naquela época, era ainda frequente regressar à Lusitânia depois da *militia*, na sua comunidade ou em outra.

É correto falar de uma adaptação da Lusitânia e das populações que a integravam a uma «cultura de Império», para retomar uma expressão utilizada por um bom conhecedor da Lusitânia, J. Edmondson. A criação da província introduziu, não obstante, uma nova dimensão: a da experiência imediata, num contexto pacificado, confrontada com uma herança em constante mutação. Se procurarmos uma particularidade própria da Lusitânia governada e administrada por Roma, à imagem de outros sectores provinciais que não estavam limitados à *Hispania*, encontrá-la-emos nas relações pessoais e nos contactos variados e inesperados em relação às terras lusitanas e às populações que nelas viviam. Nem no tempo dos primeiros imperadores nem depois, a *provincia Lusitania* constituiu o fermento de uma unidade política de carácter nacional ou romano. O termo «romanização» não é aqui o mais adequado, muito pelo contrário. A fase de «provincialização», que desembocou numa realidade administrativa sem paralelo na história e que jamais voltou a ocorrer, apresenta uma trajetória profundamente relacionada com a conjuntura, com a ausência de uma unidade lusitana e, especialmente, com a prática romana de governo que tinha por meta retirar o maior proveito do existente. Sem estes dados não podemos entender a razão por que algumas características antigas das sociedades provinciais parecem ter perdurado, por que línguas e divindades locais conseguiram sobreviver durante certo tempo e por que o quadro fixado com Augusto subsistiu até ao fim, ou quase, do Império.

Há alguns anos, no decurso de uma viagem a Oxford, deparamos com um enorme painel à saída de Londres, junto a uma vasta zona habitacional votada à demolição, onde se lia apenas o seguinte: *Os Romanos, antes de qualquer outra coisa, construíam uma estrada*. Esta simples frase, motivada pelo projeto de uma autoestrada que exigiu a destruição de um bairro periférico, de alguma forma assim justificada, não só evoca de forma pragmática dois aspetos essenciais da civilização romana, a construção de vias e o urbanismo, como reflete a presença no imaginário britânico, mesmo a nível do *marketing*, da memória do passado romano, no qual rede urbana e rede viária se revelam complementares, considerados por eles próprios como elementos indispensáveis a uma sociedade civilizada. Sem que seja necessário demonstrar esta afirmação, geralmente aceite, recordamos aqui as opiniões sobre este assunto de dois grandes nomes da cultura romana, Cícero e Tito Lívio. Escreveu o primeiro, como bom jurista: *Nada, com efeito, de tudo o que acontece na Terra, é mais agradável a esse Deus supremo que governa o Universo, que as reuniões e associações humanas, formadas em virtude de um acordo assente no direito e a que se chamam cidades* (Cic. Rep. 6.13). Lívio é, segundo a tradição analítica, mais direto e assertivo quanto às vias: *Um povo sem estrada é um povo bárbaro* (Liv. 34.20.2). Procuraremos traçar um quadro geral, forçosamente muito resumido, da forma como o binómio cidade-via se desenvolveu na Lusitânia durante o período imperial e quais foram as suas dinâmicas e consequências.

Como é evidente, os romanos encontraram no território que viria a constituir a província lusitana uma rede de caminhos, uns piores que outros, sobre os quais lançaram gradualmente parte das estradas que conhecemos através das fontes escritas ou de vestígios arqueológicos, maioritariamente pertencentes à época imperial. A função das primeiras vias construídas na Lusitânia foi quase sempre militar, obedecendo a questões de grande estratégia ou, mais simplesmente, à necessidade de comunicar entre si os pontos fortes do dispositivo romano, garantindo a vigilância do território pacificado, nomeadamente dos povoados submetidos, e os movimentos logísticos necessários à manutenção das guarnições ou dos efetivos empenhados em operações. Estas vias da época republicana e, em muitos casos, dos primeiros tempos do Império, pouco mais seriam que estradões, para uso eminentemente castrense, de construção algo rudimentar, ainda que algumas deveriam garantir a transitabilidade durante todo o ano. Desde o início da conquista romana que os rios foram utilizados, juntamente com as vias terrestres, para facilitar as comunicações com o interior do território, tanto mais que o curso de muitos deles, de oriente para ocidente, facilitava esse desígnio. A preocupação de Júnio Bruto em apoiar a sua campanha em bases estabelecidas no Baixo Tejo, onde contava com o porto de *Olisipo* (Str. 3.3.1), ilustra perfeitamente esta realidade da época republicana, que encontraremos ampliada e normalmente integrada na época imperial.

O traçado destas estradas não se preocupava particularmente com o povoamento indígena, parte do qual, todavia, se incluiria entre as futuras *mansiones* da rede viária imperial. É muito interessante verificar que estes traçados, de alguma forma relacionados com determinados

centros civis ou militares da Lusitânia republicana, sobreviveram ao desaparecimento desses centros, continuando presentes nas fontes itinerárias posteriores, como estações viárias preservando o topónimo. Assim sucedeu com *Dipo*, estação viária da estrada *Olisipo-Ebora-Emerita* referida no *Itinerário de Antonino* (IA 418.3) e na *Cosmografia* o Anónimo de Ravena (PP 318.4). Longamente discutida pelos especialistas, a localização desta *mansio* foi determinada recentemente perto de Talavera la Real, onde subsistem vestígios significativos de uma povoação importante, destruída muito antes do advento do Império.

Outra situação que obriga a considerar cautelosamente certas identificações, por refletir também a persistência de um topónimo obsoleto, é a de *Castra Caecilia*, nome que surge nas fontes itinerárias antigas, inclusive na placa III do famigerado *Itinerário de Barro de Astorga* para designar a colónia de *Norba Caesarina*, indiscutivelmente situada em Cáceres. Não faltam explicações para esta discrepância, que se pode resolver considerando que o topónimo original pertence ao grande acampamento republicano de Cáceres el Viejo, anterior à fundação da colónia, circunstância que a alteração do traçado da estrada junto a Cáceres parece confirmar. Assim, em zonas de fraca ou nenhuma urbanização, as estradas procuravam os grandes campos militares permanentes, sofrendo alterações provocadas pela criação de autênticos centros urbanos, que obrigavam a desviar a estrada.

Parece não haver dúvidas quanto aos efeitos da criação de *Augusta Emerita*, em 25 a. C., sobre a rede viária até então centrada em *Metellinum*, fundação de Quinto Cecílio Metelo Pio, o mesmo a quem se deve o campo de *Castra Caecilia*. A colónia de *Metellinum*, hoje Medellín, cuja cronologia do estatuto colonial levanta ainda algumas questões, foi decerto prejudicada pela vizinha criação de *Augusta Emerita*, perdendo a supremacia que detinha na região das «Vegas Bajas» como urbe e local privilegiado de travessia do Guadiana. Também *Scallabis* (Santarém), colónia que Plínio diz ter sido denominada *Praesidium Iulium* (Plin. H.N. 4.117), sucede ser referida sempre pelo seu topónimo indígena, *Scallabis*, pelo que é muito provável que os itinerários tenham respeitado o nome original desta importante *mansio* do vale do Tejo (*Tagus*), onde a principal via para a capital provincial atravessava o rio. Por outro lado, a estrada que acompanhava o curso do Tejo a montante de Santarém, provavelmente dirigida à colónia de *Norba Caesarina*, terá sofrido alterações devido à criação da capital provincial, desviando nessa direção parte do seu percurso (IA 419.7-420.7). Como sempre, os problemas toponímicos em relação com a localização de estações viárias, mesmo de primeira grandeza, revelam-se complexos e, na maioria dos casos, só podem resolver-se graças a um achado, fortuito ou não, e a um cuidadoso estudo do traçado da via envolvida no problema.

Os primeiros planos de urbanização do território lusitano, a relacionar eventualmente com a reforma administrativa projetada para a *Provincia Hispania Ulterior*, podem atribuir-se a César, provavelmente na sequência de anteriores intuitos de reorganização provincial esboçados pelos pompeianos, atestada, por exemplo, na eliminação do nome indígena de *Urbs Imperatoria Salacia* (Alcácer do Sal), na época o mais importante porto atlântico a nor-

te de *Gades* (Cádiz), cujo novo topónimo reflete uma clara ligação ao mar e, naturalmente, aos pompeianos. Todavia, parece não haver razão para questionar que os centros urbanos privilegiados do que será a Lusitânia do Alto Império devem o seu estatuto, quando não a sua criação ou recriação, como no caso de *Pax Iulia* (Beja), a Augusto.

Não quer isto dizer que os planos não remontem ao ditador, pelo menos em parte, mas a sua concretização efetiva não parece anterior ao período entre 30 a. C. e 27 a. C., como outras haviam sido anteriormente deduzidas por iniciativa dos triúmviros que assumiram o poder após o assassinato de César. O facto de *Scallabis* e de *Norba Caesarina* terem os seus cidadãos inscritos na tribo Sérgia, habitual nas criações ou promoções de Júlio César, e os topónimos que ostentam, parecem bons indicativos do que dizemos. Em determinados casos, a criação das novas cidades foi acompanhada por vastas operações de centurição, em que o *Kardo* e o *Decumanus* coincidiram com o traçado urbano, sugerindo uma operação simultânea, o que todavia não se verifica facilmente dado que algumas estradas inseridas na malha centuriada lhe eram anteriores.

O conhecimento atual das estradas existentes no último quartel do século I a. C. no território lusitano é ainda muito incompleto, ou melhor, a imagem temporal que delas temos é perturbada pela continuidade que muitas conheceram até ao Baixo Império. Parece evidente, como já referimos, que durante a maior parte do período republicano houve pouco investimento na construção de verdadeiras estradas, o que corresponde, de alguma forma, ao desinteresse que no mesmo período se verificou em relação à criação de centros urbanos de estatuto romano. Embora a ausência de miliários republicanos no território da futura Lusitânia, mesmo a sul do Tejo, região que Estrabão incluiu no sector mais desenvolvido da Hispânia (Str. 3.1.1), possa ser minimizada, pois a sua presença na *Via Domitia* reflete o interesse especial por uma grande via estratégica (Plb. 3.39.8), comunicando a Península com a Itália, a extrema raridade de miliários de Augusto que igualmente se verifica é mais difícil de explicar, tanto mais que se trata, de longe, da área mais urbanizada da província, definitivamente organizada entre 16 a. C. e 13 a. C., ressaltando pequenos ajustes fronteiriços, o mais importante dos quais levou à inclusão da zona de *Abela* (Ávila). Na verdade, a norte do Tejo não encontramos nenhum núcleo populacional dotado de estatuto jurídico romano, com exceção de *Felicitas Iulia Olisipo*, município romano, e de *Scallabis*, colónia latina (fig. 1), tudo o mais recai na categoria de *civitates peregrinae*, em parte de criação recente e modesta, como a capital da *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha), onde os indígenas aprendiam o tempo de Roma.

Augusto, seguindo provavelmente um plano de Agripa, personalidade cuja intervenção na reorganização da Hispânia Ulterior foi fundamental, dotou o território de uma rede viária coerente, a qual, contrariamente ao sucedido na Gália, não partia de um ponto central, antes se desenvolvia em torno da Meseta, procurando comunicar centros importantes do interior com o litoral e garantir o acesso rápido às zonas de recente submissão. Estas características iniciais da rede viária romana explicam alguns desfasamentos na cronologia de determinados troços, não considerados de primeiro interesse para atingir os objetivos pretendidos nos inícios do Principado. Podemos afirmar, sem razão para dúvidas, que a grande estrada lusitana deste período é a via *Emerita-Salmantica-Asturica*, que virá a ser apoiada por dois grandes itinerários colaterais, o que unia *Olisipo* a *Bracara* e o que ligava a capital lusitana à futura capital da Calécia. Como é evidente, a criação das *civitates* foi um processo relativamente lento, como prova a cronologia algo tardia da maior parte dos marcos demarcatórios colocados para fixar as fronteiras dos diversos *populi* então sujeitos a reordenamento territorial.

Quase um século depois, Plínio-o-Velho destaca ainda as diferenças socioculturais existentes entre o norte e o sul do território lusitano, ao identificar na região meridional um menor grau de desenvolvimento da vida urbana (Plin. H.N. 4.114), semelhante ao existente entre o litoral e o interior, recorrendo na sua descrição das cidades da região atlântica a sul do Douro ao traçado da estrada *Olisipo-Bracara*, a qual, na verdade, não era mais que um longo itinerário formado por várias estradas ou troços de estradas. A descrição pliniana sugere que, no século I, o caminho principal, atravessado o Mondego (*Munda*), seguia pelo ocidente, por *Conimbriga*, *Colippo* e *Eburobritium*, para atingir o Tejo em *Olisipo*. Embora contando com poucos miliários registados verifica-se que são anteriores aos da estrada que pelo interior unia *Scallabis* a *Conimbriga*, o mais antigo deles pertencente ao imperador Décio. É claro que a falta de miliários não pode ser considerada como prova definitiva da não existência de estradas, pois a balizagem das mesmas estava longe de ser uma prática generalizada, sobretudo em estradas secundárias, as quais constituíam a maior parte da rede viária lusitana.

A linha divisória entre as influências climáticas mediterrânica e atlântica, no que interessa à Lusitânia, corre imediatamente a norte do curso inferior do Mondego, perto de Coimbra, descendo depois em direção ao Tejo, ao longo do limite do Maciço Antigo, voltando a subir, pela encosta sul da serra da Estrela, fletindo para Ciudad Rodrigo, e acompanhando *grosso modo* o limite setentrional da Extremadura espanhola, em direção a Ávila. Na zona de interface destas grandes regiões naturais a criação de centros urbanos conheceu algumas dificuldades, e não apenas no interior, onde, por exemplo, na zona de Salamanca (*Salmantica*),

Fig. 1 — Colina de *Scallabis* (Santarém), dominando o vale do rio Tejo. © Delfim Ferreira. Arquivo do autor.



Fig. 2 — Principais vias na Lusitânia romana.
© Mantas, J. L. Madeira.
FLUC.



cidade que conheceu um desenvolvimento tardio, apesar da sua importância em relação à via *Emerita-Asturica*, sobreviveram grandes povoados vetões, com áreas muito superiores às das cidades romanas da região, como é o caso de Yecla de Yeltes e Las Merchanas.

No litoral lusitano podemos apontar *Talabriga* como tentativa aparentemente falhada de criação augustana de uma *civitas* destinada a organizar um dos povos do Baixo Vouga. Sem entrarmos aqui no problema da sua identificação com o sítio de Cabeço do Vouga, contrariada pelas indicações dos miliários e do *Itinerário de Antonino*, devemos reconhecer que as ruínas existentes neste local sugerem o aproveitamento de algo que devia ser monumental para instalar o que cremos ter sido uma estação viária, servindo o entroncamento da estrada *Olisipo-Bracara* com a que vinha de Viseu (*Veseo*), estrada que conta com uma balizagem de Cláudio, portanto posterior à demarcação do território dos *Talabrigenses*. Este é um caso característico de situações em que não basta conhecer bem o traçado da estrada para resolver problemas de localização ou de identificação de *mansiones* conhecidas pelas fontes escritas. Na verdade, das 57 estações viárias indicadas pelos roteiros antigos, apenas cerca de metade se pode identificar com segurança, e mesmo assim algumas apenas com aproximação (fig. 2).

Embora estradas e cidades constituíssem parte de um todo cuja função principal consistia no exercício do poder, fosse militar ou civil, acontece que quase sempre a estrada antecede a construção ou reconstrução da cidade, sobretudo em situações em que as povoações pré-romanas não foram integradas na rede de capitalidades regionais existente nas províncias. É uma situação lógica, pois a mobilidade indispensável para garantir uma efetiva administração só poderia existir depois de acauteladas as comunicações básicas, necessárias antes de mais na fase de implantação das cidades, e depois como garantes do seu pleno funcionamento. Na Lusitânia, se a estrada conheceu, por vezes, condicionamentos ditados pelo povoamento pré-romano ou pelos acidentes geográficos, sobretudo áreas de montanha e rios de difícil travessia, não é raro ter o traçado de uma obra viária influenciado o traçado urbano, quando o antecedeu.

Fig. 3 — A grande ponte sobre o rio Guadiana, em Mérida. © Ceferino López. MNAR.



É o que parece ter acontecido em *Augusta Emerita* com a grande ponte sobre o Guadiana (*Ana*), normalmente relacionada com a origem da cidade, situando-a entre as primeiras construções urbanas levantadas por intervenção estatal (fig. 3). Alguns investigadores propõem que a travessia do rio se fizesse inicialmente a vau ou através de uma ponte de madeira, soluções que não passam sem grandes dificuldades, ainda que o rio fosse vadeável em época de águas baixas, o que decerto influenciou a escolha do sítio para implantar a colónia. O desvio entre o eixo da ponte e o eixo do *decumanus* urbano pode talvez explicar-se considerando que o tramo médio da ponte teria sido o primeiro a ser construído, ainda antes da fundação da cidade. Esta proposta pode resolver algumas das questões em aberto, sem esquecer que a ponte sofreu várias reformas, algumas delas seguramente durante a época romana. Parece provado, porém, que a edificação das cidades romanas na Lusitânia se desenvolveu simultaneamente a um programa de construção de vias, cujo lançamento precedeu o início dos trabalhos urbanos, concretizados, como a melhoria das estradas, gradualmente. A cronologia dos miliários comprova frequentemente este processo de *longue durée*.

Situações houve, todavia, em que as vias conheceram, desde o seu lançamento, uma atenção especial. No território lusitano, no período que sucede imediatamente à fundação de *Augusta Emerita*, antes da reorganização definitiva da província, encontramos uma estrada, ainda pouco conhecida, que se destaca das demais por se dirigir a uma região de pobre urbanização, denotando assim funções militares que, neste caso, não contrariaram uma cuidada construção. Referimo-nos à estrada que partia da via *Emerita-Asturica* por altura de *Turmulos*, dirigindo-se à serra da Estrela. Podemos classificá-la como uma autêntica via, uma vez que, por altura da sua construção, a contagem das milhas respeitou sempre o ponto inicial, *Augusta Emerita*, colocando-a desta forma a par da via *Emerita-Asturica*. A estrada, cujos miliários de 23-22 a. C. têm forma prismática, passava por Cória e Puerto de Perales, unindo-se a outra estrada vinda de *Salmantica*, a que pertencerá o miliário de Augusto recentemente achado perto de Iruña, semelhante aos que se acharam em Cória e em Alfaiates (cat. 4). A estrada continuaria para norte, por Argomil, na região da Guarda, onde se achou um cipo com tipologia e titulação idêntica à dos referidos miliários. Contornando a serra da Estrela, continuava em direção ao Douro, muito provavelmente ramificando-se em direção ao território dos asturos e dos brácaros, onde *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta* aguardavam a entrada na história.

A economia lusitana, objeto de numerosos estudos nas últimas décadas, obrigava à existência de caminhos transitáveis. A maior parte das atividades produtivas, com algumas poucas exceções, desenvolvia-se fora de ambientes urbanos, o que obrigava a recorrer a caminhos secundários até a uma estrada importante, a um rio ou a um porto, marítimo ou fluvial. Estão neste caso os produtos das minas e pedreiras, bem como os das atividades agropecuárias, não menos importantes como suporte socioeconómico das cidades e, particularmente, das suas elites. Não esqueçamos, por outro lado, que a partir de centros de produção locais ou de centros de distribuição de produtos importados, existia um fluxo relevante de mercadorias diversas, só possível com bons meios de comunicação, pelo menos durante uma parte do ano. Claro que excluímos desta categoria as *viae militares* ao serviço do *cursus publicus*, que deveriam estar transitáveis durante todo o ano, o que, para além de *mansiones* não urbanas, exigiam numerosas pontes (fig. 4). Ainda que as vias principais, como estas, tivessem evoluído de funções militares para outras de carácter marcadamente administrativo, não deixaram, como é evidente, de conhecer outras utilizações menos oficiais, em especial de tipo económico.

Um aspeto a ter em conta é o da necessidade de manter as estradas entre as capitais conventuais lusitanas, *Augusta Emerita*, *Scallabis* e *Pax Iulia*, todas centros viários de primeira importância, em boas condições. Como o governador provincial ou outro magistrado de alto nível deviam deslocar-se regularmente a estas cidades para presidirem aos tribunais ou para alguma ação de fiscalização, a manutenção destas vias e do seu equipamento era primordial. Da mesma forma, as comunicações terrestres extra provinciais, unindo as grandes cidades às províncias vizinhas e, através delas, à Itália, como as vias incluídas no *Itinerário de Antonino* e na *Cosmografia* mostram e os miliários sobreviventes confirmam, não foram descuradas, não tanto por razões de ordem económica, pois os custos do transporte terrestre tornavam proibitiva a comercialização de determinados produtos para além de uma certa distância, mas sobretudo por motivos administrativos e de controlo territorial.

A rapidez das comunicações marítimas, quando eram possíveis, e o baixo custo do transporte por via aquática de produtos praticamente impossíveis de escoar por terra, e basta recordar aqui os preparados piscícolas, o azeite e os minérios, colocaram as cidades do extenso litoral lusitano, muitas delas já com funções económicas significativas no período pré-romano, em lugar de destaque nas comunicações viárias da província, como *capita viarum* a partir das quais se organizavam as estradas regionais. Cidades como *Olisipo*, *Salacia*, *Ossonoba* (Faro) ou *Balsa* (Luz de Tavira), sobre a costa, mas também *Myrtilis* (Mértola), *Aeminium* (Coimbra), portos fluviais no Guadiana e no Mondego, mostram ter sido importantes centros económicos e de comunicações, terrestres e flúvio-marítimas, sem esquecer portos interiores como *Augusta Emerita* ou *Augustobriga* (Talavera la Vieja). A este respeito é interessante a forma como K. Miller interpretou a rede de estradas da Península Ibérica, destacando como mais importantes as três estradas que atravessam os Pirenéus, autênticos eixos orientadores de todo o sistema viário peninsular, duas delas partindo de *Olisipo* e a terceira de *Gades*. Aliás, a simples consulta do *Itinerário de Antonino* é esclarecedora quanto

Fig. 4 — Ponte de Vila Formosa, concelho de Alter do Chão, Portalegre, Portugal, na via *Olisipo-Abelterium-Emerita*. © Durán Fuentes.



à importância das cidades portuárias na rede viária: dos 13 itinerários lusitanos, 9 referem cidades portuárias, surgindo *Olisipo* em 4 desses itinerários. Uma relação das *mansiones* citadas no *Itinerário*, e na *Cosmografia*, mostra que a maior parte das grandes cidades lusitanas estão aí representadas, circunstância que ilustra a interdependência entre cidades e vias principais, facto desde sempre reconhecido.

Da mesma forma que a rede viária lusitana evoluiu a partir de um esquema definido nos primeiros anos do Império e completado no essencial sob os júlio-cláudios, a rede urbana foi estabelecida de acordo com os progressos da romanização, contando-se um número reduzido de centros urbanos de estatuto romano, até aos imperadores flávios. Apesar de algumas promoções atribuíveis a governantes júlio-cláudios, é depois de Vespasiano que se verifica a segunda fase de urbanização da Lusitânia, bem documentada, por exemplo, em *Capara* (Ventas de Cáparra), e acompanhada por obras viárias, como a da via *Emerita-Augustobriga-Caesaraugusta* (IA 438.2-439.4). Todavia, devemos ter em consideração que é preciso distinguir entre cidades romanas, do ponto de vista jurídico, dotadas do direito itálico ou latino, e cidades formalmente romanas, mas não integradas na hierarquia urbana romana. Outro problema ainda não satisfatoriamente resolvido é o da equivalência automática entre o direito latino e o título municipal, o qual parece por vezes posterior. Esta questão não terá pesado inicialmente nas relações entre a rede viária e a rede urbana, tanto mais que nas primeiras décadas do Império, o investimento público numa e noutra foi fundamental, como se verifica facilmente em *Emerita* ou em *Conimbriga* (fig. 5).

Os trabalhos viários eram extremamente caros, com a agravante de que, enquanto grandes monumentos, com alguma manutenção, podiam durar séculos, as estradas degradavam-se rapidamente. As fontes literárias, epigráficas e arqueológicas comprovam esta realidade, bem longe do vivaz mito da eternidade das vias romanas. Os custos viários eram de tal ordem que não deixamos de considerar a hipótese de terem contribuído para a discutida crise económica hispânica sob os Flávios, pela qual se tem responsabilizado a concessão do direito latino e as despesas urbanísticas que provocou, afinal talvez menos pesadas que a reestruturação da rede viária das cidades então promovidas, sobretudo naqueles casos em que o Estado não se mostrou interessado no aumento dos impostos locais, como se depreende da orientação normal no Alto Império, tanto mais que os evergetas encontraram, quase sempre, outros motivos de despesa. Embora nos falem textos jurídicos idênticos aos que regulavam a vida colonial e municipal de outras províncias, como os da Bética, é certo que desde o início tais trabalhos se contavam entre os *munera* que incumbiam às cidades, sob a responsabilidade dos seus magistrados.

Com o avanço da urbanização o peso da construção e manutenção das estradas recaiu quase exclusivamente sobre as cidades, as quais não dispunham, com frequência, dos meios financeiros para assegurar os trabalhos, explicando as parcerias que encontramos referidas em obras como a ponte de Alcântara, com 11 cidades lusitanas (CIL II 760), talvez mesmo mais, associadas para a edificação desta extraordinária obra de arte. De acordo com esta nova política, aconteceu mesmo que pequenas comunidades construíssem à sua custa ramais destinados a garantir a ligação a uma estrada mais importante, integrando-se assim na grande rede de comunicações lusitanas, sem que o culto dos *Lares Viales*, tão divulgado no Noroeste hispânico tivesse ganho significado na Lusitânia, o mesmo sucedendo com o culto de Mercúrio, de reduzida implantação em ambientes urbanos, ainda que recentemente se lhe tenha acrescentado mais um testemunho, achado nas ruínas de *Ammaia* (São Salvador de Aramenha, Marvão).

O agravamento das obrigações viárias sobre as cidades justifica, cremos, a multiplicação dos miliários honoríficos que se desenvolve sobretudo no Baixo Império. Para terminar

esta breve reflexão sobre as vias e a capacidade financeira das cidades, indicamos a título de exemplo, baseados em cálculos para vias italianas e béticas, que a construção da via *Olisipo-Abelterium-Emerita* (IA 417.7-418.6), principal eixo de ligação da capital com a costa, atribuindo-lhe uma estrutura relativamente ligeira, o que não era o caso, e sem incluir o custo das pontes, orçaria pelos quatro milhões de sestércios. Por esta razão é compreensível que se identifiquem períodos com notável atividade viária, nomeadamente com intervenção estatal, quando se tratava de grandes manutenções ou de autênticas reconstruções, abstraído da carga político-ideológica que tais intervenções possuíam. Assim aconteceu na Lusitânia com diversos imperadores dos séculos III e IV, cujos miliários se repartem sobre diversos itinerários.

Apesar da legislação tardia, bem conhecida através do Código de Teodósio, insistir na obrigação de sustentar a manutenção das estradas, a verdade é que se nota um declínio acentuado, inclusive na Lusitânia, onde o miliário mais recente remonta a Teodósio (FE 115.492). Depois das invasões do século V e das suas destruições, a rede viária e parte das cidades que servia, foram decaindo, regredindo para situações que nalguns casos evocam o período pré-romano, prelúdio de um abandono anunciado. As cidades que receberam uma sede episcopal ou em que se estabeleceram centros de poder dos conquistadores germânicos, quase sempre coincidentes com as primeiras, conheceram alguns esforços no sentido de lhes garantir um mínimo de acessibilidade, como demonstram trabalhos de reparação da grande ponte sobre o Guadiana, em Mérida, em 483 e em 686. Mas os lusitanos, por esta altura, começavam a deixar de o ser, para, em tempos novamente sem estrada, deles nascerem dois povos latinos, herdeiros de um passado cuja essência muito ficou a dever às vias e às cidades da ordem romana, por alguma razão sempre nostálgicamente latente no quotidiano ocidental.

Fig. 5 — Fotografia aérea das ruínas de *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha) nos finais do século passado. © Delfim Ferreira. Arquivo do autor.



No seu testamento político, as *Res Gestae*, Augusto vangloriava-se de ter criado várias colónias em muitas províncias, boa parte com veteranos militares. Entre elas, inclui-se *Emerita*. Para conhecer o contexto e a data de fundação de Mérida temos que recorrer à célebre passagem do livro 53 de Díon Cássio: «Terminada a guerra, Augusto licenciou os soldados de mais idade e concedeu-lhes a fundação de uma cidade na Lusitânia a que se chamou *Augusta Emerita*».

Díon Cássio refere-se à guerra contra os cântabros e os ástures e refere-se ao ano de 25 a. C. Não conhecemos os tempos exatos da contenda, mas, tendo em conta o clima e a orografia do norte peninsular, deve-se pensar que as hostilidades não devem ter começado antes da primavera ou verão de 26 a. C. (era necessário tempo para trazer as tropas e organizar os quartéis e a estratégia de guerra). O próprio *Princeps* assumiu *in situ* o comando das operações; no entanto, ficou doente e retirou-se para *Tarraco*, deixando no comando Caio Antístio Veto e Públio Carísio, legados da Citerior e da Ulterior respetivamente. A campanha estendeu-se provavelmente até à segunda metade do ano 25 a. C. (quicá com uma pausa invernal) e após a tomada de *Lancia* e outros lugares dos ástures, Augusto deu por concluída a campanha e ordenou encerrar o templo de Jano em Roma, licenciar parte das tropas que tinham participado na guerra, criar a colónia *Augusta Emerita* e que se dessem espetáculos para os restantes soldados nos próprios acampamentos.

Em suma, uma guerra de pouco mais de um ano, claramente terminada em falso, dado que os cântabros e os ástures não estavam dominados. Este pode ser um dos motivos que levou ao assentamento dos soldados licenciados longe do palco das operações. A prática seguida habitualmente na época republicana era colocar as colónias nos locais onde se tinha vencido o inimigo, significando pois um castigo para os antigos povoadores do território. Assim observamos em *Augusta Praetoria* e *Augusta Raurica* nos Alpes, *Nicopolis* no Áccio, *Patrassos* na Grécia, ou *Genetiva Iulia* e *Claritas Iulia*, fundadas na Bética por ordem de César após a vitória de *Munda*. No entanto, Augusto não podia fundar a colónia no norte da Península porque a guerra, apesar de tudo, não tinha terminado. Quando o Imperador abandonou a Hispânia nos primeiros meses de 24 a. C., deu-se uma revolta de ambos os povos a que Roma respondeu com terras devastadas e mãos cortadas; mas nem isso foi suficiente, dado que ocorreram novas sublevações em 22 a. C. e, posteriormente, em 19 a. C., que provocaram a vinda de Agripa nesse ano.

Emerita foi então criada a sul da zona de guerra, do grande distrito que hoje sabemos que chegava até ao Douro e que durante o conflito parece ter recebido o nome de *provincia Transduriana*. Quem escolheu o local? Foi, sem dúvida, fundamental a intervenção de Públio Carísio, mas sem esquecer que Augusto era quem autorizava todos os atos importantes do processo, já que os seus *legati* tinham um *imperium* delegado. Carísio estava na Ulterior talvez desde 27 a. C. e provavelmente conhecia melhor a província do que o próprio Imperador. Foi ele o *deductor* da colónia e teve grande poder na decisão do estabelecimento e organização inicial da nova comunidade.

A colônia situou-se num lugar estratégico do vale do Guadiana, bem controlado pelos romanos há várias décadas, mas que tinha sido uma zona complicada durante muito tempo. Viriato circulava livremente pelo território; depois a zona foi dominada por Sertório entre 82 e 72 a. C., e Cecílio Metelo Pio estabeleceu vários acampamentos para lutar contra ele: *Castra Caecilia* (Cáceres el Viejo) e *Metellinum* (Medellín). Ambos os lugares obtiveram com o tempo o estatuto de colônia romana: *Norba Caesarina*, Cáceres, em 36-35 a. C. foi fundada por C. Norbano Flaco, legado proconsular de Octávio a cargo de ambas as Hispânicas, e *Metellinum* parece dever o seu estatuto colonial a César. Nas duas colônias estão documentados indivíduos inscritos na tribo *Sergia*, a tribo vinculada às fundações cesarianas.

Numa análise do ponto de vista político e ideológico, Augusto situou a nova fundação emeritense numa zona onde outros generais como Metelo Pio, Norbano Flaco ou, se aceitarmos nelas a intervenção de César, o seu próprio pai adotivo, tinham atuado através da criação de assentamentos ou promovendo colônias. Esta prática repete-se no vale do Guadalquivir, onde se estabeleceram *Augusta Firma*, próximo de *Romula* e *Genetiva Iulia* ou *Augusta Gemella*, a este de *Claritas Iulia*. A mesma situação verifica-se no vale do Ebro, onde se situou *Caesar Augusta* a 40 km a norte de *Victrix Iulia Lepida* (posteriormente *Celsa*), na mesma zona onde outros grandes imperadores republicanos, como Semprônio Graco ou Pompeio, tinham deixado o seu nome em cidades como *Gracchurris* ou *Pompaelo*.

Mas Augusto não se move apenas por ideologia, apesar de ser também um elemento importante nas suas atuações. Na fundação de *Augusta Emerita* devem ter sido considerados especialmente fatores estratégicos e económicos. Tanto *Metellinum* como *Norba*, estabeleceram-se na via de penetração que desde *Corduba* subia até à parte setentrional da *Hispania*. Territórios com uma riqueza mineira constatada e, além disso, em rotas de passagem para outras zonas com um potencial ainda maior no quadrante norocidental da Península, muito ricas em ouro.

A fundação de *Augusta Emerita*, no local específico onde hoje se encontra, significava uma deslocação para oeste do tradicional eixo de comunicação que conectava estas terras com o sul e que ia de Córdova a Medellín. *Emerita* punha em contacto o Norte e o Sul peninsular, com o porto de *Hispalis* e com as terras ricas em prata do sudoeste. Uma vez atravessado o *Ana*, a nova rota subia quase em linha reta para *Norba* com um traçado mais simples e plano do que aquele entre *Metellinum* e *Norba* ou *Turgalium*. Nesta posição e tal como *Corduba*, *Celsa* ou *Tarraco*, a nova colônia serviu também, nos seus primeiros anos, para abastecer o importante exército mobilizado que permanecia no norte, como se deduz da presença ali de cunhagens emeritenses utilizadas para pagar essas tropas. A prata de Riotinto pode ter servido para amodar os conhecidos denários e quinários de Carísio que têm como reverso a porta da colônia e a legenda *EMERITA* (fig. 1); a partir da colônia, este numerário seria levado para *Asturica* pela calçada desenhada na época de Augusto, como se infere de um miliário datado entre 20 e 12 a. C., e que teve em princípio um carácter eminentemente militar.



Fig. 1 — Denário ou quinário de Carísio com porta e legenda *EMERITA*. © Arquivo Fotográfico MNAR. Luis Fallola.

Por outro lado, a localização de *Augusta Emerita* permitia o controlo de importantes zonas mineiras, o que pode explicar a potenciação de certos eixos viários lusitanos já desde tempos de Augusto. Sem querer ser exaustivo, temos a zona aurífera de Abrantes, conectada com *Emerita* pela via xv do Itinerário de Antonino; a zona aurífera das Beiras, em que dois miliários de Augusto e de Tibério confirmam a existência de uma calçada até *Norba* e cuja importância poderia ajudar a explicar a presença do conhecido *orarium* que um emeritense, apenas nove anos depois da fundação da colónia, ofereceu à *civitas Igaeditanorum*, uma comunidade estipendiária; as explorações auríferas recentemente descobertas em Zarza la Mayor (Cáceres), na mesma área; a zona aurífera de Las Cavenes ou El Maíllo (Salamanca) e as importantes minas de prata em Plasenzuela, com galerias e poços até 135 m de profundidade, que se encontram a 30 km a sudeste de *Norba*, mas também a 20 km a sudoeste de Trujillo, uma das prefeituras emeritenses. A tudo isto podem-se acrescentar as explorações de ouro até *Augustobriga*, no extremo oriental do *conventus Emeritensis* e, obviamente, o chumbo e a prata de La Serena.

Assim, do ponto de vista estratégico e económico, a fundação de Mérida permitia a comunicação do sul com os exércitos destacados no norte, bem como um fácil acesso a zonas de grande potencial mineiro. Relativamente à materialização do projeto, a eleição do local específico para o estabelecimento colonial foi motivada, como já verificou José María Álvarez Martínez, pela possibilidade de vadear o rio Guadiana nos momentos de estio, uma circunstância pouco provável durante os meses de chuva. No entanto, a «ilha» situada no meio do seu leito permitia a construção de uma ponte, uma das primeiras estruturas construídas na cidade.

Além disso, de forma consciente ou inconsciente, outros fatores contribuíram na escolha do local. O território era pouco povoado por indígenas e havia portanto muita terra e muito possivelmente barata, embora Augusto, nas *Res Gestae*, se vangloriasse de ter gasto uma grande quantidade de dinheiro para comprar terras para assentar os seus colonos. Sabemos bem que o território designado a *Augusta Emerita* foi muito grande; tanto, que os tratados de agrimensura da época imperial a citam como exemplo. Não podemos confirmar se Augusto pagou ou não estas terras, mas, de qualquer modo, o território não estava muito povoado. A onomástica indígena é pouco frequente no território emeritense e, não por acaso, é documentada especialmente em lugares como Madrigalejo e Trujillo. Os agrimensores chamam a esta terra *regio Turgaliensis* e é considerada uma das *praefecturae emeritenses*, um território dependente da colónia e para onde puderam ser deslocados, de forma mais ou menos obrigada, parte dos elementos autóctones que lá viviam. De facto, a orientação dos lotes de terra nas *praefecturae Turgaliensis* e *Mullicensis* era diferente à do resto do território emeritense, talvez

Fig. 2 — Moeda emeritense com os estandartes das legiões v e x.

© Arquivo Fotográfico MNAR. José Luis Sánchez.



porque na sua realização utilizaram-se elementos já existentes em estruturas pré-romanas, onde depois permaneceu uma boa parte dessa população.

O procedimento para fundar uma colônia romana era longo e complexo. Por um lado, era necessário constituir e definir o corpo dos colonos e, por outro, determinar as terras, organizá-las e distribuí-las. Era preciso definir o território a repartir e o seu estatuto jurídico; concretizar as características dos beneficiários; nomear os comissários que levariam a cabo a divisão e os agrimensores que realizariam a *limitatio*, o parcelamento das terras. Quanto aos colonos, era necessário realizar a *adscriptio*, ou seja, elaborar um álbum ou registo com os nomes dos indivíduos que quisessem beneficiar da divisão e que constituiriam o primeiro censo da colônia. Depois seguia-se o traslado ou *deductio*, que no caso de *Augusta Emerita* deve ter sido em bloco; e a *sortitio*, a repartição dos lotes de terra. De todas estas operações, a mais árdua e demorada era a delimitação e o parcelamento do território: tinham que ser estabelecidos os limites externos, «centuriar» o território e, depois, dividir as centúrias em lotes. Assim, os trabalhos de medição e distribuição de um território colonial podiam ser bastante morosos, alcançando normalmente os três anos.

O corpo de colonos constituiu-se originalmente com veteranos das legiões v e x, que se identificam com a v *Alaudae* e a x *Gemina*, recordadas nas cunhagens emeritenses (fig. 2). Cerca de 3000 ou 4000 homens constituíram o primeiro censo da colônia e receberam os seus lotes de terra e, embora as centúrias tivessem 400 *iugera*, não podemos saber quanta terra recebeu cada colono; de qualquer modo, não eram latifúndios e, como relembra Frontino, depois de três divisões, sobrou terreno em *Emerita, ager Publicus*. Sabemos pelos agrimensores que a divisão do território realizou-se de fora para dentro, situando os primeiros veteranos nos limites, e muito poucos ao redor da colônia e do rio. Tendo em conta o estipulado no novo fragmento da lei colonial de *Genetiva Iulia* (Osuna) é muito possível que todos os colonos estivessem obrigados a ter uma casa em propriedade da colônia durante os dois anos seguintes à *deductio* (cap. 14). Com esta medida ficava assegurado que a população inicial desse andamento à vida colonial e à construção dos edifícios.

Em todas estas operações foi, sem dúvida, fundamental Públio Carísio. Foi ele o *deductor* de *Emerita*, quem organizou todas as tarefas para a divisão e, por tudo isso, foi também provavelmente patrono da colônia, como se estabelece na lei de *Genetiva Iulia* (cap. 97). A sua permanência como governador da província *Uterior* até 22 a. C., permitiu-lhe supervisionar todas as disposições relativas ao novo estabelecimento colonial. Por seu turno, Augusto teve conhecimento das mesmas e seguramente as confirmou. Inclusive permitiu-lhes cunhar moeda, dando lugar a conhecidas séries emeritenses (fig. 3).



Fig. 3 — Moeda de bronze com Augusto e legenda PERMISSV CAES. AVG.
© Arquivo Fotográfico MNAR. José Luis Sánchez.

Os inícios da colónia não devem ter sido fáceis, mas ocorreram duas circunstâncias que serviram para lhe conferir um notável impulso. Por um lado, a mais que possível presença de Agripa após terminar a campanha no norte em 19 a. C. e, quiçá, a sua eleição como patrono da colónia levaria à construção e ao pagamento do teatro, que em 16-15 a. C. foi inaugurado. Agripa, o «outro príncipe do mundo», como o designa J.-M. Roddaz, acedeu precisamente nesse período, 18 a. C., à *tribunicia potestas* e ao *imperium proconsulare*, partilhando assim das bases do poder de Augusto (fig. 4).

Não muito depois, o próprio Augusto, durante a sua estada no Ocidente entre 16 e 13 a. C., reorganizou os territórios hispânicos criando a *provincia Lusitania* e estabelecendo a sede do governador, o *caput provinciae*, em *Augusta Emerita*. A colónia recebeu então muito dos imperadores, que mostravam assim a sua munificência, uma das características do bom príncipe, dando-se um grande desenvolvimento urbanístico nos primeiros decénios da sua existência. Com essa posição administrativa, a *Fortuna* tinha marcado o posterior desenvolvimento da cidade.



Fig. 4 — Relevo de sacrifício com Agripa.
© Arquivo Fotográfico MNAR. Ana Osorio.

39. Inscrição comemorativa da oferta de um relógio

Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova,
Castelo Branco

16 a. C.

44 × 33 × 10 cm

Arquivo Epigráfico de Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova

54



Placa de granito com inscrição.

Leitura:

Q(uintus) · TALLIVS · SEX(ti) F(ilius) · PAPI(ria tribu) · AVGV(sta Emerita)
ORARIVM · DONAVIT (hedera)
IGAITANIS · L(ocus) · A(d signatus) · F(uit) · PER · MAG(istros) ·
TOVTONI · ARCI(i) · F(ili) ·
MALGEINI · MANLI(i) · F(ili) ·
CELI(i) · ARANTONI(i) · F(ili) ·
AMINI · ATI(i) · F(ili) ·
L(ucio) · DOMITIO · AENOBARBO
P(ublio) · CORNELIO · SCIPIONE · CO(n)s(ulibus)

Tradução:

Quintus Tallius, filho de *Sextus*, da tribo Papíria, de *Augusta Emerita*, deu um relógio aos igeditanos. O local foi indicado pelos magistrados *Toutonus*, filho de *Arcus*; *Malgeinus*, filho de *Manlius*; *Celtius*, filho de *Arantonium*; *Aminius*, filho de *Atius*, sendo cônsules *Lucius Domitius Aenobarbus* e *Publius Cornelius Scipio*.

A inscrição evoca a doação de um relógio aos egitanos por um colono romano de Mérida, para ser colocado em local público, no ano da criação da

província romana da Lusitânia. Não sabemos qual seria a ligação entre *Quintus Tallius* e a recém-constituída comunidade local, mas estes atos de benemerência pública são uma das mais bem sucedidas formas de estreitar laços entre romanos e indígenas nos novos espaços provinciais.

CF/AIS

Bibliografia:

Almeida, 1956; Étienne, 1992, p. 421-423; Mantas, 1988; Sá, 2007; HEPOL 22943.



40. Fragmento de inscrição de *Lucius Cornelius Bocchus*

Tanque oriental da área do *temenos*
do «Templo de Diana», Mérida
Período tiberiano (21-31 d. C.)

42 × 27 × 3 cm

Museo Nacional de Arte Romana,
Mérida. Depósito do Consorcio de
la Ciudad Monumental de Mérida

DO2011/2/9

Segundo José Carlos Saquete, de quem
retiramos estes dados, a sua leitura po-
deria ser:

[L (*ucio*) CORNELIO L (*ucii*) F (*ilio*) BO] CCHO

[PR (*aefecto*) FABR (*um*) V (*quinqües*) L (*ucii*) FVLGINI TR] IONIS · CO (n) S (*ulis*)

[PRO PR (*aetore*) TI (*berii*) CAES (*aris*)] AVGVSTI

[FLAMINI PROVINC (*iae*)] LVSITAN (*iae*)

[--O] NVENTVS ·

Tradução:

A *Lucius Cornelius Bocchus*, filho de
Lucius, cinco vezes perfeito dos artí-
fices, do cônsul *Lucius Fulcinius Trio*,
legado propretor de Tibério César
Augusto, flâmine da província da Lu-
sitânia, [...]

Trata-se de uma epígrafe laudatória
oferecida a *Lucius Cornelius Bocchus*,
personagem bem conhecido, assim
como outros membros da sua família
originários de Salacia (Alcácer do Sal),
da época tiberiana e muito relaciona-
do pelo seu cargo de *praefectus fabrum*
com o poderoso governador da Lusi-
tânia, *Lucius Fulcinius Trio*, cujo nome
aparece igualmente na inscrição. Foi
por alguns considerado encarregado

das obras do templo de culto imperial
provincial, dedicado, aparentemen-
te, ao *diuus Augustus*, cujas ruínas
foram encontradas na calle Holguín
de Mérida.

O facto de esta epígrafe ter aparecido
na área do *Forum* da Colónia leva-nos
a pensar que a dedicatória a tão im-
portante personagem esteve a cargo da
colónia emeritense. Poder-se-ia tratar,
de acordo com outras opiniões, do re-
conhecido literato lusitano citado por
Macróbio.

JMAM

Bibliografia:

Stylow; Ventura, 2010, p. 486-489;
Saquete, 2011, p. 163-172; Álvarez;
Nogales, 2011, p. 203-229.

41. Pilar

Teatro romano de Mérida
Final do século I a. C.-início
do século I d. C.
61 x 26 x 21 cm
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
CE000658

Pilar (herma) de mármore azulado com veios verdes, com rebaixe na zona superior onde encaixaria um busto desaparecido. A inscrição, gravada com caracteres atuários (dos quais dois com vértices), está organizada em duas linhas.

Leitura:

Q (*uintus*) · A (*cutius*) · FAIENANVS
LEG (*atus*) PRO PR (*aetore*)

Tradução:

Quintus Acutius Faienanus, legado de Augusto propretor.

A Lusitânia, dado o seu carácter de província imperial, era governada

pelos senadores da ordem pretoriana sob denominação de *legatus Augusti pro praetore*. A legação na Lusitânia e, portanto, a presença em *Emerita* deste senador que, a julgar pela raiz do seu gentílico, provavelmente era de origem itálica, não está clarificada. Questões de índole paleográfica levaram Stylow a atrasar a cronologia que Alföldy tinha fixado em 19-13 a. C. até final da primeira centúria e início da segunda, isto é, entre as magistraturas de *Caius Arruntius Catellius Celer* (75-78 d. C.) e de *Caius Calpurnius Flaccus* (119-121 d. C.). Ora, se atendermos a outros critérios, como o facto dos legados de Augusto participarem na presente fórmula da epígrafe emeritense, nada impediria de atribuir uma cronologia augústea à peça.

JLBA

Bibliografia:

Mérida, 1925, p. 211-212; Alföldy, 1969, p. 133-135; García Iglesias, 1973, p. 231-232; Stylow, 1989, p. 199-201; Saquete, 1997, p. 107-108.





42. Relógio de sol

Teatro romano de Mérida
Século I d. C.

47,3 × 61 × 38,5 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

CE37405

O quadrante solar, objeto de reconstituição, está talhado num bloco de mármore, parcialmente escavado para conformar o fuso esférico, onde aparecem gravadas as linhas equivalentes a solstícios e equinócios; apresenta uma parte paralelepípedica, com plano frontal inclinado e rebaixado (talvez para colocar algum elemento extra, hoje desconhecido), que atua como elemento sustentador.

O relógio de Mérida, enquanto relógio esférico, é uma projeção cônica da abóbada celeste sobre uma superfície. Está gravado na concavidade do fuso esférico de 52° de amplitude. O artífice que o fabricou efetuou os cálculos matemáticos para que ficasse situado a uma latitude de 38°. Sendo a latitude de Mérida 38° 55' pode-se assegurar que a peça foi realizada propositadamente para o lugar onde foi encontrada.

O gnómon do relógio emeritense devia ser uma pequena esfera de 10 mm de diâmetro, situada no centro de projeção da esfera. Na superfície observam-se dois pequenos orifícios que podiam ter servido para colocar as espigas metálicas onde se encaixariam as pequenas esferas, cuja sombra pro-

jetada marcaria as horas. Essa sombra começaria a projetar-se sobre a esfera quando o sol tivesse alcançado uma certa altura no horizonte astronómico. O relógio de sol de Mérida divide o dia em doze horas reais de sol, desde que aparece até que se põe no horizonte, sendo a duração menor do que as correspondentes às horas romanas.

JLBA

Bibliografia:

Mélida, 1915, p. 36; Raya, 1989, p. 140-149; Almagro; Raya, 1996, p. 79-89.



43. Estátua equestre

Palácio de Mayoralgo, Cáceres

Final do século I a. C.

58 × 55 × 29 cm

Museo de Cáceres. Depósito

da Junta de Extremadura

D2.811

Estátua realizada em bronze mediante técnica de fundição por cera perdida. Está oca e ainda conserva restos de dourado na superfície, acabamento habitual na estatúaria pública romana. Para adaptar-se ao cavalo a parte de trás do cavaleiro está ligeiramente curvada. Apenas se conserva a parte do torso que veste uma simples couraça militar. Dos braços conserva o seu início: o direito eleva-se e separa-se do tronco num intuito de saudação, a modo de *adlocutio*, e o esquerdo pa-

rece descer e assim segurar as rédeas do cavalo. A zona da base do pescoço é circular, onde se inseriria a cabeça fundida independente do corpo. Veste uma túnica de manga curta que se aprecia sob a couraça. Esta é visível no ombro e nos laterais, onde se apreciam as juntas metálicas e de couro lisas e quase sem decoração. O manto, *paludamentum*, é curto e retangular; está preso no ombro direito com uma pequena e muito simples fíbula circular e cai sobre a couraça com pregas simples e rígidas. O cinto, *cingulum*, ata-se à couraça com uma laçada bem visível para mostrar a hierarquia militar do personagem representado.

Este fragmento de estátua *thoracata*, vestida de militar e com couraça, foi encontrado nas escavações levadas a cabo no jardim do palácio de

Mayoralgo. A fratura é antiga, possivelmente produzida durante a espoliação que arrancou a peça do seu pedestal e a tirou para os materiais construtivos onde foi descoberta. No mesmo palácio apareceu, no século XVII, uma escultura feminina e, provavelmente, não muito longe deve ter aparecido, no século XVI, a escultura colossal do génio togado. Estes achados e a escavação arqueológica da zona parecem confirmar a existência de um espaço público na *Colonia Norba Caesarina*.

JMGB

Bibliografia:

Alvarado, 2006d, p. 106; Cerrillo; Nogales, 2010, p. 118-124; González Bornay, 2014, p. 152-153; Cerrillo; Nogales, 2014; Nogales, 2015.

44. Estátua togada

Mértola, Beja

Século I d. C.

168,5 × 81,9 × 42 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

994.9.4

Estátua masculina vestida de túnica e ampla toga com dobras dos panejamentos, usadas segundo a moda imperial do século I d. C. Falta-lhe a cabeça, todo o braço direito, o pulso e a mão esquerda, além dos pés e pernas que foram jarretados por baixo dos joelhos, encontrando-se assente sobre um plinto. Também a toga foi danificada em alguns pontos. O peso da figura descansa na perna esquerda, uma vez que a direita se encontra ligeiramente fletida, atualmente partida desde um pouco abaixo do joelho. Como é habitual nas estátuas togadas, o braço esquerdo — o único conservado — dobra-se e dirige-se para a frente segurando os compridos panejamentos da toga, encontrando-se partida a borda inferior desta. É possível que o braço direito caísse junto ao torso. A toga foi colocada à maneira clássica, com um *balteus* estreito, que passa pela anca direita e sobe em direção ao ombro esquerdo, sobre o qual recai uma pequena prega da túnica. O si-

nus aparece descaindo em arco sobre a perna direita, não chegando a cobrir a totalidade do joelho. O *umbo*, por sua vez, ocupa a sua característica posição centrada e apresenta a forma de «U», no centro do torso. Na base do pescoço do personagem abre-se uma concavidade semicircular destinada a receber uma cabeça amovível. A estátua serviu de suporte para as «cabeças retrato» de imperadores ou altos funcionários imperiais, exposta presumivelmente num contexto de culto ou homenagem pública à autoridade romana.

Esta peça faria parte integrante de um programa iconográfico estatuário juntamente com as restantes de que falam André de Resende e Amador Arrais no século XVI.

Este tipo de escultura de vulto relaciona-se frequentemente com a arquitetura, sendo concebida para ocupar um nicho, ficando assim encostada a uma parede, pelo que o acabamento da parte posterior é muitas vezes pouco cuidado como é o caso desta peça.

CF/AIS

Bibliografia:

Vasconcelos, 1903, p. 100-101; Matos, 1966, p. 114; García y Bellido, 1966-1967, p. 280-281; Souza, 1990, p. 13, n.º 12; Inventário..., 1995, p. 32; Gonçalves, 2007, p. 28, n.º 21.





45. Inscrição referente a uma conduta hidráulica

Recinto do estádio romano (anteriormente Municipal), Mérida
Época de Augusto
30 × 121,5 × 8 cm
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
CE20837

Apareceu no terreno onde se edificou o Estádio Municipal no início da década de 50 do século passado. Provavelmente foi inserida no troço da cerca amuralhada que por ali passava no local onde as águas chegavam à colónia. O campo epigráfico está delimitado por uma moldura e estava composto por letras de bronze que desapareceram, ainda que permaneçam os orifícios e 19 dos 31 espigões para a sua sustentação. Apenas se conservou a pontuação,

triangular, que separava as duas palavras que figuravam na placa. As letras eram capitais quadradas e a sua altura oscilava entre 9,5 cm e 10 cm. Após reconstituição pode-se ler:
AQVA · AVGVSTA

Tradução:
Aquaduto mandado fazer por Augusto.

Trata-se, portanto, de uma conduta hidráulica da época de Augusto, ou seja, dos primeiros anos da *colonia Augusta Emerita* e que corresponde ao atualmente conhecido sistema de condutas de «Cornalvo» devido ao manancial, o *caput aquae*, se localizar nos montes do Parque Natural com essa denominação. Esse sistema, na sua primeira fase, alimentou-se da ribeira de «El Borbollón» e, quiçá, de algumas águas



pluviais que se canalizaram desde o local onde, décadas mais tarde, se construiu uma represa. Foi, em qualquer caso, o primeiro aqueduto construído para o abastecimento de água à Colónia.

JMAM

Bibliografia:

Hiernard-Alvarez, 1982, p. 221-227; Nogales, 2005, p. 96-97; Ramírez, 2003, p. 23, lám. 1; Álvarez, 2008, p. 27-40.

46. Lápide funerária do duúnviro Titus Pompeius Albinus

Necrópole oriental de Mérida
 Meados do século I d. C.
 48 x 65 x 3,8 cm
 Museo Nacional de Arte Romano,
 Mérida
 CE000675

Lápide de mármore branco, retangular, com perda de matéria no canto inferior esquerdo que não afeta o texto epigrafado.

Leitura:

T(itus) POMPEIVS T(iti) F(ilius) TRO(mentina tribu)
 ALBINVS · DOMO · VIENNA
 II VIR · TR(ibunus) MIL(itum) LEG(ionis) VI VICTR(icis)
 ADIVTOR T(iti) · DECIDI (i) DOMITIANI
 PROCVRATORIS
 CAESARIS AVGVSTI
 H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(euis)

Tradução:

Titus Pompeius Albinus, filho de *Titus*, da tribo Tromentina, natural de *Vienna* (atual Vienne, França), duúnviro, tribuno militar da VI Legião *Victrix* (Vencedora), ajudante de *Titus Decidius Domitianus*, procurador de César Augusto, jaz aqui, que a terra te seja leve.

A inscrição é duplamente interessante porque, por um lado, informa-nos

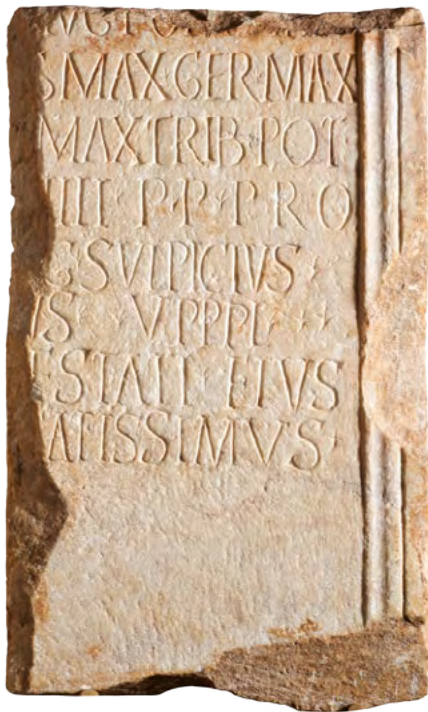
de um cidadão, Tito Pompeio Albino, natural de *Vienna* (Vienne) na Gália Narbonense. Aí tinha chegado a desempenhar o duunvirato e servido como tribuno na *legio VI Victrix*. Uma vez concluído o seu serviço militar, integrou a administração das finanças imperiais, iniciando assim uma carreira civil que não seria tão brilhante. Por outro lado, a epígrafe emeritense é interessante dado que menciona o procurador Tito Decídio Domiciano, do qual o primeiro era *adiutor* (ajudante ou subprocurador, como, por outro lado, aparece mencionado numa segunda epígrafe gaulesa). Este Decídio, que pode ser identificado como o vencedor dos Bretões, foi, com muita probabilidade, o sogro do célebre historiador Tácito, que desposou *Domitia Decidiana*, sua filha.

JLBA

Bibliografia:

Wickert, 1934, p. 121-125;
 Balil, 1969, p. 151 e segs.;
 Le Roux, 1982, p. 123.





47. Lápide com menção ao governador da província

Proveniência desconhecida. Esteve no «Jardim das Antiguidades» do Convento de Jesus Nazareno, Mérida 276-325 d. C.

66 × 40 × 5,5 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

CE000142

Placa de mármore — da qual se conserva aproximadamente um terço do total — com moldura que delimita o campo epigráfico, com texto ordenado em sete linhas.

Leitura:

[...] VG · O ·

[...] MAX(imo) · GER(manico) · MAX(imo)

[...] MAX(imo) TRIB(unicia) · POT(estate)

[...] IIII · P(atr) · P(atriae) PRO(consuli)

[...] G(aius) · SVLPICIVS

[...] VS · V(ir) P(erfectissimus) P(raeses) P(rouinciae) L(usitaniae)

[...] ESTATI · EIVS

[...] ATISSIMVS

A epígrafe, tanto pelo tipo de letra como pela titulatura, poderia fazer referência ao imperador Constantino, como pretenderam Hübner, Fita e García Iglesias, embora não convenha descartar outras opções, como a proposta por Ramírez Sádaba, para quem o leque de imperadores se deveria ampliar para Diocleciano, Maximiano e Constantino II.

O senador e governador mencionado parece ser *G(aius) sulpicius [ru]fus*, como propôs García Iglesias, pois ajusta-se (quanto ao número de letras) ao espaço perdido da pedra, apesar de este assunto ser, evidentemente, im-

possível de verificar no atual estado de conhecimentos.

Originalmente, a peça devia estar no *Forum* Provincial da Colónia, lugar donde provêm outras epígrafes de natureza semelhante.

JLBA

Bibliografia:

Pérez, 1782, p. 283; Fernández y Pérez, 1957, p. 74; Forner y Segarra [1893], p. 134; Hübner, 1861, p. 378; Fita, 1904, p. 102; Fita, 1913, p. 578-580; Mérida, 1925, p. 209-210; García Iglesias, 1973, n.º 88; Ramírez Sádaba, 2003, n.º 60.

48. Miliário romano

Alfaiates, Sabugal, Guarda
23-20 a. C.

200 × 50 × 30 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
E 6818

Miliário executado em granito, de forma quase prismática, com a inscrição prejudicada por desgaste provocado por reutilização. Miliário de Augusto, que Lambrino atribuiu erradamente a Idanha-a-Velha, pertencente a uma via entre Mérida e a serra da Estrela, por Cória, com continuação para o vale do Douro. Outros marcos da mesma estrada, em território espanhol, e o cipo de Argomil (Guarda) permitem corrigir a cronologia antes atribuída ao miliário, através da titulatura, para 23-20 a. C.

Leitura:

c[xx...]

IM[P(erator)]

CAESA[R]

DIVI F (ilius)

AVGVSTV[S]

c[o(n)]s(ul) XI

IMP(erator)v[III]

Tradução:

Cento e vinte (...) milhas (desde Mérida).

O imperador César Augusto, filho do divino (César), cônsul pela décima primeira vez e pela oitava vez aclamado imperador.

O facto deste miliário indicar a distância a partir de *Augusta Emerita* comprova a importância da estrada, uma vez que a via mantém sempre como ponto inicial de contagem do caminho percorrido a capital lusitana, tal como sucede com a chamada *Vía de la Plata*, entre Mérida e Astorga. Na época de Augusto a estrada a que pertenceu o miliário de Alfaiates, construída no cenário da fundação de *Augusta Emerita*, em 25 a. C., e da organização da região central da Lusitânia, constituía a principal via interior de acesso à Beira Alta. As aclamações imperiais não marcavam fases do governo, correspondendo a títulos honoríficos relacionados com grandes vitórias militares. Este miliário, doado ao MNA em 1922, é o de maior antiguidade em Portugal e um dos mais vetustos da *Provincia Lusitania*.

VGM

Bibliografia:

Lambrino, 1956, p. 14-17; Mantas, 2012, p. 250-252; Mantas, 2015, p. 116; Curado, 2013, p. 59-74.



49/1 a 49/36. Moedas do ateliê monetário da colônia *Augusta Emerita*

Mérida

Época de Augusto e Tibério

Museo Nacional de Arte Romano,

Mérida

CE27568, CE27749, CE27758,
CE27760, CE27768, CE28791,
CE28900, CE30265, CE30268,
CE30270, CE30769, CE30782,
CE30783, CE30790, CE30792,
CE30794, CE30800, CE30802,
CE30850, CE30853, CE30864,
CE31610, CE31611, CE31629,
CE31630, CE31645, CE31678,
CE31680, CE31692, CE31702,
CE31724, CE36854, CE36855,
CE36856, CE37087, CE37745

Depois de um longo período de confrontos militares em que o território hispânico serviu de base para a conclusão de intermináveis guerras civis, é lógico pensar que o regime surgido da *Pax augustea* confiasse nos ateliês mo-

netários locais, criando alguns e reativando outros, para o abastecimento de moeda fracionária às, cada vez mais importantes, redes comerciais que começaram a florescer ao abrigo da estabilidade dos novos tempos, principalmente às novas colônias, o que, por vezes, levava também ao abastecimento dos cofres militares das legiões estabelecidas, como pode ter sido o caso de *Emerita*.

Assim, inicialmente, Públio Carísio, legado de Augusto nas Guerras Cantábricas e encarregado da fundação da nova cidade, cunha as primeiras moedas de prata imperiais (25-23 a. C.), com a efígie do *princeps*, e os reversos alusivos às guerras que se estavam a concluir, num estudado programa iconográfico com que se pretendia transmitir uma clara mensagem: Guerra-Vitória-Paz.

Guerra, através das armas dos inimigos; vitória, com o estandarte romano sobre as armas conquistadas, e a vitória alada coroando um troféu; e paz,

com o resultado evidente da vitória e submissão refletida na porta monumental da nova cidade criada, sólida e muralhada. Tudo símbolo da nova ordem, segura e monolítica, propiciada por Augusto, cuja cara juvenil se reserva para todos os anversos.

Para as transações de menor dimensão, também se cunharam asses com a legenda *P. Carisius Leg Augusti*, ou a própria porta monumental da cidade, seguramente ainda sem estar finalizada. Ainda que, por vezes, é tal a falta de numerário fracionário, que se chegam a partir as moedas para usá-las como unidades mais pequenas. Posteriormente (2 a. C.-14 d. C.), surgiram peças de menor valor (*semisse*), que glorificavam os primeiros fundadores através da representação de emblemas militares (águia e estandartes), e das suas legiões de procedência, *X Gemina* e *V Alauda*.

É, pois, razoável pensar que as primeiras emissões do ateliê monetário de *Emerita* serviram para pagar os

gastos efetuados pelas legiões acantonadas, e por aqueles licenciados para fundar a nova colónia, por isso a proeminência dos temas militares sobre os civis. Por essa razão, as seguintes emissões (23 a. C.-14 d. C.) — as propriamente cívicas, destinadas a fornecer numerário fracionário aos primeiros povoadores, ao pagamento de impostos e, em certa medida, a custear os gastos inerentes às novas obras públicas — foram cunhadas com tipos que exaltavam a criação da nova colónia, já seja reproduzindo a junta de bois a traçar o *sulcus primigenius*, as divindades locais relacionadas com o culto das águas, ao próprio *Anas* que regava os seus campos, a solidez das suas portas e muralhas, quando não a *pietas*, em consonância com as novas correntes imperantes em Roma, com a representação dos instrumentos sacerdotais. Sempre, omnipresente, a própria efígie do seu fundador, com a sua oportuna autorização (*PERMISSV CAESARIS AVGVSTI*), cujo nome incor-

pora a nova cidade (*colonia Augusta Emerita*), e a lembrança dos seus primitivos fundadores da *legio VII Gemina* e *VAlauda*, representadas pelas águias e estandartes.

Estas cunhagens, para além da importância económica para as arcas da cidade, foram um muitíssimo eficaz meio de propaganda e difusão da Colónia, que continuou depois da morte do *princeps*, com os tipos alusivos à sua divinização, a coroa radiada e o feixe de raios na sua efígie (*DIVVS AVGVSTVS PATER*), e aos monumentos que seriam levantados em sua memória: um altar dedicado à sua Providência (*PROVIDENTIA AVGVSTI*) e um templo consagrado à sua divinização (*AETERNITATI AVGVSTI*).

O advento de Tibério (14-37 d. C.) não significou uma alteração significativa nas cunhagens, apenas a inclusão da própria efígie do novo *princeps* ou de sua mãe, Lúvia, associada a Ceres, e uma melhoria, pelo menos transitória, na qualidade das cunhagens.

Foram tão abundantes as emissões, por vezes de muito má qualidade, que se chegou a fabricar moedas que pareciam caricaturas de si mesmas, mas que circularam com abundância por todo o interior peninsular.

Com quase toda a certeza, os monumentos representados existiram realmente, ou estavam a ser projetados quando se fizeram os cunhos das novas emissões, mas o que era realmente importante para esta nova sociedade colonial, não era a cópia, mas demonstrar que era capaz de seguir o ritmo de Roma.

AVJ

Bibliografia:

Beltrán, 1976, p. 93-106; Cebrián, 2013; Chaves, 1999, p. 89-99; García-Bellido, 1997, p. 31-43; Gil Farrés, 1946, p. 209-248; Ripollès, 2010, p. 46-64.









49/37. Asse cunhado em Pax Iulia

Proveniência desconhecida
 Fins do século I a. C.
 2,6 cm
 Museu Nacional de Arqueologia,
 Lisboa
 2006.60.1

Moeda de bronze com o valor de Asse, cunhada em *Pax Iulia*, a colónia romana que se implantou onde hoje se encontra a cidade de Beja.

Anverso: cabeça descoberta de Octaviano à direita.

Trata-se de uma emissão monetária bastante rara que, provavelmente, se destinou a comemorar um qualquer evento importante.

Reverso: legenda PAX IVL entre duas linhas horizontais paralelas; cercadura de pontos.

CF

Bibliografia:
 RPC, p. 53; Faria, 1989a.



49/38. Dupôndio de Augusto

Proveniência desconhecida
 12 a. C.
 3,2 cm
 Museu Nacional de Arqueologia,
 Lisboa
 2014.23.3

Moeda de bronze com o valor de Dupôndio, cunhada em *Liberalitas Iulia Ebora*, localizada onde hoje se ergue a cidade de Évora, no reinado de Augusto.

Anverso: cabeça de Augusto, à esquerda, à volta:

PERMISSV CAESARIS AVGVSTI P M

Reverso: ao centro os instrumentos rituais sacerdotais (pátera, aspergilo, jarro, *simpulum* e faca), em baixo, à volta: LIBERALITATIS IVL EBOR.

Tem sido proposto que esta rara emissão monetária se destinou a comemorar um qualquer importante evento, provavelmente a assunção da dignidade de Sumo Pontífice (*Pontifex Maximus*) por Augusto, no ano de 12 a. C.

CF

Bibliografia:
 RPC, p. 50.

50. Maquete da ponte de Alcântara

Madeira talhada, Escuela Taller de Trujillo, Escala 1:100
64 × 199 × 44 cm
Dirección General de Bibliotecas, Museos y Patrimonio Cultural, Junta de Extremadura
Depósito MNAR

A ponte de Alcântara, a «Ponte» por antonomásia, é um dos monumentos mais grandiosos do legado romano na *Hispania*. Obra utilitária e simultaneamente de conotações propagandísticas do poder imperial, viu reforçado o seu carácter vitruviano ao ser construída com uma firmeza bem patente, tanto nos estribos que estão em cima dos alcantis que flanqueiam a passagem do Tejo pela paisagem alcantarina, como nos estribos sobre o próprio leito do rio. Atribui-se a sua autoria a *Gaius Iulius Lacer*, mas não é certa esta atribuição. Segundo os dados oferecidos pelos estudiosos da sua estrutura, Fernández Casado, Liz Guiral e Galliazzo, a ponte tem um comprimento de 181,70 m, ainda que originalmente pudesse

ser maior, e a sua largura chega aos 8,60 m. Tem atualmente seis grandes arcos levantados sobre os seus maciços pilares, o que permite a elevação do tabuleiro da calçada a cerca de 45 m sobre o nível normal das águas.

Os pilares, construídos em *opus quadratum*, com silhares provenientes de uma pedreira próxima, mostram tipos diferentes, embora dentro de uma certa uniformidade. Sobre eles foram construídos seis arcos, quatro totalmente originais (os dos extremos foram alvo de intervenções) de diferentes vãos, dos quais o maior corresponde logicamente ao terceiro que deixa passar quase toda a corrente do rio. Os arcos, bem recobertos no extradorso, apresentam duas arcaduras paralelas, a inferior de maiores dimensões com nascença, sem qualquer elemento de união, direta desde o pilar. Ainda se aprecia no intradorso certos orifícios que serviram para colocar o cimbre. O arco honorífico situado no meio da ponte é o elemento propagandístico romano desta obra utilitária, mas, ao mesmo tempo, emblemática e construída num local onde não existia uma

povoação importante, de renome, mas sim muito próximo de consideráveis jazidas metalíferas (chumbo, ouro, estanho) que desde o princípio não escaparam ao «olhar romano».

Nele foram originalmente colocados, para além das do cimo, quatro epígrafes, conservando-se uma no interior do arco. Nelas mencionavam-se as povoações que ajudaram na construção da ponte (*stipe conlata*), mais ou menos próximas.

O conjunto de Alcântara completa-se com a existência de um pequeno templo na margem, aparentemente bastante reconstruído, mas com elementos originais.

JMAM

Bibliografia:

Barrantes de Maldonado; Blanco, 1977; Callejo Serrano, 1970, p. 213 e segs.; Fernández Casado, [s.d.]; Galliazzo, 1994, vol. 2, n.º 754, p. 353 e segs.; García Iglesias, 1976, p. 5 e segs.; Gimeno Pascual, 1995, p. 89 e segs.; Liz Guiral, 1988; Rodríguez del Pulgar, 1992; Sánchez Lomba, 1984, p. 312 e segs.



A CIDADE: ENTRE A TRADIÇÃO INDÍGENA E O MODERNISMO ROMANO

REFLEXÕES SOBRE UMA NOVA EXPERIÊNCIA PARA OS LUSITANOS

THOMAS SCHATTNER

1. VALORAÇÃO HISTÓRICA DA INTRODUÇÃO NA LUSITÂNIA E NA HISPÂNIA DE UM NOVO MODELO DE CONVIVÊNCIA CÍVICA COMO É A CIDADE ROMANA

A conquista romana da Península Ibérica terminou definitivamente em 19 a. C., com o fim das guerras cantábricas e, de seguida, nas províncias ocidentais do Império romano estabeleceu-se uma forma de convivência até então desconhecida: a cidade (fig. 1), onde cada vez mais se diferenciam os âmbitos do público e do privado, do sagrado e do profano, o trabalho e a vida pessoal, onde as manifestações vitais das pessoas organizam-se de novo e onde surgem formas próprias de vida (vida urbana). Com a fundação de cidades nos territórios conquistados, as futuras províncias, Roma responde à necessidade de administração. As cidades, isto é, as instituições ali assentes, asseguravam o cumprimento do direito romano e a sua aplicação por parte dos seus funcionários (Estrab. 3.2). Ao mesmo tempo, a cidade romana tem autonomia, governando-se a si mesma e aos seus habitantes. A partir do momento em que passam a ser cidadãos romanos, elegem os seus representantes todos os anos, gerando e gerindo o seu próprio orçamento sem o apoio financeiro de Roma, sem que esta acuda ao seu resgate em caso de endividamento. A digressão histórica é necessária, pois só assim se pode calcular o alcance do que os romanos trouxeram à Península na forma de comunidade de cidadãos, o que é afinal a cidade romana. Se considerarmos a política romana de assentamentos no seu conjunto, do ponto de vista urbanístico e no contexto da evolução histórica, esta materializa-se em duas tipologias: 1) a cidade que cresce e evolui ao longo do tempo, em

CIDADES ROMANAS DA LUSITÂNIA E SUA DENOMINAÇÃO ATUAL:

Aeminium — Coimbra	Capara — Cáparra	Collipo — São Sebastião do Freixo, Leiria
Ammaia — São Salvador de Aramenha, Marvão	Caurium — Coria, Cáceres	Colonia Norba Caesarina — Cáceres
Augusta Emerita — Mérida	Civitas Aravorum — Marialva, Mêda	Conimbriga — Condeixa-a- -Nova, Condeixa-a-Velha
Augustobriga — Talavera la Vieja	Civitas Cobelcorum — Figueira de Castelo Rodrigo	Corduba — Córdoba
Avela — Ávila	Civitas Coilanorum — Lamego	Eburobrittium — Óbidos
Balsa — Luz de Tavira	Civitas Igaeditanorum — Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova	Felicitas Iulia Olisipo — Lisboa
Bracara — Braga	Civitas Interannensium — Viseu	Gades — Cádiz
Caesarobriga — Talavera de la Reina	Civitas Taporum (?) — Bobadela, Oliveira do Hospital	Hispalis — Sevilha
Caetobriga — Setúbal/ Troia		Lacimurga — Cerro del Cogolludo, Navalvillar de Pela
Calantica — Santana do Campo, Arraiolos		Lancia Oppidana — Centum Celas, Belmonte
Cale — Porto		

Fig. 1 — Cidades romanas da Lusitânia. © IAA de Madrid. Desenho E. Puch Ramírez.

- Liberalitas Iulia Ebora**
— Évora
- Lucus** — Lugo
- Metellinum** — Medellín,
Badajoz
- Mirobriga** — Santiago
do Cacém
- Myrtilis** — Mértola
- Nertobriga** — Fregenal
de la Sierra, Badajoz
- Ossonoba** — Faro
- Pax Iulia** — Beja
- Salacia** — Alcácer do Sal
- Salmantica** — Salamanca
- Scallabis** — Santarém
- Sellium** — Tomar



que a fase romana é apenas uma de outras várias fases e 2) a cidade romana de nova fundação. Consequentemente, o estatuto jurídico destes tipos é a colónia e o município. Enquanto as da primeira tipologia costumam estar situadas em locais elevados, já as da segunda tipologia são por regra assentamentos em planície. Enquanto as forças motrizes para o desenvolvimento da primeira tipologia são de carácter histórico e provêm dos próprios habitantes, que em determinado momento da sua história desejaram integrar o seu município no Império romano, já no caso da fundação de novas cidades predomina uma destacada vontade política procedente de Roma, o que implica uma planificação e ideias definidas sobre a sua função dentro do âmbito administrativo do Império romano. Em termos de comparação é interessante observar o que sucede na Hispânia e confrontar com o desenvolvimento, por exemplo, na Germânia ou Britânia, onde as cidades surgiram dos acampamentos militares romanos. Não se conhece a quantidade total, ou seja, a relação entre os assentamentos em planície ou em altura. Roma fundou na Hispânia umas 400 cidades, aproximadamente uma quinta parte de todas as cidades existentes no Império romano.

2. CARACTERÍSTICAS DA CIDADE ROMANA

2.1. Tipologias de cidades

No caso da cidade desenvolvida ao longo do tempo, trata-se do estabelecimento de uma cidade romana e dos seus edifícios característicos no local de um assentamento autóctone preexistente, isto é, de um assentamento de origem pré-romana. Ainda que o assentamento indígena seja assimilado e, com o tempo, acabe por desaparecer por debaixo dos novos edifícios de matriz romana, no conjunto todo este processo decorre lentamente. A grande potência que é Roma vai-se mostrando na estrutura das cidades de maneira paulatina, sucedendo mais lentamente do que o avanço da própria romanização na cabeça das pessoas. Como já se sabe, os distintos aspetos do avanço da romanização desenvolvem-se em velocidades diferentes, senão compare-se a rapidez da circulação das moedas com o tempo de construção de um edifício, por exemplo. A estrutura deste tipo de cidades, com o seu traçado de ruas irregular, mantém-se porque se orientam de acordo com a orografia do terreno, a ele adaptando-se e mantendo as suas curvas de nível. Também o aglomerado de construções é irregular, não segue um traçado ortogonal, e os primeiros edifícios romanos, que em geral são de carácter público, aparecem isolados. Tem representado um interessante problema para os investigadores observar essa fase intermédia, isto é, o desaparecimento do assentamento indígena e o surgimento do novo município romano. Baseando-se num exemplo característico de *Conimbriga*, no princípio pensou-se numa coexistência do velho casario indígena com o edifício romano do novo *forum*, mas depois verificou-se que o casario tinha sido construído ao mesmo tempo. Portanto, as cidades da Lusitânia devem ter conservado, em grande parte, o seu aspeto autóctone que perdurou durante a época imperial. Depois, com o passar do tempo, esse casario de origem indígena foi substituído por casas de tipologia romana com pátio interior, o qual pode ser mais simples e fechado (*atrium*) ou grande, aberto e rodeado de pórticos (*peristylum*). Dado que os assentamentos autóctones se encontram quase sempre em sítios elevados, estas cidades costumam apresentar um declive no terreno, como por exemplo, na Lusitânia, Miróbriga (Santiago do Cacém) mas também *Conimbriga*, situada num planalto em forma de esporão. Inclusive a própria capital do Império, Roma, pertence a este tipo de cidades.

Pelo contrário, a construção de cidades *ex nihilo* segue um sistema atribuído a Hipódamo de Mileto (século v a. C.), caracterizado por dois eixos viários que se cruzam em ângulo

reto. Esses dois eixos acabam por se converter nas ruas principais, que na cidade romana se denominam *cardo* (norte-sul) e *decumanus* (este-oeste). Paralelas a elas surgem as ruas de carácter secundário. O sistema tem o seu ponto central no cruzamento das ruas essenciais e em princípio é dinâmico, ou seja, ampliável em todas as direcções, de maneira que pode servir qualquer dos tamanhos necessários. No entanto, costuma estar limitado pela muralha da cidade. A própria cidade de Roma é um exemplo das enormes dificuldades no abastecimento de alimentos e água, por um lado, e nos esgotos e na recolha do lixo, por outro, problemas que uma cidade romana sofria quando crescia desmesuradamente fora da sua muralha. Este modelo de cidade descrito é aplicado em todo o Império romano na época imperial, embora ao longo do tempo se observe um refinamento dos detalhes. Os principais eixos estão dispostos de tal maneira que conduzem os transeuntes aos principais edifícios públicos, como o templo principal, o *forum*, as termas, o teatro, etc. Os critérios para situar os edifícios públicos são racionais, ou seja, a sua localização obedece a uma formulação urbanística preconcebida e não, como também poderia ser, a tradições ancestrais que talvez fosse necessário manter. Seja uma colónia ou um município, os principais edifícios públicos estão localizados no centro da cidade. Às vezes observa-se que essas ruas principais estão porticadas nos dois lados, e nos pontos de cruzamento pode existir um monumento com quatro arcos (*Ianus quadrifons*), que o acentua arquitetonicamente. O *forum* e os seus templos não formam parte deste sistema viário no sentido em que não se abrem para ele, mas estão separados por meio de pórticos e inclusive isolados do exterior por meio de muros. O tráfico está condicionado e obrigado a respeitar esses edifícios e, muitas vezes, utiliza-se a construção de um passeio como medida para variar o nível do solo e assim dificultar o acesso de carros ou animais aos edifícios. Regra geral as ruas e os passeios são empedrados, mas de maneira distinta. Uma característica das cidades romanas é a generosa disponibilidade pública de água através de fontes ou poços. Nas cidades de maior importância alimentam-se por meio de condutos desde os depósitos de distribuição (*castellum aquae*) ou através de um aqueduto, que traz água mesmo de longas distâncias. Numa perspectiva histórica, este modelo de cidade só na época renascentista volta a ganhar importância, quando se exigiam semelhantes níveis de qualidade de vida; contudo, para os habitantes do período medieval, o tamanho das cidades romanas era demasiado grande.

2.2. Fundação de colónias

A colónia é o resultado de uma fundação realizada com colonos vindos de Itália. A sua instalação leva-se a cabo em duas fases: primeiro a delimitação da superfície concreta da cidade, demarcando-a com uma linha na terra (*sulcus primigenius*), e depois o levantamento topográfico do terreno da colónia por meio de *agrimensores* e o seu posterior parcelamento e distribuição (*sortitio*) aos colonos por parte do legado romano. A definição do *sulcus primigenius* é de primeira importância já que requer a celebração de um ritual religioso especial para concretizá-lo. Primeiro consultavam-se os auspícios e, no caso de serem favoráveis, um sacerdote vestia a toga de uma determinada maneira, cingida à altura do ventre como se fosse um cinto (*cinctu gabino*) e cobria a cabeça com uma parte do pano. Seguidamente o sacerdote caminhava em redor da área por delimitar com um arado puxado por uma junta de bois brancos. Andava no sentido contrário aos ponteiros do relógio, de tal forma que o sulco marcava o exterior, e a terra extraída o interior. Os bois tinham de ser brancos. O boi andava pela direita, pelo exterior, e a vaca pelo interior. Onde estava planificado construir uma porta, o sacerdote levantava o arado. Deste modo, criado sob proteção divina, o sulco

Fig. 2 — Reverso de dois tipos de cunhagens de *Augusta Emerita* com representação do sacerdote delimitando a área da recém-fundada colônia com um arado puxado por uma junta de dois bois. Trillmich (1990, p. 302, lám. 22, 13.14).



acabava por não ser apenas o limite da cidade, mas também uma marca na terra para a futura construção da muralha, igualmente dotado de uma carga simbólica, e legal, de um limite que não se deve ultrapassar. Por ultrapassar o *sulcus* e não respeitar a lei, Rômulo teve de matar o seu irmão Remo quando fundou a cidade de Roma. Na Lusitânia, desde o princípio são colônias as cidades de *Augusta Emerita* (Mérida) e *Pax Iulia* (Beja), e consequentemente devem ter sido fundadas segundo este ritual, que está representado, nomeadamente, em algumas moedas fundacionais da capital *Augusta Emerita* (fig. 2). Juntamente com moedas de *Caesaraugusta* (Saragoça) é a única representação numismática deste ritual na Hispânia. À disposição dos colonos estavam terras, água e possivelmente habitações, embora também se deva pensar numa dotação mínima de infraestrutura edilícia pública, como se demonstra na conhecida inscrição de *Munigua* (Sevilha), na província Bética, onde um tal Lúcio Valério Firmo, da tribo Quirina, dedicou um templo, um *forum*, um pórtico e uma biblioteca/arquivo. Mas também o próprio Augusto atuou várias vezes como benfeitor nesse sentido. Para o erguer destas cidades foi seguramente utilizado o exército como provedor de mão de obra. No entanto, para o regular funcionamento de uma cidade era condição necessária a instalação e o seu equipamento com as construções necessárias, concretamente o *forum* e as edificações correspondentes, tais como templos, santuários, basílica e cúria, frequentemente combinadas com termas nas proximidades. Estes edifícios tinham de ser patrocinados, ou seja, construídos através de contributos de benfeitores da cidade (*euergetas*). Os motores da construção de cidades, como a divisão do trabalho e a hierarquia social, a generosidade, o instinto paternal dos benfeitores, o bem-estar, o ideário de carreira política e o oportunismo, não são fenómenos simultâneos, mas devem ter-se cristalizado paulatinamente. Também os funcionários da administração estatal, como os legados imperiais e os procônsules, primeiro deveriam ocupar a sua residência nas cidades de nova fundação, e o seu estabelecimento definitivo levaria, num segundo momento, à construção das correspondentes habitações e ao direito a um equipamento adequado dos edifícios públicos e também dos templos.

3. ELEMENTOS DA NOVA EXPERIÊNCIA

De seguida expõem-se algumas das novas experiências que os lusitanos devem ter sentido com a instalação das novas cidades. Tudo é novidade, dado que nenhuma tem tradição na arquitetura e no urbanismo indígenas.

3.1. Sinais de poder

O mapa de distribuição de colônias e municípios romanos na Lusitânia, e na Península Ibérica em geral, é bastante desigual. Há regiões onde o povoamento se densifica, como nos vales dos rios Ebro, Guadalquivir e também do Tejo, e outras onde é bastante escasso, como nas mesetas. Por isso, no momento de fundar cidades, Roma não atuou com base num único plano para toda a Península. Quando muito pode ter existido uma planificação para as regiões mencionadas. Mas o que parece ter existido sempre foi o desejo de realçar o poder romano através de edificações carregadas de simbolismo, a que se chamou «sinais de poder». São as representações materiais do Império romano nas províncias e, no caso que aqui nos ocupa, é a arquitetura plasmada em monumentos e edifícios. O mero facto de os enumerar implica uma perceção do espaço sem necessidade de recorrer a mapas. Desta maneira ficaria definido o trajeto desde o *forum* de *Conimbriga* até ao Farol de La Coruña, pelo simples facto de mencionar tais sítios. Se não existissem esses monumentos, não existiriam os nomes, e se não existissem os nomes, como indicariamos a existência dos sítios?

O farol romano de La Coruña não só iluminava o caminho aos navegantes, como era, simultaneamente, uma referência cartográfica sem necessidade da existência de um mapa. Deste modo, os sinais de poder servem como referências cartográficas sem o serem. Porque uma coisa é a medição do terreno pelos agrimensores, delimitando zonas, definindo parcelas e projetando caminhos e vias, isto é, conceptualizando o território, e outra é entender a imensa extensão do Império romano. Para Roma era importante assinalar sítios nos territórios conquistados para assim poder dar-lhes um nome latino e, desse modo, pronunciá-lo e conectá-lo mentalmente com o mundo romano. Por isso, para poder dominar uma região, era indispensável torná-la acessível aos romanos através de uma sinalização por meio de nomes e monumentos dispersos pelo território, e que esses nomes fossem pronunciáveis. É assim como se explica, por que aos nomes indígenas se acrescentava outro nome romano, como é sabido no caso de *Ebora* ou *Corduba* por exemplo. Os sinais de poder atuam numa dupla direção: para os habitantes indígenas tornam patente a presença de Roma como nova potência dominadora mediante um monumento fisicamente existente, capaz de enaltecer a nova ordem, mas, ao mesmo tempo, de uma forma ou de outra, são elementos úteis, acessíveis e funcionais. A sua construção ou revestimento de mármore, juntamente com a correspondente utilização da cor utilizada na arquitetura e nas estátuas, representaram a introdução de materiais, formas e cores totalmente novos nos povoados indígenas. Para os romanos os sinais de poder são um meio para entender mentalmente a extensão do Império. Sinais de poder podem ser monumentos, mas também símbolos ou textos. As *arae sestianae*, que marcam o limite do Império no noroeste hispânico, tal como as colunas de Hércules no sul, são principalmente sinais de poder que permitem referir-se aos pontos finais da extensão do mundo no discurso de um romano.

3.2. Arquitetura e paisagem

Esses sinais de poder implicam uma nova percepção da paisagem, já que — como toda a arquitetura romana — se encontram intimamente conectados a ela. Trata-se de uma característica que a arquitetura romana herdou da arquitetura tardo-helenística grega. Essa relação consiste na abertura da arquitetura à paisagem, não apenas tornando-se parte integrante, inserindo-se, mas nomeadamente respeitando-a e utilizando-a de tal modo, que se serve da orografia do terreno para salientar essa arquitetura. A chave para conseguir esse propósito encontra-se na introdução de três elementos: terraços, tamanho e axialidade. Os terraços facilitam a apresentação da arquitetura dos edifícios; o tamanho destes torna-os mais visíveis e enaltece a sua finalidade na relação entre o espaço aberto e o espaço construído; a axialidade encaixa-os numa retícula ortogonal, colocando cada arquitetura no seu lugar hierarquizado. Enquanto as regras do terraço e do tamanho dependem da orografia do terreno, a axialidade é um princípio superior, independente de qualquer situação topográfica. Graças ao seu uso, ao contemplar a arquitetura de longe, esta apresenta-se na sua totalidade com os seus terraços e escalonamentos, com os seus edifícios e as suas praças, os seus suportes e os seus telhados, todos submetidos a uma rigorosa axialidade. Não é que a Acrópole de Atenas não se visse ao longe, mas os seus monumentos estavam escondidos ao observador, que de longe via pouco mais do que a muralha e os telhados dos edifícios. A arquitetura helenística, e na sua tradição a arquitetura romana, é totalmente o contrário disso, abrindo-se à paisagem envolvente. Estabelece com ela uma ligação, manifestada através de uma relação axial dos eixos que conectam uns pontos com outros, como no caso do famoso Santuário da Fortuna Primigenia em *Praeneste/Latium*, cujo eixo central, que ao mesmo tempo é o eixo simétrico

da arquitetura, aponta diretamente para a paisagem e para outro santuário da Fortuna em *Antium/Anzio* situado no vale a quilómetros de distância, estabelecendo desta forma uma relação direta entre ambos. Sobretudo na literatura da época romana, a relação da paisagem com a arquitetura foi igualmente entendida como um conflito e uma luta entre ambas, conseguindo o génio humano vencer a resistência da paisagem e da terra através da imposição da arquitetura sobre o terreno. Assim, ao invés do templo grego, que é sempre o centro do espaço circundante e que constitui o ponto central do ambiente que o rodeia, para o templo romano a referência é o eixo, é uma linha reta. Ao estar localizado, regra geral, em ladeiras de montes e colinas, que se levantam detrás enquadrando-o, ou em cidades, onde as ruas conduzem a ele, produz-se uma visão canalizada, que normalmente corresponde ao eixo do templo. Em termos geométricos, para o templo grego a localização é imaginável na forma de um círculo com o templo no centro, e para o templo romano na de uma cunha longitudinal e triangular, ficando o templo no ângulo agudo do triângulo. No que diz respeito à relação com a paisagem, esta já não se entende como um todo indivisível; pelo contrário, mediante o recorte, a vista só alcança a paisagem como parte de um todo, que está, isso sim, aberta para o templo, constituindo o ponto de apoio. A vista dirige-se numa direção e a paisagem encontra-se em função do templo. Também na arquitetura doméstica romana da época imperial, há muito tempo se comprovou que o eixo ótico é o elemento chave para entender a construção da sequência dos espaços abertos e fechados, dos átrios, salas e jardins, já que qualquer casa é visível desde um único ponto situado na ombreira da porta de entrada, dado que esse eixo a atravessa por completo.

3.3. Tamanho e hierarquia

Com a introdução da arquitetura romana aparecem novos formatos antes desconhecidos. Se a reconstrução do assim chamado *forum* de *Conimbriga* é correta, a sua fachada levantar-se-ia a 29 m sobre o nível da praça que está aos seus pés. O Aqueduto dos Milagres, de *Augusta Emerita*, conserva-se atualmente até uma altura de 25 m, mas foi ainda mais alto. O mesmo acontece com o designado Arco de Trajano, que ainda conserva uma altura de 14 m. Os teatros e demais edifícios lúdicos de *Augusta Emerita* (lotação do teatro: 6000; anfiteatro: 17 000; circo: 28 000) ou *Olisipo/Lisboa* ofereciam capacidade para milhares de pessoas que procediam não apenas dessas cidades como também das zonas envolventes. Os habitantes, ao utilizarem estes edifícios, penetravam neles e assim os dominavam. Das três coordenadas comprimento, largura e altura, é a última a que mais efeito tem no homem e na sua perceção de monumentalidade. Ao mesmo tempo, tamanho e monumentalidade são reflexos da pretensão do sistema político. Por regra, as colónias, nas quais está centrado o poder político e administrativo, são de maior tamanho do que os municípios, e estes maiores do que os povoados (*vici/pagi*). Outra característica é a diferenciação social, que se plasma na introdução de novas profissões, e a conseqüente diferenciação em tipologias arquitetónicas. De facto, no que concerne à dotação de edifícios, a arquitetura romana de carácter público — à diferença da grega — dispunha de um maior número de modelos funcionais, como demonstram as numerosas obras com um fim específico, por exemplo, estradas, pontes, muros de contenção, aquedutos, canais, represas, silos, etc. Tanto a literatura romana em geral como os seus autores em particular (Plutarco e Vitruvius), não se cansam de salientar a grande utilidade prática da arquitetura romana, no debate que mantêm com a cultura grega em relação à valoração do contributo cultural dos romanos. Precisamente a localização dessas construções funcionais, não apenas no interior da cidade mas também dispersas ao

longo do território, constitui prova inequívoca da extensão do espaço público e, portanto, civilizado dentro do Império romano.

3.4. Circulação/tráfego

Devido à introdução das novas plantas nas cidades, a circulação foi alterada. Se o acesso aos povoados indígenas localizados em pontos altos, por regra geral e por razões defensivas, só se fazia por um ponto que permitia o tráfego da carga maior, as cidades romanas têm ruas de considerável largura. Na Hispânia, o maior tamanho conhecido são os 16 m de algumas das ruas porticadas na cidade bética de Itálica. Consequentemente o tipo de circulação vê-se alterado. Se nos povoados indígenas só se conhecia o tráfego local, isto é, a circulação interna, nas cidades romanas observa-se também a circulação de passagem — por exemplo em *Capara* (Cáparra) a via entre *Augusta Emerita* (Mérida) e *Caesaraugusta* (Saragoça) converteu-se no *decumanus* — e a circulação de destino. Introduce-se também a circunvalação, cujo melhor exemplo conhecido é o de *Corduba*, na Bética.

3.5. Existiu uma planificação na implantação de cidades?

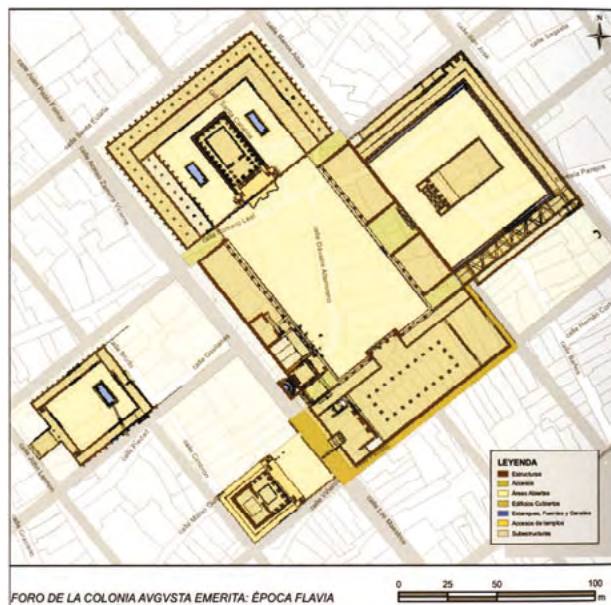
A ideia geral predominante na investigação é que em certas zonas da Península Ibérica (como no vale do Guadalquivir e no vale do Ebro) houve mão planificadora no momento de dotar um território de cidades, algo que também se observou no sul da Lusitânia, onde já César, com *Pax Iulia* (Beja), tinha fundado nas suas planícies a segunda colónia da região, num território que, tradicionalmente e até à viragem da era, era objeto da ânsia de pilhagens de ladrões e vagabundos. Depois, Augusto, às suas custas, promoveu esta cidade ao conceder-lhe muralha, torres e portas no dia 5 de fevereiro do ano 2 a. C. Em consequência, Roma estabeleceu em torno desta colónia uma rede de cidades como *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisboa), *Ebora Liberalitas Iulia* (Évora) e *Iulia Myrtilis* (Mértola), cujos nomes *Pax*, *Felicitas* e *Liberalitas Iulia*, quer dizer, paz, felicidade e liberdade, refletem toda uma intencionalidade programática, já que correspondem a *slogans* políticos que formavam parte do vocabulário ideológico do Império romano aquando da imposição do seu domínio nas províncias recém-pacificadas. Se considerarmos o estatuto jurídico de cada um destes componentes, com *Pax Iulia* como colónia e capital regional, *Ebora Liberalitas Iulia* (Évora) e *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisboa) como municípios subordinados, e com *Iulia Myrtilis* (Mértola) como comunidade peregrina, situados em torno dessa capital, revela-se um esquema hierarquizado, onde se reconheceu um elemento colonizador tipicamente hispânico, e que, no entanto, não acontece em Itália. Os investigadores luso-franceses reconheceram neste elemento uma intenção planificada, com vista a tornar o sul da Lusitânia num *habitat* seguro, através da fundação destas cidades, e proporcionar um lar familiar a todos os grupos de população, ou seja, aos cidadãos romanos e não romanos.

3.6. Edifícios e cidades

Com exceção de *Augusta Emerita* (Mérida), *Capara* (Cáparra), *Conimbriga* e *Mirobriga* (Santiago do Cacém), e recentemente *Ammaia* (Aramenha), onde investigações geofísicas modernas revelaram uma imagem da planta da cidade perfeitamente regular e ortogonal, são poucas as cidades das que se dispõe uma visão mais ampla, com os monumentos a descoberto, ou em que se tenha investido o suficiente em investigações para gerar um intercâmbio de ideias, e com isso, um maior conhecimento do tema. Não menos de três trabalhos com uma visão geral de conjunto foram publicados nos últimos 10 anos pela mão de J. de Alarcão, T. Nogales Basarrate e C. Fabião. De um modo geral, as cidades romanas da Lusitânia são de pequenas proporções,

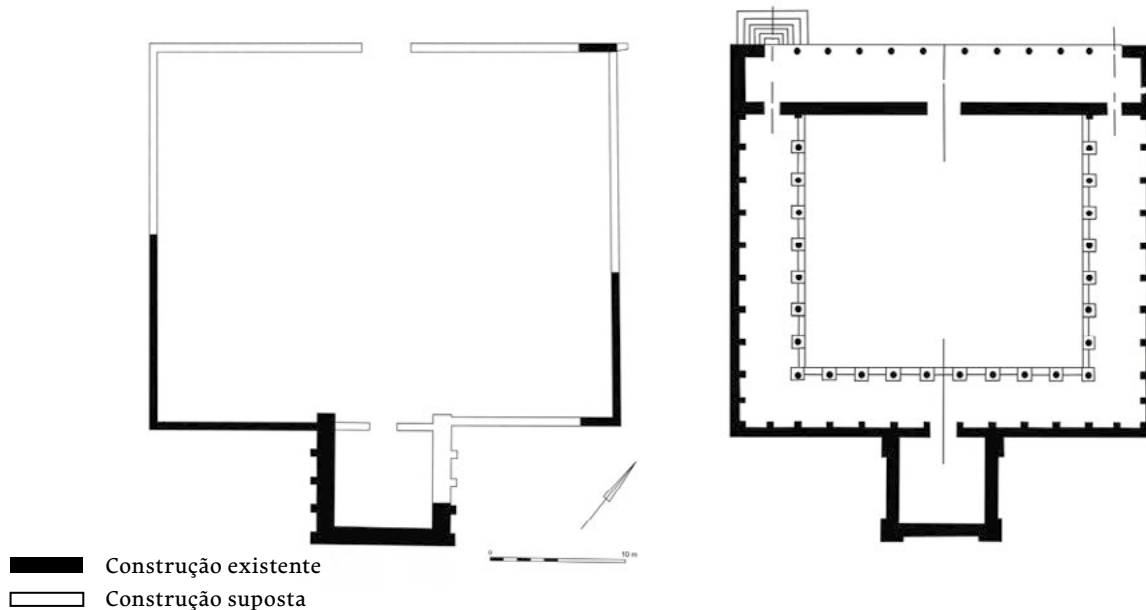
alcançando apenas os 10 ha. A própria capital, *Augusta Emerita*, com cerca de 60 ha de superfície, revela-se relativamente pequena quando comparada com as outras capitais da Hispânia ou de outras províncias romanas. A maior parte delas têm uma malha urbana irregular, e ortogonalidade no seu sistema viário só se conhece com certeza em *Augusta Emerita*, naturalmente, e agora em *Ammaia* (Aramenha), mas *Conimbriga* (Condeixa) e *Mirobriga* (Santiago do Cacém) só em parte, em apenas alguns bairros. E supõe-se a sua existência em *Ebora* (Évora), *Capara* (Cáparra), *Civitas Aravorum* (Marialva), Viseu (*Civitas Interannensium?*) e em *Civitas Coilanorum* (Lamego). No entanto, todas as cidades têm em comum a localização dos principais edifícios públicos no centro das mesmas. Do seu urbanismo e dos seus edifícios deve-se destacar o exemplo da capital de província, *Augusta Emerita* (Mérida), que com os seus eixos viários, os seus *fora*, praças, templos e teatros não tem paralelo em toda a Lusitânia, ao ficarem as outras cidades, em relação ao conjunto dos seus edifícios, muito atrás dos níveis de refinamento e proximidade ao modelo romano exposto no início. Magistral manifesta-se a reconstrução da zona central com o seu *forum*, publicada recentemente, em que se destacam grandes áreas livres (fig. 3), também resultado de um modernismo introduzido na época romana, a praça grande como local onde muita gente se pode juntar, enquadrada num conjunto arquitetónico de matriz perfeitamente romana, com a qual todos se acabam por identificar pelo menos no século IV d. C., quando, de facto, todos os habitantes do Império se consideravam romanos. O tipo de edifício em maior número conhecido na Lusitânia é, sem dúvida, o *forum*, ou seja, o centro político das cidades, com o seu templo, a cúria e a basílica. A arquitetura destes *fora* já corresponde à sua variante tipologicamente avançada, isto é, um espaço completamente fechado («Blockforum»), desprovido das suas anteriores funções como mercado municipal, e unicamente dedicado a desempenhar o seu papel de centro político e administrativo. Que uma cidade de província como *Collipo* (São Sebastião, Leiria), hoje quase desaparecida, tenha tido o seu *forum* demonstra uma vez mais a necessidade, por parte de Roma, de dotar de cidades o território recém-integrado no Império, para assim poder administrá-lo.

Fig. 3 — Reconstituição atual da zona central de *Augusta Emerita*/Mérida com o seu *forum*. Ayerbe Vélez; Barrientos Vera; Palma García (2009, p. 818).



Embora o nosso conhecimento das cidades da Lusitânia seja apenas parcial e seletivo, torna-se surpreendente, por outro lado, a quantidade de edifícios que prevalecem e se destacam, tanto pelo seu carácter monumental como pelas suas características singulares ou pela tipologia que representam. Todos eles têm alguma particularidade que, de algum modo, fazem com que se destaquem no âmbito da normativa estabelecida para a arquitetura romana, que é uma arquitetura altamente tipificada, e aliviam desta maneira a rigidez tipológica a que está submetida essa arquitetura da Antiguidade em geral. De facto, a arquitetura romana funciona com muito poucos modelos arquitetónicos, como o templo, o *forum*, o teatro, etc., cujos principais componentes também são poucos e comuns, como o arco, a abóbada e a coluna, o retângulo e o círculo, etc., os quais, combinados das mais diversas formas conformam as mencionadas tipologias arquitetónicas. Por outro lado, essa variação é significativa, como já destacou Vitruvius, arquiteto da época de Augusto, nos seus 10 livros sobre arquitetura (*De architectura libri decem*), nos quais desenvolve um modelo de templo universal, que se podia construir em cinco tamanhos diferentes de acordo com as preferências. Contudo, Vitruvius não considerava que os cinco modelos tivessem o mesmo valor estético, e deu clara preferência a um deles, o eustilo, em que a distância entre colunas é de dois diâmetros e meio de coluna. A obra de Vitruvius é a única fonte escrita sobre arquitetura que chegou até nós, quando é bem sabido que os arquitetos da Antiguidade escreviam muito, tanto sobre as suas obras em concreto como sobre arquitetura em si. Essa variação descrita contém também um elemento económico, já que o mesmo modelo de templo pode servir de base para toda uma série de construções deste tipo. Neste contexto e face aos edifícios da província lusitana que aqui tratamos, deve-se assinalar a correspondência métrica que se conseguiu observar entre o complexo do *forum* de *Conimbriga* e o edifício de um *forum* que se reconstruiu sobre a imponente substrução do criptopórtico da vizinha cidade de *Aeminium* (Coimbra), anteriormente citado. Outro exemplo lusitano é o templo de Santana do Campo, situado no sul de Portugal, na região do Alentejo (fig. 4), claramente vinculado ao templo de Ceres em *Thuburbo Majus*/

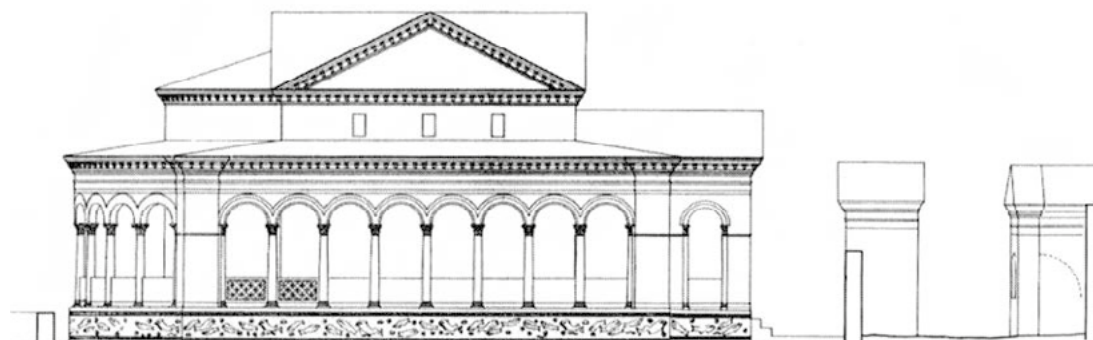
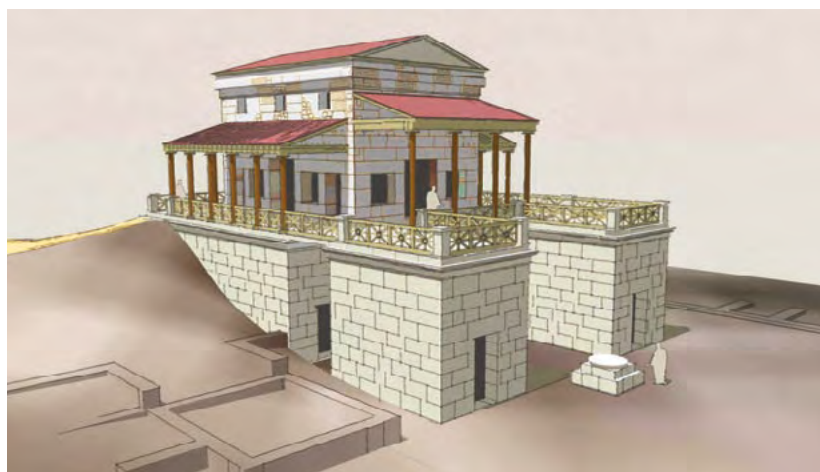
Fig. 4 — Templos de Santana do Campo (Alentejo/Portugal) e de *Thuburbo Majus* (Tunes). *Madriider Mitteilungen*. 40 (1999, p. 201, fig. 4), e Lézine (1962, p. 99, fig. 35).



Colonia Julia Aurelia Commoda (Tunes). Os elementos vinculantes são o tamanho quase idêntico da *cella*, o interessante uso das abóbadas, a insólita orientação a norte e a localização numa colina. As coincidências são tão numerosas que uma relação concreta parece evidente. Ao ser do século II d. C. o exemplo lusitano é anterior ao exemplo africano, que data do século III d. C., e pode ter servido de referência. Esta construção demonstra, uma vez mais, as fortes relações que havia entre as províncias hispânicas e as africanas na época romana. O mesmo carácter economicista descrito surge no segundo fator que marca o desenvolvimento da arquitetura romana na Península Ibérica e demais províncias, especialmente nas itálicas e africanas, como é o múltiplo uso de modelos arquitetónicos. Quer dizer que uma mesma planta é utilizável para diversos propósitos e funções, o que atesta, por sua vez, a polivalência da arquitetura romana como mais outra das suas características. Talvez o melhor exemplo seja a planta da Biblioteca do Imperador Adriano em Atenas que, por sua vez, foi utilizada para o Templo de Trajano em Itálica (província Bética) e para as Termas Maiores dessa mesma cidade. De entre os edifícios dignos de destaque na Lusitânia cabe assinalar, neste contexto, a famosa «Torre de Centum Celas» (Belmonte/Portugal) por duas razões (fig. 5): primeiro porque se trata de um templo do tipo «de galerias» como se considerou recentemente; e segundo porque é utilizado numa posição pouco comum para se tratar do templo do *forum*. Assim, o *forum*

Fig. 5 — A «Torre de Centum Celas» (Belmonte/Portugal): um templo de galerias. Reconstituição. © IAA de Madrid. Reconstituição de Th. Schattner; H. Ruipérez.

Fig. 6 — Ninfeu de Milreu (Algarve, Portugal). Reconstituição Hauschild (1964, plano 12).



da cidade correspondente, *Lancia Oppidana*, identificada recentemente por A. Guerra, não corresponderia à tipologia corrente antes descrita. A tipologia do templo não é frequente na Península, mas tem o seu melhor paralelo no ninfeu de Milreu (Algarve/Portugal) (fig. 6). Caracteriza-se pelo facto de uma torre central estar rodeada a meia altura por uma galeria coberta de telhados de uma água, e a sua área de difusão é sobretudo as províncias do norte, como a *Gallia*, *Germania* ou *Britannia*. Como templos característicos do *forum* são comuns os templos próstilos, isto é, com colunas que flanqueiam a entrada, dos quais a Lusitânia conserva magníficos exemplos, como o Templo de *Augustobriga* (Talavera la Vieja) (fig. 7), o Templo de Diana (*Augusta Emerita*) ou o Templo de Évora. Os dois últimos apresentam, aliás, a peculiaridade de ter espelhos de água nos lados, forma típica de alguns templos do centro de Itália, como o Templo de Luni, e cujo significado específico não se conseguiu determinar. Os dois templos pertencem também a um tipo de templo rodeado por colunas (períptero) sobre um *podium*, do qual em toda a Hispânia só existe outro exemplo em *Barcino*/Barcelona. Em síntese, cabe destacar a grande riqueza arquitetónica da Lusitânia romana, a qual no seu conjunto se caracteriza por uma grande diversidade de tipos e formas, uma diversidade que é maior nas outras duas províncias romanas da Hispânia, a *Tarraconense* e a *Baetica*.

Fig. 7 — Templo de *Augustobriga*, Talavera la Vieja. *Hispania Antiqua* (1993, lám. 79).



51. Lápide funerária de *Quintus Iulius Maximus*

Nossa Senhora da Tourega,

Évora

Inícios do século III (?)

118,5 × 60,5 × 15 cm

Museu de Évora

ME 1722

Placa de grandes dimensões de mármore de Trigaches ou São Brissos, com moldura de gola direta, com ranhura exterior. Referida pelo Humanista André de Resende no século XVI e posteriormente por Frei Agostinho de Santa Maria em 1721, integrada na coleção de Frei Manuel do Cenáculo.

Leitura:

D(iis) M(anibus) S(acrum)
 Q(uinto) · IVL(io) · MAXIMO C(larissimo) · V(iro) ·
 QVAESTORI PROV(inciae) · SICI
 LIAE TRIB(uno) · PLEB(is) · LEG(ato) (hedera)
 PROV(inciae) · NARBONENS(is)
 GALLIAE PRAET(ori) · DE[SIG(nato)]
 ANN(orum) XLVIII (quadraginta octo)
 [C]ALPVRNIA SABI
 NA MARITO O[PT]IMO
 Q(uinto) · IVL(io) · CLARO · C(larissimo) · I(ueni) · IIII · VIRO (quattuoruiro)
 VIARVM CVRANDARVM
 ANN(orum) · XXI (viginti uno).
 Q(uinto) · IVL(io) NEPOTIANO · C(larissimo) · I(ueni)
 IIII · VIRO (quattuoruiro) VIARVM CVRAN
 DARVM · ANN(orum) XX (viginti)
 CALP(urnia) SABINA · FILIS

Tradução:

Consagrado aos Deuses Manes. A *Quintus Iulius Maximus*, varão preclaro, questor da província da Sicília, tribuno da plebe, legado da província da Narbonense da Gália, pretor designado, de quarenta e oito anos. *Calpurnia Sabina* ao marido ótimo. A *Quintus Iulius Clarus*, jovem preclaro, quatuórviro encarregado das estradas, de vinte e um anos. A *Quintus Iulius Nepotianus*, jovem preclaro, quatuór-

viro encarregado das estradas, de vinte anos. *Calpurnia Sabina* e aos filhos.

A inscrição evoca famílias de origem eborense que alcançaram a Ordem Senatorial em Roma. Provavelmente por essa razão o epitáfio não chegou a servir de verdadeira lápide sepulcral.

CF/AIS

Bibliografia:

Encarnação, 1984, n.º 382; HEPOL 21201.



52. Lápide dedicada a *Cnaeus Cornelius Severus*

Teatro romano, Mérida

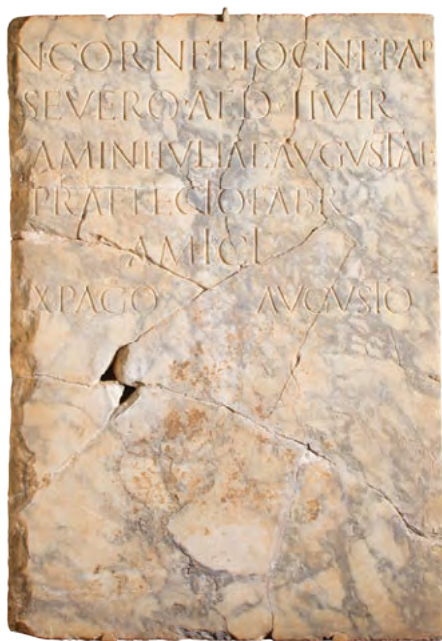
Século I d. C.

86 × 59 × 2,5 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

CE00657

Lápide elaborada em mármore com veios em azul, do Anticlinal de Borba-Estremoz. O exemplar encontra-se



praticamente completo, faltando umas partes no seu limite esquerdo que levaram ao desaparecimento de algumas das letras do texto. Este está redigido com elegantes capitais quadradas, com pontuação triangular, triangular espinhosa e em forma de hera.

Paralelamente, distribui-se em seis linhas que ocupam a metade superior da laje, dizendo assim, de acordo com a leitura aperfeiçoada por García Iglesias a partir da de Mérida Alinari:

[C]N(aeo) · CORNELIO · CN(aei) · F(ilio) · PAP(iria)
SEVERO · AED(ili) · II VIR(o)
[FL]AMINI · IVLIAE · AVGVSTAE
PRAEFECTO · FABR(um)
AMICI
X · PAGO AVGVSTO

Mérida proporciona uma tradução para castelhano, mas esta deve ser moderada por certas apreciações de García Iglesias, com base nas quais apresentaríamos a seguinte:

A *Cnaeus Cornelius Severus*, da tribo Papíria e filho de *Cnaeus Severus*, edil, duúnviro, sacerdote de *Julia Augusta* e prefeito dos artífices, da parte dos seus amigos do décimo distrito de Augusto. O conteúdo da lápide apresenta quatro dados de interesse: o personagem ao qual está dedicada, os seus cargos, os seus dedicantes e um topónimo associado a estes últimos. *Cnaeus Cornelius*, de quem Saquete Chamizo localiza certos possíveis parentes, apresenta dois cargos relativos à administração local (o de duúnviro, equivalente aos atuais presidentes de Câmara, e o de edil, responsável pelos edifícios públicos), outro que contém uma conotação religiosa (ligado ao culto a Júlia Augusta, como ficou conhecida a imperatriz Lívia após o falecimento do seu marido) e outro associado ao âmbito militar (o de *praefectus fabrum* ou pre-

feito de obras que consistia numa espécie de engenheiro militar). Por fim, o topónimo *pagus Augustus*, encerra algumas conotações tanto urbanas como rurais, podendo consistir numa espécie de divisão da cidade ou em algum dos lotes de terra circundantes à mesma, ainda que o mais lógico, face ao contexto, é que se trate do primeiro. Ao nome em questão antepõe-se, em princípio, um numeral, o 10, embora não se possa descartar plenamente uma lacuna prévia. De qualquer modo, tratar-se-ia de um bom exemplo daquela toponímia administrativa cujo estudo temos vindo a abordar recentemente e que, em síntese, poderíamos afirmar que não costumava ultrapassar os limites do âmbito oficial.

RSG

Bibliografia:

Mérida, 1925, n.º 778; Étienne, 1958, p. 199; Vives, 1971, n.º 1558; García Iglesias, 1973, n.º 95; Curchin, 1990, n.º 332; Saquete, 2001, p. 116 e 171; Sabio, 2014a.

53. Cano de chumbo com selo da cidade *Augusta Emerita*

Teatro romano (*almacén*), Mérida
180 d. C.
37 × 5 cm
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
CE17468



Fragmento de cano, correspondente à parte central do mesmo. Apresenta secção de forma circular prolongada para um dos extremos num apêndice triangular no interior do cano e retangular no exterior do mesmo. Um dos seus laterais apresenta uma marca completa, com as letras em relevo, em sentido inverso.

O seu texto, segundo a leitura mais difundida, diria o seguinte:
c(*olonia*) i(*ulia*) · A(*ugusta*) E(*merita*)
· AN(*no*) CO(*loniae*) · CC[V]

No presente exemplar encontramos a enigmática marca, impressa na peça 55. Esta repete-se em outros dois canos pertencentes ao acervo do Museu (inv. MNAR 11566 e 17467), e a sua abreviatura deve remeter para a fabricação numa oficina oficial da cidade, o que estaria conforme com o escasso caudal que poderia levar, o menor e mais racional dos detetados em todas as séries da urbe. A polémica gera-se especialmente à volta da interpreta-

ção do topónimo *Colonia Iulia Augusta Emerita*, mais sustentada no caso da canalização do que em qualquer outro suporte que o apresente. É que se a alusão a *Iulia*, em relação ao nome da cidade, fosse viável, seria, em qualquer caso, numa data muito inicial da urbe, sendo simplificada posteriormente. Pelo contrário, o que indica o testemunho dos canos é que estes terão sido fundidos exatamente no ano 205 da colónia; e se a fundação da urbe pode ser estabelecida, como afirma Díon Cássio, em 25 a. C., esta data corresponderia a 180 d. C., durante o reinado do imperador Cómodo. Com isto, apenas queremos deixar em aberto a possibilidade — por outro lado secundada pela pontuação tanto dos canos como da inscrição ao génio que contém esta mesma abreviatura (inv. MNAR 568) — de que CI possa aludir à *ciuitas* de *Augusta Emerita*. Tal consideração, em princípio e apesar do que foi sugerido em outras ocasiões, não é contrária ao estatuto colonial, como também não foi no caso da *ciuitas Treuerorum*

e da *Colonia Augusta Treverorum* (atual Tréveris), e igualmente no da *urbs* integrada na titulação oficial de Cádiz e Tarragona com os respetivos estatutos de município e colónia que ambas povoações tiveram na época romana: *urbs* como *ciuitas* associam-se a realidades vinculadas à entidade urbana e aos seus cidadãos respetivamente, enquanto *colonia* e *municipium* consistem em duas categorias jurídicas que contêm certos privilégios para as suas entidades e pessoas a elas adscritas.

RSG

Bibliografia:

Álvarez Sáenz de Buruaga, 1976 e 1982; Canto, 1988 e 1990; Saquete, 2004; Nogales, 2005, p. 217; Sabio, 2014b.



54. Tábua de hospitalidade

Peristilo do teatro romano, Mérida
6 d. C.

18 × 21 × 0,4 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

CE00721

Placa de bronze, fragmentada na parte superior, conserva três orifícios no lateral esquerdo e outro no direito, para a sua sustentação sobre um suporte.

Tradução:

Sendo cônsules *Marcus Aemilius Lepidus* e *Lucius Arruntius*, os decuriões e munícipes *martienses*, que antes se designavam *ugienses* celebraram um pacto de hospitalidade com os decuriões e colonos da colônia *Augusta Emerita*, para si, seus filhos e descendentes. Fizeram o pacto os legados *Publius Mummius Ursus*, filho de *Publius*, da tribo Galéria e *Marcus Aemilius Fronto*, filho de *Marcus*, da tribo Galéria.

Leitura:

[M(arco) AEMILIO LEPID]O L(ucio) ARRVN[TIO]
CO(n)s(ulibus)

DECVRIONES ET MVNICIPES MAR

TIENSES QVI ANTEA VGIENSES

FVERVNT HOSPITIVM FECERVNT

CVM DECVRIONIBVS ET COLONIS

COLONIAE AVGVSTAE EMERITAE

SIBI LIBERIS POSTERISQ(ue) EORVM

EGERVNT LEGATI

P(ublius) MVMMIVS P(ublili) F(ilius) GAL(eria) VRSVS

M(arcus) AEMILIVS M(arci) F(ilius) GAL(eria) FRONTO

É um documento legal excepcional, por ser a única tábua de hospitalidade conhecida proveniente de Mérida. Trata-se de um pacto de *hospitium publicum* entre os *martienses* e a colônia *Augusta Emerita*. Os *martienses* eram os antigos habitantes de *Vgia*, município cuja localização não está estabelecida. A referência aos cônsules *M. Aemilius Lepidus* e *L. Arruntius* permite datar a tábua de 6 d. C.

Com eles, os *emeritenses* selam este acordo que supunha a concessão mútua de *hospitium*, isto é, de proteção jurídica entre ambas as comunidades, apesar da supremacia da colônia *augústea* parecer mais do que evidente, implementando-se provavelmente mais

elementos próprios do *patronatus*. A peça foi encontrada durante as escavações levadas a cabo por Floriano no peristilo do teatro romano em 1935, sendo mencionada pela primeira vez numa breve resenha de Juan de Ávalos. A sua presença num lugar público não parece casual. Este tipo de documento jurídico era realizado em bronze, com vista a garantir a sua durabilidade e para poder ser mostrado aos cidadãos, pelo que se escolheria, neste caso, um local tão emblemático.

NBM

Bibliografia:

D'Ors, 1948, p. 46-74; García Iglesias, 1973, p. 207-210, n.º 94.

55. Telha com selo da cidade *Augusta Emerita*

Mérida

Século I-III d. C.

54 × 42 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

CE14058

Exemplar completo, dividido em quatro fragmentos unidos entre si. Está conformado por um retângulo regular, com uma superfície alisada na face superior e mais rugosa na inferior. A face superior, por sua vez, dobra-se em ângulo reto nos seus lados maiores por um espaço de cerca de 6 cm para dar lugar às saliências, as quais, na união com a superfície dessa face, apresentam um perfil de 45°. Junto a um dos extremos dos lados menores, apresenta-se uma inscrição estampada, com os caracteres em maiúsculas e fortemente incisos no barro.

A leitura mais generalizada na atualidade do que, sem dúvida, constitui uma abreviatura seria a seguinte:
C(olonia) I(ulia) A(ugusta) E(merita)

A peça em questão consiste no que no mundo romano era conhecido com o nome de *tegula*, um dos dois componentes que, juntamente com a *imbrex*, formavam a cobertura dos edifícios: as *tegulae* cobriam, enquanto as *imbrices*, «imbricavam», uniam estas últimas entre si. Deste exemplar que aqui apresentamos o aspeto mais distintivo é precisamente a marca que exibe, a qual se reitera, não apenas em diferentes telhas da cidade, mas também

noutro material associado ao mundo edílico: as canalizações de chumbo (confrontar peça 53).

Está igualmente presente — e por isso funciona como chave de leitura — numa pequena lápide dedicada por um particular ao génio da Colónia (inv. MNAR 568), deduzindo-se já no início do século XX que «AE» faria referência, sem dúvida, ao nome da própria urbe em cujo contexto nos adscrevemos: *Augusta Emerita*. Não obstante, inicialmente era mais difícil, dado que a leitura do C como *colonia*, aludido claramente nas marcas das moedas locais, estava obstaculizada pela mediação de um I. Mérida, baseando-se que na lápide não havia pontuação entre o C e o I, e sim entre o resto das letras da sigla, assim como depois do G de *genius* que lhe antecedia, começou a pensar na expressão *ciuitas*. Álvarez Sáenz de Buruaga inicialmente apoiou essa proposta mas, posteriormente, e por mediação de uma sugestão de Jean Pierre Bost retratou-se, considerando o C como *Colonia* e o enigmático I como resíduo de um topónimo não documentado por outros testemunhos diferentes da coleção de siglas já descritas, resultando ser o nome completo da urbe *Colonia Iulia Augusta Emerita*. Mas a nova solução daria lugar à polémica exposta na ficha correspondente ao cano de chumbo.

RSG

Bibliografia:

Mérida, 1925, n.º 762; Álvarez Sáenz de Buruaga, 1976 e 1982; Sabio, 2014a e 2014b.



56. Tábua de hospitalidade

Juromenha, Alandroal,

Évora

31 d. C.

37,5 × 29 × 4 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

2000.40.1

Tábua de hospitalidade de bronze, em forma de placa retangular com moldura na parte superior.

Leitura:

TI(berio) CAESARE V (quintum) L(ucio) AELIO SEIANO
CO(n)s(ulibus)

XII (duodecim diebus ante) K(alendas) FEBR(uarias)

Q(uintus) STERTINIUS Q(uinti) F(ilius) BASSVS

Q(uintus) STERTINIUS Q(uinti) F(ilius) RVFVS

L(ucio) STERTINIUS Q(uinti) F(ilius) RVFINVS

HOSPITIVM FECERVNT CVM L(ucio) FVLCINIO

TRIONE LEG(ato) TI(berii) CAESARIS LIBERIS

POSTERISQVE EIVS

L(ucius) FVLCINIUS TRIO LEG(atus) TI(berii) CAESARIS Q(uintum)

STERTINIVM Q(uinti) F(ilium) BASSVM Q(uintum) STERTINIVM

Q(uinti) F(ilium) RVFVM L(ucium) STERTINIVM Q(uinti) F(ilium) RVFINVM LIBE

ROS POSTEROSQ(ue) EORVM IN FIDEM CLIENTELAMQ(ue)

SVAM LIBERORVM POSTERORVM SVORVM

RECEPIT

Tradução:

Aos doze dias antes das calendas de fevereiro (21 de janeiro) do ano em que foram cônsules Tibério César, pela quinta vez, e *Lucius Elius Sejanus* (31 d. C.), *Quintus Stertinius Bassus*, filho de *Quintus*, *Quintus Stertinius Rufus*, filho de *Quintus*, *Lucius Stertinius Rufinus*, filho de *Quintus*, fizeram um pacto de hospitalidade com *Lucius Fulcinius Trio*, legado de Tibério César, seus filhos e descendentes. *Lucius Fulcinius Trio*, legado de Tibério César — junto com os seus filhos e descendentes —, aceitou tal preito de fidelidade e recebeu como seus clientes *Quintus Stertinius Bassus*, filho de *Quintus*, *Quintus Stertinius Rufus*, filho de *Quintus*, *Lucius Stertinius Rufinus*, filho de *Quintus* assim como seus filhos e descendentes.

Pelo presente documento, estabelece-se um pacto de hospitalidade, com relação de patrono/cliente, entre o governador da Lusitânia e três habitan-

tes locais com evidentes relações familiares. Desconhece-se a razão que levaria ao estabelecimento de tal pacto, mas, se admitirmos que o documento se encontrava próximo do local onde originalmente se conservava, a zona da atual Juromenha, sobre o Guadiana e no limite meridional do anticlinal de Estremoz, uma importante zona de extração de mármore, abundantemente utilizado no embelezamento dos edifícios públicos de *Augusta Emerita*, não será de excluir a possibilidade de haver relação entre o interesse do governador provincial pela região e por aqueles que ali teriam uma qualquer relevância. Naturalmente, outras possibilidades se afiguram admissíveis para justificar a relação jurídica então estabelecida.

CF

Bibliografia:

Lambrino, 1967, p. 207-208; IRCP, n.º 479; HEPOL 16759.



57. Maquete da reconstituição ideal da colônia Augusta Emerita

1998

16 × 245 × 174 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

37455

Maquete realizada sobre base de cortiça, com as diferentes construções executadas em metal e resina, a vegetação em musgo e as correntes fluviais abrihantadas com resina de poliéster. A sua estrutura recebeu um acabamento realista através da aplicação de uma discreta policromia, dominando nas construções as cores ocre nas paredes verticais e avermelhadas nos telhados, bem como algumas tonalidades acinzentadas pontualmente em certos edifícios públicos, acompanhadas de outras mais azuladas nos pavimentos associados ao teatro e aos dois *fora*;

por outro lado, nos campos, sulcados pelo verde-escuro dos rios, domina novamente uma tonalidade ocre suavizada por diferentes matizes de verde-claro, especialmente nas plantações. Encontramo-nos, pois, perante uma autêntica obra de artesanato de estilo realista, muito na escola da maquete de Madrid que León Gil de Palacio levou a cabo por volta de 1830, e face a mais impessoalidade, quiçá frieza, das peças de estilo esquemático tão em voga na atualidade.

O exemplar em questão foi realizado pelo ateliê saragoçano de Ramiro Hernández y Prieto, em 1998, com motivo da exposição *Hispania. El legado de Roma*, inaugurada na Lonja de Zaragoza nesse ano. O financiamento da maquete, como da exposição em geral, ficou a cargo da Caja Duero, entidade que, uma vez concluída a mostra, generosamente a doou ao Museo Nacional de Arte Romano. Exibida por

alguns anos na sala VII do 1.º piso do Museu, atualmente, e para facilitar o discurso da exposição permanente, foi trasladada para a sala I do mesmo piso. A vista recriada está inspirada na que Jean Claude Golvin tinha concebido anos antes, sob a assessoria de José María Álvarez Martínez e Trinidad Nogales Basarrate. Portanto, recria um momento incerto na história da urbe, encontrando-se já dotada de todas as suas principais construções públicas, mas antes do início do abandono e desmantelamento das mesmas, entre os séculos II e IV d. C. Deste modo, e juntamente a obras mais antigas, como a ponte sobre o Guadiana, as muralhas fundacionais ou o *Forum* colonial, presidido pelo templo conhecido hoje como «de Diana», podemos observar já concluídos: o *Forum* provincial, executado depois da nomeação da cidade como capital da Lusitânia; o pórtico do *Forum*, erigido a norte do colonial

no fim do século I d. C.; o teatro, com a renovada decoração marmórea adriana; e o anfiteatro, ampliado até tocar o lado interno das muralhas. Destacaremos igualmente a presença do circo e, por fim, a ponte sobre o Albarregas ou os dois monumentais aquedutos que, elevados sobre imponentes *arcuationes*, atravessavam o vale deste último ribeiro. Das construções privadas e considerando a idealização das inseridas no interior do recinto muralhado, talvez devamos salientar as conhecidas como do Anfiteatro e do Mitreu, as duas mais célebres pela magnitude e decoração dentro do conjunto arqueológico emeritense.

RSG

Bibliografia:

Gómez Ordóñez, 2002, p. 182;

Álvarez Martínez, 2006.



Os arqueólogos trabalham principalmente com as materialidades das sociedades passadas, que estudam com os restos deixados das vivências — e, mesmo assim, não com todos, mas só com aqueles que, pela natureza do seu material ou por qualquer acaso de circunstância, se conservaram até aos nossos dias e puderam ser recuperados para o conhecimento.

É certo que toda a vivência deixa um rasto, e é desse modo que se justifica a frase lapidar de Sir Mortimer Wheeler: «O arqueólogo não escava coisas, mas gente»; mas a materialidade de um indivíduo não é a vida de uma pessoa, é a vida de uma sociedade (que é um conjunto de pessoas, não uma soma de indivíduos) não se reduz à soma de todas as suas materialidades, pelo que, mesmo que conhecêssemos todas estas, não poderíamos dizer conhecer aquela.

Condenados ao fracasso? Não sem apelo. Restam-nos as perguntas, as que fazemos nós e as que podemos pensar terem sido feitas por esses antepassados, a quem muitas vezes, convictos da unidade essencial do género humano, chamamos nossos.

1. QUEM SOU? INDÍGENAS E ROMANOS NUMA PROVÍNCIA NO FIM DO MUNDO

A Lusitânia é uma conceção — geográfica, étnica e política — romana, desenvolvida na vida política do Senado da tarda República, acerca da qual temos boas razões para pensar que não foi nunca, antes da época imperial, verdadeiramente sentida pelas populações do extremo ocidental da Península, as quais — mesmo no período álgido das Guerras de Viriato — pensaram (e, provavelmente, se pensaram a si mesmos) como uma coligação de povos, habitantes de cidades ou regiões distintas, certamente aparentados, eminentemente obrigados a coligarem-se, mas senhores de distintos domínios, que ainda no período romano são determinantes na forma como se organizam e se designam a si próprios (fig. 1).

Este extremo Ocidente foi sempre, para os romanos, uma Finisterra e, antes da exploração aurífera do Noroeste a tornar conhecida e a navegação da *annonna* a fazer frequentada, zona mal conhecida e pior compreendida (como demonstram os passos consecutivos da *Geografia* de Estrabão em 3.3.3 e 3.3.7, nas confusões que estabelecem entre lusitanos e calaicos), quando não realmente desprezada, ainda que aqueles que a desbravaram (talvez por isso mesmo) merecessem ser recordados (Apiano, *Iberikê*, 72).

Sabemos que esta distância não impediu uma verdadeira ocupação romana, naturalmente muito diferente entre o meridiano do que viria a ser a província e o seu extremo setentrional, mas em toda esta vasta zona há que questionar: ocupação romana, sim, mas ocupação por romanos?

Independentemente da variabilidade da resposta a esta questão, pois colonos romanos ou itálicos instalaram-se em proporções e segundo ritmos muito diferentes em distintas sub-regiões da Lusitânia, enquanto as colónias propriamente ditas, os núcleos urbanos, fundados *ex nihilo* ou através da modificação substancial do padrão demográfico de núcleos preexistentes, conheceram elas próprias processos históricos nem sempre lineares (ou sequer bem conhecidos. Sweetman, 2011, p. 32-74), certo é que o fim da conquista deu início a um profundo e continuado processo de romanização.

Este fenómeno, muito discutido pelos historiadores da Antiguidade, deve ser entendido como um processo de enculturação (Wallace-Hadrill, 2008, p. 3-70; Correia, 2013, p. 365-367), através do qual os indivíduos aprenderam a colocar-se no mundo e a interpretá-lo através de mapas e esquemas mentais: qual o tamanho do mundo e que povos aí vivem; qual a sua história, o seu devir e quais as suas interações com as próprias comunidades; quais os pontos de contacto e divergência entre os costumes próprios e os alheios; como garantir, promover e desenvolver a posição própria num mundo em evolução; são, entre outros, elementos essenciais do processo de enculturação atravessado pelas comunidades da Lusitânia até ao advento de Augusto como imperador e à mudança de natureza do imperialismo romano (Brunt, 1990, p. 96-133), quando a integração se manifesta de forma avassaladora (inclusive, senão especialmente, no aspeto urbanístico).

Mas o processo deixou um lastro, certamente um conjunto de relatos e narrativas, embebido na memória coletiva das sociedades (Halbwachs, 1992, p. 120-166; Fentress; Wickham, 1992, p. 59-110). Esta memória social justifica que, a espaços, a afirmação da identidade indígena subsista e encontre formas de se manifestar ao longo de todo o período romano, quando a integração no Império é, já numa pluralidade de aspetos, completa: o sincretismo das divindades locais com divindades romanas e com o culto imperial (fig. 2. Encarnação, 1975, p. 77-298; Ribeiro, 2002, p. 11-60); a manutenção, em alguns sectores da sociedade, da onomástica de raiz indígena, mesmo já quando, graças a patrocínios e concessões de cidadania a título individual (concessões *viritim*), levaram à adoção de nomes de família romanas (Curchin, 2004, p. 117-143); a subsistência de estruturas pré-romanas em certos aspetos da propriedade, das organizações supra-familiares e mesmo da organização das *civitates* (Le Roux, 1995, p. 79-110), que conviveram, de forma generalizada, com a adoção do latim e a difusão de novas modas no vestir, na alimentação, na arquitetura, etc., etc. (fig. 3 e 4. Revell, 2009, p. 150-193).

Fig. 1 — Lápide consagrada aos *Lares Lubanci* dos dovilónicos deste lugar, testemunhando a sobrevivência das comunidades de origem indígena em *Conimbriga*. © MMC.DGPC, H. Rendeiro.

Fig. 2 — Inscrição dedicatória de um edifício aos *Remetes Augusti* em *Conimbriga*. © MMC. DGPC, H. Rendeiro.



2. O QUE SOU? AS CLIVAGENS SOCIAIS NAS CIDADES ROMANAS

Muito há que leva a pensar que a clivagem romano/indígena era menos significativa no posicionamento social do indivíduo do que a sua posição relativa, jurídica mas sobretudo censitariamente considerada (Giardina, 1992, p. 19-48). E se isto pode ser verdade, sociologicamente falando, em qualquer momento da história da Lusitânia, é-o sobretudo quando esse percurso histórico é considerado na plenitude do seu devir. Não podendo nós ponderar exatamente quais os sentimentos pessoais envolvidos, parece, no limite, evidente que num prazo de duas ou três gerações, a fronteira entre os descendentes de colonos romano-itálicos e os descendentes de indígenas promovidos (económica e socialmente) estaria substancialmente esbatida (Nogales Basarrate, 2004, p. 341-398). Este espaço de duas ou três gerações corresponde ao período de tempo que medeia entre Augusto e a dinastia flávia; com a concessão do direito latino pelo primeiro imperador flaviano, Vespasiano, a própria distinção jurídica entre cidadãos e peregrinos estava, para a elite, em processo de erradicação.

As grandes clivagens sociais nas cidades romanas seriam deste modo, como na própria Roma, aquela existente entre *serviles* e *ingenui* (escravos e homens livres; distinção jurídica) e, dentro do segundo grupo, entre *humiliores* e *honestiores* (sem tradução; distinção, na essência, censitária).

Entre os mais possidentes existiam, naturalmente, diferenças. Parece ter sido nomeadamente importante o limiar daqueles que detinham uma fortuna calculada em 100 000 sesterócios: acima deste limiar, os chefes das famílias em causa tinham direito a participar nos órgãos de governo municipal e constituíam, deste modo, a *ordo decurionum*, os decuriões que formavam a elite das *civitates* lusitanas (Correia, 2013, p. 358-359).

Fig. 3 — Grafito sobre uma telha *Tolle me...* («Aguenta-me ...», numa tradução idiomática). Mostra a difusão do latim nas classes laboriosas em *Conimbriga*. © MMC. DGPC, H. Rendeiro.

Fig. 4 — Grafito sobre um tijolo de coluna «...*diarias rogata solvi*». Mostra a difusão dos instrumentos jurídicos romanos nas nascentes indústrias em *Conimbriga*. © MMC. DGPC, H. Rendeiro.



Os limites censitários, todavia, não seriam absolutamente rígidos, tal como era variável a «paisagem social» das cidades.

Esta paisagem social conhece-se mal, via de regra, mas num caso, o da cidade de *Conimbriga* (Id., *ibid.*, p. 341-361), o estudo da arquitetura doméstica dos cerca de 17 % da área escavada permitiram calcular, de forma aproximativa, o número e categoria de indivíduos que habitariam nas 72 unidades residenciais aí identificadas e extrapolar esse número para o total do núcleo urbano.

Podemos aí reconstituir o facto básico de, numa cidade com 22 ha de extensão (o que está dentro da faixa média-baixa das cidades lusitanas) terão vivido cerca de 5500 indivíduos (no auge da época imperial). Destes, cerca de 40 % seriam escravos ou outros dependentes de estatus servil (a esmagadora maioria dos romanos, exceto os verdadeiramente desprovidos de posses, possuía pelo menos um escravo, uma família média talvez dispusesse de quatro e grandes famílias mantinham pequenos regimentos de escravos e outros criados na sua dependência).

No outro extremo da escala estaria a curta franja privilegiada de famílias possidentes, fisicamente detentoras de quase todo o espaço urbano e que dominam a cidade através da *ordo decurionum*. Não mais de 7 % a 8 % dos indivíduos se integram nesta classe, talvez um máximo de 40 famílias que, conhecemo-lo pela epigrafia, casam entre si, perpetuam a sua grandeza em monumentos funerários (Étienne [et al.], 1976, p. 65-99) e são os principais agentes do processo de romanização (fig. 5).

Entre um e outro extremo, fica a massa de indivíduos que formam a *plebs media*, uma grande massa plástica de indivíduos de estatutos pessoais e culturais muito variados, e mutáveis, que efetivamente asseguraria uma parte substancial (proporcionalmente talvez mais subs-

Fig. 5 — Conjunto de inscrições funerárias no Museu Monográfico de Conimbriga. A lápide do centro pertence a um cenotáfio de um emigrante de origem indígena, *Vegetus*, filho de *Avitus*. © MMC.DGPC, H. Rendeiro.



tancial que a mera proporção aritmética da sua representatividade demográfica, que se cifra em pouco mais de 50 %) da vida económica da cidade. Aqui se terão recrutado os artífices, os construtores, os pequenos comerciantes, os pequenos agricultores do *ager* imediato da cidade, que dela fizeram um organismo vivente (Giardina, 2000, p. 113-132).

3. ONDE VIVO? ARQUITETURA DOMÉSTICA E ESPAÇOS PÚBLICOS, CENÁRIOS DA VIDA QUOTIDIANA

A posição social dos romanos condicionava de forma determinante a sua forma de habitação e o modo do seu quotidiano, dividido entre o trabalho (para muitos), o ócio (para poucos) e a frequência de lugares públicos (para todos, mas não da mesma forma). E se a grande residência aristocrática, destinada em primeiro lugar ao ócio do seu proprietário (e em segundo lugar à promoção do seu papel social pela ostentação desse mesmo ócio), é a imagem mais marcante no imaginário de muitos amantes da Antiguidade, o tecido urbano era, em grande medida, constituído por pequenas habitações que se duplicavam como local de trabalho, de produção ou comércio, desprovidas de conforto, exíguas e sem privacidade, parcas em condições de salubridade e higiene e frequentemente de construção precária. Este tipo de situação corporiza o fantasma da cidade como distopia, cuja expressão máxima é, nalguns dos seus aspetos, a própria cidade de Roma, tal como surge em versos de Catulo ou Juvenal, mas seria um aspeto presente, de uma ou outra forma, também nas cidades provinciais (onde, apesar de tudo, uma menor pressão imobiliária poderá ter minorado os aspetos mais graves do problema. Correia, 2013, p. 317-340).

Fig. 6 — Um servo doméstico entregue às suas tarefas diárias, num mosaico da casa dos repuxos, *Conimbriga*. © MMC.DGPC, H. Rendeiro.



É este quadro que permite explicar a necessidade do investimento nos monumentos públicos e, finalmente, o sucesso do projeto urbano do Império romano, lido como um todo orgânico.

O principal monumento de qualquer cidade romana, o *forum* (nalgumas cidades desmultiplicado em mais do que um espaço da mesma natureza) oferece um espaço de sociabilização em condições de conforto e qualidade estética do enquadramento (Giardina, 2000, p. 35-84); as termas (numerosas) oferecem a indispensável salubridade e higiene a que se soma um módico de entretenimento intelectual (Petit Santoro, 2007, p. 209-226), a administração da cidade garante, direta ou indiretamente, a existência de algumas amenidades, como as fontes públicas, as vias porticadas (que muito imediatamente concedem às pequenas instalações domésticas um meio de contacto mediado com a via pública. Id., *ibid.*, p. 75-102) e a instalação de zonas da cidade adequadas à localização da *popina*, da *caupona* (variedades de casas de comes e bebes) ou do *lupanar* (Laurence, 1994, p. 70-87). Finalmente teatros, anfiteatros e circos (permanentes ou, em muitos casos, apenas temporários) garantem os momentos coletivos de distensão, os jogos e espetáculos públicos (Giardina, 2000, p. 281-306).

Dentro de limites (nem sempre muito rígidos e, frequentemente, ultrapassados, mas ainda assim existentes) a frequência destes espaços públicos é generalizada e, para os homens livres, quase indiferenciada (os escravos, no entanto, só podem frequentar as termas ao fim do dia). A circulação diuturna dos habitantes, de acordo com o seu estatuto, estabelece o ritmo da vida urbana (fig. 6 e 7). O dia inicia-se com a visita do cliente ao patrono: a *salutatio* do dependente em casa do indivíduo notável (e que mede a sua notabilidade precisamente pelo número de indivíduos que acorrem a saudá-lo) e, a partir daí, as atividades próprias e

Fig. 7 — Os proprietários da casa dos repuxos (*Conimbriga*) representaram-se no decurso da sua atividade favorita, a caça. © MMC.DGPC, H. Rendeiro.



indispensáveis a cada um alternam entre os espaços privados e públicos (no caso das residências aristocráticas podendo, em certas circunstâncias quase falar-se de espaços «semipúblicos». Laurence, 1994, p. 122-132). O fim do dia traz uma progressiva segregação do convívio social: termina com o pôr-do-sol para a maioria da população, prolonga-se, porventura, para aqueles que, ilustrados e possidentes, se podem permitir usufruir da *amicitia* entre pares, o *convivium* desfrutado numa refeição em comum, tomada no *triclinium*, sala de refeições que ocupa o papel central e preponderante em todas as residências que se querem de prestígio (Dunbabin, 2003, p. 36-71; Correia, 2013, p. 253-263).

E, depois da festa, os escravos e outros criados que a tornaram possível, desaparecem nessas mesmas residências para não serem vistos pelos seus contemporâneos até ao dia seguinte — e, pelos arqueólogos de hoje, para não serem vistos nunca mais: estas residências não dispõem verdadeiramente de «quartos de criados», de *ergastula*, mesmo quando dispõem de áreas de serviços; a invisibilidade arqueológica de uma parte tão significativa da população é a melhor prova da sua desgraçada condição social (Giardina, 1992, p. 117-148; Correia, 2013, p. 278-288).

4. COMO ESTOU? MOBILIDADE SOCIAL NA SOCIEDADE DA LUSITÂNIA

O enorme fosso existente na sociedade romana entre possidente e destituído (e entre livre e escravo, claro), fosso que se manifestava também, em certa medida, na própria estrutura urbana, era efetivamente diluído, do ponto de vista urbanístico, pela fração pública desse espaço urbano e pelas amenidades assim oferecidas. Do ponto de vista social esse fosso era diluído pela existência de mecanismos estatuídos e genericamente reconhecidos de mobilidade social, nomeadamente no sentido ascendente.

Em primeiro lugar, na medida em que a própria integração no modo de vida romano e na condição da cidadania é uma forma de promoção social, essa mobilidade está na essência mesmo do processo de romanização. Quando Vespasiano concede às cidades hispanas o *ius latii* (o direito que, na península itálica, assistia às antigas cidades do Lácio, aliadas de Roma), estabelece o princípio que, todo o indivíduo que desempenha cargos no governo local se torna, uma vez terminada a sua carreira política, cidadão romano de pleno direito (transmitindo naturalmente esse estatuto a todos os seus descendentes). Isto representa, a partir do último quartel do século I da nossa era, uma larga avenida de promoção social.

Por outro lado a economia romana é, em larga medida, uma economia aberta (mesmo se fortemente estrangida pelo carácter predominantemente agrícola de toda a sua base e pelo domínio público-estatal de sectores importantes) (Finley, 1986, p. 83-242); há portanto possibilidades acionáveis de um indivíduo se promover economicamente até aos primeiros passos dessa avenida de promoção jurídico-política.

Certamente que os indivíduos que assim se promoviam se deparavam, para além de obstáculos muito concretos do ponto de vista económico e jurídico, com essa barreira porventura intransponível do preconceito social. O desprezo pelo arrivista parece ser de todos os tempos; a literatura romana está cheia de exemplos e cunhou uma expressão para eles: o *homo novus*. Mas o próprio facto de a imagem ser cristalizada numa expressão, num tipo, diz bem do carácter comum da situação.

O mais famoso dos arrivistas romanos é Trimalquião, o rico que Petrónio immortalizou no *Satyricon* (p. 26-79). Trimalquião, obscenamente rico e da mesma forma desprovido de gosto e de cultura, reúne em si outra característica, que se integra perfeitamente na caricatura: é um liberto, e a herança dos antigos proprietários que o libertaram esteve na origem da sua fortuna.

Como todas as boas caricaturas, esta é decalcada do natural. As cidades romanas estão recheadas das evidências desse movimento sustentado de aquisição da liberdade pelos indivíduos dela desprovidos pelo nascimento (Giardina, 1992, p. 149-168). Muitos certamente fá-lo-iam pelo mecanismo juridicamente reconhecido da compra da própria liberdade (que pressupunha que o proprietário lhes consentisse reunir o *peculium*), mas são também muito abundantes os casos em que os escravos libertos comemoram os seus antigos amos pela colocação de monumentos funerários nos quais se reclamam da sua qualidade de herdeiros (fig. 8).

Muitas vezes traídos pelos cognomes gregos que adicionaram ao nome dos seus anteriores proprietários (a emancipação implicava esta adoção onomástica e constituía o escravo libertado em cliente do senhor), estes indivíduos constituíam uma classe reconhecível e reconhecida na sociedade romana e dispuseram de um veículo próprio de intervenção na vida das suas comunidades: afastados das eleições e das magistraturas, estava-lhes reservado um papel especial no culto imperial — o cargo de *augustal* foi muito cobiçado e, como tal, foi comemorado postumamente com muita frequência.

Fig. 8 — Dedicatória privada a *Liber Pater* por um provável libertado de *Conimbriga*. © MMC. DGPC, H. Rendeiro.



5. E NO FIM? A CIDADE DOS MORTOS

Tratou-se até aqui de uma sociedade de homens. A sociedade romana era uma sociedade patriarcal e paternalista, de homens e para homens (e, até depois de bem ultrapassado o meio do século xx, estudada principalmente por homens, também. Coulanges, 1980, p. 45-138). Mas sendo a morte o principal fator de igualdade entre os seres humanos, é na morte que os elementos da sociedade que não conhecemos de outra forma nos surgem na sua individualidade e na sua incontornável existência.

Quando considerada na totalidade da sua existência enquanto núcleo urbano *Conimbriga* oferece uma parca amostragem do que foi a sua população em término de vida, através das informações contidas nos epitáfios conhecidos [Étienne (et al.), 1976, p. 53-99]. É, no entanto, o único local onde se dispõe de um *corpus* epigráfico completo e de uma estimativa da população, grandeza essencial para contraste de qualquer estudo. Dos 5500 habitantes simultâneos no auge da sua vida, como se viu, restaram cerca de 200 nomes de indivíduos dispersos pelas inscrições conhecidas (nem todas conservadas, mas incluindo no cômputo aquelas de que restou testemunho suficiente, nomeadamente através das leituras dos eruditos dos séculos xvi a xviii). Entre estas, 35 exemplos, dizem-nos algo acerca de menos de 40 pessoas.

Globalmente considerado está-se, obviamente, perante o estrato superior da sociedade: a grande maioria não poderia custear um monumento funerário em material duradouro. Podem ter existido formas públicas de consagração dos falecidos, mas os monumentos epigráficos, gravados em pedra e por vezes esculpidos, que sobreviveram são, por definição (e com toda a latitude que devemos dar para o facto de, em certas situações, os sentimentos de perda se terem sobreposto às considerações económicas e algumas pessoas terem colocado monumentos funerários aos entes queridos que perderam em condições «acima das suas posses») um fenómeno elitista. A maioria da população seria incinerada da forma mais elementar (dentro dos limites do que era percebido como «a decência») e as suas cinzas depositadas sem mais cerimónias.

Mas, desde um ponto de vista estatístico, as imperfeitas informações que este conjunto de lápides nos oferece é eloquente. Quase dois terços dos defuntos são filhos (nalguns casos netos) do dedicante, o que nos mostra a existência de uma família plurigeracional, alargada. Por isso mesmo se compreende uma aparente sobre-representação dos indivíduos de sexo masculino em idade pré-púbere e, no outro extremo, de indivíduos do sexo feminino em idade, frente à amostra, que se considera prolecta. São os herdeiros esperados das famílias, por um lado, e as «avozinhas», por outro, que merecem uma atenção especial. Necessita-se,

todavia, de um cuidado muito especial quanto a estas aproximações imediatas, psicológicas, pois as atitudes perante a morte modificaram-se radicalmente, e é difícil avaliar se, e como, as podemos reconstituir (Pereira, 2013, p. 99-144; Kerényi, 2008, p. 193-220).

No centro da distribuição normal das idades em que se morre (que é um elemento essencial da típica dedicatória fúnebre romana), vemos que o maior número de indivíduos (ambos os sexos confundidos) morre entre os 20 e os 30 anos de idade (pouco menos de 50 % da amostra). Mas a distribuição por sexos introduz uma modificação muito importante: um número muito significativo de mulheres morre antes dos 20 anos de idade (quase metade das que morrem entre os 20 e os 30 e tantas quantas morrem com mais de 50 anos): não há que encontrar explicações alternativas para a realidade dramática de que uma idade púbere, que justificava o casamento legal, próxima dos 12 anos, levava a uma significativa mortalidade perinatal entre as mulheres acabadas de sair da adolescência. Os homens, pelo contrário, raramente são consagrados na morte por um monumento entre a infância e os 20 anos; pelo contrário é muito significativa a sua presença no registo mortuário entre os 30 e os 40 anos — os «homens na força da vida», certamente (Correia, 2013, p. 345-348). Isto coloca a esperança média de vida, num cálculo imperfeito, não comparável com as estatísticas atuais (muito mais complexas e baseadas em séries completas de dados), algures entre os 40 e os 50 anos de idade. Com 60 anos ser-se-ia um ancião.

É neste contexto adequado recordar um conjunto de epígrafes funerárias de *Conimbriga*, quatro no total (Étienne [et al.], 1976, n.º 37 e 66-68), onde ao longo de pelo menos seis gerações as mulheres de uma mesma família se recordaram, começando pela Sulpícia Maxuma, morta aos 25 anos de idade, a quem a avó Sulpícia Amena, dedica a lápide funerária (esta avó era filha de um indígena de nome Taporo). Noutra inscrição, Sulpícia Gémula dedica o monumento à filha Sulpícia Stercusia, morta aos 26 anos. No terceiro caso, Sulpícia Helena (uma liberta?) dedica a lápide a Sulpícia Phoebe (dedicada a Apolo?), que morreu também com 25 anos. A quarta inscrição permite contextualizar esta linhagem de *Sulpicii* no quadro das famílias notáveis de *Conimbriga*, o que justifica a possibilidade de gerações sucessivas (e ramos distintos) de mulheres de uma família investirem desta forma na comemoração dos seus elementos.

Mas como não pensar no sofrimento individual anterior a estes monumentos, que os motiva, e em todos os outros sentimentos, uns dolorosos, outros felizes, que motivaram outras tantas manifestações, umas duradouras, outras precípeis, de que algumas sobreviveram, outras não, daqueles que nasceram, choraram, viveram, riram, suaram, gozaram, borraram e finalmente estoiraram nas cidades da Lusitânia.



58. Ídolos ou bonecas de osso

Mérida

Séculos IV-V d. C.

12 cm; 11,5 cm e 11,7 cm,

respetivamente

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO35975; CE00012 e DO2012/4/1

As figurinhas de osso que representam figuras femininas muito esquematizadas e com os atributos sexuais salientes foram encontradas, quase exclusivamente, em terras lusitanas,

especialmente na área de influência das suas principais cidades, sobretudo em *Emerita*, onde parece que, sem dúvida, existiu uma oficina para a sua execução.

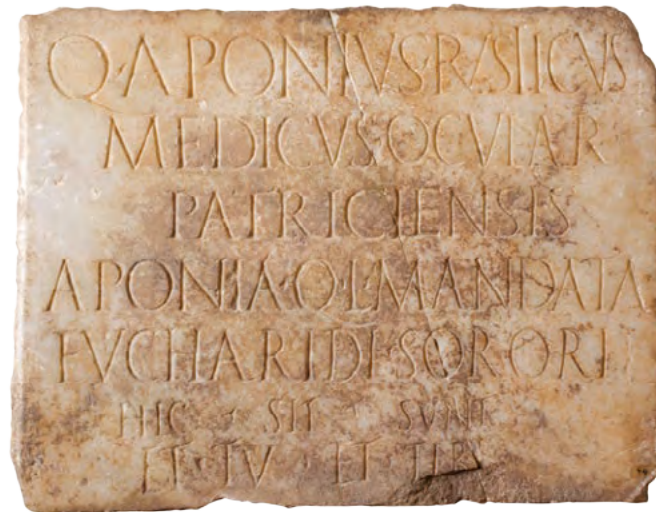
O uso e o simbolismo destas figurinhas foram motivo de interesse e estudo durante décadas, já que a falta do contexto preciso dos achados dificulta a sua interpretação. Assim, foram sucessivamente identificadas como ídolos, amuletos femininos relacionados com a fertilidade ou simples bonecas. Mais recentemente, um achado em

Emerita — em que várias delas aparecem associadas ao nível do derrubamento de um edifício, pensa-se de carácter cultural — motivou uma nova interpretação, relacionando-as com o culto à deusa Cibele. Também precisa a sua datação nos séculos IV-V d. C.

PCC

Bibliografia:

Heras; Bustamante; Aranda, 2012, p. 177-212.



59. Lápide funerária de *Quintus Aponius Rusticus*

Avenida Juan Carlos I, n.º 39, 41 e 43, Mérida

Segunda metade do século I d. C.

46,5 × 60 × 6,5 cm

Museo Nacional de Arte Romano, Mérida. Depósito do ccmm DO2011/2/6

Dois fragmentos unidos entre si, de placa de mármore branco, apresentam na face principal inscrição de belas capitais quadradas com algumas características atuárias. Encontra-se delimitada por uma moldura de talão.

A leitura foi realizada pelos seus primeiros publicadores, Ramírez Sádaba e Gijón Gabriel:

Q(uintus) APONIVS RVSTICVS
 MEDICVS OCVLAR(ius)
 PATRICIENSIS
 APONIA Q(uinti) L(iberta) MANDATA
 EVCHARIDI SORORI
 HIC SIT(i) SVNT
 ET TV ET TIBI

Tradução:

Quintus Aponius Rusticus, médico oculista, cordovês. *Aponia Mandata*, liberta de *Quintus*, e *Eucharis*, sua irmã, jazem aqui, e também tu e para ti.

Pela paleografia e simplicidade do formulário foi datada por Ramírez e Gijón da época flaviana. Tal como estes autores já analisaram, *Q. Aponius Rusticus* é um *ingenuus*, dado que usa *trianomina* e tem uma liberta, *Aponia Mandata*. *Eucharis* é irmã desta, e parece que ainda não teria recebido a liberdade, ao contrário de *Aponia*, que seguramente se casou com *Rusticus* alcançando consequentemente a liberdade, ao contrário da sua irmã. Estamos portanto perante um possível caso de *contubernium*, união pseudo-matrimonial permitida aos escravos, que derivou num *iustum conubium*, o casamento legalmente estabelecido, exemplificando a complexidade e a liberdade das relações sociais que podiam ocorrer numa colónia como a de *Augusta Emerita*, com claras oportunidades de ascensão para os escravos e seus descendentes.

Mandata também é mencionada noutra fragmento de inscrição encontrado no mesmo terreno. Aparece junto ao *Terminus Augustalis*, não isento de polémica: para os seus publicadores trata-se do cargo de *augustal*, o sacerdote do culto imperial que era ocupado pelos libertos, mas Gómez Pantoja, na edição de *Hispania Epigraphica* (*HEp* 6, 83), opina com razões de peso que se deve tratar de um *cognomen*. Por último, é igualmente interessante a estranha formulação final *et tu et tibi*, em vez da mais usual *sibi et suis*, assim como a menção da origem, *Colonia Patricia Corduba*, e do ofício do defunto, médico oculista, uma especialidade da qual não existiam provas até agora em *Augusta Emerita*, apesar da relativa abundância de testemunhos que temos na cidade sobre médicos, contando com sete documentos epigráficos que os mencionam.

JMMC

Bibliografia:

Ramírez e Gijón, 1994, p. 130, n.º 3; Gijón, 2012, p. 110, n.º 30.

60. a 73. Depósito funerário**60. Agulha**

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

Diâm. máx.: 0,2 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/10

61. Lucerna

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

2,5 × 5,5 cm diâm.

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/2

62. Sonda

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

3,1 × 0,5 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/18

63. Caixa

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

11,9 × 6,4 × 1,9 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/5

64. Vaso

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

20,5 × 12,5 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/9

65. Estojo

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

18,1 × 1,55 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/3

66. Moeda

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

Diâm.: 2,7 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/23

67. Tesoura

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/22

68. Pregos

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/21

69. Tigela

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

3,5 × 10,1 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/11

70. Faca

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

7,7 × 1,8 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/6

71. Estilete

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

8,4 × 0,45 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/9

72. Garrafa

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

14,4 × 13,4 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/1

73. Sonda

Terreno da antiga CAMPSA, Mérida
Século I d. C.

16,6 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

DO2013/5/4

A morte, momento incerto e inquietante, que separa a existência terrena do além desconhecido, tem a sua plasmação gráfica no enterramento e no ritual funerário. Se o exterior da sepultura serve, entre outras coisas, para deixar marca explícita da própria existência, para um romano, o interior da sepultura é o lugar que o finado vai dividir com os objetos que falam da sua passagem por este mundo e com os que serviram para cumprir os rituais e, inclusive, com as crenças mágico-supersticiosas.

Este depósito funerário pertence a um homem que praticou medicina ou farmácia na *Emerita* do século I d. C. São os utensílios que utilizava no exercício da sua profissão, juntamente com uma moeda para pagar a sua viagem e a lucerna que iluminou o ignoto e tortuoso caminho para a vida ultraterrena.

PCC

Bibliografia:

Bejarano, 2002, p. 397-421.





74. Lápide funerária de C. Voconius

Columbários, necrópole oriental, Mérida
Primeira metade do século I d. C.
56 × 70 × 13,5 cm
Museo Nacional de Arte Romano, Mérida
CE00704

Lápide funerária de mármore branco-amarelado, encontrada *in situ* sobre o portal de um dos *busta* escavados por José Ramón Mérida, em 1926, na denominada necrópole oriental de Mérida, conhecida popularmente como a dos «Columbários». Singularmente, a metade superior está ocupada por meios-relevos que representam um conjunto de recompensas militares, [dois torques, duas braceletes (*armillae*) com forma de serpente enrolada e, entre eles, uma armação de tiras de couro que servia de suporte a nove *phalerae*] às que tinham acesso os membros do

posto inferior do exército até à categoria de centurião. Por baixo, em quatro linhas:

c(aio) · VOCONIO · c(aii) · F(ilio) · PAP(iria tribu) · PATRI
CAECILIAE ANVI · MATRI
VOCONIAE C(aii) · F(iliae) · MARIAE SORORI
c(aius) · VOCONIVS C(aii) · F(ilius) · PROCVLVS · FECIT

Tradução:

Caius Voconius Proculus, filho de *Caius*, fez este monumento a seu pai, *Caius Voconius*, filho de *Caius*, da tribo Papíria, a sua mãe, *Caecilia Anuis*, e a sua irmã, *Voconia Maria*.

Recentemente comprovou-se que a colocação da lápide de mármore, que substituiu outra epígrafe anterior, mais simples e de granito, corresponde a uma segunda fase na delimitação do monumento funerário, quando *C. Voconius Proculus* decide a construção do *bustum*, decorando o interior

com belas pinturas murais dos membros da família, sobre os nichos para as suas cinzas, e sobressaindo pelo seu carácter honorífico e de prestígio social, as condecorações militares por eles obtidas, sem dúvida motivo de orgulho numa colónia fundada por soldados veteranos, como é o caso de *Emerita*.

AVJ

Bibliografia:

Mérida e Macías, 1927; Bendala, 1972, p. 223-253; Márquez, 2006; Trillmich [et al.], 1993, p. 274.

75. Estela funerária de Avitianus Petracious

Zona do Silo, na área sudeste extramuros da cidade romana, Mérida
Séculos III-IV d.C.
45 × 18 × 8 cm
Museo Nacional de Arte Romano, Mérida
CE05935

Fragmento de coluna de mármore acinzentado cortada no seu eixo longitudinal que foi reaproveitado para gravar uma inscrição, sobre a qual existe um baixo-relevo representando uma cabeça, executada com um marcado carácter linear e plano, com os olhos ovalados elaborando as pupilas de forma grosseira, o nariz retangular e a boca realizada com uma mera incisão reta. As orelhas separam-se do crânio, representado sem cabelo. Tanto nos olhos como na linha que modela o queixo denota-se uma forte obra a bisel.

Sob o rosto dispõe-se a inscrição, mal alinhada e paginada, com letras de carácter atuário.

A sua leitura segundo Curchin, é a seguinte:

AVITIANVS D(omo) c(iuitate)
ARAVORVM
ANN(orum) XXXXVIII [-]
PETRACIVS VXOR
T(estamento) T(itulum) POSVIT ·

Tradução:

Avitianus Petracious, da cidade dos Áravos, de 48 anos de idade. Sua mulher pôs a inscrição por determinação testamentária.

É uma peça estranha, totalmente alheia à produção artística conhecida

de *Augusta Emerita*, o que dificulta a compreensão do seu carácter e cronologia. Cerrillo e Cruz incluíram-na no seu estudo sobre a plástica indígena no período romano, integrando-a na listagem de estelas funerárias com figuras humanas com representação exclusiva da cabeça. Mas o estilo, que obviamente se pode confundir com a arte pré-romana, pode também ser fundamentado numa elaboração de grande descuido ou imperícia, como já assinalou Nogales.

Curchin clarificou as dúvidas sobre esta peça e, em concreto, da estranha estrutura onomástica, com um termo finalizado em *-ius* para o nome da mulher que dedica a estela, algo característico da época baixo imperial. Outros elementos apoiam esta cronologia, como o sufixo *-anus* (que em *Augusta Emerita* não aparece antes da época flaviana e é habitual no século III) e a circunstância de reutilizar um fragmento de coluna para a sua execução, algo característico da época baixo-imperial em Mérida. Para além disso, do ponto de vista estilístico, o uso do bisel e a representação das pupilas também corroboram esta cronologia.

Permanece em debate o carácter da estela e os seus pressupostos ideológicos: estamos perante uma tradição indígena, continuada ainda nestas datas, dentro das estelas com cabeças características da área oriental da Península Ibérica, como pensam Cerrillo e Cruz e o próprio Curchin? Ou é uma interpretação popular dos monumentos com retrato emeritenses característicos dos séculos II-III, como considera Nogales?

Por último, é interessante a menção de um povo dos vários que formavam parte da província Lusitânia: os *Aravi* (co-



nhecemos outro *Aravus* que falece em *Augusta Emerita* numa inscrição hoje desaparecida: CIL II, 502). Tradicionalmente, localiza-se esse centro urbano em Devesa, porque de aí procede outra inscrição, hoje no Museu da Guarda (CIL II, 429), que documenta a *civitas Aravorum*, mencionada também, ainda que considerada município, como de um dos povos que pagaram a ponte de Alcântara e que são referidos numa conhecida epígrafe (CIL II, 760).

JMMC

Bibliografia:

Álvarez Sáenz de Buruaga, 1946, p. 6, lâm. III, 2; Cerrillo e Cruz, 1993, p. 167; Curchin, 2013, p. 27-36; Edmondson; Nogales; Trillmich, 2001, p. 43-44; García Iglesias, 1973, n.º 161; García Iglesias, 1976, p. 263-275.



76. Selo de padeiro com representação de Júpiter

Proveniência desconhecida

Século II d. C.

10,5 cm

Museo Nacional de Arte Romano,

Mérida

CE17422

Peça circular cerâmica com uma das faces lisa e a outra com relevo em negativo, inscrito em círculos concêntricos. A figura central é uma representação do deus Júpiter, pai dos deuses e dos homens, que aparece nu, anatomicamente bem definido, escassamente adornado com uma túnica que apoia em ambos os braços à al-

tura do cotovelo. A cabeça, à direita, aparece bem trabalhada, com cabeleira encaracolada tal como a barba. Com a mão direita segura o cetro e com a esquerda parece agarrar o feixe de raios, ambos elementos atributos do seu poder, tal como a águia que aparece, à direita dos seus pés, adaptando a sua fisionomia à moldura. Completa a cena, um trípode, do qual emanam três chamas, enquanto na parte superior elementos fitomórficos, a modo de espigas, encerram a composição.

O exemplar do MNAR é uma boa amostra do que na bibliografia tradicional se tem vindo a denominar de «selo de padeiro», devido à sua função de

marcar bolos ou pão. Certo é que a relativa escassez deste tipo de peças e, contudo, a sua estandardização, juntamente com a unicidade temática presente na iconografia desenvolvida, fez com que as últimas investigações apostem numa funcionalidade votiva. Deste modo, este tipo de selos viria a estampar motivos relacionados com certas festividades romanas — por isso a presença de divindades na iconografia habitualmente representada — em produtos de panificação consumidos por ocasião dos *fasti*.

NBM

Bibliografia:

Gijón; Bustamante, 2010, p. 15-30.

77. Busto-retrato de um defunto

Encontrado na remoção de terras para a construção do Quartel de Artilharia no primeiro quartel do século passado. Área da necrópole oriental, Mérida

Época tiberiana

39 cm

Museo Nacional de Arte Romano, Mérida

CE00687



De dimensões próximas ao natural, apareceu em excelente estado de conservação, ainda que no momento da sua descoberta tenha sofrido duas fraturas que se restauraram. Trata-se de um busto para inserir numa peanha ou pedestal.

O homem representado é um personagem de idade madura da elite local. O seu rosto, redondo, revela-nos que o defunto era algo corpulento, com cabelo distribuído em curtas madeixas, com aparência nitidamente popular. Na testa estão marcadas três rugas e

nos extremos dos olhos, bem expressivos, apreciam-se as características rugas «pés de galinha», bem como junto à comissura direita da boca, uma verruga. Trata-se, portanto, de uma representação muito realista do personagem, da sua vera efigie, seguindo — como assinala Nogales Basarrate, este excelente retrato — as abordagens da tradição tardo-republicana, mas com uma nova conceção que tende a conseguir uma visão mais plástica, que marcaria, segundo os especialistas, a segunda fase da evolução da exce-

cional escola de retratistas emeritenses. O seu aparecimento perto de uma padaria e a sua similitude com o dono do negócio determinaram a sua popular e tradicional denominação: «o Padeiro».

JMAM

Bibliografia:

Mérida, 1925, v.1, p. 314, n.º 1114, fig. 162 e 163; García y Bellido, 1949, p. 51, n.º 38, lám. 34; Trillmich, 1988, p. 531; Nogales, 1997, n.º 15, p. 22-24, lám. XIV A-D.



78. Busto-retrato de uma defunta

Necrópole oriental, provavelmente nas obras do Quartel de Artilharia, Mérida

Período cláudio-neroniano

42 cm

Museo Nacional de Arte Romano, Mérida

CE00689

Busto em excelente estado de conservação, com pequenas faltas.

Trata-se da representação de uma defunta da sociedade emeritense ainda jovem. No rosto, como bem assinala Nogales, contrastam o polimento do tratamento da carne com a dureza dos extremos semicirculares das madeixas do cabelo que formam a franja. A boca é pequena; o pescoço, fino e esbelto; os olhos, expressivos; as sobrancelhas, curvadas geometricamente e de perfil assinalado na borda das pálpebras, o

que permite destacar a força dos seus olhos. Nos lóbulos das orelhas observam-se dois orifícios para ajustar os brincos.

Destaca-se o tratamento do cabelo, disposto em madeixas na metade da cabeça, com franja na zona frontal de mechas em S, terminando em ambos os extremos com duas características patilhas que se curvam sobre as bochechas, o que propiciou o retrato ser popularmente conhecido como o da «Cigana». Esta característica tão

peculiar obedece, segundo os seus estudiosos, a uma possível influência da plástica ibero-romana.

JMAM

Bibliografia:

Mérida, 1925, v. I, p. 315, n.º 1116; García y Bellido, 1949, p. 71-72, n.º 56, lám. 51; Trillmich, 1988, p. 532-534; Nogales, 1997, n.º 42, p. 62-64, lám. xxxviii A-D.



79. Pacto de hospitalidade (*Tessera hospitalis*)

Castro da Senhora da Saúde
ou Monte Murado, Pedroso,
Vila Nova de Gaia, Porto
7 d. C.

26,3 × 27,3 cm

Solar dos Condes de Resende, Núcleo
Museológico de Arqueologia, Vila
Nova de Gaia
860 a

Tabula de bronze com forma de fachada de edícula, composta por corpo retangular com inscrição, encimado por frontão triangular, muito destruído, feito por aplicação de moldura simples com rebites.

Leitura:

Q(uinto) CAECILIO · METELLO · A(ulo) · LICINIO CO(n)s(ulibus)
D(ecimus) IVLIS · D(ecimi) · F(ilius) · GAL(eria tribu) · CILO HOSPITIVM · FECIT
SIBI · LIBERIS · POSTERISQVE · SVIS CVM NIGRO
ET · RVFO · ET PRISCO TVRDVLIS · VETERIBVS
LIBERIS · POSTERISQVE · EORVM

Tradução:

Sendo cônsules *Quintus Caecillius Mettelus* e *Aulus Licinius Decimus Iulius Cilo*, filho de *Decimus*, da tribo Galéria, fez um pacto de hospitalidade para si, seus filhos e descendentes com *Niger*, *Rufus* e *Priscus*, dos túrdulos veteranos, seus filhos e descendentes.

Esta inscrição revela a existência de um pacto, com valor jurídico, entre

um cidadão romano e um grupo de indígenas, dos túrdulos veteranos, um povo que se localizava sobre o litoral ocidental da Península Ibérica e que aparece mencionado na obra do naturalista Plínio-o-Velho.

CF/JAGG

Bibliografia:

Silva, 1983, 1984, p. 39-58, 1986, p. 310; HEPOL 20433.



80. Pacto de hospitalidade (*Tessera hospitalis*)

Castro da Senhora da Saúde
ou Monte Murado, Pedroso,
Vila Nova de Gaia, Porto

9 d. C.

31,8 × 32,9 cm

Solar dos Condes de Resende, Núcleo
Museológico de Arqueologia, Vila
Nova de Gaia

86o b

Tabula de bronze com forma e fabrico análoga à anterior, mas mais bem conservada. Apresenta o frontão completo e uma das palmas laterais, falta a que se localizaria do lado esquerdo, em posição simétrica.

Leitura:

Q(uinto) · SVLPICIO · CAMERINO · C(aio) · POPPAEO

SABINO CO(n)s(ulibus)

D(ecimus) IVLIVS · M(arci) · F(ilius) · GAL(eria tribu) · CILO HOSPITIVM · FECIT

CVM · LVGARIO · SEPTANII F(ilio) · EX TVRDVLEIS ·

VETERIBVS · EVMQVE · ET · LEIBEROS POSTEROS

QVE · EIVS · IN FIDEM · CLIENTELAM · QVE

SVAM RECEPIT · LEIBERORVM · POSTERORVM

QVE · SVORVM · EGIT

LVGARIVS · SEPT · ANII

Tradução:

Sendo cônsules *Quintus Sulpicius Camerinus* e *Caius Poppaeus Sabinus*, *Decimus Iulius Cilo*, filho de *Marcus*, da tribo Galéria, fez um pacto de hospitalidade com *Lugarius*, filho de *Septanius*, dos túrdulos veteranos, e recebeu-o a si, aos seus filhos e descendentes na fidelidade e clientela de si próprio, de seus filhos e descendentes.

O primeiro, é simplesmente um pacto de hospitalidade e, o segundo, de hospitalidade e clientela, ou seja, um vínculo mais forte.

Estes documentos constituem eloquentes exemplos de como se estabeleceram as interações entre romanos e populações locais.

CF/JAGG

Com dois anos de diferença, o cidadão romano *Decimus Iulius Cilo* realizou dois pactos com os indígenas locais.

Bibliografia:

Silva, 1983, 1984, p. 39-58, 1986, p. 310; HEPOL 20434.

81. Ara funerária de Norbana Severa

Escavações de José Ramón Mélida e Maximiliano Macías na zona exterior do Anfiteatro, Mérida Meados do século II d. C.
57,5 × 39 × 23 cm
Museo Nacional de Arte Romano, Mérida
CE00660

Ara em mármore branco, de tamanho médio. O seu coroamento está formado por um frontão triangular, sobre o qual apoiam-se os *pulvina* de forma abalaustrada com engrossamento central. Não tem na face superior, sendo plana e lisa, o habitual depósito circular, denominado *focus*, onde se podiam realizar sacrifícios em honra do defunto. A união do coroamento com o corpo central, onde se encontra a inscrição, está decorada com uma moldura de talão que se repete, invertida, na zona inferior, sobre a base. A face lateral esquerda tem esculpido o habitual jarro de perfil, enquanto a face direita está decorada com uma pátera circular sem cabo.

A inscrição, segundo leitura de García Iglesias, diz:

D(is) M(anibus) s(acrum)
NORBANA SEVERA
LANC(iensis) OPP(idana) AN(norum) LV
H(ic) s(ita) E(st) s(it) T(ibi) T(erra)
L(euis)
IVLIA PROCVLA MATRI
PIENTISSIMAE
D(e) s(uo) F(aciendum) c(uravit)

Tradução:

Consagrado aos Deuses Manes. Norbana Severa, de cinquenta e cin-

co anos, natural da cidade de *Lancia Oppidana*, aqui jaz. Que a terra te seja leve. *Iulia Procula* mandou fazer à sua custa à sua mãe amantíssima.

As fórmulas funerárias que aparecem e o tipo de letra, capital quadrada com certas características atuárias, incitam a datar a peça de meados do século II d. C.

Sem dúvida, o aspeto mais interessante deste monumento que dedica uma filha à sua mãe falecida é a menção da origem da defunta, nascida em *Lancia Oppidana*. Esta cidade é importante na atual investigação arqueológica, por ser um ponto-chave na identificação das fronteiras dos distintos povos pré-romanos que ficaram integrados na província Lusitânia e que, segundo uma conhecida passagem de Plínio (H.N. 4.113), eram os túrdulos, os celtas, os lusitanos e os vetões. Sabemos que *Lancia Oppidana* estava integrado no território vetão, porque assim nos informa Ptolomeu na sua enumeração de cidades vetãs que realiza no século II na *Geografia* (2,5,7). Deveria localizar-se a norte de Idanha, nas proximidades da serra da Estrela, que separava este povo dos *Igaeditani*.

Por outro lado, *Lancia Oppidana* tinha também como vizinha, separada pela serra da Malcata, *Lancia Transcudana* que pelo seu nome se deveria situar nas proximidades do rio Côa, o antigo *Cuda*. Desta povoação também conhecemos um indivíduo, *Marcus Arrus Reburus*, que habitou em *Augusta Emerita*, e a quem lhe dedicaram uma estátua possivelmente no *Forum Provincial*, em torno do Arco de Trajano e a Calle Holguín, no centro da cidade. Ambos os centros urbanos aparecem



na inscrição da ponte de Alcântara na qual se enumeram os povoados que contribuíram para a sua construção (CIL II 760).

JMMC

Bibliografia:

Gamer, 1989, n.º Ba38; García Iglesias, 1973, n.º 184; Mélida, 1925, n.º 904; Roldán, 1968-1969, p. 73-106; Salinas, 2006, p. 137-138.

I

A ECONOMIA E AS FORMAS DE PRODUÇÃO

No estimulante trabalho sobre o Mediterrâneo durante a Antiguidade e a Idade Média, *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History* (Oxford, 2000), Peregrine Horden e Nicholas Purcell argumentam, pormenorizadamente, que o mundo mediterrânico não era uma unidade geográfica, mas que compreendia uma série de microrregiões, cada uma com as suas condições ecológicas e climáticas específicas e com uma acessibilidade variável às vias de comunicação terrestres, fluviais e marítimas. Como resultado, estas condições muito localizadas determinavam, em grande medida, a economia local e a produção económica em qualquer zona específica do Mediterrâneo. A província romana da Lusitânia — ou a «Província Lusitania et Vettonia», de seu título completo, vigente pelo menos no século II d. C. — não foi exceção a esta regra, já que incluía uma gama de diferentes zonas ecológicas, oferecia uma variedade de diferentes possibilidades económicas durante o período do domínio romano. Em termos gerais, é possível isolar as seguintes zonas ecológicas:

- As regiões costeiras do sul e oeste da Lusitânia, isto é, o Algarve e a costa oeste de Portugal, incluindo os importantes estuários dos rios Sado e Tejo, onde a pesca, a salga e a produção de conservas de peixe eram importantes atividades económicas;
- A extensa planície do Alentejo português e, a este, as bem regadas «Vegas Altas» e «Vegas Bajas» do vale do Guadiana e Tierra de Barros (30 km a sul de Mérida) na Extremadura espanhola, onde existiam condições mais propícias para a agricultura e o cultivo de videira e oliveira;
- As regiões montanhosas de Portugal a norte do Tejo, que se estendem a norte da província de Cáceres, em Espanha, e o planalto da Meseta castelhana nas modernas províncias espanholas de Salamanca e Ávila, onde o pastoreio e a pecuária eram mais adequados ao ambiente natural do que a agricultura intensiva;
- O sector ocidental da Faixa Piritosa do sudoeste localizado no Baixo Alentejo e no Algarve, no sul de Portugal, e a comarca de La Serena e a Serra Morena na Extremadura espanhola, onde se encontram importantes jazidas de cobre, prata, chumbo e ferro;
- As bacias do rio Tejo e dos seus afluentes que se estendem para este, onde se exploraram importantes jazidas de ouro aluvial no período romano.

Para além destas, a Província inclui outras microzonas agricolamente férteis, como o território de *Olisipo* (Lisboa), a área em torno de *Capera* (Oliva de Plasencia) ou o território de *Caesarobriga* (Talavera de la Reina) na bacia média do Tejo, no extremo oriental da Província.

1. A VISÃO DA PRODUÇÃO ECONÓMICA NA ANTIGUIDADE: POLÍBIO, ESTRABÃO, PLÍNIO-O-VELHO

Embora seja difícil obter uma imagem completamente satisfatória dos recursos económicos da Lusitânia com base nas fontes literárias, vários autores greco-romanos podem proporcionar-nos uma orientação básica de como se entendia o potencial económico da Província

na Antiguidade. Políbio, em meados do século II a. C., apresenta uma imagem favorável da «riqueza natural da Lusitânia», em algum momento da sua narração das campanhas militares romanas na Lusitânia, como podemos ver num extrato citado pelo escritor grego do século II d. C., Ateneu de Naucratis, na sua obra *Deipnosophistae* («O banquete dos eruditos») (8.330c = Políbio 34.8.4-6):

Políbio de Megalópolis no livro xxxiv das suas *Histórias*, na sua análise sobre a riqueza natural da Lusitânia (uma região da Ibéria, a que os romanos chamam agora Hispânia), diz-nos que devido ao clima favorável tanto os humanos como os animais são muito produtivos e a terra nunca carece de produtos, porque as rosas, as violetas brancas, os espargos e plantas similares só cessam em flor durante três meses; quanto aos peixes marinhos são muito superiores em quantidade, excelência e beleza aos do nosso próprio mar (ou seja, o Mediterrâneo).

As referências mencionadas sugerem que Políbio devia referir-se aqui à parte sul ou costeira da Lusitânia, incluindo o Algarve, em vez da zona setentrional ou da zona interior. Na mesma passagem apresenta-nos uma interessantíssima lista de preços de uma série de produtos lusitanos:

Tab. 1 — Preços de vários produtos na Lusitânia, século II a. C. (Políbio 34.8.7-10)

PRODUTO	QUANTIDADE	PREÇO
Cevada	1 <i>medimnos</i> siciliano (c. 6 <i>modii</i> = c. 51,5 l)	1 <i>drachma</i> (6 óbolos)
Trigo	1 <i>medimnos</i> siciliano (c. 6 <i>modii</i> = c. 51,5 l)	9 óbolos (1,5 <i>drachmae</i>)
Vinho	1 <i>metretes</i> (c. 38,6 l)	1 <i>drachma</i> (6 óbolos)
Figos	1 <i>talenton</i> (c. 26 kg)	3 óbolos
Cordeiro	1	3 ou 4 óbolos
Cabrito	1 «médio»	1 óbolo
Lebre	1 «média»	1 óbolo
Porco (engordado)	1 <i>mnas</i> (c. 4,3 kg)	5 <i>drachmae</i> (30 óbolos)
Vitelo	1	5 <i>drachmae</i> (30 óbolos)
Boi de arado		10 <i>drachmae</i> (60 óbolos)
«Carne de animais selvagens»		«Pouco pensado vale a pena o preço, mas distribuía-se gratuitamente ou trocava-se por outras mercadorias»

Esta lista elucida-nos sobre o cultivo de cereais: a cevada era 50 % mais barata do que o trigo, e portanto, poderíamos supor, mais fácil de cultivar nesta parte da Lusitânia. Videiras e figos cultivavam-se evidentemente, mas a omissão de qualquer referência às azeitonas é surpreendente, tratando-se possivelmente de um descuido por parte de Políbio (ou de Ate-neu). A menção ao cordeiro, cabrito, porco e vitelo sugere que uma variedade de animais eram criados pela sua carne, lã e couro, enquanto os animais selvagens, incluindo lebres, eram caçados e, aparentemente, relativamente abundantes.

A *Geografia* de Estrabão, uma obra da época de Augusto e Tibério, depende em parte das análises anteriores da região por Políbio e Possidónio, e está muito influenciada pelas ideias etnográficas greco-romanas sobre a civilização e a barbárie. Não obstante, inclui alguns detalhes úteis sobre os recursos económicos da província da Lusitânia. O autor comenta as zonas meridionais da Província a sul do Tejo na sua análise da Turdetânia, uma região de onde se exportaram grandes quantidades de cereais, vinho e azeite de excelente qualidade, bem como cera, mel, pez, grã, um corante obtido através da trituração dos insetos designados «kermes», parasitas das azinheiras tão típicas da Extremadura espanhola e do Alentejo portugueses (3.2.6).

Estrabão elogia também a abundância e a variedade dos peixes e mariscos «ao longo de todo o mar exterior» (ou seja, a costa atlântica de Espanha e Portugal) (3.2.7) e menciona brevemente a conservação de peixe que aí teve lugar: «também não escasseia a indústria de salga de peixe, procedente tanto da zona como do resto do litoral para além das Colunas» (*scilicet* de Hércules) (3.2.6). De seguida, oferece uma longa análise — derivada de Possidónio — das riquezas minerais do interior, isto é, encontradas na Faixa Piritosa Ibérica e na Serra Morena (3.2.8-10), resumindo estes recursos em termos laudatórios (3.2.8):

Pois nem o ouro, nem a prata, nem o cobre, nem o ferro, em nenhum lugar da terra se comprovou até ao momento que se produzam em tão grande quantidade nem de tão alta qualidade.

Na secção que dedica à parte da Lusitânia a norte do Tejo (3.3.1-8), Estrabão salienta a abundância de peixes e ostras que se encontram no estuário do Tejo e comenta que a profundidade do rio facilita a navegação de barcos comerciais em cerca de 500 estádios (c. 100 km) (3.3.1). Afirma que o território a norte do Tejo era fértil e relativamente acessível devido aos rios navegáveis que fluem em paralelo ao Tejo, especialmente o *Mundas* (Mondego), o *Vacua* (Vouga) e o *Durius* (Douro) (3.3.4). No entanto, até que os romanos pacificassem a região, apesar da abundância de «ouro, prata e metais similares», a maioria da gente tinha deixado de se dedicar à agricultura devido ao banditismo endémico, causado na sua maioria pelos «montanheses» (3.3.5). Do mesmo modo, o autor tardo-republicano Varrão, no seu manual agrícola *Res Rusticae* (1.16.2), aconselhou os leitores a não investirem na terra da Lusitânia, pois apesar da sua fertilidade não era rentável devido ao banditismo na região.

Plínio-o-Velho, na sua enorme *Historia Naturalis* de 37 volumes, preparados na época flaviana e dedicados a Tito, filho do imperador Vespasiano, no ano 77, proporciona alguns fragmentos de informação sobre a vida económica da Província. Plínio ocupou o cargo de procurador na *Hispania Tarraconensis* nos anos 70 d. C.; assim alguns dos seus materiais estão baseados na sua experiência pessoal, ainda que a maioria tenha sido obtida em fontes escritas anteriores. Nas suas notícias sobre a Lusitânia assinala como digno de elogio:

— As azeitonas doces que se criam nas proximidades de *Augusta Emerita* (15.17);

- A cochinhilha (*coccum*) encontrada perto de *Emerita* (9.141; cf. Estrabão 3.2.6), que os romanos utilizaram para tingir os paludamentos dos generais (22.3);
- A cereja lusitana, que tem primazia tanto na *Gallia Belgica* como nas margens do Reno (15.103);
- As pepitas de ouro encontradas no rio Tejo (33.66) e o facto de as regiões da Lusitânia, Galiza e, sobretudo, Astúria produzirem 20 000 libras de ouro por ano (33.78);
- O «chumbo branco» (*plumbum candidum*) — ou seja, estanho (*cassiterum*) — que se produz na Lusitânia e na Galiza (34.156);
- Os blocos de cristal «de um peso extraordinário» que se extraem das montanhas de *Ammaia* (da serra de Marvão e da serra de São Mamede), informação derivada das obras do autor lusitano *Cornelius Bocchus*, que também mencionou que a pedra preciosa conhecida como «chrysoliton» (topázio) se encontrou nas mesmas regiões (37.24, 127);
- As pedras preciosas chamadas *carbunculi* (um tipo de rubi) que segundo o mesmo *Bocchus* se extraem na região de *Olisipo* «com muito trabalho por o terreno ser argiloso e estar queimado pelo sol» (37.97);
- Os excelentes têxteis tecidos com lã preta de *Salacia* (Alcácer do Sal) (8.191), um produto também mencionado por Estrabão (3.2.6).

Estes fragmentos proporcionam-nos certa orientação da gama de recursos económicos disponíveis, mas não nos permitem avaliar de que forma foram explorados sob o domínio romano. Para encarar esta questão as provas arqueológicas são muito mais frutíferas.

2. CONTRIBUTO DOS TESTEMUNHOS ARQUEOLÓGICOS

Informação mais precisa sobre os recursos naturais da Lusitânia obteve-se através da investigação arqueológica nos últimos 100 anos. Esta pode ser dividida em três aspetos essenciais: (a) a escavação cuidadosa de sítios importantes de produção económica: *villae* rústicas, minas ou indústrias para a produção de salga e molhos de peixe; (b) prospeções no campo que podem determinar se uma zona específica foi mais densamente povoada e explorada na época romana em comparação com a Idade do Ferro e (c) a análise científica de sementes, pólen e ossos de animais, o que nos permite uma visão dos tipos de cultivos crescidos e os processos de pecuária praticados na época romana. E ainda, a evidência iconográfica de cenas rurais nos mosaicos, a pintura mural ou a escultura também podem ser úteis como fontes de informação, ainda que os detalhes possam ser simplesmente genéricos e não se refiram especificamente à vida económica na Lusitânia. Essa informação arqueológica está em permanente ampliação e temos de ser conscientes de que qualquer conclusão deve ser considerada provisória, dado que a descoberta de nova documentação arqueológica obriga-nos, frequentemente, a modificar ou, inclusive, abandonar hipóteses levantadas.

3. AGRICULTURA E PECUÁRIA

Como em todo o Império romano, a grande maioria dos habitantes da Lusitânia ocupou-se da agricultura em pequena escala. O trigo, a cevada e o milho painço foram os principais cereais cultivados, juntamente com legumes, videiras e oliveiras, onde as condições o permitiram. Cada família criava também alguns animais domésticos pelo leite, lã, couro e carne e ainda pelos excrementos, utilizados para fertilizar os campos. A autossuficiência era o objetivo principal. No entanto, quando era possível, qualquer excedente de produção podia ser vendido nos mercados urbanos locais que aumentaram em número e em escala sob o domínio romano.

Apesar de ter sido a atividade económica mais comum na época romana, a agricultura deixou relativamente poucos vestígios para medirmos a sua importância e escala. É principalmente através da escavação dos centros agrícolas de grande dimensão, conhecidos como *villae*, que floresceram sobretudo nas regiões do Alentejo português, do Algarve e no vale do Guadiana, que podemos aprender algo acerca da produção agrária. A maioria destas *villae* tem as suas origens no século I d. C., mas foram transformadas em residências rurais luxuosas no século IV. Quintas de menor escala são muito mais difíceis de detetar arqueologicamente.

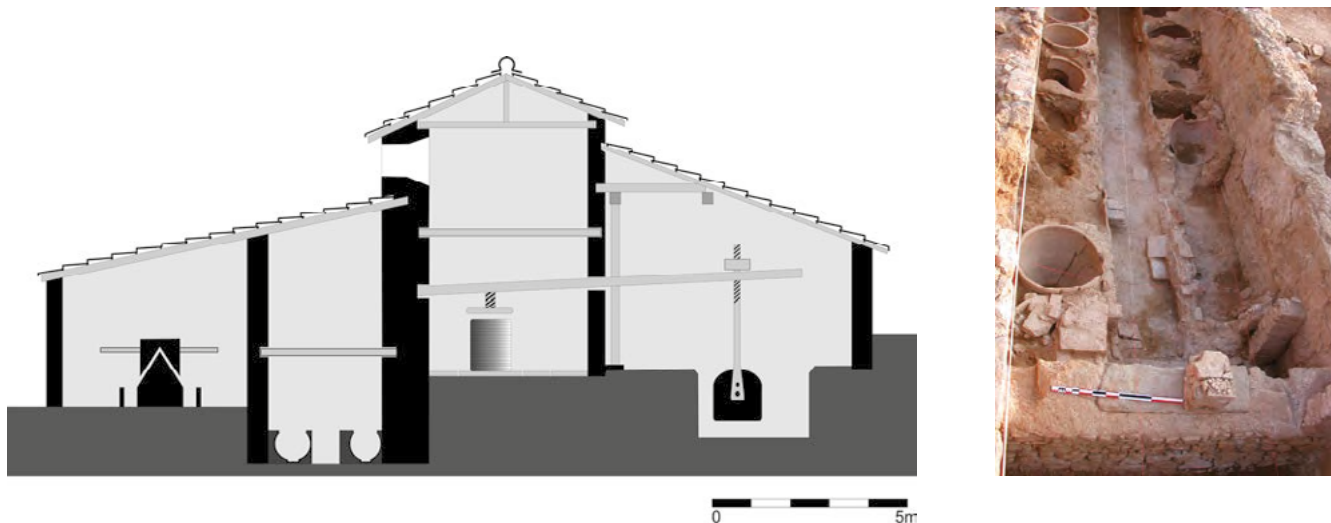
Uns silos (*horrea*) para armazenamento de cereais foram encontrados em algumas *villae* lusitanas: por exemplo, em Los Términos (Monroy, a 30 km a nordeste de Cáceres) no território da colónia de *Norba Caesarina*, em Torre de Palma (Monforte) no Alto Alentejo ou em Freiria (São Domingos de Rana) no território de *Olisipo* a 20 km a oeste de Lisboa. A partir destes exemplos podemos inferir que pelo menos alguns dos cereais cultivados nestas propriedades foram conservados para o consumo local, bem como para proporcionar sementes para a sementeira do ano seguinte.

Para além disso, a descoberta de sementes em contextos romanos dá-nos alguma orientação sobre o tipo de cultivos produzidos: por exemplo, o trigo espelta (*Triticum dicocum*), a cevada (*Hordeum vulgare*), o milho painço (*Miliaceum panicum*) em *Mirobriga* (Santiago do Cacém). Por outro lado, as sementes que se encontraram num poço em Idanha-a-Velha, a capital urbana dos *Igaeditani*, indicam que uma variedade de frutas era aí cultivada na época romana, para além da azeitona e da videira comum: ameixas (*Prunus domestica*), pêssegos (*Prunus persica*), cerejas (*Prunus avium*) e romãs (*Punica granatum*).

A melhor evidência da produção de vinho e azeite é fornecida pelas prensas que se escavaram em várias *villae* lusitanas: por exemplo, as prensas de vinho e de azeite de Torre Águila (Barbaño, Badajoz nas «Vegas Bajas» do vale do Guadiana, a 25 km a oeste de *Emerita*), de Milreu [Estoi, a 9 km a norte de *Ossonoba* (Faro) no Algarve] (fig. 1) e de Freiria; um lagar e uma adega (*cella vinaria*) em Torre de Palma; uma prensa de vinho em São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira, no território de *Pax Iulia*, a 25 km a norte de Beja).

É evidente que as condições adequadas para o cultivo da videira e da oliveira existiam em muitas zonas da Província, à exceção das terras altas inóspitas do interior, mas a produção parece ter sido dirigida para servir as necessidades locais da Província. Nem vinho

Fig. 1 — Reconstituição de uma prensa de azeite e fotografia do armazém conectado com duas filas de *dolia* encastrados no chão da *villa* romana de Milreu (Estoi, Algarve). Teichner (2008, fig. 102, lám. 43A).



nem azeite foram exportados da Lusitânia para as outras duas províncias hispânicas nem para outros locais do Império romano. Outras zonas da Península Ibérica eram muito mais importantes neste sentido: por exemplo, a *Laietania*, no extremo nordeste da Hispânia Citerior, produzia suficiente excedente de vinho para poder ser enviado para o estrangeiro em ânforas de produção local em imitação da forma do tipo Dressel 2-4; e desde o século I d. C., os produtores béticos dominaram o mercado de exportação de azeite hispânico para a cidade de Roma, para as bases militares romanas ao longo da fronteira do Reno, e para um grande número de cidades nas províncias ocidentais e orientais; as suas ânforas de distintiva forma globular (do tipo Dressel 20) conseguiram inclusivamente penetrar em alguns mercados da Lusitânia, uma região que produzia o seu próprio azeite.

Na lista polibiana dos preços lusitanos vimos que o gado era um elemento importante na economia rural no período da conquista romana, mantendo-se durante o Império romano. As ovelhas, cabras, porcos e, e em menor escala, os bovinos eram as principais espécies criadas, como as análises zooarqueológicas de restos ósseos encontrados em sítios arqueológicos da Lusitânia nos informam. A ampla presença de azinheiras (*Quercus ilex*) e sobreiros (*Quercus suber*) na Extremadura espanhola e no Alentejo português proporciona excelentes condições de pastoreio para a criação de suínos, que se podiam alimentar das bolotas que estas árvores proporcionam. Uma regulação conservada no Código Visigótico de meados do século VII confirma que os proprietários destes montados tinham direito a manter uma décima parte dos porcos que podiam forragear nas bolotas das suas árvores, e engordá-los para o mercado. Parece muito provável que esta prática já estivesse bem estabelecida na época romana. Vimos que um porco engordado aparece na lista de preços lusitanos de Políbio, enquanto Varrão menciona que uma porca volumosa foi enviada da Lusitânia ao senador romano Lúcio Volúmnio, nos últimos anos da República (RR 2.4.11).

A transumância — o movimento de longa distância dos rebanhos dos pastos de verão nas montanhas para os pastos de inverno nas planícies — foi provavelmente praticada na Lusitânia na época romana, especialmente para a criação de ovelhas e cabras. É muito provável que fosse praticada no período pré-romano e, sem dúvida, formava parte das estratégias de pecuária na Península Ibérica na época visigótica, considerando que algumas cláusulas do Código Visigótico abordam os direitos dos rebanhos transumantes a pastar em terras de propriedade privada.

Dois recursos económicos da Lusitânia foram, contudo, transportados para além das fronteiras da Província com regularidade: a salga e uma variedade de metais (ouro, prata, chumbo, cobre, estanho). Pelo que seria justificável considerá-los os produtos mais importantes da província em termos da economia global do Império romano.

4. OS RECURSOS MARINHOS

Instalações designadas *cetariae* para a salga de peixe (*salsamenta*) e produção de conservas de peixe (*garum*, *muria*, *liquamen*, *hallec*) foram descobertas ao longo do Algarve, com notáveis concentrações em Lagos e na zona de *Balsa* (Luz de Tavira), e numa série fundamental na costa ocidental de Portugal como os estuários dos rios Sado e Tejo, inclusive em algumas ilhas do litoral como a ilha do Pessegueiro, a 25 km a sul de Sines (fig. 2). No estuário do Tejo várias *cetariae* são agora conhecidas nas margens norte e sul do rio: no lado setentrional tanto no coração do município de *Olisipo* como mais a oeste, em Belém (sob a chamada «Casa do Governador» da Torre de Belém) e em Cascais; no lado sul, em Porto Brandão e Cacilhas. O estuário do Sado conheceu uma intensa produção tanto no centro urbano de Setúbal

(possivelmente a antiga *Caetobriga*) como na margem sul do rio ao longo da larga e estreita península de Troia (Grândola). O complexo industrial situado na península de Troia (fig. 3) é particularmente impressionante, com pelo menos 11 unidades de produção (*officinae*) que se estendem por cerca de 1 km ao longo das margens do Sado.

A extração de sal realizava-se por evaporação natural, mas dada a falta de estruturas permanentes associadas a essas *salinae* é impossível determinar com exatidão os locais de produção de sal na época romana. No entanto, levantou-se a sugestiva hipótese de que muitos dos sítios mais conhecidos de produção de sal, nas épocas medieval e moderna em Portugal, possam precisamente coincidir com os locais onde se encontram os restos arqueológicos das *cetariae* romanas. Todavia, ainda é necessário muito trabalho para identificar em sítios arqueológicos de todas as partes do mundo romano e em carregamentos de naufrágios romanos, os restos de ânforas lusitanas que tinham sido produzidas nos fornos dos estuários do Tejo e do Sado e no Algarve, precisamente para a exportação da salga lusitana. Até conhecermos

Fig. 2 — Mapa das *cetariae* (fábricas de salga) já conhecidas na província da Lusitânia. © C. Fabião.

Cetariae na Lusitânia Romana

- 1. Peniche (?)
- 2. Cascais
- 3. *Olisipo* (Lisboa): Torre de Belém
- 4. *Olisipo* (Lisboa): várias instalações no subsolo do centro urbano
- 5. Porto Brandão
- 6. Cacilhas
- 7. Creiro, Setúbal
- 8. Rasca, Setúbal
- 9. Comenda, Setúbal
- 10. Setúbal (*Caetobriga?*): centro urbano
- 11. Troia, Grândola
- 12. Sines
- 13. Ilha do Pessegueiro
- 14. Beliche, Vila do Bispo
- 15. Salema, Vila do Bispo
- 16. Boca do Rio, Vila do Bispo
- 17. Burgau, Vila do Bispo
- 18. Senhora da Luz, Lagos
- 19. Lagos: várias instalações no centro urbano e na Meia Praia
- 20. Vau, Alvor
- 21. Portimões, Portimão
- 22. Barralha 2, Portimão
- 23. Ferragudo, Portimão
- 24. Armação de Pêra, Silves
- 25. Cerro da Vila, Loulé
- 26. Quarteira, Loulé
- 27. Loulé Velho, Loulé
- 28. Quinta do Lago, Loulé
- 29. *Ossonoba* (Faro): várias instalações no centro urbano
- 30. Olhão, Faro
- 31. Quinta de Marim, Olhão
- 32. *Balsa* (Luz de Tavira)
- 33. Quinta do Muro, Vila Real de Santo António
- 34. Cacela, Vila Real de Santo António



melhor estas ânforas, não podemos avaliar adequadamente a escala e a importância da exportação destes produtos lusitanos.

A maioria das *cetariae* lusitanas estavam ativas em meados do século I d. C., tal como os fornos que produziam as ânforas (Dressel 14b), onde esses produtos pesqueiros eram enviados para outras partes da Lusitânia, outras províncias hispânicas e outros lugares do mundo romano. A produção poderia ter começado em algumas áreas — por exemplo, no estuário do Sado — no final do século I a. C., mas, de momento, as certezas não são suficientes para confirmar categoricamente. Não podemos utilizar a representação de atuns nas moedas locais de bronze de **Bevipo* (Alcácer do Sal), *Ossonoba* e *Balsa*, produzidas nos séculos II e I a. C., para provar que a pesca e as conservas de peixe tinham, já no período republicano, a importância que chegaram a ter na economia da Lusitânia durante a época imperial.

Se algumas das *cetariae* da Lusitânia abandonaram a sua produção no século III, uma grande percentagem manteve-se ativa nos séculos IV, V e ainda pontualmente durante o século VI d. C., quando os seus produtos foram amplamente exportados em ânforas dos tipos Almagro 50 e 51c, nomeadamente até às margens orientais do Mediterrâneo, como atestam as descobertas em vários sítios arqueológicos da *Judaea/Palaestina*.

5. METALLA: AS PEDREIRAS E MINAS DA LUSITÂNIA

De todos os recursos naturais da Província, eram sem dúvida os seus *metalla* — ou seja, as suas pedreiras de mármore e, sobretudo, as suas minas de metais preciosos —, os mais valiosos. A zona mais rica em mármore lusitano localiza-se no designado «Anticlinal de Estremoz» a sudoeste do território de *Emerita* (fig. 4). Uma variedade de tipos de mármore é aqui extraída: (1) mármore brancos e cremosos na região de Estremoz e Vila Viçosa; (2) mármore rosados

Fig. 3 — Uma *cetaria* romana de Troia, Grândola. © J. Edmondson.

Fig. 4 — Pedreira ativa de mármore (2006), Estremoz. © J. Edmondson.



e rosados com veios cinzentos na zona de Estremoz até Borba e (3) mármore cinzento-claro e cinzento-escuro na área de Rio de Moinhos e Pardais. A produção começou nestas pedreiras, aparentemente, nos primeiros anos do século I d. C. Na Herdade da Vigária (Bencatel, Vila Viçosa) existem claros vestígios de extração de mármore na época romana com marcas de picão e incisões dos *cunei* que os canteiros romanos utilizaram para extrair a pedra. Bastante significativo da exploração romana é a descoberta de um bloco paralelepípedo, lavrado e sem estar terminado, de uma estátua de um homem togado com restos de trabalho de cinzel e ponteiro. Estes mármore utilizaram-se bastante para elementos de decoração arquitetónica, esculturas e epígrafes, tanto nos municípios principais da Lusitânia — por exemplo, *Emerita*, *Ebora*, *Olisipo*, *Conimbriga* — como nas cidades da limítrofe província da Bética.

É possível que estas pedreiras possam ter integrado as propriedades de património imperial, pelo menos nos últimos anos do século II d. C., porque neste período uma ara consagrada ao deus local Endovélico no seu santuário a cerca de 10 km das pedreiras, foi oferecida por um escravo de uma senhora que tinha o mesmo nome da última filha do imperador Marco Aurélio e Faustina — *Hermes Aureliae Vibiae Sab[i]nae ser(vus)* (CIL II 133 = IRCP 497 = ILS 45 13b). Para além disso, o escravo identifica-se como um *marmorarius*; o que tanto pode designar o escultor de obras marmóreas como um mero trabalhador das pedreiras de mármore. Se o seu dono fosse realmente membro da *domus Augusta*, poder-se-ia explicar a presença de um escravo imperial, mais verosimilmente pela exploração das pedreiras por parte dos imperadores (quer dizer, a *ratio privata*).

Outras pedreiras romanas de mármore coloridos encontram-se no Alentejo português: em Trigaches (São Brissos) no território de *Pax Julia* (mármore cinzentos e cinzentos com veios) e em Viana do Alentejo no território de *Ebora* com os seus mármore de cores verdes, também com veios. Em Colaride e noutros locais da área de Sintra, a oeste do território de *Olisipo*, foram explorados, na época romana, os calcários de cores azuis e rosadas, como demonstram os achados de lajes desta pedra nobre, muito semelhante ao mármore, para a decoração de edifícios públicos e privados de *Olisipo*, *Emerita* — por exemplo, na pavimentação policroma da *orchestra* do teatro — e quiçá nas cidades béticas de *Italica* e *Iliipa*.

Sem dúvida, a Lusitânia foi uma das mais importantes províncias de todo o Império Romano na produção de metais preciosos. Apontámos (*v. supra*) o destaque que Estrabão e Plínio-o-Velho concedem aos recursos mineiros da zona, enquanto escavações e prospeções arqueológicas continuam a enriquecer o nosso conhecimento sobre os sítios exatos das explorações na época romana. Não obstante, é ainda muito difícil obter uma ideia da escala total de produção, porque muitas minas romanas foram destruídas por explorações posteriores. Contudo, podemos destacar um bom número de minas de prata e, sobretudo, de cobre que foram exploradas no Alentejo português e no Algarve, no eixo ocidental da Faixa Piritosa do Sudoeste, sendo as minas de cobre e de prata de *Vipasca* (Aljustrel, 37 km a sudoeste de Beja) as mais importantes. Ativas desde os últimos anos do século I a. C. até ao século V d. C., se bem que com menor intensidade desde o século III d. C., o volume das escórias levou recentemente à conclusão que Aljustrel seria o principal produtor de cobre da Faixa Piritosa Ibérica na época romana. As minas de São Domingos, situadas a 18 km a este de *Myrtilis* (Mértola), produziam grandes quantidades de prata, mas pertenciam à província da *Baetica*, se aceitarmos que o rio Guadiana servia de fronteira entre as duas províncias.

Para além disso, os Romanos obtiveram estanho na parte setentrional da Província, e cada vez se torna mais evidente que a frase «aurífer Tagus», tão repetida em vários textos literários de todas as épocas romanas (por exemplo, Catulo 29.19; Ovídio, *Amores*. 1.15.34; Marcial,

Epig. 8.78.5-6; Isidoro, Etym. 13.21.33), não era apenas uma expressão literária. Prospeções arqueológicas confirmaram a obtenção de ouro na época romana a partir de depósitos aluviais em numerosos sítios na bacia do Tejo e ao longo de muitos dos seus afluentes, no distrito português de Castelo Branco e na província raiana espanhola de Cáceres. Aliás, uma equipa do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC) explorou detalhadamente uma série de trabalhos mineiros de ouro a céu aberto, que se estendem por mais de 7 km na província de Salamanca junto à Peña de Francia em Las Cavenes, El Cabaco (40 km a este de Ciudad Rodrigo). O ouro também foi extraído através de poços e galerias subterrâneos, como no Rosmaninhal (distrito de Castelo Branco), em Vale de Gatos, Seixal (a sul do estuário do Tejo) e em La Nava de Ricomalillo (província de Toledo) no extremo mais oriental da Província.

Graças à descoberta de duas tábuas de bronze com regulamentos sobre a exploração das minas de *Vipasca* — a *lex metalli Vipascensis* (fig. 5) e a *lex metallis dicta* (cat. 109)— conhecemos vários detalhes importantes sobre a organização das minas e da comunidade mineira. Estas minas não pertenciam a indivíduos privados nem a nenhuma cidade da Província, mas ao Estado romano (ao *fiscus*). O *procurator metallorum*, liberto imperial, celebrou contratos de arrendamento com indivíduos ou sociedades de investidores (*societates*) para exploração das jazidas de cobre e de prata (*putei aerarii* e *argentarii*) como meio de produção de cada *puteus* pertencente ao Estado. Não é fácil entender na sua totalidade o regime jurídico das operações, e ainda permanece o debate sobre a interpretação exata de algumas das cláusulas das leis. No entanto, a partir delas podemos depreender uma imagem bastante detalhada da povoação mineira — o *vicus Vipascensis* —, onde os indivíduos podiam adquirir uma das concessões que o Estado romano oferecia para executar as operações auxiliares no distrito mineiro: por exemplo, um contrato para administrar os leilões ou para a exploração dos banhos públicos, o *fullonicum*, a sapataria ou a barbearia. Infelizmente, não conhecemos nada sobre o regime organizativo da zona aurífera da bacia do Tejo, mas cada vez se torna mais claro que deve ser considerada uma das mais importantes fontes de ouro do Estado romano em todo o Império.

Fig. 5 — *Lex metallis Vipascensis*, Aljustrel, Beja, Portugal. Museu Geológico (LNEG).



Nos últimos anos tornou-se habitual falar de uma «globalização» romana, conceito que pretende abarcar a difusão de uma cultura particular a todas as áreas que estiveram sob o domínio de Roma e integradas no seu Império — naturalmente, essa globalização não é sinónimo de homogeneização, uma vez que cada região recriou de algum modo a cultura romana. Esta «globalização» envolve e implica o reconhecimento de uma extensa e ampla rede de contactos, comunicações, intercâmbios, ligando as distintas regiões/províncias, desde o Próximo Oriente à Grã-Bretanha, da Europa Central ao Norte de África. Houve de facto importantes e ativos intercâmbios entre as diferentes províncias, para não falar das relações com mais remotas regiões totalmente alheias ao Império romano, como a China, de onde chegavam as sedas, ou o subcontinente indiano, fornecedor de exóticas especiarias ou o Báltico, fonte do âmbar.

Temos uma ideia de muitas destas relações, por notícias da literatura antiga, contudo, dificilmente poderemos encontrar a respetiva comprovação no registo arqueológico, pelo carácter perecível de muitos destes artigos. A presença de materiais romanos na Índia, como moedas ou cerâmicas, tanto finas, como contentores de transporte de alimentos (ânforas), constituem também eloquentes testemunhos destes intercâmbios. Assim, sabemos que a Roma e ao Mediterrâneo chegavam sedas e especiarias, mas não podemos saber a que cidades da Lusitânia chegavam ou se alguma vez chegaram.

Mesmo em relações de maior proximidade, no interior do Império romano, encontramos análogas dificuldades de identificação. Por exemplo, Plínio-o-Velho refere as dulcíssimas azeitonas de Mérida, as cerejas lusitanas ou as lãs de *Salacia* (atual Alcácer do Sal), como afamados artigos, certamente de grande difusão e generalizada aceitação entre as elites romanas e os leitores das suas obras, no entanto, não temos meios para rastrear a sua real presença e disseminação. Mas podemos ter uma ideia da circulação de algumas mercadorias, pela sua conservação no registo arqueológico, sobretudo alguns alimentos transportados em ânforas — bem entendido, porque se conservaram as ânforas, os mais utilizados contentores de transporte da Antiguidade, não os alimentos em si —, uma vez que conhecemos as suas formas, as características dos seus fabricos, os seus lugares de origem. Como supomos que o lugar de produção dos alimentos é o mesmo onde se fabricaram os contentores, porque era fácil fabricar cerâmicas junto dos locais onde se produziam os bens que se pretendia transportar a distância, podemos estabelecer mapas de distribuição no interior do Império romano. Também as cerâmicas finas, pela sua resistência, nos podem dar interessantes indicadores sobre intercâmbios, sobretudo porque, uma vez mais, conhecemos as suas formas, os seus fabricos e a localização dos principais centros oleiros.

Com dados desta natureza podemos compor a imagem das comunicações e intercâmbios do Império romano, sem esquecer contudo que constituem somente a pequena parte visível de um mais vasto e rico universo, nem sempre fácil de identificar.

Nas primeiras etapas da conquista romana, chegou ao ocidente peninsular um vasto leque de cerâmicas: ânforas de transporte de vinho e, em menor quantidade, de azeite, cerâmicas

finas, a chamada cerâmica campaniense, de superfícies negras acetinadas (cat. 37 e 38), a cerâmica dita de «paredes finas» (cat. 87 a 93) (copos e taças para consumo de vinho), mas também lucernas (candeias de iluminação) e alguma baixela metálica, procedentes da Península Itálica, para além da moeda. Nestes contextos, documentam-se também algumas ânforas gregas e africanas, mas em muito menor quantidade, bem como outros contentores originários das áreas meridionais da Península Ibérica, onde existia uma longa tradição de produção de alimentos e de ânforas para o seu transporte, muito anterior à chegada dos romanos. É possível que esta tradição se estendesse também desde esses tempos remotos a algumas áreas do ocidente que viriam a ser englobadas na província da Lusitânia, mas a informação disponível é ainda débil. Pelo que conhecemos dos sítios e contextos arqueológicos, podemos dizer que os artigos itálicos acompanharam os exércitos, não havendo provas de um significativo comércio anterior aos inícios do processo da conquista da Península Ibérica, pelo que os soldados romanos seriam os naturais destinatários e principais consumidores desses produtos. Contudo, as relações então estabelecidas com as elites indígenas levaram a uma disseminação dos mesmos pelos habitantes locais, devemos ter em consideração que o processo de assimilação cultural a que usualmente chamamos romanização implicou o consumo de novos produtos e a concomitante adoção da baixela adequada a estes novos hábitos adquiridos, tanto no domínio da alimentação como, por exemplo, nos modos de iluminar os ambientes domésticos.

Progressivamente assiste-se a uma transformação na Península Ibérica, com o incremento da produção de alimentos e o fabrico de ânforas para o seu transporte, sobretudo, nas regiões meridionais. As ânforas que então se fabricavam imitavam as formas itálicas, abandonando a antiga tradição. A produção de cerâmicas finas e de lucernas, uma vez mais reproduzindo os modelos itálicos, também se verifica, para além da cunhagem de moeda em inúmeros locais. Nos contextos da segunda metade do século I a. C., são já os contentores de transporte de alimentos oriundos das áreas meridionais hispânicas que dominam, sublinhando a crescente dependência do abastecimento a partir de regiões mais próximas, sendo quantitativamente menores as procedentes de Itália. Ao mesmo tempo, na própria Roma começa a crescer significativamente a presença destes artigos hispânicos, sublinhando a diversificação e complexificação dos intercâmbios. A explicação para estas transformações é fundamentalmente pragmática. No caso peninsular, a proximidade física tornava mais fácil o abastecimento, no caso da capital do Império, tratar-se-ia das típicas relações entre o centro do poder e os espaços provinciais. Tudo se explicará mais por critérios pragmáticos que pelo desenvolvimento de conceitos ou normas de racionalidade económica.

Nos primeiros tempos da existência da província da Lusitânia, em torno da mudança da Era, os artigos oriundos da Bética (atual Andaluzia) dominam o panorama dos consumos de bens alimentares de importação, embora continuem a chegar, em menores quantidades, as ânforas itálicas, agora com novas formas, mas também algumas vindas das costas da atual

Catalunha (a província Tarraconense). O panorama das cerâmicas finas é ainda dominado pelos produtos de Itália, então, novas cerâmicas de finos revestimentos vermelhos e marcas de fabricantes impressas (a chamada *terra sigillata*) (cat. 102 a 108). Mas, na primeira metade do século I da nossa Era começam a circular as ânforas de transporte de preparados de peixe das costas lusitanas e mesmo em *Augusta Emerita* (Mérida) fabricaram-se ânforas, que não sabemos para onde se exportavam, nem que artigos transportavam, seriam talvez destinadas a difundir as afamadas doces azeitonas emeritenses elogiadas por Plínio-o-Velho. Do sul da Gália começou a chegar também uma nova produção de *terra sigillata* e, no litoral, documenta-se igualmente uma cerâmica fina análoga produzida na zona de Granada.

A intensificação da produção de cerâmicas destinadas a prover as necessidades quotidianas de uma população que vivia cada vez mais ao modo romano verifica-se na segunda metade do século I, com a capital provincial a fabricar e abastecer toda a província de lucernas e de cerâmicas ditas de «paredes finas». Aumentou também a difusão das ânforas de transporte de preparados de peixe produzidos nas costas atlânticas, particularmente nas zonas dos estuários do Sado e do Tejo (cat. 110, 113 e 114), tirando partido da imensa riqueza piscícola das águas atlânticas. Significativamente, por esta época, o registo das ânforas chegadas a Mérida patenteia a prevalência destes artigos sobre esses outros procedentes das costas da Andaluzia, dir-se-ia que crescentemente se verifica a autarcia da província, com a conseqüente menor dependência de importações. De entre a diversidade dos artigos importados, para lá de tudo o que já anteriormente se registava, faz a sua aparição a *terra sigillata* fabricada na zona de La Rioja. Continua a registar-se a presença de ânforas orientais, gaulesas e africanas, mas sempre em quantidades relativamente modestas.

Estes alimentos exóticos, vinhos, azeites, preparados de peixe, devem considerar-se mais como produtos «gourmet» (como hoje diríamos) do que artigos de primeira necessidade. Sofisticados artigos que as elites consumiam ou com os quais presenteavam os seus amigos e clientela, como forma de ostentação da sua riqueza, tornada possível pelas regulares comunicações entre as províncias do Império. Para as necessidades quotidianas, cada região procurava ser autossuficiente, na sequência da intensificação e sofisticação agropecuárias, que também constituem uma eloquente expressão da romanização.

Ao longo da segunda metade do século I e no século II, intensificou-se o fabrico e exportação das ânforas lusitanas das olarias do Sado e Tejo, ao mesmo tempo que cresceu o número de oficinas destinadas a produzir preparados de origem piscícola (peixe salgado, molhos e pastas). Ao que tudo indica, a maior parte destas ânforas serviria para transportar estes apreciados alimentos, mas não é de excluir a possibilidade de outros bens alimentares terem sido envasados. As ânforas lusitanas dispersam-se por desvairadas paragens quer na Península Ibérica, desde a Galiza à Andaluzia à Grã-Bretanha ou ao Mediterrâneo. Alguns barcos naufragados identificados nas imediações do arquipélago das Baleares, nas costas gaulesas ou junto do estreito de Bonifácio (entre a Córsega e a Sardenha) documentam o trajeto dos artigos lusitanos na direção da Gália, mas sobretudo da cidade de Roma.

Sublinhe-se que a importação de alimentos procedentes da Península Ibérica em Roma esteve sempre dominada pelos artigos da Bética, no entanto, os alimentos lusitanos estiveram igualmente presentes, ainda que em menor quantidade. Nos estuários do Tejo e do Sado documentou-se também a produção de um tipo de ânforas que, pela sua morfologia, parece ter-se destinado ao transporte de vinho (cat. 111 e 112). Recentes investigações detetaram a presença destas ânforas em distintos lugares da atual Andaluzia confirmando estas paragens

como lugar de destino das exportações lusitanas que podem mesmo ter seguido para outras paragens. Interessante será verificar se efetivamente o vinho, das penínsulas de Lisboa e Setúbal, também constituiu artigo de larga difusão, embora seja necessária mais investigação para se poderem fazer juízos categóricos.

A partir do século III o panorama modificou-se. No que respeita às cerâmicas finas, dominam agora as produções do norte de África, aumentando também a quantidade de ânforas de análoga procedência, nos contextos arqueológicos lusitanos. Estas últimas parecem ter transportado artigos diversos, como o azeite (aparentemente em maior volume), o vinho e os preparados de peixe. As restantes áreas tradicionais de importação, como o sul da Hispânia e o Oriente Mediterrânico, continuam também representadas.

Os séculos IV e V são tempos de incremento da produção dos preparados de peixe lusitanos. Os estuários do Sado e do Tejo continuam muito ativos, mas agora as costas algarvias, onde se regista a presença de inúmeras oficinas de produção, contribuem também para este crescimento. Como não poderia deixar de ser, multiplicam-se igualmente as olarias onde se fabricavam as ânforas utilizadas no transporte destes artigos. Em alguns casos, parece tratar-se de verdadeiras economias de estuário, similares às sadina e tagana, com as oficinas de produção dos produtos piscícolas junto da foz dos rios e as olarias nas margens, a montante; em outros casos a atividade parece assumir distintas configurações, como no subsolo da atual cidade de Lagos ou na praia do Martinhal, em Sagres, onde oficinas e olarias partilham o mesmo espaço físico.

O incremento desta atividade produtiva e do volume das exportações percebe-se, por um lado, pelo crescente número de ânforas nos contextos arqueológicos e, por outro, por uma maior dispersão geográfica das mesmas, com os preparados de peixe lusitanos a chegarem inclusivamente ao oriente do Mediterrâneo. Nesta nova etapa, as relações com a metade oriental do Império constituem importante novidade. Nos inícios do século IV, em um édito imperial que tabela os preços de bens e serviços no Império romano, uma tentativa aparentemente mal sucedida de combater a galopante inflação, figura o custo do frete marítimo do Oriente para a Lusitânia, confirmando a regularidade dos contactos. O registo arqueológico documenta também a abundante presença de moeda saída das casas de moeda orientais ao longo dos séculos IV e V.

No século VI, quando o Império romano do Ocidente já não existia formalmente, continuam a chegar à Lusitânia as ânforas e as cerâmicas finas de produção oriental. Neste mesmo período, os artigos africanos, gauleses ou oriundos de outras regiões da Península Ibérica também continuam a chegar, em nítida demonstração da longevidade dos circuitos de comunicação e de intercâmbio, embora compreensivelmente em cada vez menor volume.

Os dados do registo arqueológico demonstram que o ocidente da Península Ibérica se integrou plenamente no Império romano, depois de um longo período de hostilidade e conflito. Os habitantes da Lusitânia não só adotaram plenamente os hábitos e costumes romanos, como também participaram ativamente no processo de construção do Império e nas suas amplas e complexas redes de comunicação e intercâmbio. Se numa primeira fase constituía território remoto, «finisterra» em frente ao grande mar Oceano, a partir do século I, depois da conquista da Britânia, transformou-se em relevante lugar de passagem para as navegações setentrionais, um verdadeiro ponto de articulação entre Mediterrâneo e Atlântico que, por esses tempos, passou também a ser um mar romano.

Esta vocação de natural lugar de encontro entre dois mundos, o mediterrâneo e o atlântico, constituiu um dos mais emblemáticos aspetos da província romana da Lusitânia.

**82. Escada de madeira
de azinho**

Mina de Algares, Aljustrel, Beja

Cronologia indeterminada

84,5 × 13 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

989.35.2

Escada de madeira de azinho, estreita e ligeiramente encurvada. Apresenta três entalhes horizontais a servir de degraus. Era utilizada nos poços de exploração do distrito mineiro de Vipasca, em Aljustrel, Beja.

CF/AIS

Bibliografia:

Domergue, 1983, p. 37, n.º 20;

Alarcão, 1997, p. 111, n.º 6.



83. Balde de bronze

Mina de Algares, Aljustrel, Beja
Cronologia indeterminada
22,1 × 33,4 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
17864

Vaso de bronze de forma troncocónica, com fundo plano e bordo em aba horizontal. Recolhido e utilizado na extração de minério na mina de Algares em Aljustrel, o antigo distrito mineiro de Viasca.

CF/AIS

Bibliografia:

Domergue, 1983, p. 38, n.º 29;
Alarcão, 1997, p. 109, n.º 1.





84. Roldana ou polia de azinho

Vipasca, Aljustrel, Beja
Cronologia indeterminada
22,4 × 5 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
997.10.7

Roldana ou polia de forma circular com paredes externas côncavas, fabricada sobre madeira de azinho. Perfuração central circular para encaixe de um eixo. Apresenta-se deformada devido ao desgaste irregular, provocado pela deslocação manual dos cabos. Destinava-se a elevar o minério extraído das galerias, através de poços de acesso. Foi encontrada nas antigas áreas de extração do distrito mineiro de Vipasca, em Aljustrel, Beja.

CF/AIS

Bibliografia:

Viana [et al.], 1954, p. 79-92;
Domergue, 1983, p. 7-38; Domergue,
1987, p. 495-502.

85. Fragmento de cabo de esparto

Vipasca, Aljustrel, Beja
Cronologia indeterminada
16,5 × 3,5 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
997.10.4

Fragmento de cabo de esparto de dois tramos. Foi encontrado nas antigas áreas de extração do distrito mineiro de Vipasca, em Aljustrel, Beja, associado a roldanas ou polias.

CF/AIS

Bibliografia:

Viana [et al.], 1954, p. 79-92;
Domergue, 1983, p. 7-38; Domergue,
1987, p. 495-502.

86. Martelo mineiro de dolerito

Aljustrel, Beja

Cronologia indeterminada

18,8 × 10,4 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

2004.408.9

Martelo mineiro fabricado em dolerito, uma rocha local do denominado «filão do Alentejo», de forma subcilíndrica, perfil subretangular, e secção ovoide. Ambas as faces se apresentam afeioadas. Ao centro é visível um sulco transversal, em ambas as faces, picotado, que serviria para facilitar o encabamento.

Foi encontrada nas antigas áreas de extração do distrito mineiro de Vipasca, em Aljustrel, Beja.

CF/AIS

Bibliografia:

Viana [et al.], 1954, p. 79-92;

Domergue, 1983, p. 7-38; Alarcão,

1997, p. 95-119.



87. a 93. Conjunto de exemplares cerâmicos de paredes finas

Mérida

Séculos I-II d. C.

Taça, Mayet XLIII, 11 × 8,5 cm; jarro, Mayet LI, 7,9 × 11,5 cm; *askos*, 8 × 10 cm; pátera, 10 × 5 cm; taça, Mayet LIII, 4 × 9 cm; prato, 3,8 × 14,2 cm; tampa, Mayet XLIX, 4,5 × 13,5 cm; Museo Nacional de Arte Romano, Mérida

CE29701, CE17248, DO2012/1/1, CE13514, CE17799, CE29383 e CE29380

Conjunto composto por um total de sete exemplares, que ordenados consoante o número de inventário seriam os seguintes: uma taça incompleta a que faltam as duas asas verticais; um jarro incompleto, a que falta um fragmento da boca reconstituído; um *askos* (cantil) completo; um fragmento de pátera correspondente ao cabo e parte da boca da mesma; uma taça incompleta; um prato completo, com lacunas mínimas no bordo reconstituídas com gesso; e finalmente um fragmento de tampa, por sua vez dividido em dois fragmentos unidos entre si e correspondente à parte do corpo, da boca e asa da mesma, completado nos seus elementos perdidos com reconstituição mimética. Formalmente, em todo o conjunto, e não considerando os motivos incisos presentes na maioria dos seus exemplares, o aspeto mais singular a nível decorativo são os temas figurativos do primeiro e do último exemplares descritos. No primeiro, a pátera, estes concentram-se num dos lados do cabo, onde se dispõem em diferentes registos, do corpo até ao extremo, uma figura masculina recostada, uma figura, de traços femininos, de pé, enquadrada por duas colunas espiraladas e

um dossel e, finalmente, no remate da asa, uma cabeça, também com traços femininos, representada frontalmente e flanqueada por outras duas cabeças de perfil, neste caso de leões. O conjunto iconográfico foi interpretado por Pérez Outeriño e Villaluenga Garmendia como sendo de teor báquico. O outro exemplar com motivos figurativos é o cantil, que se plasmam com técnica e precisão inferiores: trata-se de uma carranca de medusa, duplicada nos dois lados do bojo, inserida numa trama de faixas lisas que parece recriar as que envolviam, para permitir a sustentação, certos exemplares formal e funcionalmente afins ao aqui produzido em cerâmica, mas mais comumente elaborados em diferentes materiais, como a pele animal. A cerâmica conhecida como de «paredes finas» é, talvez depois da *terra sigillata*, a segunda produção de mesa mais genuína durante o Alto Império romano. Com a primeira partilha algumas características e, inclusivamente, casualidades académicas. Uma característica comum é a já mencionada utilização geral para o serviço de mesa, assim como, auxiliarmente, outras ocupações domésticas, como a escrita ou o ócio. Ambas denotam técnicas semelhantes, como o generalizado uso de moldes na sua confeção ou o revestimento final com um elemento que, no caso da *terra sigillata* costuma consistir num brilhante verniz avermelhado e, no caso das «paredes finas», um simples banho do qual deriva o seu aspeto, com variados e subtis tons alaranjados, entre mates e acetinados. No contexto académico, desde o século XIX pensava-se que ambas produções consistiam numa cerâmica de luxo, por oposição à conhecida como comum. Noção que se foi desmentin-

do cada vez mais, sendo valorizadas mais como o elegante resultado dos avanços técnicos da olaria antiga no que concerne à industrialização do seu trabalho, tendo precisamente como resultado um objeto barato e simultaneamente atrativo. Outra falha que, neste caso, quase se pode considerar imutável, é a que se refere à forma de denominar cada uma das produções. É que, tanto a *terra sigillata* como a cerâmica de «paredes finas» partilham a desacertada e confusa designação em relação ao total dos objetos referidos: o primeiro nome refere-se aos selos de oleiro estampados nas bases de muitas, mas não da maioria, das peças em *sigillata*; enquanto o segundo refere-se à espessura das paredes de certos recipientes que, como no caso da *sigillata*, não se verificou como algo a generalizar nas peças mas sobretudo definidas pela sua pasta, verniz ou, inclusivamente, decoração mais do que pela espessura. Mas contra a inércia da linguagem já pouco se pode fazer. Por último, destacamos, no contexto particular da Lusitânia o importante fenómeno que parece ter-se desenvolvido na cidade de Mérida relativamente à produção de «paredes finas», uma hábil especialização que contrasta com a provável e exclusiva importação da *sigillata*, quer das outras duas províncias hispânicas quer do resto do Império. Para isso tentámos chamar a atenção, com a seleção do pequeno copo incluído neste conjunto, procedente de uma lixeira próxima do rio Guadiana e com claras falhas de cozedura.

RSG

Bibliografia:

Mayet, 1975; Pérez Outeriño, 1993; Rodríguez Martín, 1996; Martín Hernández, 2008; Ayerbe, 2012.



94. a 98. A indústria do vidro na Lusitânia

94. Jarro

Barriada de San Agustín, Mérida
Isings 54, século I d. C.
20 × 14,8 cm. Diâm. base: 6,8 cm
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
DO2013/4/93

95. Jarro

Av. Lusitania, Mérida
Isings 55, século I d. C.
16,5 × 7,8 cm. Diâm. boca: 2,95 cm
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
DO2012/3/79

96. Copo

Calle Tomás Romero de Castilla,
Mérida
Isings 86, final do século I-II d. C.-
IV d. C.
24,3 × 8,73 cm. Diâm. base: 8 cm
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
DO2012/3/89

97. Vaso

Terreno da antiga Campsa, Mérida
Isings 34, séculos I-II d. C.
26 × 9 cm
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
DO2013/5/8

98. Rython

Mérida
Isings 73b, segunda metade
do século I d. C.-primeira metade
do século II d. C.
14,5 × 5,8 cm
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
DO2012/3/95

Estes recipientes de vidro são uma expressiva amostra deste ramo artesanal na província romana da Lusitânia durante os séculos I-II d. C. Uma realidade configurada pela soma das produções saídas das oficinas autóctones, destinadas principalmente ao abastecimento local, e os artigos procedentes do comércio de longa distância, sobretudo os de origem nos centros vidrei-

ros norte-italicos, como o copo de pé alto decorado com fios serpentiformes e motivos vegetalistas em relevo. São peças destinadas maioritariamente ao serviço de mesa e que recordam objetos de metais preciosos, com os quais chegam a conviver e acabam por substituir.

A simplicidade e a pureza das linhas são as suas notas distintivas, tal como nos objetos fabricados nas oficinas irmãs da vizinha Bética e que, em mais de um caso, obedecem à adaptação de peças mais complexas manufaturadas noutras províncias do Império.

PCC

Bibliografia:

Caldera, 1990a; Bejarano, 2002;
Corbacho, 2003, p. 561-571;
Márquez, 2006; Caldera, 2012,
n.º 47.





99. Travessa de vidro

Troia, Grândola, Setúbal
Séculos II-III d. C.

34,5 × 2,5 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

983.458.5

Travessa de vidro com duas pegas,
do tipo Isings 97 C. Forma oval pouco
profunda e fundo com pé também

oval. Nos topos apresenta duas pegas
recortadas e com orifício hexagonal,
destinado provavelmente a receber um
adorno, sendo uma delas parcialmente
reconstituída. Trata-se de uma imita-
ção em vidro das travessas em metal,
elaboradas a partir de molde.

CF/AIS

Bibliografia:

Alarcão, 1981, p. 105-110.



100. Taça canelada de vidro

Mértola, Beja

Séculos I a. C.-I d. C.

6,4 × 10,5 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

16050

Taça de vidro, do tipo Isings 17, vidro ligeiramente verde-sombrio com raras bolhas de ar e manchas ferruginosas. Apresenta bojo ornamentado com caneluras verticais e paralelas, decoradas com um fio de vidro branco enrolado à volta. Um outro fio foi aplicado no fundo. Bordo de arestas.

CF/AIS

Bibliografia:

Alarcão, 1971, p. 195.

101. Garrafa ou balão de vidro

Campo da Trindade, Faro

Séculos III-IV d. C.

14,8 × 9,3 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

14127

Garrafa de vidro, do tipo Isings 104, de cor verde com numerosas bolhas de ar, algumas impurezas negras e ligeiras estrias da soflagem. O bojo apresenta decoração executada à roda por abrasão, composta por três medalhões circulares separados por elementos estilizados. Os medalhões têm representações de animais: urso, touro e javali.

CF/AIS

Bibliografia:

Alarcão, 1970, p. 28-34.





102. a 108. Conjunto de exemplares cerâmicos em terra sigillata

Mérida

Séculos I-II d. C.

Jarra de TSH, Hispânica 1, 8,2 × 9,5 cm;

copo de TSH, Hispânica 2, 8 × 8,7 cm;

tigela de TSH, Drag. 27, 7 × 13 cm;

Pyxis TSC-A, 7,7 × 6,5 cm; prato de

TSI, Drag. 18, 3,3 × 17 cm; prato

de TSM, Drag. 18, 3,8 × 16 cm; taça

de TSM, Drag. 24-25, 3,5 × 7,5 cm

Museo Nacional de Arte Romano,

Mérida

CE36088, DO2012/3/4, DO2013/7/58,

DO2012/1/2, CE33998, CE10574,

e CE26635

A *terra sigillata*, como já comentámos quando abordámos as «paredes finas» na entrada anterior, consiste na produção oleira de mesa mais característica do Império romano. A sua antecessora direta era a conhecida como cerâmica campaniense, herdeira da cerâmica grega que se caracterizava por apresentar um verniz preto brilhante, quase com reflexos metálicos. Por volta da época de Augusto, os gostos alteram-se e o verniz negro dá

lugar a outro avermelhado. Mas aplicado, como anteriormente, em peças fabricadas com molde nas que ocasionalmente se destacavam desenhos em alto-relevo claramente vinculados ao repuxado das louças de metais nobres. O primeiro lugar onde assistimos ao nascimento do fenómeno da *sigillata*, assim chamada por ser relativamente frequente apresentar a marca dos selos dos oleiros produtores, é Itália. Mas o fenómeno rapidamente se propaga, e às finas produções itálicas (*tsi*) seguem-se as sudgálicas (*tss*), que dissimulam a sua mais tosca fabricação com uma camada de verniz mais grossa e um preço mais barato. Um tipo especial deste centro produtor é o conhecido como *Terra Sigillata Marmorata* (*tsm*), que ao combinar amarelo claro com suaves pinceladas vermelhas, tentava imitar os veios do mármore *giallo antico*. Outras produções provinciais desenvolveram-se na Península Ibérica (a *Terra Sigillata Hispanica* ou *tsh*) e em África (a *Terra Sigillata Africana* ou *tsa*). No âmbito peninsular, os oleiros concentram-se à volta de La Rioja (na província *Tarraconense*) e em Andújar (na província *Baetica*). Contrariamen-

te à de «paredes finas», de momento não contamos com um claro testemunho que certifique a produção de *terra sigillata* no território da *Lusitania*. A cronologia da *sigillata* na *Hispania*, também diferente da de «paredes finas», é um pouco mais ampla, começando no final do século I a. C. e, nas suas variantes tardias, conhecem-se peças cujo horizonte chega, no mínimo, até aos séculos IV-V d. C., e inclusive, no caso da africana, começa-se a suspeitar que quase até ao alvore do século VIII d. C.

Na seleção de exemplares que realizámos, focada em exemplares localizados dentro do espaço emeritense, tentámos de certo modo equilibrar as diferentes produções com a representação quantitativa que costumam ter na urbe, de modo que encontraríamos, face à escassez de itálicas e africanas, uma maior abundância de peças sudgálicas e, sobretudo, hispânicas.

RSG

Bibliografia:

Vázquez, 1985; Jerez, 2005;

Fernández García, 2008; Márquez,

2012a; Bustamante, 2013.



109. Tábua de Vipasca II

Aljustrel, Beja

117-138 d. C.

76,5 × 55 × 1,2 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

989.35.1

Placa de bronze com inscrição jurídica em latim denominada *Lex metallis dicta*. O texto é composto por 46 linhas gravadas em caracteres latinos, representando um trecho de um código de minas que abrangia pelo menos três placas. A placa apresenta cinco furos para fixação e encontra-se parcialmente dobrada. O texto está redigido formalmente sob a forma de carta endereçada a Úpio Eliano, o procurador do distrito mineiro de Vipasca.

Leitura:

[...] VLPIO AELIANO SVO SALVTEM

(1) [Qui puteum aerarium occupaverit, priusquam venam coxerit, pretium partis dimidia ad fiscum pertinentis secundum legem imp(eratoris) Hadriani] / Aug(usti) praesens numerato. Qui ita non fecerit et convictus [sic] erit prius coxisse venam quam pretium sicut <su>/supra scriptum est solvisse, pars occupatoris commissa esto et puteum universum proc(urator) metallorum / vendito. Is, qui probaverit ante colonum venam coxisse quam partis dimidia ad fiscum pertinen /

tis numerasse, partem quartam accipito.

(2) Putei argentarii ex forma exerceri debent, quae / hac lege continetur; quorum pretia secundum liberalitatem sacratissimi Imp(eratoris) Hadriani Aug(usti) obser/vabuntur, ita ut ad eum pertineat proprietas partis quae ad fiscum pertinebit, qui primus pretium puteo fecerit / et sestertia quattuor milia nummum fisco intulerit.

(3) Qui ex numero puteorum quinque unum / ad venam perduxerit, in ceteris sicut supra scribturn est opus sine intermissione facito. Ni ita fecerit, alii / occupandi potestas esto.

(4) Qui post dies xxv (quinque et viginti) praeparationi impensarum datis opus quidem / statim facere coeperit, diebus autem continuis decem postea in opere cessaverit, alii occupandi / [i]us esto.

(5) Puteum a fisco venditum continuis sex mensibus intermissum alii occupandi ius / [es]to, ita ut, cum venae ex eo proferentur, ex more pars dimidia fisco salva sit. /

(6) [Occupat]ori puteorum socios quos volet habere liceto, ita ut pro ea parte qua quis socius erit impensas

/ conferat. Qui ita non fecerit, rationem impensarum factarum a se / continuo triduo in foro frequentissimo loco propositam habeto et per praeconem denunciato / sociis, ut pro sua quisque portione impensas conferat. Qui ita non contulerit quive quid dolo malo fecerit quominus conferat quove quem quove ex sociis fallat, is eius putei partem ne / habeto eaque pars socii sociorumve qui impensas fecerint esto. /

(7) [Ve]l ii coloni qui impensam fecerint in eo puteo, in quo plures socii fuerint, repetendi a sociis quod / bona fide erogatum esse apparuerit ius esto.

(8) Colonis inter se eas quoque partes puteorum quas / a fisco emerint et pretium solverint vendere quanti quis potuerit liceto. Qui vendere suam partem / quive emere volet, apud proc(uratorem) qui metallis praeerit professionem dato. Aliter emere aut vendere ne / liceto. Ei qui debitor fisci erit donare partem silam ne liceto.

(9) Venas quae ad puteos prolatae / iacebunt ab ortu solis in occasum ii quorum erunt in officinas vehere debent. Qui post occa / sum solis vel noctu venas a puteis sustulisse coniuctus erit. Hs (sestertios) mille nummos fisco inferre debeto. /

(10) [Ve]nae furem, si servos [sic] erit, procurator flagellis caedito et ea condicione vendito, ut in perpetuis / vinculis sit neve in ullis metallis territorisve metallorum moretur; pretium servi ad dominum / pertineto.

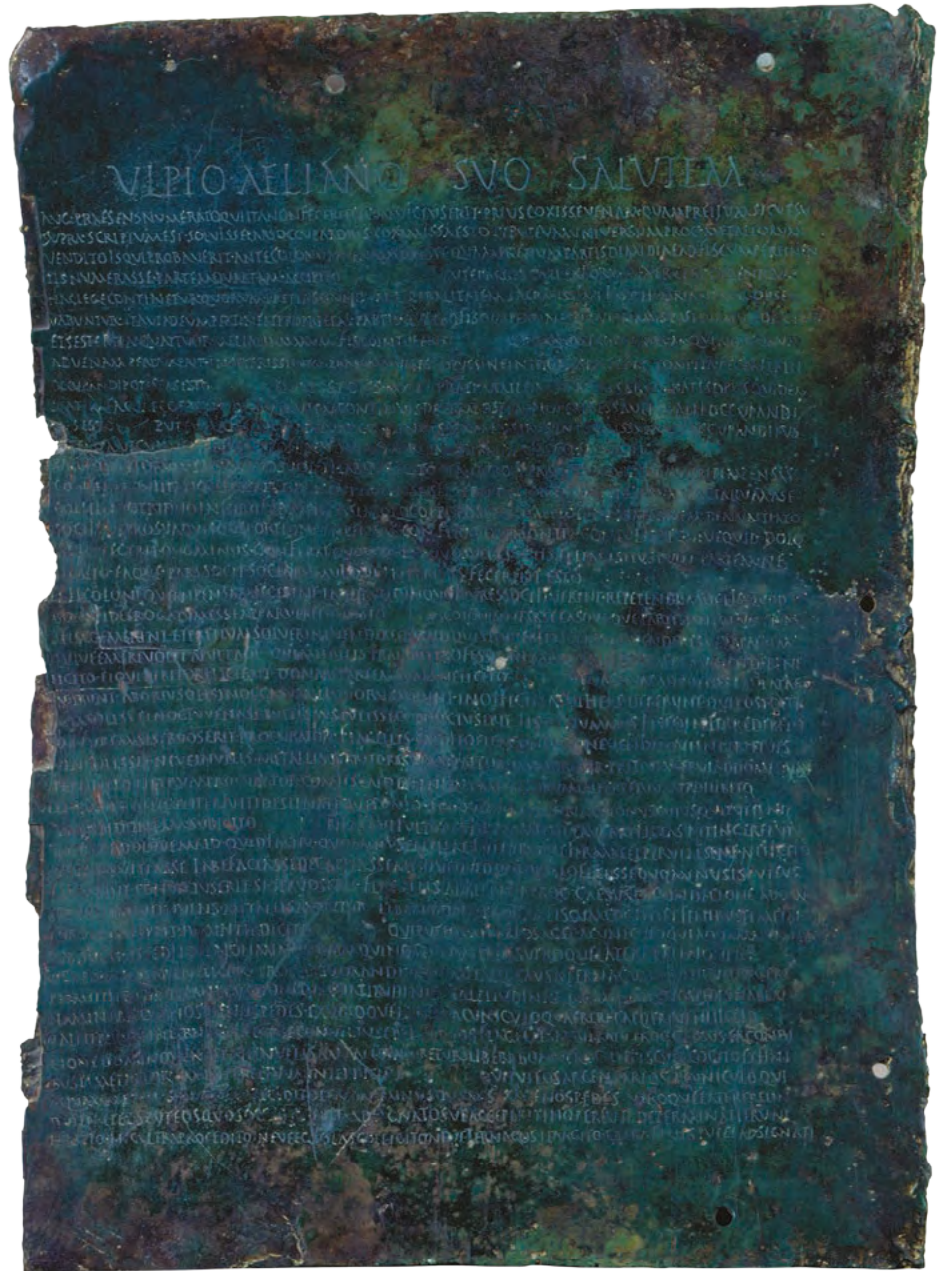
Liberum procurator confiscato [sic] et finibus rmetallorum in perpetuum prohibeto./

(11) [P]utei omnes diligenter fulti destinatique sunt, proque putri materia colonus cuiusque putei no / vam et idoneam subicito.

(12) Pilas aut fulturas firmamenti causa relictas attingere aut / violare dolve malo quid facere, quominus eae pilae fulturaeve perviae sint, ne liceto. /

(13) [Q]ui puteum vitiasse, labefactasse, decapitasse aliutque quid dolo malo fecisse, quominus puteus i / firmus sit, convictus erit, si servos [sic] erit, flagellis arbitrato proc(uratoris) caesus, ea condicione a domi / no veneat, ne in ullis metallis moretur; liberi bona proc(urator) in fiscum cogito et finibus ei metal / lorum in perpetuum interdicito.

(14) Qui puteus aerarios aget a cuniculo qui aquam metallis / subducet, recedito et non minus quam denos pedes utroque latere relinquito. /



(15) [Cu]niculum violare ne liceto. Proc(urator), explorandi novi metalli causa, ternagum a cuniculo agere / permittito, ita ut ternagus non plures latitudinis et altitudinis quam quaternos pedes habeat. /

(16) [V]enam intra quinos denos pedes ex utroque latere a cuniculo quaerere caedere ne liceto. /

(17) [Q]ui aliter quit in ternagis fecisse convictus erit, servos [sic], flagellis arbitrato proc(uratoris) caesus, ea condi/cione [a] domino veniet, ne in ullis metallis moretur; liberi bona proc(urator) in fiscum cogito et fini/bus ei metallorum in perpetuum interdictio.

(18) Qui puteos argentarios [aget] a cuniculo qui / aquam metallis subducet, recedito et non minus quam sexagenos pedes utroque latere relin / quito et eos puteos, quos occupaverit adsignatosve accepit, in opere, uti determinati erunt, / habeto nec ultra procedito neve ecobolas colligito neve ternagos ita agito extra fines putei adsignati [occupative, ut cuniculus violetur].

Tradução:

...saúda o seu caro (...) Úlpio Eliano.

§ 1 [Todo aquele que tiver ocupado uma mina de cobre] deve [antes da fundição do minério] pagar em dinheiro segundo a lei do imperador Adriano Augusto [o valor de 50 %, que era propriedade do fisco]. Quem

assim não proceder, uma vez provado que fundiu minério sem previamente ter liquidado tal quantia nos moldes acima estabelecidos, verá confiscada a parte que lhe cabia na qualidade de ocupador e o procurador das minas venderá todo o poço. Aquele que provar que um colono fundiu minério sem previamente ter pago o valor de 50 % pertencente ao fisco receberá a quarta parte.

§ 2 A exploração das minas de prata deve obedecer às normas constantes desta lei. O preço de concessão de cada mina será fixado segundo a liberalidade do sacratíssimo imperador Adriano Augusto, de sorte que o usufruto da parte que caberia ao fisco fique sendo pertença do primeiro que tenha oferecido um preço pelo poço e haja pago ao fisco, em moeda, quatro mil sestércios.

§ 3 Aquele que, tendo ocupado cinco poços, haja, num deles, atingido o filão, é obrigado a iniciar os trabalhos em cada um dos outros, sem interrupção, nos moldes atrás mencionados. Caso assim não proceda, qualquer colono poderá ocupar (os poços inativos).

§ 4 Aquele que, passados os vinte e cinco dias concedidos para a preparação de apetrechos, iniciar de facto imediatamente os trabalhos, mas os interromper depois durante dez dias consecutivos, perderá, a favor de outrem, o direito de ocupação.

§ 5 Um poço vendido pelo fisco qualquer colono terá o direito de o ocupar,

desde que esteja em inatividade durante seis meses consecutivos. O ocupador, ao extrair o minério, é obrigado, como manda o uso, a reservar para o fisco 50 %.

§ 6 Será permitido ao ocupador dum poço ter quantos sócios quiser, desde que cada sócio suporte os encargos que proporcionalmente lhe cabem dentro da sociedade. Se algum deles assim não proceder, então aquele que suportar os encargos fará afixar no local mais concorrido da praça pública, e durante três dias consecutivos, a relação das despesas que fez, e, por meio de pregão, intimará os outros sócios a que paguem a parcela que a cada um compete. Todo aquele que não pagar ou que dolosamente faça por não pagar ou queira enganar algum ou alguns dos sócios, não terá sociedade na mina, e a respetiva quota reverterá a favor do sócio ou dos sócios que tiverem suportado as despesas.

§ 7 Se porventura houver colonos que tenham suportado encargos numa mina na qual vierem a ser admitidos outros sócios, terão os primeiros o direito de exigir dos segundos a importância que, em consciência, calcularem ter despendido.

§ 8 Será permitido aos colonos vender entre si, por quanto cada um puder, os seus direitos na sociedade que tenham comprado ao fisco e cujo preço já hajam liquidado. Todo aquele que quiser vender a sua quota ou comprar deve declará-lo junto do procurador

que superintender nas minas. Não é legal comprar ou vender senão nestes termos. Quem for devedor do fisco não terá o direito de doar a sua quota.

§ 9 No respeitante ao minério que estiver amontoado junto dos poços, os respetivos proprietários deverão transportá-lo para os fornos desde o nascer ao pôr-do-sol. Aquele que, depois do pôr-do-sol ou de noite, retirar minério de junto dos poços deverá, depois de provado o crime, pagar ao fisco mil sestércios.

§ 10 No que se refere ao ladrão de minério, se for escravo, o procurador mandá-lo-á chicotear e vendê-lo-á sob condição de ficar a ferros por toda a vida e de nunca mais residir junto de quaisquer minas ou em territórios sob jurisdição das mesmas. O dinheiro apurado na venda do escravo reverterá para o seu senhor. Se for de condição livre, o procurador confiscar-lhe-á os bens e desterrá-lo-á, a título perpétuo, para fora de distritos mineiros.

§ 11 Todos os poços devem estar diligentemente escorados e com o madeiramento bem firme. O colono de cada poço é obrigado a substituir a madeira podre por outra nova e apta.

§ 12 No respeitante às colunas ou estacas de madeira deixadas para evitar desabamentos, não é permitido derrubá-las ou danificá-las nem dolosamente proceder de forma que tais colunas ou estacas fiquem obstruídas.

§ 13 Se se provar que alguém danificou um poço, o fez ruir ou lhe destruiu o madeiramento de boca, ou que dolosamente procedeu de forma que o poço perdesse firmeza, sendo escravo, será chicoteado ao arbítrio do procurador, e o seu senhor vendê-lo-á sob condição de nunca mais residir em quaisquer territórios mineiros. Se for de condição livre, o procurador apoderar-se-á dos seus bens, que reverterão para o fisco, e desterrá-lo-á para sempre de territórios mineiros.

§ 14 Aquele que abrir minas de cobre a partir do canal subterrâneo destinado a escoar a água das minas, prosseguirá a prospeção de forma a afastar-se e a deixar de cada lado um espaço inexplorado de, pelo menos, quinze pés.

§ 15 É proibido danificar o canal de escoamento de águas. O procurador permitirá que um concessionário, a fim de explorar a nova mina, abra uma galeria de ligação que comunique com o dito canal, mas de modo que tal galeria não tenha de largura e de altura mais de quatro pés.

§ 16 Não é permitido procurar um filão ou prosseguir as escavações a menos de quinze pés dum e doutro lado do canal de escoamento das águas.

§ 17 Aquele que proceder contrariamente ao disposto na lei no que respeita às galerias de ligação, uma vez provado o delito, se for escravo será chicoteado ao arbítrio do procurador e

vendido pelo seu senhor sob condição de nunca mais residir em quaisquer territórios mineiros. Se for de condição livre, o procurador apoderar-se-á dos seus bens em favor do fisco e desterrá-lo-á para sempre dos territórios mineiros.

§ 18 Aquele que abrir poços de prata a partir do canal subterrâneo destinado ao escoamento de águas das minas, prosseguirá a prospeção de forma a afastar-se e a deixar de cada lado um espaço inexplorado de, pelo menos, sessenta pés; manterá as escavações nos limites legais de cada poço que tenha ocupado ou adquirido por compra; não excederá tais limites nem explorará as zonas mineralizadas que ultrapassem a sua concessão (ou, doutra forma, não recolherá resíduos além desses limites) nem abrirá galerias de reconhecimento que ultrapassem os referidos limites legais do poço atribuído ou ocupado, para que o canal de escoamento não seja violado.

CF/AIS

Bibliografia:

IRCP, n.º 143; HEPOL 19992.



110. Ânfora Dressel 14

Troia, Grândola, Setúbal

Séculos I-II d. C.

98,5 × 32 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

983.3.3361

Ânfora do tipo Dressel 14. O bordo é largo com perfil triangular estrangulando ligeiramente até à zona de arranque das asas. Ambas são projetadas de forma vertical, com sulco longitudinal e assentam sensivelmente na zona do ombro da ânfora. A zona central do corpo é cilíndrica. O fundo termina em bico, cónico.

Estas ânforas, fabricadas nos estuários do Tejo e do Sado transportaram os preparados de peixe produzidos na Lusitânia.

CF

Bibliografia:

Diogo, 1987; Fabião, 2008; Raposo; Viegas, <http://amphorae.icac.cat/tipol/view/13>, janeiro, 26, 2015.



**111. Ânfora Lusitana 3
(módulo menor)**

Troia, Grândola, Setúbal

Séculos II-III d. C.

45,5 × 26 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

997.4.2

Ânfora do tipo Lusitana 3. Caracteriza-se pelo seu corpo ovoide ou piriforme com pé em anel. O bordo é em fita, abaixo do qual partem duas asas curtas e estreitas que assentam um pouco acima do ombro.

Este tipo inspira-se numa produção gaulesa (Gauloise 4) e foi produzida nas olarias do Baixo Sado e Tejo, presumivelmente para transportar vinho.

CF

Bibliografia:

Diogo, 1987, p. 187; Fabião, 2008, p. 169-198; Quaresma; Raposo, <http://amphorae.icac.cat/tipol/view/22>, janeiro, 26, 2015.



**112. Ânfora Lusitana 3
(módulo maior)**

Troia, Grândola, Setúbal
Séculos II-III d. C.
51,5 × 29,5 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
997.4.4

Ânfora do tipo Lusitana 3. Caracteriza-se pelo seu corpo ovoide ou piriforme com pé em anel. O bordo é em fita, abaixo do qual partem duas asas curtas e estreitas que assentam um pouco acima do ombro. Corresponde a um módulo maior, de entre outras ânforas análogas de menor dimensão (módulo menor).

Este tipo inspira-se numa produção gaulesa (Gauloise 4) e foi produzida nas olarias do Baixo Sado e Tejo, presumivelmente para transportar vinho.

CF

Bibliografia: Diogo, 1987, p. 187; Fabião, 2008, p. 169-198; Quaresma; Raposo, <http://amphorae.icac.cat/tipol/view/22>, janeiro, 26, 2015.



**113. Ânfora Cardoso 91/
Keay 78 / Sado 1**

Troia, Grândola, Setúbal
Séculos III-V d. C.
87 × 34 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
2014.2.1

Ânfora reutilizada para inumação de uma criança, como sucede em outras sepulturas de Troia.

Esta ânfora de grandes dimensões produzida na província da Lusitânia, sobretudo no vale do Sado, é caracterizada pelo seu corpo cilíndrico, largo, e que estreita abruptamente junto de um colo curto e estrangulado. O bordo apresenta perfil almendrado, de onde partem as pequenas asas. O fundo é curto e cilíndrico com a extremidade em botão.

Foi utilizada para transportar preparados de peixe do vale do Sado, a partir do século III.

CF

Bibliografia:
Cardoso, 1978; Fabião, 2008; Keay, 1984; Mayet; Schmitt; Silva, 1996; Pinto; Almeida, <http://amphorae.icac.cat/tipol/view/33>, janeiro, 26, 2015.



114. Ânfora Almagro 51C

Troia, Grândola, Setúbal
Séculos IV-V d. C.
75 × 34 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
2006.470.1

Ânfora do tipo Almagro 51C. O bordo é estreito e apresenta um sulco abaixo do lábio. As asas são curtas e pouco espessas partindo imediatamente abaixo do bocal, assentando entre a zona do gargalo e do ombro da ânfora, apresentam dois sulcos longitudinais pouco profundos. O corpo é genericamente oval, alongando em direção ao fundo que neste caso não se conserva. Estas ânforas transportaram os preparados de peixe da Lusitânia ao longo dos séculos IV e V, podendo mesmo ter-se prolongado a sua produção para o século VI.

CF

Bibliografia:
Diogo, 1987, p. 187; Fabião, 2008; Viegas; Raposo; Pinto, <http://amphorae.icac.cat/tipol/view/75>, janeiro, 26, 2015.

115. Cepo de âncora em chumbo

Praia dos Três Irmãos, Alvor, Faro

Cronologia indeterminada

Comp. 67 cm; peso 18 kg

Centro Nacional de Arqueologia

Náutica e Subaquática, Lisboa

CNANS 4584

Elemento superior (cepo) de âncora em chumbo, do tipo Kapitan 3c, identificado com frequência nas costas portuguesas. No alinhamento dos braços, possui no eixo central, uma lingueta de fixação à haste central em madeira da âncora.

A presença de cepos de âncoras romanas nos fundos marinhos poderá corresponder a material perdido ou a barcos naufragados, constitui um dos mais claros sinais da intensa navegação que se verificava nas costas da Lusitânia.

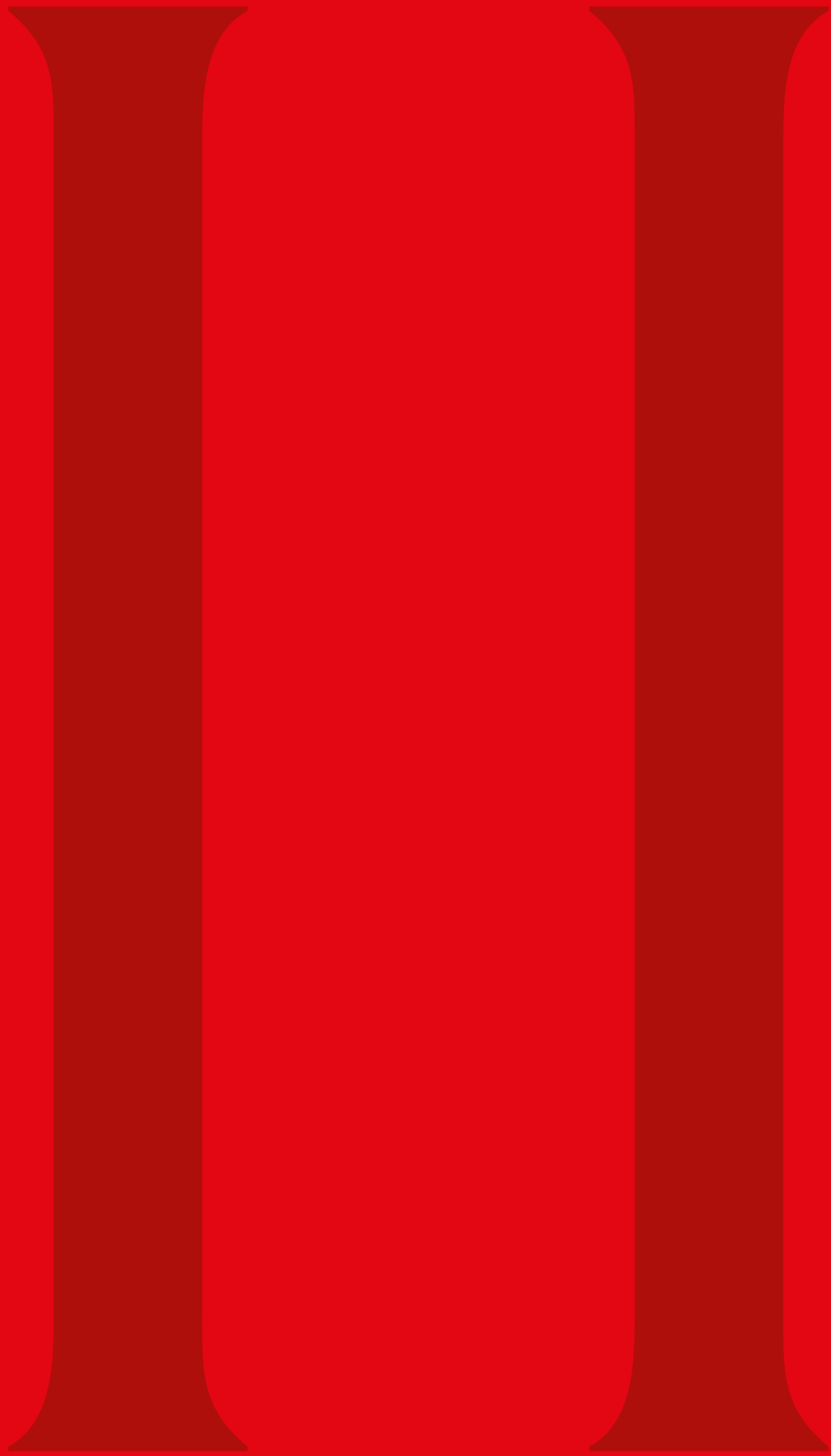
Este exemplar resultou de um achado fortuito em 1977.

AS

Bibliografia:

Alves [et. al.], 1988-1989; Kapitan, 1984.





A VIDA RURAL

1. INTRODUÇÃO

A ocupação da Hispânia por Roma estabeleceu, entre outras, as bases da organização do mundo rural. Estruturação que seguiu, dependendo da província, um ritmo variado atendendo aos distintos modelos de povoamento, que de certo modo reconhecemos — com as diferenças que sempre salientam os investigadores — no essencial das formas rurais que chegaram praticamente até aos nossos dias.

No mundo rural da época romana não existia unicamente o povoamento em *villae*, existiam mais modelos, mas dado o pouco espaço com que contamos, vamos centrar-nos neste arquétipo representativo, e nos mais claros testemunhos da ocupação que existia nos *agrii* localizados no perímetro exterior da urbe. Deste modo, apresentaremos sumariamente outros tipos de povoamento também existentes no mundo rural.

As quintas que os Romanos instalavam fora das cidades, no campo, podiam ter vários nomes consoante a sua funcionalidade. Assim, ao longo dos caminhos encontramos pontos onde se podia parar para mudar os cavalos ou pernoitar (*mutatio* ou *mansio*). Um pouco mais afastadas havia o que denominamos unidades rurais secundárias, casas (*aedificia*) onde vivia relativamente isolada uma família, sem grandes recursos, dispondo de alfaias agrícolas, ferramentas e animais. E, a *villa*, que é um complexo habitacional, com vários edifícios, de diferentes dimensões e distintos programas arquitetónicos e decorativos, sumptuosos ou não, que explora uma área agrícola mais ou menos ampla. Tudo isso em função da época, dos interesses do seu proprietário e, fundamentalmente, do seu poder económico. A *villa* pertence a um indivíduo (*dominus*) que aí vive, permanente ou temporariamente, com a sua família, para além de outras pessoas de diferente estrato social que, por sua vez, têm a sua família, e que mantêm algum tipo de laços de dependência com o *dominus* ou *pater familias*. Além disso, nas suas edificações este complexo arquitetónico conta com: termas, celeiros, moinhos, adegas, estábulos, etc. Embora seja difícil encontrar um padrão de povoamento que se repita à escala do território hispânico, é de assinalar que na distribuição do espaço construído, onde há muitas variáveis, as partes que compõem a dita estrutura repetem-se. A *villa* é para os romanos um modelo funcional que conhecem muito bem e é, aliás, a forma preferencial de organização do espaço agrário. Como se observa em diversos autores clássicos, que referem alguns exemplos de habitações de grandes dimensões e monumentalidade, a *villa* é uma espécie de «cidade no campo».

Fora das cidades existiam diferentes aglomerações de tipo urbano que se denominam de diversas formas. Assim, um *vicus* correspondia à imagem que temos de uma pequena aldeia. Mas, se esta se encontrasse no cume de um monte, com boas condições naturais de defesa, poderia denominar-se *castellum*. Fortificação militar tipo *castra*. Torna-se complicado atribuir à primeira vista um nome concreto aos diferentes modelos de ocupação rural, salvo que apareça explicitamente escrito nas fontes, pelo que é necessário ter em conta uma série de fatores que de alguma maneira podem identificar esses modelos. Assim, devemos centrar-

-nos numa série de parâmetros que podem mais ou menos defini-lo, como seja a função que exercem, a origem, a dimensão e a posição que ocupa essa aglomeração na paisagem.

Retomando o conceito de *villa*, poderíamos dizer que, de forma generalizada, se trata de um modelo arquitetónico implantado no campo, já que, como sabemos, havia também *villae* nas cidades (*villae urbanae*). Nestes complexos rurais combinava-se o *otium* (ócio) do proprietário e da sua família com a atividade produtiva, essencialmente agropecuária, além de outras atividades necessárias para a autossuficiência da herdade e a atividade comercial que a *villa* realizava com os seus produtos.

Nesta equação — *villa* de recreio e de produção-exportação — as áreas designadas teriam importância distinta segundo a época, pelo que é conveniente analisá-las em cada caso particular para uma melhor classificação.

Por vezes, o espaço está ocupado por edifícios que se impõem na paisagem pela sua monumentalidade arquitetónica, o que nos indica que estão dedicados ao *otium*, e simplesmente serviam para realçar o imenso prestígio do seu proprietário. O lugar escolhido, apesar de reunir as melhores condições para as funções de exploração agropecuária, pode não ser destinado necessariamente a essa finalidade, servindo para instalar a *pars urbana* da *villa*, que devemos assumir nestes casos como lugar de materialização de prestígio.

Sobre os *domini* é necessário precisar alguns aspetos. No momento inicial da romanização, após a conquista, para ocupar eficazmente o território, os lotes de terra foram distribuídos aos cidadãos romanos de diversas formas, tomando como referência o modelo utilizado na Península Itálica ou noutras províncias, nesse período já bem integradas no Império romano, como na província Bética, no atual sul de Espanha. À medida que avançamos no Império, começam também a formar-se nesses novos territórios elites locais. Conseguimos reconstruir esta imagem basicamente a partir dos dados arqueológicos recolhidos no território a sul do rio Mondego (*Munda*), mas essencialmente a sul do Tejo.

Devemos entender que estas grandes propriedades, como sucede atualmente, não pertenceram exclusivamente a uma só família durante todo o período romano. Foram mudando de proprietário e sofreram, logicamente, remodelações, reformas que obedeciam aos gostos dos novos donos, aos seus novos usos, ou simplesmente porque os materiais se tinham deteriorado com o tempo e necessitavam ser reparados. Intervenções que puderam ser mais ou menos profundas consoante o estado de conservação, a capacidade financeira ou o padrão de gosto do proprietário. No entanto, também com bastante frequência, as *villae* foram reconstruídas pelos seus novos proprietários após um longo período em estado de ruína.

As *villae*, que desempenharam um papel essencial na organização do espaço rural, surgiram em torno de cidades preexistentes, já romanizadas, ou foram fundadas *ex nihilo*. Atenderam que não estivessem muito afastadas da rede viária importante, ou que pudessem ter um bom acesso a estes grandes itinerários, ainda que evitando o contacto físico ou visual direto. É certo que sempre ocuparam as terras mais férteis, instalaram-se junto a cursos de

água mais ou menos estáveis, ou estabeleceram-se perto de recursos de inegável valor, como as minas. Recursos que podiam ser objeto de exploração e comercialização. E, como é de supor, tendo em conta a forte vinculação dos romanos à interpretação dos sinais da natureza, davam especial importância à localização, à paisagem, seguindo os conselhos dados pelos autores antigos. Recomendações que se tinham convertido numa tradição e prática habitual aquando da escolha do local, que, atendendo à tradição, implicava também a prática de rituais com vista ao favor dos espíritos do lugar escolhido (*genius loci*).

As áreas funcionais em que se divide este arquétipo aglutinam-se em torno dos conceitos de *pars urbana* (área reservada para a habitação do proprietário, em que se incluem as termas), *pars rustica* (zona de residência dos trabalhadores livres e dos servos) e *pars fructuaria* ou *frumentaria* (espaços destinados à transformação da produção agropecuária, incluindo equipamentos como: lagares, adegas, celeiros, armazéns, estábulos e redís, etc.). Deste modo, quando falamos de espaços funcionais de uma *villa*, referimo-nos aos componentes que se integram num dos conceitos latinos mencionados.

Relativamente às unidades rurais menores — agropecuárias — (casais), podemos dizer que a sua função é diferente à da área central da *villa*. Trata-se na realidade de uma célula unifamiliar cuja função essencial é a subsistência, que ocupa, em muitos casos e como é de supor, um espaço secundário do *fundus* da grande propriedade. Isto é, instalado no interior do território tutelado pela *villa* que explora, determinando-se, portanto, uma dependência económica e social.

2. AS VILLAE DA LUSITÂNIA

As *villae* da Lusitânia apresentam uma série de exceções próprias do território. É de assinalar que, ao contrário de outras áreas peninsulares, nesta ampla província encontramos na atualidade uma realidade territorial muito diferente à daquela época. As terras da antiga província romana estão atualmente divididas entre dois países: Portugal (a maior parte) e Espanha.

Este vasto território apresenta um povoamento muito desigual, pelo que encontramos zonas intensamente povoadas e outras onde, evidentemente, constatamos maior dispersão, incluindo certos vazios. Estas lacunas não podem ser consideradas totalmente certas, e devemos analisá-las com interrogações, já que em muitos casos o motivo deve-se à falta de investigações nessas zonas, e noutras às condições agrestes do terreno como ocorre, por exemplo, nos arredores de *Conimbriga*.

Embora tenhamos conhecimento de mais de 500 núcleos rurais, não podemos claramente identificar todos eles como *villae*, pois os únicos dados que possuímos provêm normalmente de prospeções, por exemplo, na *Villa* de São Cucufate, Vidigueira, na zona da antiga *Pax Iulia* (Beja), ou no nordeste Alentejano. Pelo que há que ter cautela, já que alguns destes estabelecimentos podem corresponder a unidades rurais secundárias (casais) dependentes de uma grande *villa*.

Ao contar com um volume tão considerável de pontos de povoamento rurais, decidimos centrar-nos apenas naqueles que forneceram dados muito concretos que permitam ilustrar convenientemente distintos aspetos desta realidade.

3. CARACTERÍSTICAS DAS VILLAE LUSITANAS

Um dos fatores que consideramos relevante para o desenvolvimento do povoamento rural são as vias de comunicação. As calçadas, para além de serem uma das formas de vertebrar o território, eram os verdadeiros meios de ligação com e entre as cidades e as vias para a comercialização dos seus produtos.

Este amplo território dispunha de uma importante rede de calçadas, tanto de ordem principal como secundária, que punham em contacto a sua capital, *Augusta Emerita*, não apenas com os pontos mais extremos da Província, mas também com o resto das províncias hispânicas e, portanto, com o resto do Império. Os itinerários que sulcavam o espaço que aqui tratamos, de acordo com o Itinerário de Antonino, refletem uma clara estruturação territorial com base na rede principal de calçadas, organizada à volta de oito grandes traçados:

- No eixo norte-sul havia quatro vias: a via xvi (*Item ab Olisipone Bracaram Augustam*), que passava pelo interior, paralela à costa atlântica e ligava as cidades de *Olisipo* a *Conimbriga* e *Bracara Augusta*; a via xxiv (*Item ab Emerita Caesaraugustam*), também de trajeto interno, atualmente conhecida como a «Via da Prata», conectava a capital da Lusitânia a *Norba*, *Capara* e *Asturica Augusta*; e a última, a via xxiii (*Item ab ostio fluminis Anae Emeritam usque*), hoje considerada continuação da Via da Prata, unia *Emerita* com *Italica* e *Hispalis* e os portos do sul peninsular, ainda que este último traçado pelo território lusitano seja mínimo. A quarta calçada, em direção nordeste, a via xxv (*Alio itinere ab Emerita Caesaraugustam*), partia da capital da Província em direção a *Caesarobriga* e *Toletvm*, para desde aí continuar o seu percurso através da meseta para *Caesaravgvsta*; deste modo, esta zona do território lusitano estava perfeitamente ligada à sua capital.
- No eixo este-oeste, são também quatro as vias que percorrem o território: para este, a via xxix em direção a *Caesaraugusta*, cujo traçado passaria por *Metellinvm*, *Sisapo*, *Oretum*, para culminar na capital do *conuentus caesaraugustanus*. Para oeste, três eram os caminhos que punham em contacto *Emerita* com os portos do Atlântico. A via xii (*Item ab Olisipone Emeritam*) que denominámos «rota do mármore» por ser a principal calçada por onde esse material circulava em direção à capital da Província proveniente das pedreiras de Borba — Estremoz. Uma vez passadas as pedreiras, o itinerário seguia em direção a Évora, e desde ali continuava para o porto de *Salacia*. A via xiv (*Alio itinere ab Olisipone Emeritam*) e a xv (*Item alio itinere ab Olisipone Emeritam*) após utilizarem inicialmente um trajeto comum, posteriormente bifurcar-se-iam à altura da *mansio Plagiaria* para seguirem rumos diferentes, um em direção a *Olisipo* e outro ao porto de *Scallabis*.

As vias que partiam de Mérida para o Atlântico não representariam apenas a imperiosa necessidade da capital se conectar com o Oceano (é a única das três capitais provinciais da Hispânia que não tem saída direta para o mar, razão da importância da rede viária), como também, no tramo que passa pelo Guadiana, serviram para delimitar um espaço público (*subcesiuae*) dentro do terreno centuriado da *pertica* da Colónia.

4. A SITUAÇÃO DAS VILLAE NA LUSITÂNIA

Uma das questões a ter em consideração no momento da ocupação territorial é o modelo em que se baseiam, isto é, se nos encontramos em terras centuriadas ou não. Isto implica, sobretudo no momento da divisão, que a extensão do *fundus* seja distinta em algumas zonas, sendo menores e mais uniformes naquelas áreas onde existe uma regulação. Este esquema não pode ser aplicado de forma uniforme, dado que apenas contamos com trabalhos realizados sobre a centurição emeritense e ensaios parciais sobre alguma outra colónia, pelo que os resultados aqui obtidos são provisórios, aguardando novos estudos.

Atendendo a este critério, no caso do território emeritense encontramos, durante o Alto Império, *villae* erguidas em terreno centuriado, por conseguinte com um campo de exploração mais reduzido. Este esquema deve ter sido alterado radicalmente num curto espaço de

tempo; alguns proprietários venderam as suas terras e outros adquiriram-nas aumentando assim os seus domínios. Outro dado a ter em conta é que, passada a primeira fase de ocupação e preparação das terras, nem em todas as parcelas se vai erigir uma casa. Da fase inicial não temos nenhum dado, possivelmente por se tratar de residências transitórias. Mas sim contamos, numa fase inicial do século I d. C., com restos da ocupação seguinte em que se edificaram casas estáveis, como ficou testemunhado nas *villae* escavadas de «La Cocosa» ou de «Torre Águila», ou noutras que foram arrasadas pelos trabalhos agrícolas, como a de «Las Termas» ou «La Vega». Apesar destes registos continuamos sem conhecer cabalmente os modelos arquitetónicos utilizados no início da romanização, à espera que novas escavações possam completá-los.

Um dos problemas que os Romanos encontraram aquando da divisão rural da *pertica* emeritense foi como repartir as terras situadas nas margens do *Ana*, dado que a instabilidade do rio impedia uma exploração correta e segura. A solução adotada foi deixá-las para uso público (*subcesiuae*). Era necessário colocar uns limites que as separassem dos solos centuriados, uns marcos que não fossem fáceis de mover, e nada melhor do que o traçado das calçadas que passavam pelos dois lados do rio, a via XII, pela margem esquerda, e a XIV e XV pela direita.

Estas terras públicas foram, no entanto, ocupadas desde datas remotas pela casta dominante da sociedade emeritense, edificando nelas luxuosas quintas, como podemos comprovar pelos testemunhos arqueológicos e pelas fontes. Situação que levou, como registaram os historiadores, a permanentes protestos dos cidadãos emeritenses pela ocupação e uso indevido dessas terras, com a permissividade das autoridades da Colónia. Perante esta situação insustentável, na época do imperador Vespasiano, optou-se por uma decisão salomónica: vendê-las aos que as usufruíam. Medida que, aparentemente, não deixou nenhuma das partes satisfeita. Certo é que as terras foram ocupadas desde os primeiros tempos do século I d. C., sem que possamos indicar a intensidade da ocupação. Poderia pensar-se, especialmente no que toca às que se encontravam mais perto da cidade, que estas *villae* tiveram um carácter mais de recreio do que de verdadeira exploração económica. Contudo, a fertilidade das terras era suficientemente atrativa para que, apesar dos desastres que seguramente provocava o rio Guadiana nas suas múltiplas cheias impetuosas e alterações do regime fluvial, fossem ocupadas e exploradas desde o início.

Na primeira metade do século I d. C., estes campos estavam já densamente povoados, como se pode apreciar pela importante concentração de pontos inventariados na bacia do *Ana*. Parece que na sequência do edito de Vespasiano se regulou a extensão das terras, aproximando-se, em certa medida, à outorgada para as terras centuriadas. No entanto, observa-se que, tal como nas parceladas, à medida que foram passando os anos, se produz uma diminuição dos estabelecimentos rurais, dando inexoravelmente origem ao aumento dos domínios das *villae* que permaneceram de pé. Diminuição que se torna mais evidente entre finais do século II e início do século III d. C., situação que parece repetir-se noutras áreas peninsulares. No final do século III d. C. e início do século IV d. C. repete-se, ou talvez se acentue, o mesmo processo, um grande número de *villae* com o seu território vão ser absorvidas por outras, o que em alguns casos vai significar a edificação de uma nova habitação de dimensões consideráveis e o abandono da precedente ou, quando muito, a ocupação de alguma das suas partes que passam a converter-se em lares dependentes — tipo unidades rurais secundárias (casais). No caso das *villae* escavadas — Torre Águila, Quinta das Longas, Torre de Palma, El Pesquero e La Cocosa, entre outras —, os novos imóveis são construídos no mesmo local e sobre as ruínas das antigas habitações, sem que possamos falar de grandes

remodelações, nem de aproveitamento dos edifícios anteriores, como aconteceu nas reformas do século II d. C. São, portanto, construções *ex nihilo*, às quais faltam os grandes espaços de representação típicos deste período.

No terreno ocupado tradicionalmente por uma *praefectura*, como são as terras da zona de Elvas-Estremoz, é possível que a abordagem se repita como nas restantes terras centuriadas do território emeritense, já que parece que os campos da *praefectura* também estiveram parcelados. Contudo, não temos nenhuma marca dessa presumível divisão inicial, que supomos ter obedecido ao sistema aplicado na Colónia. Desconhecemos igualmente a evolução que possam ter tido no seu desenvolvimento. Sabemos que estas terras foram ocupadas por colonos emeritenses desde os primeiros tempos, como demonstram as epígrafes encontradas na zona.

Durante o Alto Império, o povoamento segue, grosso modo, as pautas observadas no terreno centuriado, constatado pela presença de grandes assentamentos rurais. À medida que nos aproximamos da Antiguidade Tardia, como acontece na restante *pertica* emeritense, o mapa da ocupação do solo altera-se radicalmente. Assistimos a uma diminuição do número de herdades com o conseqüente aumento do *fundus* das que subsistem.

As *villae* deste período situam-se, sempre que a topografia o permite, nas proximidades de rios e ribeiros para aproveitar as férteis várzeas. Trata-se de grandes herdades com fortes estruturas arquitetónicas e ostentação do luxo e poder do proprietário. Como se verifica, para esta área e zonas confinantes, nas *villae* de Quinta das Longas, Herdade do Correio-Mor, Torre de Palma, Horta da Torre, etc. De todas, quiçá um dos casos mais emblemáticos e que não podemos deixar de referir é a Herdade do Correio-Mor. Esta *villa*, para além de contar com um extenso *fundus* e uma rica habitação, acumulava outro tipo de construções muito dispendiosas reservadas aos grandes potentados como: uma grande represa, um tanque de consideráveis dimensões e um aqueduto que abastecia a casa do *dominus*.

Diante destes núcleos rurais, em que para além da complexidade da zona residencial se destaca a sua clara missão de centro de exploração agropecuária, encontramos outros pontos de povoamento, uma minoria, de dimensões mais reduzidas, que seguem na parte residencial os mesmos padrões; com a exceção de que, neste caso, têm uma vocação mais clara de residência campestre de ócio. Independentemente da exploração dos próprios recursos que, sem dúvida, também se levaram a cabo, como se constata na *villa* de Quinta das Longas.

À medida que nos afastamos da capital e abandonamos a possível *praefectura emeritensis*, embora não tenhamos estudos do território, salvo em casos pontuais, o sistema de exploração das terras caracteriza-se, em traços gerais, por grandes instalações com extensos *fundus* de que dependem uma série de unidades rurais menores. A paisagem que se desenha é de um *habitat* muito disperso com grande domínio da propriedade. Esta situação varia nas proximidades dos núcleos urbanos, onde podemos apreciar uma maior concentração e, portanto, seguir os mesmos princípios observados na *pertica* emeritense, como se aprecia no caso da *Colonia metellinensis*, ou dos municípios de *Capera* e *Conimbriga*. Neste último caso com uma orografia pouco favorável à distribuição do povoamento rural, implantando-se as *villae* nas poucas clareiras existentes.

No litoral, zona mais favorável, no eixo *Olisipo-Conimbriga*, repete-se o esquema anterior: grandes *villae* com um extenso *fundus* — a avaliar pelas grandes dimensões do complexo de Freiria (Cascais), cujo único caso paralelo na Lusitânia encontramos na *villa* de Monroy (Cáceres) — de que dependem algumas unidades rurais menores. Nestas latitudes, a exploração económica e a sua arquitetura vão ser os elementos definidores. Deste modo, nas proximidades dos núcleos urbanos, as *villae* aliam a atividade lúdica (*otium*), caso das *villae*

do Alto de Cidreira (Cascais) e de Santo André de Almoçageme (Sintra), com a de centro produtor de diversos recursos económicos, neste caso polarizado na transformação de produtos do mar (molhos, salga, etc.), como em Casais Velhos (Cascais). No entanto, estamos conscientes de que contamos, no momento, com poucos dados para poder generalizar sobre a distribuição espacial destes estabelecimentos, bem como definir um critério indiscutível sobre a ausência de *villae a mare*. Residências que sim existiram na área do Algarve, onde encontramos claros exemplos: Abicada (Portimão), Cerro da Vila (Albufeira), bem como Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), na margem direita do rio Guadiana.

5. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Durante a primeira metade do século I d. C., os escassos vestígios arquitetónicos que nos chegaram incitam-nos a generalizar que as habitações dos primeiros tempos foram de dimensões mais modestas (sobretudo nas terras centuriadas), dedicadas mais à exploração agrícola do que à sumptuosidade da residência; com a particularidade de que nem todas as parcelas devem ter contado com uma casa. Nos casos conhecidos tratava-se de pequenas explorações que tinham um carácter eminentemente agrícola, onde os edifícios destinados ao desfrute do *dominus* não ocupavam, regra geral, uma grande extensão.

Este panorama vai alterar-se a partir do final do século I d. C., e sobretudo no século II d. C. Nestas datas observamos uma alteração na configuração da casa, dedicando mais superfície ao conjunto arquitetónico da *villa*. Paralelamente levam-se a cabo importantes remodelações nas casas existentes, nas que, em alguns casos, se aproveitam construções anteriores e, noutros, se suprimem aquelas que não vão ser úteis. O resultado torna-se mais evidente no espaço reservado à habitação do *dominus*, como se pode apreciar na *villa* de Torre Águila (fig. 1), Quinta das Longas (fig. 2), La Cocosa, Torre de Palma, São Cucufate, Milreu, etc.

A dinâmica construtiva também afetou a *pars rustica* e a *pars fructuaria*, desenvolvendo-se grandes complexos produtivos (moinhos, *horreae*, etc.). Esta situação levou, certamente, a um aumento do domínio territorial das herdades, o que deve ter dado lugar a um plano de povoamento rural totalmente distinto, sobretudo no terreno centuriado da colónia emeritense, ou nos arredores de *Pax Ivlia*, entre outros.

No final do século II d. C., assistimos nas «Vegas Bajas» do Guadiana a um novo processo de reestruturação do território. Processo natural que leva ao desaparecimento de um grande

Fig. 1 — *Villa* Romana de Torre Águila, Badajoz: Termas. © F. G. Rodríguez Martín.

Fig. 2 — Fotografia aérea da Quinta das Longas, Elvas, Portugal. © PEVLONG, A. Carvalho.



número de *villae*. Desconhecemos quais puderam ser as causas reais, embora intuamos que foi devido a uma desestabilização económica. «Crise» que muitas propriedades não puderam superar, o que leva à venda das suas terras a proprietários mais abastados, que vão constituir uma elite rural privilegiada que conta com um maior domínio territorial. Deste modo, logicamente, vão-se configurar *fundus* mais extensos que desvanecem o anterior mapa de distribuição territorial. Este processo que se inicia nestas datas vai-se estender durante o século III d. C. É a partir de meados deste século, sobretudo no final, que se assiste a uma alteração na orientação económica, situação que foi ocorrendo possivelmente com bastante anterioridade, coincidindo com os desequilíbrios do final do século II d. C. Poder-se-ia pensar que a causa deste processo, no final do século III d. C., estivesse relacionada com as conhecidas incursões magrebinais ou revoltas internas, questão que deve ser descartada atendendo aos dados que dispomos atualmente. O que parece claro é que as novas correntes agrícolas e as alterações nos circuitos comerciais oleícolas — com forte concorrência do azeite africano —, significaram para muitos fazendeiros não saber, ou não poder, adaptar-se aos novos tempos. Questão que os levou a um grande endividamento que culminou numa nova venda de terras. Essa crise não vai afetar de igual modo os vários proprietários rurais. O resultado final é uma reorganização territorial, com a aquisição de quintas arruinadas e o nascimento de novas e grandes casas — muito mais sumptuosas do que as anteriores e com maior domínio do *fundus* — que refletem de maneira ostentatória o poder e o estatuto social. A maioria das casas rurais desta área foi construída sobre estrutura pré-existente. Em escassas ocasiões, as instalações anteriores foram aproveitadas ou fizeram-se grandes remodelações, fenómeno que se vai desenvolver nas épocas posteriores. São grandes *villae* do tipo áulico de monumentalidade complexa, como La Cocosa, Torre Águila, Quinta das Longas, Santa Vitória do Ameixial, Torre de Palma (fig. 3), São Cucufate (fig. 4), Pisões (fig. 5), Barros, Rabaçal (fig. 6), Santiago da Guarda, Milreu (fig. 7), Horta da Torre e Rio Maior.

Do século V ao século VII d. C. assistimos a um processo de transformação, ao progressivo abandono dos espaços residenciais, à falta de manutenção das construções e à alteração dos modos de vida. Neste período, os núcleos rurais concentram-se sobretudo na exploração agrícola e na pecuária, deixando de lado a importância que a residência senhorial teve nos séculos anteriores. Algumas partes da herdade são reaproveitadas, em certos casos para espaços de culto e, noutros, como armazéns anexos à exploração agropecuária. Neste lento

Fig. 3 — *Villa Romana de Torre de Palma, Monforte, Portugal: Reconstituição.* (O mosaico das musas e as suas histórias, 2002.) © Anyforms.

Fig. 4 — *Villa romana de São Cucufate, Vidigueira, Beja.* © F. G. Rodríguez Martín.



processo de transformação do sistema senhorial das *villae* verificamos uma nova alteração, como observamos nas «Vegas» do Guadiana, na zona de Beja, no Algarve, ou nas imediações de Coimbra, em que a estruturação territorial do mundo rural apoia-se num número reduzido de *villae*, onde se alterna a exploração económica com a cultural.

Observámos, através de uma prospeção intensiva do território das «Vegas Bajas» — com os riscos decorrentes da falta de escavações —, que as *villae* que se mantêm de pé nestes séculos (vi-vii d. C.), mais numerosas nas proximidades dos caminhos, apresentam entre elas uma distância de cerca de 10 km. Devemos apontar que estas herdades continuam durante esse período como centros de exploração agrícola, para além de contarem com algum edifício cultural à volta do qual se encontra uma necrópole cristã. Em certos casos, a presença do elemento cultural sobreviveu através dos séculos enquanto ermida. São os casos, na margem esquerda do Ana, das *villae* de *Cavliana* (ermida de Cubillana), Peralas (ermida com o mesmo nome), Torre Águila (ermida de Barbaño), las Termas (ermida de San Isidro), ou na margem direita das *villae* de Lacara (ermida de La Cara), *villa* de Montijo (igreja de São Pedro), entre outras. Poderíamos dizer que através destes centros a Igreja controla a organização territorial, tanto do ponto de vista económico como político-religioso. Encontramo-nos nos primórdios do futuro sistema paroquial, cujo eixo estruturante vai-se desenvolver através das grandes calçadas, neste caso com maior incidência nos caminhos que se dirigem a Lisboa.

No século viii d. C., tal como acontece noutras zonas peninsulares, assiste-se ao fim do sistema de exploração do tipo *villae*. O panorama que se desenha a partir desse momento é de uma contínua deterioração das instalações e do aproveitamento de algumas estruturas sólidas que ainda se mantêm de pé. Muros vão servir de apoio para erigir algum telheiro ou cabana. Apenas as «herdades» com algum edifício cultural vão subsistir, especialmente as que se encontravam mais perto das vias de comunicação, como Santiago de Bencaliz (Cáceres), Torre Águila, Torre de Palma, São Miguel de Odrinhas ou Monte de São Pedro. Nestes sítios encontramos inclusive algumas construções de má qualidade junto aos hiper-reutilizados e ruinosos edifícios que ainda mantinham de pé as suas paredes. No caso da *villa* de Torre Águila desconhecemos qual a função das novas construções, já que estão destruídas ao nível das fundações, com a agravante do terreno estar muito alterado pelos trabalhos agrícolas. No entanto, com base nos dados recolhidos nas escavações, está claro que naquele local

Fig. 5 — *Villa Romana* de Pisões, Beja. © F. G. Rodríguez Martín.

Fig. 6 — *Villa Romana* do Rabaçal, Penela, Coimbra. © Francisco Pedro.



continuaram os trabalhos agrícolas, preservando-se uma pequena parte do antigo espaço da casa para residência (tipo «cortijo»). Podemos encontrar outro exemplo na *villa* de São Cucufate. Este sítio oferece o melhor modelo de adaptação das estruturas, neste caso para fins religiosos. No século XII, aproveitando parte das estruturas, foi construído um mosteiro dedicado a São Cucufate, em uso até ao século XVI.

6. CONCLUSÃO

As *villae* do território lusitano seguem em geral padrões semelhantes aos que podemos observar noutras províncias. Contudo, a realidade deste amplo território apresenta características físicas que tornam a sua ocupação muito distinta. Deste modo, verificamos que no território emeritense, na zona de «Vegas Altas» e «Vegas Bajas» do Guadiana, e na Tierra de Barros, com terrenos muito férteis, o povoamento será muito intenso desde a chegada dos Romanos. É certo que o tamanho das parcelas irá evoluindo do programa centuriado até à consecução de grandes *fundus*. O mesmo modelo vai-se repetir, embora com menor intensidade, noutras terras, como nas Vegas del Alagón, na zona de Salamanca, no Algarve, etc. A falta de prospeções intensivas numa boa parte do território lusitano leva-nos a não dispormos de uma visão fidedigna da realidade.

Esta variedade, tanto paisagística como orográfica, torna a distribuição populacional muito díspar. Assim, como vimos, a população rural aglomerava-se nas terras emeritenses e na linha de costa (Algarve, Lisboa, etc.), enquanto no interior, onde os recursos (agropecuários) eram mais escassos, excetuando nas proximidades dos centros urbanos (*Pax Iulia*, *Conimbriga*, *Salmantica*), podemos dizer que o tipo de *habitat* é mais disseminado, com grandes herdades que contavam com um amplo *fundus*, como se observa na área da *villa* do Rabaçal.

Diferente é o caso do território marítimo, onde como ocorre nas várzeas, o povoamento é mais intenso, seguindo, como referimos, um processo similar relativamente à exploração e aquisição de novas terras que enriqueciam a herdade. Nesta área, na zona do Algarve, vamos encontrar *villae a mare*, juntamente com herdades de clara vocação agropecuária, como acontece na *villa* de Milreu. No entanto, na área de *Olisipo*, também sob influência costeira, o modelo populacional tende mais, aparentemente (seria conveniente realizar um estudo em profundidade), para a exploração agrária e derivados da pesca (salga). Desfrutando as *villae* da sua dupla funcionalidade, agropecuária e *a mare*.

Fig. 7 — *Villa* Romana de Milreu, Faro. © F. G. Rodríguez Martín.



116. Mosaico das Musas

Villa romana de Torre de Palma,
Monforte, Portalegre

Século IV d. C.

245 × 117 × 4,7 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

999.149.1

Mosaico retangular composto por 11 painéis figurativos, de entre os quais se destaca um com a representação das nove musas: Clio, Euterpe, Erato, Tália, Melpomene, Urânia, Calíope, Polímnia e Terpsicora.

Bordadura exterior com meandros de suásticas de volta dupla, negras sobre fundo branco, com dois filetes negros

exteriores. Nos lados maiores, um meandro de suásticas de quatro voltas (trança de dois cabos).

A figura é rematada por uma inscrição.

Leitura:

SCO[PA] [A]SPRA TESSELLAM LEDERE
NOLI. VTERI F(*elix*)

Tradução:

Não estragues o mosaico com uma vassoura demasiado áspera, boa sorte.

CF/AIS

Bibliografia:

Abraços, 1999, p. 345-397;

Lancha, 2000, p. 157-213 e 2004, p. 353-391.





117. Lucerna figurativa de bronze

Villa romana de Torre de Palma,
Monforte, Portalegre
Século II d. C. (?)
8,4 × 3,7 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
2001.5.5.

Lucerna de bronze, em forma de cabeça masculina, calva, de feições grotescas, salientando-se a enorme boca aberta, rodeada por bigode e barba espessa. Os olhos, alongados e incisivos, apresentam incrustações de metal dourado; arcadas supraciliares proeminentes. O orifício do *rostrum* situa-se no bico, formado pelo prolongamento do queixo. Os vestígios de solda na zona da nuca acusam uma hipotética asa. Assenta numa base circular, plana.

Pretenderá representar uma máscara teatral, de aparente feição negroide. Alguns autores utilizam a designação de «máscara de escravo» e outros preferem simplesmente a de máscara teatral.

CF/AIS

Bibliografia:

Freitas, 1987, p. 169; Pinto, 2002, p. 247, n.º 101.



118. Taça de *simpulum* do tipo Aislingen

Villa romana de Torre de Palma,
Monforte, Portalegre

Fins do século I a. C.-primeira
metade do século I d. C.

2,6 × 5,6 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

2000.119.2

Pequeno recipiente baixo e largo de bronze, com base destacada e paredes molduradas e decoradas com faixas incisadas, ao qual falta a pega vertical. Estes recipientes eram normalmente utilizados para servir o vinho em ocasiões festivas.

Foi encontrada na área residencial senhorial de uma *villa* romana, demonstrando que as práticas de sociabilidade das elites romanas se transferiam para as suas residências de campo.

CF

Bibliografia:

Heleno, 1962; Artefacts:

[http://artefacts.mom.fr/it/
result.002&find=SPL&pagenum
=1&affmode=vign#](http://artefacts.mom.fr/it/result.002&find=SPL&pagenum=1&affmode=vign#).





119. Fivela de bronze

Villa romana de Torre de Palma,
Monforte, Portalegre

Séculos v-vi d. C.

4,1 × 2,8 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

2000.154.18

Fivela de bronze constituída por um aro espesso de forma oval, decorado com três séries de caneluras. O aro apresenta uma zona mediana mais estreita onde encaixa o fusilhão, igualmente decorado.

Estas fivelas são típicas da Antiguidade Tardia, de uma época em que não existia já o Império romano do Ocidente, mas onde perduravam ainda os hábitos romanos, nomeadamente nos adornos e nos próprios modelos de povoamento e exploração de recursos.

CF/AIS

Bibliografia:

Helena, 1962; Ponte, 1973,
p. 159-199; Arezes, 2011.

120. Sarcófago das Estações

Monte da Azinheira, Évora

Século III d. C.

194 × 64 × 62 cm

Museu Nacional de Soares dos Reis,
Porto

Depósito da Câmara Municipal
do Porto

88 Esc. CMP/MNSR

Sarcófago encontrado no Monte da Azinheira, Reguengos de Monsaraz, Évora, em área que corresponderia a necrópole rural. Ao centro, um medalhão enquadrado por duas vitórias aladas apresenta o busto do falecido, em baixo, uma representação de cena de lavoura. Ladeando o medalhão central e as vitórias, estão representadas as estações do ano, da esquerda para a direita, inverno, verão, primavera e outono. Entre o inverno e o verão, uma representação de *Tellus*, e entre a primavera e o outono, o *Oceano*. Na face lateral esquerda, dois *Erotes* pisam uvas num lagar, na direita, outro toca *siringe*. A parte traseira apresenta-se apenas desbastada. O sarcófago datará do último quartel do século III.

CF

Bibliografia:

Souza, 1986 e 1990, p. 69, n.º 71;
Gonçalves, 2007, p. 385-383, n.º 195.





121. a 124. Conjunto de instrumentos agro-pecuários

121. Foice

Villa romana de «La Cocosa»,
Badajoz
Cronologia indeterminada
26 cm
Museo Arqueológico Provincial
de Badajoz, Junta de Extremadura
14046

122. Enxada (ou alvião)

Villa romana de «La Cocosa»,
Badajoz
Cronologia indeterminada
16 × 6,6 cm
Museo Arqueológico Provincial
de Badajoz, Junta de Extremadura
14032

123. Faca

Villa romana de «La Cocosa»,
Badajoz
Cronologia indeterminada
16 cm
Museo Arqueológico Provincial
de Badajoz, Junta de Extremadura
14016

124. Chocalho

Villa romana de «Pesquero»,
Pueblonuevo de Guadiana, Badajoz
Cronologia indeterminada
11 × 8 cm
Museo Arqueológico Provincial
de Badajoz, Junta de Extremadura
13354

Segundo o *Diccionario de la Real Academia Española de la Lengua*, uma

ferramenta é um «instrumento ou o seu conjunto, geralmente de ferro ou aço, com que trabalham os artesãos». Desde o mais tosco biface até ao instrumento mais especializado do nosso hipertecnológico século XXI, a evolução destes artefactos destinados a modificar e antropizar o meio envolvente foi longa, tortuosa e, por vezes, errática e inútil.

Foi coincidente à generalização do uso do ferro (material forte e sólido como versátil) quando o elenco de instrumentos e ferramentas se ampliou e especializou. Mas não só a matéria-prima é fator a ter em conta, pois alguém tem de idear, fabricar e dar uso a essas ferramentas. Neste sentido, não é casual que o surgimento na cena da civilização romana coincida com a es-



pecialização e consolidação morfológica destes instrumentos. Neste sentido, Roma significou um enorme salto qualitativo e um grande avanço, na medida em que lançou as bases de muitas questões que pouco ou nada mudaram, inclusivamente até aos nossos dias. No tema que nos incumbe, este facto é diretamente constatável comparando muitas das ferramentas existentes na época romana com as usadas na atualidade, poderá observar-se o imobilismo e a pouca evolução morfológica que sofreram, bem como a longevidade deste tipo de instrumentos. Claro exemplo disso são as peças que aqui se apresentam, por um motivo fundamental: trata-se de um conjunto eminentemente funcional, com escassas concessões estéticas e ao inconstante mundo das

modas. Assim, para cada faina concreta existe uma ferramenta, e o seu desenho será esse e não outro porque é o que melhor cumpre a função para a qual foi criada, e só será substituída no caso de se conceber outra que melhore o seu rendimento (fica patente em muitos casos que essa melhoria ainda está por chegar).

Por outro lado, não é menos importante o contexto arqueológico onde apareceram todos os instrumentos aqui apresentados, que não faz senão corroborar a *villa* como unidade básica de produção do sector primário no mundo romano. Nela concentravam-se — para além da casa do proprietário e da sua família — os celeiros, armazéns, estábulos, oficinas e as unidades de transformação (moinhos e lagares).

A produção estava orientada, naturalmente, para consumo dos seus habitantes e também para a exportação dos bens produzidos (cereais, frutas, azeite, vinho, lã, carnes, peles...). Neste sentido, o sector agropecuário romano determinou muitas das bases que subsistiram até quase aos nossos dias. É, portanto, bastante difícil não estabelecer um paralelismo entre a *villa* romana e o seu *fundus* com o latifúndio e a sua casa (ou a variante americana de fazenda e rancho), que até à nossa recente globalização foi centro de exploração e unidade básica de produção agropecuária.

AFSC

Bibliografia:
Serra, 1952; Rubio, 1988.



125. Repuxo de fonte com máscara teatral trágica

Villa de Torre Águila, Barbaño,

Badajoz

Século II d. C.

14 × 11 cm

Museo Nacional de Arte Romano,

Mérida

CE36422

Repuxo de fonte em bronze composto de tubo para ajustar à canalização e peça decorativa frontal com representação de uma máscara teatral trágica. Esta está elaborada, como é habitual, com características muito expressionistas: boca aberta, olhos grandes, amendoados e ressaltados com sobran-

celhas muito marcadas; o penteado ordena-se de forma estruturada, em duas faixas de caracóis sobre a testa, e cinco faixas em cada lateral. A grande boca oblonga conecta-se ao tubo e constituiria a saída de água.

A peça foi encontrada durante as escavações da villa de Torre Águila (Barbaño, Badajoz), concretamente no canal central do peristilo. A villa é um assentamento prolongado no tempo que, à luz dos achados, mostrou um interessantíssimo panorama rural no território emeritense.

A peça adornaria a saída de água de uma fonte do complexo residencial, sendo própria da ostentação de espaços como o átrio e o peristilo, onde a

vegetação, a água e o programa decorativo formavam um conjunto homogéneo.

O uso de carrancas e, concretamente, de *onkos*, máscaras teatrais trágicas, é relativamente frequente em repuxos de fontes e está presente desde a época helenística. Estas, juntamente com animais de carácter apotropaico e o *thiasos* báquico, serão as temáticas prediletas dos *domini* das *villae*, sobretudo nos espaços de recreio e descanso.

NBM

Bibliografia:

Rodríguez Martín, 1993, p. 839-841, lám. XII, n.º 113; Loza, 1994, p. 225-240; Nogales, 2002, p. 181.

126. Estátua de Silvano

Talavera la Real, Badajoz

Século II d. C.

71,5 cm

Museo Arqueológico Provincial de Badajoz, Junta de Extremadura
10804

Nos arredores de Talavera la Real foi encontrada, em circunstâncias desconhecidas, uma estátua de mármore branco e tamanho inferior ao natural que representa o deus Silvano. Perdeu as pernas que estão amputadas pelos joelhos, bem como a mão do braço esquerdo oculto pela *nebris*, o antebraço direito e o nariz. A escultura conserva os orifícios para inserção das espigas metálicas para o encaixe das partes postiças ao corpo.

Apreciam-se grandes diferenças na qualidade do mármore e na execução do corpo e da cabeça do deus, unida à altura do pescoço. Chama a atenção o contraste entre a mestria dos detalhes, em baixo-relevo, da cabeça do carneiro esfolado (cornos, orelhas, pelo da testa, olhos, focinho) que caiu do braço esquerdo juntamente com as patas dianteiras, e o aspeto tosco da cabeça, reutilizada de uma escultura feminina da que ainda conserva restos do penteado na nuca.

A cabeça, refeita para ser reutilizada, converteu-se numa cara praticamente

plana, de olhos amendoados e grossos lábios de tipo negroide, à qual se acrescentou um nariz e também, possivelmente, uma barba postiça como a que Silvano costuma exibir quando aparece representado como homem maduro. Esta seria a explicação para os furos de trépano realizados nas orelhas que podem ter servido para fixá-la. O uso do trépano constata-se igualmente na túnica, nébride, lacrimais e em alguns frutos como as uvas.

Veste túnica acima dos joelhos, de manga curta, decote redondo e *kolpos* na cintura, que segura uma fíbula no ombro esquerdo. Por trás do ombro direito apreciam-se as patas dianteiras atadas da *nebris* ou pele de cabrito que lhe atravessa o peito. Esta forma uma concavidade que segura com a mão esquerda e apoia junto ao peito, cheia de frutos e espigas de trigo. Como deus protetor do meio rural costumava receber dos seus devotos oferendas de frutos e animais jovens, como os representados, presumivelmente em santuários rurais a julgar pela inexistência de templos de culto a ele dedicados.

BGF

Bibliografia:

Álvarez; Nogales, 1988, p. 291-293, fig. 11; Nogales; Creus, 1999, p. 513; Creus, 2002, p. 257-258, fig. 3.



127. Placa decorada

Villa romana de «El Hinojal», Mérida
Século IV d. C.

112 × 46 × 5,5 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

CE19570

Fragmento de placa retangular mármorea, com exuberante decoração delimitada por um *kyma* esquemático. A ornamentação vegetal adapta-se ao campo decorativo, chegando a tocar, no seu desenvolvimento, as faces internas do citado cimácio. A zona inferior está ocupada por um cesto acantáceo de folhas — com marcada nervura central e digitações apontadas —, que se encurvam nas pontas.

Do seu cerne nasce um grosso talo atrompetado que, em intervalos, separa-se para enrolar-se sobre si mesmo e rematar, à esquerda e direita, em rosetas pentapétalas. Parte do talo fica oculto pelas folhas de acanto.

O trabalho, mecânico e sem graciosidade, resulta em algo extremamente estereotipado. A finalidade da placa talvez fosse a de servir de jamba a um vão de uma das divisões da *villa* de onde provém.

JLBA

Bibliografia:

Álvarez Martínez, 1976, p. 459;

Álvarez; Nogales, 1998, p. 152.





128. a 130. Fragmentos de estuque parietal decorativo (três fragmentos)

Villa Romana da Casa de Medusa, Alter do Chão, Portalegre
Século IV (?)

9,5 × 10,2 × 1,4 cm;

8,4 × 10,6 × 2,1 cm; 6,6 × 8,7 × 2 cm

Centro Interpretativo da Casa de Medusa, Alter do Chão, Portalegre

EAAC 97; EAAC 98; EAAC 99

No primeiro fragmento, cabeça feminina, em fundo branco, virada para a

esquerda. Conserva o pescoço, sendo visível a parte superior do corpo.

No segundo, rosto feminino frontal em fundo azul claro. Conserva os olhos, o nariz, parte da boca e o penteado do lado esquerdo.

No terceiro, rosto feminino frontal. Do lado direito preservou-se o olho, parte do nariz, o penteado e um brinco circular amarelo sobre fundo verde.

CF/JA

Bibliografia:
Inédito.



131. Disco de Teodósio (reprodução oficial)

Proximidades de Almedralejo,
Badajoz
388 d. C.
73 × 2,6 cm
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
CE37652

Disco de prata, com fratura total na diagonal, bordo distal ligeiramente saliente, a modo de exergo, e decoração figurativa no anverso. No reverso tem um pé circular baixo fundido ao corpo. A interpretação mais generalizada identifica na representação gravada uma cena palatina, na qual o imperador Teodósio I, acompanhado de Valentiniano II e do seu filho Arcádio, entrega a um alto magistrado da província (Lusitânia?) o livro de preceitos e/ou faz a nomeação do mesmo, que coincidiria também com a celebração

das *decennalia* do imperador, de acordo com a inscrição no bordo:

D(ominus) N(oster) THEODOSIVS
PERPET(uus) AVG(ustus) OB DIEM
FELICISSIMVM X

Trata-se de uma cena de máxima magnificência: o imperador entronizado sob uma serliana, a família imperial ostentadamente adornada e escoltados por soldados da guarda imperial. Sob eles, *Tellus*, apenas coberta com um manto, repousa segurando a cornucópia da abundância, acompanhada de *putti* que apanham as espigas, frutos da própria Terra.

A peça conhecida como «Disco de Teodósio» é excepcional enquanto documento histórico e artístico da Hispânia romana. Está fabricada com prata de grande qualidade, sobre molde de areia e originalmente dourada. Trata-se, provavelmente, de uma obra de oficinas orientais que, no final do

século IV, davam continuidade ao requinte e às realizações alcançadas nas imperiais, ainda que iniciando-se nos gostos estéticos proto-medievais. Disso também é prova o contraste da punção em caracteres gregos que se conserva no reverso. Aspeto excepcional da conservação do disco é a quantidade e qualidade do material argenteo usado na sua execução, assim como a qualidade artística, que fazem deste exemplar um *unicum*.

O *missorium* deve ser relacionado com a capitalidade de *Emerita* na *Diocesis Hispaniarum* e sede, portanto, do *vicarius*, máximo representante do imperador na Península Ibérica.

NBM

Bibliografia:

Delgado, 1849; Almagro-Gorbea, 2000.



132. Recipiente em forma de cabeça infantil

Villa de Las Vegas del Ortega, Medellín, Badajoz
Século II d. C.

8,3 cm; Diâm. boca: 2,7 cm.

Museo Arqueológico Provincial de Badajoz, Junta de Extremadura 447¹

Desconhecem-se as circunstâncias exatas do seu achado na *villa* romana de Las Vegas del Ortega no limite de Medellín. Sabe-se unicamente que foi encontrado no interior de um poço e entregue ao Museu pelo Sr. José María de Peralta y Sosa, habitante de Don Benito, a 13 de junho de 1975.

Trata-se de um recipiente de bronze em forma de cabeça infantil, de fundição oca, supostamente utilizado como balsamário. Apresenta bom estado de conservação, apesar de estar incompleto. Falta a tampa circular da abertura na parte superior da cabeça e a peanha em que assentava. Conserva, contudo, ainda que despegada, a base do recipiente com o orifício para colocação no pedestal.

Representa a cabeça e o pescoço de um menino pequeno bochechudo até ao

início dos ombros, onde se denota o pormenor das duas fíbula anulares que prendem a vestimenta. O menino está penteado com madeixas onduladas que caem sobre a testa e nos dois lados da cara, formam uma fileira na base da nuca e um pequeno apanhado (*cirrus*, em latim) na parte posterior da cabeça. As pupilas dos olhos têm perfurações para incrustar outros materiais que contribuía para conferir maior realismo e policromia à figura.

A existência do *cirrus* demonstra que a idade do menino retratado não supera os três ou quatro anos, idade em que desaparecem os caracóis infantis. Poderia aludir ao conteúdo do recipiente já que, a meu ver, o exemplar de Medellín poderia ter sido utilizado para colocar os caracóis de cabelo sacrificados como parte dos rituais infantis de transição. Alguns autores questionaram a funcionalidade destes recipientes como balsamários, considerando que o vidro seria mais apropriado e a possibilidade de outro tipo de conteúdos como incenso e, inclusivamente, pesos.

O carácter simbólico do cabelo nas cerimónias ou rituais de transição, su-

ficientemente documentado na Antiguidade desde a época egípcia, sobrevive ainda em algumas culturas, e não está alheia à nossa própria cultura na que ainda se costuma guardar os primeiros caracóis cortados aos nossos filhos. O sacrifício de cabelo e a sua oferta aos deuses estão testemunhados não só como parte dos rituais funerários como também enquanto ritual de transição, símbolo do abandono da primeira infância. O primeiro corte dos caracóis infantis era objeto de celebração entre os Romanos, tal como o corte da primeira barba dos jovens era festejado entre familiares e amigos. Cabelos que eram convenientemente guardados em luxuosos recipientes e oferecidos aos deuses. Talvez seja esta a verdadeira utilidade do exemplar de Medellín, incluído tipologicamente nos balsamários antropomórficos em forma de busto apesar de carecer das asas móveis que costumam apresentar.

BGF

Bibliografia:

Amo, 1973, p. 92-93, lám. xx; Pozo, 1988, p. 293-294, n.º 9, fig. 8a, b e c; Bronces..., 1990, p. 300, n.º 260.

133. Busto-retrato de togado La Majona

Don Benito, Badajoz
Segundo terço do século III d. C.
58,5 × 49 × 27 cm
Mármore branco, procedente de Estremoz
Museo Arqueológico Provincial de Badajoz, Junta de Extremadura
D.2768

Retrato de tamanho natural, em forma de busto até à cintura, de um jovem varão representado de frente, com os braços juntos ao corpo, ocultos pela vestimenta. Veste *toga contabulata* com a característica faixa ou *contabulatio*, que substitui o *umbo* e lhe dá nome. Larga e de tecido rígido arranca a meio do peito que cruza diagonal-

mente e rodeia o braço direito por debaixo do ombro.

A cabeça está ligeiramente virada para a direita. De rosto ovalado e queixo triangular, apresenta a testa sulcada por várias rugas. O nariz é reto e afilado. A pupila e a íris estão marcadas com incisões que acentuam a sua expressividade, e o cabelo, sobrancelhas, patilhas, bigode e barba são muito rafeitos e estão realizados com pequenas incisões. O seu ar melancólico e a sua atitude rígida e estática, obedece à procura de equilíbrio entre o realismo físico e o afã por representar a personalidade e vida interior do indivíduo retratado.

Está realizado numa única peça, com a parte posterior côncava, parcialmente oca para aligeirar o seu peso. Concebi-

do para estar situado sobre um suporte, apresenta na base um orifício circular onde estava a espiga cilíndrica de ferro que o mantinha fixo ao pedestal. Em magnífico estado de conservação, apresentava, no momento do seu achado, restos de policromia.

Através da indumentária e do penteado, os personagens retratados contribuem para o reflexo da sociedade do seu tempo. O jovem de «La Majona», que se inscreve no período de anarquia militar, tem barba, que é um traço distintivo nos retratos tardios de imperadores e figuras privadas. Aparece vestido com a *toga contabulata* que surge em meados do século III d. C., indumentária de acordo com o seu elevado *status* social como alto dignitário ou senhor da *villa*, que encomenda e

exige uma produção de grande qualidade como símbolo da sua prestigiada posição social.

Foi encontrado em 1997 durante as escavações arqueológicas realizadas na zona residencial da *villa*, no interior do tanque situado no átrio. Trata-se de uma produção de excelente qualidade e execução, que se poderia atribuir a uma oficina emeritense.

BG

Bibliografia:

Viñuela, 1998, p. 178-179;
Almagro-Gorbea; Álvarez Martínez, 1998, p. 597; Nogales Basarrate, 2007; Creus Luque, 1999, n.º 2, p. 511-516, fig. 4 e 5; Nogales, 2007; *Nosotros. Extremadura ...*, 2006, p. 92; Griñó Frontera, 2009, p. 42, n.º 17.





AS MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS

Contou-nos o Professor Jorge Borges de Macedo, em 1964, numa das suas aulas de Teoria da História, que um historiador francês parara, na rua, junto de pequeno aglomerado de pessoas, enquanto os colegas prosseguiam caminho. Interrogado sobre a razão da inesperada paragem, terá respondido mais ou menos assim:

— Historiador que se preza deve saber auscultar o Presente para melhor compreender o Passado.

Considerações sobre práticas religiosas de há mais de dois mil anos não estão, pois, imunes à mentalidade de quem as tece, no dealbar de 2015. Fatores de educação aliados à experiência adquirida vão determinar, não tenhamos dúvidas, a sua análise, que se coaduna, inclusive, com a própria religião professada, ela mesma sujeita a transformações ditadas pelos acontecimentos e pelas novas opções. Ninguém negará, por exemplo, que o Catolicismo pós-tridentino se revelou bem diverso do que até aí se praticara; e que a renovação trazida pelo Vaticano II e pelo comportamento de papas como João XXIII e, agora, do Papa Francisco constituem motivos de mui substancial «revolução» ideológica.

Registo a bênção do gado, que, vistosamente enfeitado, é levado pelos donos, a 17 de agosto, a dar voltas à vetusta ermida circular de Janas, impetrando a proteção de São Mamede. E não posso deixar de pensar na pormenorizada inscrição gravada em três faces do altar de Marecos (Penafiel — HEp 6 1996 1069), em que se assinala aí ter sido feita, a 9 de abril do ano 147, a oferta a *Nabia Corona* de uma vaca e de um boi, a *Nabia* de um cordeiro, a Júpiter de um cordeiro e de um bezerro e, possivelmente, de uma coroa a Ida. Reflito sobre o significado maior desta epígrafe, lavrada em meados do século II da nossa era: consigna-se a data, claramente ligada a um ritual de primavera; uma divindade do panteão clássico romano (Júpiter) convive com divindades indígenas (Nábia) e ambas com uma Ida identificável com Cíbele, Mãe dos Deuses, de claras ressonâncias frígias... E se ponho de parte o bezerro de ouro que, em desvairado tempo, os Judeus quiseram adorar (Êxodo, 32), não posso deixar de assinalar a imolação de um cordeiro que, anualmente, pela Páscoa, cada família hebreia fazia, para comemorar a saída do Egito (Êxodo, 12), a que irá corresponder a proclamação de João Baptista (João 1, 29-34) perpetuada, na liturgia católica, no santo sacrifício da Missa: «Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo!». Como — inevitavelmente — o pensamento foge, rápido, para as três inscrições (duas delas, rupestres), redigidas em língua dita «lusitana», que, em Lamas de Moledo, Cabeço de Fráguas e Arronches (cat. 5) [<http://eda-bea.es/>, n.ºs 18 975 e 23 173, e *Conimbriga*, 47 (2008), p. 85-102, respetivamente], dão conta de idênticas cerimónias rituais ligadas seguramente à transumância, à pastorícia e, no fundo, à necessidade de o Homem sentir de perto uma proteção superior para o que era, de facto, a sua fonte de riqueza e essencial meio de subsistência.

Penetramos, assim, no âmago do fenómeno religioso, que, como etimologicamente a própria palavra indica, celebra a íntima ligação dos humanos à Divindade, qualquer que ela seja, diversa que seja a sua designação, distintos sejam seus atributos.

1. NA LUSITÂNIA PRÉ-ROMANA

Eram «religiosos» os povos com que os romanos se encontraram. Dando provas de arguta experiência política, munidos de uma sabedoria ancestral, não só respeitaram esses númenes de bem estranhas designações, como, por um lado, se apressaram a mostrar que, antes de se instalarem, haviam de prestar culto ao *genius loci*, como que a pedir-lhe autorização; e, por outro, paulatinamente terão convencido os autóctones a — depois de alguma «alfabetização» — homenagearem-nos à maneira romana. Felizmente para nós, historiadores, que essa diligência foi, quanto se indicia, bem aceite, porque os ex-votos passaram a estar redigidos segundo os formulários latinos e até os teónimos foram latinizados.

Nesse âmbito, não será despropositado salientar, desde já, uma atitude indispensável por parte dos crentes. Indispensável, por fazer, também ela, parte visceral da natureza humana: se algo fazes constrangido, não tens nisso merecimento e teu desejo não será cumprido. Daí, a expressão *votum solvit libens animo*, habitualmente gravada em siglas: cumpriu a promessa — que desta sorte foi «dissolvida», satisfeita — de livre vontade!

E que forças superiores seriam essas? A riqueza dos bosques envolta nas sombras do mistério; a benéfica frescura das águas que jorravam dos mananciais e se transformavam em regatos, ribeiros, caudalosos rios fecundantes; o Sol e a Lua, astros distantes, sim, mas fertilizadores da Vida, morada, quiçá, dos entes queridos que partiram, envoltos, pois, numa aura divina; e aquele planalto, onde a aragem pelos rochedos parece ciciar místicas mensagens... A tudo isso deveria presidir um númen, Força fecundante da força que deles dimanava... E a esse númen se deveria prestar veneração, em privado ou em público, segundo rituais que vinham de antanho, guardados seguramente por aqueles que, dentre os membros da comunidade, teriam essa missão especial. Nada se sabe dessa organização «sacerdotal», desses «pontífices» encarregados de «fazer a ponte» entre a população e o divino — que uma religião, para o ser no verdadeiro sentido da palavra, há de ter um corpo sacerdotal, rituais e dogmas. Há, porém, um dado que a ninguém, nem aos pragmáticos romanos, passou despercebido: o particularismo das divindades, a sua íntima relação com um espaço ou com um povo. Nas proximidades do Monte da Lua, atual serra de Sintra, em promontório sobranceiro ao pélagos sem fim onde, diariamente, o Sol cumpria o destino de mergulhar, a atmosfera convidava à comunhão — e aí se ofereciam sacrifícios ao Sol Eterno e à Lua, mesmo por iniciativa de magistrados ilustres, como foi o caso de *C. Iulius C. f. Quir. Celsus, procurator provinciae Lusitaniae*.

E a noção de particularismo leva-nos a mais uma comparação. Na hagiologia católica, Nossa Senhora, Mãe de Deus — o paralelismo com Cíbele é deveras sedutor —, assume invocações diferentes consoante o lugar e a circunstância: N.^a Sr.^a de Fátima, N.^a Sr.^a de Lourdes, N.^a Sr.^a das Dores, N.^a Sr.^a das Candeias... Essa, a comparação que ousou fazer com certas divindades do panteão lusitano que tomam epítetos específicos, cujo significado tem suscitado o maior interesse por parte dos investigadores: *Reva Langanitaecus, Reva Anabarecus*;

Arentius Tanginiciaecus, Arentius Cronisensis; Banda Velugus Toiraecus, Banda Oilienaeicus, Banda Brialeaicus; Cosus Neneoecus, Cosus Paeteaicus... A estreita união entre as populações (independentemente da dimensão que se atribua à sua estrutura organizativa — família, clã, *gentilitas, populus...*), se se propusera já em relação entre a divindade *Igaedus* e a *civitas Igaeditanorum*, ficou confirmada com o achado, no termo dessa mesma *civitas*, de dois altares: num deles, a *gentilitas Polturiciorum* homenageava *Asidia*, «ex voto Polturi Caenonis», isto é, «por voto de Polturo de Cenão»; no outro, *Lucius Attius Vegetus* mostrava-se devoto de *Asidia Polturicea*. O paralelismo semântico — *Polturius, Polturicii, Polturicea* — revela-se evidente: é *Polturius* o antepassado fundador da *gentilitas Polturiciorum* e *Asidia* (por sinal, uma divindade de que, até ao momento, não temos mais testemunhos) assume, por tal motivo, por ser o núnien tutelar escolhido, uma identificação própria — *Polturicea* (fig. 1).

Esse indiscutível carácter tutelar manifesta-se na atribuição de epítetos a divindades que claramente desempenham essa função: os *Genii*, os *Lares* e as *Tutelae*. Na Lusitânia ocidental, quanto ao *Genius*, se não há epíteto, teremos a ver com o *Genius loci*, mas documentam-se o *Genius Conimbrigae*, o *Genius Laquiniensis*, o *Genius Tiauranceaicus...*; dos *Lares* há os *Cai-rienses*, os *Cerenaeci*, os *Lubancenses...* epítetos de uns e outros que constituem, na sua maior parte, autênticos quebra-cabeças para os investigadores que tentam discernir o topónimo que lhes está subjacente. Aliás, também as variantes gráficas dos teónimos indígenas são alvo, por vezes, de elucubrações por parte de linguistas que tudo querem explicar por sons do indo-europeu antigo, grafado amiúde com caracteres pouco inteligíveis para quem não sabe navegar nesses baixios. A meu ver, *Endovellicus, Indovellicus, Enobolicus, Endovol(l)icus, Ennolicus, Endovelecus* e *Trebaruna, Trebaronna, Triborunnis* são interpretáveis apenas pela vontade do lapicida de procurar corresponder ao que lhe é ditado, uma vez que se trata, para ele, de vocábulos deveras estranhos; quiçá o hajam sido igualmente para quem lhe encomendou os ex-votos.

Poderá perguntar-se: agiu *Lucius Attius Vegetus* em nome próprio ou por delegação da sua *gentilitas* quando ergueu, também ele, altar a *Asidia Polturicea*? E no caso, de descoberta mais recente, do imponente altar com fóculo bem delineado, encontrado na cidade de Viseu, em que *Albinus Chereae f(ilius) v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)* a uma divindade encarada no seu lado feminino e masculino com grafia estranha e epítetos ainda não identificados: *Deiba Borigo Deibo Bor(igo) Vissaieigo Bor(igo)*? O altar dedicado pela *civitas Cobelcorum* ao deus maior do panteão romano, Júpiter Ótimo Máximo, exumado na implantação original (o templo do *forum* da *civitas*), não oferece dúvidas: a sua consagração foi um ato oficial (fig. 2). Não terei, todavia, nenhum pejo em afirmar que também nos casos de *Vegetus* e de *Albinus* esse carácter oficial se consubstanciou na atitude individual. Aliás, não se atribuem, ainda hoje, aos generais ou aos presidentes vitórias ou derrotas que, afinal, só mui longinquamente lhes pertencem?!

2. A INTERVENÇÃO DOS PODERES

Essa alusão aos poderes militar e político incita-nos a debater a intervenção dos poderes — esses, o militar e o político, e o económico — na esfera religiosa.

Se as divindades indígenas nos situam, predominantemente, numa envolvência rural (digamos assim), as divindades do panteão romano e, de modo evidente, as divindades «místicas» que os romanos receberam do Oriente, direcionam-nos para contextos urbanos. Aí, não é o singelo altar que documenta um culto ou uma devoção: é o templo, são as imagens — que a arquitetura e a escultura exercem largo fascínio e eficazmente contribuem para mais fácil absorção ideológica.

Discutir-se-á se um templo como o de *Liberalitas Iulia Ebora* ou o de *Conimbriga*, erguidos no topo alevantado do *forum* dessas cidades, foi destinado a honrar o imperador, *pontifex maximus*, dotado da *tribunicia potestas*, *augustus*, nimbado, por conseguinte, de uma auréola sagrada, ou se o intuito maior era o louvor à tríade capitolina, de que *Augustus*, o que veio para engrandecer o Império com o beneplácito divino, seria o fiel representante. Certo é, no entanto, que a simbiose entre o poder político e o religioso foi — e sempre o será!... — facto sem discussão. Quando, em *Salacia*, *Vicanus Bouti* (IRCP 184) diligencia para que se levante templo ao imperador Augusto, em 5 ou 4 a. C., não é o imperador identificado com todos os títulos a que tem direito? E, entre eles, há: o de índole religiosa (*pontifex maximus*); o que lhe permite a governação administrativa, a que chamaríamos de poder executivo (a *tribunicia potestas*); e a categoria de chefe militar: o consulado. Diversa será a formulação patente em CIL II 182, de *Olisipo*: DIVO · AVGVSTO / C(aius) · ARRIVS · OPTATV[S] / C(aius) · IVLIVS · EVTICHVS / AVGVSTALES. Compreende-se: estamos perante um texto de índole intrinsecamente religiosa: o imperador está divinizado e quem lhe erige o pedestal (e a correspondente estátua) são dois dos membros do colégio dos augustais, certamente em nome de todo o colégio sacerdotal; dele deve ter partido a iniciativa (fig. 3).

Prende-se esta última questão com uma outra: exerceu o imperador, diretamente ou através dos seus magistrados e sacerdotes, alguma pressão no sentido de ser publicamente homenageado? Sabemos, pelas *Res Gestae* e também por Suetónio, que Augusto se mostrou renitente a homenagens, ainda que as tenha aceitado; mas com os seus sucessores como foi? Daria apenas dois exemplos (sobre que, aliás, já me debrucei, em 2007), em que se verificou obediência a ditames do poder central: a homenagem prestada pela *civitas Igaeditanorum* a

Fig. 1 — Altar dedicado à divindade *Asidia* pela *gentilitas Polturiciorum*. © José d'Encarnação.

Fig. 2 — Homenagem oficial da *civitas Cobelcorum Ioui Optumo Maximo*. © Helena Frade.



Gaio César, filho de Augusto, príncipe da juventude, seguramente; e aquela com que a *civitas Aruccitana* honra a memória de Agripina, neta de Augusto e mãe de Germânico — esta para dar cumprimento à reabilitação urgente da imagem de Germânico e de sua família.

Por seu turno, a promiscuidade — perdoe-se-me o termo — entre as manifestações religiosas e o poder económico é por de mais notória em ambiente urbano. Detêm os libertos parte mui significativa dos negócios e são eles que surgem a fazer dedicatórias a divindades, mormente a divindades de cunho mistérico, aquelas que, obrigando a secretos rituais de iniciação, maior permeabilidade oferecem ao uso das manifestações religiosas em prol dos seus interesses económico-financeiros.

Não deixa, por exemplo, de ser sintomático que, ainda em *Salacia*, seguramente um dos maiores entrepostos económicos nos primeiros anos do Império, Marco Octávio Teófilo preste culto a *Isis Domina* (IRCP 182), identificando-se como liberto de *Octavia Marcella Moderatilla*, seguramente a detentora de algum império económico, desta sorte posto sob a proteção de Ísis. E vão seguramente na mesma direção as conclusões a retirar do altar votivo identificado em Mérida, mas referente a um conimbricense, onde se lê o seguinte: *Invicto Deo Quintio Flavi Baetici Conimbrig(ensis) ser(vus) pro sa(lute) Coutii Lupi* (<http://eda-bea.es/>, n.º 19 989); isto é: Quíncio, escravo do conimbricense Flávio Bético, manda lavrar ex-voto a Mitra (*Invicto Deo*), pela saúde de Cúcio Lupo. Mitra, uma divindade cujo «convívio» exigia prévia iniciação, secretos rituais a que o neófito se deveria submeter antes de ser considerado digno de «renascer», antes de ter o seu *dies natalis, criobolatus*, purificado pelo sangue do boi sacrificado no *taurobolium* (IRCP 429). E a iniciação não seria, obviamente, apenas de teor religioso... Voltando à inscrição do escravo Quíncio, decerto não se andará longe da verdade se, tal como acontece na epígrafe de *Salacia*, se afirmar que a identificação completa do *dominus* visa inscrevê-lo também, ainda que de forma indireta, na prece que a Mitra é dirigida pela saúde de Lupo; e congeminar-se-á, por conseguinte, que o escravo — porventura em convivência ou parceria com Lupo, cujo bem-estar por tal motivo muito preza — gere na capital da Lusitânia os negócios de Flávio Bético, numa ligação estreita entre as duas cidades.

3. O CRISTIANISMO

Ficou claro que, habituados a longevos intercâmbios, os habitantes desta Lusitânia ocidental sempre foram propensos a rapidamente se aculturarem, adaptando-se às novas situações e delas procurando ganhar proventos. Aceitar o Cristianismo foi somente um passo mais nessa longa caminhada.

Manter-se-á — porventura sem solução consensual — a discussão sobre se as doutrinas do Cristianismo chegaram à Península e, mais concretamente, à Lusitânia, vindas do Norte de África ou se serão fruto do proselitismo cedo levado a cabo por bispos gauleses. Pertence ao mundo da lenda a vinda ao Norte peninsular do Apóstolo São Tiago, cujos restos mortais se veneram em Compostela; mas pode muito bem ser essa lenda o reflexo de uma missão que pelo Norte alcançou a costa atlântica e as gentes lusitanas.

Creio, de resto, que haverá ainda, nesse domínio, alguma investigação a fazer. Mostrou Alain Tranoy (*Hydace*) a importância que teve um Idácio de Chaves, no século v. São Martinho de Dume, que viveu no século vi, deu também grande incremento à difusão da doutrina cristã. Se todos os dogmas canónicos da ortodoxia católica eram acatados constitui outra questão que se tem levantado, sobretudo devido à intensa atividade levada a cabo por Prisciliano (c. 340-385), promotor de um intenso movimento ascético. Foram períodos de grande agitação ideológica, que levaram à reunião de concílios destinados a clarificar

a doutrina (Blázquez, 1991, p. 359-442). Vamos sabendo cada vez mais que também por estas paragens o fenómeno do monaquismo acabou por se estabelecer, mediante a eventual criação de mosteiros, de que ora se estão a encontrar vestígios arqueológicos e referências literárias. Basílicas cristãs foram identificadas em *villae* romanas como na de São Cucufate e na do Monte da Cegonha (ambas na Vidigueira), em Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), em Torre de Palma (Vaiamonte)... E em cidades como *Conimbriga*. Elementos arquitetónicos ditos «visigóticos» completarão esse cenário, porque se presume, pelas características da decoração, que poderão ter pertencido a templos (Maciel, 1996).

São, todavia, os epitáfios cristãos o que, por enquanto, mais nos ajuda a penetrar nesse mundo, também ele envolto em mistério, pois estava o catecúmeno obrigado a estudar a doutrina e os rituais antes de ele próprio ou os pais o proporem para receber o batismo. O clima de perseguições de que foram alvo — por motivos políticos e económicos, realce-se — contribuiu para esse secretismo e para a criação de núcleos (igrejas) fechados sobre si próprios. Temos um forte núcleo de cristãos em Mértola (e, aqui, a ligação ao Norte de África pela via do Guadiana foi de certeza bem decisiva); encontramos-os igualmente no Nordeste alentejano (região de Elvas), por influência nítida da cristianização levada a efeito em Mérida, cidade a que essa zona estava ligada administrativamente desde os primórdios da romanização.

Analise-se, para dele retirarmos conclusões, um dos epitáfios do Nordeste. Reza o seguinte (uso o texto corrido, sem obediência à translineação epigráfica) (fig. 4):

[CRVX] TALASSA FAMOLA DEI VIXIT ANNOS XLIII ET REQVIEVIT IN PACE XV CALE(nda)
SEPTEMBRES ERA DLXXXII.

Curioso verificar, antes de mais, que não escolhemos como elemento demonstrativo uma inscrição votiva, mas sim um epitáfio. É que não há inscrições votivas, pois o culto dos santos ainda não estava, então, desenvolvido o bastante para se lhes dedicarem ex-votos (as «tábuas de milagres» vão nascer séculos depois!); e é dos epitáfios que se desprende a religiosidade vi-

Fig. 3 — CIL II, 182 — Dois *augustales* honram *Diuus Augustus*. © Arquivo MNA.

Fig. 4 — Epitáfio de *Talassa, famola Dei*. © MNA. DGPC/ADF.



gente. Poderemos, sem receio, incluir o epitáfio cristão nas manifestações religiosas — como, de resto, também poderíamos ter analisado o chamado «culto dos mortos» no seio da religião romana, porque se trata, de facto, de uma manifestação religiosa. Abordamo-lo agora, por comparação com o que vem consignado no epitáfio de *Talassa*.

Repare-se, em primeiro lugar, que a identificação é feita através de um só nome, sem referência, por exemplo, à filiação. O nome que tem recebido-o aquando do batismo. Basta-lhe um, pois é seguramente a única no seio da pequena comunidade em que foi aceite. Também neste universo — por inicial — supomos ser verdadeira a aceção de que o nome teve algo a ver com a pessoa: relacionada com o mar, oriunda da «outra margem»? Quiçá! Vem, de seguida, o elogio e o sinal de pertença: é «serva de Deus», eco da, já então, bem conhecida resposta dada pela Virgem Maria ao arcanjo São Gabriel: *Ecce ancilla Domini fiat mihi secundum verbum tuum* (*Lucas* 1, 38), «Eis a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra». Não se usa exatamente a expressão mariana, por respeito; prefere-se uma terminologia mais suave, mais consentânea com um ambiente doméstico: foi a «serva de Deus», designação que entrará posteriormente na terminologia eclesiástica para qualificar o primeiro grau reconhecido de santidade. A menção da idade com que faleceu é comum aos epitáfios romanos; no entanto, a expressão «descansou em paz» poderá corresponder ao *hic sita est*, «aqui jaz» dos romanos, embora lhe confira uma significação bem elucidativa de uma nova ideologia: para o romano, o defunto estava ali, no sepulcro, com a idade com que morrera; para o cristão, a morte correspondia à passagem para um descanso eterno e, por isso, se indicava a data, neste caso,

o 15.º dia antes das calendas de setembro da era de 582, ou seja, 18 de agosto do ano 544 (a era de César indicava mais 38 anos em relação à era de Cristo) [Note-se que a maior parte das inscrições paleocristãs identificadas, até ao momento, no território português datam do século VI (Dias; Gaspar, 2006)]. Inicia-se o epitáfio com uma cruz, a assinalar o seu carácter cristão; outros símbolos cristãos surgem amiúde, como a árvore da vida, o alfa e o ómega a indicar que Jesus Cristo é o princípio e o fim, o crísmo anagrama de Cristo...

Concluindo:

Em traços muito largos esboçamos o que a documentação, mormente a epigráfica, nos permite descortinar acerca das manifestações religiosas na Lusitânia desde os tempos pré-romanos até ao advento do Cristianismo. Manifestações, sinais do que o Homem terá pensado e nós, com a mentalidade atual, tentámos perceber. De acordo com as nossas próprias vivências. Não falámos de esculturas; não só porque não abundam — os Cristãos não terão resistido à tentação de as destruir, símbolos que eram de uma ideologia que não a sua — mas também porque obedecem, de um modo geral, a estereótipos vindos de fora, idênticos por todo o Império. E as imagens detêm sempre um carisma especial, como representações, à maneira do Homem, do que ele pensa serem os deuses!

Terminamos, pois, como se começou: pedras escritas ou representações escultóricas constituem, ao longo de todos os tempos, formas de tornar visível o que, invisível mas permanentemente, se revela íntima componente essencial da natureza humana — só numa relação com a Divindade ele contempla uma realização efetiva!

134. Lápide dedicada a Ataecina

Imediações da Barragem
de Prosérpina, Mérida
Meados do século II d. C.

31,5 × 29 × 4,5 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

CE10302

Placa epigráfica de mármore branco fraturada na zona inferior. Por volta de 1826 foi vista por Fernández Pérez num dos poiais de um lavadouro de lãs perto da albufeira da Albuera (que passou a denominar-se de Prosérpina após a descoberta desta epígrafe), onde, segundo o próprio autor, era utilizada para afiar navalhas. Depois passou para a casa do proprietário dos terrenos de la Albuera, Antonio Clemente Pacheco, onde a viu Hübner quando redigiu o *Corpus Inscriptionum Latinarum*. A lápide perdeu-se e reapareceu em 1955 nas caves do Palácio de Burnay, propriedade do Sr. Fernando de Burnay Pacheco, descendente do antigo proprietário. Integraria a coleção do Museu pouco tempo depois graças às diligências do seu diretor, José Álvarez Sáenz de Buruaga.

O texto, inscrito em letras capitais com algumas características cursivas, encontra-se rodeado por uma moldura de talão, como é habitual nas lápides epigráficas emeritenses. A parte posterior

está sem polir e o ângulo superior direito está fragmentado, sem afetar o texto.

A leitura da epígrafe é a seguinte:

DEA ATAECINA TVRI
BRIG (*ensis*) PROSERPINA
PER TVAM MAIESTATEM
TE ROGO ORO OBSEURO
VTI VINDICES QVOT MIHI
FVRTI FACTVM EST QVISQVIS
MIHI IM (*m*) VDAVIT INVOLAVIT
MINVSVE FECIT [E] A [S RES] Q (*uae*)
I (*nfra*) S (*cripta*) S (*unt*)
TVNICAS VI [— P]AENVLA
LINTEA II IN [DVS]IVM CV
IVS [—] M IGNORO
[—] IVS

Recuperamos a já clássica tradução de Vicente Barrantes, usada pela maioria dos autores posteriores:

Ó deusa *Ataecina Turibrigensis Proserpina*, pela tua majestade te peço, rogo, imploro que vingues o roubo que me fizeram: quem quer que seja que de mim desviou, me roubou, desapossou das coisas que abaixo vão descritas: 6 túnicas, 2 capotes de linho, uma camisa [...] ignoro o número.

Pela paleografia e carácter do documento data-se comumente da segunda metade do século II d. C.

Trata-se de uma *defixio*, termo que define qualquer suporte onde se escre-

ve uma *execratio* ou maldição: neste caso o autor roga à deusa Atégina que castigue o ladrão de várias das suas peças de roupa. Aparece aqui a menção de uma das mais bem conhecidas divindades pré-romanas hispânicas, Atégina, com uma trintena de epígrafes dedicadas ao seu nome. Na zona emeritense, como acontece neste caso, Atégina é identificada com Prosérpina: tal como esta deusa romana, parece que lhe está associado um carácter agrícola e infernal. Este último estaria em consonância com esta inscrição, na que se pede vingança sobrenatural. Esses atributos estão também de acordo com o lugar de descoberta, próximo da barragem de Prosérpina, já que as divindades infernais costumam associar o seu culto às nascentes e fontes de água. Recentemente, e em relação com o culto da natureza, Atégina foi também identificada com as divindades Belona e *Feronia*, que assim se configurariam como a *interpretatio* latina de Atégina.

JMMC

Bibliografia:

Álvarez Sáenz de Buruaga, 1957, p. 245-251; García Iglesias, 1973, n.º 12; García-Bellido, 2001, p. 53-71; Méndez Grande, 2010.



135. Árula a Endovélico

São Miguel da Mota,

Alandroal, Évora

Séculos II-III d. C.

30,5 × 23,5 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

988.3.39

Ara votiva de mármore, moldurada nas quatro faces. Na parte de cima da cornija, um plinto bastante volumoso, tendo na face dianteira a sugestão de um frontão triangular com dois meios toros e em cima, uma depressão retangular. Moldura do tipo gola encurtada. Restaurada.

Leitura:

DEO EN · DOVEL

LICO SACRVM

T(itus) ANNIVS APER

ANIMO LIBENS

VOTVM POSVIT

Tradução:

Consagrado ao deus *Endovellicus*. *Titus Annius Aper* de bom grado colocou o seu ex-voto.

CF/AIS

Bibliografia:

Lambrino, 1967, p. 101, n.º 22;

IRCP, n.º 485.



136. Cabeça de Endovélico

São Miguel da Mota,

Alandroal, Évora

Século I d. C.

30,5 × 22,5 × 18,5 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

988.3.168

Cabeça de homem barbado onde sobressaem os olhos abertos de forma amendoada, a boca fechada de lábios finos, o cabelo em madeixas cobrindo parte da testa e tapando parcialmente as orelhas. O nariz e a porção inferior da barba estão mutilados. A conceção iconográfica de escultura, realizada segundo modelos clássicos, de representação de deuses ou filósofos levam

a generalidade dos autores a interpretá-la como representação de Endovélico, divindade indígena cultuada em São Miguel da Mota. O seu culto está atestado por numerosas inscrições votivas encontradas naquele outeiro perto de Terena, no concelho de Alandroal. Trata-se de uma divindade tópica, isto é, protetora da região onde a adoravam — *numen loci* — e cujo culto estava evidentemente circunscrito a ela.

CF/AIS

Bibliografia:

Matos, 1966, p. 54; Souza, 1990, p. 33; *Inventário ...*, 1995, n.º 61; Ribeiro, 2002, p. 381; Gonçalves, 2007, p. 307-308, n.º 131; Schattner [et al.], 2009.



137. Par de machos caprinos

Medellín, Badajoz

Século I d. C.

5 × 10 cm

Museo Nacional de Arte Romano,

Mérida

CE09989

Par de machos caprinos realizados em bronze maciço, soldados de maneira paralela sobre duas placas horizontais, onde se apoiam as patas dianteiras e traseiras. A morfologia e posição de ambos são idênticas. Os pormenores anatómicos são poucos precisos, devendo-se destacar a barbicha no focinho, orelhas pequenas, pequenos chifres arqueados (um deles fragmentado), pelo insinuado, cauda curta e para baixo, e genitais masculinos assinalados.

A peça, que forma um conjunto homogêneo, foi encontrada na margem do rio Guadiana na sua passagem por Medellín. Foi tradicionalmente interpretada como ex-voto à deusa indígena Atégina, pelas semelhanças com a conhecida série de ex-votos de bronze en-

contrados em Malpartida de Cáceres (Cáceres) e identificados como tais a partir dos rótulos das inscrições que os acompanhavam. Precisamente dos arredores de Medellín procede um dos numerosos testemunhos epigráficos dedicados à deusa Atégina localizados na bacia do Guadiana.

A junta de Medellín difere dos seus semelhantes precisamente na apresentação como parelha, enquanto os exemplares conhecidos tradicionalmente são figuras individuais. Partilha com eles, sem dúvida, o formato, o aspeto rudimentar do trabalho escultórico, assim como a identificação com o sexo masculino através da presença de barba peluda e dos genitais.

O culto de origem pré-romano à *Dea Sancta Ataecina* continua durante os primeiros séculos da nossa era, na área oriental lusitana correspondente às bacias do rio Tejo e do Guadiana, onde se desenvolve uma *interpretatio* com a oficialidade da deusa Prosérpina, tal como evidenciam os testemunhos epigráficos, particularmente

frequentes no território emeritense. Na sua advocação parecem confluir os principais elementos vitais: carácter agrícola, infernal (através de Prosérpina) e inclusive salutífero, em relação às nascentes e ao culto das águas, em cuja área, precisamente, foi encontrada a peça de Medellín. Os ex-votos de machos caprinos, representação da força viril, seriam doados pelos devotos à deusa e expostos quiçá sobre as aras votivas de petição ou oferenda a Atégina nos santuários onde se lhe prestava culto, sendo o mais importante, ainda não localizado, o de *Turobriga*. Os numerosos testemunhos conhecidos oferecidos à deusa indígena são apenas comparáveis à subsistência do culto a outra divindade, na Lusitânia, também de raiz indígena, Endovélico.

NBM

Bibliografia:

Álvarez Sáenz de Buruaga, 1989, p. 827-830; Nogales, 1990, n.º 99; Abascal, 1995, p. 31-105; Méndez Grande, 2010, p. 1-17.



138. Pátera de prata com dedicação e representação de *Band Araugel*

Proveniência desconhecida
Séculos II-III d.C.

21,2 cm

Museo Arqueológico Provincial de Badajoz, Junta de Extremadura
11924

Em dezembro de 1984 passou a integrar a coleção permanente do Museu, após a sua aquisição aos herdeiros da coleção do Sr. Fernando Calzadilla Maestre. Desconhecem-se a proveniência e as circunstâncias do achado, mas não há dúvida de que se trata de uma peça de luxo cuja função, iconografia e dedicatória a situam num contexto extraordinário. É evidente que não se trata de um objeto de uso quotidiano, pois as páteras eram utilizadas no mundo clássico para realizar libações nos rituais e cerimónias religiosas.

Está realizada num material nobre, como é a prata, com a superfície repuxada e uma cena em baixo-relevo que decora o medalhão central do recipiente, rodeado por uma inscrição dedicatória. A sua importância é reforçada pelo facto de conter a única referência escrita do teónimo da divindade indígena *Band Araugel* associado à própria imagem.

A personagem feminina, de pé, ocupa o centro da cena, e tem como atributos uma coroa mural, uma cornucópia no braço esquerdo e uma pátera na mão direita, parece reproduzir a efígie da própria divindade, instalada e venerada num santuário rupestre. O carácter rural do lugar de culto é evidente pela presença de rochas que aludem a um abrigo ou gruta, e do tronco retorcido

de uma videira da qual caem várias folhas. A cena representada remete para um sacrifício em que o ato de libação, ou ação de derramar o líquido contido na pátera, sobre uma das quatro aras escalonadas, três delas ainda flamejantes e que aparecem dispersas na paisagem agreste, é realizado pela própria deusa.

A imagem da deusa corresponde à iconografia de algumas destacadas divindades do panteão romano que contam entre os seus atributos com a cornucópia ou corno que proporciona abundância de frutos; a pátera, símbolo de prosperidade, e a coroa mural que simboliza as cidades sob proteção divina. De facto, se não fosse pela inscrição com o teónimo *Band*, a sua identificação como divindade indígena teria sido impossível. Para além disso, os atributos que a acompanham aparecem na representação de outras divindades indígenas. Tratar-se-ia, afinal, basicamente de divindades indígenas ocultas sob a aparência de divindades próprias dos panteões clássicos às que se assimilam e partilham elementos comuns.

A natureza e o sexo da divindade, à qual a inscrição dedicatória que rodeia a cena — *Band (uae) Araugel (ensis)* — alude, foram recentemente questionados. Os estudos linguísticos parecem constatar a existência de duas divindades *Band*, uma masculina e outra feminina, como expressão de um mesmo conceito religioso. Por isso a importância desta pátera dado que a inscrição aparece associada à imagem da divindade, neste caso feminina, a que faz referência.

Esta pátera dedicada a *Band* contribui para valorizar a transformação sofrida pelas divindades locais no processo de

adaptação e assimilação pelo panteão oficial romano, assim como o impacto que significou a introdução de novos cultos, especialmente entre os habitantes dos pequenos núcleos indígenas que, segundo os testemunhos epigráficos, experimentaram uma polaridade religiosa: a religiosidade popular que mantém as divindades dos seus antepassados face à religião oficial. Por outro lado, as inscrições com o teónimo *Band*, que apresenta o maior número de epítetos associados a um único núcleo de povoamento ou topónimo, aparecem maioritariamente nas dedicatórias de aras e altares, tipicamente romanas, o que demonstra, uma vez mais, que as populações indígenas mantêm as oferendas às suas divindades ancestrais embora com outro aspeto formal.

Ainda que a proveniência da chamada pátera de *Bandua* não seja conhecida, poderia enquadrar-se na área lusitano-galaica onde foram localizados abundantes testemunhos de epigrafia votiva com numerosos epítetos ao teónimo *Band*. Considera-se a possibilidade de que proceda da área de São Cosmado (Mangualde), no território português, de onde procede a inscrição *castellum Araocelum*, epíteto toponímico identificado com a atual cidade de Viseu.

BGF

Bibliografia:

Blanco Freijeiro, 1959, p. 453-458; Nogales, 1998; Pedrero, 1999, p. 535-543; Domínguez de la Concha, 1999; Marco Simón, 2001, p. 213-225; Olivares Pedreño, 2002; Muñoz, 2005, p. 147-148, fig. 1; *Nosotros. Extremadura ...*, 2006, p. 89; Gómez-Pantoja [et al.], 2013, p. 280-283, fig. 2.



**139. Fragmento de torso
de Afrodite de Afrodísias**

Beringel, Beja

Século III d. C. (?)

12,1 x 8,4 cm

Museu Regional de Beja

MRB ARQ.R.71

Fragmento de torso que reproduz o modelo de Afrodite de Afrodísias, encontrado na zona de uma *villa* romana nas imediações de Beringel (Beja). No fragmento conservado do manto, podem ver-se, na primeira linha, a representação das três Graças entre cornucópias, na segunda, Afrodite montando um hipocampo, seguida por golfinho, na terceira, três *Erotes*. Provavelmente, da época de Adriano.
CF

Bibliografia:

Viana, 1943, p. 47-52; Souza, 1990, p. 9-10, n.º 2; Gonçalves, 2007, n.º 89.



140. Efigie de Mitra

Cerro de San Albín, Mérida

Cerca de 155 d. C.

167 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

CE00086

O corpo foi encontrado na remoção de terras para a construção da Praça de Touros efetuada no Cerro de San Albín de Mérida em 1902. Em 1913 encontrou-se a cabeça. Apresenta-se em bom estado de conservação, excetuando as pequenas falhas que se observam na superfície do corpo.

A representação é a de uma figura masculina, jovem, de pé, com uma serpente enrolada ao corpo. Atitude hierática, olhando para a frente, com os pés juntos sobre um pedestal, provavelmente representação da *petra genetrix*, de onde surgiu a divindade. O corpo bem modelado, de aspeto juvenil; olhos expressivos sem marcação das pupilas. A cabeleira está bem trabalhada com profundos toques de trépano. Uns pequenos orifícios delatam a possibilidade de que a cabeça estivesse coroada com raios solares, pelo que a sua relação com o conceito de divindade solar parece evidente. Aos seus pés aparece a representa-

ção da cabeça de um macho caprino (Capricórnio?), provavelmente complementado, por sugestão de Cacciotti, com a figura de Áries no outro lado. No peito da divindade encontra-se a efigie de uma cabeça leonina.

A interpretação tradicional identifica esta figura com a imagem de *Aion-Chronos*, o deus do tempo infinito do panteão mitraico e com Saturno. Para Bendala seria uma representação do nascimento de Mitra, saído da rocha.

A escultura integrava o programa iconográfico do mitreu emeritense, parte importante do qual apareceu nas referidas remoções de terra no Cerro de San Albín. Esta circunstância levou a pensar que aí poderia ter-se localizado o referido mitreu, embora suspeitemos, como já referimos, que poderia tratar-se de uma ocultação realizada pelos adeptos do culto mitraico devido ao temor de que essas efigies fossem destruídas.

JMAM

Bibliografia:

García y Bellido, 1949, vol. lâminas, n.º 118, vol. texto, p. 117-118, lâm. 93; Bendala, 1982, p. 102-108, lâm. II; Cacciotti, 2008, p. 167-170, lâm. 5-7; Cacciotti, 2011, vol. II, p. 954-957.



141. Ara dedicada ao nascimento de Mitra

Cerro de San Albín, Mérida

155 d. C.

69 × 47 × 26,5 cm

Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida

CE00188



Ara votiva de mármore branco acinzentado, coroada com frontão e volutas lisas e *focus* centrado. Apresenta pátera no seu lado direito e *praefericulum* no esquerdo.

Leitura:

ANN (o) · COL (oniae) · CLXXX

ARAM · GENESIS

INVICTI · MITHRAE

M (arcus) · VAL (erius) · SEC VNDVS

FR (umentarius) · LEG (ionis) · VII · GEM (inae) · DONO

PONENDAM · MERITO · CVRAVIT

G (aio) · ACCIO · HEDYCHRO · PATRE

Tradução:

No ano 180 da fundação da colónia, *Marcus Valerius Secundus*, frumentário (agente do serviço de informação) da VII Legião *Gemina*, mandou colocar, como oferenda, pelo seu merecimento, esta ara do nascimento do Invicto Mitra, quando era padre *Gaius Accius Hedychrus*.

O texto epigráfico está dividido em sete linhas de capitais quadradas elegantes, exceto as duas últimas, com características marcadamente atuárias. Foi dedicada pelo frumentário da *legio VII gemina*, *Marcus Valerius Secundus*, a Mitra, divindade persa muito disseminada por todo o Império. Era tido como o deus da luz e do fogo, e ordenador do cosmos, identificando-se com o sol nascente, celebrando-se a sua festividade a 24 de dezembro, dia do solstício de inverno. Segundo a tradição, teria nascido de uma rocha e, por isso, na epígrafe dedica-se uma ara (rocha), em comemoração desse nascimento, embora também se possa entender o *aram genesis invicti*

Mithrae não apenas como a *petra genesis*, mas igualmente como a ara inaugural do mítreu emeritense, que teria sido erigido no ano 155 d. C., o CLXXX da fundação da colónia, como assinala a epígrafe.

Ao ser uma religião excepcionalmente estendida por todas as províncias do Império, entre comerciantes e soldados, não é de estranhar que o seu dedicante, *Marcus Valerius Secundus*, fosse frumentário na *legio VII gemina*, já que a colónia *Augusta Emerita* foi um importante polo de atração entre os *emeriti*, e que a religião mitraica florescesse extraordinariamente na cidade, sobretudo em meados do século II d. C., sob a égide do seu *pater patrum*, o tantas vezes mencionado *Gaius Accius Hedychrus*.

AVJ

Bibliografia:

Mélida, 1917, p. 1-20; García y Bellido, 1967; Alvar, 1981, p. 51-71.

142. Efégie de um imperador divinizado

Scaenae frons, Teatro, Mérida
Período cláudio-neroniano
165 × 66 × 40 cm
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
CE00639

Estátua «tipo Júpiter». Período neroniano. Foi encontrada junto ao embasamento da *scaenae frons* do Teatro emeritense nas escavações dirigidas por José Ramón Mélida e Maximiliano Macías por volta de 1915.

Falta a cabeça, os braços e os pés; dos membros apenas permaneceu um fragmento da perna esquerda. Pequenas fraturas nas pregas do manto. Foi executada em duas partes, unidas à altura da cintura.

De tamanho maior do que o natural, o personagem representado aparece praticamente despido, apenas com um manto a cobrir a metade inferior do corpo. As *infulae*, que denotam a sua autoridade imperial, caem sobre os ombros. As costas estão bem definidas. Trata-se da efégie de um imperador divinizado do tipo iconográfico *Hüf mantel*, obra de uma oficina emeritense à que, provavelmente, como refere Nogales, se teria que adjudicar a autoria do programa iconográfico do *Forum adiec-*

tum emeritense. Esta tipologia que apresenta este imperador divinizado alcançou profundo eco nas produções hispânicas, como assinalou Garriguet. Os excelentes estudos de Trillmich sobre o programa iconográfico do Teatro dedicam-se às características do seu relevante programa escultórico, de que forma parte esta escultura.

JMAM

Bibliografia:

Mélida, 1925, vol. I, p. 152, n.º 719, lâm. LXIV, fig. 93; Trillmich [et al.], 1993, p. 283; Garriguet, 2001, n.º 12, p. 8, lâm. IV, 4; Nogales, 2007, p. 466-467.





143. Cabeça de Livia

Criptopórtico de *Aeminium*,
Coimbra

c. 40 d. C.

33 × 32 × 22 cm

Museu Nacional de Machado
de Castro, Coimbra

MNMC 10137

Cabeça de encaixe, velada, representando o retrato de Livia, mulher do imperador Augusto, do tipo *Salus*. Um diadema, parcialmente oculto por

véu, indica que se trata de um membro da família imperial. Em 42 d. C. a mulher do primeiro imperador de Roma foi divinizada e passou a ser cultuada no âmbito do culto imperial. Provavelmente o retrato datará da década de 40 do século I d. C.

CF

Bibliografia:

Souza, 1986 e 1990, p. 20-21, n.º 34; Gonçalves, p. 79-81, n.º 4.



144. Cabeça de Vespasiano

Criptopórtico de *Aeminium*,
Coimbra

Fins do século I d. C.

29,5 × 23 × 26 cm

Museu Nacional de Machado
de Castro, Coimbra

MNMC 10136

Cabeça de encaixe representando o retrato imperial de Vespasiano, primeiro imperador da dinastia flávia, que iniciou o seu reinado em 69 d. C., facilmente identificável pelas feições muito características, com rugas na



face e alguma flacidez, apresenta o imperador em idade avançada. Parece tratar-se de um retrato reelaborado em que o tratamento do cabelo foi negligenciado, apresentando vestígios do penteado original, que representaria muito provavelmente o imperador Nero.

CF

Bibliografia:

Oleiro, 1973, p. 367, fot. 10; Carvalho, 1998, p. 17, fot. 7; Souza, 1990, p. 22-23, n.º 39; Gonçalves, 2007, p. 92-93, n.º 11.

145. Cabeça de Galieno

Villa romana de Milreu, Estoi, Faro

Século III d. C.

29 × 18,5 × 20 cm

Museu Municipal Dr. José Formosinho, Câmara Municipal de Lagos

MMJF 3171

Cabeça em mármore branco do imperador Galieno, que governou de 253 a 268, provavelmente, executado nos

inícios do seu reinado. É considerado um dos mais representativos retratos deste imperador romano.

Foi encontrado em uma *villa* da Lusitânia meridional que concentra um inusitado número de retratos imperiais.

CF

Bibliografia:

Viana [et al.], 1953; Souza, 1990, p. 45, n.º 127; Gonçalves, 2007, p. 103-107, n.º 16.

146. Pedestal marmóreo com inscrição de flâmine

Palácio do Duque de la Roca, Mérida

Meados do século I d.C.

31 × 39 × 12 cm

Museo Nacional de Arte Romano,

Mérida

CE01187

A leitura da inscrição que apresenta a lápide foi reconstituída como:

DIVO AVGVSTO [ET DIVAE AVG (*ustae*)]

ALBINVS ALBVI F (*ilius*) · FLAMEN D[IVI AVGVSTI ET]

DIVAE AVG (*ustae*) · PROVINCIAE LVSITAN[IAE DEDICAVIT]

Tradução:

Albinus, filho de *Albuus*, flâmine do Divino Augusto e da Divina Augusta da província da Lusitânia dedicou ao Divino Augusto [e à Divina Augusta].

O dedicante desta inscrição, *Albinus Albui*, era um flâmine. Isto é, um sacerdote do culto ao casal imperial, já divinizado, formado pelo imperador Augusto e pela sua esposa Lúvia.

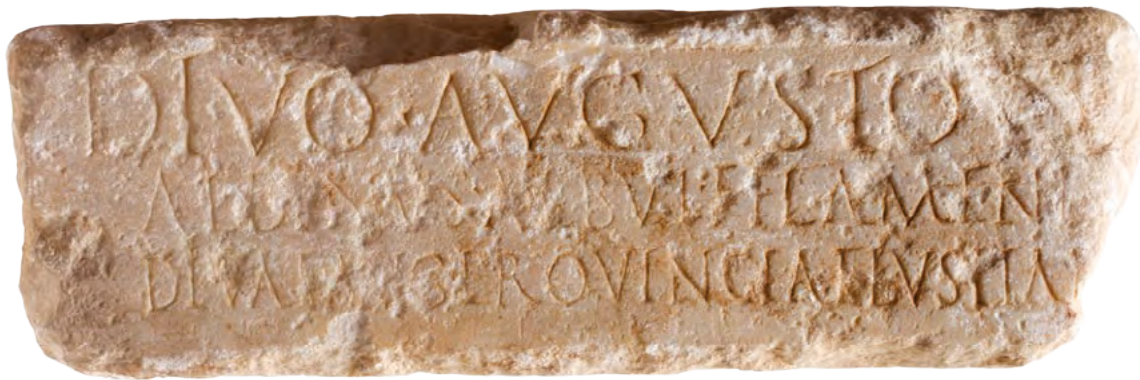
Este personagem, pela forma em que aparece o seu nome, talvez pudesse ser

alguém que tinha obtido a cidadania romana pouco antes da data em que se fez a inscrição. Se for assim, o seu nome seria *C. Iulius Albui f. Albinus*. Mas também pode ter pertencido a alguma elite indígena, sendo amparado e promovido por Roma.

PCC

Bibliografia:

Ramírez Sádaba, 2003, p. 52-55.





147. Braço de estátua

Alto da Charrua,
Campo Maior, Portalegre
Cronologia indeterminada
54 × 11,45 cm
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
17863

Antebraço nu, levemente fletido, e mão direita de uma estátua monumental de bronze. Apresenta os dedos anelar e médio dobrados, o indicador partido (apenas restando a falange) parece apontar ao alto, o polegar acompanha o movimento do braço e o dedo mínimo encontra-se decepado.

Pelas dimensões, poderia tratar-se da representação de um imperador ou de uma divindade. Foi encontrado ocasionalmente, em ambiente rural, em local que não conheceu investigação arqueológica, junto de vários outros artefactos metálicos (base, estatuetas, armelas de sítulas) pelo que não é fácil entender o seu contexto. Por se encontrar partido e associado a diversificados objetos de bronze, não será de excluir a possibilidade de se tratar de material reunido para refundição.

CF/AIS

Bibliografia:

Referido por Machado, 1964, p. 303, mas essencialmente inédito.



148. Braço de estátua

Algarve

Século I d. C.

33 × 5,9 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

E 2169

Fragmento de braço de estátua, fletido, mão voltada para cima com dedos finos e longos, semidobrados, com exceção do polegar. O indicador e o polegar apresentam-se mutilados.

O braço está vestido por manga comprida, até ao punho, ornamentada com faixas paralelas e horizontais de motivos geométricos e florais, tauxiado a cobre e intercalados por filetes se-

paradores, tauxiadas a prata. É oco, e a parte superior sugere o ajustamento ao tronco da estátua, excluindo a hipótese de se tratar de um braço votivo.

CF/AIS

Bibliografia:

Matos, 1966, p. 268; Freitas, 1987, p. 132; Pinto, 2002, p. 207.



149. Pedra de anel

Escavação do poscénio do teatro,
Medellín, Badajoz

Época augustana

1,2 × 1 × 0,2 cm

Museo Arqueológico Provincial
de Badajoz, Junta de Extremadura

D 9576

Cornalina. Pedra gravada de anel com
cabeça laureada de Apolo de perfil, com
o cabelo curto, a olhar para a esquer-
da. Trata-se de um modelo helenístico
tomado de algumas amoedações repu-

blicanas, concretamente desde 90 a. C.
até Augusto. Este modelo substitui
os tipos alexandrinos com caracóis
e canudos ou com puxo. Este deus é
muito habitual nos sinetes, talvez pela
sua relação com as curas e as profecias.

JLMM

Bibliografia:

Casal, 1990, vol. I, p. 117 e vol. II,
p. 34, n.º 173; López de la Orden,
1990, p. 118, lám. VI, n.º 43;
Cravinho, 2014, vol. I, p. 175-178
e vol. II, p. 42-44, estampa IV.



150. Pedra de anel

Escavação do teatro, Medellín
 Época augustana-júlio-claudiana
 1,2 × 1,1 × 0,3 cm
 Museo Arqueológico Provincial
 de Badajoz, Junta de Extremadura
 D 9575

Cornalina. Fauno despido de perfil para a esquerda. O joelho deste mesmo lado está apoiado no chão, representado pela linha de base. O direito está fletido em ângulo agudo. À sua frente encontra-se uma cista aberta. Trata-se de um motivo do cortejo báquico.

Silenos, faunos, sátiros, ménades, Pã, junto ao próprio Baco, são os motivos mais comuns entre os representados nos sinetes de anéis, prova da atração dos clientes por esta temática.

JLMM

Bibliografia:

Casal, 1990, vol. I, p. 97 e vol. II, p. 21, 83.

O território da primitiva província romana da Lusitânia da época alto-imperial não sofreu alterações desde que no ano de 27 a. C. se constituiu definitivamente, embora seja necessário recordar algumas variações ao complexo traçado dos seus limites por não seguir, em muitos casos, delimitações físicas suficientemente claras. Por esse motivo as fronteiras foram retificadas a partir da mesa redonda de Talence, Bordéus de 1988 com base em novos estudos. Daqui resultou o acréscimo da zona dos *Banienses*, junto ao Douro, de *Lacimurga* no vale do Guadiana, e uma parte da atual província de Ávila, incluindo a sua capital. Esses são os limites que se mantiveram até à queda do reino visigótico de Toledo no século VIII, quando a organização eclesiástica ainda mantinha os antigos limites jurisdicionais herdados da organização administrativa romana. Isto é, os limites originais não sofreram alterações ao contrário das outras duas províncias iniciais, a Bética e a Tarraconense.

Tal como desde a origem desses limites, a Província integrava uma diversidade de territórios físicos difíceis de enquadrar numa unidade geográfica, dado que incluía a este as terras da meseta da Península até mais a sul do vale do Guadiana, e a oeste desde o Douro, onde se encontrava o limite setentrional, até ao Algarve.

Essa diversidade física afetava igualmente a distribuição das cidades. As antigas fundações urbanas coloniais das épocas tardo-republicana e alto-imperial — seguidas da transformação dos antigos *oppida* em estabelecimentos de carácter urbano e, posteriormente, na época flaviana, em município — contribuíram para alterar a primitiva disposição dos antigos núcleos de povoação com o surgimento de outros novos a partir dos territórios das antigas cidades e, com isso, a abundante rede de caminhos ampliou-se para dar serviço a estas novas cidades.

Desde o início, a província da Lusitânia foi organizada em três *conventus*: o *emeritensis*, o *scallabitanus* e o *pacensis*, que tiveram as suas respetivas sedes em *Augusta Emerita*, *Scallabis* e *Pax Iulia*, de modo que todas as cidades ficaram inseridas neles. Uma vez dentro dos *conventus*, existiam as *praefecturae* das quais só se conhecem duas pertencentes ao *conventus emeritensis*, a *mullicensis* (cuja localização se desconhece) e a *turgalensis*, situada no atual Trujillo. A colónia *Augusta Emerita*, fundada em 25 a. C., converteu-se na capital da Província desde o próprio momento da sua criação, dotada de todo o tipo de elementos que constituiu o urbanismo romano desse momento e ao qual se foram acrescentando outros, de modo que se converteu numa das cidades onde melhor se pode observar a ação difusora da cultura romana na Península.

Assim concebida esta complexa maquinaria administrativa da época imperial manteve-se em funcionamento até ao último terço do século III, quando se transformou devido à implantação de um novo modelo de circunscrição: a *diocesis*, aplicado a todo o território da Península Ibérica, que parece ter a sua origem na época de Diocleciano ou, talvez, num momento ligeiramente posterior, na época de Constantino.

Aparentemente, esta ordenação territorial não teria importância para o cidadão lusitano, se não fosse porque a capitalidade do vicariato dessa *Diocesis Hispaniarum* teve a sua sede na capital da província da Lusitânia, *Augusta Emerita*, embora tenham surgido dúvidas sobre a sua correspondência a esta cidade ou se se teria estabelecido em *Hispalis* (Sevilha). Mas parece que os achados epigráficos permitem confirmar a sua sede na capital da Lusitânia. Uma extraordinária obra como o disco de Teodósio (388) (cat. 131), encontrado em Almedralejo, no território próximo de Mérida, denota o nível da hierarquia que deve ter habitado na cidade nos últimos séculos do Império. Este *missorium* era uma oferta do Imperador — com motivo da celebração dos *decennalia*, o período de 10 anos de governo — a alguma pessoa ilustre do momento. Saído das oficinas do Mediterrâneo oriental, como indica a inscrição grega do reverso, consta como uma das mais significativas obras do mundo baixo-imperial, tanto pela qualidade como pelo carácter representativo da iconografia oficial que ostenta.

O surgimento do cristianismo no território lusitano está comprovado pelo menos a partir do ano 254, quando a comunidade cristã de Mérida se dirigiu a Cipriano, bispo de Cartago, a pedir a sua opinião sobre Marcial, bispo da cidade, que tinha participado em atividades não contempladas dentro da ortodoxia cristã como consequência da perseguição de Décio. Isso levou à sua destituição por parte da comunidade cristã emeritense em favor do novo bispo, Félix, e uma vez terminada a perseguição, Marcial tentou apelar para conseguir a sua reposição na sede. A resposta de Cipriano a tal consulta recaiu a favor do primeiro, o que constituiu um dos marcos cronológicos mais antigos do cristianismo peninsular, para além de documentar a presença de uma comunidade cristã num ambiente urbano e a sua organização hierárquica.

Fenómenos similares devem ter ocorrido na maior parte dos núcleos urbanos lusitanos. Para a difusão da nova doutrina tiveram muita importância a primitiva rede de caminhos completada com outros de menor categoria, que sulcaram todo o território da Província.

A partir do momento da liberdade de culto constantiniana começará a copiar-se o modelo territorial da administração romana, assente sobre a base provincial, cuja primazia correspondia a *Augusta Emerita*, que se convertia, paralelamente, na sede da hierarquia eclesiástica enquanto sede do arcebispado. Através do episcopologio existem séries quase completas do mesmo, desde esse momento até ao século XII, quando se traslada para Santiago de Compostela.

O resultado será a criação de uma nova geografia eclesiástica que deve ter sido paralela à difusão das novas crenças. A criação das novas sedes deve ter sido paralela à existência de novas comunidades urbanas e rurais e à necessidade de controlo tanto da ortodoxia dos conteúdos face à possibilidade de movimentos heterodoxos, como para a erradicação dos provenientes das religiões romana e indígena que ainda se mantinham presentes nas mentalidades, especialmente nas áreas rurais onde era mais difícil atuar pelas distâncias dos centros diocesanos.

A cronologia da implantação das sedes episcopais está compreendida entre o século III e o século VII, como se representa na seguinte tabela, segundo a sucessiva presença dos seus respetivos bispos nos concílios hispânicos:

SÉC. III	SÉC. IV	SÉC. V	SÉC. VI	SÉC. VII
<i>Emerita</i>	<i>Ebora</i>		<i>Pax Iulia</i>	<i>Caliabria</i>
<i>Ossonoba</i>	<i>Olisipo</i>		<i>Viseu</i>	
	<i>Abula</i>		<i>Conimbriga</i>	
			<i>Egitania</i>	
			<i>Lamecus</i>	
			<i>Egitania</i>	
			<i>Salmantica</i>	
			<i>Caurium</i>	

Como se pode observar, torna-se difícil explicar a distribuição temporal e espacial, sobretudo pela lacuna que existe na criação de dioceses ao longo de todo o século V e pelo espetacular aumento no seguinte, que serviu realmente para corrigir as distâncias existentes entre as do primeiro momento.

Estas novas sedes foram geralmente instaladas em cidades onde se situou a catedral episcopal, e à medida que o número delas ia aumentando, fazia-o à custa dos territórios das dioceses vizinhas. É impossível restituir geograficamente cada uma dessas áreas adjudicadas, mas através das atas dos concílios, especialmente do único que conservou as referidas à província lusitana, o de Mérida do ano 666, trata-se de limitar de alguma maneira uma peculiaridade por parte de alguns bispos: a consagração de igrejas em territórios próximos mas alheios à sua diocese, de modo que se convertiam de facto pertencentes à sua.

O processo de transformação das cidades começou a gerar-se desde o século III, mas quando mais se evidenciou foi com a invasão de populações germânicas que assentaram no território peninsular. Primeiro chegaram os vândalos, suevos e os alanos no ano 429, e pouco mais tarde, os visigodos que acabariam por se entronizar na Hispânia. Não é clara a data do processo de refortificação das cidades, mas é certo que se deu um retraimento e uma renovação dos sistemas defensivos, que em vez de incluir todo o tecido urbano, o reduziram relativamente às dimensões fundacionais, chegando a defender-se apenas as zonas centrais da cidade e deixando de fora espaços domésticos. *Conimbriga* é um dos exemplos mais claros da Lusitânia, onde várias das *domus* foram partidas e ficaram de fora. De modo paralelo, pode-se contemplar a privatização de espaços públicos, quando estes já não satisfazem as iniciais funções para que foram criados e a administração já não tem recursos: ruas ou praças forenses irão perdendo espaço a favor da instalação de casas.

Mas face a este comportamento também se pode observar outro de sinal contrário, como o restauro do circo de Mérida por volta de 337-340. Semelhante restauro, e por volta das mesmas datas, foi realizado noutra dos edifícios de espetáculos levantados na época fundacional da colónia, no teatro, segundo se depreende de uma inscrição que se conserva no Museu Nacional de Arte Romana, talvez como resposta à nova situação de capitalidade do *vicariatus* da *diocesis hispaniarum*. Outros dos restauros de edifícios documentados no século V, na capital da Lusitânia, correspondem às muralhas, coincidindo com o fenómeno antes citado, e à ponte sobre o Guadiana, à custa do bispo Zenão em 483.

Outro aspeto que teve uma importante repercussão na cidade tardo-romana foi a implantação do cristianismo. As manifestações arqueológicas cristãs mais antigas devem ter sido os centros de reunião das comunidades cristãs nas áreas urbanas, das quais, por agora, torna-se difícil identificar dado o carácter neutro que deviam exibir, alheios a qualquer manifestação. É possível que na decoração desses primitivos lugares de reunião e culto estivessem presentes algum tipo de elementos de significado ambivalente e que não refletissem abertamente a sua pertença ao novo sistema de crenças.

No entanto, a criação dos edifícios apropriados para o culto cristão e a sua inserção no tecido urbano marcariam uma paulatina mudança na cidade. A própria afluência aos mesmos, começaria a dar um diferente significado aos espaços de reunião, marcando um ritmo diferente, em detrimento das tradicionais estruturas romanas e dos seus edifícios monumentais, já em decadência. O distanciamento das genuínas atividades e do ócio da população romana, enclausuradas definitivamente aquando da queda do Império, levaria ao abandono dos grandes edifícios do passado. A retração das estruturas económicas tornaria igualmente impossível a manutenção da grandiosa edílica romana. A criação da catedral nas cidades episcopais marcaria o polo de atração e, junto dela, os santuários mais estimados, dedicados inicialmente ao culto dos mártires, concentrariam igualmente a afluência dos fiéis.

O bispado tinha jurisdição sobre as igrejas no âmbito da cidade. As basílicas dos santos situaram-se frequentemente na periferia, já fora das muralhas, sendo a sua localização determinada muitas vezes pela elevação de um *martyrium* no mesmo local onde foi enterrado o mártir. Já em tempos da grande expansão do cristianismo, que conhecemos no século VI, a extensão do culto para os campos foi ampla, através de uma série de igrejas que dependiam igualmente de cada diocese. Outro tipo de construção seria gerada pelas comunidades religiosas que habitaram os mosteiros que, independentes do regime episcopal, viveram com autonomia. Estes situaram-se indistintamente no espaço urbano ou no meio rural.

Numerosíssimas advocações que subsistiram até à atualidade, quer nas cidades quer no território, são testemunho da difusão dos primeiros cultos cristãos, infelizmente sem contexto arqueológico. Contrariamente, muitas basílicas descobertas sobretudo no âmbito rural, carecem da titularidade que originalmente ostentariam.

O núcleo da Lusitânia que reflete com mais amplitude a realidade da cidade cristã é *Augusta Emerita*. A sua riqueza arqueológica, unida à extraordinária informação que proporciona o opúsculo *Vitas sanctorum patrum emeritensium* (século VII), convertem-na no centro mais documentado do cristianismo hispânico.

De acordo com estas referências, a catedral de Mérida, dedicada a Santa Maria, contava com um batistério anexo, e estava nas proximidades do palácio episcopal. A atual igreja de Santa Maria, seguramente sua sucessora, indica que a hierarquia religiosa se situava já à margem dos espaços forenses que tinham constituído o núcleo vital da cidade romana. Dada a importância de Mérida no século IV, o templo pode ter sido uma das fundações cristãs iniciais. O culto a Santa Eulália (fig. 1), martirizada no ano 304, centraria contudo a devoção da cidade. Eulália, que foi torturada por defender a fé quase em menina, converteu-se numa das mártires mais estimadas no Ocidente cristão, de modo que o seu culto ultrapassou as fronteiras hispânicas e o seu santuário converteu-se em centro de peregrinação. Posteriormente, já no século VI, o bispo Masona construiu nas suas proximidades um Xenodóquio para acolher peregrinos e indigentes. O edifício martirial levantado no cemitério norte de Mérida, sobre os seus restos mortais, seria engrandecido com uma grande basílica no século V, alvo de uma remodelação no século VI. A escavação que se efetuou sob a atual igreja

de Santa Eulália dá-nos a imagem de um dos mais significativos edifícios do primitivo culto cristão na Hispânia. O texto das *Vitas*, por outro lado, alude a toda uma série de igrejas e mosteiros espalhados pela cidade, o seu anel extramuros e o território próximo de Mérida.

Tal concentração de edifícios cristãos indica que Mérida, já no século VI, encontrava-se noutra fase urbana que gravitava em torno da vida religiosa. Algumas destas igrejas vinham da etapa do século IV, mas as *Vitas* dão a entender que no século VI, já no período da monarquia visigótica, o bispo Masona (570-605) foi um grande promotor da construção religiosa, o que ampliaria as mais primitivas dotações cristãs. Esta atividade só se entende considerando o património que a igreja acumulava, procedente tanto de donativos privados, exemplificados com a rica herança que recebeu o bispo Pablo de um senador em meados do século VI, como da atividade comercial que os bispos tinham. E em suma, esta multiplicação da arquitetura cristã dá uma ideia da transformação da fisionomia de Mérida nesta fase tardia.

Fig. 1 — Basílica de Santa Eulália de Mérida, reconstituição do espaço interior. Centro de interpretação de Santa Eulália, Mérida.

A manifestação palpável daquela atividade construtiva fica materializada na enorme quantidade de restos marmóreos que formaram parte das construções dos séculos VI e VII. A escultura visigótica, testemunho do gosto ornamental da arquitetura daquele tempo e do tipo de bens litúrgicos que se utilizou naquelas igrejas, apresenta em Mérida uma riqueza excepcional que se deve considerar em relação à fase novamente ativa da capital da Lusitânia. Outros núcleos lusitanos como Badajoz e Beja (*Pax Iulia*) ou mais distante Sines, reúnem também importantes coleções de escultura, o que juntamente com a dispersão de peças no território, demonstra a atividade das oficinas no momento.

Fig. 2 — Batistério de Mértola. Fotografia cedida pelo autor.

A arquitetura religiosa constituiria a manifestação mais significativa de construção no âmbito urbano. Mas, pelo contrário, a cidade em geral assistiria a uma notável redução.

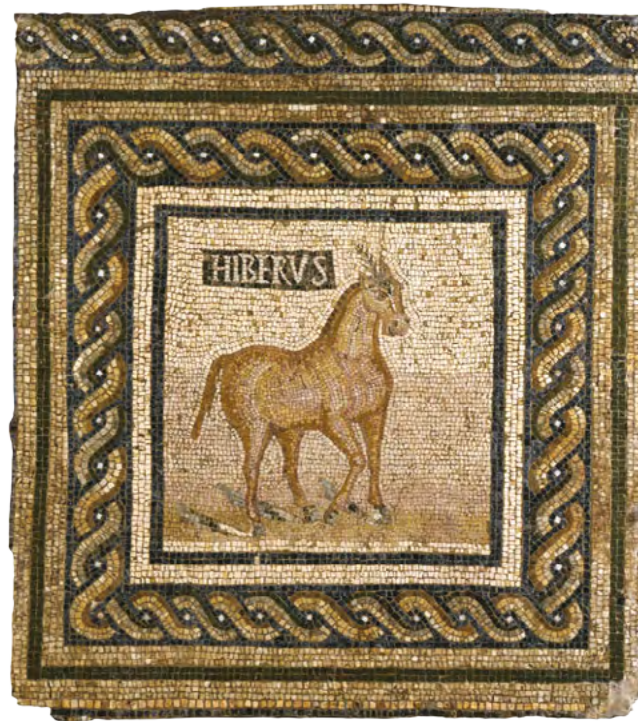


A arqueologia, através das escavações praticadas no terreno de Morerías de Mérida, mostrou que as espaçosas casas romanas chegaram a dividir-se em pequenas habitações sem comodidades; e um pequeno mas significativo núcleo como Mértola constitui um bom exemplo. Para além do rico batistério instalado no antigo *forum*, construiu-se outro nas proximidades do primeiro (fig. 2).

Assim, no alvor da Idade Média, a extraordinária dimensão da urbe romana e da sua vida seria reduzida para empreender uma trajetória diferente entre a deterioração e o surgimento da nova arquitetura que marcava já definitivamente o signo cristão.

De forma paralela, as centenas de *villae* espalhadas por todo o território lusitano desde a primitiva organização da divisão de terra centuriada, oferecem uma enorme variedade tipológica nas plantas que exibem. Mas será a partir do século IV quando começarão a adotar alguns aspetos morfológicos comuns, como o acrescento de absides que serviram para rematar alguns dos principais espaços (*oeci, stibadia*), ou a criação de trilobados e tetralobados nos mais importantes, como mostram as plantas das *villae* do Rabaçal, Quinta das Longas, Torre de Palma e Torre Águila, entre outras. Esta maior complexidade planimétrica constitui um evidente sintoma da ostentação e prestígio dos proprietários, pois não é em vão que esta é a época em que essas propriedades rurais parecem receber uma maior parte do investimento dos benefícios obtidos no *fundus*. Este mesmo fenómeno observa-se igualmente nos pavimentos de mosaico, sejam de temática geométrica ou figurativa e seguem as pautas estilísticas que caracterizam a *musivária* deste século. A mitologia, com uma ampla manifestação (Orfeu, Musas, temas dionisíacos, etc.), a caça, as estações do ano, temas circenses, cavalos, etc. são os temas preferidos (fig. 3). A riqueza artística que possuíam algumas dessas mansões

Fig. 3 — Mosaico dos cavalos, pormenor do cavalo *Hiberus*. Torre de Palma. Monforte, Portugal. © MNA. DGPC/ADF. José Pessoa.



reflete-se também no excepcional conjunto escultórico da Quinta das Longas (cat. 158 a 160), de gosto helenístico e na esfera das criações do Mediterrâneo oriental.

Outra das manifestações da cultura material característica deste momento são as cerâmicas africanas, que chegarão massivamente a muitos destes assentamentos rurais como substituição da *sigillata* de fabrico hispânico, chegando-se a converter no principal fóssil diretor do período.

Entre outras provas que refletem a já possível conversão ao cristianismo e a sua manifestação na cultura material, poderia ser a consolidação do ritual de inumação face ao de incineração dos cadáveres, que se observa tanto nas áreas urbanas como nas rurais, embora sem existir a presença na Lusitânia de sarcófagos esculpidos, como noutras áreas do Império. Contudo, em algumas necrópoles deteta-se a existência de inumações de «tipo privilegiado» como ocorre em La Cocosa (Badajoz), onde se construiu uma capela funerária em cuja cripta se depositou um único enterramento. Outro caso parecido pode ter sido o escavado há anos nas proximidades de Cáparra, em La Granjuela, no interior de um edifício de planta octogonal.

Não se sabe de que maneira o cristianismo conseguiu substituir as crenças de uma ampla massa da população, especialmente nos campos, quando aí se encontravam os cultos pré-romanos que fizeram sincretismo com os deuses do panteão romano. A conversão e substituição de facto de alguns desses primitivos locais de culto, como em São Miguel da Mota, antigo santuário de *Endovellicus*, o de *Vaelicus* em Postoloboso, Candeleda (Ávila) ou o mosteiro e logo ermida de Santa Lucía del Trampal que tinha estado dedicado a *Ataecina*, são dois dos exemplos mais bem conhecidos dessa conversão. Talvez esta fosse só algo externo, mantendo-se no folclore tudo o que não pôde ser cristianizado apesar das tentativas dos concílios, especialmente o de Braga de 572, que pretendiam erradicar aqueles costumes da tradição lusitana e que finalmente a hierarquia eclesiástica teve de admitir, conservando-se ainda nas festas do pré-carnaval. Idênticas práticas tentam-se cristianizar na obra *De correctione rusticorum* de Martinho de Braga, participante nos dois concílios bracarense do século VI.

Para os primitivos templos cristãos situados nas áreas rurais haveria ainda que esperar para observar nitidamente a criação de modelos que irão evoluindo com o tempo, seguindo as pautas derivadas de outros mais distantes no espaço até que finalmente se cristalizem dentro de certas fórmulas canónicas, como reflexo da coordenação da hierarquização diocesana. Uma das mais antigas parece ser a de Milreu, Estoi, uma luxuosa *villa* no Algarve que recebeu a cristianização, como comprova uma piscina batismal.

O conhecimento dessas igrejas rurais ao longo dos séculos, sem dúvida, como indicámos, produto da difusão a partir das áreas urbanas, e o reduzido número nelas comprovado, implica que enquanto nos campos se abandonou o seu uso ou foram transformadas em ermidas rurais, nas cidades, fossem sedes episcopais ou não, erigiram-se sobre elas as igrejas urbanas durante a Idade Média. Talvez ainda permaneça no subsolo das mesmas a memória arqueológica das construções culturais primitivas.

As plantas oferecem distintos tipos, desde as de uma única abside semicircular e uma nave, até às de duas absides afrontadas e três naves, como as de Torre de Palma, Casa Herrera e Mértola, datáveis do século VI. Nos séculos seguintes evolucionarão para outras plantas mais complexas. Todas estas igrejas tiveram em comum a mesma função: a do controlo da ortodoxia e assistência espiritual às comunidades rurais, como a administração do batismo, como comprovam as piscinas batismais situadas nas suas imediações, que oferecem tipologias diversas, sendo uma das mais frequentes a de planta cruciforme. Por sua vez, as igrejas rurais ofereciam amparo aos defuntos de um grupo social criando áreas funerárias na sua proximidade.

Uma notável alteração observa-se a partir do século v na epigrafia funerária. As inscrições deste género conservadas até à data oferecem fórmulas distintas à das inscrições quer do meio urbano quer do rural. Agora constituem-se na maior parte dos casos pela tampa da sepultura, onde se substituem os símbolos astrais característicos do período romano por cristogramas e cruces monogramáticas (fig. 4). Nelas, também a onomástica do defunto se transformou em nomes pessoais, os antigos *cognomina*, que implicam um desejo de «chegar a ser» dentro da doutrina cristã. De igual modo se popularizarão outros nomes de origem grega com essa mesma intenção. Nunca falta na inscrição a data em que ocorreu o óbito, porque esse dia converter-se-ia no *dies natalis*, que significava o começo de uma nova vida que será objeto de comemoração anual. Também se assiste à alteração do formulário, já que a velha fórmula funerária abreviada romana de *hic situs est sit tibi terra levis* será substituída por outra, ainda em desenvolvimento, *resquiescat in pace*, e que demorará algum tempo para se converter em abreviatura. Exemplos desta mudança na epigrafia podem observar-se em numerosos pontos da Lusitânia, mas em especial e *in situ* nas basílicas de Mértola e de Santa Eulália de Mérida, entre outras.

Fig. 4 — Peça de cancelo, Olivenza, século VI.
© Museo Arqueológico Provincial de Badajoz.

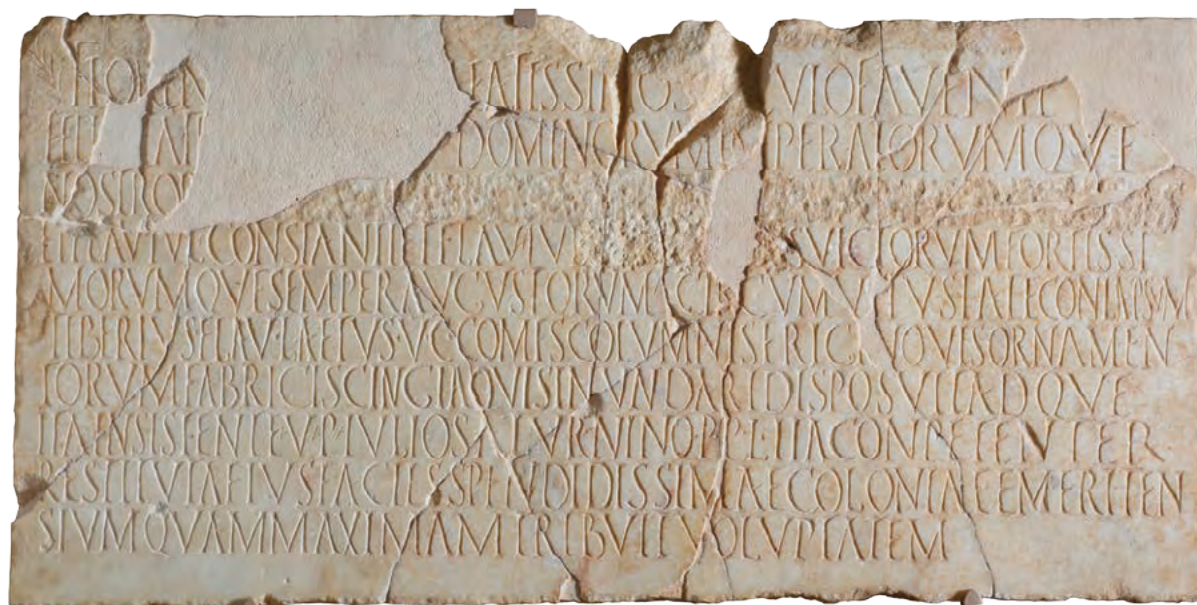


151. Placa com inscrição sobre o restauro do circo romano de Mérida

Escavações do Circo Romano,
Mérida
337-340 d. C.
75 × 153 × 6 cm
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
CE00653

Placa retangular de mármore branco, partida em 21 fragmentos, alguns em falta, sobretudo na parte superior. O campo epigráfico distribuiu-se uniformemente em 10 linhas de belas letras librárias, com uma *damnatio memoriae* que afeta a linha três e parcialmente a quatro, e pontuação triangular e cruciforme.

Foi encontrada nas escavações realizadas por Mérida e Macías no circo romano, em 1919, junto às *carceres*.



Leitura:

FLOREN[TISSIMO AC B]EATISSIMO S[AE]CVLO FAVENTE
 FELI[C]I TATE [—] DOMINORVM IMPERATORVMQUE
 NOSTROR[VM FLAV(ii) CLAVDI (i) CONSTANTINI P(ii) F(elicis) M]A[XIMI] VICTORIS
 ET FLAV(ii) IVL(ii) CONSTANTII ET FLAV(ii) [CONSTANTI]S VICTORIVM FORTISSI-
 MORVMQUE SEMPER AVGVSTORVM.CIRCVM VETVSTATE CONLAPSVM
 TIBERIVS · FLAV(ius) · LAETVS · V(ir) · C(larissimus) · COMES COLVMNAS ERIGI NOVIS ORNAMEN-
 TORVM FABRICIS CINGI AQVIS INVNDARI DISPOSVIT ADQVE
 ITA INSISTENTE.V(iro) · P(erfectissimo) · IVLIO SATVRNINO · P(raeside) · P(rouinciae) · L(usitaniae) ITA CONPETENTER
 RESTITVTVA EIVS FACIES SP(L)ENDIDISSIMAE COLONIAE EMERITEN-
 SIVM QVAM MAXIMAM TRIBVIT VOLVPTATEM

Tradução:

Nesta época tão próspera e feliz, favorecida pela felicidade e clemência dos senhores nossos imperadores *Flavius Claudius Constantinus*, máximo, vencedor, *Flavius Iulius Constantius* e *Flavius Constans*, vencedores, fortíssimos e sempre augustos, o varão claríssimo *Tiberius Flavius Laetus*, conde, ordenou que o circo, arruinado por causa da sua vetustez, se erguesse nas suas colunas, fosse ornamentado com novos adereços, se enchesse com água e assim, o varão perfeitíssimo, *Iulius Saturninus*, presidente da província da Lusitânia, de forma tão insistente quanto mais competente, devolveu a sua aparência à esplendorosa colónia dos emeritenses, correspondendo ao mais profundo anseio desta.

Documenta, num belo texto poético muito em voga na época constantiniana, as reformas e a integração de novas estruturas decorativas (COLVMNIS ERIGI NOVIS ORNAMENTORVM) que devolveram ao velho circo augustano o antigo esplendor perdido com o tempo (VETVSTATVM CONLAPSVM), pela oportuna intervenção do *comes Tibe-*

rivs Flavius Laetus e do *praeside prouinciae Lusitaniae Iulius Saturninus*, sempre sob amparo e magnificência dos Augustos, Constantino, Constante e Constâncio, que reinaram juntos entre os anos 337 e 340 d. C.

A *damnatio* das linhas três e quatro, onde se apagaram os nomes de Constantino II, primeiro, e Constante, depois, deve ter sido realizada uns 10 anos após a gravação da inscrição, quando Constante foi deposto por Magnêncio, em 350, quando tratava de iniciar negociações, com pouco êxito, com Constâncio, nome que se respeita no texto. Para além disso, o facto de o nome de Constantino II ocupar muito mais espaço do que o de cada um dos outros imperadores, poderia dever-se ao facto da Hispânia fazer parte do lote que lhe correspondeu na primeira divisão.

Um aspeto interessante e controverso que aparece mencionado na epígrafe é o que se refere à dotação do circo de nova canalização de água (AQVIS INVNDARI), entendido por vários autores como alusão aos espetáculos aquáticos, drenagens ou regulação da circulação de água, que não teriam de

ser necessariamente *naumaquias*, já que a solução foi levantada durante a realização das últimas campanhas de escavações, em 1994-1995, quando se descobriu um coletor que fornecia água à *spina* central, de modo a que o *euripus* estivesse constantemente abastecido. Não obstante, a intervenção no velho circo de *Emerita*, generosamente narrada na inscrição, não foi um facto isolado motivado pela magnificência imperial, mas inclui-se num amplo programa de realizações públicas, das que também beneficiaram outros antigos edifícios como o teatro e os aquedutos, destinado a promover a cidade na sequência da sua designação como capital efetiva da nova *dioecesis Hispaniarum*, e assim residência da sua autoridade máxima, o *vicarius*, dependente do *praefectus* das Gálias.

AVJ

Bibliografia:

Chastagnol, 1976, p. 259-276; Arce, 1982, p. 209-226; Sánchez; Montalvo; Gijón, 2001, p. 75-95; Ramírez Sádaba, 2003, p. 116-120.

152. Placa da lua

Mérida

Séculos VI-VII d. C.

60 × 50 × 6 cm

Museo Nacional de Arte Romano,

Mérida

CE26793

Placa de mármore com representação de edícula, constituída por base de cordão sogueado, colunas de capitel compósito e frontão triangular, delimitado por análogo cordão e vieira no interior.

Debaixo do frontão situa-se a inscrição ET ANTE LVNA SEDIS EIVS e a figura da lua em quarto minguante rebaixada.

Com a seguinte tradução:

E antes da Lua está a sua (de Deus) sede. Em cada uma das enjuntas figura uma flor tetrapétala.

A placa da lua é uma peça que recebeu especial atenção por parte dos especialistas devido à interessante linguagem formal e simbólica que apresenta.

Enquanto a estrutura compositiva em edícula é bem conhecida na escultura visigótica emeritense, tanto a inscrição — que Cruz Villalón muito acertadamente relaciona com certos salmos bíblicos — como a representação da Lua são excecionais no âmbito hispânico. No entanto, os numerosos exemplares semelhantes do ponto de vista compositivo, presentes na coleção visigótica do Museu, e a similitude do formato, permitem interpretá-la como peça da decoração escultórica de um edifício religioso, datando-se entre final do século VI e princípio do século VII. A presença da Lua deverá corresponder assim à simbologia astral, a Lua e o Sol. A peça foi encontrada durante umas obras efetuadas na casa n.º 1 da calle Vespasiano, na esquina com a calle Almendralejo. Numa localização muito próxima do atual Parador (antigo Convento de Jesus Nazareno), e onde já foram localizadas peças de esculturas visigóticas, algumas das quais integradas nas coleções do MNAR. O historiador emeritense Moreno de

Vargas cita uma ermida goda dedicada ao Apóstolo Santiago, próxima do Arco de Trajano. Mérida diz que visitou os restos de uma «basílica visigótica» dentro do que é hoje o Parador. A importância da mensagem esculpida, bem como a qualidade da execução, induzem-nos a pensar que formaria parte da decoração de algumas das numerosas igrejas e ermidas presentes na topografia emeritense visigótica, muitas das quais são citadas na obra *Vitas Sanctorum Patrum Emeritensium*, excepcional fonte para a arqueologia da cidade.

NBM

Bibliografia:

Mérida, 1925, vol. II, p. 13; Moreno de Vargas, 1974, p. 78 e 482-483; Blanco Freijeiro, 1983, p. 239-243; Cruz Villalón, 1995, p. 155-184; Ramírez; Mateos, 2000, p. 205-206, n.º 163; Barroso; Morín, 2001, p. 425-436.





153. Lápide funerária do exarconte judeu *Annianus Peregrinus*

Estação ferroviária, Mérida

Final do século IV d. C.

29 × 34 × 4 cm

Museo Nacional de Arte Romano, Mérida

CE37770

Lápide elaborada em mármore branco, coberto por uma pátina amarelada. A face onde se exhibe a inscrição está polida, apresentando uma leve proeminência longitudinal no terço inferior, enquanto a face oposta mal está desbastada. A inscrição, na primeira das duas faces, consta de 12 linhas. As sete primeiras estão delimitadas através de pares de linhas horizontais graças às quais se verifica uma paginação regular tanto em altura como nos seus espaçamentos. As letras medem no máximo 2 cm e no mínimo 1 cm de altura. A separar algumas das palavras encontramos pontuação triangular.

A ladear as quatro últimas linhas da inscrição figuram dois motivos que podem ser interpretados como candelabros de sete braços. Estes compõem-se de um pé de base triangular do qual surgem os respetivos braços: um central e três de cada lado. Dos braços, os cinco superiores de cada candelabro mostram um remate em forma de meia-lua, enquanto nos dois inferiores, o direito não apresenta nenhum remate e o esquerdo adota a forma de um ramo com sete folhas. Os motivos foram executados a bisel, com plástica muito simples e esquemática.

O texto em questão, segundo leitura de García Iglesias, diz assim:

ANNIANVS PEREGRINVS ONO
RIFICVS DVARVM SINAGOGAE
EXARCON VIXIT · ANN(OS) · XLV DE
QVEM BONVM TESTIMONI
VM REDDENT CIVES ET AMICI
SVI O TE INNOCENTEM NON
FRVNITVM FVISSE AETA
TEM TV

AM BENE
DORMIAT
SPIRITVS TV
VS

Seguindo o próprio García Iglesias, poderia traduzir-se do seguinte modo: *Annianus Peregrinus*, exarconte honorífico das duas sinagogas, viveu 45 anos. Dele nos dão bom testemunho os seus concidadãos e amigos. Não gozaste, ai!, da tua irrepreensível vida. Que durma bem o teu espírito.

Apenas o referido nas três primeiras linhas bastar-nos-ia para avaliar a enorme transcendência de uma das últimas aquisições do Museu, conseguida pela generosa doação de Diego Galindo Bailón, que certificou à instituição uma segura proveniência emeritense do exemplar. Encontramo-nos perante um judeu, como bem reforçam as duas menorás que ladeiam o extremo inferior do texto. Mas não se trata de um judeu qualquer, mas do



dirigente das duas sinagogas da cidade. Um dado valiosíssimo não só em relação ao importante cargo que teve esse indivíduo, mas também pela inestimável informação arqueológica que fornece, já que a difícil identificação de tais edifícios, sobretudo anteriormente à Baixa Idade Média, torna impossível verificar tal dado noutra fonte que não seja a presente lápide. Por fim, a datação da peça, segundo o artigo citado, poder-se-ia fixar, quer pelos rasgos formais quer paleográficos, no final do século IV, no contexto de um excecional e fugaz ambiente de permissividade para com o povo judeu.

RSG

Bibliografia:

García Iglesias, 2014.

154. Lápide funerária de *Proiectus*

Mérida

Final do século IV-início do século V d.C.

32 × 46 × 2 cm

Museo Nacional de Arte Romano,

Mérida

CE36169

Lápide funerária em mármore de formato trapezoidal, fragmentada na zona inferior. Apresenta inscrição, precedida, na zona superior, dos respectivos pares de cristogramas: os dos extremos em forma de cruz monogramática; enquanto os centrais são símbolos cristológicos com alfa e ómega.

A leitura do texto epigráfico

é a seguinte:

PROIECTVS MEMORIAM

POSVIT CONIVGI SVAE

VRSELLAE QVAE VIXIT

CVM ILLO ANNOS XII

Tradução:

Proiectus mandou fazer este monumento à sua mulher *Ursella*, com quem viveu doze anos.

Destaca-se, singularmente, na peça a reiteração do uso dos cristogramas, especialmente a cruz monogramática, assim como as fórmulas epigráficas utilizadas, concretamente, *memoriam posvit*. Ambos elementos permitem inferir uma datação inicial, entre final do século IV e princípio do século V, sendo este um dos primeiros exemplos de epigrafia cristã na cidade de Mérida.

NBM

Bibliografia:

Fita, 1914, p. 236-237; Vives, 1942, p. 16-17; Navascués, 1948, p. 182-183; Ramírez; Mateos, 2000, p. 95-96, n.º 49.

155. Vaso litúrgico

Bobadela, Oliveira do Hospital,
Coimbra

Século VII d. C.

17,1 × 7,1 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

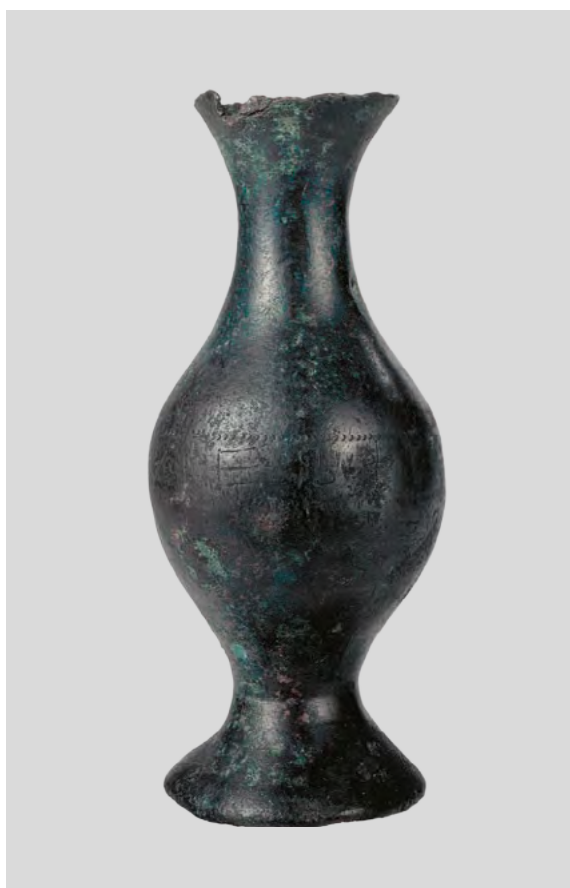
992.69.1

Vaso de bronze, de corpo fusiforme e perfil sinuoso, assente sobre o pé destacado, com colo alto, estrangulado, terminando num bordo com lábio apontado. Falta-lhe o fundo e uma pega curva. Em redor da área mesial desenvolve-se uma cartela sub-retangular limitada por pequenos semicírculos incisos onde se encontra inscrita a, gravada por incisão: ASAECLESA/ES+/*«da Santa Igreja de Jesus Cristo»*. A mesma decoração unguiforme, incisa, contorna parte da zona de soldadura da asa.

CF/AIS

Bibliografia:

Gomes; Dias, 1995, p. 91-98.



156. Pia de purificação

*Villa romana de Torre de Palma,
Monforte, Portalegre*

Séculos v-vi d. C.

63 × 24,7 × 21,2 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

994.51.1

Fragmento de pia de mármore com decoração em baixo-relevo de motivos vegetalistas constituídos por folhas de videira e cachos de uva. Investigação recente classifica esta pia como pia de purificação, de função laica ou religiosa, evitando denominá-la como pia de ablução ou batismal, ainda que a sua proveniência da «basílica» de Torre de Palma o pudesse sugerir.

CF/MLR

Bibliografia:

Inventário ..., 1995, p. 186-187;

Wrench, 2008, p. 562-563; Wolfram,
2011, p. 222 e 310.



**157. Fragmento de friso,
reaproveitado como lápide
funerária em 544 d. C.**

Silveirona, Estremoz,

Évora

Época romana

107 × 51 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

E 8019

Placa de mármore reutilizada como lápide funerária. Uma das faces apresenta um friso com decoração vegetalista e deveria pertencer a um mausoléu de época romana.

Face A: representa um canto ornamentado por um friso de folhas de acanto enroladas à volta de flores estilizadas, seguidas por uma moldura de gola

direta, ornada de folhas estilizadas e por duas molduras simples. Conserva diversos orifícios para encaixe de elementos metálicos.

Face B: no verso desta placa foi gravada uma inscrição funerária. A face foi alisada e a inscrição ocupa só a metade superior da placa. A paginação é alinhada à esquerda e os caracteres são irregulares. Notam-se vários acrescentos à esquerda: as calendas e a era.

Leitura:

(*cruz*) TALASA FAMO [sic]

LA DEI VIXSIT [sic]

ANNOS XLIIII

ET REQVIE(ui)T

IN PACE XV

CALE(*ndas*) SEPTEMBRES

ERA __ LXXX II

Tradução:

Talassa, serva de Deus, viveu 44 anos e repousou em paz no 15.º dia das Calendas de setembro da era de [César] de 582 (corresponde a 18 de agosto de 544 da nossa era).

CF/AIS

Bibliografia:

Oliveira, 1941, p. 3, n.º 22;

Encarnação, 1977, p. 76-77; Cunha,

2008, n.º 167.



**158. Figura masculina
anguípeda**

Villa romana de Quinta das Longas,
Elvas, Portalegre

Século III d. C.

54 × 29,5 × 14 cm

Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa

2006.355.1

Estátua incompleta de figura masculina despida. O corpo está voltado para a esquerda e apresenta um apoio no ombro esquerdo que sugere a existência de um objeto sustentado com esse mesmo braço, eventualmente uma *buccina*. De acordo com a tipologia dos seus elementos anatómicos pode ser enquadrado dentro do grupo iconográfico dos gigantes de carácter anguípedo. Tendo em conta o contexto de ninfeu em que se inseria esta escultura, poderá ser também identificado como tritão, sendo de salientar a evidente *contaminatio* entre estes tipos iconográficos gigante/tritão.

CF

Bibliografia:

Carvalho; Almeida, 1999-2000,
p. 13-37; Nogales; Carvalho; Almeida,
2005, p. 118-123, fig. 5; Gonçalves,
2007, p. 292-293, n.º 13ob.



159. Estatueta feminina

*Villa romana de Quinta das Longas,
Elvas, Portalegre*

Século III d. C.

49 × 24 × 14,5 cm

Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa

2006.355.4

Estátua incompleta de figura feminina despida. O corpo está inclinado para a frente, apoiando o peso sobre a perna direita enquanto ergue a esquerda possivelmente para segurar a sandália com a mão direita. O braço esquerdo levantar-se-ia em posição horizontal para apoio em algum elemento que equilibrasse a postura.

A posição e as características do corpo permitem identificá-la com Afrodite-Vénus a segurar a sandália. Estaria integrada num grupo escultórico de menores dimensões do que aquele a que pertenceria a peça n.º 2006.355.1.
CF

Bibliografia:

Carvalho; Almeida, 1999-2000, p. 13-37; Nogales; Carvalho; Almeida, 2005, p. 103-156 (125-128, fig. 10); Gonçalves, 2007, p. 290-292, n.º 130.



160. Fragmentos de troncos de árvores, folhas e frutos

Villa romana de Quinta das Longas, Elvas, Portalegre
Século III d. C.
Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa
2006.355.4267; 2006.355.4268

Fragmentos de troncos de árvores, folhas e frutos de distintas espécies. Embora se trate de motivos estilizados, podemos avançar a hipótese de identificação da espécie *Quercus sp.* (género carvalho, sobreiro ou azinheira) a partir, por exemplo, da bolota e sugere-se o teixo (*Taxus bacata*) a partir do reconhecimento do fruto. Quanto às folhas o *Quercus sp.* e a *Vitis vinefra* (videira) constituem hipóteses de trabalho, além de algumas heras ou mesmo uma espiga de cereal.

Os materiais apresentados fazem parte de um conjunto de dezenas de fragmentos de elementos vegetalis-tas. Deverão ter sido originalmente esculpidos, muito provavelmente, numa mesma peça de mármore branco de grão fino, permitindo sugerir através do rendilhado apresentado um denso e rico bosque. Algumas das folhas são

delgadas lâminas de mármore presas aos troncos por estreitas uniões. É um trabalho de excepcional qualidade técnica e artística que exigiu um ateliê ou artista muito dotado e com grande experiência.

Pela fragilidade dos elementos, a peça deve ter sido esculpida integralmente, ou pelo menos, terminada já na *villa*. Por diferentes razões, duas hipóteses interpretativas são possíveis para estes materiais escultóricos. Poderão tratar-se de fragmentos de uma mesma árvore, que apresenta no entanto folhas de diferentes espécies, e que pertenceriam à composição de uma escultura de Diana Caçadora, de que temos também outros elementos escultóricos, tais como parte de um arco, a ponta de uma flecha, ou o cão que morde um veado. Filiando-se esta peça em protótipos com elemento vegetalista, como é o caso do exemplar da *Villa* gaulesa de Saint Georges de Montagne (Museu de Bordéus). Com os elementos presentes, o exemplar da Quinta das Longas poderia ser do tipo de Artemis Diana, bem documentado nas produções de Afrodísias, na atual Turquia. Pelo número e variedade de fragmentos, uma outra hipótese de trabalho

não deve ser excluída. Os fragmentos poderão pertencer à estilização de uma árvore em mármore, que forraria uma parede, talvez a parede da cascata no topo sul do ninfeu da *domus* da *villa*, e que representaria um bosque a julgar pelas diferentes espécies presentes. Se esta hipótese se confirmasse, essa árvore de mármore constituiria possivelmente um cenário onde se disporia um conjunto de esculturas na cascata existente no ninfeu e por onde circularia a água que corre pelo canal subterrâneo que a liga ao *impluvium* do peristilo, ele próprio abastecido a partir de nascente. Esta hipótese é apoiada no facto dos troncos das árvores, das folhas e dos frutos não apresentarem um tratamento definitivo de toda a peça, o que sugere que não seria certamente para ser vista de todos os ângulos, pois uma das faces estaria adossada à parede do ninfeu.

AC

Bibliografia:

Carvalho; Almeida, 1999-2000, p. 13-37; Nogales; Carvalho; Almeida, 2004, p. 131-132, fig. 14.



No catálogo de arte romana provincial hispânica, a *Lusitania* conta com um conjunto de realizações de grande nível. É suficiente repassar, com brevidade, os principais sítios que cobrem a sua delimitação geográfica e os centros museológicos que conservam os bens móveis recuperados desses subsolos, para o constatar. Mas, se o caminho percorrido até alcançar tal nível, em alguns casos de excelência, foi longo, não é menos certo que esteve, em mais ocasiões do que as desejadas, repleto de dificuldades. No sudoeste hispânico, o fenómeno romanizador encontrou-se com imponderáveis e obstáculos com que foi necessário lidar e que apenas retardaram a assimilação dos modelos romanos; a reinterpretção não foi, certamente, de pouca importância. Neste sentido, poderíamos mencionar a posição excêntrica que a *Lusitania* ocupava no organograma geopolítico do Império e o lendário carácter indomito de boa parte dos seus grupos populacionais, que tantas dores de cabeça deram às forças de ocupação romana. Ambas as circunstâncias farão da *Lusitania* um território de bárbaros. Para o tema que aqui nos ocupa, destes dois fatores (entre outros que seria prolixo mencionar), advêm evidentes consequências.

No imaginário coletivo romano, a *Lusitania* era o fim do mundo conhecido. Utilizando a mesma comparação que La Rocca, a sua capital, *Augusta Emerita*, estava tão distanciada de Roma como *Tomis*, nos confins do Mar Negro, cidade para onde se enviou para o exílio o poeta Ovídio. Deste modo, explica-se na perfeição que historiadores como Suetónio ou Plutarco utilizem os termos exílio e castigo para explicar o destino político que teve Otão ao ser designado Governador da *Lusitania*, na sequência do escabroso assunto que o afastou do círculo de poder neroniano, de uma corte em cujos cenáculos literários a *Hispania* não era senão um país inóspito e selvagem, o pior exílio que se poderia imaginar. Esta consideração de província *horrida* e ultramarina, termo que se utiliza quando se quer expressar sensação de distância, será prejudicial por um lado, mas benéfico por outro. Até mesmo ao final da conquista, os núcleos urbanos tiveram um crescimento mais do que moroso. Contudo, a vinda de personagens influentes para ocupar cargos políticos servirá de incentivo indispensável para relançar as atividades urbanísticas anquilosadas, pois eram entendidas como meritórias no momento de aspirar a melhores empresas, a promover uma aproximação aos círculos de poder dos quais tinham sido afastados num determinado momento da sua carreira política. Portanto, o trabalho dos governadores provinciais e das suas equipas será determinante, como veremos, para o embelezamento e monumentalização de centros urbanos nascidos humildes.

Numa primeira fase serão os contingentes militares, com os *legati propraetores* à frente, que vão assumir a responsabilidade da execução dos programas de edificação pública; depois, sem solução de continuidade, a administração e, no caso das cidades de renome vinculadas à *domus Imperatoria*, a munificência imperial e a iniciativa privada assumirão maior relevo.

O próprio carácter da *Provincia*, a organização administrativa determinada na sua origem aquando da configuração da circunscrição territorial da *Hispania* no âmbito da reforma im-

perial, mostra que, uma vez superadas as emergências militares e o perigo potencial de novos levantamentos contra a ordem recém-imposta, a *Lusitania* passou a ser *prouvincia inermis*. A ausência de tropas legionárias, reduzidas a destacamentos ao serviço direto do Governador e das suas funções judiciais, vai repercutir-se na arquitetura, com evidentes consequências.

Se não considerarmos a importância das *viae militares* — uma das principais obrigações e ocupações das unidades legionárias — bem como da exploração de *metalla*, o papel das legiões, noutro tempo preponderante na construção de obras públicas e infraestruturas, será paulatinamente relegado para segundo plano até quase desaparecer.

É inegável o protagonismo que tiveram as legiões no nascimento dos núcleos urbanos, mas se cruzarmos dados dos assentamentos militares preexistentes e dos posteriores núcleos urbanos a que dariam lugar, chegaremos à conclusão de que a lista é certamente reduzida, facto que apenas se poderia explicar em função do abrandamento do processo de conquista, segundo Le Roux, autor de algumas das mais iluminantes páginas sobre a *Lusitania* romana. Para o território em análise, por exemplo, dos *Castra Caecilia* nada sabemos, sobretudo na sequência do abandono precipitado do acampamento devido ao incêndio que o assolou. Por sua vez, *Castra Servilia* não deu origem a qualquer núcleo urbano. E estes dois exemplos não seriam os únicos. As construções militares, uma vez mobilizados os seus destacamentos, não tiveram, necessária e obviamente, prolongamento em assentamentos urbanos estáveis, ainda que estes, naturalmente, não faltem, em sintonia com o que sucederá noutros pontos da geografia hispânica. No entanto, na *Lusitania*, a ação civilizadora de César, tão intensa em amplos territórios, como a Betúria, não foi acompanhada da fundação de cidades. Os *oppida* — como sabemos quer pela toponímia quer pelas evidências arqueológicas —, especialmente aqueles que seguiram a sua causa, foram premiados com vantagens de tipo fiscal e certas realizações arquitetónicas, devem remontar a esta época, quase sempre referidas à poliorcética como meio para reforçar esse carácter de *propugnacula* com que nasceram.

Assim, se não podemos falar, em termos genéricos, de uma extensão do fenómeno urbano como consequência do trabalho civilizador do exército, sim podemos falar de florescimentos urbanísticos propiciados pela aclimação das tropas legionárias e unidades auxiliares aos *oppida* indígenas, como corroboram as colónias *norbensis* e *metellinensis*. A coabitação de elementos indígenas e forasteiros, sobretudo a partir da segunda geração, contribuirá para promover socialmente o ambiente e os seus habitantes. No caso das colónias citadas, dotadas de amplos territórios que, embora desconhecidos, podem inferir-se pelo facto de não terem sido contaminados pelas generosas atribuições de terras que se concederam aos *augustani*, enaltecidas pelos gromáticos com evidentes fins propagandísticos. Para a capital da *Lusitania*, já avançamos noutro lugar a importância que na sua eclosão tiveram as legiões fundadoras. A égide imperial foi sentida com presteza e a mecânica urbanística rapidamente ficou convenientemente oleada, dando origem a uma panóplia de obras públicas graças à primeira geração de emeritenses, obras que podem integrar as mais notáveis da arte romana

provincial hispânica: a ponte sobre o *Ana*, o dique de contenção de águas, o magnífico templo de culto imperial no primitivo *forum*, (ponto central rodeado por outros), as infraestruturas sanitárias, o *aqua Augusta*, as defesas com as suas portas, a retícula viária...

Porém, se foi decisiva a participação das legiões na génese de alguns dos núcleos urbanos nascidos à sua sombra, entre os quais, o mais paradigmático, *Emerita*, torna-se evidente que o desenvolvimento veio lastrado, como recentemente salientámos, por uma insuficiente mão de obra capaz de absorver a exigente procura de *operae publicae* a que os seus ideólogos aspiravam. E também ainda não se dispunham dos recursos necessários para levá-los a cabo. Seria necessário esperar algumas décadas para que os desejos de contar com urbes esplendorosas se tornassem realidade.

Estas contingências serão correlativas a outros fatores que convém igualmente valorizar de modo a explicar o insuficiente desenvolvimento urbano da capital provincial, relativamente a paradigma, qual é a concessão, recuada ou não, do *ius Italicum* aos seus habitantes — e de uma possível *immunitas* associada —, concedido às duas primeiras gerações de emeritenses. Parece evidente que a concessão indiscriminada de benefícios fiscais às comunidades augusteas — particularmente a *Emerita* — desestabilizaria a balança financeira da administração romana. Efetivamente, nos anos imediatamente posteriores à fundação da cidade e no da sua ascensão a capital provincial surgem sinais mais do que evidentes de asfíxia económica da administração augustana, como bem assinalou Saquete; de tal modo que o imperador foi obrigado a executar um conjunto de novas exações tributárias que contribuíram para o saneamento das finanças, indispensáveis para dispor de capital passível de ser utilizado nas cidades, muitas das quais ainda incipientes. Assim, é muito provável que, embora não ultrapássemos o plano hipotético, a extensão do direito não se tenha levado a cabo até bem avançado o século I d. C. — momento que coincide com um especial esplendor citadino —, com uma renovação urbanística de primeira ordem, devida, em parte, a novos contributos itálicos, como sabemos pelo historiador Tácito, que deve ter consistido em mais do que uma terceira vaga de colonos, uma seleta vinda de famílias nobres para a capital provincial, com o presumível acréscimo de poder económico. Então, talvez seja já momento de valorizar, como consideramos merecer, o estreito vínculo entre obra pública de forte carga ideológica e o governo *cum imperio*, efetivo e determinado, de *Salvius Otho*, na antecâmara da sua aclamação como imperador, cuja legação na *Lusitania* será recordada pelas fontes clássicas como equilibrada e nada especulativa. Quando se indagar e se aprofundar este assunto, à medida que a investigação histórico-arqueológica o permita, é mais do que provável que nos encontremos em presença de uma ação evérgeta semelhante à desempenhada por *L. Fulcinius Trio* em decénios anteriores, durante um período semelhante. As reformas urbanísticas realizadas pouco tempo antes, de grande envergadura, teriam continuidade neste período durante décadas, pois significariam uma revolução semelhante aquando dos primórdios da cidade.

Neste sentido, conclui-se que o trabalho dos *legati propraetores* será determinante para executar a obra pública necessária na capital, propiciada pelo Governador, em convivência com as elites cidadãos dos *conuentus*, nas distintas *ciuitates* da sua demarcação. Pelo menos, como avançámos, na sua fase inicial. Só depois, as elites municipais, tanto civis como religiosas (e tanto masculinas como femininas, como se comprova pelo templo dedicado a Marte em *Emerita*, mandado edificar por *Vetilla*, esposa do senador *Roscius Paculus*) e, já na segunda centúria, outros grupos sociais (livres, libertos com pecúlio, como *eques M. Fidius Macer*, doante do arco quadrifronte de *Capera*, etc.) tomarão iniciativa no empreendimento edílico citadino, enquanto instrumento para aceder à ocupação de cargos políticos, obtenção de

honras, aquisição de prestígio social e conquista de simpatias da Casa Imperial para ascender na pirâmide social.

É efetivamente aqui onde radica o fundamento do desenvolvimento urbanístico das cidades provinciais, e não só da *Lusitania*. Aproveitando o impulso das elites locais e a sua *devotio* para com a *familia Caesaris*, a munificência imperial, canalizada através da figura do Governador, será, pois, determinante. Teria assim sentido que determinados modelos arquitetônicos e formas decorativas associadas se tenham transvazado da própria *Urbs* até às províncias tão distantes do centro geopolítico do Império, como a *Lusitania*. A única explicação plausível é o papel que a instauração e difusão do culto à *domus imperatoria* teve na formação de complexos, que serviram para veicular esquemas monumentais e as suas correspondentes expressões decorativas.

Será necessário esperar um tempo prudencial de impregnação da ideologia imperial na urbanística para que o preceito de Aulo Gélío sobre as cidades, *quasi efigies parvae simulacra* que de Roma (do *Populus Romanus*, para ser mais fiel à citação literária), se corporize. A penetração no tecido urbano foi tão mais profunda quanto maiores os centros urbanos. Por isso, regra geral, apenas se podem realizar equivalências no contexto de cidades privilegiadas e, dentro delas, nas que detêm idêntica categoria administrativa. A fisionomia das cidades evoluirá em função de múltiplos fatores, mas em quase todas a ideologia imperial assume um papel de mudança.

Assim, uma vez estabelecida esta premissa, a primeira manifestação monumental, no sentido mais estrito do termo, que convém referir é o impressionante conjunto de culto imperial do designado *Forum* Provincial da capital da *Lusitania* (fig. 1 e 2). Não existe exemplo mais preciso e certo para relacionar o que mencionámos anteriormente: a gestão governamental

Fig. 1 — Restos do templo de culto do *forum* provincial augustano.
© Álvarez, de la Barrera e Velázquez.



provincial e a execução de uma obra pública como meio para prosperar politicamente, sair do «anonimato» e passar para primeiro plano na lista de afeições imperiais.

Durante um longo decénio, *Lucius Fulcinius Trio* deteve o poder provincial na *Lusitania*. Com sagacidade soube tirar proveito político da sua estada na capital, executando um programa edílico que iria alterar a fisionomia urbana da antiga colónia. Os administrados da *Provincia*, os que se aproximavam da capital para tentar resolver os seus problemas, podiam contemplar as vantagens propiciadas pela romanidade, num enquadramento físico realmente imponente, espaçoso e nobre. E como principal valedor, a figura do imperador, entronizada num majestoso templo marmóreo, o primeiro destas proporções e qualidades construído na *Lusitania*. Um templo que nada tinha a invejar aos de Roma, como nos comentou o colega Hauschild, pouco tempo após a sua descoberta. *Fulcinius Trio* promoveu a construção de um templo e *area* correspondente como espelho de Roma, que acabasse de uma vez por todas com a *communis opinio* do atraso secular da província que governava. E para tal, nada melhor que tomar como modelo um templo da própria Roma, o templo da Concórdia, tão querido para ele que, quando em 31 d. C. concluiu a sua gestão e regressou à *Urbs*, uma das primeiras coisas que fez foi ali realizar uma oferenda.

Efetivamente, a reforma arquitetónica da época tiberiana do Templo da Concórdia de Roma foi o *exemplum* escolhido por *Fulcinius* para reproduzi-lo em *Augusta Emerita* (fig. 3). A forma do templo em *cella barlonga* receamos que não deixe de ser um *hapax* peninsular, devido ao empenho pessoal do Governador; na *Hispania* serão abundantes outros modelos mais convencionais: os perípteros ou pseudo-perípteros.

Se, como sabemos, em 31 d. C. já está de regresso a Roma, é presumível pensar que o templo e a praça, pelo menos as linhas gerais, já estariam terminados nesse ano e, portanto, quando muito, a sua execução concluiu-se em 10 anos. Não se entenderia que, com tanto interesse da sua parte, se tivesse ido embora sem «cortar a fita» no dia da *inauguratio*.

Contudo, falar do binómio culto imperial/desenvolvimento urbano e não vinculá-lo à utilização do mármore é praticamente impossível. A introdução do mármore e a chegada de mão de obra itinerante (considerando que as oficinas locais careciam de perícia e padeciam de um vocabulário ornamental arcaico, anquilosado em formas decadentes, devedoras de modelos em desuso) viriam satisfazer uma procura mais exigente nesse sentido.

O mármore, como elemento decorativo de prestígio, está ausente nos edifícios da época do Segundo Triunvirato ou até meados da época de Augusto. Se atendermos ao facto de que um elevado volume — para não dizer quase a totalidade — dos elementos arquitetónicos públicos terem sido executados em mármore do Anticlinal de Estremoz, e que nenhuma das grandes obras augustanas está enobrecida com ele permite-nos retirar algumas conclusões de interesse. A primeira e principal: as emergentes colónias, fruto da política augustana de *praemia* derivados da conquista, não dispunham de capital necessário para destiná-lo às obras públicas exceto com o apoio decidido do Estado através dos seus representantes; e segunda: se as pedreiras de mármore, certamente de qualidade, na área mais próxima das três capitais de *conuentus* e dos núcleos urbanos não estavam em condições de competir com as pedras de menor nobreza, como as calcárias ou os granitos é, simplesmente, porque estavam inativas ou com exploração rudimentar.

Atualmente, desconhecemos toda a informação relativa à titularidade das pedreiras portuguesas. Não se sabe se pertenciam à Casa Imperial ou à Colónia. Tendo em conta a superabundância de mármore de Borba—Estremoz em *Augusta Emerita*, é muito provável que fosse o *pagus marmorarius* da capital, como já tivemos oportunidade de assinalar.

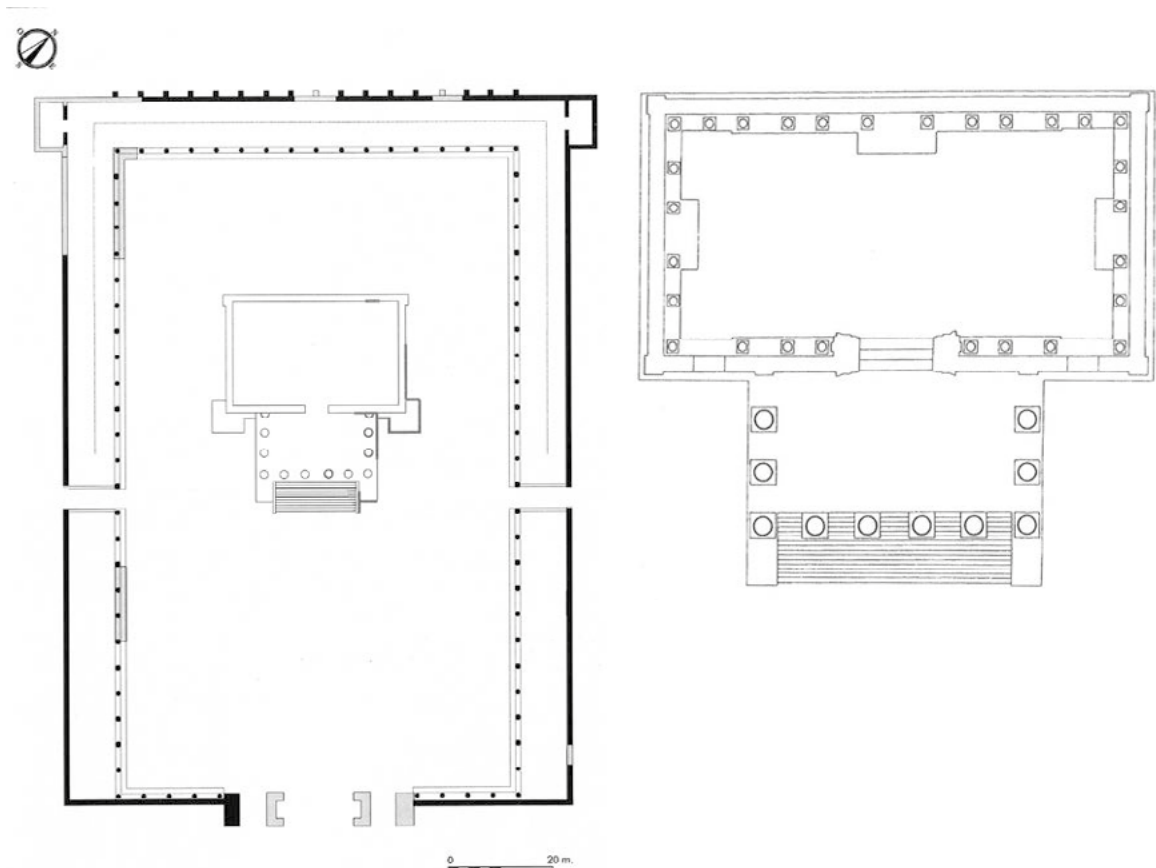
Se observarmos a arquitetura monumental lusitana de final do século I a. C. e início do século I d. C., poderemos ter uma ideia cabal do que afirmamos.

Alarcão assinalou como através de realizações concretas no plano material (do qual as construções arquitetónicas de carácter utilitário serão pioneiras), a imagem que os povos indígenas tinham criado pela submissão durante décadas de conquista, ir-se-ia progressivamente suavizar. Esta alteração de mentalidade, já superada noutros âmbitos territoriais hispânicos imbuídos de plena romanidade, afetará significativamente os padrões de comportamento, algo que, segundo o historiador Tácito, estava manifestado na generalização da língua da conquista (com o progressivo abandono das nativas a favor da do Lácio) e na adoção de esquemas urbanos plenamente itálicos.

Um bom exemplo de como os monumentos puderam contribuir para esta alteração de mentalidade e de hábitos indígenas encontramos na cidade de *Conimbriga*, cujo *forum*, *termas*, *aquedutos* e *muralhas* já eram uma clara realidade por volta da mudança de era, ou seja, no mesmo arco temporal em que os augustanos se esforçam por levantar a que será a primeira vaga de monumentos emeritenses. O *forum*, o conjunto de referência transmissor por excelência dos valores que substanciavam o processo aculturativo, contava com um templo dedicado a Augusto, uma *basílica* e *tabernae*, seguindo um esquema vitruviano, pois a descrição que o teórico augustano realiza da *basílica* de Fano e da *pronaos aedis Augusti* coincide com o que se materializou na urbe portuguesa.

Fig. 2 — O templo de culto no designado *Forum* Provincial de *Augusta Emerita*. © Mateos.

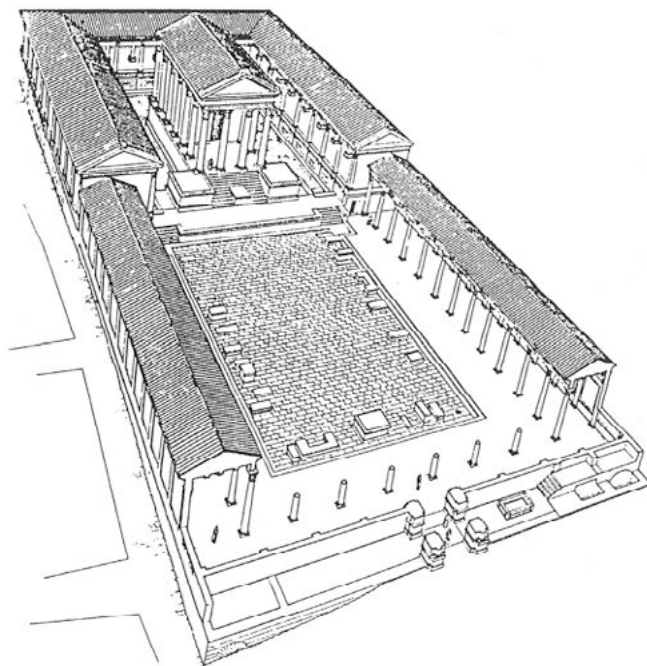
Fig. 3 — Planta do Templo da Concórdia em Roma. © Gros.



Do mesmo modo que a promoção da colónia *Augusta Emerita* foi acompanhada de um relançamento urbanístico, a ascensão à categoria de *municipium* de *Conimbriga* representou uma autêntica revolução, com uma remodelação radical do seu centro monumental. Com efeito, avançado o século I d. C., a nova realidade imposta trazia consigo uma premeditada demolição de edificações caducas. As veneráveis mas anacrónicas estruturas forenses desarmozavam com o carácter dinástico que se quis conferir ao conjunto. As velhas funções comerciais e administrativas do primitivo *forum* não correspondiam à ideologia imperial, que concebia estes espaços, agora reconvertidos com o passar do tempo, no cenário ideal para a representação e exaltação da Casa Imperial reinante, pelo que foram liminarmente removidas. Ou, dito de outro modo, fez-se tábua rasa, construindo-se no local do templo augustano, outro prostilo, tetrastilo e pseudo-períptero, de proporções equilibradas (2:1), inscrito num amplo recinto circundado de pórticos e criptopórticos, num desenho que relembra esquemas bem antigos, da época plenamente republicana, como o do *forum* emporitano, na sua segunda fase, com disposição semelhante (fig. 4).

Hoje apenas podemos entrever, sem dúvida, o fenómeno remodelador que afetou um seletivo e significativo núcleo de urbes lusitanas. Uma situação parecida deu-se em *Mirobriga*, mas a remodelação do *forum* não levou ao arrasamento do templo preexistente. E o mesmo aconteceu noutras *provinciae*: na capital da *Tarraconensis*, o templo tiberiano ao *diuus Augustus* foi respeitado aquando da importante reforma da época flaviana, que desmantelou o primitivo recinto para o adaptar à nova configuração.

Fig. 4 — Reconstituição hipotética do *forum* de *Conimbriga*, na sua segunda fase.
© Alarcão e Étienne.



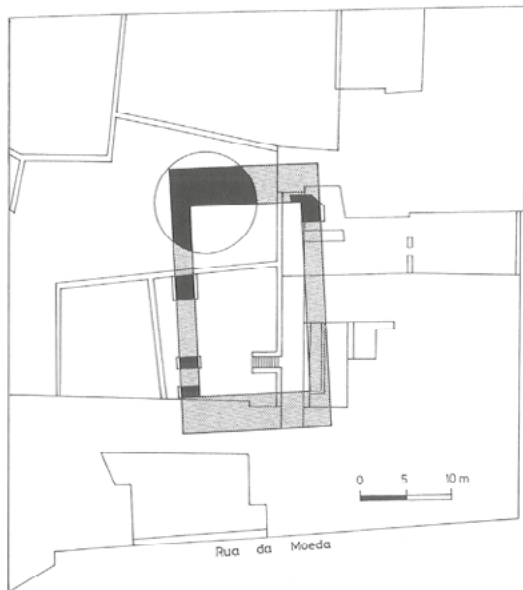
Em lugares onde coexistiam comunidades, a mistura de abordagens devia ser habitual. Algo semelhante ao que aconteceu em *Glanum*, na *Gallia Cisalpina*, onde as tradições helenísticas se erigem em contraponto às novas correntes, deve ter ocorrido, por exemplo, em *Pax Iulia*, capital do *conuentus pacensis* (fig. 5). O templo, parcialmente conhecido, enquadra-se, de acordo com as suas proporções desmesuradas, nesse fenómeno catalogado de «gigantismo», como mais adiante se verificará, fenómeno que impregnou um conjunto de edificações culturais, tanto na *Tarraconensis* como na *Lusitania*. De facto, o pódio desse templo supera em altura, inclusive, o de *Ebora*, um dos mais altos dos *peripteroi* hispânicos. Tal como no *forum* de *Conimbriga*, deve ter ocupado idêntica posição axial no centro da praça porticada, estando em frente de uma basílica.

No entanto, os enormes capitéis compósitos, que devido às características estilísticas que apresentam não se incluem nos modelos ortodoxos, como assinalou a amiga Gutiérrez Behemerid, que hoje se expõem no Museu Regional de Beja (fig. 6), possuem uma datação de final da época júlio-claudiana; e neles devemos ver a marca da monumentalização do espaço do *forum* augustano, dado que nenhuma outra implantação é viável na malha urbana antiga e que, graças à descoberta de epígrafes monumentais, sabemos que o recinto primitivo, com portas e torres, foi construído nos anos 3 ou 2 a. C.

Na capital da *Lusitania*, a remodelação dos espaços forenses não significou, como em *Mirobriga*, pelo menos no que conhecemos, demolições controladas das edificações dos primeiros anos. Falta determinar com precisão as construções a ocidente do *kardo maximus*, que devem ter sido erigidas seguindo uma *koiné* edílica se tomarmos como referência os elementos

Fig. 5 — Planta do templo de *Pax Iulia*. © Alarcão.

Fig. 6 — Capitéis monumentais da reconstrução do *forum* pacense. © Alarcão.



recuperados na área mais próxima, realizados em granito estucado, e todos datáveis sem discussão da época augustana. Da zona provêm pedestais marmóreos relacionados com o culto imperial: dois são obra dos governadores provinciais *Macrinus* e *Calpurnianus* aos seus respetivos imperadores (Galieno no caso do primeiro e desconhecido no caso do segundo) e um terceiro a Júpiter. Supomos portanto que, atendendo às epígrafes e à descoberta na mesma zona dos referidos elementos arquitetónicos da primeira época, o *facies* primitivo permaneceu inalterado no essencial desde praticamente a época da fundação colonial até à Antiguidade Tardia.

De todas as estruturas descobertas na zona, uma destaca-se especialmente: o edifício público com carácter de templo não há muito parcialmente desenterrado na calle de Viñeros. Em tempos demos a conhecer umas interessantes fotografias inéditas, conservadas no Arquivo Fotográfico do Museu, realizadas numa intervenção de urgência efetuada em 1976, determinantes para afastar a hipótese (corroborada durante séculos) de que determinadas fundações deveriam pertencer a um arco monumental. Essas fotografias permitiram-nos negar a existência do referido arco e arriscar a existência de um templo naquele local, questão que se confirmaria com os anos, fruto das escavações mencionadas.

Do conjunto escavado destaca-se um impressionante pódio de mais de cinco metros. Realizado com o sistema de cofragem, os poderosos muros de *opus caementicium* com aparelho de silhares almofadados delimitam um espaço retangular de quase 50 m² que, posteriormente, foi preenchido com vista a uma evidente redução de custos (fig. 7). A oriente, o pódio está adossado a uma plataforma de formigão, ficando ambos elementos incluídos noutra mais ampla.

Fig. 7 — Restos do templo da calle Viñeros de Mérida. © Ayerbe, Barrientos e Palma.



A técnica construtiva foi catalogada por Pizzo como singular, pois a alternância de silharia granítica e *opus incertum*, de acordo com o seu respeitável parecer, não tem comparação nos edifícios públicos coloniais emeritenses.

Todo o conjunto ficava inscrito na malha viária, abrindo-se a fachada da *area* para o *kardo maximus*.

O templo, a que se acedia por uma escadaria que dava acesso a uma tribuna, teria uma dimensão de 22,5 m por 20,7 m, numa proporção 3:2 (fig. 8).

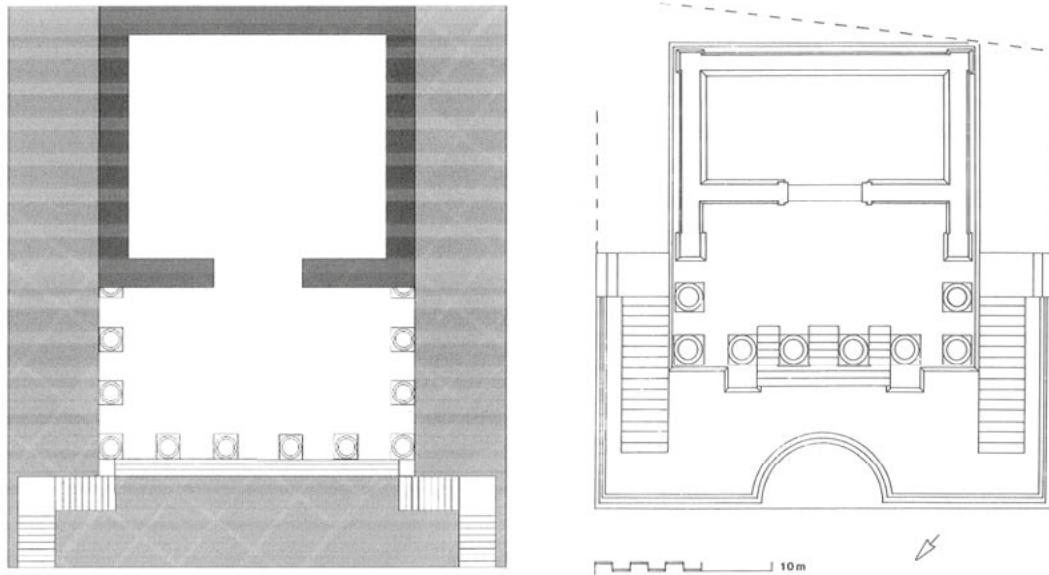
O que agora nos interessa do templo é a sua cronologia, o modelo arquitetónico que serviu de protótipo e a sua possível consagração.

À inexistência de elementos decorativos arquitetónicos, que podiam clarificar a datação, tentou-se compensar com peças descontextualizadas, localizadas em lugares tão distantes como o espaço existente entre a calle José Ramón Mélida, na esquina com a calle de Sagasta, ou a Puerta de la Villa. Poderia ser, mas também poderia não ser, pelo que declinamos pronunciar-nos sobre a teoria do alçado com base em informação fornecida pelos fustes das referidas colunas. Se o templo é augustano, como veremos através da comparação com outros homólogos, não seria estranho que os seus elementos arquitetónicos tivessem sido executados em granito e estuque, como o paradigmático Templo de Diana, distanciados por apenas 50 m. Facto bem diferente é que elementos arquitetónicos e estruturas façam parte do mesmo projeto.

No que coincidimos em pleno com os escavadores é assinalar que o modelo metropolitano sobre o qual se traçou o emeritense, não foi outro senão o do *diuus Iulius* no *Forum Romano* (fig. 9). Diferente assunto é a consagração. Com o único apoio que proporciona a similitude

Fig. 8 — Reconstituição da planta do templo da calle Viñeros. © Ayerbe, Barrientos e Palma.

Fig. 9 — Planta do templo ao *diuus Iulius* no *forum romano*. © Ulrich.



com o arquétipo, pensou-se numa consagração ao culto imperial. Mas, se não houve dificuldade em desacreditar a hipótese da existência de uma ara monumental (da qual formariam parte, entre outros, os frisos com bucrânios e grinaldas e um relevo historiado com cena de *extispicium* com Marco Agripa como personagem principal) no centro do recinto denominado «Pórtico do *Forum*», pelo simples facto de considerá-la desnecessária para efeitos culturais, mesmo sabendo da existência de um templo específico para tal fim, idênticos critérios deveriam reger este caso. Dois templos de culto imperial de época tão inicial em Mérida é algo que resulta, no mínimo, estranho. E por aqui ficamos.

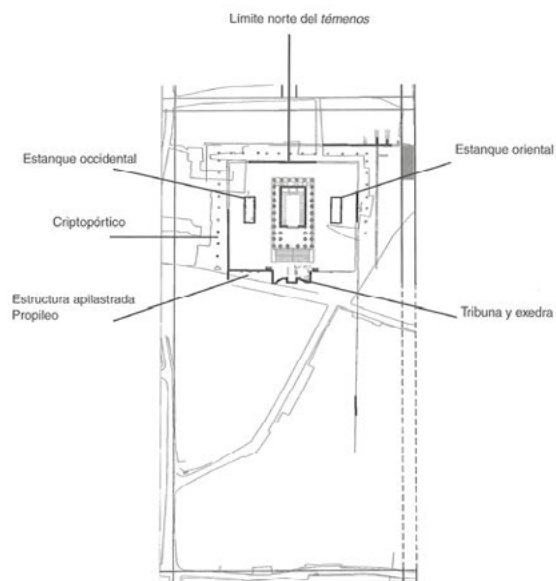
Do carácter de outros restos aparecidos na zona forense descartamos pronunciar-nos, pois assim o desaconselham as delirantes reconstituições sugeridas em função dos argumentos, até agora, escassamente consistentes, forçados illogicamente em mais de uma ocasião para fazê-los artificialmente coincidir com proposições apriorísticas que carecem de base científica sólida. Sem querer retirar validade à maioria das propostas apresentadas na volumosa monografia dedicada ao *forum* da colónia *Augusta Emerita*, ficamos a aguardar a réplica científica, já anunciada, para poder examinar convenientemente as distintas versões encontradas.

Em ambos os lados do *kardo maximus* de *Augusta Emerita*, num esquema forense próximo do designado «*forum* bloco», como assinalou Álvarez, ir-se-iam dispondo os principais edifícios, tanto de culto como administrativos, para satisfazer os habitantes da Colónia. Deixámos para o fim a principal construção de tipo templo, bem como o impressionante complexo arquitetónico que se lhe justapôs.

Mencionámos anteriormente o tipo de *templum rostratum* na calle Viñeros, e este mesmo modelo pode ser aplicado no melhor exemplo da arquitetura de templos hispânica da época augustana: o Templo de Diana (fig. 10 e 11).

Fig. 10 — Templo de Diana em Mérida. © Álvarez, de la Barrera e Velázquez.

Fig. 11 — Planta do designado Templo de Diana em Mérida e área envolvente. © Álvarez e Nogales.



O templo ao *diuus Iulius* de 29 a. C. e o templo de *Venus Genetrix* (anterior em quase 20 anos, mas afim na conceção arquitetónica), são os antecedentes diretos do grande templo emeritense. Em Roma, estes edifícios, juntamente com a reconstrução da *Regia*, estão na génese do fenómeno marmorizador, e tanto o prostilo e hexastilo, como o octostilo e *sine postico* foram erigidos com a única finalidade de exaltar o culto dinástico, culto que em Mérida é introduzido a nível municipal antes do provincial, como sucedeu na Narbonense. Na *Hispania*, o *exemplum* tarraconense de construir um templo ao *diuus Augustus* teve uma considerável repercussão, de acordo com a multiplicação de casos documentados. Neste momento, todos os elementos arquitetónicos vinculados a complexos de culto imperial estão executados em granito. Mas, excetuando os magníficos exemplares lunenses do teatro de *Carthago Nova*, fruto de *marmorarii* itálicos atraídos pelo progresso propiciado pelo mecenato cívico do *patronus Coloniae* Agripa, e das peças, também devidas a oficinas itinerantes, do teatro de *Colonia Patricia*, estudadas por Carlos Márquez, o resto das cidades fica à margem desta incipiente marmorização, utilizando pedras graníticas, arenosas ou calcárias, num recurso imitador da *Tuffarchitektur* itálica (fig. 12 e 13).

No caso emeritense, já expusemos oportunamente essa espécie de *consuetudo italica* na maneira de construir e que, nomeadamente, chegou a interessar outras disciplinas, como a escultura, existindo uma «décalage» evidente entre as obras realizadas em solo itálico e as transferidas para o hispânico.

Inicialmente pensou-se que o templo de *Ebora Liberalitas Iulia* (fig. 14) se enquadrava neste espírito, mas a realidade é bem distinta. Quanto à planta o templo eborense tem o seu referente mais direto no templo emeritense, contudo as cronologias não coincidem em

Fig. 12 — Capitel do Templo de Diana sem estuque. © de la Barrera.

Fig. 13 — Capitel do Templo de Diana revestido de estuque. © de la Barrera.

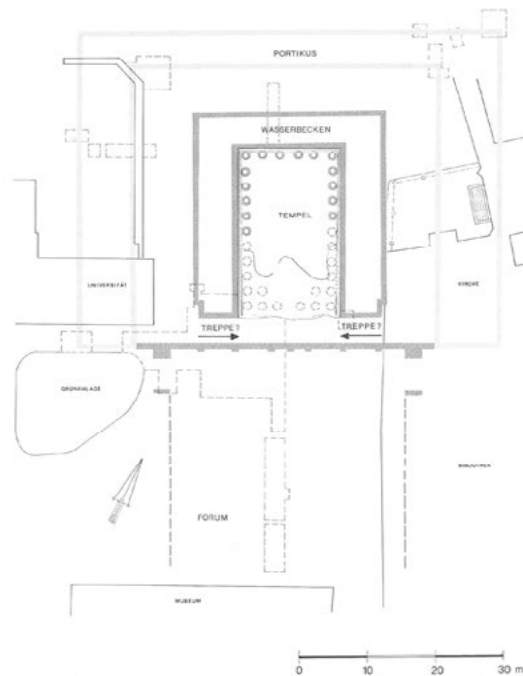


absoluto. A diferença entre os dois edifícios encontra-se na solução decorativa adotada para as bases e os capitéis, pois se tanto os *podia* como os fustes das colunas foram realizados em ambos os casos em granito estucado, os capitéis e as bases do templo de Évora são de mármore. Os acantos dos capitéis emeritenses, plásticos e naturalistas, derivam diretamente de programas ornamentais plenamente augustanos, ainda quando certos elementos da arquitetura decorativa, como as molduras e as cornijas, podem ser catalogados como remoras; pelo que se considerou, com razão, um sabor tardo-republicano, tão intenso que chegou a confundir mais do que um investigador. No entanto, como dissemos, os acantos dos capitéis de *Ebora* pertencem a uma fase posterior, seguramente a meados do século I d. C. A estreita vinculação entre os capitéis do templo de Évora e os do *forum* municipal de Mérida leva-nos a pensar que foram produzidos na mesma oficina especializada em decoração arquitetónica. Certos detalhes ornamentais, característicos dessa oficina, assim o parecem corroborar. Não se deve falar, pois, de precedente relativamente a ornamentação de templos na *Lusitania*, mas de conseqüente, embora a meio caminho entre as formas plenamente augustanas, como denunciam os simples soffitos ou molduras em talão, e os evoluídos capitéis marmóreos júlio-claudianos tardios (fig. 15).

Mencionámos os capitéis do *forum* municipal da colónia *Augusta Emerita*, e com o monumental complexo a que pertenceram vamos dar por concluídas estas reflexões sobre a arquitetura monumental na *Lusitania*.

Esse «gigantismo», previamente referido, da arquitetura dos templos lusitanos, para utilizar um termo cunhado pelo mestre Pensabene, derivará em exemplos posteriores, de

Fig. 14 — Planta do templo de Évora e área envolvente.
© Hauschild.



finais da época júlio-claudiana e da época flaviana, como o templo da calle Claudio Marcelo, bem estudado, entre outros, por Jiménez Salvador e Márquez.

A extração a pleno rendimento de *marmora* das pedreiras de Estremoz propiciou, juntamente com a extensão do culto dinástico, uma viragem substancial. Os espaços remodelam-se; os edifícios renovam-se ou, simplesmente, substituem-se. Onde o espaço é um problema, seja por questões topográficas, seja por disponibilidade de solo, as intervenções afetarão as edificações preexistentes. As magistraturas locais, por convicção empenhadas nos programas de renovação edílica, não hesitam em mudar a face das cidades. Já mencionámos alguns casos na própria capital, onde as modestas casas dos primeiros colonos, levantadas quase *pane lucrando*, foram expropriadas para conseguir solo urbanizável. Onde, pelo contrário, existia uma reserva de solo, como no *forum* da colónia emeritense, executou-se um fantástico e excepcional programa arquitetónico e escultórico, devedor, pelo menos em essência, do *Forum Augustum* de Roma. Trata-se de *fora*, enquanto praças públicas, acrescentados aos primitivos *fora*, nos quais desponta, agora sim, a perícia das oficinas itinerantes de escultura e arquitetura decorativas, que integram e formam artesãos locais de mármore. Os estudos de Trillmich e Nogales são verdadeiramente reveladores sobre este assunto.

As escavações que se realizem e as novas «leituras» de conjuntos já escavados contribuirão para desenhar com maior nitidez os perfis do fenómeno urbanizador lusitano entre a época augustana e o final do período júlio-claudiano, o mais importante relativamente a quantidade e qualidade.

Fig. 15 — Templo de Évora: vista geral e pormenor da decoração arquitetónica.
 © Hauschild.



A civilização romana é a civilização da imagem e da palavra, pois a imagem ilustra e recorda todos os princípios que marcam a nova ordem social e política, e a palavra — feita pedra nas inscrições — acredita e certifica os factos, resultado de um novo esquema vital cimentado na *lex* e na *res publica*.

A escultura, nas suas múltiplas variantes, é uma manifestação consubstancial à civilização romana. A linguagem escultórica que cria Roma, sustentada em pressupostos e qualidades bastante homogêneos relativamente a características formais e concetuais, adota em cada território distintas expressões em função dos seus materiais e tradições locais.

A imagem oficial do poder, quer as estátuas das elites ou do imperador quer os relevos com cenas alusivas às suas façanhas para colocar em templos e recintos oficiais, adota formas de grandes esculturas maiores do que o natural e de materiais nobres, como parte integrante das mensagens desta nova sociedade. Do mesmo modo, as obras da esfera privada são retratos dessas gentes forâneas e das famílias locais, bem como numerosos elementos escultóricos em relação às suas crenças e modos de vida, utilizados na decoração das suas casas e sepulcros, mas sempre como parte desta nova expressão icónica, da linguagem visual de um mundo que pretende ser universal.

Todos os territórios ocidentais do Império assimilaram os usos que Roma ia introduzindo à medida que se integravam na nova ordem geopolítica. E este processo não foi distinto na província da *Lusitania*, um espaço geográfico que Augusto soma à *Hispania* para articular um terceiro polo provincial, com capital em *Augusta Emerita*, forjada à imagem de Roma. Como tantas vezes se salientou, apesar de ser a última a ser criada, *Augusta Emerita* é das três capitais peninsulares a mais mimetizada com a *Urbs*, e nasce como fiel reflexo da ideologia do principado.

Mas se a capital lusitana é uma transcrição dos avatares artísticos da metrópole na produção escultórica, o extenso território provincial será um mosaico de expressões plásticas, onde influirão tanto as dependências comerciais e económicas como as razões de organização político-social do território.

A linguagem escultórica na *Lusitania Romana* será, sem dúvida, uma expressão genuína da civilização que modelará um território entre os séculos I e IV d. C., de que conservámos um abundante legado que contemplamos nos nossos museus e coleções.

1. A REVOLUÇÃO DA IMAGEM. A CHEGADA DA LINGUAGEM ESCULTÓRICA ROMANA À LUSITÂNIA

Sempre imaginamos uma impactante chegada dos novos modelos romanos, que pouco ou nada tinham a ver com as imagens que os povos e as gentes locais utilizavam e apreciavam. É complexo precisar como influenciou a tradição escultórica autóctone nos primeiros momentos de fusão cultural entre o local e o que traz Roma como próprio, basta comparar as obras de uma e de outra cultura.

Os dados sobre os recursos escultóricos pré-romanos são escassos e fragmentários, e o que conhecemos é a plástica local de guerreiros (fig. 1a), berrões e animais executados em pedras duras locais, como o granito, quiçá originalmente policromado. Porém, ocorrem-nos numerosas questões acerca de como e quanto estavam presentes na sociedade pré-romana estes monumentos escultóricos, dada a precária informação dos seus contextos, se existiram outras manifestações figurativas de madeira ou terracota, como se constata noutras províncias ocidentais e do norte da Europa. Não sabemos também a importância do metal como suporte escultórico na sociedade pré-romana, excetuando a rica ourivesaria de tradição oriental, de grande valor para as elites consumidoras e associada a espólios fúnebres. Apenas dispomos de algumas amostras que nos ajudam a desenhar pequenas linhas em torno do papel da escultura antes de entrar em contacto com a revolução da imagem que Roma importa.

A edificação das cidades na *Lusitania* significou um marco importante, pois os núcleos pré-romanos decaíam à medida que avançava o processo colonizador, e a nova cultura urbana implicava uma evidente transformação na vida das gentes locais. Os colonos itálicos plas-mavam os seus esquemas vitais nos novos territórios. E nestes novos modelos, a escultura ocupava um lugar de destaque, porque era parte indissolúvel da sua cultura, uma cultura escrita, literária e ordenada juridicamente, com mitos e com esquemas sociais de um novo mundo, um mundo com uma linguagem própria na escultura.

A primeira grande alteração que se regista na escultura da *Lusitania* é passar do uso ancestral de pedras locais, granitos e calcários, para um novo material desconhecido até então, o mármore. A necessidade de mármore implica um tempo de transição para explorar o território e localizar pedreiras, com a posterior exploração das mesmas, o que requeria também uma boa organização administrativa e económica.

Nos primórdios da criação e urbanização recorreu-se ao uso das pedras locais devido à necessidade de utilizar uma matéria-prima acessível e de custo controlado. Para além disso, há que pensar que entre os colonos não abundaria a mão de obra especializada e a sua formação local levava o seu tempo.

Nos inícios da criação provincial edifica-se com material local, especialmente em granito, e a escultura deveria ser executada na sua maioria neste material, com acabamento de estuque e rica policromia. Uma estátua de granito de um togado ligeiramente menor que o natural, conservada atualmente no Museu do Carmo em Lisboa e de inexata proveniência, é talvez um dos poucos exemplos desta primeira fase, quando as oficinas locais que trabalham os granitos da zona entram em contacto com as novas formas estatuárias (fig. 1b). Foi relacionada, devido às suas características estilísticas, com as oficinas dos guerreiros lusitanos, embora a sua tipologia já corresponda à imagem do *cives romanus*, vestindo a toga de final da República e início do Império. Os grandes planos da peça e o tratamento dos seus volumes denotam um acabamento em estuque, para rematar as vestes e a fisionomia do personagem. O estuque

substituíam o mármore, ainda pouco presente, e o granito era simplesmente a base onde se fixava este acabamento que outorgava à peça uma riqueza de características minuciosas.

Até há alguns anos acreditava-se que nestes primeiros momentos havia uma débil presença iconográfica, dada a escassez e o grosseirismo que possuíam os restos graníticos conservados. Mas a realidade era outra, e hoje basta comparar algumas peças de granitos locais que perderam o acabamento estucado com outras que ainda o conservam em ótimo estado, para compreender a verdadeira e original fisionomia das obras.

Achados como os granitos estucados nas peças arquitetónicas do teatro romano de *Metellinum* (Medellín) (fig. 1c), confirmam e ajudam a entender esses modelos da primeira época que se estendiam por todo o território. São os mesmos padrões e talvez as mesmas oficinas que conceberam e executaram a primeira etapa do teatro de *Augusta Emerita*, ou o princípio do templo de culto imperial do *forum* colonial emeritense (Templo de Diana) (fig. 1d), o templo do *forum* de *Ebora* e, sem dúvida, toda uma série de obras provinciais de referência, hoje perdidas.

Não podemos esquecer o papel do metal na escultura. Ainda que os metais escultóricos tenham comumente desaparecido, as incrustações em metal completavam suportes arquitetónicos, peças epigráficas para as grandes inscrições oficiais ou aplicações de bronze para a iconografia dos monumentos. A dificuldade em analisar e imaginar o estado original deste primeiro momento de edificação e decoração escultórica na *Lusitania*, à base de granito, fundamenta-se na perda sistemática tanto do acabamento em estuque como das aplicações

Fig. 1 — a) guerreiro pré-romano de Capeludos. MNA b) estátua de personagem togado em granito. © Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa), c) capitel de Medellín, d) capitel do Templo de Diana.



1a



1b



1c



1d

de bronze. Hoje os elementos arquitetônicos monumentais dos primeiros momentos, de aparência rudimentar, podem ser imaginados ricamente decorados, completados com estuques policromos e com aplicações de bronze dourado.

A escultura estava omnipresente desde o princípio, com profusão de cores e texturas, utilizando técnicas trazidas do território itálico aqui desconhecidas, mas que se impuseram com força nestes primórdios da linguagem escultórica, uma linguagem cujos suportes se perderam, e que apenas uns decênios mais tarde se viu eclipsada pela irrupção massiva dos mármore.

2. IMAGEM, ESTATUTO E PODER: MÁRMORE E BRONZE, SUPORTES DE UM NOVO REGIME

Se no início da romanização territorial, a decoração escultórica dos edifícios se resumia a pedras locais, as imagens oficiais — dado o seu singular papel propagandístico — eram efetuadas em mármore e metais nobres, especialmente em bronze, prática desconhecida na *Lusitania* até à chegada de Roma. Tendo em conta o processo organizativo das pedreiras de mármore, quer na sua sondagem quer na exploração massiva — até ao complexo funcionamento das pedreiras —, os mármore importados foram a solução em muitas imagens do poder.

Daquelas primeiras estátuas de Augusto, da sua *gens* e personagens notáveis do momento (fig. 2), os retratos em mármore podem ter sido importados, talvez não os corpos, dado o custo do material para as obras completas. Os artistas locais, dificilmente familiarizados com a efígie oficial do imperador, deviam tratar os aspetos decorativos genéricos, e para os responsáveis da obra pública era mais prudente solicitar a imagem do *Princeps* a um ateliê oficial, quiçá de Roma ou de outra capital hispânica com oficinas plenamente formadas. A obra importada não era apenas um valor acrescentado à peça — que por vezes estava destinada a um espaço de culto — mas também garantia a ótima fidelidade da mesma ao modelo original, com a total identificação do representado pela nova sociedade.

A diferente qualidade de um mesmo tipo escultórico é também sinónimo de diversidade de *officinae*, que devem ter surgido num território emergente onde as cidades se monumentalizavam paulatinamente e reclamavam novos artistas. Este fenómeno pode ser apreciado, de forma evidente, nos retratos imperiais.

No território lusitano existem numerosos retratos atribuídos a Augusto, para além de uma abundante epigrafia que corresponderia a estátuas e imagens do criador da nova província. Do teatro de *Augusta Emerita* provêm dois: o mais antigo tipologicamente — de formato semi-colossal — mostra-nos um jovem *Princeps* e devia estar colocado na primitiva frente de cena em granito do teatro emeritense (fig. 2a); o segundo, que segue o tipo da Via Labicana, é um imperador maduro com a cabeça velada que formava parte de um grupo dinástico, já do tempo de Tibério como símbolo da sua legítima adoção (fig. 2b). Muito já se discorreu sobre a tipologia da cabeça velada, ao analisar o seu mármore que, inicialmente, foi identificado com Luni (Carrara), sendo assim um retrato importado de uma oficina de Roma, cujo destino final era presidir ao recinto mais importante de uma nova capital provincial, sob o patrocínio de Agripa.

Em *Conimbriga*, no recinto sagrado do *forum*, encontrou-se uma estátua-retrato semi-colossal de Augusto, elaborada em mármore local lusitano da área de Estremoz (fig. 2c). A peça é, claramente, produto de uma oficina local, onde a imagem do Imperador possui um tratamento muito sumário do seu característico penteado de madeixas sobre a testa. Solucionaria o seu acabamento policromo os detalhes do volume?

No teatro emeritense, se observarmos as epígrafes, muitas delas placas e bases para estátuas, deveriam ter existido numerosas *imagines* de Augusto e da família imperial, algumas

das quais ainda se conservam e são exemplos destas primeiras oficinas coloniais ao serviço da propaganda do poder. Um lugar destacado ocuparia o seu genro e patrono da Colónia, Marco Vipsânio Agripa, recordado constantemente nas grandes inscrições dos acessos mais visíveis do monumento. É lógico pensar que a sua estátua figuraria imponente junto à do seu sogro, o imperador Augusto. Uma grande estátua togada procedente da frente de cena do teatro, que se destaca mais pelo carácter colossal do que pela execução, foi identificada como o *patronus coloniae* (fig. 2d).

Outros membros juvenis da família imperial puderam acompanhar o imperador e o seu genro, como se identificaram alguns retratos do recinto. O devir dos ciclos de imagens do poder — reutilizadas, eliminadas ou refeitas — é talvez a causa do seu desaparecimento sistemático ao longo dos séculos posteriores.

Embora aquelas primeiras estátuas tenham sido provavelmente objeto de roubo, pois o bronze era espoliado com grande facilidade para a sua fusão, algumas destas obras puderam ser recuperadas e conservadas. Procedente do *forum* da colónia *Norbensis Caesarina* (Cáceres) desenterrou-se uma estátua equestre em bronze sobredourado, vestida com indumentária militar (fig. 3a). A tipologia da peça remete-nos para os primeiros anos de Augusto, pelo que recentemente a identificámos como uma efígie oficial erigida em honra de um personagem singular, quiçá o patrono da colónia, Lúcio Cornélio Balbo, mencionado numa base estatuária de granito, rebocada e estucada de cores vivas (fig. 3b), bloco que suportaria uma estátua e que foi localizado na mesma zona urbana. Podemos imaginar a estátua equestre de bronze dourado no meio da praça, fórmula habitual na exaltação pública dos personagens socialmente destacados (fig. 3c).

Decoração em bronze para os exteriores dos complexos monumentais que, perante a impossibilidade de produzir grandes peças arquitetónicas em mármore, utilizavam os granitos locais e peças em bronze aplicadas — como a voluta do capitel do templo de Diana emeritense —, peças das que só existe testemunho nas perfurações dos blocos. Eram comumente

Fig. 2 — Retratos de Augusto do teatro emeritense: a) cabeça-retrato semicolossal de tipo juvenil para inserir num corpo, b) cabeça-retrato do imperador *capite velato*, c) estátua fragmentária de Augusto do *forum* de *Conimbriga*, d) estátua colossal da frente de cena do teatro emeritense atribuída ao genro do imperador, M. Vipsânio Agripa.



2a



2b



2c



2d

usadas no território itálico, no sul da *Gallia* e, naturalmente, nas outras duas províncias hispânicas.

Mas se a exploração de mármore, nos primeiros anos de Augusto, não conseguia prover as encomendas das grandes obras, por falta de capacidade, estas pedreiras devem ter sido aproveitadas pelos escultores romanos vindos com os novos colonos para satisfazer a sua clientela privada. Particulares anónimos, colonos itálicos de fisionomia robusta de tradição tardo-republicana, encomendaram especialmente retratos para as suas casas e sepulturas. A série mais distinta pela sua qualidade e vigor é a emeritense (fig. 4a e 4b), ainda que esses retratos se tenham difundido por toda a Província, como demonstram alguns achados tão relevantes como o retrato de *Pax Iulia* (Beja. fig. 4c). São cabeças-retrato para encaixar nos seus corpos. Talvez alguns destes corpos tenham sido realizados em pedras locais, mais acessíveis e baratas, calcárias de tipo marmóreo que convenientemente policromadas davam o efeito de conjunto desejado. O rosto e as extremidades, as partes mais visíveis, destinavam-se ao mármore, pois era a *imago* o valor mais singular do personagem. A desmontagem das obras obedecia também a razões oficiais: por um lado, os artistas especializados nos retratos e, por outro, os que talhavam corpos em série, reproduzindo modelos que vinham, por sua vez, da tradição greco-helenística chegada ao território itálico.

Não devemos esquecer que devem igualmente ter sido representadas efígies daqueles primeiros povoadores romanos sobre suporte pictórico, porventura incluídos em algumas epígrafes dos seus monumentos funerários, e dos que conhecemos a sua origem itálica e estrangeira. Um exemplo singular é o monumento emeritense dos chamados Columbários, decorado com os retratos familiares nos nichos parietais.

A linguagem escultórica tinha iniciado o seu percurso no novo território romanizado e a população tinha-a assimilado de forma automática como no resto das províncias. As cidades povoaram-se de imagens, dos seres que detinham o poder e de todos os símbolos do novo tempo histórico.

Fig. 3 — a) fragmento superior de estátua equestre em bronze dourado procedente do *Forum* da colónia, b) inscrição do patrono da colónia L. Cornélio Balbo, pedestal estatuário?, c) pinturas pompeianas da Casa de *Iulia Felix* com representações de estátuas equestres douradas exibidas no *forum*.



3a



3c



3b

3. ROMA NA LUSITÂNIA. ESCULTURA DE UMA PROVÍNCIA PLENAMENTE ROMANIZADA

Após a morte de Augusto, ao tornar-se efetiva a capitalidade provincial e seguir imparável o processo de monumentalização das cidades lusitanas, produziu-se a irrupção massiva do mármore. Não foi um acontecimento casual. Os modelos de Roma eram marmóreos e para trás ficaram os padrões da cidade de sabor republicano, pois a chegada de artistas de formação greco-helenística à pujante Roma de Augusto tinha mudado a cidade.

Na *Lusitania*, os seus governadores já tinham organizado as explorações de pedreiras e minas. A extração do mármore não significava um problema como no início, pelo contrário, era o novo material da linguagem artística mais atual. De Roma chegavam os ecos da cidade de mármore, à maneira grega, e as províncias queriam emulá-la.

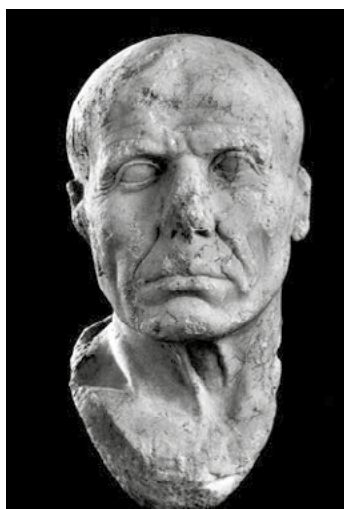
Os velhos edifícios em granito rebocado e estucado, muito ao gosto dos primeiros colonos e muito adaptados ao seu tempo, foram dando lugar a novas construções em mármore. Do mesmo modo, as estátuas oficiais tinham invadido os espaços públicos, como uma parte essencial do culto ao imperador instaurado sob Augusto e impulsionado pelos seus sucessores.

Perante a pujança da nova província, com muitas necessidades edíficas e decorativas, proliferaram novas oficinas e, sem dúvida, chegaram artistas metropolitanos conhecedores dos modelos arquitetónicos e estatuários de Roma.

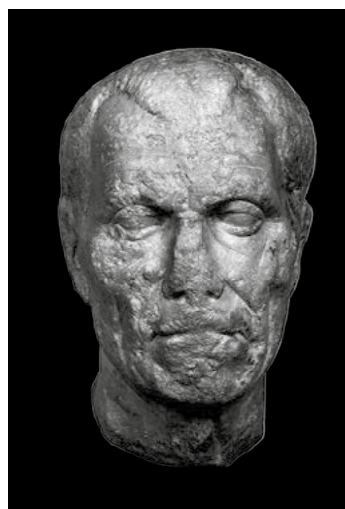
As estátuas de Augusto e da sua família, que resplandeciam nos primeiros momentos fundacionais como peças únicas acompanhando as divindades na área envolvente dos templos, são ampliadas pelos ciclos dinásticos júlio-claudianos. Dispõem-se as séries familiares com uma mensagem clara: estes personagens são a garantia de presente e futuro, os seus membros gozam de tratamento divino, e o destino reserva à sociedade romana o privilégio de ter estes eleitos como parte da obra divina (fig. 5).

O processo de transformação urbana é notável, às infraestruturas iniciais dos anos das fundações augustanas vão sendo sobrepostas as distintas fases coincidentes com as alterações políticas dinásticas júlio-claudianas, reforçadas anos mais tarde na grande etapa da municipalização flaviana da *Hispania*.

Fig. 4 — a) e b) retratos emeritenses dos colonos fundadores, c) retrato da época de Augusto de *Pax Iulia* (Beja).



4a



4b

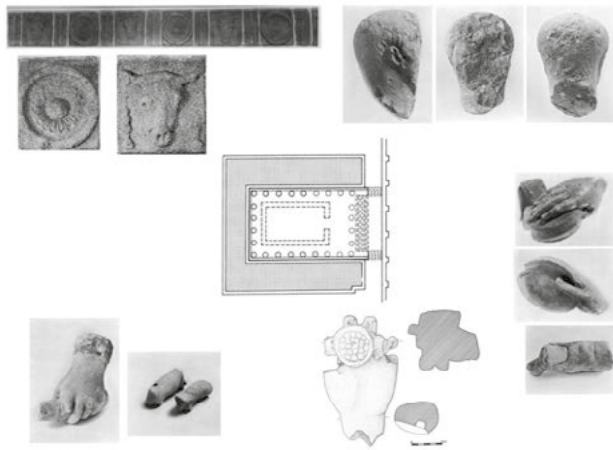


4c

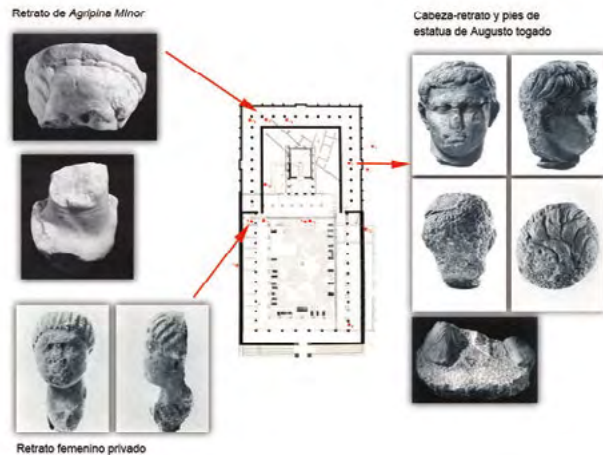
A queda em desgraça de boa parte dos ciclos políticos dinásticos teve como consequência direta o fenómeno da *damnatio*, que significou uma destruição e reutilização massiva de certos imperadores e personagens a eles vinculados ao longo do século I d. C.

Estes dois séculos alto-imperiais serão de plena efervescência para toda a Península Ibérica, que culminará uma centúria depois com a chegada de dois imperadores hispânicos ao poder, Trajano e Adriano, com os quais novamente se dirige o olhar para Roma e para o Oriente. A dinastia flaviana e os reinados de Trajano e Adriano mantêm este esquema de grandes ciclos dinásticos, de peças inspiradas nos modelos da Grécia e da Ásia Menor, quer na arquitetura quer na escultura. São dois séculos onde os membros da família imperial, plenamente imbuídos do processo de divinização, adotam modelos iconográficos que, até Augusto, só estavam reservados aos deuses. As estátuas tornam-se mais colossais, os atributos e virtudes imperiais superam os membros do tradicional panteão.

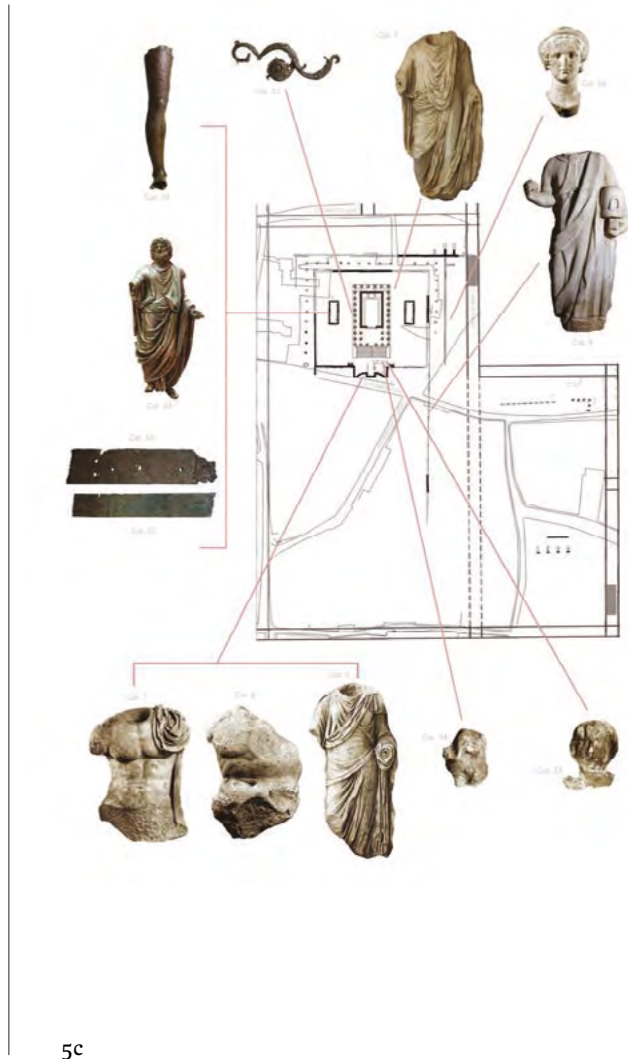
Fig. 5 — Programas decorativos dos *fora* lusitanos a) *Forum de Ebor*, b) *Forum de Conimbriga*, c) *Forum colonial de Augusta Emerita*.



5a



5b



5c

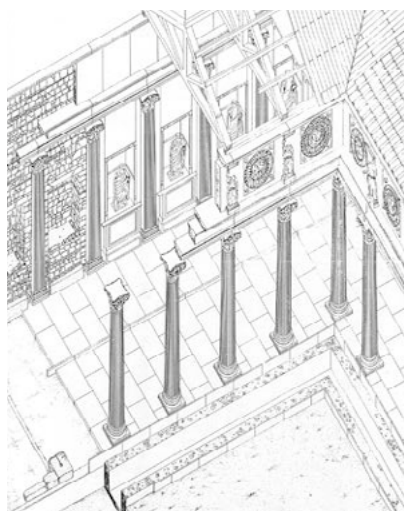
Na *Lusitania* todos os grandes complexos forenses são paulatinamente decorados com estes ciclos estatuários (fig. 5), e hoje vamos conhecendo com maior amplitude os programas públicos das suas cidades: *Ebora* (fig. 5a), *Aeminium*, *Conimbriga* (fig. 5b), *Pax Iulia*, *Colonia Norbensis Caesarina*, *Augusta Emerita* (fig. 5c), *Ammaia*. Já analisámos a evolução destes projetos em diversos estudos e são evidentes vários aspetos: *Augusta Emerita*, capital provincial e sede do poder político romano, institui-se como modelo territorial. A nova colónia, traçada sob a experiente mão dos militares das legiões v e x, dotada de suficientes infraestruturas para dar uma adequada qualidade de vida aos seus moradores, converteu-se em epicentro criativo, com correspondência em outras cidades lusitanas, capitais de *conventus* ou centros económicos pujantes. A inter-relação entre as oficinas é evidente.

Não existem dúvidas de que se o mimetismo provincial com os modelos de Roma era real, os artífices de tal tendência eram artistas formados e conhecedores dos usos e costumes da metrópole. De Roma chegaram prontamente os padrões da nova imagem de cidade. O esquema do *forum* de Augusto foi exportado para a Península, dentro de um programa mais amplo de irradiação tanto em Itália como nas províncias ocidentais. *Augusta Emerita* parece a capital provincial hispânica onde se reproduziu mais fielmente a linguagem iconográfica do *forum Augustum* (fig. 6).

No *forum* emeritense trabalharam artistas formados em Roma, que conheciam na perfeição o esquema original e o adaptaram à nova mensagem provincial, reproduzindo os marcos visuais do *forum* metropolitano: fachada de *clipei* e cariátides, grupos estatuários com os personagens históricos lendários de Roma, onde Eneias e Rómulo assumem protagonismo (fig. 6a, 6b, 6c, 6e).

O complexo deve ter causado impacto nos habitantes da Província. Bastante perto da capital lusitana, no Santuário de Endovélico (São Miguel da Mota), alguns artistas locais reproduziram as cariátides do ático do *forum* colonial (fig. 6d). Praticamente nada mais sabemos do seu uso e função, mas é certo que o padrão vindo de Roma expandiu-se pelo território

Fig. 6 — a) reconstituição do *forum* colonial emeritense, b) clipeus do ático do edifício



6a



6b

lusitano a partir da sua capital, criando este género de novos modelos artísticos provinciais.

Paulatinamente vamos conhecendo a imbricação dos modelos provinciais, a expansão das oficinas dentro da mesma província e a sua conexão com os artistas que criam ou conhecem diretamente os modelos.

Do mesmo modo a esfera privada foi-se ampliando. Se a população que acedia à obra escultórica nos primeiros tempos era apenas a massa de colonos vinda do território itálico, reproduzindo as *mores maiorum* nos seus próprios monumentos funerários e casas, a nova sociedade provincial foi adaptando os modelos importados aos seus gostos e às novas necessidades, aumentando notavelmente a clientela. Facto perceptível na tipologia dos seus monumentos funerários: altares, estelas e tempêtes que incluem o retrato ou retratos dos defuntos como parte consubstancial da sua memória (fig. 7).

Neste sentido é muito interessante o fenómeno da especialização das oficinas. Se a capital provincial se caracteriza por uma gama bastante concreta de monumentos funerários, muitos dos outros centros criam os seus modelos particulares. As designadas *cupae* são um claro exemplo de como as oficinas, partindo do mesmo esquema, fazem adaptações. As emeritenses são, maioritariamente, em granito rebocado e estucado, em alguns casos com a inscrição em mármore (fig. 7a). As de outros centros lusitanos são de mármore ou calcários marmóreos de cores, com maior abundância de detalhes em relevo, embora com o mesmo conceito: uma tampa funerária em forma de barrica para rememorar o defunto, cujo nome se coloca na superfície do monumento (fig. 7b).

Também os repertórios da decoração doméstica, especialmente estátuas-fonte, grupos de jardim ou peças de culto doméstico, são obras de tipo menor, seriado, que seguem muito fielmente os modelos de um pujante mercado de arte provincial. Neste capítulo da ornamentação das casas é fundamental analisar os ciclos pictóricos, musivos e escultóricos como um todo, pois embora se pudessem sobrepor, o usual era conjugar os seus temas em função do uso e simbologia do espaço.

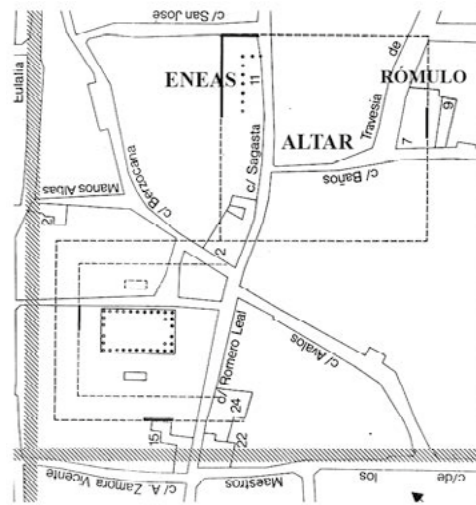
Fig. 6 — c) cariátide do ático do edifício, d) cariátide do santuário de Endovélico e e) planimetria com a reconstituição hipotética dos programas oficiais.



6c



6d



6e

4. UMA LINGUAGEM EM TRANSIÇÃO: A ESCULTURA ROMANA LUSITANA DO SÉCULO III AO SÉCULO V D. C.

É certo que a escultura romana inicia no século III, em todo o Império, um processo de transformação lento mas gradual, para a sua sucessiva mutação nos séculos IV e V d. C.

Por um lado, estando já muito definidos os grandes espaços públicos urbanos, o que acontece desde final do século II d. C. é uma progressiva adaptação dos recintos e a justaposição de obras aos grandes ciclos imperiais. Praticamente não se traçam grandes programas públicos novos, salvo nos centros de nova criação ou na adaptação dos existentes.

Esta situação é evidente na *Lusitania*, onde os recintos públicos quase não veem modificado o seu esquema alto-imperial. O que nos chegou é um bom número de suportes epigráficos de finais dos séculos II e III d. C., que deviam acolher estátuas dos personagens públicos daquele período. Uma vez que os esquemas monumentais estão solidamente determinados, os dignitários locais empenham-se em deixar marca dos seus feitos com imagens e epígrafes alusivas às suas pessoas e obras.

Do mesmo modo, as oficinas provinciais que tinham proliferado devido à clientela privada foram-se adequando, nos séculos II e III, às tipologias mais procuradas. É muito interessante comprovar como as obras de primeiro nível têm abundante réplica nos artesãos locais que reproduzem, de modo muito estereotipado, os modelos monumentais escultóricos: grupos, relevos, monumentos funerários, etc.

Com o avançar do tempo, as alterações administrativas impostas na sequência da reforma de Diocleciano foram reduzindo o papel das cidades em benefício do mundo rural. Era um império em transformação, uma estrutura que agonizava e que dava lugar ao novo império de Constantino, cuja imagem paradoxalmente emulava a de Augusto. E estas transformações afetaram as estruturas do Estado, especialmente a articulação político-administrativa das províncias que, sem solução de continuidade, iniciaram um processo de mutação.

Fig. 7 — a) cupa emeritense, b) cupa de *Ebora*, c) e d) estelas de tipo emeritense do século II d. C.



7a



7b



7c



7d

As pedreiras, até então sob a férrea administração provincial, possivelmente viram diminuída a sua produção pela redução da procura urbana, o que porventura provocou o seu paulatino abandono, dando consequência à busca de novos meios para a provisão de materiais.

A combinação de todos estes fatores vai forjando uma alteração substancial nas manifestações artísticas. As cidades vão abandonando e transformando os seus grandes recintos públicos, adaptando-os aos novos usos. Modificações que deixam de lado a brilhante linguagem escultórica do Alto Império.

As elites provinciais mostram o seu poder, já não no meio urbano, mas nas suas grandes mansões rurais, *villae*, onde não poupam esforços aquando das encomendas dos seus programas ornamentais e das suas próprias efigies, *imagines domini* (fig. 8).

O busto da *villa* de La Majona (fig. 8a), de grande qualidade, representa um desses grandes fazendeiros, que vangloriando-se do seu poder se exibia no peristilo da sua grande mansão, rodeado de um ambiente luxuoso com mosaicos e ricas ornamentações pictóricas, emulando intencionalmente a iconografia do imperador Alexandre Severo, pois no seu mundo era também *Dominus*.

Outro exemplo paradigmático deste novo cenário pode apreciar-se nos programas escultóricos da Quinta das Longas, reflexo do luxo importado, pois as obras procedem de oficinas de Afrodísias, na Ásia Menor. E estas singulares peças, que curiosamente reproduzem ciclos pagãos de tradição clássica, eram mostradas nos espaços rurais mais luxuosos de todo o Império no século IV d. C. (fig. 8b). Estes ciclos, e a sua grande dispersão no Baixo Império, revelam um mercado de arte ainda pujante, muito ligado ao oriente do Império, de onde procederão magníficas obras de ourivesaria como o *Missorium* de Teodósio (fig. 8c), executado numa oficina de Constantinopla, de acordo com os especialistas.

Uma linguagem iconográfica que vai deslizando desde a perfeição formal para a pureza do símbolo, onde os fatores ideológicos, como a potente presença da nova iconografia cristã, vão mostrando um novo caminho. São os primeiros sinais de rutura e transformação da tradição clássica, alterações que se avizinham e que estão na base das novas linguagens iconográficas de visigodos, muçulmanos e cristãos da Alta Idade Média.

Fig. 8 — a) busto da *villa* de La Majona do século III d. C., b) figura masculina angüipeda da Quinta das Longas, século IV d. C., c) *Missorium* de Teodósio.



8a



8b



8c

O panorama dos mosaicos da Lusitânia romana oferece uma grande variedade de temas e de aspetos, como de lugares e contextos arqueológicos e arquitetónicos. Encontram-se em numerosas casas particulares (*domus*) da capital da província, Mérida, em capitais de *civitates* como *Ossonoba/Faro*, *Conimbriga* ou *Abelterium* (Alter do Chão), mas também em luxuosas *villae* disseminadas pelo campo, como a de Las Tiendas nos arredores de Mérida, a de Pesquero (Badajoz), a de Olivar del Centeno (Cáceres), as de Milreu no Algarve e de Torre de Palma no Alentejo.

Se na parte atualmente espanhola da Lusitânia dominam os da capital, Mérida, na parte portuguesa — não considerando os casos de *Conimbriga* e *Abelterium* — destacam-se os mosaicos de magníficas *villae* tardias, a maioria com temas figurativos excepcionais, em Milreu e em Torre de Palma. Esta característica na distribuição dos mosaicos sugere apresentá-los começando pela capital, Mérida, onde se desenvolveu a arte do mosaico desde a fundação da colónia até ao final do Império romano.

1. OS MOSAICOS DE MÉRIDA

Desde pelo menos 1834, ano da descoberta, na calle de Sagasta, do mosaico denominado «das Musas», assinado pelos mosaístas de origem grega *Seleukus* e *Anthus*, até hoje, cerca de 90 mosaicos, muitos deles figurativos, foram escavados em Mérida, o que é excepcional ao tratar-se de uma cidade romana cuja superfície foi constantemente reocupada ao longo dos séculos.

Todos os mosaicos encontrados decoravam casas ou *villae* suburbanas, todas pertencentes a uma elite política e económica desejosa de viver «à romana», o que favoreceu a atividade urbanística e trouxe a Mérida, primeiro de Itália e depois de outras cidades do Império, vários artesãos especializados, entre eles, mosaístas.

Embora as primeiras oficinas fossem romanas, rapidamente transmitiram a sua arte e ofício às oficinas locais, cada dia mais familiarizadas com este aspeto da decoração de pavimentos. Alguns dos responsáveis destas oficinas — relativamente numerosas em Mérida — assinaram as suas realizações. Para além de *Seleukus* e *Anthus*, já citados, conhecemos *Annius Ponius* (CME n.º 7), *Dexter* na *villa* da Valdelacalzada (Badajoz), e *Valerianus* na *villa* do Olivar del Centeno (Cáceres). Todos são libertos e, excetuando *Dexter*, todos têm nome de origem grega.

De facto, estas assinaturas não têm nenhuma relação com a qualidade ou originalidade do mosaico que executaram. Quase a totalidade dos mosaicos da Lusitânia não está assinada pelo mosaísta ou, melhor dito, pela equipa de mosaístas que integram uma oficina. São artesãos que não se consideram como artistas, inclusivamente se... são, como é o caso do autor do mosaico cosmológico de Mérida, que não está assinado!

Limitar-me-ei a assinalar os mosaicos mais destacados que se podem hoje admirar nas paredes do Museo Nacional de Arte Romano e em algumas casas da cidade: a casa do Anfiteatro e a casa do Mitreu.

No Museo Nacional de Arte Romano, chamam a atenção dois mosaicos a preto e branco com alguns toques de cor ilustrando temas relacionados com a cultura: o mosaico «das Musas» (CME n.º 9) e o mosaico de Orfeu (Álvarez Martínez, 1990, n.º 3), encontrado na Travesía Pedro María Plano em 1982. Se for certo que o mosaico a preto e branco tem origem em Itália, temos aqui dois exemplos desta técnica numa província longínqua, da responsabilidade de uma oficina local e numa data tardia. Seria por motivos económicos? Efetivamente, o calcário preto e branco é o material de base dos mosaístas. Em ambos os casos, o proprietário da casa queria demonstrar a sua familiaridade com os símbolos mais valorizados da cultura figurativa romana.

Outro aspeto da vida dos emeritenses abastados pode-se vislumbrar em dois mosaicos da mesma casa, nos n.ºs 13 e 14 da calle Holguín, que representam, no caso do primeiro, o banquete dos Sete Sábios refletindo sobre um episódio da *Iliada* e, do segundo, uma vitória circense e duas cenas de caça. Estão datados de cerca de 350.

O estilo destes dois mosaicos é tão diferente que obriga a supor que foram realizados por duas oficinas itinerantes distintas, provenientes do mundo greco-oriental, como indicam as inscrições gregas com os nomes dos Sábios: Sólon, Quílon, Tales, Bias, Periandro e Cleobulo. Estes estão sentados num *triclinium* em T+U, ou seja, a sala de refeições da casa, refletindo sobre um momento da Cólera de Aquiles — infelizmente sem inscrições! — relacionado com a restituição da escrava Briseida a Agamémnon.

O segundo mosaico oferece uma ideia muito diferente dos interesses do proprietário. Neste estão ilustrados os prazeres do circo, com os cavalos NARCISSVS e DEL[FICVS] levados pela mão por uma Vitória, e os da caça, com o caçador MARIANVS que dirige o seu cavalo PAFIVS, com o seu troféu de caça, uma cervo, a seus pés (fig. 1).

Num painel simétrico, outro caçador, a cavalo, acaba de lançar um venábulo à sua presa: uma cervo? Um javali? Em qualquer caso, dois animais nobres.

O tema circense está igualmente presente noutro mosaico, o da calle Masona (CME n.º 43 B), sempre do século IV. O mosaico apresenta-nos uma quadriga vitoriosa no circo da cidade. Um inscrições indicam o nome do cavalo, INLVMINATOR, o do seu proprietário, GETVLVS (em genitivo), e o de outro auriga famoso na cidade, MARCIANVS (a inscrição diz: Marcianus NICA — por NICA — ou seja: «Vamos, Marcianus!»). No painel simétrico encontramos outra quadriga vencedora, levada pelo auriga PAVLVS (Paulus NICA!). No medalhão central está representado um tema dionisíaco muito destruído com os bustos dos Ventos nas enjuntas.

Ao sair do Museu, podem-se apreciar vários mosaicos no seu contexto arquitetónico original, na visita a duas casas de imponentes dimensões, a casa do Anfiteatro e a casa do Mitreu. A recente proteção das estruturas romanas com uma cobertura permite admirá-las no lugar onde têm todo o sentido: a divisão ou a sala que decoravam.

Dos 15 mosaicos, vários figurativos, datados do século II, que ainda se podem ver na casa do Anfiteatro, sobressai, em primeiro lugar, o da galeria que dá acesso ao *triclinium*. Mostra

uma imagem do labirinto circular, ao estilo pompeiano (CME n.º 32), e no centro (perdido), a prisão do Minotauro vencido por Teseu graças à ajuda da princesa cretense Ariana, colocado diante da entrada do *triclinium* (CME n.º 31), onde estão representados vários peixes de tipo *Xenia* — ou seja, ofertas para os convidados —, em alusão aos que consumiam os comensais do *dominus* neste mesmo compartimento.

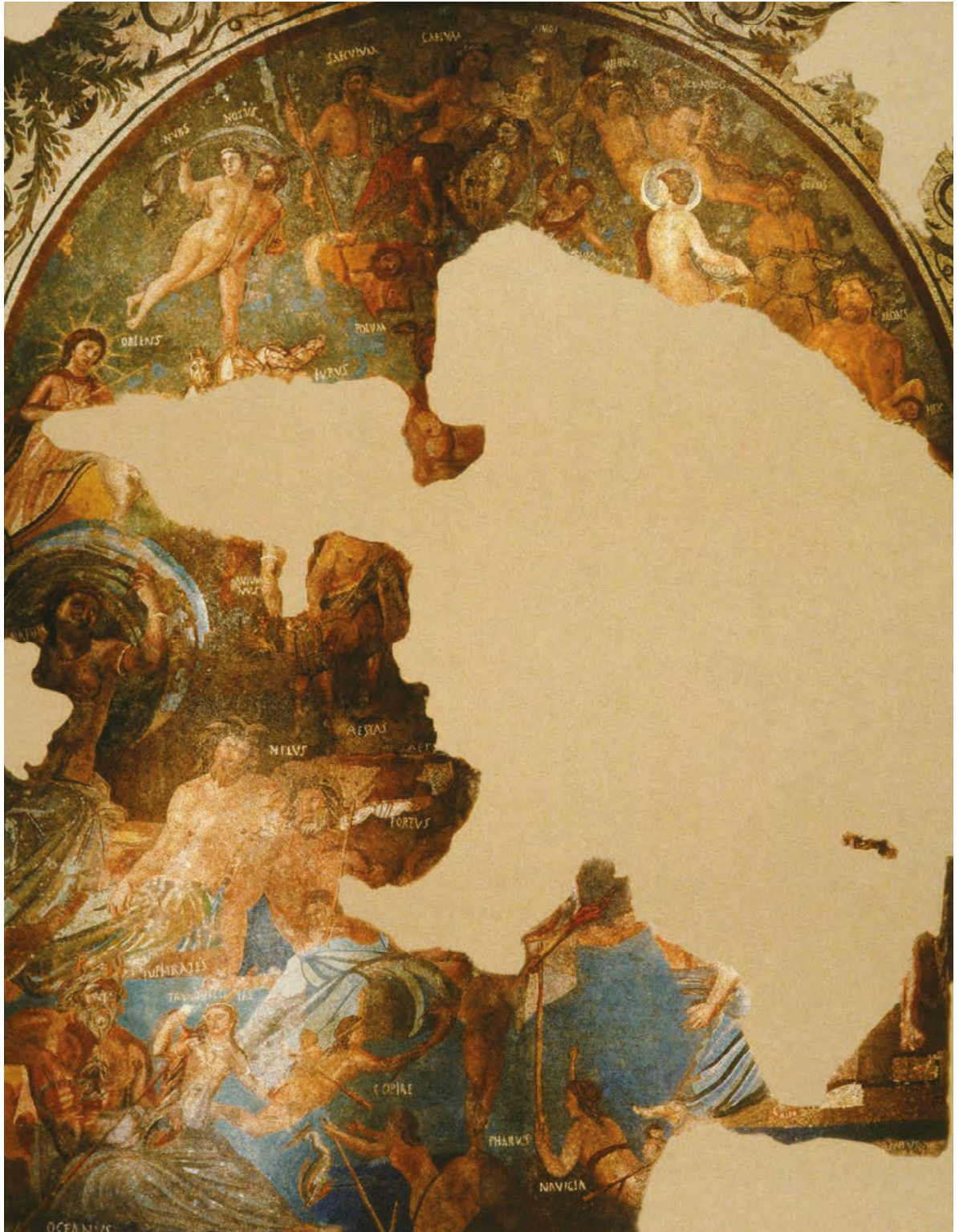
Noutra sala de prestígio aberta sobre a galeria este do peristilo, encontramos dois quadros com temas figurativos muito apreciados naquela época (CME n.º 39): o tema dionisiaco, com uma imagem realista da pisa da uva para recolher o mosto do vinho, bebida consagrada ao deus Baco, que se consumia no final do jantar romano, e, no painel seguinte, uma imagem mitológica de relevo, a de Vénus acompanhada pelo filho Cupido. A deusa, quase nua, tem um cetro numa mão e a maçã de ouro na outra, o prémio outorgado por Páris no concurso de beleza entre Vénus, Juno e Minerva. Apesar do interesse iconográfico, devido à execução de qualidade intermédia, este mosaico pode ser atribuído a uma oficina local de mosaístas.

O mesmo não sucede com o mosaico cosmológico (CME n.º 17) que decora uma sala (um *oecus*) de tamanho médio aberto sobre um pequeno átrio tetrastilo da casa do Mitreu, isto é, num lugar relativamente separado da parte pública desta casa nobre (fig. 2). Estamos diante de uma obra-prima de uma oficina itinerante, provavelmente oriental, de alto nível.

Fig. 1 — Mérida, mosaico da calle Holguín: o caçador *Marianus* e o seu cavalo *Pafius*. © Museo Nacional de Arte Romano, Mérida.



Fig. 2 — Mérida, mosaico cosmológico, vista de conjunto. © J. Lancha, 1997.



Desde 1966, data da sua descoberta por E. García Sandoval, tem suscitado admiração a nível nacional e internacional e os numerosos estudos científicos que se sucederam, de A. Blanco Frejeiro a M. H. Quet, de E. Alföldi-Rosenbaum, a mim própria, entre muitos outros, não elucidaram ainda por completo o mistério da origem da composição e estilo, da data de realização e da sua iconografia. Mas está claro que o proprietário que encomendou este mosaico era especialista em história e política cultural romanas e que a oficina que contratou para realizá-lo estava formada por *tessellarii* (mosaístas de pavimentos) de primeiro nível, à altura dos *pictores imaginarii* (pintores especializados em imagens), em cujos modelos se inspiraram. Não há outro mosaico similar em todo o mundo romano, quer do ponto de vista da composição quer da riqueza iconográfica e estética desta alegoria que ilustra a eternidade do mundo e de Roma.

Num quadro com remate superior semicircular, de 4,66 × 3,46 m, realizado integralmente com tesselas de mármore de Almadén de la Plata e calcárias locais e, pela metade, com tesselas de vidro de cerca de 20 cores, todas de 5 mm de lado e 3 mm de espessura, estão representadas 37 figuras em três planos, as que estão conservadas, animais incluídos. Remetem para a mitologia grega ou são personificações de abstrações, cada uma identificada com uma inscrição latina que traduz a palavra grega correspondente. Das tesselas de vidro é preciso salientar um grupo repleto de tesselas com folha de ouro em «sandwich», sobretudo em alguns adornos e no nimbo de *Occasus* que, infelizmente, por serem muito frágeis, tiveram de ser substituídas por tesselas modernas. Desconhecemos se a grande quantidade, atípica, de tesselas de vidro utilizadas neste mosaico foi importada da Síria ou fabricada em Mérida.

Na área inferior, ao mundo marinho corresponde um fundo de quatro tons de azul e verde. Ao centro, relativo ao mundo terrestre, um fundo de três tons de cinzento e castanho. Na zona superior, correspondente ao mundo celeste, um fundo de cinco tons de azul e verde. O mais original deste fundo colorido é o efeito que produz, ou seja, a sugestão de perspectiva.

Na parte inferior figuram sucessivamente, da esquerda para a direita: *Oceanus*, com *Tranquillitas*, *Copiae*, *Pharus*, *Navigia*, *Pontus* (o Mar Negro), rodeado por duas figuras sem legenda; *Euphrates* (segundo M. H. Quet), *Nilus* com uma figura feminina, a cornucópia na mão esquerda e *Portus*, acompanhado de duas figuras sem nome.

Na zona intermédia temos: *Natura*, *Autumnus*, *Aestas* (o Verão), que leva um menino com espigas na mão, e *Aeternitas* (o Tempo).

No topo do mosaico estão finalmente: *Oriens* (o Sol), a conduzir a sua quadriga no céu, a legenda do vento *Eurus* (Figura Perdida), *Nubs* e *Notus*, *Polum* sustentando *Caelum* sentado no trono, com *Saeculum* à esquerda e *Chaos* à direita, e com duas personagens de menor tamanho, *Concordia* (sem legenda, de acordo com a proposta de M. H. Quet) e *Tonitrum* (o Trovão), *Nebula* com *Zephyrus*, *Boreas*, *Occasus* (a Lua) dirigindo a sua biga, e *Mons* amparando a *Nix* (a Neve).

Perante o mosaico, o espectador moderno fica imediatamente fascinado, apesar da importante lacuna na parte direita e de vários restauros antigos e modernos, os últimos realizados pontualmente e com tesselas antigas recuperadas na escavação do mosaico. Chama a atenção a harmonia e a coerência da composição simétrica e a ordenação das figuras, todas de qualidade pictórica, mas com variações que refletem a sua execução por distintas mãos, segundo dois eixos, o absidal do mosaico, que reúne *Caelum/Aeternitas/Portus* e *Pharus*, e o eixo dos polos. A excelência das atitudes, das relações entre os personagens em grupos como o de *Oceanus* e *Tranquillitas*, dos rios, das estações, dos ventos e suas amantes, a solenidade do grupo central no registo celeste, a beleza de figuras como a de *Oriens* e de *Occasus*, o potente torso e a cara sedutora de *Aeternitas*: tudo contribui para criar um sentimento de paz

e beleza. Citando o poeta Baudelaire, poderíamos dizer: «Tudo é aqui ordem e beleza, luxo, calma e voluptuosidade». Esta última relativa...

De facto, o jogo de olhares que cruzam as numerosas personagens do quadro cria uma dinâmica particular e o fundo colorido contribui, pelo seu carácter muito evocador, para projetá-los num mundo ideal mas, simultaneamente, reflexo das belezas do Universo. Estamos diante de um verdadeiro poema dirigido ao Universo e não ante uma seca demonstração filosófica ou ideológica. A presença das legendas que identificam cada figura poderia tornar-se algo pretensioso, mas a subtilidade da escritura manuscrita, a variedade das suas colocações, sempre em harmonia com a figura, sem nenhum sistema dogmático, e a sua discreta pedagogia demonstram que estão dirigidas a um espectador culto — o encomendante do mosaico, os seus convidados e amigos, no século III.

O *Oceanus* do mosaico cosmológico convida-nos agora a atravessar o *Anas/Guadiana* — a fronteira moderna entre Espanha e Portugal — e a descobrir um mosaico com a imagem do mesmo deus, mas muito diferente, na capital da *ciuitas* de Faro/*Ossonoba*.

Descoberto casualmente em 1979, foi levantado e instalado numa sala do Museu Arqueológico Municipal Infante D. Henrique, recentemente reconfigurada. É o único mosaico figurativo da cidade (fig. 3).

Fig. 3 — Faro, mosaico do Oceano, quadro central. © D. Pavone e Câmara Municipal de Faro.



Mede 9,40 × 3,40 m e consta de três elementos, uma inscrição dedicatória de três linhas, um tapete com decoração geométrica e vegetal (florões) e, no centro, um painel figurativo com a cabeça de Oceano com os bustos dos Ventos nas enjuntas.

Na entrada da sala, a inscrição dá-nos a conhecer os nomes (cada qual *tria nomina*: nome, apelido e cognome) de quatro cidadãos de *Ossonoba*.

Texto da inscrição:

C · CAL · PVR · NI · VS [...] NVS · ET · GVI · BI · VS · QVIN · TI ·
LI · A · NVS · ET · L · AT · TI [...] S · ET · MVER · RIVS · CE · MI · NVS ·
SOL [VM] TES · SEL · LA S [TRAVER] VNT · ET · DO · NA · R [VN] T ·

Tradução:

Caius Calpurnius [...] nus, *Caius Vibius Quintilianus*, *C. Attius* [...] us e *Marcus Verrius Geminus* mandaram decorar este solo com um mosaico e doaram-no como oferta.

A inscrição leva-nos a supor que se tratava de uma sala de um edifício público, inaugurado pelos quatro magistrados municipais da cidade (termas?).

A importância do tema figurativo em relação ao fundo geométrico e vegetal explica a sua colocação no centro do mosaico. Nota-se o contraste entre as cores vivas da cabeça do deus e o fundo branco-marfim, sem qualquer evocação do mar, excetuando os pequenos golfinhos que escapam simetricamente do seu cabelo. A imagem impõe-se ao espectador pela própria riqueza iconográfica e do colorido bem como pela força da sua expressão.

O facto de o deus se encontrar no centro de um círculo (de 2,38 m de diâmetro), rodeado de duas bordaduras, contribui também para o seu realce. Na Antiguidade, o Oceano era considerado um mar que rodeava o disco plano que era a Terra.

O mosaísta escolheu representar o rosto divino a três quartos à esquerda, com rasgos muito expressivos — quase barrocos —, jogando com a luz e as sombras. É o rosto de um homem de idade madura, mas não ancião, que olha para cima e para a esquerda, com o sobrolho franzido. O espectador tem imediatamente a sensação de se encontrar perante um deus cujo olhar tem um poder específico, uma força mágica contra as forças do mal.

Os escassos dados recolhidos durante a escavação arqueológica de urgência e a partir do estudo iconográfico e estilístico — quer das figuras quer dos florões do tapete — permitem propor uma datação entre final do século II e princípio do século III d. C.

Vamos descobrir de seguida os mosaicos de impressionantes *villae* da Lusitânia hoje portuguesa e da cidade de *Conimbriga*, do sul ao norte do país.

2. O MOSAICO MARINHO DA GALERIA ESTE DO PERISTILO DA VILLA DE MILREU (ALGARVE)

A 7 km do porto romano de *Ossonoba*, a *villa* romana de Milreu é uma das mais espetaculares e melhor conservadas da *Lusitania* romana. Do século I ao século V teve uma longa vida, mas o seu aspeto mais vistoso — pelos seus mosaicos e pela construção de um santuário em estreita relação com a *villa* — data-se de meados do século IV.

Descoberta em 1877 por S. P. M. Estácio da Veiga, foi escavada por completo por T. Hauschild e F. Teichner, do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, entre 1970 e 2005.

Limitar-nos-emos a apresentar aqui um mosaico que ilustra a fauna marinha, o da galeria este do peristilo, dado ser muito representativo da arte da oficina africana itinerante que realizou todos os mosaicos figurativos da *villa* e do santuário (fig. 4). Consta de três filas de

peixes, orientados para ambos os lados da galeria de 18,04 × 2,92 m, que nadam livremente. Da esquerda para a direita, a partir da extremidade norte do mosaico, no lado este nadam um golfinho, dois robalos e outro golfinho; na fila central: uma lula esmeradamente estilizada, um robalo e outra lula; na fila oeste: uma garoupa, um robalo, um golfinho, outra garoupa e um robalo. Ao redor de vários peixes aparecem livremente ouriços-do-mar, mexilhões e várias linhas que desenhavam a superfície da água.

Quando os peixes são representados vivos, como nesta galeria — local de passagem, evidentemente público — e no pódio do santuário vizinho, têm um forte significado simbólico. O proprietário quer manifestar a sua confiança na generosidade dos deuses que garantiam aos seus protegidos a abundância e a prosperidade, que as águas e os seus habitantes manifestam aqui de forma facilmente acessível a todos. Imagens da proteção divina, os peixes marinhos são como um hino ao paganismo, quando a religião oficial romana era a religião cristã desde Constantino.

Mudamos totalmente de tema e de aspirações na *villa* de Torre de Palma (Alentejo).

3. O MOSAICO DAS MUSAS DE TORRE DE PALMA (ALENTEJO)

Descoberto em 1947 numa *villa* completamente escavada, de grandes dimensões, decorava o triclinóio de 10,24 × 6,35 m, de forma tradicional em $\tau+u$, aberto para a galeria norte do peristilo. A totalidade dos mosaicos figurativos da *villa* foram extraídos e levados para o Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa.

Fig. 4 — Milreu, mosaico da galeria este do peristilo. © D. Pavone e equipa luso-francesa Mosaicos do Sul de Portugal.



O painel das Musas recebe o visitante, à entrada da sala (cat. 116). É o primeiro de um mosaico de riquíssima iconografia, com 11 quadros que representam, de maneira sucessiva, quatro cenas dionisíacas, Hércules e Mercúrio, Apolo e Dafne, a Loucura de Hércules, Medeia infanticida, um triunfo dionisíaco e, ao fundo do triclinio, Teseu vitorioso sobre o Minotauro.

Uma concentração semelhante de temas mitológicos figurativos — dos quais pelo menos dois são ilustrações de tragédias clássicas (*a Loucura de Hércules*, *Medeia infanticida*, dois temas de tragédias de Eurípides e Séneca e, quiçá, *o Teseu* de Eurípides) — dá-nos uma ideia da penetração dos temas culturais greco-romanos na alta sociedade hispano-romana a que pertencia o proprietário desta *villa*, cujo nome infelizmente desconhecemos. Ao escolher estes temas teatrais e colocá-los sob proteção da Musa Melpómene do painel I, o proprietário partilha os seus temas favoritos com os do proprietário da casa da Medusa na vizinha cidade *Abelterium*, que manifesta familiaridade com um tema épico da *Eneida*, outra obra-prima, um pilar da educação romana.

Uma inscrição de tom humorístico acolhe o visitante:

SCO[PA] [A]SPRA TESSELLAM LEDERE NOLI VTERI F(*elix*)

Isto é: Não estragues o mosaico com uma vassoura demasiada áspera. Boa sorte!

É uma maneira indireta e divertida de chamar a atenção sobre o valor do mosaico, numa sala regularmente varrida, devido ao uso quotidiano.

As nove filhas de Zeus e de Mnemosine (a Memória) estão representadas muito solenes, como costumam aparecer nos relevos de sarcófagos, de pé, vestidas «à romana», com os respectivos atributos e plumas azuis sobre a cabeça, sinal da sua vitória sobre as Sereias. Apresentam-se na seguinte ordem, da esquerda para a direita: Clio, musa da História, Euterpe, musa da Música, Érato, musa da Poesia Lírica, Tália, musa da Comédia, Melpómene, musa da Tragédia, Urânia, musa da Astronomia, Calíope, musa da Poesia Épica, Polímnia, musa da Pantomima e Terpsícore, musa da Dança. Cada uma em brilhantes cores conseguidas com tesselas de vidro de uma ampla gama de cores.

A originalidade desta representação das Musas resulta da sua associação, não muito frequente nos mosaicos e nas pinturas romanas, à iconografia dionisíaca, dominante neste mosaico. Mas os dois temas convergem na sua conotação cultural: as Musas são as que inspiram as três principais atividades do mundo do espetáculo dionisíaco: o teatro, a dança e a pantomima.

O programa iconográfico deste mosaico, complexo e muito coerente, reflete as preocupações do proprietário da *villa*. Trata-se de um aristocrata pagão, orgulhoso de uma cultura clássica ampla, sinal de identidade social e capaz de sugerir aos seus convidados, depois da refeição, reflexões sobre os temas ilustrados no mosaico, numa época que se pode datar entre o final do século III e o princípio do século IV, ou seja, numa época de transição entre o paganismo e o cristianismo.

4. O MOSAICO DA SALA DAS ESTAÇÕES DA CASA DOS REPUXOS EM CONIMBRIGA

A sala 34 desta ampla *domus* da cidade de *Conimbriga*, contígua ao triclinio maior da casa, está decorada com um mosaico surpreendente que ilustra cenas de caça muito realistas com bustos das Estações nos cantos e, no centro do quadro central, uma imagem de conotação cósmica de difícil compreensão: um auriga conduzindo a sua quadriga pela abóbada celeste (fig. 5). O estilo do mosaico é indiscutivelmente de uma oficina local, inspirado na temática



Fig. 5 — *Conimbriga*,
mosaico da Casa dos
Repuxos, Sala das
Estações, pormenor
do quadro central.
© Museu Monográfico
de Conimbriga.

de oficinas africanas ou itálicas, que utilizou materiais locais, maioritariamente calcários de apenas cinco cores fortes, uma peculiaridade que vale como assinatura das oficinas da cidade.

Os quatro painéis retangulares com cenas de caça — uma das atividades do *dominus* da casa — caracterizam-se pelo seu estilo ingénuo, um pouco simples. Vemos determinados ajudantes de caça, com os respetivos nomes, mas nem um caçador nem o *dominus*, e dos animais apenas se conserva o javali. Os outros perderam-se, excetuando a lebre, que se pode imaginar perseguida por *CALLIMERVS*, armado com o *lagobolon* (um tipo de vara para caçar a lebre) e com a *rete*, atada ao tronco da árvore. A cena mais expressiva é a do regresso dos caçadores e dos seus cavalos, no quadro situado entre o outono e o inverno: nota-se que estão felizes de regressar a casa!

Mas a atenção do espectador fixa-se no medalhão central, com a quadriga do auriga na abóbada celeste: uma imagem sem paralelo exato na iconografia romana.

O auriga, desenhado como um auriga de circo, mas sem capacete, dirige a sua quadriga pelo cosmos, um fundo azul-escuro coberto de estrelas e de constelações cintilantes, desenhadas em tons de amarelo e vermelho. Sobre este fundo escuro sobressai a imagem luminosa dos quatro cavalos e do auriga, todos em branco, que remetem para a luz do Sol ou, mais corretamente, para o próprio Sol, divindade muito apreciada pelos imperadores romanos a partir de Nero, mas sobretudo na dinastia dos Severos, entre os quais particularmente por Heliogábalo. Se esta hipótese estiver correta, significa que o dono da Casa dos Repuxos manifestava a sua adesão ao poder imperial a que se refere este tema naquela época, e queria demonstrá-lo aos seus convidados. Por esse motivo, entre outros, proponho datar este mosaico do reinado deste último imperador, entre 218 e 222.

5. O MOSAICO COM CENA DA ENEIDA ENCONTRADO EM ALTER DO CHÃO/ABELTERIUM (CASA DA MEDUSA)

Descoberto em 2007, é particularmente impressionante, tanto pelo tema como pela qualidade de execução. Encontra-se *in situ*, no triclinio da «Casa da Medusa», e seria desejável que pudesse rapidamente passar a ser visto e admirado pelo público (fig. 6).

Trata-se, uma vez mais, de um tema sem paralelo exato (um hápax) nos mosaicos romanos, mas bem conhecido em pintura e escultura e, sobretudo, na literatura romana. De facto, e sem dúvida, é uma ilustração de uma cena épica e, muito provavelmente, tendo em conta as suas personagens, da *Eneida*, livro da educação romana. Mas de que cena se trata? A *Eneida* tem XII cantos!

Nos poucos artigos publicados sobre o mosaico foi proposto relacioná-lo com o canto XII da *Eneida* (v. 930-940). Tratar-se-ia do momento em que Turno, chefe dos Rútulos, vencido por Eneias num duelo, suplica para que lhe poupe a vida.

Estamos perante a tragédia pessoal de Turno e a história gloriosa de Eneias, no momento mais dramático de uma longa cena de batalha final entre os Troianos e os Rútulos, onde o destino de ambos irá mudar totalmente. No final, Turno encontrará a morte, e Eneias poderá cumprir o destino que os deuses lhe prometeram, ou seja, a fundação de *Lavinium*, prelúdio à fundação de Roma, a nova Troia em terra latina.

Esta leitura apoia-se na iconografia do quadro, que mereceria uma descrição pormenorizada, impossível no âmbito deste capítulo do catálogo da exposição. Digamos, sucintamente, que dois grupos de guerreiros se enfrentam.

À esquerda, vemos três troianos com respetivos barretes frígios, escudos redondos, lanças e calças estreitas bordadas, com Eneias à cabeça do grupo, vestido como um general romano;

o seu escudo redondo, no centro da imagem, tem uma representação da cabeça aterrorizante da Medusa.

À direita, três rútuos vestidos como soldados gregos, com respetivos escudos redondos, lanças e calças, e o seu rei Turno ajoelhado perante Eneias, na típica atitude de suplicante. Em primeiro plano, duas figuras aparentemente alheias à cena mítico-histórica da parte superior, ocupando pouco mais de um terço do espaço do quadro, o que não deixa dúvidas sobre a sua relação com a cena representada sobre elas. Trata-se, à esquerda, de uma clara personificação de um deus-rio (o Tibre?), apoiado num cântaro donde sai água, como *Euphrates* no mosaico cosmológico, e com um búzio na outra mão. Está diante de uma personificação de outra divindade relacionada com a água, mas mais complexa, de características estranhas, como por exemplo, os chifres na cabeça ou os esguichos de água que saem do peito.

Ora, uma imagem de tal maneira relacionada com um poema dos mais apreciados na educação romana da classe aristocrática apenas pode estar inspirada numa miniatura de um *codex* da *Eneida*. Dois códices ilustrados chegaram até nós, mas de um deles perdeu-se o texto e as ilustrações do canto XII. O outro ainda as conserva, mas o momento do duelo entre Eneias e Turno que ilustra é o anterior, o duelo propriamente dito. Conhecia o proprietário um desses códices?

A investigação continua...

Fig. 6 — *Abelterium*, Casa da Medusa, mosaico do triclinio, cena épica.
© Câmara Municipal de Alter do Chão.



Se analisarmos o panorama arqueológico da Hispânia romana, a Província Ulterior Lusitânia é possivelmente a menos conhecida das três constituídas no Alto Império. Contudo, em boa verdade, temos também de referir que, com vista ao conhecimento dessa realidade administrativa, nos últimos anos realizaram-se esforços notáveis por equipas de arqueólogos qualificados, tanto portugueses como espanhóis, corroborados por grandes especialistas de outras nacionalidades, que se dedicaram a resolver os problemas que surgiam no momento de conhecer a verdadeira evolução do assentamento romano nas nossas terras.

Considerando esses objetivos foi criado o grupo *Lusitania* com sede no Museo Nacional de Arte Romano, formado por historiadores e arqueólogos portugueses, espanhóis, franceses, alemães, canadianos, do qual saíram numerosos projetos e esplêndidas realidades como o *Atlas Antropológico de la Lusitania Romana*. Por outro lado, o referido grupo incentivou a realização das Mesas Redondas sobre a Lusitânia romana, que tiveram início numa importante reunião científica efetuada em Talence, Bordéus (1988), sob os auspícios do Centre Pierre Paris e da Maison des Pays Ibériques e, a partir de então, com o papel fundamental desempenhado pelo nosso colega, o Jean Gérard Gorges que, com o Museo Nacional de Arte Romano, representado por Trinidad Nogales Basarrate, e outras instituições hispano-portuguesas, propiciaram a continuidade desses importantes encontros científicos.

Assim, e graças ao contínuo trabalho desenvolvido por equipas multidisciplinares, uma vez derrubadas as fronteiras artificiais que sempre existiram entre os nossos dois países, as dúvidas sobre aspetos fundamentais da província romana, tais como fases de assentamento, limites, vias de comunicação, estrutura das cidades, relação campo-cidade, grupos sociais, atividades económicas, manifestações religiosas, encontram-se, cada dia, mais dissipadas.

E esta Exposição, como os comissários referiram no capítulo de apresentação da mesma, pretende ser uma atualização do conhecimento sobre a nossa Província.

A marca da romanização na província lusitana é indelével e, desse modo, é possível observar como de uma terra indefinida, quase ignota, como refere no seu excelente ensaio o historiador Amílcar Guerra, sem esquecer os costumes da vida tradicional desenvolvida em pequenos povoados e *vici* do território lusitano, se passou para uma estrutura plena-

mente romana, de cidades bem estruturadas, unidas por firmes calçadas que cobriam toda a superfície provincial.

Neste processo, por vezes lento, com as suas fases bem determinadas, observa-se como as formas urbanas foram dominando o território lusitano e manifestaram-se nos seus mais notáveis assentamentos: colónias, municípios, sedes de comarcas, como expõe perfeitamente José Luis de la Barrera Antón e irradiaram para outros lugares do interior.

Do mesmo modo, as produções escultóricas, tantas vezes relacionadas com programas iconográficos oficiais ou com encomendas das elites da província foram aparecendo pouco a pouco e, especialmente a partir da exploração das extraordinárias pedreiras do Anticlinal de Estremoz, seguiram padrões metropolitanos e, a partir da capital *Augusta Emerita*, os modelos foram sendo adotados nas distintas zonas da província, como bem refere Trinidad Nogales Basarrate.

O estudo da musivária lusitana, para nos fixarmos noutra esplêndida realidade das produções hispânicas, alcançou nos últimos anos cotas de exceção graças ao esforço de diversos investigadores e, no caso de Portugal, devemos necessariamente referir a importância dos *corpora* musivários que se têm vindo a realizar por especialistas qualificados como João Manuel Bairrão Oleiro e Janine Lancha, autora do texto deste catálogo referente a essa interessante parte.

Um mostruário de edifícios emblemáticos, de características helenístico-romanas, chegou até nós num excelente estado de conservação, em planta e alçado: teatros, anfiteatros, templos, termas, *villae*, *fora*, muralhas, como poucos lugares do solo ocidental do Império podem mostrar. Um compêndio monumental de primeira ordem que mereceu a integração na lista do Património Mundial, tanto do conjunto emeritense como do eborense.

No momento de pensarmos esta exposição, uma das nossas intenções foi, precisamente, esta: mostrar esse esplêndido legado que oferece a Lusitânia romana que, não é conhecido com a clareza que desejamos e com a importância que a arqueologia lusitana merece.

Sirvam estas pequenas reflexões como prova da nossa realidade arqueológica e de incentivo para continuar a aprofundar.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1995) — «Las inscripciones latinas de Santa Lucía del Trampal (Alcuéscar, Cáceres) y el culto de Ataecina en Hispania». *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 68, p. 31-105.
- ABRAÇOS, M. F. (1999) — «Contributo para a história e inventário dos mosaicos romanos do Museu Nacional de Arqueologia». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. s. 4, 17, p. 345-397.
- ALARCÃO, J. (1970) — «Abraded and engraved late roman glass from Portugal». *Journal of Glass Studies*. New York. 12, p. 28-34.
- ALARCÃO, J. (1971) — «Vidros romanos de Aramenha e Mértola». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 5, p. 191-200.
- ALARCÃO, J. (1976) — «Sobre a economia rural do Alentejo em época romana». *Conimbriga*. Coimbra. xv, p. 5-43.
- ALARCÃO, J. (1981) — «Roman glass from Tróia (Portugal)». In *Annales du Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, Liège, 8, 1981. p. 105-110.
- ALARCÃO, J. (1988) — *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins.
- ALARCÃO, A., com. cient. (1997) — *Portugal romano: A Exploração dos recursos naturais*. Lisboa. Catálogo.
- ALARCÃO, J. (2004) — «As cidades da Lusitânia, imagens de um processo cultural». In NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. — *Augusta Emerita. Territorios, espacios, imágenes y gentes en Lusitania romana*. Mérida. p. 259-273 (Monografías Emeritenses; 8).
- ALARCÃO, J. (2006) — «As vias romanas de Olisipo a Augusta Emerita». *Conimbriga*. Coimbra. XLV, p. 211-251.
- ALARCÃO, J.; SANTOS, A. I., com. cient. (1996) — *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.* Lisboa. Catálogo.
- ALARCÃO, J. [et al.] (1990) — «Proposition pour un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie Romaine». In *Les Villes de Lusitanie Romaine. Hierarchies et Territoires*, Talence, Bordeaux, 1988. Paris: CNRS. p. 319-329.
- ALBA CALZADO, M.; MATEOS CRUZ, P. (2008) — «El paisaje urbano de 'Emerita' en época visigoda». *Zona Arqueológica*. Alcalá de Henares. 9, p. 261-273. Recópolis y la ciudad en la época visigoda.
- ALBA CALZADO, M. (2014) — «La participación de la Iglesia en la transformación del escenario urbano: la cristianización y despaganización de Emerita (ss. V-VII)». In MARTÍN-BUERO: M. SÁENZ PRECISADO, J. C., coord. — *Modelos edilicios y prototipos en la monumentalización de las ciudades de Hispania*. Zaragoza. p. 83-98.
- ALFÖLDY, G. (1969) — *Fasti Hispanienses*. Wiesbaden.
- ALMAGRO, A.; RAYA, J. M. (1996) — «Estudio fotogramétrico del reloj romano de Mérida». *Anas*. Mérida. 9, p. 79-88.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M., ed. lit. (1998) — *Hispania: el legado de Roma. En el año de Trajano*. Zaragoza. Catálogo.

- ALMAGRO-GORBEA, M.; LORRIO, A. (1987) — «La expansión céltica en la Península ibérica: una aproximación cartográfica». In *Symposium sobre los celtíberos*, Zaragoza, 1, 1986. p. 105-122.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; MARTÍN, A. M., ed. lit. (1994) — *Castros y oppida en Extremadura*. Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; RIPOLLÈS, P. P.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2009) — «Dipo. Ciudad tartésico-turdetana en el valle del Guadiana». *Conimbriga*. Coimbra. 48, p. 93-148.
- ALMAGRO-GORBEA, M. [et al.] (2000) — *El Disco de Teodosio*. Madrid.
- ALMEIDA, F. (1956) — *Egitânia: História e Arqueologia*. Lisboa.
- ALMEIDA, J. (2008) — *A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal. Escavações de Manuel Heleno das décadas de 40-60 do século xx*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia. Faculdade de Letras de Lisboa.
- ALMEIDA, M. J. (2000) — *Ocupação romana no actual concelho de Elvas*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Romana. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ALVAR, J. (1981) — «El culto de Mitra en Hispania». *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. V, p. 51-71. Vol. monográfico «Paganismo y cristianismo en el occidente del Imperio romano».
- ALVARADO GONZALO, M. (2006a) — «Fragmento de cerámica con decoración pintada». In *Nosotros. Extremadura en su patrimonio*. Barcelona. p. 59. Catálogo.
- ALVARADO GONZALO, M. (2006b) — «Tabula jurídica». In *Nosotros. Extremadura en su patrimonio*. Barcelona. p. 96. Catálogo.
- ALVARADO GONZALO, M. (2006c) — «Minerva». In *Nosotros. Extremadura en su patrimonio*. Barcelona. p. 98. Catálogo.
- ALVARADO GONZALO, M. (2006d) — «Torso de una escultura *thoracata*». In *Nosotros. Extremadura en su patrimonio*. Barcelona. p. 106. Catálogo.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. (1976) — «La villa romana de El Hinojal en la dehesa de 'Las Tiendas' (Mérida)». *Noticiario Arqueológico Hispánico. Arqueología*. Madrid. 4, p. 435-488.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. (1983) — *El puente romano de Mérida*. Badajoz.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. (1988) — «Algunas observaciones sobre el *Territorium Emeritense*». In *Homenaje a Samuel de los Santos*. Murcia. p. 185-192.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. (1990) — *Mosaicos romanos de Mérida: nuevos hallazgos*. Madrid.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. (2006) — «Maqueta de la Colonia Augusta Emerita». In *Nosotros. Extremadura en su patrimonio*. Barcelona. Catálogo.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. (2008) — «Los primeros años de la colonia *Augusta Emerita*. Las obras de infraestructura». In *Le due patrie acquisite: Studi di Archeologia dedicati a Walter Trillmich*. Roma. p. 27-40. (*Bullettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma*. Supplementi; 18).
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; MATEOS, P., ed. lit. (2011) — *Actas del Congreso 1910-2010: El yacimiento emeritense*. Mérida.

- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; NOGALES BASARRATE, T. (1998) — «Lastra con decoración vegetal». In *Extremadura. Fragmentos de identidad: Guerreros, santos, artesanos, artistas*. Badajoz. p. 152. Catálogo.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; NOGALES BASARRATE, T. (2003) — *Forum Coloniae Augustae Emeritae: Templo de Diana*. Mérida.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; NOGALES BASARRATE, T. (2004) — «Calzadas de Lusitania: programación e ideología imperial». In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. — *Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones*, Cáceres, 5, 2002. Madrid. p. 255-276.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; NOGALES BASARRATE, T. (2010) — «Los primeros años de la Colonia *Augusta Emerita*: la planificación urbana». In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. — *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier. av.-Ier. ap. J.C.) = Origen de la Lusitania romana (siglos I a. C.-I d. C.): Table Ronde Internationale sur la Lusitanie romaine = Mesa redonda internacional sobre la Lusitania romana*, Toulouse, 7, 2007. Mérida. p. 527-557.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; NOGALES BASARRATE, T. (2011) — «*Augusta Emerita* en tiempos de *Lucius Cornelius Bocchus*». In CARDOSO, J. L.; ALMAGRO-GORBEA, M., ed. lit. — *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*. Tróia (Portugal), 2010. Lisboa; Madrid. p. 203-229.
- ÁLVAREZ MARTINEZ, J. M.; CARVALHO, A.; FABIÃO, C., com. cient. (2015) — *Lusitania romana: Origen de dos pueblos = Lusitânia romana: origem de dois povos*. Mérida (Studia Lusitana; 9). Catálogo.
- ÁLVAREZ ROJAS, A. (1999) — *Tres estudios de historia de Cáceres*. Cáceres.
- ÁLVAREZ SÁENZ DE BURUAGA, J. (1946) — «Museo Arqueológico de Mérida (Badajoz)». *Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales*. Madrid. 7. 1945, p. 36-41.
- ÁLVAREZ SÁENZ DE BURUAGA, J. (1957) — «El nuevo hallazgo de la perdida lápida emeritense de Proserpina». *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 30: 96, p. 245-251.
- ÁLVAREZ SÁENZ DE BURUAGA, J. (1976) — «La fundación de Mérida». In *Augusta Emerita: Actas del Simposio Internacional conmemorativo del Bimilenario de Mérida*, Mérida, 1975. Madrid; Mérida. p. 19-32.
- ÁLVAREZ SÁENZ DE BURUAGA, J. (1982) — «Acerca del nombre de la colonia *Augusta Emerita*». *Museos*. Madrid. 1. p. 5-7.
- ÁLVAREZ SÁENZ DE BURUAGA, J. (1989) — «Un ex voto de bronce a *Ataecina-Proserpina* en el Museo de Mérida». In *Congreso Nacional de Arqueología*, Valencia, 19, 1987. Zaragoza. p. 827-830.
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. (1999) — *Los vettones*. Madrid.
- ALVES, F. J. S. [et al.] (1988-1989) — «Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas: contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 7-9, p. 109-185.

- AMO, M. (1973) — «Estudio preliminar sobre la romanización en el término de Medellín (Badajoz)». *Noticiario Arqueológico Hispánico. Arqueología*. Madrid. 2, p. 55-131.
- ANTÓNIO, J. (2014) — «A villa romana da casa de Medusa». *Abelterium. Revista online de Arqueologia e História do Município de Alter do Chão*. I, p. 10-21. Disponible em <http://www.cm-alter-chao.pt/pt/abelterivm>.
- ARBEITER, J. (2003) — «Los edificios de culto cristiano: escenarios de liturgia». In MATEOS, P.; CABALLERO, L., ed. lit. — *Repertorio de arquitectura cristiana en Extremadura: época tardoantigua y altomedieval*. Madrid. p. 177-230.
- ARCE, J. (1982) — «Mérida tardorromana (284-409 d. C.)». In *Homenaje a Sáenz de Buruaga*. Madrid. p. 209-226.
- ARCE, J. (2002) — «Mérida tardorromana (300-580 d. C.)». *Cuadernos Emeritenses*. Mérida. 22.
- ARCE, J. (2006) — «*Villae* en el paisaje rural de Hispania romana durante la Antigüedad Tardía». In CHAVARRÍA, A.; ARCE, J.; BROGIOLO, G. P., ed. lit. — *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo occidental*. Madrid. p. 9-15. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; xxxix).
- AREZES, A. C. M. (2011) — *Elementos de adorno Altomedievicos em Portugal (séculos v a viii)*. Porto.
- ARIÑO, E.; GURT, J. M. (1994) — «Catastros romanos en el entorno de *Augusta Emerita*: fuentes literarias y documentación arqueológica». In GORGES, J.-G.; SALINA, M., ed. lit. — *Les campagnes de Lusitanie romaine*. Madrid; Salamanca. p. 45-66. (Collection de la Casa de Velázquez; 47).
- AUGUSTO y *Emerita*. *Museo Nacional de Arte Romano*. Mérida, 2014.
- ÁVALOS, J. de (1935) — «El Tesoro de Mérida». *Adelante*. Salamanca. 53.
- AYERBE, R.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2012) — «49. Askos». In *El Consorcio y la arqueología emeritense. De la excavación al Museo*. Mérida. p. 142-143. Catálogo.
- AYERBE, R.; BARRIENTOS, T.; PALMA, F., ed. lit. (2009) — «El foro de *Augusta Emerita*. Génesis y evolución de sus recintos monumentales». Madrid. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; liii).
- BALIL, A. (1969) — «Noticiario. § 11. Una inscripción emeritense». *Cuadernos de Trabajos de la Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma*. Roma. XIII. p. 151-152.
- BANDERA ROMERO, M. L. (1984) — «Brazaletes peninsulares orientalizantes e ibéricos en metales nobles». *Habis*. Sevilla. 15, p. 365-418.
- BANDERA ROMERO, M. L. (1987-1988) — «Estudio crítico de los torques ibéricos». *Habis*. Sevilla. 18-19. p. 531-563.
- BARRANTES DE MALDONADO, P. — *Historia y antigüedades de la Villa de Alcántara*. Biblioteca Nacional de España. Ms. 17.996 de la Col. Gayangos.
- BARROSO, R.; MORÍN, J. (1999) — «La placa de la Luna del Museo Nacional de Arte Romano de Mérida». *Mérida. Excavaciones Arqueológicas*. Mérida. 5. p. 425-436.

- BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1986) — «Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal». In *Actas del Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*, Lisboa, 3, 1980. Salamanca. p. 466-482.
- BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1988) — «O Tesouro da Coleção Barros e Sá, Monsanto da Beira (Castelo Branco)». *Veleia: Revista de Prehistoria, Historia Antigua, Arqueología y Filología Clásicas*. Vitoria-Gasteiz. 5. p. 125-127 e 129-135.
- BEIRÃO, C. M. [et al.] (1985) — «Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 3 p. 45-136.
- BEJARANO OSORIO, A. (2000) — «Nuevas aportaciones al conocimiento de la medicina y la farmacéutica en la ciudad de *Augusta Emerita*». *Mérida. Excavaciones Arqueológicas*. Mérida. 6. p. 397-421. (Memoria; 6).
- BELTRÁN, A. (1976) — «Las monedas romanas de Mérida: su interpretación histórica». In *Augusta Emerita: Actas del Simposio Internacional conmemorativo del Bimilenario de Merida*, Mérida, 1975. Madrid. p. 93-106.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990) — *Guía de la Cerámica Romana*. Zaragoza.
- BENDALA GALÁN, M. (1972) — «Los llamados Columbarios de Mérida». *Habis*. Sevilla. 3, p. 223-253.
- BENDALA GALÁN, M. (1982) — «Reflexiones sobre la iconografía mitraica de Mérida». In *Homenaje a Sáenz de Buruaga*. Badajoz. p. 99-108.
- BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA LACOMBA, A., ed. lit. (2008) — *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz.
- BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA LACOMBA, A., ed. lit. (2012) — *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz.
- BIANCHETTI, S. (2008) — «Geografia e Cartografia dell'estremo Occidente da Eratostene a Tolomeo». *Mainake*. Málaga. 30, p. 17-58.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1959) — «La Pátera argentea com representação de uma divindade lusitana». *Revista de Guimaraes*. Guimarães. LXIX, p. 453-458.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1977) — *El Puente de Alcántara en su contexto histórico*. Madrid.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1983) — «Nuevas inscripciones latinas de Mérida». *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid. CLXXX, 2, p. 239-243.
- BLÁZQUEZ CERRATO, M. C. (2002) — *Circulación monetaria en el área occidental de la península Ibérica. La moneda en torno al «Camino de la Plata»*. Montagnac.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1991) — *Religiones en la España Antigua*. Madrid.
- BLECH, M. (1985) — «Thymiaterion, Terrakotten und Minervastuette aus Cáceres el Viejo». In ULBERT, G., ed. lit. — *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches legionslager in Spanisch-Extremadura*. Madrid.
- BRIGOLA, J. C. (2010) — *Os viajantes e o «livro dos museus»: As coleções portuguesas através do olhar dos viajantes estrangeiros (1700-1900)*. Porto.

- BROGIOLO, G. P., ed. lit. (1996) — *La fine delle ville romane: trasformazioni nelle campagne tra tarda antichità e Alto Medioevo*. Mantua.
- BROGIOLO, G. P. (2006) — «La fine delle ville: dieci anni dopo». In CHAVARRÍA, A.; ARCE, J.; BROGIOLO, G. P., ed. lit. — *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo occidental*. Madrid. p. 253-273. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; xxxix).
- LOS BRONCES romanos en España. Madrid. 1990.
- BRUN, J.-P. (1997) — «Production de l'huile et du vin en Lusitanie romaine». *Conimbriga*. Coimbra. 36, p. 45-72.
- BRUNT, P. A. (1990) — *Roman Imperial Themes*. Oxford.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011) — *La cerámica romana en Augusta Emerita en la época Altoimperial. Entre el consumo y la exportación*. Mérida.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2013) — *Terra sigillata hispanica en Augusta Emerita*. Mérida.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; SALIDO, J.; GIJÓN, E. (2014) — «La panificación en la Hispania romana». In BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; BERNAL, D., ed. lit. — *Artífices idóneos: Artesanos, talleres y manufacturas en Hispania*. Mérida. p. 319-353. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; lxxi).
- CABALLERO ZOREDA, L. (2003) — «Arquitectura tardoantigua y altomedieval en Extremadura». In MATEOS, P.; CABALLERO, L., ed. lit. — *Repertorio de arquitectura cristiana en Extremadura: época tardoantigua y altomedieval*. Madrid. p. 143-175.
- CABELLO CAJA, R. (1991-1992) — «La cerámica pintada de la II Edad del Hierro en la cuenca media del Tajo». *Norba*. Cáceres. 11-12, p. 99-128.
- CACCIOTTI, B. (2008) — «Culti orientali in Spagna: alcune osservazioni iconografiche». In NOGUERA, J. M.; CONDE, E., ed. lit. — *Reunión de Escultura Romana en Hispania*, Murcia, 5, 2005. Murcia. p. 163-184.
- CACCIOTTI, B. (2011) — «Riflessi della metropoli nella diffusione dei culti misterici nella Hispania romana». In NOGALES BASARRATE, T.; RODÁ, I., ed. lit. — *Roma y las provincias. Modelo y difusión* Roma: Actas del Coloquio Internacional de arte romano provincial, Mérida, 11, 2009. Roma. vol. 2, p. 951-962.
- CAETANO, M. T.; MOURÃO, C.; ANTÓNIO, J. (2011) — «A 'Portrait' of Book XII of the *Aeneid*: the Mosaic of the 'House of the Medusa' (Portugal, Alter do Chão)». In *International Colloquium on Ancient Mosaics*, Bursa (Turquia), 11, 2009. Istanbul. p. 205-224.
- CALDERA DE CASTRO, P. (1990a) — «Roman glass in southwest Spain. Some notes on trade relations in the early and late Empire». *Annales du Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, Basel, 11, 1988. Amsterdam. p. 79-80.
- CALDERA DE CASTRO, P. (1990b) — *El vidrio romano en Lusitania y Bética*. Universidad de Sevilla. Tese de doutoramento.
- CALDERA DE CASTRO, P. (2012) — «Vidrios». In *El Consorcio y la arqueología emeritense. De la excavación al Museo*. Mérida. Catálogo.
- CALLEJO SERRANO, C. (1970) — «El puente romano de Alcántara en seco». *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 43.

- CAMACHO MACÍAS, A. (2006) — *La antigua sede metropolitana de Mérida. Proceso evolutivo de una «Iglesia local»*. Mérida.
- CANTO DE GREGORIO, A. M. (1989) — «*Colonia Iulia Augusta Emerita: Consideraciones acerca de su fundación y territorio*». *Gerión*. Madrid. 7, p. 149-206.
- CANTO DE GREGORIO, A. M. (1990) — «Las tres fundaciones de Mérida». In *Stadtbild und Ideologie. Die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit*, Madrid, 1987. Munich. p. 289-297.
- CARDOSO, G. (1978) — «Ânforas romanas do Museu do Mar (Cascais)». *Conimbriga*. Coimbra. 17, p. 63-178.
- CARDOSO, J. L. (2002) — «Arqueofaunas: balanço da sua investigação em Portugal». *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, p. 281-298.
- CARDOSO, J. L.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2011) — «Alguns aspectos da mineração romana na Estremadura e Alto Alentejo». In CARDOSO, J. L.; ALMAGRO-GORBEA, M., ed. lit. — *Lucius Cornelius Bocchus, escritor lusitano da Idade de Prata da literatura Latina*. Lisboa; Madrid. p. 169-188.
- CARNEIRO, A. (1999-2000) — «A villa romana da Horta da Torre (Cabeço de Vide, Fronteira)». *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*. Portalegre. N.S., 13-14, p. 77-94.
- CARNEIRO, A. (2004) — *Povoamento romano no actual concelho de Fronteira*. Lisboa.
- CARNEIRO, A. (2005) — *Carta arqueológica do concelho de Fronteira*. Lisboa.
- CARNEIRO, A. (2008) — *Itinerários Romanos do Alentejo*. Lisboa.
- CARNEIRO, A. [et al.] (2008) — «Uma inscrição votiva em língua lusitana». *Palaeohispanica. Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania antigua*. Zaragoza. 8, p. 167-178.
- CARVALHO, A. (1994) — «A villa romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): as prospecções de 1990». In *Actas das Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, 5, 1993. Lisboa. vol. 2, p. 239-251.
- CARVALHO, A. (1999) — «Evidências arqueológicas da produção de vinho nas villae romanas do território português: Graíñas de uva, alfaías vitícolas e lagares de vinho». In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., ed. lit. — *Économie et territoire en Lusitanie romaine: Actes*. Madrid. p. 361-390. (Collection de la Casa de Velázquez; 65).
- CARVALHO, A.; ALMEIDA, M. J. (1999-2000) — «A villa romana de Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): uma década de trabalhos arqueológicos (1991-2001)». *Cidade. Revista Cultural de Portalegre*. Portalegre. N.S., 13/14, p. 13-37.
- CARVALHO, A.; ALMEIDA, M. J. (2003) — «A água e o mármore na villa baixo-imperial da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas)». *Elvas/Caia: Revista Internacional de Cultura*. Lisboa. 1, p. 113-126.
- CARVALHO, P. C. (1998) — *O Fórum de Aeminium*. Lisboa.
- CARVALHO, P. C. (2007) — *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*. Fundão; Coimbra.

- CASAL GARCÍA, R. (1990) — *Colección de Glíptica del Museo Arqueológico Nacional*. Bilbao. vol. I, p. 117; vol. II, p. 34, n.º 173. (Serie de entalles romanos).
- CEBRIÁN SÁNCHEZ, M. A. (2013) — *La ceca romana de Augusta Emerita*. Montpellier.
- CERRILLO, E. (1982) — «Excavaciones en la villa romana de Santiago de Bencaliz. Un asentamiento rural romano en la Vía de la Plata». *Noticiario Arqueológico Hispánico*. Madrid. 13, p. 169-212.
- CERRILLO, E. (1987) — «La villa de La Cocosa y su área territorial. Análisis de un asentamiento romano». In *Congreso de Estudios Extremeño. Arqueología*, Madrid, 6, 1983. Madrid. p. 87-101.
- CERRILLO, E. (1990) — «Ciudades, territorios y vías de comunicación en la Lusitania meridional española». In *Les villes de Lusitanie romaine: Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du Centre National de la Recherche Scientifique*, Talence, Bordeaux, 1988. Paris. p. 51-72.
- CERRILLO, E. (2005) — «Las mansiones en el tramo extremeño de la Vía de la Plata». *Anas*. Mérida. 18. p. 103-122.
- CERRILLO, E. (2006) — «La villa romana de Monroy. Reflexiones sobre la complejidad rural de época romana». In CHAVARRÍA, A.; ARCE, J.; BROGIOLO, G. P., ed. lit. — *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo occidental*. Madrid. p. 197-205. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXXIX).
- CERRILLO, E.; CRUZ, M. (1993) — «La plástica indígena y el impacto romano en la Lusitania». In NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. — *Actas de la Reunión sobre escultura romana en Hispania*, 1. Madrid, p. 159-178.
- CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T. (2010) — «Un posible complejo forense en colonia *Norbensis Caesarina*». In NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. — *Ciudad y Foro en Lusitania romana = Cidade e foro na Lusitânia romana*. Mérida. p. 137-165. (Studia Lusitana; 4).
- CERRILLO, E.; BASARRATE, T. (2014) — «Colonia *Norbensis Caesarina* (Cáceres)». In NOGALES BASARRATE, T.; PÉREZ, M. J., ed. lit. — *Ciudades Romanas de Extremadura*. Mérida. p. 57-83. (Studia Lusitana; 8).
- CHAPARRO, C.; CERRILLO, E. (2014) — «El cristianismo primitivo en el territorio de la actual Extremadura». In SÁNCHEZ, J., coord. — *Iglesias de Coria-Cáceres, Plasencia y Mérida-Badajoz*. Madrid. p. 5-84.
- CHASTAGNOL, A. (1976) — «Les inscriptions constantiniennes du cirque de Mérida». *Mélanges d'École Française de Rome. Antiquité*. Rome. 88. p. 259-276.
- CHAVARRÍA, A. (1996) — «Transformaciones arquitectónicas de los establecimientos rurales en el nordeste de la Tarroconensis durante la Antigüedad Tardía». *Butlletí de la Reial Acadèmia Catalana de Belles Arts de Sant Jordi*. Barcelona. x. p. 165-202.
- CHAVARRÍA, A. (2006) — «Villas en Hispania durante la Antigüedad Tardía». In CHAVARRÍA, A.; ARCE, J.; BROGIOLO, G. P., ed. lit. — *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo occidental*. Madrid. p. 17-35. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXXIX).

- CHAVES TRISTÁN, F. (1998) — «Monedas para una nueva sociedad». In ALMAGRO-GORBEA, M.; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M., ed. lit. — *Hispania, el legado de Roma*. Zaragoza. p. 89-99.
- CHIC GARCÍA, G. (1980) — «Consideraciones sobre las incursiones lusitanas en Andalucía». *Gades*. Cádiz. 5. p. 15-25.
- CHIC GARCÍA, G. (1986) — «Q. Sertorius, procónsul». In *Reunión sobre epigrafía hispánica de época romano-republicana*. Zaragoza, p. 171-176.
- CIL I = MOMMSEN, TH.; HENZEN, W.; HUELSEN, CHR (1893) — *Inscriptiones Latinae antiquissimae ad C. Caesaris mortem*. Berlín. (Corpus Inscriptionum Latinarum; I).
- CIL II = HÜBNER, E. (1869) — *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlín. (Corpus Inscriptionum Latinarum; II).
- CIL II² = STYLOW, A. U., ed. lit. (1995) — *Inscriptiones Conventus Cordubensis*. 2.^a ed. Berlín; Nueva York. (Corpus Inscriptionum Latinarum; vol. II: 2, fasc. 7).
- CME = BLANCO FREIJEIRO, A. (1978) — *Mosaicos romanos de Mérida*. Madrid. (Corpus de Mosaicos Romanos de España; 1).
- COLMENERO, A. R.; SIERRA, S. F.; AZORÉN, R. A. (2004) — *Miliarios e outras inscrições variadas romanas do Noroeste hispánico*. Santiago de Compostela.
- CONTRERAS, F. [et al.] (2006) — «El asentamiento militar romano de Sanitja (1234-45 a. C.): una aproximación a su contexto histórico». *Mayurqa*. Mallorca. 31. p. 231-250.
- CORREIA, V. (1972) — «Alcácer do Sal». *Obras*. Coimbra. vol. 4.
- CORREIA, V. H. (2013) — *A arquitectura doméstica de Conimbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana*. Coimbra. (Anexos de Conimbriga; 6).
- CORTÉS BÁRCENA, C. (2002-2003) — «Epigrafía y territorio en la Hispania romana: Los *Termini* públicos». *Anas*. Mérida. 15-16, p. 107-125.
- CORZO SÁNCHEZ, R. (1976) — «In *finibus emeritensium*». In *Augusta Emerita: Actas del Simposio Internacional conmemorativo del Bimilenario de Mérida*, Mérida, 1975. Madrid; Mérida. p. 217-233.
- COULANGES, F. (1980) — *A cidade antiga*. 10.^a ed. port. Lisboa.
- CRAVINHO, G. M. P. (2014) — *Gliptica Romana em Portugal*. Tese de doutoramento, Santiago de Compostela. 2 vol.
- CREUS LUQUE, M. L. (2002) — «Diferentes materiales escultóricos romanos en el territorio de Augusta Emerita». In NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. — *Materiales y técnicas escultóricas en Augusta Emerita y otras ciudades de Hispania*. Mérida. p. 249-272. (Cuadernos Emeritenses; 20).
- CRUZ VILLALÓN, M. (1985) — *Mérida visigoda. La escultura arquitectónica y litúrgica*. Badajoz.
- CRUZ VILLALÓN, M. (1995) — «Mérida entre Roma y el Islam. Nuevos documentos y reflexiones». In *Los últimos romanos en Lusitania: Entre la tradición y el cambio*. Mérida. p. 155-184. (Cuadernos Emeritenses; 10).

- CRUZ VILLALÓN, M. (2003) — «La escultura cristiana y altomedieval en Extremadura». In MATEOS, P.; CABALLERO, L., ed. lit. — *Repertorio de arquitectura cristiana en Extremadura: época tardoantigua y altomedieval*. Madrid. p. 253-269.
- CUNHA, M. W. E. (2008) — *As necrópoles da Silveirona (Santo Estevão, Estremoz): Do mundo funerário romano à antiguidade tardia*. Lisboa. (Suplemento a «O Arqueólogo Português»; 4).
- CUNLIFFE, B. (1995) — «Diversity in Landscape: the Geographical Background to Urbanism in Iberia». In CUNLIFFE, B.; KEAY, S., ed. lit. — *Social Complexity and the Development of Towns in Iberia: From the Copper Age to the Second Century AD*. Oxford. p. 5-28. (Proceedings of the British Academy; 86).
- CUNLIFFE, B.; KEAY, S., ed. lit. (1995) — *Social complexity and the development of towns in Iberia*. Oxford. (Proceedings of the British Academy; 86).
- CURADO, F. P. (2013) — «Notas sobre dois miliários prismáticos de Augusto (23 a. C.) da região da Guarda». *Sabucale*. Sabugal. 5. p. 59-74.
- CURCHIN, L. A. (1990) — *The Local Magistrates of Roman Spain*. Toronto.
- CURCHIN, L. A. (1991) — *Roman Spain: Conquest and assimilation*. London.
- CURCHIN, L. A. (2004) — *The Romanization of central Spain*. London.
- CURCHIN, L. A. (2010) — «Petra or Petrarius? An anthropomorphic funerary cippus from Augusta Emerita». *Anas*. Mérida. 23. Mérida. p. 27-36.
- DELGADO, A. (1849) — *Memoria histórico-crítica sobre el Gran Disco de Teodosio, encontrado en Almendralejo*. Madrid.
- DELGADO, M. (1971) — «Cerâmica campaniense em Portugal». In *Actas do Congresso Nacional de Arqueologia, Coimbra, 2, 1970*. Coimbra. p. 403-420.
- DIAS, J. L. (1972) — «Francisco Tavares Proença Júnior: fundador do Museu de Castelo Branco: vida e obras». *Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura*. Castelo Branco. 40. p. 137.
- DIAS, M. M. A.; GASPAS, C. I. S. (2006) — *Catálogo das inscrições paleohispânicas do território português*. Lisboa.
- DÍAZ, P. (1995) — «Propiedad y poder: la Iglesia lusitana en el siglo VII». In *Los últimos romanos en Lusitania*. Mérida. p. 51-72. (Cuadernos Emeritenses; 10).
- DÍAZ ARIÑO, B. (2008) — *Epigrafía latina republicana de Hispania*. Barcelona. (Colección Instrumenta; 26).
- DIOGO, A. M. D. (1987) — «Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 5. p. 179-191.
- DOMERGUE, C. (1970) — «Un témoignage sur l'industrie minière et métallurgique du plomb dans la région d'Azuaga (Badajoz) pendant la Guerre de Sertorius». In *Congreso Nacional de Arqueologia, Mérida, 11, 1968*. Zaragoza. p. 608-626.
- DOMERGUE, C. (1983) — «La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca». *Conimbriga*. Coimbra. 22, p. 5-38. Há separata editada em Paris.

- DOMERGUE, C. (1987) — *Catalogue des Mines et des Fonderies Antiques de la Péninsule Ibérique*. Madrid.
- DOMERGUE, C. (1990) — *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine*. Roma. (Collection de l'École française de Rome; 127).
- DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, C. (1998) — «Pátera de plata de la diosa *Bandua Araugelensis*». In ALMAGRO, M.; ÁLVAREZ, J. M., ed. lit. — *Hispania: el legado de Roma. En el año de Trajano*. Zaragoza. p. 569.
- D'ORS, Á. (1948) — «Una nueva tabula emeritense de *Hospitium publicum*». *Emerita*. Mérida. 16. p. 46-74.
- DUNBABIN, K. M. D. (2003) — *The Roman banquet. Images of conviviality*. Cambridge.
- DURÁN FUENTES, M. (2005) — *La construcción de puentes romanos en Hispania*. Santiago de Compostela.
- EDMONDSON, J. (1987) — *Two Industries in Roman Lusitania: Mining and Garum Production*. Oxford. (BAR International Series; 362).
- EDMONDSON, J. (2011) — «A Tale of two Colonies: *Augusta Emerita* (Mérida) and *Metellinum* (Medellín)». In SWEETMAN, R., ed. lit. — *Roman Colonies in the First Century of their Foundation*. Oxford. p. 32-54.
- EDMONDSON, J.; NOGALES BASARRATE, T.; TRILLMICH, W. (2001) — *Imagen y Memoria: Monumentos funerarios con retratos en la Colonia Augusta Emerita*. Madrid. (Monografías emeritenses; 6. Bibliotheca Archaeologica Hispana; 10).
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1975) — *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1977) — «Epigrafia Romana do Nordeste Alentejano: Nisa, Torre de Palma e Silveirona». *Conimbriga*. Coimbra. 16. p. 59-82.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1987) — «População romana do Nordeste Alentejano». In *Actas das Jornadas de Arqueologia do Noroeste Alentejano, Castelo de Vide, 1, 1985*. p. 167-170.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2007) — «O culto imperial na epigrafia da Lusitânia ocidental: novidades e reflexões». In NOGALES BASARRATE, T.; GONZÁLEZ, J., ed. lit. (2007) — *Culto Imperial: Política y Poder: Actas del Congreso Internacional, Mérida, 2006*. Roma. p. 349-367. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/10506>.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2015) — *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal: Subsídios para o seu estudo*. Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, J. d' [et al.] (2008) — «Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portugal)». *Conimbriga*. Coimbra. 47, p. 85-102.
- ESTEBAN, J.; SALAS, J. (2003) — *Epigrafía romana y cristiana del Museo de Cáceres*. Cáceres.
- ÉTIENNE, R. (1958) — *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien*. Paris.
- ÉTIENNE, R. (1992) — «L'horloge de la *civitas Igaeditanorum* et la création de la province de Lusitainne». *Revue des Études Anciennes*. Bordeaux. 94: 3-4, p. 355-362.
- ÉTIENNE, R. [et al.] (1976) — *Épigraphie et sculpture*. Paris. (Fouilles de Conimbriga; 2).

- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1994) — *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*. Paris.
- FABIÃO, C. (1993-1994) — «O azeite da *Baetica* na *Lusitania*». *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 219-245.
- FABIÃO, C. (1998a) — *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Lisboa. Dissertação de doutoramento em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 vols.
- FABIÃO, C. (1998b) — «O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. p. 169-198.
- FABIÃO, C. (2004a) — «Centros oleiros da Lusitânia. Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação». In *Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a. C.-VII d. C.)*, Cádiz. Oxford. p. 379-410.
- FABIÃO, C. (2004b) — «O tesouro de prata de Monsanto da Beira (Idanha-a-Nova)». In *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco. p. 62-72. Catálogo.
- FABIÃO, C. (2007) — «El ejército romano en Portugal». In MORILLO, A., ed. lit. — *El ejército romano en Hispania: guía arqueológica*. León. p. 113-134.
- FABIÃO, C. (2008) — «Las Ánforas Romanas de Lusitânia». In BERNAL, D.; RIBERA Y LACOMBA, A., ed. lit. — *Cerámicas Hispanorromanas. Un Estado de La Cuestión*. Cádiz. p. 501-521.
- FABIÃO, C. (2009) — «Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na *Lusitania*». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17. p. 555-594.
- FABIÃO, C. (2010) — «Modelos forenses nas cidades da Lusitânia: balanço e perspectiva». In NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. — *Ciudad y Foro en Lusitania romana = Cidade e foro na Lusitânia romana*. Mérida. p. 343-359. (*Studia Lusitana*; 4).
- FARIA, A. M. DE (1989a) — «A numária de Cantnipo». *Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 71-99.
- FARIA, A. M. DE (1989b) — «Sobre a data da fundação de *PAX IULIA*». *Conimbriga*. Coimbra. 28. p. 101-109.
- FARIA, A. M. (1991-1992) — «Achados monetários em Idanha-a-Velha». *Nummus*. Porto. s. 2, 14-15, p. 121-168.
- FARIA, A. M. DE (1998) — «Algumas questões em torno da fundação de *Augusta Emerita*». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1. p. 161-167.
- FENTRESS, J.; WICKHAM, CH. (1992) — *Memória social*. Lisboa.
- FERNÁNDEZ CASADO, C. [s.d.] — *Puentes romanos en España*. Madrid.
- FERNÁNDEZ CORRALES, J. (1987) — *El trazado de las vías romanas en Extremadura*. Cáceres.
- FERNÁNDEZ CORRALES, J. M. (1988) — *El asentamiento rural romano y su análisis espacial*. Cáceres.

- FERNÁNDEZ CORRALES, J. M.; CERRILLO, E.; ALONSO, M. A. (1992-1993) — «Tres ejemplos de poblamiento rural romano en torno a ciudades de la Vía de la Plata: *Augusta Emerita, Norba Caesarina* y Caparra». *Studia Historica. Historia Antigua*. Salamanca. 10-11, p. 67-88.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I.; ROCA, M. (2008) — «Producciones de *Terra Sigillata* Hispánica». In BERNAL, D.; RIBERA Y LACOMBA, A., ed. lit. — *Cerámicas Hispanorromanas. Un Estado de La Cuestión*. Cádiz. p. 307-332.
- FERNÁNDEZ Y PEREZ, G. (1857) — *Historia de las Antigüedades de Mérida*. Badajoz. 1.^a ed. 1826, 2.^a ed. 1837.
- FINLEY, M. I. (1986) — *A economia antiga*. Lisboa. 2.^a ed. port.
- FITA, F. (1894) — «Excursiones epigráficas». *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid. 25, p. 43-166.
- FITA, F. (1913) — «Inscripciones constantinianas de Mérida». *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid. 62, p. 576-581.
- FITA, F. (1914) — «Nuevas inscripciones de Mérida y Sevilla». *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid. 64, p. 236-237.
- FORMOSINHO, J. F.; VEIGA, O.; VIANA, A. (1950) — *O capacete céltico do Museu Regional de Lagos (Algarve)*. Lisboa.
- FORNER Y SEGARRA, A. F. (1893) — *Antigüedades de Mérida, metrópoli primitiva de la Lusitania, desde su fundación en razón de colonia hasta el reinado de los árabes*. Mérida. 1.^a ed. 1793.
- FORNI, V. (1976) — «La tribu Papiria di *Augusta Emerita*». In *Augusta Emerita: Actas del Simposio Internacional conmemorativo del Bimilenario de Mérida*, Mérida, 1975. Madrid; Mérida. p. 33-42.
- FRANCISCO MARTÍN, J. DE (1989) — *Conquista y romanización de Lusitania*. Salamanca.
- FREITAS, M. L. A. V. (1987) — *Bronzes figurativos pré-romanos e romanos*. Lisboa.
- GÁLVEZ PÉREZ, C. (2003) — «De villa a ermita. La pervivencia del hábitat en la Campiña Sur extremeña». *Bolskan*. Huesca. 20, p. 191-200.
- GAMER, G. (1989) — *Formen römischer Altäre auf der Hispanischen Halbinsel*. Mainz am Rhein. (Madrider Beiträge; 12).
- GAMER-WALLERT, I. (1978) — «Ägyptische und ägyptisierende funde von der Iberischen Halbinsel». In *Ägyptische Siedlungen nach Texten des Alten Reiches [Tübinger Atlas Des Vorderen Orients (Tavo)]*. Wiesbaden. (Tübinger Atlas des Vorderen Orients. Beihefte; 19).
- GARCIA, J. M. (1984) — *Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1945) — *Bandas y guerrillas en las luchas con Roma*. Madrid.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1949) — *Esculturas romanas de España y Portugal*. Madrid.

- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1959) — «Del carácter militar activo de las colonias romanas de Lusitania y regiones inmediatas». *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*. Porto. 17, p. 299-304.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1966-1967) — «Retratos Romanos Imperiales». *Arquivo de Beja*. Beja. XXIII-XXIV. p. 280-282.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1967) — *Les religions Orientales dans l'Espagne romaine*. Leyden.
- GARCÍA-BELLIDO, M. P. (1997) — «De la moneda ibérica a la moneda romana». In *Hispania romana. Desde tierra de conquista a provincia del Imperio*. Roma. p. 31-43.
- GARCÍA-BELLIDO, M. P. (2001) — «Lucus Feroniae Emeritensis». *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 74, p. 53-71.
- GARCÍA-BELLIDO, M. P.; BLÁZQUEZ CERRATO, C. (1995) — «Formas y usos de las magistraturas en las monedas hispánicas». In GARCÍA-BELLIDO, M. P.; SOBRAL, R. M., ed. lit. — *La moneda hispánica. Ciudad y territorio. Encuentro Peninsular de numismática antigua*, Madrid, 1, 1994. Madrid. p. 381-428.
- GARCÍA-ENTERO, V. (2006) — «Los balnea de las villae tardoantiguas en Hispania». In CHAVARRÍA, A.; ARCE, J.; BROGIOLO, G. P., ed. lit. — *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo occidental*. Madrid. p. 97-111. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; xxxix).
- GARCÍA IGLESIAS, L. (1973) — *Epigrafía romana de Augusta Emerita*. Tesis Doctoral inédita. Facultad de Filosofía y Letras Universidad Complutense, Madrid.
- GARCÍA IGLESIAS, L. (1976) — «Autenticidad de la inscripción de Municipios que sufragaron el puente de Alcántara». *Revista de Estudios Extremeños*. Badajoz. 32: 2, p. 263-275.
- GARCÍA IGLESIAS, L. (2014) — «Nueva inscripción judía del Museo Nacional de Arte Romano de Mérida». *Anas*. Mérida. 23, p. 11-26.
- GARCÍA MORÁ, F. (1992) — *Un episodio de la Hispania republicana: la guerra de Sertorio*. Granada.
- GARCÍA MORENO, L. (1988) — «Infancia, juventud y primeras andanzas de Viriato, caudillo lusitano». In *Congreso peninsular de Historia Antigua*, Santiago de Compostela, 1, 1986. vol. 2, p. 373-382.
- GARCÍA MORENO, L. (1991) — «El hábitat rural disperso en la península ibérica durante la Antigüedad Tardía (siglos v-vii)». In *Arte, sociedad, economía y religión durante el Bajo Imperio y la Antigüedad Tardía*. Murcia. p. 265-274. (Antigüedad y cristianismo; viii). Homenaje a José M.^a Blázquez Martínez.
- GARCÍA RIAZA, E. (2002) — *Celtíberos y lusitanos frente a Roma: diplomacia y derecho de guerra*. Vitoria.
- GARRIGUET, J. A. (2001) — *La imagen del poder imperial en Hispania. Tipos estatuarios. España*. Murcia. (Corpus Signorum Imperii Romani; II, 1).
- GIARDINA, A., dir. (1992) — *O homem romano*. Lisboa.
- GIARDINA, A., ed. lit. (2000) — *Roma antica*. Roma; Bari.

- GIJÓN GABRIEL, E. (2012) — «Lápida de Q. Aponius Rusticus». In *El Consorcio y la arqueología emeritense. De la excavación al Museo*. Mérida. p. 110, n.º 30.
- GIJÓN, E.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2010) — «Los sellos romanos de panadero: una aproximación a su estudio a partir de los depositados en el Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)». In *Huelva en su Historia 2.ª Época*. Huelva. 13, p. 15-30.
- GIL FARRÉS, O. (1946) — «La ceca de la colonia *Augusta Emerita*». *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 64, p. 209-248.
- GIMENO PASCUAL, H. (1995) — «La inscripción del dintel del templo de Alcántara (CIL II, 761): una perspectiva diferente». *Epigraphica*. Faenza. LVII.
- GODOY FERNÁNDEZ, C. (1995) — *Arqueología y liturgia. Las iglesias hispánicas (siglos IV al VIII)*. Barcelona.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. (1981-1983) — «Novas moedas de Balsa e Ossonoba». *Nvmmvs*. Porto. S. 2: 4, 5, 6, p. 155-182.
- GOMES, M. V.; DIAS, M. M. A. (1995) — «Jarro litúrgico, visigótico, de Bobadela (Coimbra)». In *Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispánica*, 4, Lisboa, 1992. Barcelona. p. 91-98.
- GÓMEZ, F. J.; CRUZ, G.; GARCÍA, M. V. (2007) — *Estrabón, Geografía de Iberia*. Madrid.
- GÓMEZ ORDÓÑEZ, J. L. (2002) — «La ciudad antigua. Mito y razón». In *Artifex. Ingeniería romana en España*. Mérida. p. 177-198. Catálogo.
- GÓMEZ-PANTOJA, J.; MADRUGA, J.; GONZÁLEZ, A. (2013) — «Cuatro altares de La Vera, Cáceres». *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 86, p. 279-292.
- GONÇALVES, L. J. R. (2007) — *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*. Mérida.
- GONZÁLEZ BORNAY, J. M. (2011) — «Moneda: unidad de Tampusia». In VALADÉS, J. M., ed. lit. — *Escrito en el tiempo. Escritura y escrituras en la colección del Museo de Cáceres*. Cáceres. p. 42. Catálogo.
- GONZÁLEZ BORNAY, J. M. (2014) — «Estatua ecuestre». In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M., ed. lit. — *Augusto y Emerita*. Mérida. p. 152-153.
- GONZÁLEZ BORNAY, J. M. (2014) — «Minerva». In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M., ed. lit. — *Augusto y Emerita*. Mérida. p. 154-155.
- GORGES, J.-G. (1979) — *Les villas hispanoromaines. Inventaire et problématique archéologiques*. Paris.
- GORGES, J.-G. (1982) — «Centuriation et organisation du territoire. Notes préliminaires sur l'exemple de Mérida». In *Villes et campagnes dans l'Empire romain*, Aix-en-Provence, 1980. Aix-en-Provence. p. 101-110.
- GORGES, J.-G. (1983) — «Remarques sur la détection des cadastres antiques en Péninsule Ibérique: à propos d'Elche et de Mérida». *Cadastres et espace rural. Approches et réalités antiques*, Besançon, 1980. Paris. p. 119-206.

- GORGES, J.-G. (1986) — «Prospection archéologique autour d'Augusta Emerita: soixante dix sites ruraux en quête de signification». *Revue des Études Anciennes*. Bordeaux. LXXXVII, p. 1-4.
- GORGES, J.-G. (1999) — «Un exemple de grande hydraulique rurale dans l'Espagne du Bas-Empire: la villa romaine de Correio Mor (Elvas, Portugal)». In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., ed. lit. — *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid, p. 227-240. (Collection Casa de Velasquez; 65).
- GORGES, J.-G. (2000) — «Voies romaines, propriétés et propriétaires à l'ouest de Mérida: problèmes d'occupation du sol en moyenne vallée du Guadiana sous le Haut-Empire». In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. — *Sociedad y cultura en la Lusitania romana*, Mérida, 4, 2000. Mérida. p. 101-153.
- GORGES, J.-G. (2005) — «Los territorios antiguos de Mérida. Un estudio del *Territorium Emeritense* y de sus áreas de influencia». In NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. — *Augusta Emerita. Territorios, espacios, imágenes y gentes en la Lusitania romana*. Mérida. p. 93-129. (Monografías Emeritenses; 8).
- GORGES, J.-G. (2011) — «Le territoire Antique de Mérida: un état de la question du *territorium emeritense*». In ÁLVAREZ, J. M.; MATEOS, P., ed. lit. — *El yacimiento emeritense: Congreso internacional 1910-2010*. Mérida. p. 267-290.
- GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. (2010) — *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier. av.-Ier. ap. J.C.) = Origen de la Lusitania romana (siglos I a. C.-I d. C.): Table Ronde Internationale sur la Lusitanie romaine = Mesa redonda internacional sobre la Lusitania romana*, Toulouse, 7, 2007. Mérida.
- GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1997) — «La villa de Correio Mor (Elvas, Portugal): un exemple de grande hydraulique rurale dans l'Espagne de Bas-Empire». In *Les aqueducs de Gaulle et les régions voisines*. Limoges. p. 691-713. (Caesarodorum; 31).
- GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2006) — «Un probable complejo militar romano de época republicana en la Beturia túrdula: notas preliminares sobre el campamento del 'Pedrosillo' (Casas de Reina, Badajoz)». In MORILLO, A., ed. lit. — *Congreso Internacional de Arqueología militar romana en Hispania*, León, 2, 2004. León. p. 655-669.
- GRIÑO FRONTERA, B. (2009) — *Reflejos de Roma. Selección de escultura romana del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz*. Badajoz. Catálogo.
- GUERRA, A. (1995) — *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa.
- GUERRA, A. (1996) — «Os nomes do rio Lima. Um problema de toponímia e geografia histórica». In *Hispania prerromana: Coloquio de Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, Coimbra, 6, 1994. Salamanca. p. 147-161.
- GUERRA, A. (2005) — «O Promontório Magno: Perspectivas da geografia antiga sobre o extremo Ocidente da Hispânia». In *A Presença Romana na Região Oeste: Actas do Congresso*. Bombarral. p. 119-129.
- GUERRA, A. (2007) — «Sobre o território e a sede dos Lancienses (*Oppidani* e *Transcudani*) e outras questões conexas». *Conimbriga*. Coimbra. 46. p. 161-206.

- GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1992) — «Viriato, genealogia de um mito». *Penélope*. Lisboa. 8, p. 9-23.
- GUERRA, A. [et al.] (2005) — «São Miguel da Mota (Alandroal, Portugal) 2002. Bericht über die Ausgrabungen im Heiligtum des Endovellicus». *Madriider Mitteilungen*. Wiesbaden. 46, p. 184-234.
- GUNDEL, H. (1968) — «Viriato, lusitano, caudillo en las luchas contra los romanos, 147-139 a. C.». *Caesaraugusta*. Zaragoza. 31-32, p. 175-198.
- HABA QUIRÓS, S. (1998) — *Medellín romano. La Colonia Metellinensis y su territorio*. Badajoz.
- HALBWACHS, M. (1992) — *On collective memory*. Chicago.
- HAUSCHILD, Th. (1964) - *Der Kultbau neben dem römischen Ruinenkomplex bei Estoi in der Provincia Lusitania*. Berlin.
- HELENO, M. (1962) — «A 'Villa' Lusitano-Romana de Torre de Palma (Monforte)». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 2: 4, p. 313-338.
- HEP = HISPANIA Epigraphica: Roman Inscriptions from the Iberian Peninsula [em linha]. Universidad de Alcalá. Disponível em http://eda-bea.es/pub/search_select.php.
- HERAS, F. J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; ARANDA, J. A. (2012) — «Figurillas femeninas en hueso: Función y contexto de un tipo particular de amuleto romano en Lusitania». *Habis*. Sevilla. 43, p. 177-212.
- HERNÁNDEZ, F.; GALÁN, E. (1996) — *La necrópolis de El Mercadillo (Botija, Cáceres)*. Mérida.
- HERNÁNDEZ, F. [et al.] (1989) — *Excavaciones en el castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres)*. Mérida.
- HERNÁNDEZ, F. [et al.] (2008) — «La necrópolis prerromana de El Romazal I (Plasenzuela, Cáceres)». *Zona Arqueológica*. Madrid. 12, p. 322-336.
- HERNANDO, M. R. (1995) — «La integración del territorio oriental de los vettones en el marco administrativo-provincial romano». *Hispania Antiqua*. Murcia. 19, p. 77-93.
- HIERNARD, J.; ÁLVAREZ, J. M. (1982) — «*Aqua Augusta*. Una inscripción con letras de bronce de Mérida». *Sautuola*. Santander. III, p. 21-229.
- HISPANIA Antiqua: Denkmäler der Römerzeit. Mainz, 1993.
- HORSFALL, N. (2003) — *The culture of the Roman plebs*. Londres.
- HÜBNER, E. (1861) — *Epigraphische Reiseberichte aus Spanien und Portugal*. Berlín.
- HYDACE. *Chronique*. Intr., éd., trad. et comment. par A. Tranoy. Paris. 1974 (Sources Chrésiennes; n.º 218-219).
- ILS = DESSAU, H. (1902) — *Inscriptiones Latinae Selectae*. Berlin. v. 2.
- INVENTÁRIO do Museu Nacional de Arqueologia. *Colecção de Escultura Romana*. Lisboa, 1995.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) — *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis: Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra.

- JEREZ LINDE, J. M. (2005) — *La Terra Sigillata Italica del Museo Nacional de Arte Romano de Mérida*. Mérida.
- KAPITAN, G. (1984) — «Ancient anchors: technology and classification». *International Journal of Nautical Archaeology*. London. 13: 1, p. 33-34.
- KEAY, S. J. (1984) — *Late Roman Amphorae in the Western Mediterranean. A typology and economic study: the Catalan evidence*. Oxford.
- KERÉNYI, K. (2008) — *Estudos do labirinto*. Lisboa.
- KNAPP, R. C. (1977) — *Aspects of the Roman experience in Iberia (206-100 B.C.)*. Valladolid.
- KÜNZL, E. (1983) — *Medizinische Instrumente aus Sepulkralfunden der römischen Kaiserzeit*. Bonn.
- LAMBRINO, S. (1951) — «Le Dieu Lusitanien *Endovellicus*». *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*. Lisbonne. 15.
- LAMBRINO, S. (1956) — «Inscriptions latines du Musée Dr. Leite de Vasconcellos». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. s. 2, 3, p. 5-77.
- LAMBRINO, S. (1967) — «Catalogue des inscriptions latines du Musée Dr. Leite de Vasconcellos». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3,1, p. 123-217.
- LANCHA, J. (1997) — *Mosaïque et culture dans l'Occident romain, Ier-IVes*. Roma.
- LANCHA, J. (2004a) — «À propos de quatre vues inédites (1947) de la mosaïque des Muses de Torre de Palma, retrouvées en 2003 au Musée National d'Archéologie». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 22, p. 353-391.
- LANCHA, J. (2004b) — «Sources, images et originalité des ateliers de mosaïstes de Conimbriga». In *Perspectivas sobre Conimbriga*. Lisboa. p. 81-96.
- LANCHA, J.; ANDRE, P. [et al.] (2000) — *A villa de Torre de Palma*. Lisboa. (Corpus dos mosaicos romanos de Portugal = Corpus des mosaïques romaines du Portugal; II. Conventus Pacensis; 1).
- LANCHA, J.; OLIVEIRA, C. [et al.] (2013) — *Algarve Este*. Faro. (Corpus dos mosaicos romanos de Portugal = Corpus des mosaïques romaines du Portugal; II. Conventus Pacensis; 2).
- LAURENCE, R. (1996) — *Roman Pompeii. Space and society*. London.
- LENS TUERO, J. (1986) — «Viriato, héroe y rey cínico». *Estudios de Filología Griega*. Granada. 2. p. 253-272.
- LE ROUX, P. (1982) — *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris.
- LE ROUX, P. (1990) — «Les villes de statut municipal en Lusitanie romaine». In *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et territoires*. Paris. p. 35-49.
- LE ROUX, P. (1995) — *Romains d'Espagne. Cités et politique dans les provinces*. Paris.
- LE ROUX, P. (1996) — «Droit latin et municipalisation en Lusitanie sous l'Empire». In URBINA, E. ORTIZ DE; SANTOS, J., ed. lit. — *Teoría y Práctica del Ordenamiento Municipal en Hispania*. Vitoria — Gazteiz. p. 239-253.

- LE ROUX, P. (1999) — «Le territoire de la colonie Auguste de Mérida. Réflexions pour un bilan». In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., ed. lit. — *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid. p. 261-274. (Collection Casa de Velasquez; 65).
- LE ROUX, P. (2004) — «Mérida capitale de la province de la Lusitanie». In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. — *Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones*, Cáceres, 5, 2002. Madrid. p. 17-31.
- LE ROUX, P. (2010) — «Naissance de la Lusitanie romaine (Ier av.-Ier ap. J.-C.)». In GORGES, J.-G.; NOGALES BASSARRATE, T., ed. lit. — *Table Ronde Internationale sur la Lusitanie romaine: Actes*, 7, Toulouse, 2007. Toulouse; Mérida, 2010.
- LE ROUX, P. (2012) — *Mémoires hispaniques. Essai sur la pratique de l'histoire*. Madrid.
- LE ROUX, P. (2014) — *Os territórios romanos de Portugal no Alto Império = Les territoires romains du Portugal au Haut-Empire*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo.
- LÉZINE, A. (1962) — *Architecture romaine d'Afrique. Recherches et mises au point*. Paris: PUF.
- LIZ GUIRAL, J. (1988) — «El Puente de Alcántara». *Arqueología e historia*. Madrid.
- LOPES, M. C. (2003) — *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da «civitas» da Pax Ivlia*. Coimbra.
- LOPES, V. (2003) — *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do cristianismo*. Mértola.
- LÓPEZ, J.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2000-2001) — «El 'final' de las villae en Hispania. I: la transformación de la *pars urbana* durante la Antigüedad Tardía». *Portugalia*. Porto. XXI-XXII, p. 137-191.
- LÓPEZ DE LA ORDEN, M. D. (1990) — *La Gliptica de la Antigüedad en Andalucía*. Cádiz.
- LÓPEZ MELERO, R. [et al.] (1984) — «El bronce de Alcántara: una *deditio* del 104 a. C.». *Gerión*. Madrid. 2, p. 265-323.
- LÓPEZ MONTEAGUDO, G. (1989) — *Esculturas zoomorfas celtas de la Península Ibérica*. Madrid. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; x).
- LOZA AZUAGA, M. L. (1994) — «Apliques bronceos de fuentes romanas en Hispania». *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. LX, p. 225-240.
- MACHADO, J. L. S. (1964) — «Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 2, 5, p. 51-448.
- MACIEL, M. J. (1996) — *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa.
- MAESTRO, C.; CORBACHO, M. J. (2003) — «El Rhyton de vidrio: una pieza excepcional en el mundo emeritense». *Mérida. Excavaciones Arqueológicas*. Mérida. 9, p. 561-571.
- MALONEY, S. J.; HALE, J. R. (1996) — «The villa of Torre de Palma (Alto Alentejo)». *Journal of Roman Archaeology*. Michigan. 9, p. 275-294.
- MALUQUER, J.; AUBET, M. E. (1981) — *El santuario protohistórico de Zalamea de la Serena (Badajoz)*. *Programa de Investigaciones Prehistóricas (PIP)*. Barcelona.

- MANTAS, V. G. (1988) — «*Orarium donavit Igaiditanis*: epigrafia e funções urbanas numa capital regional». In *Congresso Peninsular de Historia Antigua*, Santiago de Compostela, 1, 1986. v. 2.
- MANTAS, V. G. (1993) — «A rede viária romana do território português». In MEDINA, J., dir. — *História de Portugal*. Madrid. vol. I, p. 213-230.
- MANTAS, V. G. (1999) — «As *villae* marítimas e o problema do povoamento do litoral português na época romana». In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., ed. lit. — *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid. p. 135-156.
- MANTAS, V. G. (2004) — «Vias e portos na Lusitânia romana». In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; BASARRATE, T., ed. lit. — *Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones*, Cáceres, 5, 2002. Madrid. p. 427-453.
- MANTAS, V. G. (2012) — *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida.
- MANTAS, V. G. (2015) — «Red viaria y urbana en la Lusitania imperial». In ÁLVAREZ MARTINEZ, J. M.; CARVALHO, A.; FABIÃO, C., ed. lit. — *Lusitania romana: Origen de dos pueblos = Lusitânia romana: origem de dois povos*. Mérida (Studia Lusitana; 9). Catálogo. p. 109-118.
- MARCO SIMÓN, F. (2001) — «Imagen divina y transformación de las ideas religiosas en el ámbito hispano-galo». In VILLAR, F.; FERNÁNDEZ, M. P., coord. — *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania. Coloquio Internacional sobre Lenguas y Culturas Prerromanas en la Península Ibérica*, 8, Salamanca, 1999. p. 213-226.
- MARÍN DÍAZ, M. A. (1988) — *Emigración, colonización y municipalización en la Hispania republicana*. Granada.
- MÁRQUEZ PÉREZ, J. (2002) — «Excavaciones de una de las áreas funerarias al sur de la ciudad, desde la segunda mitad del siglo I. d. C. hasta época andalusi: una ‘maqbara’ el sur de ‘Marida’». *Mérida. Excavaciones Arqueológicas*. Mérida. 8, p. 281-308.
- MÁRQUEZ PÉREZ, J. (2006) — *Los Columbarios: Arquitectura y paisaje funerario en Augusta Emerita*. Mérida. (Serie Ataecina; 2).
- MÁRQUEZ PÉREZ, J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2012a) — «45. Copa de terra sigillata». In *El Consorcio y la arqueología emeritense. De la excavación al Museo*. Mérida. p. 146-147. Catálogo.
- MÁRQUEZ PÉREZ, J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2012b) — «70. Pyxis». In *El Consorcio y la arqueología emeritense. De la excavación al Museo*. Mérida. p. 212-213. Catálogo.
- MARTÍN BRAVO, A. M. (1999) — *Los orígenes de Lusitania: el I milenio a. C. en la Alta Extremadura*. Madrid.
- MARTÍN, E.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2008) — «Paredes finas de Lusitania y del cuadrante noroccidental». In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA LACOMBA, A., ed. lit. — *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz. p. 385-406.
- MATEOS CRUZ, P. (1999) — *La basílica de santa Eulalia de Mérida: Arqueología y Urbanismo*. Madrid. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XIX).

- MATEOS CRUZ, P. (2003) — «Arquitectura y urbanismo en las ciudades de la actual Extremadura en época tardoantigua». In MATEOS, P.; CABALLERO, L., ed. lit. — *Repertorio de arquitectura cristiana en Extremadura: época tardoantigua y altomedieval*. Madrid. p. 231-239. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; xxix).
- MATOS, J. L. (1966) — *Subsídios para um Catálogo da Escultura Luso-Romana*. Lisboa. Tese de licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.
- MAURINO MÚZQUIZ, J. G. (1993) — «Los Cascos de tipo Montefortino en la Península Ibérica». *Complutum*. Madrid. 4, p. 95-146.
- MAYET, F. (1975) — *Les céramiques à parois fines*. Paris.
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996) — *Les amphores du Sado (Portugal): prospection des fours et analyse du matériel*. Paris.
- MÉLIDA ALINARI, J. R. (1915) — «El Teatro Romano de Mérida». *Revista de Archivos Bibliotecas y Museos*. Madrid. 32, p. 1-38.
- MÉLIDA ALINARI, J. R. (1917) — «Cultos emeritenses de Serapis y Mithras». *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid. LXIV, p. 439-457.
- MÉLIDA ALINARI, J. R. (1925) — *Catálogo Monumental de España. Provincia de Badajoz*. Madrid. 2 vols.
- MÉLIDA ALINARI, J. R.; MACÍAS, M. (1929) — «Excavaciones de Mérida. Memoria de los trabajos practicados en 1926 y 1927». Madrid. p. 10-20. (Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades. Memorias; 98).
- MÉNDEZ GRANDE, G. (2005) — «Hallazgo de dos nuevas piezas de mármol con dedicatorias a Ataecina: Proserpina en *Augusta Emerita*». *Mérida. Excavaciones Arqueológicas*. Mérida. 11, p. 1-17.
- MERTENS, D., ed. lit. (2008) — «As vias romanas da Lusitânia». In *Stadtverkehr in der antiken WeltInternationales. Kolloquium zur 175 — Jahrfeier des Deutschen Archäologischen Instituts Rom*, Wiesbaden, 21. bis 23, 2004. (Palilia; 18).
- MONTENEGRO, A. (1982) — «Las guerras de Lusitania (155-138) y Celtiberia (153-133)». In MENÉNDEZ PIDAL, R., ed. lit. — *Historia de España*. Madrid. tomo II, vol. I, p. 81-118.
- MORENO DE VARGAS, B. (1974) — *Historia de la Ciudad de Mérida*. 2.^a Reed. 1.^a ed. 1633.
- MUÑOZ, V. (2005) — «La *interpretatio* romana del dios prerromano Bandue». *Veleia*. Vitoria. 22, p. 145-152.
- NAVARRO, M.; RAMÍREZ SÁDABA, J. L. (2003) — *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida; Bordeaux.
- NAVASCUÉS DE JUAN, J. M. (1948) — *Los epígrafes Cristianos latinos de Mérida*. Tesis doctoral inédita.
- NOGALES BASARRATE, T. (1990) — «Exvoto». In *Los Bronces Romanos en España*. Madrid.
- NOGALES BASARRATE, T. (1997) — *El retrato privado en Augusta Emerita*. Badajoz. 2 vol.
- NOGALES BASARRATE, T. (1998) — «Pátera de Bandua». In *Extremadura. Fragmentos de identidad*. Madrid. Catálogo.

- NOGALES BASARRATE, T. (2002) — «Surtidor de fuente con máscara teatral». In *Lvdi Romani. Espectáculos en Hispania Romana*. Mérida. p. 181.
- NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. (2004) — *Augusta Emerita. Territorios, espacios, imágenes y gentes en Lusitania romana*. Mérida. (Monografías Emeritenses; 8).
- NOGALES BASARRATE, T. (2005) — «Aprovisionamiento hidráulico de *Augusta Emerita*: embalses y cisternas». In *Aqua romana. Técnica humana y fuerza divina*. Mérida. p. 96-105.
- NOGALES BASARRATE, T. (2007) — «Culto imperial en *Augusta Emerita*: Imágenes y programas urbanos». In NOGALES BASARRATE, T.; GONZÁLEZ, J., ed. lit. — *Culto Imperial: Política y Poder*. Roma. p. 447-540. (Hispania Antigua Arqueológica. Serie Arqueológica; 1).
- NOGALES BASARRATE, T. (2009) — «Talleres de escultura de *Augusta Emerita* y su papel en *Lusitania romana*». In GAGGADIS-ROBIN, V. [et al.], ed. lit. — *Les ateliers de sculpture régionaux: techniques, styles et iconographie. Colloque International sur l'art provincial romain*, Arles et Aix-en-Provence, 10, 2007. Arles. p. 467-483.
- NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. (2010) — *Ciudad y foro en Lusitania Romana = Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Mérida.
- NOGALES BASARRATE, T. (2011) — «Plástica romana emeritense en el contexto de *Hispania*: modelos y difusión». In NOGALES BASARRATE, T.; RODÀ, I., ed. lit. — *Roma y las provincias: modelo y difusión. Coloquio Internacional de Arte Romano Provincia Roma*, Mérida, 11, 2009. Roma. p. 653-670. (Hispania Antigua Arqueológica; 3).
- NOGALES BASARRATE, T. (2014) — «Late Antique sculpture in *Augusta Emerita* and its *territorium* (Hispania): *officinae*, patterns and circuits». In BIRK, S.; KRISTENSE, T. M.; POULSEN, B., ed. lit. — *Using Images in Late Antiquity*. Oxford.
- NOGALES BASARRATE, T.; ÁLVAREZ, J. M. (2006) — «*Fora Augustae Emeritae*. La *interpretatio* provincial de los patrones metropolitanos». In VAQUERIZO, D.; MURILLO, J. F., ed. lit. — *El concepto de lo provincial en el mundo antiguo: Homenaje a la Profesora Pilar León Alonso*. Córdoba. p. 419-450.
- NOGALES BASARRATE, T.; ÁLVAREZ, J. M. (2010) — «Foros de *Augusta Emerita*. Modelos en *Lusitania*». In NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. — *Ciudad y Foro en Lusitania romana = Cidade e foro na Lusitânia romana*. Mérida. p. 231-260. (Studia Lusitana; 4).
- NOGALES BASARRATE, T.; CREUS LUQUE, M. L. (1999) — «Esculturas de *villae* en el territorio emeritense. Nuevas aportaciones». In GORGES, J. G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., ed. lit. — *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid. (Collection de la Casa de Velázquez; n.º 65).
- NOGALES BASARRATE, T.; GONÇALVES, L. J. (2004) — «*Imagines Lusitaniae*: la plástica oficial de *Augusta Emerita* y su reflejo en algunas ciudades lusitanas». In NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. — *Augusta Emerita. Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romana*. Mérida. p. 285-337. (Monografías Emeritenses; 8).
- NOGALES BASARRATE, T.; GONÇALVES, L. J. (2008) — «Programas decorativos públicos de *Lusitania*: *Augusta Emerita* como paradigma en algunos ejemplos provinciales». In NOGUERA, J. M.; CONDE, E., ed. lit. — *Escultura romana en Hispania*, Murcia, 5, 2005. Murcia. p. 279-310.

- NOGALES BASARRATE, T.; GONZÁLEZ, J., ed. lit. (2007) — «Culto Imperial: Política y Poder». In *Actas del Congreso Internacional, Mérida, 2006*. Roma.
- NOGALES BASARRATE, T.; CARVALHO, A.; ALMEIDA, M. J. (2004) — «El programa decorativo de la Quinta das Longas (Elvas, Portugal): un modelo excepcional de las *willae* de la Lusitania». In *Reunión sobre escultura romana en Hispania*, Lisboa, 4, 2002. Madrid. p. 104-155.
- NOGALES BASARRATE, T.; GONÇALVES, L. J.; LAPUENTE, P. (2008) — «Materiales lapídeos, mármoles y talleres en Lusitania». In NOGALES BASARRATE, T.; BELTRÁN, J., ed. lit. — *Roma Marmora Hispana: explotación y uso de los materiales pétreos en la Hispania Romana*. p. 407-466. (Hispania Antigua Arqueológica; 2).
- NOSTROS. Extremadura en su Patrimonio. Barcelona, 2006.
- OCHOA, C. F.; CERDÁN, A. M.; SENDINO, F. G. (2012) — «El Itinerario de Barro. Cuestiones de autenticidad y lectura». *Zephyrus*. Salamanca. 70. p. 151-179.
- OLEIRO, J. M. BAIRRÃO (1992) — *Conimbriga, Casa dos Repuxos*. Lisboa. (Corpus dos mosaicos romanos de Portugal; 1. Conventus Scallabitanus; 1).
- OLEIRO, J. M. BAIRRÃO; ALARCÃO, J. (1973) — *Les Cryptoportiques dans l'Architecture Romaine*. Roma.
- OLIVARES PEDREÑO, J. C. (2002) — *Los Dioses de la Hispania Céltica*. Madrid.
- OLIVEIRA, M. (1941) — «Epigrafia Cristã em Portugal». Lisboa. (Letras e Artes; 4).
- PASTOR MUÑOZ, M. (2004) — *Viriato, el héroe hispano que luchó por la libertad de su pueblo*. Madrid.
- PEDRERO, V. R. (1999) — «Aproximación lingüística al teónimo lusitano-gallego *Bandue/Bandi*». In BELTRÁN, F.; VILLAR, F., coord. — *Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania prerromana. Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*, Zaragoza, 7, 1997. Salamanca. p. 535-544.
- PEÑA CERVANTES, Y. (2014) — «Bodegas y almazaras en Hispania: estructuras y ámbitos de producción». In BUSTAMANTE, M.; BERNAL, D., ed. lit. — *Artífices idóneos: Artesanos, talleres y manufacturas en Hispania*. Mérida. p. 211-267. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LXXI).
- PEREIRA, G. (1947) — *Estudos Eborenses*. Évora. vol. 1.
- PEREIRA, M. H. (2013) — *Estudos sobre a Grécia antiga. Dissertações*. Lisboa.
- PEREZ BAYER, F. (1782) — *Diario de un viaje que hizo desde Valencia a Andalucía y Portugal en 1792*. Ms. Biblioteca de Universidad de Valencia.
- PÉREZ MACÍAS, J. A. (2014) — «La minería romana en la Faja Pirítica Ibérica». In *Actas da Mesa Redonda sobre lucernas ditas mineiras*. Castro Verde. p. 12-43. (Cadernos do Museu da Lucerna; 1).
- PÉREZ OUTERIÑO, B.; VILLALUENGA, M. J. (1993) — «Notas sobre mangos con temas Dionisiacos en cerámica de 'Paredes finas' hallados en Mérida». *Anas*. Mérida. 4-5, p. 93-103.
- PÉREZ VILATELA, L. (2000) — *Lusitania: Historia y Etnología*. Madrid.

- PESSOA, M. (1998) — *Villa romana do Rabaçal (Penela, Portugal)*. Penela.
- PETIT, J. P.; SANTORO, S., ed. lit. (2007) — *Vivre en Europe romaine. De Pompéi à Bliesbruck-Reinheim*. Paris.
- PIMENTA, J. (2013) — «O escudo romano de Monte dos Castelinhos». In *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana do Vale do Tejo*. Lisboa. Catálogo.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (no prelo) — «Monte dos Castelinhos — Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo». In *As Paisagens da Romanização: Fortins e ocupação do território no séc. II a. C.–I d. C.: Actas da Reunião Científica*, Redondo e Alandroal, 2, 2012. p. 125-142. (Anejos de *Archivo Español de Arqueología*).
- PINTO, A. J. N. (2002) — *Bronzes figurativos romanos de Portugal*. Lisboa.
- PINTO, I. V.; ALMEIDA, J. P. (2013) — «Sado 1 (Lusitania occidental)». In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* [em linha] [consult. janeiro 26, 2015]. Disponível em <http://amphorae.icac.cat/tipol/view/33>.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P. (2011) — «O complexo industrial de Tróia desde os tempos dos *Cornelii Bocchi*». In CARDOSO, J. L.; ALMAGRO-GORBEA, M., ed. lit. — *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*, Tróia (Portugal), 2010. Lisboa; Madrid. p. 133-167.
- PONTE, M. S. (1973) — «Fíbulas pré-romanas e romanas de Conímbriga». *Conimbriga*. Coimbra. 12, p. 159-199.
- PONTE, M. S. (2006) — *Corpus Signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de Cambra.
- POZO, S. F. (1988) — «Balsamarios antropomorfos en bronce de época romana hallados en Hispania». *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 61, p. 275-297.
- PRATS, I.; RUIZ DEL ÁRBOL, M. (2005) — «Las civitates del sector nordoriental de Lusitania: arqueología y epigrafía». In SABINO PERESTRELO, M., ed. lit. — *Lusitanos e romanos no nordeste da Lusitânia. Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, 2, 2005. Guarda. p. 135-154.
- PRÓSPER, B. M.; VILLAR, F. (2009) — «Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre». *Emerita*. Madrid. 77: 1, p. 1-32.
- QUARESMA, J. C.; RAPOSO, J. M. C. (2014) — «LUSITANA 3 (LUSITANIA OCCIDENTAL)». In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. [Em linha]. [consult. janeiro 26, 2015]. Disponível em <http://amphorae.icac.cat/tipol/view/22>.
- QUESADA SANZ, F. (1997) — *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a. C.)*. Montagnac. v. 2.
- QUET, M. H. (1981) — *La mosaïque cosmologique de Mérida, propositions de lecture*. Paris.
- RADDATZ, K. (1969) — *Die schatzfunde der Iberischen Halbinsel vom ende des dritten bis zur mitte der ersten jahrhunderts von chr. geb. untersuchungen zur Hispanischen Toreutik*. Berlin.

- RAMÍREZ SÁDABA, J. L. (2003) — *Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita. Cuadernos Emeritenses*. Mérida. 21.
- RAMÍREZ SÁDABA, J. L.; GIJÓN, E. (1994) — «Las inscripciones de la necrópolis del Albarregas (Mérida) y su contexto arqueológico». *Veleia*. Vitoria. 11, p. 117-168.
- RAMÍREZ SÁDABA, J. L.; MATEOS, P. (2000) — «Catálogo de las inscripciones cristianas de Mérida». *Cuadernos Emeritenses*. Mérida. 16.
- RAMÓN Y FERNÁNDEZ OXEA, J. (1950) — «Nuevas esculturas zoomorfas prehistóricas en Extremadura». *Ampurias*. Barcelona. XII, p. 55-78.
- RAPOSO, J. M. C.; VIEGAS, C. (2013) — «Dressel 14 (Lusitania occidental)». In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* [Em linha]. [Consult. janeiro 26, 2015]. Disponível em <http://amphorae.icac.cat/tipol/view/13>.
- RAYA ROMÁN, J. M. (1989) — *Los cuadrantes solares en la arquitectura: nuevos diseños*. Sevilla.
- REVELL, L. (2009) — *Roman imperialism and local identities*. Cambridge.
- RIBEIRO, J. CARDIM (1995-2007) — «*Soli Aeterno Lunae*. Cultos astrais em época pré-romana e romana na área de influência da Serra de Sintra: Um caso complexo de sincretismo?». *Sintria*. Sintra. 3-4, p. 595-624. RIBEIRO, J. CARDIM, ed. lit. — *Diis Deabusque. Coloquio Internacional de Epigrafia «Culto e Sociedade»*, Sintra, 2, 1995.
- RIBEIRO, J. CARDIM, coord. (2002) — *Religiões da Lusitânia, Loquuntur saxa*. Lisboa. Catálogo.
- RIBEIRO, J. CARDIM (2005) — «O deus *Sanctus Endovellicus* durante a romanidade. Uma *interpretatio* local de *Faunus/Sivanus*?». *Paleohispanica. Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania antigua*. Zaragoza. 5. Acta Paleohispanica, IX: Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas, Barcelona, 9, 2004. p. 721-766.
- RIBEIRO, J. CARDIM (2010) — «Algumas considerações sobre a inscrição em ‘Lusitano’ descoberta em Arronches (Portugal)». *Paleohispanica. Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania antigua*. Zaragoza. 10, p. 41-62. *Serta Palaeohispanica in Honorem Javier De Hoz*.
- RICHARDSON, J. S. (1986) — *Hispaniae. Spain and the development of Roman Imperialism, 218-82 B. C.* Cambridge.
- RICHARDSON, J. S. (1996) — «Conquest and colonies in Lusitania in the late Republic and early Empire». In ORTIZ DE URBINA, E.; SANTOS, J., ed. lit. — *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania. Revisiones de Historia Antigua*, Vitoria, 2, 1993. Vitoria. p. 53-61.
- RIPOLL, G.; ARCE, J. (2001) — «Transformación y final de las *villae* en Occidente (siglos IV-VIII). Problemas y perspectivas». *Arqueología y Territorio Medieval*. Jaen. 8, p. 21-54.
- RIPOLLÈS, P. P. (2010) — *Las acuñaciones provinciales romanas de Hispania*. Madrid.
- RODRÍGUEZ DEL PULGAR, M. C. (1992) — *El puente romano de Alcántara: reconstrucción en el siglo XIX*. Cáceres.

- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1991) — «Algunas consideraciones sobre la producción de aceite en las Vegas del Guadiana (Talavera-Barbaño) durante los primeros siglos del Imperio (I-III d. de C.)». In *Jornadas de Viticultura y Enología de Tierra de Barros*, Almendralejo, XII, 1990. p. 273-281.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1993) — *Arqueología de la villa romana de Torre Águila*. Cáceres. Tesis doctoral inédita.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1996a) — *Materiales de un alfar emeritense: Paredes finas, lucernas, sigillatas y terracotas*. Mérida.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1996b) — «Últimas aportaciones al estudio de los asentamientos rurales en las Vegas Bajas del Guadiana durante los siglos I al III d. de C.». In *Jornadas de Historia de Montijo*, Montijo, 2, 1996. Badajoz, p. 68-71.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1999) — «Los asentamientos rurales romanos y su posible distribución en la cuenca media del Guadiana». In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., ed. lit. — *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid. p. 121-134. (Collection de la Casa de Velázquez; 65).
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G.; CARVALHO, A. (2008) — «Torre Águila y las villas de la Lusitania interior hasta el occidente atlántico». In FERNÁNDEZ, C.; ENERO, V.; GIL, F., ed. lit. — *Las villas tardo romanas en el occidente del Imperio: Arquitectura y Función. Coloquio Internacional de Arqueología de Gijón*, IV, 2008. Gijón. p. 301-344.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G.; GORGES, J.-G. (1999) — «Prensas de aceite y de vino en una villa romana de la cuenca media del Guadiana (Torre Águila, Barbaño, Badajoz)». In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., ed. lit. — *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid. p. 403-426. (Collection de la Casa de Velázquez; 65).
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1968-69) — «Fuentes antiguas para el estudio de los vettones». *Zephyrus*. Salamanca. 19-20, p. 73-106.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1971) — *Iter ab Emerita Asturicam. El camino de la plata*. Salamanca.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1973) — *Itineraria hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Madrid.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (2005) — «El Camino de la Plata. Estado da la cuestión». *Anas*. Mérida. 18, p. 11-28.
- RPC = BRUNETT, A.; AMANDRY, M.; RIPOLLÈS, P. P. (2006) — *Roman Provincial Coinage*. London; Paris. vol. 1.
- RUIZ DEL ÁRBOL, M.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. (1999) — *La minería aurífera romana en el nordeste de Lusitania: Las Cavenes de El Cabaco (Salamanca)*. p. 119-139. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LXXII).
- RUIZ MATEOS, A. [et al.] (1995) — *Arte y religiosidad popular. Las ermitas en la Baja Extremadura*. Badajoz.
- SÁ, A. M. (2007) — *Civitas Igaeditanorum: os deuses e os homens*. Idanha-a-Nova.
- SAA, M. (1956-1967) — *As grandes vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio*. Lisboa.

- SABIO GONZÁLEZ, R. (2014a) — «La toponimia oficial *augustea* en la Península Ibérica: nómina de núcleos poblacionales y principios de aplicación». *Espacio, Tiempo y Forma. Serie II. Historia Antigua*. Madrid. 27. p. 247-263.
- SABIO GONZÁLEZ, R. (2014b) — «Tubería de plomo con sello oficial de la ciudad de Mérida». *Augusto y Emerita*. Mérida. p. 134-135.
- SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2011) — «El almacenamiento de cereal en los establecimientos rurales hispanorromanos». In ARCE, J.; GOFFAUX, B., ed. lit. — *Horrea d'Hispanie et de la Méditerranée romaine*. Madrid. p. 127-152.
- SALINAS DE FRÍAS, J. M. (1988) — «El 'Hieron Akroterion' y la Geografía religiosa del extremo occidente según Estrabón». In PEREIRA, G., ed. lit. — *Congreso Peninsular de Historia Antigua*, Santiago de Compostela, 1, 1986. Santiago de Compostela. p. 135-147.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (1995) — *El gobierno de las provincias romanas durante la república romana (218-27 a. C.)*. Salamanca.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (1999) — «Guerra, trashumancia y ocupación del territorio del suroeste peninsular durante la República romana». In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., ed. lit. — *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid. p. 39-53.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2001) — *Los vettones. Indigenismo y romanización en el occidente de la Meseta*. Salamanca.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2006a) — *Los pueblos prerromanos de la Península Ibérica*. Madrid.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2006b) — «Geografía real y ficticia de la epopeya sertoriana». In CRUZ, G.; LE ROUX, P.; MORET, P., ed. lit. — *La invención de una geografía de la Península Ibérica. I. La época republicana: Actas*. Málaga. p. 153-174.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2008) — «La jefatura de Viriato y las sociedades del occidente de la Península Ibérica». *Palaeohispanica. Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania antigua*. Zaragoza. 8. p. 89-120.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2010) — «La provincia Ulterior entre Décimo Bruto y Augusto: los precedentes republicanos de la Lusitania imperial. Los gobiernos provinciales». In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. — *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier. av.-Ier. ap. J.C.) = Origen de la Lusitania romana (siglos I a. C.-I d. C.)*. Table Ronde Internationale sur la Lusitanie romaine, Toulouse, 7, 2007. Mérida. p. 39-68.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2012) — «La provincia Ulterior entre Décimo Bruto y Augusto». In ABASCAL, J. M. [et al.], ed. lit. — *Estudios de Historia Antigua en Homenaje al prof. Manuel Abilio Rabanal*. León. p. 105-122.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2012) — «Los lusitanos y los problemas de definición étnica en el occidente peninsular». In SANTOS, J.; CRUZ, G., ed. lit. — *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano. Revisiones de Historia Antigua VII*. Vitoria. p. 335-358.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2013) — «Personal Onomastics and Local Society in Ancient Lusitania». In GARCÍA ALONSO, J. L., ed. lit. — *Continental Celtic Word Formation. The Onomastic Data*. Salamanca. p. 17-36.

- SALINAS DE FRÍAS, M. (2014) — «Hispania en la política exterior de la oligarquía romana del siglo II a. C.». In NAVARRO, M.; CADIOU, F., ed. lit. — *La guerre et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (III-I s. a. C.)*. Bordeaux. p. 431-442.
- SALINAS, M.; RODRIGUEZ CORTÉS, J. (2000) — «Substrato y romanización de las oligarquías locales de la provincia romana de Lusitania». In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., coord. — *Sociedad y cultura en Lusitania romana. IV Mesa redonda Internacional*, Mérida, 4, 2000. Badajoz. p. 17-33.
- SALINAS, M. [et al.] (1993) — *El proceso histórico de la Lusitania oriental en época prerromana y romana*. Mérida. (Cuadernos Emeritenses; 7).
- SÁNCHEZ BARRERO, P. D. (2010) — *Itinerarios y caminos romanos en el entorno emeritense*. Mérida.
- SÁNCHEZ LOMBA, F. M. (1984) - «Observaciones sobre reformas en el puente romano de Alcántara». Norba. Arte. Cáceres. v.
- SÁNCHEZ MORENO, E. (1996) — «Los vettones en las fuentes literarias: ¿una imagen sesgada?». *Hispania Antiqua*. Murcia. 20. p. 23-40.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, J.; PÉREZ GARCÍA, L. C. (2005) — «Minería romana de oro en las cuencas de los ríos Erges/Erjas y Bazágueda (Lusitania): la zona minera de Penamacor-Meimoa». In *Lusitanos e romanos no nordeste da Lusitânia. Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 2, 2004. Guarda. p. 267-307.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J.; MONTALVO, A.; GIJÓN, E. (2001) — «El circo romano de Augusta Emerita». *El Circo en la Hispania Romana*. Madrid. p. 75-95.
- SÁNCHEZ SALOR, E. (2008) — «Orígenes del cristianismo en la Lusitania. Los libeláticos de la carta 67 de Cipriano y otros hechos del siglo III». In GONZÁLEZ, A.; VELÁZQUEZ, A., ed. lit. — *Los orígenes del cristianismo en Lusitania*, Mérida, 2002. p. 19-59. (Cuadernos Emeritenses; vol. 34).
- SANCHO ROYO, A., introd., trad. e notas (1980) — *Apiano. Historia Romana I*. Madrid.
- SAQUETE CHAMIZO, J. C. (1997) — *Las élites sociales de Augusta Emerita*. Mérida.
- SAQUETE CHAMIZO, J. C. (2004) — «*Fistulae aquariae* con sello halladas en *Augusta Emerita*». *Anas*. Mérida. 14, p. 119-159.
- SAQUETE CHAMIZO, J. C. (2011a) — «*L. Fulcinius Trio, L. Cornelius Bocchus* y el Templo del *Divus Augustus* en Mérida». *Habis*. Sevilla. 42, p. 163-172.
- SAQUETE CHAMIZO, J. C. (2011b) — «Aspectos políticos, estratégicos y económicos en la fundación de *Augusta Emerita*». In ÁLVAREZ, J. M.; MATEOS, P., ed. lit. — *Actas del Congreso 1910-2010: El yacimiento emeritense*. Mérida. p. 111-124.
- SAYAS ABENGOCHEA, J. J. (1989) — «Colonización y municipalización bajo César y Augusto: Bética y Lusitania». In *Aspectos de la colonización y municipalización de Hispania*. Mérida. p. 33-70.
- SAYAS ABENGOCHEA, J. J. (1993) — «Algunas consideraciones sobre cuestiones relacionadas con la conquista y romanización de las tierras extremeñas». In *El proceso*

- histórico de la Lusitania oriental en época prerromana y romana*. Mérida. p. 189-233. (Cuadernos Emeritenses; 7).
- SCHATTNER, TH. G. (2004) — «Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitano-galaicos». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 22, p. 9-66.
- SCHATTNER, TH. G. (2014a) — «Signos de poder como marcadores del territorio hispano: una característica de la política urbanizadora de Augusto». In MANGAS, J., ed. lit. — *La Hispania de Augusto. Congreso Internacional*, Madrid, 2014. Madrid.
- SCHATTNER, TH. G. (2014b) — «Variabilidad y uso múltiple como condicionantes para la difusión de modelos arquitectónicos en el occidente del Imperio Romano». In *Centro y periferia en el Mundo Clásico = Centre and periphery in the ancient world: XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica*, Mérida, 18, 2013.
- SCHATTNER, TH. G.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2009) — «Die Idealköpfe des Endovellicus — eine Zwischenbilanz». In GAGGADIS-ROBIN, V. [et al.], ed. lit. — *Les Ateliers de sculpture régionaux: techniques, styles et iconographie: Colloque International sur L'Art Provincial Romain*, Arles et Aix-en-Provence, 10, 2007. Arles; Aix-en-Provence. p. 483-494.
- SCHATTNER, TH. G. [et al.] (2006) — «Bericht über die Kampagnen der Jahre 2004/2005 im Heiligtum des Vaelicus in Poslloboso (Candelada, prov. Ávila). Mit einem Katalogbeitrag von M. A. Cebrián Sánchez». *Madrid Mitteilungen*. Wiesbaden. 47. p. 193.
- SCHLUNK, H.; HAUSCHILD, TH. (1978) — *Die Denkmaler der frühchristlichen und westgotischen Zeit*. Mainz am Rhein.
- SCHÜLE, W. (1969) — *Die Meseta. kulturen der Iberischen Halbinsel*. Berlin.
- SCHULTEN, A. (1935) — *Fontes Hispaniae Antiquae III. Las guerras de 237-154 a. de J.C.* Barcelona.
- SCHULTEN, A. (1937) — *Fontes Hispaniae Antiquae IV. Las guerras de 154-72 a. de J.C.* Barcelona.
- SCHULTEN, A. (1940) — *Fontes Hispaniae Antiquae V. Las guerras de 72-19 a. de J.C.* Barcelona.
- SCHULTEN, A. (1949) — *Sertorio*. Barcelona.
- SERRA RÁFOLS, J. C. (1952) — *La villa romana de la dehesa de la Cocosa*. Badajoz.
- SILLIÈRES, P. (1982) — «Centuriation et voie romaine au sud de Mérida: contribution à la délimitation de la Bétique et de la Lusitanie». *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid. 18: 1, p. 439-443.
- SILLIÈRES, P. (1990) — *Les voies de communication de l'Hispanie méridionale*. Paris.
- SILVA, A. C. F. (1983) — «As Tesserae hospitales do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado, Pedroso, Vila Nova de Gaia». *Gaya*. Vila Nova de Gaia. 1. Sep.
- SILVA, A. C. F. (1984) — «Aspectos da Proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento». *Gaya*. Vila Nova de Gaia. 2. p. 39-58.
- SILVA, A. C. F. (1986) — *A Cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira.

- SILVEIRA, T. [et al.] (2014) — «Enchimento de praia para protecção das ruínas romanas de Tróia: projecto e acompanhamento arqueológico». *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 259-304.
- SIMON, H. (1962) — *Roms Kriege in Spanien 154-133 a. C.* Frankfurt. «SIMPULUM tipo Aislingen». In *Artefacts: Encyclopédie en ligne des petits objets archéologiques*. [Em linha]. Lyon. Disponível em <http://artefacts.mom.fr/it/result.php?id=SPL-4002&find=SPL&pagenum=1&affmode=vign#>.
- SOUZA, V. de (1986) — «Escultura Romana». In *História da Arte em Portugal*. Lisboa. vol. 1.
- SOUZA, V. de (1990) — *Corpus Signorum Imperii Romani: Corpus der Skulpturen der Römischen Welt, Portugal*. Coimbra.
- STYLOW, A. U. (1989-1990) — «Más hermas». *Anas*. Mérida. 2-3, p. 195-205.
- STYLOW, A. U.; VENTURA, A. (2010) — «Los hallazgos epigráficos». In AYERBE, R.; BARRIENTOS, T.; PALMA, F., ed. lit. — *El Foro de Augusta Emerita. Génesis y evolución de sus recintos monumentales*. Madrid. p. 453-523. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LIII).
- SWEETMAN, R. J., ed. lit. (2011) — *Roman colonies in the first century of their foundation*. Oxford.
- TEICHNER, F. (2008) — *Zwischen Land und Meer = Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien*. Mérida. (Studia Lusitana; 3).
- TEICHNER, F.; PEÑA CERVANTES, Y. (2010-2011) — «Archäologisches zur Herstellung von Olivenöl und Wein im römischen Hispanien». *Bonner Jahrbücher*. Bonn. 210-211, p. 374-458.
- TORRES, C. [et al.] (1993) — *Núcleo visigótico. Museu Regional de Beja*. Beja.
- TORRES, C. P. (1995) — *Los miliarios de la Vía de la Plata*. Madrid.
- TOVAR, A. (1976) — *Iberische Landeskunde II: Lusitanien*. Baden Baden.
- TRILLMICH, W. (1988a) — «Abhängigkeit und Entfernung des hispanischen Privatporträts vom Vorbild Roms». *Quaderni della Ricerca Scientifica*. Roma. 116. Conferenza Internazionale sul Ritratto Romano, Roma, 3, 1988. p. 527-534.
- TRILLMICH, W. (1988b) — «Las ciudades hispanorromanas: reflejos de la metrópoli». In ÁLVAREZ, J. M.; ALMAGRO-GORBEA, M., ed. lit. — *Hispania. El legado de Roma. En el año de Trajano*. Zaragoza. p. 182-195. Catálogo.
- TRILLMICH, W. (1990) — «Colonia Augusta Emerita, die Hauptstadt von Lusitanien». In TRILLMICH, W.; ZANKER, P., ed. lit. — *Stadtbild und Ideologie. Die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit*, Madrid, 1987. Munich. p. 299-318.
- TRILLMICH, W. (1996) — «Reflejos del programa estatuario del Forum Augustum en Mérida». In SADA, P.; MASSÓ, J., ed. lit. — *Reunión sobre escultura romana en Hispania*, Tarragona, 2, 1995. Tarragona. p. 95-108.

- TRILLMICH, W.; ZANKER, P., ed. lit. (1990) — *Stadtbild und Ideologie. Die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit*. Munich.
- TRILLMICH, W. [et al.] (1993) — *Hispania Antiqua. Denkmäler der Römerzeit*. Mainz am Rhein.
- ULBERT, G. (1984) — *Cáceres el Viejo: ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*. Mainz am Rhein.
- UNTERMANN, J. (1997) — *Monumenta Linguarum Hispanicarum*. Wiesbaden.
- UNTERMANN, J. (2002) — «A epigrafia em língua lusitana e a sua vertente religiosa». In RIBEIRO, J. CARDIM, com. cient. — *Religiões da Lusitania: Loquuntur Saxa*. Lisboa. p. 67-70. Catálogo.
- VALADÉS SIERRA, J. M. (1998) — «Minerva de bronze». In ALMAGRO-GORBEA, M.; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M., ed. lit. — *Hispania, el legado de Roma. En el año de Trajano*. Zaragoza. Catálogo.
- VASCONCELOS, J. L. DE (1920) — «Estudos sobre a Época do Ferro em Portugal. III. Jóias de prata do Museu de Castelo Branco». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. s. 1, 25, p. 102-107.
- VASCONCELOS, J. L. DE (1927-1929) — «Antiguidades do Alentejo». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. s. 1, 28, p. 158-200.
- VÁZQUEZ DE LA CUEVA, A. (1985) — *Sigillata africana en Augusta Emerita*. Mérida.
- VELÁZQUEZ JIMÉNEZ, A. (2002) — *Repertorio de bibliografía arqueológica emeritense II: Emerita 2000*. Mérida. (Cuadernos Emeritenses; 19).
- VELÁZQUEZ JIMÉNEZ, A. (2011) — *Repertorio de bibliografía arqueológica de Mérida III: Emerita 2010*. Mérida.
- VELÁZQUEZ, A.; CERRILLO, E.; MATEOS, P., ed. lit. (1995) — *Los últimos romanos en Lusitania*. Mérida. (Cuadernos Emeritenses; 10).
- VIANA, A. (1943) — «A Vénus de Beringel». *Mvsev*. Porto. 4: 2, p. 47-52.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. V. — *De lo Prerromano a lo Árabe en el Museo Regional de Lagos*. Madrid. 1953.

- VIANA, A.; ANDRADE, R. F. DE; FERREIRA, O. V. (1954) — «Minerações romanas de Aljustrel». *Comunicações dos Serviços Geológicos Mineiros*. Lisboa. 25, p. 79-92.
- VIEGAS, C. (2011) — *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa.
- VIEGAS, C.; RAPOSO, J. M. C.; PINTO, I. V. (2014) — «Almagro 51C (Lusitania occidental)». In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. [Em linha]. [Consult. janeiro 26, 2015]. Disponível em <http://amphorae.icac.cat/tipol/view/75>.
- VILLANUEVA ACUÑA, M. (1994) — «Aspectos de la organización económica de las villae de Hispania». *Espacio, Tiempo y Forma, Historia Antigua*. Madrid. S. 2, 7, p. 105-139.
- VILLARONGA, L. (1994) — *Corpus: Nvmmvm Hispaniae Ante Avgvsti Aetatem*. Madrid.
- LES VILLES DE LUSITANIE ROMAINE: Hiérarchies et territoires: Table Ronde Internationale du CNRS, Talence, Bordeaux, 1988. Paris: CNRS, 1990.
- VIÑUELA, J. M., com. cient. (1998) — *Extremadura. Fragmentos de identidad. Guerreros, Santos, Artesanos, Aristas*. Madrid. Catálogo.
- VITA VITRI: *O vidro antigo em Portugal*. Lisboa, 2009. Catálogo.
- VIVES, J. (1942) — *Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda*. Barcelona.
- VIVES, J. (1971) — *Inscripciones latinas de la España romana*. Barcelona. 2 vols.
- WALLACE-HADRILL, A. (2008) — *Rome's cultural revolution*. Cambridge.
- WICKERT, L. (1934) — «Epigrafía emeritense». *Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros Bibliotecarios y Arqueólogos. Homenaje a Mérida, I*. Madrid. p. 113-128.
- WIEGELS, R. (1985) — *Die Tribusinschriften des römischen Hispanien. Ein Katalog*. Berlin.
- WOLFRAM, M. (2011) — *Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no Sul da Lusitânia = Synthèse au sujet de la christianisation du monde rural dans le Sud de la Lusitanie*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Université Paris IV-Sorbonne.
- WRENCH, L. N. C. (2008) — *Decoração arquitectónica na Antiguidade Tardia*. Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.

EXPOSIÇÃO

Organização

Museu Nacional de Arqueologia,
Direção-Geral do Património
Cultural

Museo Nacional de Arte Romano,
Subdirección General de Museos
Estatales, Dirección General de
Bellas Artes y Bienes Culturales
y de Archivos y Bibliotecas

Junta de Extremadura. Dirección
General de Bibliotecas, Museos
y Patrimonio Cultural

Colaboração científica

Faculdade de Letras da Universidade
de Lisboa

Comissão científica

António Carvalho

*Diretor do Museu Nacional
de Arqueologia, Lisboa*

José María Álvarez Martínez

*Diretor do Museu Nacional de Arte
Romano, Mérida*

Carlos Fabião

*Professor da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa*

Projeto museográfico

Maria Manuela Fernandes
com a colaboração de
Leonor E. V. A. Pereira

Comissão executiva

Juan Altieri, Museo Nacional
de Arte Romano, Mérida

António Carvalho, Museu Nacional
de Arqueologia, Lisboa

Elisa Durán, Dirección General
de Bibliotecas, Museos
y Patrimonio Cultural

Maria Amélia Fernandes, Museu
Nacional de Arqueologia, Lisboa

Maria José Merchán, arqueóloga
Josefina Molina, Museo Nacional
de Arte Romano, Mérida

José Luis Mosquera Müller,
Dirección General de Bibliotecas,
Museos y Patrimonio Cultural

Ana Isabel Santos, Museu Nacional
de Arqueologia, Lisboa

Agustín Velázquez, Museo Nacional
de Arte Romano, Mérida

Apoio técnico

Carla Barroso

Luísa Guerreiro

Secretariado

Adília Antunes

Carla Barroso

Dália Maria Bernardino

Tradução e revisão de textos

Sandra Costa (INCM)

Maria João Nunes

Tânia Saraiva

Juan Manuel Valadés Sierra

Carla Ventura

Uniformização das leituras latinas e traduções

Amílcar Guerra

Fotografia/imagens

Fundação Cidade da Ammaia

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
Câmara Municipal de Lisboa, Museu
de Lisboa — Teatro Romano

Câmara Municipal de Oliveira
do Hospital

Campo Arqueológico de Mértola
Dirección General de Bibliotecas,
Museos y Patrimonio Cultural,
Junta de Extremadura

Dirección General de Turismo,
Junta de Extremadura

Direção-Geral do Património
Cultural, Arquivo de
Documentação Fotográfica
(DGPC/ADF)

Direção Regional de Cultura
do Alentejo (DRCALEN)

Museu Monográfico de Conímbriga
Troia Resort

António Carvalho/PEVLONG

Joaquim Carvalho

Carlos Fabião

Susana Gómez

Amílcar Guerra

A. Marques

José Beleza Moreira

José Pessoa

João Pimenta

Inês Vaz Pinto

Lorenzo Plana

Humberto Rendeiro

M. Ribeiro

Henrique Ruas

José Paulo Ruas

Jesús Rueda

José da Silva

Catarina Viegas

Montagem

Paulo Alves
Luís Antunes
Salvador Baptista
António Besteiro (CCB)
Luísa Guerreiro
Tiago Toledo

Conservação e restauro

Juan Altieri, MNAR
Mariana Cardoso, Laboratório
José de Figueiredo
Filipe Fernandes, MNSR
Manuel Lemos, Archeofactu
Belmira Maduro, Laboratório
José de Figueiredo
Laboratório do Museu D. Diogo
de Sousa
Rita Matos, MNA
Josefina Molina, MNAR
Margarida Santos, MNA
Matthias Tissot, Archeofactu

Ilustração

Manuel Acedo
Luis Felipe Alanzor
Andrés Belvís
Nuno Farinha
César Figueiredo
Helena Figueiredo
Jean-Claude Golvin
Antonio Guzmán
Michael Klein
Javier Lavado
Portugal Romano/Raul Losada
7Reasons Medien GmbH

Projeto gráfico

FBA.

Exposição

FBA./Rita Marquito

Animação digital

FBA./Ana Soares

Projeção «O Legado Romano»

FBA./CDV Lab — CISUC/Tiago Martins

Produção gráfica

De Metro a Metro, L.^{da}

Execução de obra

Oliveiras, s. A. — Engenharia
e Construção

Instituições parceiras

Arquivo Epigráfico de Idanha-
-a-Velha, Câmara Municipal
de Idanha-a-Nova
Câmara Municipal de Arronches
Câmara Municipal do Porto
Centro Interpretativo da Casa
de Medusa, Câmara Municipal
de Alter do Chão
Consortio de la Ciudad Monumental
Histórico-Artística y Arqueológica
de Mérida
Dirección General de Bibliotecas,
Museos y Patrimonio Cultural,
Junta de Extremadura
Dirección General de Turismo,
Consejería de Economía
y Infraestructuras, Junta
de Extremadura
Festival de Teatro Clássico
Fundação Luso-Espanhola
Fundação Ramon Areces
Imprensa Nacional-Casa da Moeda
(INCM)

Museo Arqueológico Provincial
de Badajoz

Museo de Cáceres

Museo Nacional de Arte Romano

Museu de Évora, Direção Regional
de Cultura do Alentejo

Museu Francisco Tavares Proença
Júnior, Direção Regional
de Cultura do Centro

Museu Municipal de Vila Franca
de Xira, Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira

Museu Municipal Dr. José
Formosinho, Câmara Municipal
de Lagos

Museu Nacional Machado de Castro

Museu Nacional Soares dos Reis

Museu Regional de Beja — Museu
Rainha D. Leonor

Solar Condes de Resende, Câmara
Municipal de Vila Nova de Gaia

Transporte de bens culturais

EXGOARTE

ITERARTIS

Seguros

Lusitania Seguros, s. A. — mecenas
institucional da Direção-Geral
do Património Cultural

Fernando Nogueira

Presidente

Tiago Serra

Técnico de ligação

Agradecimentos

BRISA

Américo Terrinha

Câmara Municipal de Alter do Chão
Joviano Martins Vitorino
Presidente da Câmara
Jorge António
Arqueólogo

Câmara Municipal de Arronches
Fermelinda Pombo Carvalho
Presidente da Câmara
José Bigares
Vereador do Pelouro da Cultura

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
Armindo Jacinto
Presidente da Câmara
Paulo Longo
Chefe da Divisão de Cultura

Câmara Municipal de Lagos
Maria Joaquina Quintans de Matos
Presidente da Câmara
José Viegas
Chefe da Divisão de Cultura

**Câmara Municipal de Vila Franca
de Xira**
Alberto Mesquita
Presidente da Câmara
Fernando Paulo
Vereador da Cultura
João Pimenta e Henrique Mendes
Arqueólogos

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
Eduardo Rodrigues
Presidente da Câmara
Delfim Santos
Vereador da Cultura

Joaquim António Gonçalves
Guimarães
*Diretor do Solar dos Condes
de Resende*

**Consorcio de la Ciudad Monumental
Histórico-Artística y Arqueológica
de Mérida**
Javier Jiménez Ávila
Diretor científico

**Direção-Geral do Património
Cultural**
Maria Catarina Coelho
*Diretora do Departamento
de Bens Culturais*
João Coelho
Conservador-restaurador

Direção Regional de Cultura do Alentejo
Ana Paula Amendoeira
Diretora regional
António Miguel Alegria
Diretor do Museu de Évora

Direção Regional de Cultura do Centro
Celeste Amaro
Diretora regional

**Dirección General de Bibliotecas,
Museos y Patrimonio Cultural,
Junta de Extremadura**
Fátima Leal
Carmen Villalba

**Museo Arqueológico Provincial
de Badajoz**
Guillermo Kurtz
Diretor

Beatriz de Griño
Andrés Silva
Conservadores de museu

Museo de Cáceres
Juan Maneul Valadés Sierra
Diretor
José M. González Bornay
Arqueólogo

Museu Francisco Tavares Proença Júnior
Aida Rechená
Diretora
Isabel Almeida
Coordenadora

Museu Nacional de Soares dos Reis
Maria João Vasconcelos
Diretora

Museu Nacional de Machado de Castro
Ana Alcoforado
Diretora
Pedro Ferrão
Técnico superior

**Museu Regional de Beja — Museu
Rainha D. Leonor**
José Carlos de Almeida Oliveira
Diretor

Polícia Judiciária
Teresa Esteves
Óscar Pinto

Polícia Municipal de Mérida

Polícia Nacional de España

CATÁLOGO

Coordenação editorial

António Carvalho
Lívia Cristina Coito

Colaboração editorial

Susana Arnaud (INCM)
Carla Barroso
Maria Amélia Fernandes

Autores dos textos

José María Álvarez Martínez
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
josemaria.alvarez@mecd.es

José Luis de la Barrera Antón
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
joseluis.delabarrera@mecd.es

António Carvalho
Museu Nacional de Arqueologia,
Lisboa
antonioacarvalho@mnaarqueologia.
dgpc.pt

Enrique Cerrillo Martín de Cáceres
Universidad de Extremadura,
Badajoz
cerrillo@unex.es

Virgílio Hipólito Correia
Museu Monográfico de Conímbriga
virgiliocorreia@mmconimbriga.
dgpc.pt

María Cruz Villalón
Universidad de Extremadura,
Badajoz
mcv@unex.es

Jonathan Edmondson
York University, Ontário, Canadá
jedmond@yorku.ca

José d'Encarnação
Universidade de Coimbra
jde@fl.uc.pt

Carlos Fabião
Universidade de Lisboa
cfabião@campus.ul.pt

Maria Manuela Fernandes
manuelafernandes@dgpc.pt

Amílcar Guerra
Universidade de Lisboa
aguerra@campus.ul.pt

Janine Lancha
Université Lumière, Lyon
lanchaj@club-internet.fr

Vasco Gil Mantas
Universidade de Coimbra
vsmantas@gmail.com

Trinidad Nogales Basarrate
Museo Nacional de Arte Romano,
Mérida
trinidad.nogales@mecd.es

Leonor Pereira
leonorpereira@dgpc.pt

José Cardim Ribeiro
Museu Arqueológico de São Miguel
de Odrinhas, Sintra
jcardim@sapo.pt

Francisco Germán Rodríguez Martín
germanroma@gmail.com

Patrick Le Roux
Université de Paris XIII
leroux.patrick@club-internet.fr

Manuel Salinas de Frías
Universidad de Salamanca
vafio@usal.es

José Carlos Saquete Chamizo
Universidad de Sevilla
csaquete@us.es

Thomas Schattner
Deutsches Archäologisches Institut,
Madrid
thomas.schattner@dainst.de

Autores das fichas

AC — António Carvalho

AFSC — Andrés F. Silva Cordero

AIS — Ana Isabel Santos

AS — Adolfo Silveira

AVJ — Agustín Velázquez Jiménez

BGF — Beatriz de Griñó Frontera

CF — Carlos Fabião

JA — Jorge António

JAGG — J. A. Gonçalves Guimarães

JCR — José Cardim Ribeiro

JLBA — José Luis de la Barrera
Antón

JLMM — José Luis Mosquera Müller

JMAM — José María Álvarez
Martínez

JMGB — José Miguel González
Bornay

JMMC — José María Murciano Calles

JP — João Pimenta

MLR — Manuel Luís Real

NBM — Nova Barrero Martín

PCC — Pilar Caldera de Castro

RSG — Rafael Sabio González

VGM — Vasco Gil Mantas

Uniformização das leituras latinas e traduções

Amílcar Guerra

Revisão de texto e bibliográfica

Lívia Cristina Coito, MNA

Sandra Costa, INCM

Ana Melo, MNA

Tradução

Tânia Saraiva

Imagens

Arquivo de Documentação

Fotográfica, DGPC

Câmara Municipal de Alter do Chão

Câmara Municipal de Faro

Consorcio de la Ciudad Monumental

Histórico-Artística y

Arqueológica de Mérida

Deutsches Archäologisches Institut,

Madrid

Direção Regional de Cultura do

Alentejo

Dirección General de Bibliotecas,

Museos y Patrimonio Cultural,

Junta de Extremadura

Dirección General de Turismo,

Junta de Extremadura

Município de Alter do Chão

Museo Arqueológico Provincial

de Badajoz

Museo de Cáceres

Museo Nacional de Arte Romano

Museo Arqueológico do Fundão

Museu de Évora

Museu Monográfico de Conímbriga

Museu Municipal Dr. José

Formosinho

Museu Nacional de Arqueologia

Jorge Alarcão

José María Álvarez Martínez

Paulo Alves

R. Ayerbe

José Luis de la Barrera Antón

Luís Bravo

T. Barrientos

António Carvalho/PEVLONG

Pedro Sobral Carvalho

António José Dores Cruz

Enrique Cerrillo Martín de Cáceres

Jonathan Edmondson

José d'Encarnação

Luis Fallola

Luís da Silva Fernandes

Delfim Ferreira

Nadia Figueira

Helena Frade

Durán Fuentes

Jean-Claude Golvin

Susana Gómez

Luís Jorge Gonçalves

José Miguel González Bornay

Pierre Gros

Amílcar Guerra

Theodor Hauschild

Janine Lancha

Patrick Le Roux

Ceferino López

José Luís Madeira

Pedro Mateos

Trinidad Nogales Basarrate

Jorge Oliveira

Luísa Oliveira

Ana Osorio

Félix Palma

Danilo Pavone

Francisco Pedro

José Pessoa

João Pimenta

Inês Vaz Pinto

Luís Piorro

Hugo Pires

Lorenzo Plana

Júlia Redondo

Humberto Rendeiro

José Luis Rodriguez

Francisco Germán Rodriguez Martín

Henrique Ruas

José Paulo Ruas

Jesús Rueda

Manuel Salinas de Frías

José Luis Sánchez

Thomas Schattner

José da Silva

Felix Teichner

Matthias Tissot

Ulrich

Agustín Velázquez Jiménez

José Vigário

Ilustração

Anyforms

Carlos Fabião

H. Gundel

Theodor Hauschild

José Luís Madeira

Vasco Gil Mantas

E. Puch Ramírez

Staedler

Design

FBA./Rita Marquito

**Pré-impressão, impressão
e acabamento**

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Tiragem

500

ISBN

978-972-27-2392-3 (INCM)

978-972-776-473-0 (DGCP)

Depósito legal

439242-18

Edição n.º 1020622

1.ª ed.: dezembro 2015

2.ª ed.: maio 2018

Todos os direitos reservados
ao abrigo do código dos direitos
de autor e direitos conexos

Organização



PATRIMONIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural



SECRETARÍA DE ESTADO DE CULTURA



JUNTA DE EXTREMADURA

Colaboração científica



Apoios



MOSTRA ESPANHA 2015



Proyecto I+D "Augusta Emerita y los Inicios de la Provincia Romana de Lusitania en Época de Augusto" (2015-2017, HAR2014-52958-P)



Mecenas institucional



